TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2683 • Manaus, sexta-feira, 23 de agosto de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

DECISÃO MONOCRÁTICA

0005490-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível
Embargante : Delma Pacheco Sicsu
Advogada : Nailde Cristiane Feitosa Guimarães (12361/AM)
Advogada : Olívia Moreira Pereira (12032/AM)
Advogada : Maria Elizabeth dos Santos Oliveira (1948E/AM)
Embargado : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
Embargado : Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas
Embargado : Governador do Estado do Amazonas
MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Procuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: **Drs. Maria Elizabeth dos Santos Oliveira (OAB 1948E/AM), Nailde Cristiane Feitosa Guimarães (OAB 12361/AM) e Olívia Moreira Pereira (OAB 12032/AM)**, da **DECISÃO MONOCRÁTICA** proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Portanto, a fim de sanar qualquer dúvida acerca do provimento e evitar o descumprimento indevido da decisão, impõe-se sanar a obscuridade apontada pela embargante, para determinar concessão de licença para aperfeiçoamento profissional remunerada em favor da embargante/impetrante Delma Pacheco Siscu, nos termos do pedido liminar. Ao exposto, acolho os Embargos de Declaração tão somente para reconhecer e sanar a obscuridade verificada, atribuindo efeitos meramente integrativos à decisão embargada, nos termos acima delineados. ". Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno.

DESPACHO

4003945-75.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante : Alice Nogueira Rezende
Advogado : Wilson Ruben da Silva Maciel (10782/AM)
Advogada : Karla Castro Lins Barroso (5387/AM)
Impetrado : Governador do Estado do Amazonas
Impetrado : O Estado do Amazonas
MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: **Drs. Karla Castro Lins Barroso (OAB 5387/AM) e Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM), do DESPACHO de fls. 223/224,** proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador. João de Jesus Abdala Simões, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita, nos moldes do art. 99, § 3º, do CPC, e acautelo-me quanto ao pedido liminar. Determino a notificação da autoridade impetrada para prestar informações, a teor do que prescreve o art. 7º, I da Lei n.º 12.016/09. Na oportunidade, dê-se ciência do feito à Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, conforme preceitua o art. 7º, II da Lei n.º 12.016/09. ".. Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno.

DESPPACHO

4003945-75.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante : Alice Nogueira Rezende
Advogado : Wilson Ruben da Silva Maciel (10782/AM)
Advogada : Karla Castro Lins Barroso (5387/AM)
Impetrado : Governador do Estado do Amazonas
Impetrado : O Estado do Amazonas
MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: **Drs. Karla Castro Lins Barroso (OAB 5387/AM) e Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM), do DESPACHO de fls. 223/224,** proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador. João de Jesus Abdala Simões, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: **"Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita, nos moldes do art. 99, § 3º, do CPC, e acautelo-me quanto ao pedido liminar**. Determino a notificação da autoridade impetrada para prestar informações, a teor do que prescreve o art. 7º, I da Lei n.º 12.016/09. Na oportunidade, **dê-se ciência do feito à Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, conforme preceitua o art. 7º, II da Lei n.º 12.016/09.** ".. Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno.

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4000612-18.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Jorge Chaves Ferreira Junior, - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - 4000612-18.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Jorge Chaves Ferreira Junior,Advogado : Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeIntssado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), do DESPACHO de fl. 666 proferido pelo Exmo. Senhor Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Intime-se o Impetrante para que no prazo de 10 (dez) dias apresente manifestação acerca do documento de fls. 661/665 ". Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 22 de agosto de 2019 - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0201769-83.2015.8.04.0022 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Christian Matos Maia - Recorrido: Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça do Estado do Amazonas

- EDITAL 0201769-83.2015.8.04.0022 - Recurso Inominado Cível Recorrente: Christian Matos MaiaAdvogado: Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM)Recorrido : Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça do Estado do Amazonas FICA INTIMADO o Recorrente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM), do DESPACHO de fls. 281/282, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Anselmo Chíxaro, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, considerando estarem presentes os requisitos de admissibilidade recursal, defiro seu processamento. Preceitua o artigo 64, da Lei Estadual 2.794, de 06.05.2003: Lei 2.794, de 06.05.2003, art. 64. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer intimará os demais interessados para que, no prazo de cinco dias, apresentem alegações. Considerando a ausência de previsão legal específica, invoco a previsão insculpida no artigo 64 da Lei Estadual n.º 2.794, de 06.05.2003, a fim de suscitar manifestação por parte do Corregedor-Geral da Justiça, tendo em vista ser a autoridade que aplicou a punição originária que foi confirmada pelo Conselho da Magistratura. Diante do exposto, determino seja o Corregedor-Geral da Justiça intimado para que no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste nos presentes autos de Recurso Inominado, caso entenda necessário. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se o fato e dê-se vista do conjunto processual ao Ministério Público para emissão de parecer, caso haja interesse público a reclamar a atuação do Fiscal da Ordem Jurídica. ".. Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 22 de agosto de 2019 - Advs: Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0004633-08.2019.8.04.0000 - Pedido de Providências - Manaus - Requerente: Marcelo Lessa da Silva - Requerido: Comissão Organizadora do Concurso das Serventias Extrajudiciais - EDITAL 0004633-08.2019.8.04.0000 - Pedido de Providências Requerente : Marcelo Lessa da SilvaAdvogado : João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho (131907/RJ)Advogado : Leticia Bittencourt do Nascimento (214513E/RJ)Requerido : Comissão Organizadora do Concurso das Serventias Extrajudiciais FICA INTIMADO o Recorrente, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr. João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho (131907/RJ) e Leticia Bittencourt do Nascimento (214513E/RJ), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Senhora Desembargadora Maria das Graças Pessôa Figueiredo, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Isto posto, indefiro o pedido de concessão do efeito suspensivo, determinando, de ordem, seja notificado o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso das Serventias Extrajudiciais para, em 15 (quinze) dias, prestar as informações que entender pertinentes. Após, abra-se vista ao Ministério Público para, havendo interesse, se manifestar no feito, retornando-me, ato sequencial, imediatamente conclusos para decisão". Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 22 de agosto de 2019 - Advs: João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho (OAB: 131907/RJ) - Leticia Bittencourt do Nascimento (OAB: 214513E/RJ) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0005397-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Carlos Eduardo Bessa de Sá - Embargado: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Embargado: O Estado do Amazonas - EDITAL 0005397-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível Embargante : Carlos Eduardo Bessa de SáAdvogado : Marco Aurélio de Lima Choy (4271/AM)Embargado : Assembleia Legislativa do Estado do AmazonasEmbargado : O Estado do Amazonas FICA INTIMADO o Embargante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Marco Aurélio de Lima Choy (4271/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, acolho o pedido e HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, consequentemente, determino o desentranhamento e devolução ao requerente dos documentos por ele acostados aos autos. Ainda, TORNO SEM EFEITO a determinação dirigida à Secretaria contida ao final da decisão de fls. 18/23, no sentido de providenciar a juntada de cópia dos documento que instruem estes autos na Representação de Inconstitucionalidade nº 4003560-30.2019.8.04.0000.". Manaus, 22 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 22 de agosto de 2019 - Advs: Marco Aurélio de Lima Choy (OAB: 4271/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimação

Câmaras Reunidas-Vice-Presidência

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 0004928-16.2017.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que são Impetrantes **Dolores Garcia Rodrigues, Luis Ribeiro da Costa e outros,** Advogados: Dr. Oldeney Sá Valente (970/AM) e Dr. Ricardo Oliveira da Costa (10.658/AM), e Impetrado **Secretaria de Estado de Administração e Gestão - Sead**, Procurador: Dr. Franklin Arthur Martinz Filho (A-1251/AM), ficam as partes Impetrantes intimadas, na pessoa de seus Advogado, **Dr**. **Oldeney Sá Valente (970/AM) e Dr. Ricardo Oliveira da Costa (10.658/AM),** para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestarem acerca da possibilidade da perícia consensual, com indicação de perito por comum acordo, como prevê o art. 471 do NCPC. Em 02.08.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 22 de agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4003916-25.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Genival Maquine dos Santos** e Impetrado **Prefeito do Município de Iranduba (AM),** fica a parte Impetrante, intimada, na pessoa de sua Advogada: **Dra. Ingrid Oliveira Rodrigues 13258/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 73/74, dos autos referidos. Em 20 de agosto de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator nos autos de **Apelação / Remessa Necessária** nº **0005380-26.2017.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Prefeitura do Município de Ipixuna (AM)** e Impetrado **David Santos da Costa Filho,** fica a parte , intimada, na pessoa de seus Advogados: **Drs. Antonio das Chagas Ferreira Batista 4177/AM, Adrimar Freitas de Siqueira 8243/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fl. 291, dos autos referidos. Em 20 de agosto de 2019. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa**, Relator nos autos de **Reclamação** nº **4002657-92.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Maria Cristina dos Santos Carneiro** e Reclamado **Juízo de Direito da**

3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais da Capital (AM), fica a parte Reclamante Intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira 8251/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 55/56, dos autos referidos. Em 21 de agosto de 2019. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa.**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **22 de agosto de 2019**

Câmaras Reunidas
INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth**, Relatora nos autos de **Ação Rescisória** nº **4000336-84.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **Paulo Junior Garcia Ribeiro,** advogada Drª. Janiete da Silva Monteiro (10084/AM) e Réu **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª. Kerinne Maria Freitas Pinheiro. Fica a parte Autora intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Janiete da Silva Monteiro (10084/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do Despacho de fl. 561, dos autos referidos. Em 19 de agosto de 2019. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles**, Relatora nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4004058-29.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Annick Queiroz Backsmann,** advogados: Dr. Luís Felipe Mota Mendonça (2505/AM), Dr. Giovanni Viana Sales Reis (11162/AM) e Impetrado **Secretário Estadual de Educação – Seduc.** Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Luís Felipe Mota Mendonça (2505/AM), Dr. Giovanni Viana Sales Reis (11162/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do não cabimento do presente mandamus, ante a inexistência de ato praticado pela Autoridade Coatora, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. Em 21 de agosto de 2019. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Wellington José de Araújo**, Relator nos autos de **Agravo Regimental Cível** nº **0008573-49.2017.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **Petroleo Brasileiro S/A - PETROBRAS,** advogados: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Dr. César Augusto de Pinho Pereira (12893/AM) e Agravado **Fe Intermodal Eireli Epp,** advogados: Dr. Roosevelt Jobim Filho (3920/AM), Dr. Rafael Cândido da Silva (6499/AM), Dr. Rafael Raposo da Câmara Auler (8000/AM), Drª. Juliane Elizabete de Souza Maia (12643/AM). Ficam as partes Agravante e Agravada intimadas, na pessoa de seus advogados **Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Dr. César Augusto de Pinho Pereira (12893/AM), Dr. Roosevelt Jobim Filho (3920/AM), Dr. Rafael Cândido da Silva (6499/AM), Dr. Rafael Raposo da Câmara Auler (8000/AM) e Drª. Juliane Elizabete de Souza Maia (12643/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 69/70, dos autos referidos. Em 20 de agosto de 2019. Desembargador **Wellington José de Araújo - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **0655155-21.2018.8.04.0001,** Manaus/Am em que é Impetrante **Lucivânia Mendes Viana,** advogados: Dr. Fred Gerson de Souza Pinheiro (8444/AM), Dr. Lasmar Roberto Pereira Alves (9046/AM) e Impetrado **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª. Gabriela Muniz de Moura (13186/AM). Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Fred Gerson de Souza Pinheiro (8444/AM), Dr. Lasmar Roberto Pereira Alves (9046/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 301/309, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante o exposto, indefiro a petição inicial, julgando extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, I e VI, do Código de Processo Civil e, via de consequência, denego a segurança impetrada, na forma do artigo 6º, §5º, c/c artigo 10, ambos da Lei nº 12.016/09.". Em 21 de agosto de 2019. Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora nos autos de **Ação Rescisória** nº **4001310-24.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **Mauricio Felix Marques,** advogada Drª. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Réu **O Estado do Amazonas.** Fica a parte Autora intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM),** para que emende sua petição inicial, sob pena de indeferimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Em 20 de agosto de 2019. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha - Relatora.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 22 de Agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Ação Rescisória nº 4000963-98.2013.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública

Autor: Estado do Amazonas. Procuradores(as) do Estado: Dr. Franklin Arthur Martinz Filho e Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM). **Ré: Aede Augusto de Souza; Alcina Raposo Passos; Alciney Porfiro de Souza; Aldenira Souza da Silva; Alciléia de Lima Martins; Alessandra Lacerda Balbi; André Augusto Souza Balbi e Andreza Souza Balbi.** Representa: Elizabeth Balbi. **Réus: Antonia Ferreira Diniz; Antemy Silva de Souza; Augusto de Carvlaho Bezerra e Breno Ramos da Costa**. Representa: Antonio Soares da Costa. **Ré: Carol Robert Soares Bittencourt; Clarice Carneiro de Lima; Cleide Terezinha Soares Fariras; Creuza de Castro Lemos; Dacinilda Farias Jaquimount; Dailce Gonçalves Luzeiro e Daniel Albuquerque. Representa: Miriam Tereza Paula de Albuquerque. Réus: Danielle Fortes dos Santos**. Representa: Silvana da Silva Fortes. **Réus: Doracy de Carvalho Sampaio; Eldino Pereia Rodrigues Neto; Edézio Lopes dos Santos; Elvina Maia de Almeida e Elizabeth Correa Ribeiro**. Representa: Jeirce Correa Ribeiro. **Réus: Elizabeth Palmeira Neves; Ellen Mayara Kelly Ribeiro. Representa: Elenilma Ribeiro dos Santos. Réus: Ercilia Araújo dos Santos e Érica Costa da Silva. Representa: Janio Garcia da Silva Dias. Ré: Ervellyn Kayty Ribeiro**. Representa: Elenilma Ribeiro dos Santos. **Réus: Fabrício Raimundo Silva Cerdeirinha**; **Fátima Marques Tomás**. Advogado: Dr. Rafael Hagge Batista(OAB/AM n.º 7335) **Sucessores de Francisca Brito da Silva; Francisca Corrêa Faria; Guiomarina da Gama Antunes; Franciane Alves Pinheiro; Hermínia Alves da Silva;Sucessores de Iolanda de Araújo Lima Paiva; Irene Ibernon da Silva; Irene de Queiroz Souza; Iris Valente de Lira; Ivanilde Moreno da Silva; Sucessores de Jader Herculano Barrozo; Sucessores de Joaninha Correa da Silva; Judite Rodrigues de Lima; Leonardo Henrique de Araújo Cruz Lopes.** Representa: Elizabeth de Araújo Cruz; **Sucessores de Ligia Medeiros de Oliveira Azevedo; Lucy de Chaves Tavares Calm; Lucia Paula de Sá Pantoja; Lucília Izidio de Oliveira e Luciana Harumi Bandeira Aikawa.** Representa: Deise Maria Bandeira Aikawa. **Réus: Manuel Raimundo de Lima; Maria Auxiliadora Raposo da Câmara; Maria Catarina Ferreira dos Santos; Maria Dalzira Linhares de Souza; Maria da Conceição da Silva; Maria da Glória Nunes dos Reis; Maria da Paz Alves da Silva; Maria da Sé Marques de Castro; Maria das Ores Guedes Lima; Sucessores de Maria das Graças dos Santos; Maria de Fátima Correa Guimarães; Maria de Fátima Dias de Assis; Maria de Fátima Farias Pimentel. Maria de Fátima Sampaio. Representa: Maria das Dores Sofia Pantoja. Réus: Maria Deuza Lima Brito da Costa. Maria do Carmo Teixeira da Conceição. Maria do Perpetuo Socorro Vieira Bezerra e Flora Fernandes**

da Costa. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.**

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 22 de agosto de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO
VICE-PRESIDÊNCIA

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. Wellinton José de Araújo faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Conflito de Jurisdição nº 0204827-18.2015.8.04.0015, de 2ª Vara Criminal
Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/AM. Suscitado: Juízo de Direito da 15ª Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus/AM. Interessado: Francimara de Lima Silva. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Onilza Abreu Gerth**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sílvia Abdala Tuma.

Conflito de Jurisdição nº 0618556-83.2018.8.04.0001, de 13ª Vara do Juizado Especial Criminal
Suscitante: Juízo de Direito do 13.º Juizado Especial Criminal da Capital/AM. Suscitado: Juízo de Direito da 6.ª Vara Criminal da Capital/AM. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. Relatora: Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Público Caio Bessa Cyrino.

Revisão Criminal nº 4002967-98.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Requerente: Elianderson Viana Sena. Advogada: Dra. Emília Carolina Mello Vieira (OAB: 3872/AM). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**. Promotor de Justiça: Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira. Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.** Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa. Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Mauro Roberto Veras Bezerra.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 22 de agosto de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0607243-62.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Santander S.a..** (Advogado(a): Dr(a). Acácio Fernandes Roboredo, Carolina Mizumukai, Flávio Neves Costa, Raphael Neves Costa, Ricardo Neves Costa(89774/SP, 264422/SP, 153447/SP, 225061/SP, 120394/SP). **Apelado: Distribuidora Leao Comercio de Produtos. DECISÃO:** "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0614050-40.2013.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Adonias Gladino dos Santos**. (Advogado(a): Dr(a). Antonio Alves Pereira(2622/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas. (**Advogado(a): Dr(a).Luciane Barros de Souza(4789/AM). **DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0644456-05.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Alvaro Luiz da Costa Fernandes, Silvana Castro Muniz(831A/AM, 648A/AM). **Apelado: Maria Florentina Medeiros**. (Advogado(a): Dr(a).Elio Francisco de Carvalho(493A/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0714126-09.2012.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Benvindo de Souza Vieira**. (Advogado(a): Dr(a). Marly Gomes Capote, Aldemiro Rezende Dantas Junior, João Batista Andrade de Queiroz(7067/AM, 2174/AM, 2372/AM). **Apelado: Renato Mucio Costa Melo**. (Advogado(a): Dr(a).João Batista Andrade de Queiroz, Antônia Andrade de Queiroz, Marly Gomes Capote(2372/AM, 3059/AM, 7067/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4003902-41.2019.8.04.0000 -** Manaus em que é **Agravante: Jonas Ribas** (Advogado(a): Dr(a). Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior, Yuri Dantas Barroso14182/AM, 4237/AM e **Agravado: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior, Yuri Dantas Barroso 14182/AM, 4237/AM. "Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do não cabimento de recurso de agravo de instrumento contra decisão que se acautela, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4002866-61.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). **Agravado: Condomínio Residencial Liverpool**. (Advogado(a): Dr(a). Fabrizio de Souza

Barroso Grosso (4473/AM), José Mário de Carvalho Neto (4861/AM), Leonardo Marques Bentes da Cunha (12565/AM) e Sarah Georgia de Figueiredo (10361/AM)). **DECISÃO: (....)** "Pelo exposto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal. " **Fica INTIMADO o agravado,** na pessoa de seu advogado Dr. (a) Fabrizio de Souza Barroso Grosso (4473/AM), José Mário de Carvalho Neto (4861/AM), Leonardo Marques Bentes da Cunha (12565/AM) e Sarah Georgia de Figueiredo (10361/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004016-77.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Percilio de Oliveira Batista**. (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Gomes Ribeiro (6199/AM), Marcos Paulo Coelho de Souza (4395/AM) e Pablo de Paula Lima (9482/AM)). **Agravado: HABITEC- Habitação, Empreedimento e Construções Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM) e Daniel Santos de Andrade (6733/AM)). **DECISÃO:** (....) "Pelo exposto, com fulcro no artigo 1019, I, do Novo Código de Processo Civil, defiro a liminar requerida no sentido de atribuir efeito suspensivo à decisão agravada." **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM) e Daniel Santos de Andrade (6733/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Interno Cível nº 0005496-61.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Alcides Gomes Dias** (Advogado(a): Dr(a). Rômulo José de Barros Lins 3919/AM) e **Agravado: Banco Cruzeiro do Sul** (Advogado(a): Dr(a). Oreste Nestor de Souza Laspro 98628/SP**), fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Oreste Nestor de Souza Laspro 98628/SP, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0613314-12.2019.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Marco Antonio Crespo Barbosa(115665/SP). **Apelado: Rosiney Duarte Gomes. DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0614843-37.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Maria Lúcia Oliveira da Soledade.** (Advogado(a): Dr(a). Eric Pires Benigno, Lara Betse Pará Nunes, Natan Costa Teixeira(9944/AM, 12034/AM, 10656/AM**). Apelado: O Estado do Amazonas. DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0619057-71.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: O Município de Manaus**. (Advogado(a): Dr(a). Ladyane Serafim Pereira(4990/AM). **Apelado: M I dos S Rodrigues - Transportes - Epp.** (Advogado(a): Dr(a). Maria Ione dos Santos Rodrigues(9521/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**.". PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0628708-59.2019.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Marco Antonio Crespo Barbosa(115665/SP). **Apelado: Elis Regina Maria Guedes de Oliveira**. (Advogado(a): Dr(a).José Luís Cantuária dos Reis(2896/AM). **DECISÃO**: "Analiso, inicialmente, os efeitos de recebimento do recurso, a teor do art. 1.012, caput, do CPC. Conforme sabido, a regra geral é que os recurso de apelação serão recebidos no duplo efeito. Entretanto, a teor do §1º, do art. 1.012, do CPC, indica que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; I - condena a pagar alimentos; II - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. Assim sendo, considerando que o caso em epígrafe amolda-se a hipótese do inciso V do mencionado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências."**PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0652366-49.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: B. V. S/A .** (Advogado(a): Dr(a). José Lídio Alves dos Santos, Roberta Beatriz do Nascimento(1163A/AM, 1164A/AM). **Apelado: C. C. de M. E. e H. LTDA . DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003712-78.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Carlos Alberto Osório**. (Advogado(a): Dr(a). Jonathas Macelino Andrade dos Santos(7607/AM). **Agravado: C. J. C. .** (Advogado(a): Dr(a). Regina Maria Jansen Simões(1086/AM). **DECISÃO**: "DISPOSITIVO Diante destas judiciosas razões, verificado que o Recurso de Agravo interposto não se adequa às diretrizes do rol de cabimento, na forma do art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso. Não havendo irresignação, remetam-se os autos à vara de origem. À secretaria para as providências cabíveis." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4003983-87.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Gilberto Duarte de Lima Filho** (Advogado(a): Dr(a). Camila Guimarães de Lima 13098/AM) e **Agravado: Joyce Nogueira dos Santos** (Advogado(a): Dr(a). Kanthya Pinheiro de Miranda 18032/BA), **fica INTIMADO o agravado**, por meio

de seu advogado Dr(a). Kanthya Pinheiro de Miranda 18032/BA, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj**. PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Habeas Corpus Cível nº 4004072-13.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Impetrante/Paciente: Gilberto Duarte de Lima Filho** (Advogado(a): Dr(a). Camila Guimarães de Lima13098/AM e Requerido: forum desembargador azarias **fica INTIMADO o INTERESSADO**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Camila Guimarães de Lima 13098/AM. "Em análise dos autos, verifico que trata-se de pedido de autorização para que o juízo plantonista do 2º Grau possa atuar em processo em regular trâmite perante este e.TJAM, notadamente no Agravo de Instrumento n. 4003983-87.2019.8.04.0000. Não obstante, na mesma oportunidade de apresentação do pedido, o qual é dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, por força do art. 4º, §1º, da Resolução TJAM n. 05/2016, verifico que a parte também ingressou, na mesma oportunidade, com Habeas Corpus Cível, no qual sequer consta a autoridade coatora ou, ainda, os demais requisitos inerentes ao seu conhecimento. Diante destas razões, intime-se o Interessado para, no prazo de 05 (cinco) dias, EMENDAR A INICIAL e indicar corretamente a lide que propõe, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0624038-80.2016.8.04.0001 -** Manaus em que é **Apelante: Aguinaldo Oliveira Freitas - ME (Imperial Construções)** (Advogado(a): Dr(a). Angela Maria Leite de Araújo Silva, Frederico Augusto Sampaio Veiga6940/AM, 11411/AM e **Apelado: Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda (**Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Paloma Tavares Feitoza Vieira128431/SP, 8759/**AM fica INTIMADO o APELANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Angela Maria Leite de Araújo Silva, Frederico Augusto Sampaio Veiga 6940/AM, 11411/AM. "Trata-se de Apelação Cível, em que figura como Apelante, Aguinaldo Oliveira Freitas - ME (Imperial Construções), tendo como Apelado, Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda, tendo por objeto a decisão da lavra do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, que julgou extinta a execução por ausência de liquidez do título. Do exame do conjunto processual, verifico que a parte Agravante pugna pela concessão do beneficio da justiça gratuita, contudo deixa de demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. O art. 98 do CPC, positivando entendimento jurisprudencial dominante, prevê que a gratuidade judiciária se aplica tanto as pessoas físicas como jurídicas. Entretanto, de acordo com o §3.º do art. 99 do mesmo Diploma, só há presunção de veracidade na "alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural". Assim, tratando-se de pessoa jurídica, cabe ao interessado comprovar que, efetivamente, não tem condições financeiras para suportar as despesas do processo. Portanto, converto o julgamento em diligência para determinar a intimação do Apelante, no prazo de lei, para que comprove sua incapacidade financeira para suportar o pagamento do preparo recursal sob pena de deserção. Intime-se, observando o disposto no artigo 272, §2.º, do CPC/2015. À Secretaria para providências cabíveis. Cumpra-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0656355-63.2018.8.04.0001 -** Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Cruzeiro do Sul.** (Advogado(a): Dr(a). Oreste Nestor de Souza Laspro(98628/SP). **Apelado: Maria Luiza Costa Alves.** (Advogado(a): Dr(a).Cintia Martins de Souza(4399/AM). **DECISÃO:** "Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0643656-45.2015.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: A Gurgel do Carmo e Cia Ltda.** (Advogado(a): Dr(a). Rachel Paes Barreto Nadaf, Jaber Calil |Nadaf Neto, Marizete de Souza Caldas(5585/AM, 5247/AM, 6405/AM). **Apelado: Banco Itaú S/A**. (Advogado(a): Dr(a).Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei(21678/PE). **DECISÃO**: "Pelo exposto, monocraticamente, homologo o acordo de fls. 203/204 para que produza seus efeitos legais, de acordo com art. 487, III, b do CPC/15." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004002-93.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Agroindustria e Comercio de Derivados do Leite da Amazônia Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Eli Marques Cavalcante Junior 2881/AM) e **Agravado: Tawrus Seguranca e Vigilancia Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Anderson Raphael Pereira de Araújo 7359/AM**), fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Anderson Raphael Pereira de Araújo 7359/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005379-70.2019.8.04.0000 -** Manaus em que é **Embargante: O Município de Manaus**. (Advogado:Ariel Shalom Benchimol de Resende6095/AM e **Embargado: Odalea Heitor da Silva**. (Advogado: [Leandro de Oliveira Violin 4857/AM**]. Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Leandro de Oliveira Violin (4857/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo Interno Cível nº 0001181-87.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Antonelly Construções e Serviços Ltda**.. (Advogado(a): Dr(a). Priscila Lima Monteiro, Igor de Mendonça Campos(5901/AM, 766A/AM). **Agravado: Takehisa Takaki**. (Advogado(a): Dr(a).Raimundo Sérvulo Lourido Barreto(127956/AM**). DECISÃO**: "declaro a perda do objeto e julgo prejudicado o recurso." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relator(a) dos autos dos autos **eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005542-50.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: F. P. do E. do A. - A.** . (Advogado:Caroline Retto Frota4411/AM e **Embargado: M. S. G. .** (Advogado: [Rejane da Silva Viana, Mario Ulysses da Silva Riker 4496/AM, 10171/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dra. Rejane da Silva Viana, Mario Ulysses da Silva Riker (4496/AM, 10171/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003713-63.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Marco Antonio Maia Pinto**. (Advogado(a): Dr(a). Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (3066/AM), Rôsangela Lemos Mello Guimarães (2747/AM) e Ruy Gama e Silva (312A/AM**)). Agravado: Eunice Nunes de Lima.** (Advogado(a): Dr(a). Carlos Alberto Coelho de

Andrade (7866/AM) e Elaine de Bezerra Queiroz Benayon (3456/AM)). **DECISÃO:** (....) "Assim sendo, por todo o exposto, defiro parcialmente o pedido de efeito suspensivo, determinando a suspensão da decisão apenas no que tange a determinação de recolhimento da CNH e do passaporte do Agravante, bem como a suspensão de seus cartões de Crédito. "**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Carlos Alberto Coelho de Andrade (7866/AM) e Elaine de Bezerra Queiroz Benayon (3456/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Interno Cível nº 0005513-97.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Pavcon Pavimentação e Construções Ltda.** (Advogado(a): Dr(a). Nazareno Pereira de Melo, Jefferson Laborda da Silva 5690/AM, 4322/AM) e **Agravado: Formosa Participações e Empreendimentos Imobiliários** (Advogado(a): Dr(a). Vitor Lima Verde Coelho, Luiz Henrique Braz, Luiz Henrique Braz Junior, Edgar Altino de Mauro Teixeira Filho 12945/AM, 2587/AM, 4652/AM, 3113/AM), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Vitor Lima Verde Coelho, Luiz Henrique Braz, Luiz Henrique Braz Junior, Edgar Altino de Mauro Teixeira Filho 12945/AM, 2587/AM, 4652/AM, 3113/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005517-37.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Antonio Augusto Brito Feijó Júnior**. (Advogado:Renata Carvalho Bezerra13907/AM e **Embargado: Banco RCI Brasil S.A**.. (Advogado: [Aurelio Câncio Peluso, Alexandre Millen Zappa 32521/PR, 27862/PR]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Aurelio Câncio Peluso, Alexandre Millen Zappa (32521/PR, 27862/PR) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005543-35.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Flávia Christtinne da S. Melo. (**Advogado:Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo, Vasco Macedo Vasques9240/AM, 5305/AM e **Embargado: Caren Pâmela de Andrade Andrade.** (Advogado: [Elisa Gomes Valente Bulboo 9767/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0263919-42.2010.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: O Estado do Amazonas e Apelado: Cosmenorte Produtos de Higiene e Beleza**. (Advogado(a): Dr(a).José Manoel Biatto de Menezes, Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes(A432/AM, 5314/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0610836-36.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bmg S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto(30142AC/E). **Apelado: Altamiro de Souza Castro.** (Advogado(a): Dr(a).Thiago Vinícius Mendonça Moreira(A1087AM). **DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0613081-83.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Industrial do Brasil S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Wilson Sales Belchior, Andre de Souza Oliveira, Wilson Sales Belchior(1037A/AM, 5219/AM, 17314/CE**). Apelado: Ester Costa da Silva.** (Advogado(a): Dr(a).Penelope A. Antony Lira, Vandesson Barbosa Santiago, Yonete Melo das Chagas(7357/AM, 12217/AM, 8827/AM). DECISÃO: "Assim sendo, considerando que as demais condenações possuem relação direta, mas interdependente da tutela concedida, entendo que por cautela é necessário o recebimento do recurso, neste tocante, no seu duplo efeito, permanecendo o efeito suspensivo tão somente quanto à obrigação decorrente da ordem expedida. Diante do exposto, RECEBO o Recurso de Apelação no seu efeito meramente devolutivo quanto à confirmação da ordem liminar concedida, recebendo no duplo efeito nos demais capítulos do julgado. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0641795-19.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. (Advogado(a): Dr(a). Hiran Leão Duarte(10422/CE). Apelado: Rebeca Santiago de Lima**. DECISÃO**: "Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 932 c/c art. 485, III, §1º, do CPC, DOU PROVIMENTO ao Recurso de Apelação e ANULO a Sentença de fls. 59, prosseguindo o feito nos seus ulteriores termos. Intimem-se as partes. Findo prazo recursal sem irresignação, devolvam os autos à . À Secretaria desta Câmara, para as providências necessárias." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0638517-78.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é Apelante: General Motors do Brasil Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Diogo Dantas de Moraes Furtado, Solon Argelim de Alencar Ferreira, Luan Carlos de Freitas Afonso da Costa(33668/PE, 3338/AM, 11405/AM). Apelado: General Motors do Brasil Ltda. (Advogado(a): Dr(a).Diogo Dantas de Moraes Furtado, Solon Argelim de Alencar Ferreira, Edgard Angelim de Alencar Ferreira, Luan Carlos de Freitas Afonso da Costa(33668/PE, 3338/AM, 3995/AM, 11405/AM). DECISÃO: "homologo o acordo e extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, alínea 'b' do CPC. Ocorrendo o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, com as cautelas de praxe, independentemente de novo comando judicial." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004027-09.2019.8.04.0000** - Parintins em que é Agravante: Romualdo de Castro Corrêa (Advogado(a): Dr(a). Adson José Messias Ribeiro6534/AM e Agravado: Cláudia Kelly Neves Machado da Silva (Advogado(a): Dr(a). Roberto Alves Vinhote, Janaina Carvalho de Oliveira Vinhote, Terry Tenner Feleol Maruqes, Paula Crislane da Silva Moraes7391/PA, 10511/PA, 12223/PA, 15080/PA fica INTIMADO o AGRAVANTE, na

pessoa de seu Advogado Dr(a). Adson José Messias Ribeiro 6534/AM. "Trata-se de Agravo de Instrumento Cível interposto por Adson José Messias Ribeiro, irresignado com a sentença que extinguiu a execução de honorários, com fundamento no artigo 924, V, do Código de Processo Civil. Da análise detida dos autos, vislumbra-se ter sido proferida sentença, na qual reconheceu-se a ocorrência da prescrição intercorrente, resolvendo, portanto, todo o remanescente da lide, de modo que a via de impugnação cabível seria a Apelação, nos termos do artigo 1.009, do CPC. Assim sendo, verificando-se a possibilidade de não se conhecer do recurso, intime-se o Agravante para, em cinco dias, se manifestar a respeito da mencionada inadmissibilidade recursal, nos termos do artigo 932, parágrafo único, em ciranda com os artigos 9º e 10, todos do CPC. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências."**PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4003419-11.2019.8.04.0000** - Manaus em que é Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto23255/PE e Agravado: Maria Ivaneide Figueira da Silva, (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto, Michelle Fascini Xavier12790AM/T, 860A/AM fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto 23255/PE. "Intime-se o Agravante para que se manifeste, em cinco dias, sobre o petitório de fls. 276/277 e a possível perda do objeto recursal em virtude da juntada do documento na origem. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004052-22.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é Agravante: S.B. Comércio Ltda. (Advogado(a): Dr(a). João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am)). Agravado: Jose Fernades Alves Furtado. (Advogado(a): Dr(a). Bergson Mendonça Lacerda (8963/AM) e Dermeval de Oliveira Nascimento (7475/AM)). DECISÃO: (....) "Neste termos, em sede de cognição sumária, defiro o pedido de efeito suspensivo. " Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Bergson Mendonça Lacerda (8963/AM) e Dermeval de Oliveira Nascimento (7475/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4000893-71.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Virginia Nunes Bessa(3591/AM). Agravado: Alice Maria dos Santos. (Advogado(a): Dr(a).Vitor Kikuda(424A/AM). DECISÃO: "Dito isso, considerando que o juízo a quo tornou sem efeito a decisão impugnada por este Agravo de Instrumento, declaro a perda do objeto e julgo prejudicado o recurso." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0622906-17.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é Apelante: Universidade do Estado do Amazonas - Uea. (Advogado(a): Dr(a). Wanessa Cavalcante Fecury Soares(6367/AM). Apelado: Dinilson Bandeira Robert. (Advogado(a): Dr(a).Catharina de Souza Cruz Estrella, Catharina de Souza Cruz Estrella, Catharina de Souza Cruz Estrella(7006/AM, 7006/AM, 7006/AM). DECISÃO: "Observados os requisitos exigidos pelo artigo 1.010 do CPC, o prazo legal de 15 (quinze) dias e dispensado o preparo, recebo a apelação em seu duplo efeito. Ao Ministério Público para manifestar-se sobre a causa " **PT**

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000272-45.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Fábio da Silva Vieira. Advogados: Wagner de Oliveira Vieira (OAB: 2786/AM) e Vitor de Souza Vieira (OAB: 6843/AM). Agravado: North Incorporações Construções Ltda. Advogados: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM) e outros. Presidente/Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TERIA MENOR. ART. 28, § 5º, DO CDC. MATÉRIA QUE NÃO FOI OBJETO DE ANÁLISE E DECISÃO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. I - Uma vez que a desconsideração da personalidade do art. 28, § 5.º, da Lei 8.078/90 (teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica) não foi objeto de análise e decisão pela instância a quo, o tribunal não poderia solucionar a questão, pois tal importaria em supressão de instância. Jurisprudência dos Tribunais.II Assim, correta a decisão monocrática agravada que, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheceu do agravo de instrumento originário ante a sua inadimissibilidade.AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros, CONHECER do agravo interno interposto, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000286-69.2015.8.04.7501 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé. Apelante: Município de Tefé/Am. Procuradores: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM) e Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM). Apelada: Cristiane Paz Frazão. Advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ÉDITO SENTENCIAL COMBATIDO. OFENSA AOS ARTS. 11 E 489, § 1º, INCISO I, AMBOS DO CPC/2015 C/C ART. 93, INCISO IX, DO CF/88. NULIDADE CONFIRMADA. ENFRENTAMENTO DO MÉRITO DA DEMANDA. PRINCÍPIO DA CAUSA MADURA. ART. 1.013, § 3º, DO CPC/2015. ATENDIMENTO DO CRITÉRIO TEMPORAL. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO QUANTO À AVALIAÇÃO DO CRITÉRIO DE MERECIMENTO. CABIMENTO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL.- A ausência de fundamentação de qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, implica na afronta direta ao comando legal estatuído no art. 93, IX, da Constituição Federal/88, bem como aos arts. 11 e 489, § 1º, inciso I, ambos do CPC/2015, tornando-a nula.- A decisão que julgou procedente o pedido de progressão horizontal formulado pela apelada não atendeu ao princípio da persuasão racional, porquanto decidiu a questão posta em juízo sem expor suas razões lógico-jurídicas, sendo nula.- Desnecessário o retorno dos autos à origem, porquanto a causa está madura, o que autoriza o enfrentamento do mérito, nos termos do art. 1.013, §3º, do CPC/2015.- No mérito, mister se faz proceder à progressão horizontal da servidora, ante a comprovação fidedigna do preenchimento do quesito de antiguidade e estando a Fazenda Pública inerte quanto à aferição do critério de merecimento. - Existe, ademais, precedente desta Corte de Justiça que, em caso idêntico, inclusive relativo ao mesmo município apelante, já reconheceu o direito de servidor à progressão em caso de omissão.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0000286-69.2015.8.04.7501, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem

a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, para, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000363-21.2017.8.04.6301 - Apelação Cível, 1ª Vara de Parintins. Apelante/Apelado: Banco BMG S/A. Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros. Apelante/Apelada: Vera Lucia da Silva e Silva. Advogados: Rodrigo Cesar da Silva e Silva (OAB: 7260/AM) e Evander Elias de Queiroz (OAB: 7015/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO. EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. COBRANÇA INDEVIDA. REPETIÇÃO EM DOBRO. LEI 8.078/90, ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO. MULTA DIÁRIA. SÚMULA 54/STJ. DANO MORAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. CCB/2002, ART. 406. TAXA SELIC. PORTARIA 163/2014-PTJ.Restou comprovado que os descontos em favor do banco continuaram a ocorrer mesmo depois de liquidados os contratos que lhes davam amparo. Caracterizada a cobrança indevida e o pagamento. O banco simplesmente não ofereceu qualquer justificativa para a continuidade dos descontos depois da extinção dos contratos, ou seja, não logrou demonstrar a ocorrência de engano justificável. Inevitável reconhecer, nessa conjuntura, a conduta abusiva e a má-fé. Lei 8.078/90, art. 42, parágrafo único.Considerando os valores dos descontos, a multa fixada pela r. sentença se revelou exagerada e desproporcional, devendo ser reduzida. Embora não houvesse amparo contratual para os descontos, observa-se que a relação havida entre as partes tinha natureza contratual, e que os valores descontados indevidamente correspondiam ao que fora pactuado nas avenças. Portanto, não poderia ser aplicada a orientação da Súmula 54/STJ.A cobrança indevida, por si só, não pode ser compreendida como suficiente para caracterizar dano moral; seria indispensável comprovar lesão a direito da personalidade, como, por exemplo, a inserção em cadastro de proteção ao crédito. Dano moral improcedente.A jurisprudência do c. STJ se consolidou no sentido de considerar como de ordem pública as questões concernentes a juros de mora e correção monetária, cuja alteração, de ofício, não importa em reformatio in pejus, nem em julgamento ultra ou extra petita; e de proclamar que, ex vi do art. 406, do CCB/2002, deve ser aplicada a Taxa Selic, a qual inclui juros de mora e correção monetária. Apelação do Banco BMG S. A. parcialmente provida. Apelação de Vera Lúcia da Silva e Silva improvida, alterando-se, de ofício, os juros moratórios e a correção monetária fixados pela r. sentença.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação do Banco BMG S. A.; negar provimento à apelação de Vera Lúcia da Silva e Silva, alterando-se, de ofício, os juros moratórios e a correção monetária fixados pela r. sentença, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000498-50.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Amazonas. Procuradora: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM). Embargada: Maria Ozeneide de Oliveira Siqueira. Advogado: Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB: 3456/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. VEDAÇÃO. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. I - Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/15.II - A questão acerca da condenação em honorários advocatícios, em razão da sucumbência da parte embargada no tocante à multa de 40% (quarenta por cento), foi analisada de forma clara e expressa no acórdão embargado. Naquele momento, afastou-se a condenação da parte embargada ao pagamento da verba honorária ante a sua sucumbência mínima, não havendo qualquer dificuldade para o entendimento sobre a conclusão alcançada por esta E. Câmara Cível.III - Manifesta intenção de rediscussão do mérito quanto ao pedido de honorários advocatícios sucumbenciais já analisado e rejeitado -, o que é vedado pelo ordenamento jurídico em embargos de declaração, pois não se amolda às hipóteses específicas do art. 1.022 do CPC/15.EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, REJEITAR os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000672-78.2013.8.04.6302 - Apelação / Remessa Necessária, 2ª Vara de Parintins. Apelante: Município de Parintins. Procuradora: Anacley Garcia Araújo da Silva (OAB: 3116/AM) e Carlos Roberto Alemida da Silva (OAB: 7963/AM). Apelado: Grace Maria Rocha Pinheiro. Advogados: André Luiz Rocha Pinheiro (OAB: 7141/AM), Acram Salameh Isper Junior (OAB: 6715/AM), Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB: 6698/AM) e Claudia Teixeira Brasil (OAB: 7400/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Remessa necessária. Apelação Cível. Ação de Cobrança. Servidor público. Contrato temporário. Sucessivas prorrogações. Nulidade. FGTS. Cargo Comissionado. 1. A contratação de pessoal, mediante contrato temporário, para o exercício de funções em hipótese não prevista na legislação estadual ou em prazo superior ao legalmente aceito, enseja a nulidade absoluta da avença, assegurando-se ao servidor prejudicado o direito ao recebimento do FGTS.2. Ocupante de Cargo em Comissão não possui direito ao benefício citado.3. Apelação conhecida e parcialmente provida. Remessa necessária conhecida e provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Remessa Necessária nº 0000672-78.2013.8.04.6302, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator. Remessa Necessária conhecida e provida.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000692-50.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: VR Treinamento e Consultoria Em Gestão Empresarial Ltda. Advogados: Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB: 4331/AM), Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB: 6975/AM), Márcia Caroline Milleo Laredo (OAB: 8936/AM), Livia Maria Andrade Porto (OAB: 11348/AM), Gabriela Marinho Alves (OAB: 13368/AM) e Michael Galati (OAB: 10449/AM). Embargado: Fiori Veicolo S/A. Advogados: Marisa Paiva de Moura (OAB: 23647/PE) e Luis Felipe de Souza Rebelo (OAB: 17593/PE). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO INTERNO. PREVISÃO LEGAL. DESNECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS APTA À FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO JUÍZO. APLICAÇÃO DO EFEITO REGRESSIVO. MÚLTIPLOS PETICIONAMENTOS DE AGRAVO INSTRUMENTO. RECURSO QUE GEROU A PREVENÇÃO. RETRATAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE FIXOU A PREVENÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Nos termos do art. 1.024, §3ª, CPC, é possível a fungibilidade recursal entre o recurso de embargos de declaração e agravo interno; 2. Despicienda a complementação das razões recursais do Agravo Interno, em virtude das razões recursais se demonstrarem apta à formação do convencimento do juízo; 3. Retratação da decisão monocrática proferida em agravo de instrumento que, anteriormente, não o conheceu por afronta ao princípio da unirecorribilidade recursal; 4.Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em dar provimento ao

embargos de declaração, recebido como agravo interno, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000806-86.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM) e outros. Agravada: Lucilene Medeiros Gadelha. Advogado: Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (OAB: 9992/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA AGRAVO INTERNO. RENÚNCIA AO MANDATO DO PATRONO DA AGRAVANTE. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO DE NOVO ADVOGADO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO NÃO SANADA. ART. 76, §2°, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1.Nos termos do art. 76, §2°, I, do CPC, remanescendo a irregularidade de representação após a intimação da parte recorrente para saneá-la.2. Agravo interno conhecido e não provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0000806-86.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000877-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos SMTU. Advogados: Rosely da Costa Tribuzy (OAB: 3440/AM) e outros. Embargado: Sergio Augusto de Lima Pereira. Advogados: Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB: 4249/AM) e Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB: 9786/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA:EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. PEÇA RECURSAL COM MEIA PÁGINA DE FUNDAMENTAÇÃO. MATÉRIAS CENTRAIS DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre as questões centrais meritórias, não havendo qualquer falha na fundamentação, mas evidente propósito recursal em protelar;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0000970-51.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Fiori Veicolo S/A. Advogados: Marisa Paiva de Moura (OAB: 23647/PE) e Luis Felipe de Souza Rebelo (OAB: 17593/PE). Embargado: VR Treinamento e Consultoria Em Gestão Empresarial Ltda. Advogados: Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB: 4331/AM), Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB: 6975/AM), Márcia Caroline Milleo Laredo (OAB: 8936/AM), Livia Maria Andrade Porto (OAB: 11348/AM), Gabriela Marinho Alves (OAB: 13368/AM) e Michael Galati (OAB: 10449/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PERDA DO OBJETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELA PARTE ADVERSA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO REALIZADO NA DECISÃO IMPUGNADA. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Embargo de declaração que impugna decisão monocrática que sofreu juízo de retratação em decorrência de interposição de recurso pela parte adversa; 2. Inexistindo a decisão judicial impugnada deve-se reconhecer a perda do objeto do recurso anteriormente interposto; 3. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em não conhecer do recurso de Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001008-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta). Embargante: Ozete Costa Viana. Advogados: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM) e Mauricio Pereira da Silva (OAB: 1122/AM). Embargado: Estado do Amazonas. Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO INEXISTENTE. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DEFINIDOS EM LEI. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SE REJEITAM.I Consoante dispõe o artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a retirar do julgado eventual omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da lide.II Havendo no acórdão manifestação expressa sobre as matérias objeto do recurso, a parte inconformada já está de posse das razões de decidir.III Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0001008-63.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001135-98.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: Catherine Bentes Samuel e Anete Bentes Samuel. Advogados: Clemente Augusto Gomes Neto (OAB: 10785/AM) e Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM). Embargada: Tanilza Passos de Souza. Advogado: Júlio de Oliveira Macedo (OAB: 6523/AM). Presidente/Membro: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAR. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão meritória central, não havendo contradição ou omissão, mas evidente propósito recursal de rediscutir, ficando a matéria prequestionada ex vi art. 1.025 do CPC/15;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001209-55.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Transportes Zilli Ltda. Advogados: Paulo Victor Petrochinski Guiotti Gonçalves (OAB: 29694/GO). Embargado: Ral Empreendimentos Ltda. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e Igor Alves da Costa (OAB: 9621/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM DECORRÊNCIA DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA.

CONHECIMENTO DO RECURSO. ACOLHIMETNO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. De fato, o julgado recorrido negou provimento ao apelo da embargada, mas não se manifestou sobre a majoração dos honorários advocatícios consoante determina o art. 85, §11 do CPC/15;3. Embargos de declaração acolhidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001295-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Francisca da Silva Brasil. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Embargado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Procurador: Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB: 371064/SP). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. EMENTA: Embargos de declaração. Omissão. Contradição. Inexistência.1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso.2. Reveste-se de caráter nitidamente infringente os argumentos dos aclaratórios que, a pretexto de omissão e obscuridade, repetem os fundamentos do apelo.3. A contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, não cabendo entre a sua conclusão e as provas dos autos, como pretende o recorrente.4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0001295-26.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001298-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: Adonias Cordeiro de Sena e Elvis Fátimo da Silva Ferreira. Advogados: Josemar Bezerra do Vale (OAB: 9662/AM) e Jomara Martins Rosas do Vale (OAB: 10424/AM). Embargado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REGRESSO. AUSÊNCIA DE CADASTRAMENTO DOS ADVOGADOS DO EMBARGANTE NOS PRESENTES AUTOS. FORMULAÇÃO DE PLEITO ALUSIVO À PRODUÇÃO DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. OMISSÃO. CONFIRMADA.- Resta delineado tanto a subsistência da preliminar de nulidade da r. sentença pela falta de cadastramento (habilitação) dos patronos dos ora embargantes nos autos virtuais, eis que, in casu, o instrumento procuratório fora juntado às fls. 71/73, bem como o pedido de produção de provas, às fls. 77/78, os quais foram desconsiderados pelo Juízo a quo e não analisados no acórdão embargado.- Considerando que comprovado que os causídicos dos reus/embargantes formularam pedido de produção de provas antes da prolação da r. Sentença de mérito, impõe-se o acolhimento da alegação de cerceamento de defesa, nos termos dos arts. 349 e 355, inciso II, ambos do CPC/2015.- Assim, ante a confirmação das omissões, não há óbice capaz de inviabilizar o acolhimento da pretensão deduzida nos presentes aclaratórios.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS. EFEITO MODIFICATIVO CONCEDIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº. 0001298-78.2019.8.04.0000 - Manaus/AM, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, para dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001312-81.2013.8.04.6302 - Apelação Cível, 1ª Vara de Parintins. Apelante: M.M. Engenharia Ltda. Advogados: Gilvan Simões Pires da Mota (OAB: 1662/AM), Maiara Carvalho da Motta (OAB: 3994/AM), Juliana Gorayeb Costa (OAB: 4214/AM) e Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (OAB: 8974/AM). Apelado: Município de Parintins. Procuradora: Anacley Garcia Araújo da Silva (OAB: 3116/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. A APELANTE NÃO COMPROVOU A CELEBRAÇÃO DE ADITIVO E A EXECUÇÃO DA OBRA. À FAZENDA PÚBLICA NÃO SE APLICAM O EFEITO MATERIAL DA REVELIA E A CONFISSÃO. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE.A apelante não apresentou as medições feitas pela fiscalização municipal, as quais, segundo o contrato administrativo, deveriam anteceder o pagamento. Também não juntou cópia do termo de recebimento da obra (lei 8.666/93, art. 73), peça que poderia atestar a execução do contrato e suprir a falta das medições. A apelante também deixou de juntar o aditivo que afirma ter sido realizado. Em verdade, limitou-se a juntar correspondências, exigindo a celebração do aditivo. Em decorrência do princípio da indisponibilidade dos interesses da Fazenda Pública, não se lhe aplicam o efeito material da revelia e a confissão.O ônus de provar a celebração do aditivo e a execução da obra era da apelante (CPC/2015, art. 373, I) e a ocorrência de tais fatos não poderia ser presumida.Apelação conhecida e improvida.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer da apelação e lhe negar provimento, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001601-92.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Lindbergh Sá Valente. Advogados: Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM) e Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB: 9013/AM). Embargado: Estado do Amazonas. Procuradora: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PARIDADE COM SERVIDORES DA ATIVA. LAPSO TEMPORAL SUPERIOR À 05(CINCO) ANOS ENTRE O ATO APOSENTATÓRIO E A JUDICIALIZAÇÃO DO PEDIDO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. CONFIRMAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE TRATO SUCESSIVO. PRECEDENTE DO STJ. MANUTENÇÃO DO JULGADO IMPUGNADO.I A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é uníssona, no sentido de impossibilitar a revisão de ato aposentatório (reenquadramento funcional, por meio da paridade com servidores da ativa), decorrido mais de 05 (cinco) anos entre a aposentadoria do servidor e a judicialização do seu pedido, em razão do instituto da prescrição do fundo de direito. Precedentes.II Destarte, importa ratificar que o caso vertente não versa sobre trato sucessivo, mormente porque não restou demonstrada a distinção entre o caso sub judice e o precedente da Corte Superior invocado pelo Estado do Amazonas.III AGRAVO INTERNO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos o Recurso de Agravo Interno interposto na Apelação Cível em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros, CONHECÊ-LO, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0001796-77.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. Embargante: Estado do Amazonas. Procuradora: Vivian Maria

Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM). Embargado: Arosuco Aromas e Sucos Ltda. Advogados: Fábio Silva Andrade (OAB: 9217/AM), Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB: 4000/AM), Renato Mendes Mota (OAB: 2348/AM), Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843A/AM), Fernando Gomes de S. Silva (OAB: 116966/RJ) e Vinícius Faria Pereira (OAB: 165365/RJ). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. NÃO FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA EM PRIMEIRO GRAU. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE ANULOU A SENTENÇA, DETERMINANDO A CONTINUIDADE DO FEITO NO JUÍZO DE ORIGEM. NÃO CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO C. STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. I - Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/15.II - A fixação de honorários advocatícios recursais pelo § 11 do art. 85 do CPC/2015 apenas é possível quando houver condenação prévia pela instância inferior. Jurisprudência pacífica do c. STJ.III - No caso, diante da ausência de fixação prévia de honorários sucumbenciais pela instância originária, assim como pela declaração de nulidade da sentença, era incabível a fixação de honorários sucumbenciais recursais pelo § 11 do art. 85 do CPC/2015, inexistindo qualquer omissão no acórdão embargado ao deixar de estipulá-los. III - Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, REJEITAR os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0002186-47.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Banco Volkswagen S/A. Advogados: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM), Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM) e Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM). Embargada: Débora Brasil Lima. Advogados: Luciomar da Silva Almeida (OAB: 2401/AM) e Iran Vieira de Sousa (OAB: 5706/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINS PREQUESTIONATÓRIOS. MATÉRIA SOBRE COMPROVAÇÃO DE MORA DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso; 2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão da não configuração da mor necessária para viabilizar a busca e apreensão, não havendo qualquer vício integrativo a ser sanado, restando a matéria prequestionada para fins processuais;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0002704-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Município de Manaus. Procurador: Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB: 14198/AM). Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Aguinelo Balbi Junior (OAB: 89/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. MATÉRIA SOBRE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão da responsabilidade da Comuna para obras de infraestrutura em área urbanas, não havendo omissão no julgado;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0002852-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Fábio Oliveira de Lima. Advogados: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM) e outros. Embargado: Estado do Amazonas. Procurador: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. PLEITOS DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO NÃO ANALISADOS. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. ACOLHIMENTO PARA ACLARAR. SEM EFEITO INFRINGENTE.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. De fato, os pleitos de pagamento de 13º salário e férias não foram apreciados, apesar de levantados na apelação cível (fls. 327/328), razão pela qual a decisão merece ser integrada apenas para apreciação da matéria, sem, contudo, efeito infringente modificativo do resultado do decisum embargado;3. Embargos de declaração acolhidos, mas sem efeito infringente.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante, mas sem efeitos infringentes.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0002853-33.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Instituto Libertas. Advogados: Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM) e outros. Embargado: Estado do Amazonas. Procurador: Mateus Severiano da Costa. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. MATÉRIA SOBRE AUSÊNCIA DO DEVER DE RESSARCIMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão da falta de comprovação de gastos/custos a serem ressarcidos, não havendo qualquer omissão ou contradição;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0002920-95.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: Magscan - Clinica de Imagenologia de Manaus Ltda. e JGC Participações Ltda. Advogados: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM) e Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogados: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM) e Rhamael Theodorus Yohannes Oliveira Shilva Gomes Villar (OAB: 19143/MT). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO.PROPÓSITO PREQUESTIONADOR. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. MATÉRIA CENTRAL DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão central do feito, não havendo contradição com o precedente do STJ utilizado;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003039-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargantes: Pedro Santiago da Costa, Celis Batista da Silva, Edvaldo Rodrigues Aleme, Gezino Tinoco Leocadio, Iran Duarte dos Santos, Jose Alberto da Silva e outros. Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Embargado: Estado do Amazonas. Procuradors: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: 0EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. MATÉRIA SOBRE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão da prescrição da pretensão para fins de cobrança de diferenças nos casos de URV, não havendo qualquer omissão no julgado, mas nítido propósito recursal em rediscutir o feito em suas 82 folhas da peça apresentada;3. Embargos de declaração rejeitados. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003068-09.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara de Família. Embargante: A. F. L. de S. Advogado: Davidson Reis da Silva (OAB: 8228/AM). Embargada: S. M. de S. N. Advogados: Yuri Dantas Barroso (OAB: 4237/AM), Alexandre Pena de Carvalho (OAB: 4208/AM), Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB: 4976/AM) e Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB: 11333/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÕES DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. MATÉRIA SOBRE A NECESSIDADE DE ALIMENTOS DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão central da necessidade de alimentos, não havendo contradição ou omissão no julgado, mas evidente propósito recursal de rediscutir a matéria;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003082-90.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Bradesco Vida e Previdência S/A. Advogados: Andrezza Caldas Vital (OAB: 10723/AM), Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM) e outros. Embargada: Michelly Alves Manoel. Advogada: Selma Mara Santana Mota (OAB: 5524/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. MATÉRIA SOBRE PRODUÇÃO DE PROVAS DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão central das provas produzidas para o convencimento do julgador, não havendo qualquer omissão a ser sanada;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003083-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: Direcional Engenharia S/A e Jonasa Empreend. Imobiliários Ltda. Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM), Andrade GC Advogados (OAB: 5797/AM) e outros. Embargado: Solon Antonio Ramos Gonçalves Junior. Advogados: Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB: 4563/AM), Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. MATÉRIA SOBRE OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA EM INSTÂNCIA ORIGINÁRIA DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão dos elementos necessários para a tutela antecipada deferida alhures, não havendo omissão ou contradição;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003086-30.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Santa Leôncia Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e outros. Embargados: Marlene Teodoro Dibo Franco e José de Lima Franco. Advogados: Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB: 2950/AM) e Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. QUESTÃO CENTRAL SOBRE A RETENÇÃO DE PERCENTUAL DECORRENTE DE DISTRATO IMOBILIÁRIO DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão central do percentual a ser retido decorrente de distrato imobiliário, não havendo vício integrativo a ser sanado;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003088-97.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Maria Edna Araújo Mateus. Advogada: Maria Edna Araújo Mateus (OAB: 3461/AM). Embargado: Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil. Advogados: Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB: 7312/AL), Carlo André de Mello Queiroz (OAB: 6047/AL) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA:EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. ACORDO HAVIDO ENTRE AS PARTES. PERDA DO OBJETO RECURSAL. ACOLHIMENTO DOS ACLARATÓRIOS.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. As partes apresentaram termo de acordo e pleitearam a perda do objeto da demanda momentos antes do julgamento do recurso, razão pela qual o recurso pretérito de agravo de instrumento merece ser desconhecido diante da primordial vontade conciliatório das partes em resolver pacificamente a lide;3. Embargos de declaração acolhidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003307-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: Nidal Raad e Beatriz Francheschi Raad. Advogados: Alessandra Gomes dos Santos (OAB: 6938/AM), Icaroty José da Silva (OAB: 6010/AM) e Onilda Abreu da Silva (OAB: 2288/AM). Embargada: Simara Mota do Nascimento Martins. Advogados: Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB: 6971/AM) e Jean Wakim Hanna Wakim Filho (OAB: 5181/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Embargos conhecidos e não providos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0003307-13.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas.ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.PUBLIQUE-SE.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003318-42.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Amazonprev. Advogados: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) e outros. Embargado: Ednaldo Castro da Silva. Advogada: Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB: A356/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÕES DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E FALHA NA FUNDAMENTAÇÃO. QUESTÕES MERITÓRIA CENTRAIS DEVIDAMENTE ANALISADAS. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação de vício integrativo enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre as questões meritórias centrais, não havendo obscuridade, contradição, omissão ou falha na fundamentação, mas evidente propósito recursal em rediscutir o julgado;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003376-45.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal. Embargante: Município de Manaus. Procurador: Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM). Embargada: Associação de Educação Lato Sensu do Brasil. Advogado: Antonio Adalberto Magalhães Martins (OAB: 2792/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE VÍCIOS INTEGRATIVOS. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Sucede que os embargos em questão não merecem ser conhecidos por não terem sequer alegado tais vícios, apenas se insurgindo contra o mérito em si do julgado, postura que não se mostra cabível nesta via recursal, havendo inclusive entendimento do Superior Tribunal de Justiça;3. Embargos de declaração não conhecidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, NÃO CONHECER os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003394-66.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Orlando da Silva Câmara. Advogados: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e outros. Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotora: Wandete de Oliveira Netto (OAB: 180/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes Autos de Embargos de Declaração n. 0003394-66.2019.8.04.0000 - Capital - Fórum Ministro Henoch Reis em que são partes as acima nominadas.ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003447-47.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Aaa Reis Import Comercio de Equipamentos e Informática Ltda - Loja Hitec). Advogada: Priscila Lima Monteiro

(OAB: 5901/AM). Embargado: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra. Advogados: Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM), Paulo Rogério Arantes (OAB: 1509/AM), Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB: 4831/AM), Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB: 2144/AM), Karla Freixo Braga (OAB: 3775/AM), Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB: 8074/AM), Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB: 13000/AM), Isaltino José Barbosa Neto (OAB: 9055/AM), Victoria Dutra Alencar Arantes (OAB: 10316/AM) e Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB: 9212/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira.EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. MATÉRIA SOBRE ENDEREÇO DO AR ENVIADO DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão do endereço do AR enviado, não erro material, mas nítido propósito de rediscutir o julgado;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003596-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Ana Souza da Costa. Advogada: Maria Rosa S. de Lima Avila (OAB: 4086/AM). Embargado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM), Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM) e Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB: 14369/AM). Embargado: Pedro Antônio Alves Gonçalves. Advogado: Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luis Santos. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE PREQUESTIONAR. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Sucede que o embargante sequer apontou algum dos vício integrativos, não merecendo ser conhecida a irresignação;3. Ressalte-se, pois, que restam prequestionadas automaticamente as matérias do julgado recorrido ex vi legis, conforme art. 1.025 do CPC/15, apesar do não conhecimento dos aclaratórios;4. Embargos de declaração não conhecidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, NÃO CONHECER os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003628-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Amazonas. Procuradora: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM). Embargado: Ilson Vieira Ruiz. Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. MATÉRIA SOBRE APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO LOCAL DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre a questão da aplicação da legislação local ao caso em apreço, não havendo omissão a ser integrada daquele julgado;3. Embargos de declaração rejeitados.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003632-85.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Marcela Lopes de Carvalho. Advogado: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB: 8713/AM). Embargado: Mounir Farid Merhi. Advogado: Felipe dos Anjos Thury (OAB: 4518/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. QUESTÕES MERITÓRIAS CENTRAIS DEVIDAMENTE ANALISADAS. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO.1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso;2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre as questões meritória centrais, dispensando-se o rebate de todos os pontos levantados, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não havendo de se falar em omissão;3. Embargos de declaração rejeitados. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0003883-74.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Companhia Mutual de Seguros. Advogados: Fernando Cesár Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843/AM), Rafael Werneck Cotta (OAB: 167373/RJ) e Bruno Silva Navega (OAB: 118948/RJ). Embargado: Rondônia Transportes Ltda. Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM). Presidente/Membro: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO DO STJ. REAPRECIAÇÃO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. FATO NOVO. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE PENSÃO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.- Reapreciação dos Embargos de Declaração em virtude de decisão do Superior Tribunal de Justiça. - Restando evidenciada a ocorrência de fato novo após a prolação do Acórdão, são os Embargos de Declaração via adequada para alegar o que pode influenciar no julgamento da lide. - A interpretação do disposto no art. 18, alínea a, da Lei nº 6.024/1974, não pode ser literal, sendo possível a suspensão da execução e do que puder afetar o patrimônio da liquidanda. - A pessoa jurídica pode ter deferido o benefício da justiça gratuita, desde que reste demonstrada a insuficiência de recursos para sustentar os encargos processuais. - Recurso de Embargos de Declaração conhecido e parcialmente provido. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003883-74.2017.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0004812-39.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Paulo Sérgio Maia. Advogada: Ana Virginia Arakian Izael (OAB: 3701/AM). Embargado: Rezende Caminhões Com. e Representações. Advogados: José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB:

3607/AM) e outros. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes Autos de Embargos de Declaração n. 0004812-39.2019.8.04.0000 - Capital - Fórum Ministro Henoch Reis em que são partes as acima nominadas.ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0004816-76.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde FVS. Advogados: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM), Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) e José Alexandre Serrão Rodrigues (OAB: 10257/AM). Embargado: Edem Bandeira Vieira. Advogados: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) e Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. EMENTA: Embargos de declaração. Omissão. Inexistência.1. Os embargos de declaração só prestam para sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso.2. Reveste-se de caráter nitidamente infringente os argumentos dos aclaratórios que, a pretexto de contradição e obscuridade, repetem os fundamentos do apelo.3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004816-76.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0007763-40.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Ub-mc Incorporação e Construção Spe Ltda. Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM), Andrade GC Advogados (OAB: 5797/AM) e outros. Embargado: Ronaldo Francisco da Silva. Advogado: Roicildo Pingarillho Martins (OAB: 4136/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DEFINIDOS EM LEI. REJEIÇÃO.I Consoante dispõe o artigo 1022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a retirar do julgado eventual omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando via própria à rediscussão do mérito da lide. II Havendo no acórdão manifestação expressa sobre as matérias objeto do recurso, a parte inconformada já está de posse das razões de decidir. Assim, inexistentes os pressupostos indispensáveis contidos no artigo 535 do CPC, impõe-se o não acolhimento dos embargos declaratórios.III Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0007763-40.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os presentes embargos declaratórios, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0043025-93.2010.8.04.0012 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Telemar Norte Leste S/A. Advogados: Alexandre Miranda Lima (OAB: 596A/AM), Pablo Bruzzone (OAB: 159485/RJ), Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM) e outros. Apelado: H. T. Hotéis e Turismo Ltda. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação cível. Ação de cobrança. Nota fiscal. Requisitos formais. Ausência. Ônus da prova. Pagamento. Fato extintivo. 1. Em ações de cobrança, cabe à parte requerente a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou o monte da divida e a parte requerida o efetivo pagamento da obrigação contratual.3. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0043025-93.2010.8.04.0012, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprovejo, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0206627-02.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelada: Rita Clei Araújo Dias. Advogados: Cintia Rossette de Souza (OAB: 4605/AM) e outros. Apelante/Apelada: Associação Beneficente de Assistência Social dos Profissionais da Saúde no Estado do Amazonas ABASPSEAM. Advogados: Samuel Pinto da Silva (6734/AM) e Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE PREPARO. RECURSO DESERTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ASSOCIAÇÃO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.- Não há comprovante de recolhimento de preparo pela ABASPSEAM, motivo pelo qual seu Recurso adesivo é nitidamente deserto e não pode ser conhecido.- Consoante entendimento jurisprudencial pátrio, o mero inadimplemento contratual não configura a existência de danos morais.- A parte autora não demonstrou a ocorrência de circunstância extraordinária que lhe tenha causado algo além de mero aborrecimento e frustração por não poder usufruir dos benefícios esperados da associação com quem contratou.APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. RECURSO ADESIVO NÃO CONHECIDO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0206627-02.2010.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER da apelação interposta por RITA CLEI ARAÚJO DIAS, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, e NÃO CONHECER do recurso adesivo interposto pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO ESTADO DO AMAZONAS - ABASPSEAM na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0219896-69.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara de Família. Apelante: K. A. N. de S. Advogados: José Estevaõ Xavier (8824/AM) e Stelisy Silva da Rocha (OAB: 7989/AM). Apelado: D. da S. B. Advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM) e Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS. RESSARCIMENTO PELAS BENFEITORIAS REALIZADAS NO TERRENO DO APELADO. SALVAGUARDA DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR GASTO NA EDIFICAÇÃO DAS 03 (TRÊS) QUITINETES EM FAVOR DA AUTORA/APELANTE. IMPRESCINDIBILIDADE

DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA IMPUGNADA.- Comprovada a união estável, devem ser partilhados de forma igualitária todos os bens adquiridos a título oneroso na constância da vida em comum, pouco importando qual tenha sido a colaboração prestada individualmente pelos conviventes, assim como as dívidas, nos moldes preconizados pelo art. 1.725 do CCB/2002.- Na espécie, resta evidenciado que o terreno em questão é de propriedade do apelado, devendo ser partilhado apenas o valor das benfeitorias nele realizadas (edificação de 03 quitinetes).- Demonstrada a participação da autora/apelante no custeio da construção das 03 (três) quitinetes, faz-se necessária a avaliação, apenas, da edificação erguida no imóvel em questão, a ser realizada na fase de cumprimento de sentença, ao ensejo de se encontrar um valor justo a ser partilhado em 50% (cinquenta por cento) para cada parte.- No que tange à pretensão recursal tendente a viabilizar o recebimento de metade do valor apurado nos alugueres, não merece ser acolhida tal insurgência, justamente porque a recorrente não ostenta mais a condição de legitima possuidora do aludido imóvel, uma vez que será devidamente ressarcida de todos os valores dispendidos na construção das 03 (três) quitinetes.- APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA, EM PARTE.. DECISÃO: "DECIDE a e. 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0236027-61.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Oscar Cruz Hagge. Advogados: Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM), Robert Merril York Jr. (OAB: 4416/AM) e Hugo Fernandes Levy Neto. Apelado: Condomínio Bosque Residencial Murici. Advogados: Alysson George Gomes Cavalcante (OAB: 3710/AM) e Yasmin Barros Oliveira (OAB: 13211/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA:APELAÇÃO. A R. SENTENÇA CONCLUIU QUE A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL HAVIA PROVOCADO A ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. REQUISITO FORMAL. AUSÊNCIA. CPC/2015, ART. 932, III.O apelante não impugnou especificamente a conclusão de que a alienação do imóvel teria provocado a sua ilegitimidade ativa. Sendo a impugnação específica requisito formal genérico dos recursos (CPC/2015, art. 932, III), a sua falta impede seja conhecida a apelação.Apelação não conhecida.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, não conhecer da apelação, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0250617-09.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelada: Claro S/A. Advogados: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM), Cesar Ituassu da Silva Neto (OAB: 9506/AM), José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG), Lilian Karen de Souza Viotti (OAB: 167344/MG) e outros. Apelado: Mapemi-brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda. Advogados: Danielle Limiro Hanum (23150/GO), Gustavo Augusto Hanum Sardinha (OAB: 23151/GO) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação(1). Repetição do indébito. Dobro. Comprovação. Pagamento. Ausência. Impossibilidade. Prestação de Serviço. Telefonia. Falha Não Evidenciada. Dano Moral. Indevido.1. A repetição de indébito é cabível sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber.2. Não estando devidamente demonstrado nos autos a alegação de cobrança indevida, falhando a parte em trazer elementos de prova suficientes a embasar suas alegações, a improcedência do pedido de indenização por dano moral em razão de falha na prestações de serviço de telefonia é medida impositiva.3. Apelação conhecida e provida.Apelação(2). Pedido contraposto. Juizado especial. Impossibilidade. Aplicação. Rito ordinário. 1. O pedido contraposto não é admitido em ações que seguem o rito ordinário.2. Apelação conhecida e provida em parte.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0250617-09.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao primeiro recurso, bem como conhecer e dar provimento em parte ao segundo recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0600635-82.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Município de Manaus. Procurador: Janary Yoshizo Kato Yokokura (OAB: 6324/AM). Apelado: Marcio Bentes Canto. Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMÓVEL. APELADO NÃO É TITULAR DO IMÓVEL QUE DECORRE A COBRANÇA. PROTESTO E NEGATIVAÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. MODIFICAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL. PERDA PARCIAL DO OBJETO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - No tocante ao cancelamento do protesto indevido e à inexigibilidade do débito, o juízo de primeiro grau compreendeu que assistia razão ao Município de Manaus ao informar a perda parcial do objeto da demanda. Assim, eis que restou para análise tão somente a questão do dano moral, o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal era competente para o julgamento da lide, não merecendo acolhimento a preliminar de incompetência suscitada pelo apelante.- Em casos como o presente, a prova do prejuízo sofrido pelo apelado é presumido, pois a lesão ao patrimônio moral decorre da própria restrição creditícia.- É adequada a redução do quantum indenizatório para R$ 3.000,00 (três mil reais), eis que tal quantia mostra-se mais adequada para o contexto dos autos e atende aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, além de estar em consonância com a jurisprudência desta corte para casos idênticos.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER da apelação cível e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0602342-90.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Daniele Campos Aragão Bruno. Advogado: Irandy Rodrigues da Cruz (OAB: 3294/AM). Apelada: Viktoria Cargas e Despachos Ltda. Advogado: Claudio Ramos Menezes (OAB: 2667/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS. SINISTRO AUTOMOBILÍSTICO. ATROPELAMENTO. CULPA EXCLUSIVA DO MOTORISTA DO CAMINHÃO DE PROPRIEDADE DA EMPRESA RÉ/APELADA. EXISTÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO CAPAZ DE ENSEJAR A CONDENAÇÃO DA PARTE RECORRIDA. CONFIRMAÇÃO DO NEXO CAUSAL. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO EM PATAMAR INFERIOR ÀQUELE VINDICADO PELA PARTE AUTORA.- A responsabilidade civil da empresa ré/apelada no sinistro automobilístico restou evidenciada, na espécie, não restando comprovado nos autos qualquer parcela de culpa da vítima na ocorrência do atropelamento.- Desse modo, restando a autora violada em sua integridade física, resta configurado o abalo moral e psíquico. Indenização em dano moral fixada em R$ 30.000,00 (trinta mil reais), frente à lesão sofrida.- No tocante aos danos

estéticos, estes não podem ser reconhecidos, pois, a despeito de a apelante ter comprovado lesão física (fratura da bacia) causada pelo acidente, não consta do acervo probatório a comprovação de que tal lesão teria-lhe causado à alteração na aparência física. - Indenização em dano material restrita aos gastos com o tratamento vinculado exclusivamente à fratura da bacia ocasionada pelo acidente. Fixação em R$ 2.000,00 (dois mil reais), tendo em vista os documentos de fls. 39 e 40, onde constam valores pagos por consultas médicas.- Pensão mensal vitalícia indeferida, eis que não restou comprovada a redução funcional permanente da apelante em decorrência do acidente sofrido.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0602342-90.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, para, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando a sentença impugnada, no sentido de condenar a empresa ré/apelada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais à autora/apelante, nos moldes dispostos.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0602995-24.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM). Apelada: Nelcilene dos Santos Cervalho. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DETERMINADA PARA INFORMAR ENDEREÇO DO RÉU. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTE STJ. ENTENDIMENTO SEGUIDO POR TODAS AS DEMAIS CÂMARAS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que, consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, a falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor;- Tal entendimento inclusive vem sendo seguido, além do STJ, por todas as demais câmaras cíveis deste TJ-AM, havendo divergência apenas nesta Segunda Câmara Cível sobre o tema; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0602995-24.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0603104-04.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Advogados: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM) e outros. Apelada: Maria Perpetua Lopes Guimarães. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DETERMINADA PARA INFORMAR ENDEREÇO DO RÉU. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTE STJ. ENTENDIMENTO SEGUIDO POR TODAS AS DEMAIS CÂMARAS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que, consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, a falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor;- Tal entendimento inclusive vem sendo seguido, além do STJ, por todas as demais câmaras cíveis deste TJ-AM, havendo divergência apenas nesta Segunda Câmara Cível sobre o tema; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0603104-04.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0603573-79.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Edilson Queiroz Martins (OAB: 136MP/AM). Apelado: Isaac Tayah. Advogados: Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB: 10935/AM) e Samara Ribeiro de Souza (OAB: 10152/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. IMPROBIDADE ADMINISTRAÇÃO. REJEIÇÃO. ART. 17, § 8º, DA LIA. COTA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR (CEAP). LEI MUNICIPAL 238/2010. GASTOS QUE NÃO ULTRAPASSARAM O LIMITE LEGAL. COMPROVAÇÃO MEDIANTE NOTAS FICAIS. ACUSAÇÃO PAUTADA EM MERAS SUPOSIÇÕES. DESPROVIMENTO DO RECURSO.I - Os gastos efetuados pelo apelado com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) não ultrapassaram o limite máximo estipulado pelo art. 2º da Lei Municipal nº. 238/2010. II Ademais, todos os gastos foram comprovados perante a Câmara Municipal de Manaus através de notas fiscais, nas quais consta a descrição do material/serviço fornecido e o valor correlato, assim como a identificação do fornecedor e do apelado como recebedor, tendo sido respeitado o art. 4º da Lei Municipal nº. 238/2010.III - São insubsistente as alegações de que seria necessário um caminhão-pipa para armazenar o combustível ou de que as refeições adquiridas seriam em número exagerado. Afinal, é razoável que as despesas mensais perante um fornecedor específico tenham sido contabilizadas e prestadas, de forma mensal, através de uma única nota fiscal. Além disso, o art. 2º, V, da Lei Municipal nº. 238/2010 afirma que a cota atenderá, no exercício de função vinculada à atividade parlamentar, as despesas com alimentação "inclusive dos servidores do gabinete". IV - A acusação foi meramente pautada numa suposição de que os valores gastos não foram revertidos para os fins declarados, inexistindo, todavia, qualquer elemento elemento de prova nesse sentido. Portanto, correto o juízo a quo ao entender pela notória improcedência da ação de improbidade administrativa, rejeitando-a nos termos do art. 17, § 8º, da Lei 8.429/92. Precedente desta Corte.APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. . DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em dissonância com o Parecer Ministerial, CONHECER da apelação cível interposta, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0604088-80.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Itaucard S/A. Advogados: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM), Pio Carlos Freiria Junior (OAB: 1118/AM) e outros. Apelado: Marcos Barbosa Moreira Farias. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DETERMINADA PARA VIABILIZAR CITAÇÃO DO RÉU. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTE STJ. ENTENDIMENTO SEGUIDO POR TODAS AS DEMAIS CÂMARAS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.-

Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que, consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, a falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor;- Tal entendimento inclusive vem sendo seguido, além do STJ, por todas as demais câmaras cíveis deste TJ-AM, havendo divergência apenas nesta Segunda Câmara Cível sobre o tema; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0604088-80.2019.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0604179-44.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Josué Silva de Souza, menor impúbere, rep/por seu pai Lyandro Costa de Souza. Advogados: Moises Cavalcante G. de Oliveira (OAB: 5912/AM), Maria Auxiliadora Cavalcante de G. Oliveira (OAB: 6102/AM) e José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (OAB: 10793/AM). Apelado: Ferragens Paraíba Ltda. Advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM), Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Responsabilidade civil. Ato ilícito. Menor. Lesão grave. Extensão do dano. Indenização. Majoração.1. O valor da indenização por dano moral deve ser majorado quando a extensão do dano demonstrar a necessidade.2. Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0604179-44.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0604295-50.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Advogados: Patrícia Mantes do Amaral Toledo Piza (OAB: 98124/SP), Fernando Luz Pereira (OAB: 147020/SP) e Móises Batista de Souza (OAB: 469A/AM). Apelado: Raunir dos Santos Bezerra. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DOS ARTS. 485, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CUSTAS DE DILIGÊNCIAS. NÃO ATENDIDA. SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE INCUMBÊNCIA PERSONALÍSSIMA DA PARTE. HIPÓTESE DO ART. 485, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO §1º, DO ART. 485, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA CASSADA. 1. O fato da parte autora, após determinação, não realizar o pagamento das custas de diligências, não se enquadra na hipótese do art. 485, IV, Código de Processo Civil, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular. Na realidade, tal situação configuraria em não promover atos e diligências que lhe incumbia, ensejando a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. 2. No caso de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, Código de Processo Civil, aplica-se o disposto no §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil, que determina a prévia intimação pessoal da parte autora, para suprir a falta em 5 (cinco) dias. 3. Não tendo o magistrado de primeira instância intimado o autor, nos termos do §1º, art. 485, do Código de Processo Civil, resta evidenciado o error in procedendo do julgador, devendo a sentença ser cassada por evidente cerceamento de defesa. 4. Sentença cassada. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0604602-04.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM), Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM) e outros. Apelado: E. de S. Silveira-epp. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DETERMINADA PARA INFORMAR ENDEREÇO DO RÉU. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTE STJ. ENTENDIMENTO SEGUIDO POR TODAS AS DEMAIS CÂMARAS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que, consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, a falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor;- Tal entendimento inclusive vem sendo seguido, além do STJ, por todas as demais câmaras cíveis deste TJ-AM, havendo divergência apenas nesta Segunda Câmara Cível sobre o tema; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0604602-04.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0607425-14.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotora: Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB: 795/MP). Apelada: Carmem Glória de Almeida Carrate. Advogado: Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. COTA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR (CEAP). LEI MUNICIPAL 238/2010. GASTOS QUE NÃO ULTRAPASSARAM O LIMITE LEGAL. COMPROVAÇÃO MEDIANTE NOTAS FICAIS. ACUSAÇÃO PAUTADA EM MERAS SUPOSIÇÕES. DESPROVIMENTO DO RECURSO.I - Os gastos efetuados pela apelada com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) não ultrapassaram o limite máximo estipulado pelo art. 2º da Lei Municipal nº. 238/2010. II Ademais, todos os gastos foram comprovados perante a Câmara Municipal de Manaus através de notas fiscais, nas quais consta a descrição do material/serviço fornecido e o valor correlato, assim como a identificação do fornecedor e da apelada como recebedora, tendo sido respeitado o art. 4º da Lei Municipal nº. 238/2010.III - A cota disponibilizada para o exercício da atividade de vereança não comporta somente a mobilidade do vereador, mas também de sua equipe de assessores, seja na ida à Câmara Municipal, como em visitas a obras, comunidades, órgãos, dentre outros.IV Não há como prosperar a alegação de uso da CEAP para promoção pessoal, uma vez que o material gráfico produzido pela apelada apenas registra suas atividades parlamentares desempenhadas.V - A acusação foi meramente pautada numa suposição de que os valores gastos não foram revertidos para os fins declarados, inexistindo, todavia, qualquer elemento de prova nesse sentido. VI - Destarte, não se vislumbram indícios de que o aluguel de carros, a utilização do combustível e a divulgação de trabalhos parlamentares pela ré foram destinados à atividade diversa

da prevista na lei de concessão da CEAP. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0607425-14.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0607750-28.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Universidade do Estado do Amazonas UEA. Procurador: Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB: 6002/AM). Apelada: Marconde Carvalho Noronha. Advogados: Isabela Farias Neves (OAB: 7950/AM) e Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB: 3444/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PLÁGIO DE OBRA LITERÁRIA. PUBLICAÇÃO EM SÍTIO ELETRÔNICO DA INTERNET E EM APOSTILAS PRÉ-VESTIBULARES CONTENDO TEXTOS DA OBRA SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO AUTOR E SEM MENCIONAR A AUTORIA. DANOS CARACTERIZADOS. EVIDENTE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS. QUANTUM DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS CONDIZENTE COM A REALIDADE FÁTICO/PROCESSUAL. MANUTENÇÃO RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - O conhecimento/ciência do plágio ocorreu 22/05/2013, enquanto a demanda foi proposta em 12/03/2014, portanto, menos de um ano do conhecimento do fato. Não há, assim, que se falar em prescrição da pretensão de reparação civil.II - O autor teve utilização não autorizada, inclusive sem discriminação da fonte, de parte substancial de sua obra (livro Geoespaço - Espaço Geográfico do Amazonas) em blog e em apostilas do "Projeto Aprovar", realizado pela apelante. A Lei de Direitos Autorais (n.º 9.610/98) subsidia o direito do autor à indenização por danos morais e materiais.III - Não há que se falar de equivocada aplicação da responsabilidade objetiva da instituição de ensino apelante, menos ainda da exclusão da responsabilidade solidária ditada no art. 104 da Lei de Direitos Autorais, pois houve evidente proveito econômico colhido pela recorrente e pelos demais envolvidos com os textos plagiados.IV - Indenização material mantida no quantum estipulado pelo magistrado de primeiro grau, eis que, para o cálculo, foram utilizados critérios objetivos e condizentes com o caso concreto, como o quantitativo de apostilas distribuídas e o valor da obra literária do apelado. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0607750-28.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0607831-11.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Deuzimar Pereira do Nascimento. Advogado: Yuri Christopher Rosalino (OAB: 7995/RO). Apelado: Onildo Rodrigues de Oliveira. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL COM PERDAS E DANOS C/C OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA CERTA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO VERBAL DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AVENÇA E DOS DANOS MORAIS DECORRENTES DO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. EXEGESE DO ARTIGO 373, I DO CPC/2015. RECURSO NÃO PROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista a ausência de ajuste escrito e/ou de outros elementos que evidenciem a extensão do contratado (compra e venda imóvel) e dos danos morais decorrentes de suposto descumprimento contratual.- Incumbe à parte autora o ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito na forma do artigo 373, I, do Código de Processo Civil. In casu, vê-se que a autora/apelante não se desincumbiu de tal mister. Não tendo a parte autora se desincumbido do ônus, não há como se dar espeque em uma condenação.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0607831-11.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0608539-22.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procuradora: Karla Brito Novo. Apelada: Regiane Cristina Araújo de Barros. Advogado: Bruno Moraes Monteiro (OAB: 12037/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANO OCASIONADO POR AGENTE POLICIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EVENTO, DANO E NEXO CAUSAL PROVADOS. DEVER DE REPARAÇÃO. ART. 37, §6º CRFB/88. EXIGÊNCIA DE 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que houve a devida comprovação do fato ocasionado por agente público do Estado do Amazonas, bem como o liame causal para com o dano relacionado, razão pela qual nasce o dever de reparação, de maneira objetiva, nos conformes do art. 37, §6º da CRFB/88; - Além disso, há fotografias (fls. 11/12) evidenciando o dano ocasionado por conduta estatal, bem como orçamentos indicando valores razoáveis para reparação, não sendo exigível do particular a indicação de 03 orçamentos se o conjunto probatório não revela abusividade no conserto arcado;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0608539-22.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0608905-66.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Itaucard S/A. Advogados: Pryscila Duarte Nunes (OAB: 34198/PE), Antonio Braz da Silva e outros. Apelada: Adriana Souza da Silva. Advogados: Eduardo José Borges Guerra (OAB: 5188/AM) e Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB: 5465/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 1.010, INC. II E III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. As razões recursais devem trazer os fundamentos de fato e de direito em que se baseia a apelante para obter a reforma da sentença recorrida, bem como oferecer impugnação específica aos argumentos nela contidos, sob pena de não ser conhecido o recurso. 2. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0609927-57.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª

Vara da Fazenda Pública. Apelante: José Maria Gomes Simas. Advogada: Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB: A356/AM). Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Ato Administrativo. Demissão. Publicação. Ausência. Nulidade. Não ocorrência.1. O ato administrativo deve ser pautado nos limites da lei, das normas constitucionais e dos princípios norteadores da Administração Públicas.2. O termo inicial de contagem do prazo prescricional é a data em que o prejudicado toma ciência do ato lesivo, sendo desnecessário a publicação em Diário Oficial, se houve a intimação do servidor por outros meios, à exemplo do Boletim Geral.3. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0609927-57.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0610784-40.2016.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Requerente: Paulo Tostes de Lemos Filho. Advogados: Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB: 6030/AM), Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB: 9637/AM), Rosangela Galvão Oliveira (OAB: 5630/AM), Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB: 7019/AM) e Paulo Sérgio de Oliveira (OAB: 8478/AM). Requerido: Estado do Amazonas. Procuradora: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB: 3629/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO ORDINÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL CIVIL. CONCLUSÃO DE PÓS GRADUAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE CURSO 25% SOBRE OS VENCIMENTOS. DIREITO RECONHECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO. PAGAMENTO CONDICIONADO À DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME. 1. O funcionário policial civil, com títulos em curso de qualificação, aperfeiçoamento, de superior de polícia, de especialização, de mestrado e de doutorado, poderá requerer gratificação de curso, conforme o art. 201, da Lei n. 2.271/94 (alterada pela Lei 3.721/2011). 2. Considerando que o servidor preencheu todos os requisitos para o gozo desse direito, não pode o ente público deixar de cumprir com a norma legal sob a alegação de ter ultrapassado os limites com gastos de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), por ser recebimento de vantagens asseguradas por lei. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça. 3. Sentença confirmada em reexame. . DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em confirmar a sentença em reexame, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0610834-37.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotora: Silvana Nobre de Lima Cabral (OAB: 7046/MP). Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. CORPO DE BOMBEIROS. EDITAL 001/2009. LEI ESTADUAL 3.437/09. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE CONCENTRADO. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO COM O EDITAL DO CERTAME. LEI ESTADUAL 3.431/09. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE DIFUSO. EFEITOS INTER PARTES. AUSÊNCIA DE SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA QUE PERMITA A RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM NOMEAR OS APROVADOS. RE COM REPERCUSSÃO GERAL Nº. 598.099. DANOS SOCIAIS. DANO MORAL COLETIVO. NEGATIVA. EXISTÊNCIA DE DÚVIDA RAZOÁVEL. DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE. RE COM REPERCUSSÃO GERAL Nº. 724347.I - A Lei Estadual 3.437/09 que criou e inseriu na estrutura organizacional do CBMAM o Subcomando de Pronto Atendimento e Resgate (SUBPAR) - foi declarada inconstitucional pelo Pleno do TJAM na ADI 2009.006096-2. A referida declaração, todavia, não atingiu o certame em análise, eis que o Edital nº. 001/2009-CBMAM não faz sequer uma menção ao SUBPAR ou à Lei Estadual 3.437/09, não sendo adequado presumir-se a correlação entre os cargos integrantes do Subcomando e as vagas previstas pelo concurso público. II - Os cargos vagos para os quais foi promovido o certame, em verdade, foram criados pela Lei Estadual 3.431/09, na medida em que esta fixa o efetivo do CBMAM em 4.483 bombeiros militares (art. 1º).III - A declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual 3.431/09 deu-se de forma incidental nos autos do MS 0014416-97.2014. 8.04.0000, em sede de controle difuso, razão pela qual possui eficácia tão-somente inter partes, não se permitindo a sua utilização em prejuízo de terceiros. IV Impõe-se concluir pela validade da Lei Estadual 3.431/09 e, consequentemente, pela inexistência de situação excepcional que permita a não convocação e nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas do certame (RE nº. 598.099). V É incabível a concessão de indenização por danos morais coletivos e por danos sociais no caso concreto, diante da presença de dúvida razoável em favor do ESTADO DO AMAZONAS. A indenização por danos materiais, por sua vez, também não pode ser concedida, em consonância com o RE em Repercussão Geral nº. 724347. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a e. 2.º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em dissonância com o Parecer Ministerial, CONHECER da apelação cível interposta e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0610872-78.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família. Apelante: D. T. A. A. Advogados: Adriana Almeida Lima (OAB: 4577/AM), Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB: 6011/AM), Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB: 8044/AM) e Denison Melo de Aguiar (OAB: 6825/AM). Apelado: S. A. da C. Advogado: Kemal Muneymne Filho (OAB: 3889/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE CURSO SUPERIOR. AUSÊNCIA DO ALIMENTANDO EM AUDIÊNCIAS. NECESSIDADE NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que o alimentando, ora recorrente, não juntou nenhum documento capaz de provar sua condição de estudante universitário, além de que não compareceu em audiências realizadas pelo Juízo de primo grado, razão pela qual não se mostra configurada a necessidade suficiente à percepção de alimentos, mormente por já ser pessoa capaz e maior de idade; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0610872-78.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0611549-45.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Claudete Alves de Oliveira. Advogados: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM), Ademário do Rosário Azevedo (OAB: 2926/AM) e Rafael de Queiroz Gervazoni (OAB: 10331/AM). Apelado: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda. Advogados: Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) e Thais Piechottka (OAB: 307992/SP).

Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR. JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR SUPERVENIENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. O processo cautelar é sempre dependente do feito principal (art. 796, CPC). Com a superveniência do julgamento do processo principal, a pretensão recursal almejada por esta via cautelar restou superada, motivo que atrai a falta de interesse recursal. 2. Recurso não conhecido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0611999-80.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Procurador: Fabricio Perrotta da Silva. Apelado: Manoel Raimundo Gomes da Silva. Advogado: Sandro da Silva Santos (OAB: 7523/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE HABITUAL. LAUDO PERICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC. PRECEDENTE REPETITIVO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - O Laudo Pericial é categórico ao concluir que o apelado se encontra impedido de exercer a mesma atividade, sendo necessária a sua "reeducação e reabilitação laboral e funcional para fins de enquadramento em atividades compatíveis", constituindo prova suficiente da incapacidade do autor para o exercício de sua atividade habitual, ainda que não para todo e qualquer trabalho.II - O fato de o apelado ter continuado trabalhando não afasta o seu direito ao benefício desde a sua cessação, pois as lesões indicadas pelo perito datam desde antes da descontinuidade do auxílio-doença e, além disso, o exercício de atividade profissional concomitante à incapacidade dá-se pela óbvia necessidade da subsistência. Jurisprudência dos tribunais.III - Consoante precedente repetitivo do STJ, "as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária" (REsp 1.495.146-MG), tendo o magistrado de primeiro grau aplicado o entendimento corretamente.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0613100-26.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: NTA - Novas Técnicas de Asfaltos Ltda. Advogados: Ulysses dos Santos Baia (OAB: 160422/SP) e outros. Apelado: Yem Serviços Tecnicos e Construções-Eireli-Me. Advogado: Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB: 9709/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Extinção sem resolução do mérito. Honorários advocatícios. Possibilidade. 1. Nas demandas judiciais extintas sem resolução do mérito, sendo constituído advogado para apresentação de defesa, deve o juiz condenar parte ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.2. Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0613100-26.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0614401-42.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família. Apelante: W. C. L. Advogada: Luce Elaine Bento de Andrade (OAB: 3477/AM). Apelada: M. de F. C. M. Defensora: Carol Regina Xavier Rocha (OAB: 15004/PA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. APOSENTADORIA. ALTERAÇÃO NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ALIMENTANTE QUE NÃO DEMONSTRA A IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O ÔNUS. ALIMENTOS FIXADOS DE FORMA RAZOÁVEL A NÃO ENSEJAR MODIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO À PARTE ALIMENTANTE. REDUÇÃO DOS ALIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA A QUO MANTIDA.- Para a exoneração e/ou redução dos alimentos prestados, é absolutamente necessário que haja prova cabal e irrefutável da mudança da capacidade econômica do alimentante, ônus que a lei processual civil impõe ao próprio autor, nos termos do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil.- No caso concreto, não restou comprovada alteração drástica na situação econômica do interessado a justificar o provimento do pleito de redução. Decreto Sentencial irretocável. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0614401-42.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0615327-57.2014.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Requerente: Israel Ribeiro Bastos. Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM). Requerido: Estado do Amazonas. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Remessa Necessária. Concurso Público. Aprovação. Dentro do Número de Vagas. Direito à Nomeação. 1. É pacífico o entendimento jurisprudencial sentido de o candidato aprovado dentro do número de vagas tem direito à nomeação.3.Remessa necessária conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível nº 0615327-57.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Ministério Público, conhecer e desprover a remessa necessária, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0616457-14.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM), Maria Lucília Gomes (OAB: 84206/SP) e outros. Apelado: Sidney Aparecido Bromonschenke. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. SENTENÇA TERMINATIVA BASEADA NO ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. HIPÓTESE QUE SE AMOLDA AO INCISO III, DO ART. 485 DO CPC. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO ATENDIMENTO AO §1º DO ART. 485 DO CPC. CASO DE ABANDONO E NÃO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. PRECEDENTES. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do apelante, supostamente, não ter cumprido a diligência de citação do réu não importa na extinção automática do feito, já que, segundo, o art. 485, III do CPC extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta)

dias, sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º. 2. Impõe-se, a reforma do julgado, na medida em que a extinção por abandono depende de prévia intimação pessoal do demandante, não se confundindo com a extinção por ausência de pressuposto processual a qual, repise-se, não restou configurada in casu. 3. Ademais, é certo que o apelante já arcou com despesas processuais e experimentará prejuízos, ingressando com nova ação, o que contraria o princípio da economia processual. 4. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0616645-07.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelantes: Mitilene Chaves dos Santos e Daniel de Oliveira Filgueiras. Advogados: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM), Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) e Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM). Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Responsabilidade civil. Morte. Criança. Prematura. Ausência de nexo de causalidade. Causa mortis. 1. Não provado o nexo de causalidade entre a conduta dos profissionais de saúde responsável pelo parto e a causa mortis do infante, a sentença de primeiro grau merece ser mantida, diante da ausência de elementos capazes de caracterizar a responsabilidade do apelado.2. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0616645-07.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0616689-60.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM) e outros. Apelada: Joaquina das Graças Rodrigues. Advogado: Jean Carlos de Araujo Assante (OAB: 9215/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE DÉBITO CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. DISCREPÂNCIA/EXORBITÂNCIA DOS VALORES COBRADOS NAS FATURAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CARACTERIZADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO A QUO. RECURSO NÃO PROVIDO.I - Merece ser improvido o presente apelo, pois, in casu, não houve a retirada ou inspeção de medidor para averiguação de irregularidade na unidade consumidora, nem mesmo qualquer demonstração do alegado pela concessionária de energia no tangente à correta prestação do serviço a ensejar cobranças tão vultosas no consumo mensal. II - Decisão de 1º Grau que julgou parcialmente a demanda confirmando a tutela antecipada e determinando o refaturamento de parcelas questionadas por entender ausente comprovação de irregularidade na unidade consumidora, condenando, ainda, a ré/apelante ao pagamento de dano moral não merecedora de modificação.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0617223-33.2017.8.04.0001 - Apelação/Remessa Necessária, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Instituto Nacional de Seguro Social INSS. Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP). Apelado: Elivaldo Meireles de Souza. Defensor: Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB: 4808/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC. JUROS PELO ÍNDICE DA CADERNETA DE POUPANÇA. PRECEDENTE REPETITIVO STJ. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- No que se refere aos juros e correção monetária, tem-se que as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei nº 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91. Quanto aos juros de mora, no período posterior à vigência da Lei nº 11.960/2009, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (STJ. 1ª Seção. REsp 1.495.146-MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 22/02/2018 (recurso repetitivo);- A r. Sentença implementou de forma correta a incidência de juros, não, aplicando, no entanto, o índice INPC para fins de correção monetária, razão pela qual merece parcial reforma;- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0617223-33.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0617240-06.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A. Advogados: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) e outros. Apelante/Apelado: Ricardo Fernandes Nery. Advogados: Risonaldo de Melo Lima Junior (OAB: 6997/AM) e Ricardo Nunes Lopes (13034/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO, CLAREZA E TRANSPARÊNCIA CUMPRIDOS NO CASO CONCRETO. LEI 8.078/90, ART. 6.º, III. ONEROSIDADE EXCESSIVA. EQUILÍBRIO CONTRATUAL. LEI 8.078/90, ARTS. 4.º, III, 39, V E 51, IV E § 1.º II E III). RESTITUIÇÃO DOBRADA. LEI 8.078/90, ART. 42. DANO MORAL.O contrato de cartão de crédito com autorização para desconto em folha de pagamento, no caso concreto, informou, de maneira clara, em termos legíveis e perfeitamente compreensíveis, a natureza da operação, os encargos e o valor que seria consignado em folha de pagamento. Não se vislumbra falta de informação adequada e clara sobre o serviço contratado, nem falta de transparência (Lei 8.078/90, art. 6.º, III). Vale destacar que somente os campos/trechos vinculados à adesão ao cartão de crédito foram preenchidos e a assinatura do segundo apelante consta apenas no respectivo termo de adesão. Além disso, efetuou 4 (quatro) saques, um deles no valor de R$ 17.469,00 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais). Por último, importa assinalar que o segundo apelante ocupa o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Estaduais da SEFAZ, o qual exige escolaridade superior, não sendo razoável admitir que fosse incapaz de compreender os termos do contrato e suas implicações.Conforme os claros termos da avença, a quitação da dívida exigiria a iniciativa do apelado de amortizar o saldo devedor, tendo em vista que somente o valor mínimo de cada fatura mensal poderia ser descontado em folha de pagamento. Ora, a obrigação somente poderia prolongar-se indefinidamente por conta da inércia do apelado, ou seja, se não promovesse a amortização do saldo devedor. Não se vislumbra obrigação excessivamente onerosa, nem ofensa ao princípio do equilíbrio (Lei 8.078/90, arts. 4.º, III, 39,

V e 51, IV e § 1.º II e III).Sendo válidas as disposições do contrato, não há que se falar em restituição dobrada (Lei 8.078/90, art. 42) ou em indenização por dano moral.Provida a apelação do Banco BMG S. A. Improvida a apelação de Ricardo Fernandes Nery.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, dar provimento à apelação do Banco BMG S. A.; negar provimento à apelação de Ricardo Fernandes Nery, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0617248-46.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Águas do Amazonas S.A. Advogados: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM), Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM) e outros. Apelada: Maria Regina Leal de Andrade Viana. Advogado: Jairo Sandrey Israel Santana (OAB: 6765/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação Cível. Direito do consumidor. Prestação de Serviço. Danos Morais. Incidência1. O Código Consumerista dispõe que serviço defeituoso é aquele que não oferece a segurança, a qual o consumidor dele pode esperar, considerando-se as circunstâncias relevantes, dentre elas: o modo do fornecimento; o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam. Assim, demonstrado o defeito na prestação do serviço e inexistente a culpa do consumidor e de terceiro, resta caracterizado o ato ilícito.2. A indenização deve ter um caráter preventivo, com o fito de a conduta danosa não voltar a ser praticada, visando à reparação pelo dano sofrido, não devendo, contudo, se transformar em objeto de enriquecimento ilícito devido à fixação de valor desproporcional para o caso concreto. 3. Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0617248-46.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0617823-20.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Marvyson Darley Albuquerque Alves e Ana Beatriz da Cruz Sousa Alves. Advogado: Luiz Felipe Medeiros Silveira da Costa (OAB: 109623/RS). Apelada: CVC Brasil Operadora e Agencia de Viagens S/A. Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB: 117417/SP). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AGÊNCIA DE TURISMO. PACOTE DE VIAGEM. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO ADQUIRIDO. RECUSA DE TRANSLADO. DANO MATERIAL. QUANTIA DESPENDIDA COM TRANSPORTE NA VIAGEM. DANOS MORAIS. TRANSTORNOS. - A pretensão de majoração da indenização por danos materiais fixada na sentença não merece prosperar, porquanto não há nos autos documento que evidencie, no montante pago pelos autores para a aquisição de pacote de viagem, a parte referente ao custeio de translado do aeroporto ao hotel.- Os danos morais in casu decorrem da recusa de serviço contratado, sendo inconteste a aflição a que os autores foram submetidos, ficando por horas desassistidos em outro país. Quantum indenizatório fixado em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada autor. Jurisprudência dos Tribunais. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0617823-20.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0618286-93.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda. Advogados: Thais Piechottka (OAB: 307992/SP) e outros. Apelante/Apelado: Mário Antônio Tayah Lima. Advogados: Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (OAB: 10616/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. 0EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. PRELIMINAR. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS À TÍTULO DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INCIDÊNCIA DO ART. 206, §3º, IV, DO CC/02. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL. RESILIÇÃO UNILATERAL. RESSARCIMENTO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DE REGRAS ESPECÍFICAS DA LEI N. 9.514/97.- A pretensão autoral de restituição dos valores pagos à título de comissão de corretagem restou fulminada pela prescrição trienal do art. 206, §3º, IV, do CC/02, tendo em vista que a ação foi proposta mais de 3 (três) anos após a celebração do contrato entre as partes. Preliminar acolhida.- O contrato firmado pelos ora litigantes possui natureza distinta dos acordos convencionais de compra e venda de imóvel, visto possuir um pacto adjeto de alienação fiduciária.- Incabível, portanto, a rescisão do contrato e a devolução ao comprador das parcelas pagas, haja vista as regras da Lei 9.514/97.- A incidência da Lei nº 9.514/97 in casu se dá pelo tipo de avença ajustado, sendo a constituição em mora do devedor fiduciante condição necessária à retomada do bem imóvel pela credora fiduciária e à adoção dos atos executórios precisos à recuperação do débito existente entre as partes.PRIMEIRO APELO CONHECIDO E PROVIDO. SEGUNDO APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0618286-93.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER dos recursos para DAR PROVIMENTO ao primeiro apelo e NEGAR PROVIMENTO ao segundo, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0621138-27.2016.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procuradora: Luciana Araújo Paes (OAB: 4678/AM). Apelado: Pedro Pereira de Souza. Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO OFF LABEL (FORA DA BULA). POSSIBILIDADE. PRECEDENTE STJ. PRIMAZIA À SAÚDE. HONORÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA CONTRA A FAZENDA QUE LHE REMUNERA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- Consoante entendimento do STJ, quem decide se a situação concreta de enfermidade do paciente está adequada ao tratamento conforme as indicações da bula/manual da ANVISA daquele específico remédio é o profissional médico, pelo que, em havendo prescrição médica para tanto, tem-se como cabível a pretensão em análise;- Assim, negar a cobertura de tratamento sob a justificativa de que a doença do paciente não está contida nas indicações da bula representa inegável ingerência na ciência médica, em odioso e inaceitável prejuízo do paciente enfermo;- Já no que se refere à condenação em honorários advocatícios, tem-se que o STJ já reiterou que seu Enunciado de Súmula n. 421 não teria sido superado, razão pela qual permanece a impossibilidade da DPE/AM receber honorários em ações contra a Fazenda que lhe remunera; RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0621138-27.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com

o parecer ministerial, CONHECER do recurso para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0621912-28.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Toyolex Autos Ltda. Advogados: Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB: 17593/PE) e Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB: 26647/PE). Apelado: Rafael Jose Martins Francischini de Souza. Advogado: Cristian Mendes da Silva (OAB: 4380/RO). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VENDA DE VEÍCULO DE CONSUMIDOR A TERCEIRO SEM DEVIDA TRANSFERÊNCIA PELA CONCESSIONÁRIA. RECEBIMENTO DE MULTAS E RESTRIÇÕES. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que a própria apelante aponta que realizou tardiamente a transferência do veículo para terceiro, tendo pagado as multas e diligenciado para retirada dos pontos na CNH do apelado, o que denota reconhecimento de sua falha no serviço;- Sucede que tal demora ocasionou inúmeros prejuízos extrapatrimoniais ao consumidor, sendo razoável O valor arbitrado de R$ 7.000,00 (sete mil reais) diante dos danos trazidos ao apelado, que teve seu nome atingido com inúmeras multas e restrições pela falta de regularização de uma transferência que confiou à apelante;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0621912-28.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0623727-89.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Mercedes Benz Leasing Arredamento Mercantil S/A. Advogados: Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM), Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB: 18828/GO), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: 21593/GO) e João Antônio Vieira Freire (OAB: 28959/GO). Apelado: C. S. Amaral Locação de Veículos e Transportes de Cargas Ltda. ME. Advogado: Euler Barreto Carneiro (OAB: 4762/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Interesse de recorrer. Ausência. Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Não comprovação. Indeferimento. Revisional. Contrato bancário. Comissão de permanência. Cumulação. Encargos moratórios e remuneratórios. Impossibilidade.1. A parte não tem interesse de recorrer de sentença de primeiro grau, cuja conclusão está em harmonia com a tese defendida nas razões do apelo.2. A pessoa jurídica pode ser beneficiada com a concessão da justiça gratuita, desde que, comprove nos autos a impossibilidade de pagamento das despesas e custas processuais.3. É vedada a cobrança de comissão de permanência cumulada com outros encargos remuneratórios e moratórios.4. Apelação conhecida em parte e, nesta extensão, parcialmente provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0623727-89.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer em parte do recurso e, nesta extensão, dar parcial provimento, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0624349-37.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ronildo Alves Barbosa. Advogado: Juvenal Canuto Fernandes (OAB: 8230/AM). Apelado: Município de Manaus. Procurador: Paulo César Laborda Valente (OAB: 1403/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. DANOS DECORRENTES DE OBRA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENTE PÚBLICO. RESIDÊNCIA DE PESSOA HIPOSSUFICIENTE DESTRUÍDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- Merece ser provido o presente apelo, tendo em vista que há provas cabais da conduta danosa de agentes públicos do Município quando da realização de obra de ampliação de ruas, havendo fotografias que demonstram a destruição de residência do particular sem motivos aparentes; - Ademais, houve dilação probatória, com realização de audiência de instrução, oportunidade em que 2 (duas) testemunhas corroboraram a ação danosa praticada pela Municipalidade;- Estando preenchidos os elementos para responsabilização civil, tem-se que são devidas as indenizações materiais e morais;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0624349-37.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso para DAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0624698-45.2014.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Requerentes: Valdete Junqueira da Costa e Osmar Vieira da Costa. Advogados: Ely Rodrigues de Souza Junior (OAB: 7236/AM), Eliana Sandra Carvalho Barroso (2027/AM) e outros. Requeridos: Maria das Graças da Silva Souza e Angel Ronald de Cordova Valdivia. Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM). Requerido: Superintendência de Habitação do Amazonas SUHAB. Advogados: Beatriz Lima Silvino (OAB: 171799/RJ) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. ESCRITURA E TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL. ADQUIRIDO POR MEIO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL LEVADA A REGISTRO EM CARTÓRIO. "CONTRATO DE GAVETA". IMÓVEL ORIGINÁRIO DA SUHAB DEVIDAMENTE QUITADO. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME. 1. A adjudicação compulsória é o remédio jurídico colocado à disposição de quem, munido de contrato de promessa de compra e venda ou título equivalente, não logra êxito em obter a escritura definitiva. 2. No caso, é incontroversa a quitação do preço do imóvel, tanto no negócio originário, como nos demais contratos de compra e venda, e, ainda não se verifica prejuízo a SUHAB, proprietária originária do bem, tampouco ao primitivo adquirente, e dessa forma, resulta viável a adjudicação do imóvel. 3. Sentença confirmada em reexame. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em confirmar a sentença em reexame, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.Sala das Sessões, em Manaus/AM,". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0624831-53.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Deborah de Queiroz Camely, Francisco Messias Camely e Celi Correia de Queiroz Camely. Advogada: Euclésia Pereira Marinho (OAB: 6936/AM). Apelada: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Lucas Nunes Chama (OAB: 16956/PA), Fabio Rivelli (OAB: 1119/AM) e outros. Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogados: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Compra e venda de imóvel. Atraso. Outorga escritura. Dano moral. Não ocorrência. Ônus da sucumbência. Parte vencida. Condenação.1. O atraso na outorga de escritura pública, em razão da existência da gravame (hipoteca) em favor de instituição financeira,

não enseja o pagamento de indenização por dano moral, em virtude da não violação de direito da personalidade. Precedente.2. A parte vencida deve ser condenada ao pagamento das despesas, custas processuais e honorários advocatícios.3. Apelação conhecida e parcialmente provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0624831-53.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover em parte o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0624853-48.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Maria Augusta Simas Moavero. Defensor: Vitor Kikuda (OAB: 424A/AM). Apelados: Ercino João da Silva Júnior e Eduardo Roberto Nascimento da Silva. Advogados: Nelson José Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM) e Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB: 7763/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA:APELAÇÃO CÍVEL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA POR FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. Os tribunais têm proclamado que se caracteriza cerceamento de defesa quando o juiz, anunciando o julgamento antecipado da lide, não permite produzir provas e, em seguida, julga improcedente a ação justamente por falta de provas. Apelação conhecida e provida. Sentença anulada. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer da apelação e lhe dar provimento, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0626255-96.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda. Advogada: Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (OAB: 11740/PB). Apelado: Coopermo Cooperativa. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira (1ºV.D). Membro: Elci Simões de Oliveira (V.R). Membro: Wellington José de Araújo (V.R). Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa (V.R). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. SENTENÇA TERMINATIVA BASEADA NO ART. 485, IV, DO CPC. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. HIPÓTESE QUE SE AMOLDA AO INCISO III, DO ART. 485 DO CPC. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO ATENDIMENTO AO §1º DO ART. 485 DO CPC. CASO DE ABANDONO E NÃO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. PRECEDENTES. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do apelante, supostamente, não ter cumprido a diligência de citação do réu não importa na extinção automática do feito, já que, segundo, o art. 485, III do CPC extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º. 2. Impõe-se, a reforma do julgado, na medida em que a extinção por abandono depende de prévia intimação pessoal do demandante, não se confundindo com a extinção por ausência de pressuposto processual a qual, repise-se, não restou configurada in casu. 3. Ademais, é certo que o apelante já arcou com despesas processuais e experimentará prejuízos, ingressando com nova ação, o que contraria o princípio da economia processual. 4. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por maioria de votos, vencido o Des. Domingos Jorge Chalub Pereira, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0627079-89.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Saúde S/A. Advogados: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM) e outros. Apelada: Madelaine Ramos de Bessa. Advogada: Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB: 9246/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. FALECIMENTO DA AUTORA DURANTE O TRÂMITE PROCESSUAL. DIREITO SUCESSÓRIO ASSEGURADO AOS HERDEIROS. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. NEOPLASIA PULMONAR. NÃO AUTORIZAÇÃO PARA CONTINUIDADE DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO. ALEGADA FALTA DE PAGAMENTO PELA ESTIPULANTE. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA USUÁRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ADEQUADO.I - Considerando que a ação foi intentada enquanto viva a autora, o direito à indenização constitui-se em crédito que passou a fazer parte do seu patrimônio. Assim, ocorrendo o seu falecimento, seus herdeiros obtêm o direito de prosseguir com a demanda.II - Ainda que falecida a parte autora, é necessária a análise do direito ao restabelecimento do plano de saúde, tendo em vista a possibilidade de as sucessoras permanecerem nele, consoante o teor do art. 1º, § 2º do CONSU Nº 19/99.III Não acolhida, assim, a alegação de perda do objeto da demanda. IV - A suposta falta de pagamento pela estipulante e a suspensão/cancelamento do plano de saúde não foram informadas direta e formalmente à usuária, ora apelada. A recusa de tratamento à pessoa com grave risco de vida, sem a devida notificação do cancelamento, constitui falha na prestação do serviço e ato ilícito, implicando em visíveis e reprováveis transtornos pela patologia que a acometeu (neoplasia maligna com metástase), a ensejar reparação indenizatória na esfera moral. V - O quantum estipulado - R$ 5.000,00 (cinco mil reais) - atendeu aos principios da proporcionalidade e razoabilidade.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0627079-89.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em integral consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0627256-48.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Franklen Dpo Nascimento Berger. Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Apelado: Banco Bmg S/A. Advogados: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NO DEVER À INFORMAÇÃO. MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRECEDENTE DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DESTES JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- Merece ser parcialmente provido o presente apelo, tendo em vista que os contratos de cartão de crédito com empréstimo consignado revelam-se abusivos e ilegais diante da ausência de informações e de uma sistemática de simulação de empréstimos a juros de cartão de crédito, que impossibilita aqueles que precisam do crédito de livrarem-se dos débitos;- Ademais, há precedente da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais deste TJ-AM, no mesmo sentido;- Faz-se devida a reforma da sentença para dar parcial procedência ao pleito autoral, com: a suspensão dos descontos feitos na folha de pagamento do autor; a conversão do negócio jurídico celebrado em empréstimo consignado convencional; a devolução em dobro dos valores pagos a maior; e, a reparação dos danos morais suportados pelo autor em valor considerado razoável por esta 2ª Câmara Cível.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0627256-48.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM,

os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0628339-07.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Claro S/A. Advogados: Jose Henrique Cancado Gonçalves (OAB: 855A/SE) e outros. Apelado: Aventura Moto e Náutica Ltda. Advogados: Danielly Passos Galvão (OAB: 4007/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 1.010, INC. II E III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA. CABIMENTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. As razões recursais devem trazer os fundamentos de fato e de direito em que se baseia a apelante para obter a reforma da sentença recorrida, bem como oferecer impugnação específica aos argumentos nela contidos, sob pena de não ser conhecido o recurso. 2. A pessoa jurídica é titular de honra objetiva e pode sofrer dano moral decorrente de ato ilícito (Súmula n. 227/STJ). 3. Em atenção aos parâmetros estabelecidos pela doutrina e jurisprudência pátrias para a fixação do montante indenizatório, atento às particularidades do caso concreto, o quantum de R$10.000,00 (dez mil reais), acrescido de correção monetária e juros moratórios legais, se mostra razoável e proporcional. 3. Recurso parcialmente conhecido e desprovido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso para julgá-lo desprovido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0628753-39.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Multi Meios Assessoria Empresarial Ltda. Advogado: Luana Mariah Fiuza Dias (OAB: 310617/SP). Apelado: Manaus Aerotáxi Participações Ltda. Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM), Andrade GC Advogados (OAB: 5797/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. NULIDADE DA SENTENÇA NÃO OBSERVADA. CONGRUÊNCIA DA TUTELA COM O PEDIDO. NEGÓCIO JURÍDICO NULO. FALTA DE PODERES DO SUBSCRITOR CONTRATANTE. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CONFIRMAÇÃO TÁCITA. NÃO DEMONSTRADA A EXISTÊNCIA DE RESTRIÇÕES AO CRÉDITO ANTERIORES AO PROTESTO, NÃO INCIDE O ENUNCIADO N. 385, DA SÚMULA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Leitura atenta da exordial deixa ver que o demandante, desde o início, reclamava a irregularidade do contrato por não ter sido subscrito por sujeito com poderes para representá-la.2. O pagamento do protesto não implica, necessária e automaticamente, o reconhecimento da dívida cobrada, pois é dado ao protestado pagá-lo e, em seguida, questionar judicialmente a cobrança, daí porque não se aplica à situação a lógica do artigo 174, do CC..3. Quanto à alegada comprovação da base causal da duplicata, exame atento dos documentos arrolados pela Recorrente revela não servirem ao fim proposto.4. Descabe cogitar de inobservância do enunciado n. 385 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, porque, de acordo com o extrato do SERASA (fls.99/101), não há restrições anteriores ao protesto promovido pela Apelante.5. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0628753-39.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas.ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 12 de agosto de 2019.PUBLIQUE-SE.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0628852-38.2016.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Requerente: João Victor Tayah Lima. Advogados: Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB: 4316/AM), André Luiz Damasceno de Araújo (OAB: 5265/AM) e Jayme Aranha Chacon Junior (OAB: 8497/AM). Requerido: Município de Manaus. Procuradora: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM). Requerido: Estado do Amazonas. Procurador: Rafael Lins Bertazzo (OAB: 7213/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO POPULAR. IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME. 1. A ação popular consiste em um relevante instrumento processual de participação política do cidadão, destinado eminentemente à defesa do patrimônio público, bem como da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico, estético e turístico das entidades mencionadas no art. 1º da Lei 4.717/65. 2. A alegação de ilegalidade de per si não se afigura suficiente para dar ensejo ao ajuizamento da ação popular, de modo que se faz necessária a real existência de lesão ao patrimônio público ou à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, o que não há no caso em tela, haja vista não existir qualquer ato administrativo a ser desconstituído ou anulado. 3. Sentença confirmada em reexame. . DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, e em consonância com o parecer ministerial, confirmar a sentença em reexame, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0633044-14.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Nort Sat Telecom/inforkap Wireless Informática. Advogados: Rafael Gonçalves Maduro (OAB: 3409/AM) e Alexandre Augusto Alencar de Queiroz (OAB: 4046/AM). Apelados: Schlumlumberger Serviços de Petróleo Ltda. e Smith Internacional do Brasil Ltda. Advogados: Carlos Gustavo Garcia de Castro Trompowsky Heck (OAB: 100732/RJ) e Walter Amaral Kerr Pinheiro (OAB: 51038/RJ). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação Cível. Extra petita. Nulidade. Adequação. Embargos a Execução. Cobrança. Rescisão. Contrato Bilateral. Cláusula expressa. Excesso. Incabível. Honorários Advocatícios. Proveito econômico. Revertido.1. A sentença de primeiro grau quando extra petita, pode ser adequada pela Corte de apelação afastando-se o excesso, sem necessidade de retorno dos autos à origem.2. Em contratos bilaterais, as cláusulas expressas são leis entre as partes, devendo ser respeitadas e executadas por ambas as partes, não caracterizando, assim excesso à execução se os valores cobrados estão adstritos aos itens contratuais totalmente legais e sem vícios previstos no Ordenamento Jurídico.3. Os honorários advocatícios serão computados sobre o proveito econômico auferido pelo devedor embargante. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0633044-14.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0635672-73.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Pneu Forte Ltda. Advogados: Luiz Fernando Mafra Negreiros (5641/AM) e Tatiane Medina Oliveira (OAB: 6336/AM). Apelado: J. H. Transportes e Turismo Ltda Me. Advogados: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) e Tarcísio Ramos do Vale (OAB: 8534/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub

Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. COBRANÇA INDEVIDA. NEGATIVAÇÃO ERRÔNEA. DANO MORAL CONFIGURADO. PRECEDENTE STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NO MÉRITO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacífico no sentido de ser cabível indenização por danos morais nos casos de negativação errônea; - Ademais, no caso, em sendo indevido o débito cobrado, resta que a inclusão da apelada nos cadastros de inadimplentes por tal cobrança mostra-se abusiva, sendo patente o dano moral a ser indenizado no valor razoável de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0635672-73.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0636513-68.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Luiz Gonzaga Neves. Advogados: Monica Vicente Taketa (OAB: 7988/AM) e Carolina Gomes Mar (OAB: 8627/AM). Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM). Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Amazonprev. Advogados: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação Cível. Servidor Público. Militar. Gratificação. Tempo de Serviço. Cálculo. Retificação. Possibilidade.1. O direito à incorporação das gratificações deve ser garantido a todos os servidores que, na vigência de lei anterior, preenchiam os requisitos para seu recebimento e, este valor, deve ser atualizado a fim de garantir o poder aquisitivo da remuneração percebida pelo servidor. 2. O adicional de tempo de serviço foi revogado com o advento da Lei nº 2.531/99, percebendo a vantagem aqueles que já possuíam direito adquirido, todavia, de forma desvinculada do soldo e ainda, tornando-se vantagem pessoal.3. A omissão legislativa não pode fundamentar o congelamento dos valores da gratificação por tempo de serviço percebida pelos servidores públicos militares, devendo a sua atualização incidir sob os índices aplicados às revisões da remuneração do servidor militar.4. Apelo conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0636513-68.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer do Ministério Público, conhecer e prover parcialmente o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0637362-69.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Robert Faulkner de Castro. Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Apelado: Banco Bonsucesso Consignado S.A. Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489A/BA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NO DEVER À INFORMAÇÃO. MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRECEDENTE DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DESTES JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- Merece ser parcialmente provido o presente apelo, tendo em vista que os contratos de cartão de crédito com empréstimo consignado revelam-se abusivos e ilegais diante da ausência de informações e de uma sistemática de simulação de empréstimos a juros de cartão de crédito, que impossibilita aqueles que precisam do crédito de livrarem-se dos débitos;- Ademais, há precedente da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais deste TJ-AM, no mesmo sentido;- Faz-se devida a reforma da sentença para dar parcial procedência ao pleito autoral, com: a suspensão dos descontos feitos na folha de pagamento do autor; a conversão do negócio jurídico celebrado em empréstimo consignado convencional; a devolução em dobro dos valores pagos a maior; e, a reparação dos danos morais suportados pelo autor em valor considerado razoável por esta 2ª Câmara Cível.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0637362-69.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, sem parecer ministerial, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, reformando os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0638752-74.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Itaucard S/A. Advogados: Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 1117/AM) e outros. Apelado: Jones David Antonio Sobrinho. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DETERMINADA PARA INFORMAR ENDEREÇO DO RÉU. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTE STJ. ENTENDIMENTO SEGUIDO POR TODAS AS DEMAIS CÂMARAS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Merece ser desprovido o presente apelo, tendo em vista que, consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, a falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de validade da relação processual, ensejando sua extinção sem exame de mérito, prescindindo da intimação prévia do autor;- Tal entendimento inclusive vem sendo seguido, além do STJ, por todas as demais câmaras cíveis deste TJ-AM, havendo divergência apenas nesta Segunda Câmara Cível sobre o tema; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0638752-74.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e sem parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0639142-83.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Município de Manaus. Procuradora: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM). Apelado: Produtos Roche Químicos e Farmaceuticos S/A. Advogados: Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 692/AM) e Rodrigo da Fonseca Chauvet (OAB: 149076/RJ). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. DOCUMENTOS QUE EVIDENCIAM O CRÉDITO AFIRMADO PELO AUTOR. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE RECEBIMENTO ASSINADO POR FUNCIONÁRIO DA SEMSA. - Não há como prosperar a alegação de ausência de interesse de agir por ausência de prova que autorize o ajuizamento de ação monitória, uma vez que foram apresentados pelo autor documentos escritos que evidenciam razoavelmente a existência do crédito por ele afirmado.- A nota fiscal apresentada pela parte autora, acompanhada de comprovante de recebimento dos fármacos pela Secretaria Municipal de Saúde, atende a exigência prevista no art. 63, §2º, da Lei 4.320/64 e comprova: a relação jurídica existente entre as partes; o inadimplemento do apelante quanto à obrigação contratada pelo apelante; a existência; e, a liquidez da dívida

cobrada.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0639142-83.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0639194-45.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Canopus Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM), Gisele Cordeiro Sampaio (OAB: 8091/AM) e Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: 4482/MT). Apelado: Marcio Dias Alvarenga. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Busca e apreensão. Composição. Extinção do feito. Impossibilidade. Suspensão. 1. Celebrado acordo entre as partes, deve o processo ser suspenso pelo período concedido para cumprimento voluntário da obrigação. 2. Não há que se falar em extinção do feito com julgamento do mérito, mas sim, em suspensão do processo. 3. Apelação conhecida e provida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0639194-45.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0642516-73.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG), Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) e outros. Apelado: Emporio dos Sabores Comercio de Alimentos Ltda ME. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira (1ºV.D). Membro: Elci Simões de Oliveira (V.R). Membro: Wellington José de Araújo (V.R). Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa (V.R). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 485, IV, DO CPC POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. CASO QUE SE AMOLDA AO ABANDONO DE CAUSA PREVISTO NO INCISO III, DO ART. 485 DO CPC. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA SUA CARACTERIZAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO AO §1º DO ART. 485 DO CPC. PRECEDENTES. NULIDADE DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do apelante não ter cumprido a decisão que determinou o recolhimento de custas das diligências do oficial de justiça não importa na extinção do feito senão antes de sua intimação pessoal, já que, segundo, o art. 485, III do Código de Processo Civil extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, sendo, portanto, necessário para caracterizar o abandono a prévia intimação pessoal da parte, conforme previsto em seu §1º, que não se confunde com a extinção por ausência de pressuposto processual. 2. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por maioria de votos, vencido o Des. Domingos Jorge Chalub Pereira, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0644463-94.2017.8.04.0001 - Apelação/Remessa Necessária, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Antônio Rosivaldo Dias. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Apelante/Apelado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação (1). Auxílio-doença. Concessão. Momento ideal. Aposentadoria por invalidez. Impossibilidade. 1. No caso do segurado ainda não possuir condições de exercer atividades laborais ao término da concessão do auxílio, não pode este ser cessado.2. Não há que se falar em aposentadoria por invalidez se há possibilidade de reabilitação profissional atestada em Laudo Pericial. 3. Apelação conhecida e desprovida.Remessa necessária. Apelação (2). Correção Monetária. INPC. Juros de Mora. Caderneta de poupança.1. Não se aplica o art. 1º-F da Lei 9.494/97, para fins de correção monetária, às condenações impostas à Fazenda Pública, devendo ser calculada segundo a variação do INPC, bem como devem incidir os juros de mora segundo o índice da caderneta de poupança. 2. Apelação conhecida e parcialmente provida. Remessa Necessária prejudicada.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Remessa Necessária nº 0644463-94.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o primeiro recurso, bem como conhecer e dar provimento o segundo recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator. Remessa Necessária prejudicada.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0645359-06.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelada: Odaleia Sa de Miranda Livramento. Advogados: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) e Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM). Apelante/Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação (consumidora). Cobrança indevida. Tarifa bancária. Resolução. Conselho Monetário Nacional. Padronização. Repetição do indébito. Dobro. Dano moral. Ocorrência.1. A cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pelo Banco Central do Brasil.2. A repetição em dobro do indébito, sanção prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor, ambas presentes quando há cobrança de tarifas bancárias ao arrepio da lei e do contrato.3. Os descontos indevidos na conta bancária do consumidor pela cobrança ilegal e abusiva de tarifa bancária não prevista em norma editada pelo Banco Central do Brasil enseja a responsabilidade da instituição financeira pelo pagamento de indenização por dano moral.4. Apelação conhecida e provida.Apelação (instituição financeira). Honorários sucumbenciais. Prejudicado. 1. O provimento do recurso de apelação da consumidora e, consequentemente, a reversão do julgado da primeira instância para reconhecer a total procedência dos pedidos, prejudica o exame do apelo, que busca a condenação do demandante ao pagamento integral do ônus da sucumbência.2. Apelação prejudicada.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0645359-06.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso da consumidora, bem como declarar prejudicado o apelo da instituição financeira, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0709622-57.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Seguros S/A. Advogados: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Apelada: Maria da Conceição Brito Castro. Advogados: Érico Correa

Sena (OAB: 6618/AM), Maria da Conceição Wanderley Lasmar (OAB: 3952/AM) e Paula Donolina Meireles Ramos (OAB: 8559/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: Apelação. Ação Declaratória. Inexigibilidade. Débito. Honorários advocatícios. Proveito econômico. Retificação. 1. O proveito econômico como parâmetro para a fixação dos honorários deve ocorrer, quando não houver condenação no caso concreto, como nas ações declaratórias.2. Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0709622-57.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso, nos termos e fundamentos do voto do relator.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0709788-89.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Maria Augusta Simas Moavero. Defensor: Vitor Kikuda (OAB: 199259/SP). Apelado: Ercino João da Silva Júnior. Advogado: Nelson José Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CPC/73, ART. 282, III e VI. ILEGITIMIDADE. MÚTUO FENERATÍCIO ENTRE PARTICULARES. CCB/2002, ART. 591. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO OU 1% (UM POR CENTO) AO MÊS. DECRETO 22.626/33. PAGAMENTOS DE PARCELAS DA DÍVIDA CONFESSADA. TESTEMUNHAS CORROBORARAM AS ALEGAÇÕES. A RECUSA EM FORNECER RECIBOS ERA VEROSSÍMIL, TENDO EM VISTA O CARÁTER ILÍCITO DA AGIOTAGEM. CLÁUSULA DE GARANTIA. CONSIDERANDO A DISCREPÂNCIA ENTRE O VALOR DA DÍVIDA E O VALOR DA GARANTIA, DEVERIAM TER SIDO TOMADAS PRECAUÇÕES PARA EVITAR O PREJUÍZO DA DEVEDORA. ABUSIVIDADE. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. CCB/2002, ART. 422. DANO MORAL. NÃO RESTOU COMPROVADO QUE SE TRATOU DE COBRANÇA VEXATÓRIA. A apelante declinou os fatos e fundamentos jurídicos do pedido: identificou a confissão de dívida cujas cláusulas deveriam ser anuladas e esclareceu que a anulação decorria da abusividade dos juros e da desproporção entre a dívida e o valor do imóvel dado em garantia. Embora a apelante, na petição inicial, tenha apenas protestado pela produção das provas, quando convocada para fins de especificá-las, requereu o depoimento pessoal do apelado e a oitiva de testemunhas. Ora, a especificação de provas depois de encerrada a fase postulatória era admitida pelos tribunais, restando superada a falta de sua indicação na petição inicial. Rejeitada a alegação de inépcia da petição inicial (CPC/73, art. 282, III e VI). Considerando que a apelante objetiva, essencialmente, anular cláusulas de confissão de dívida celebrada com o apelado, deve ser rejeitada a alegação de ilegitimidade ativa ad causam.Os tribunais têm compreendido que, tratando-se de mútuo feneratício/empréstimo de dinheiro (CCB/2002, art. 591), os juros não podem exceder o limite previsto pelo Decreto 22.626/33 (Lei da Usura), ou seja, 12% (doze por cento) ao ano ou 1% (um por cento) ao mês, devendo ser declarada a abusividade da cláusula que não observa a referida limitação, decotando-se o excesso. De acordo com a cláusula 3.ª, da confissão de dívida, sobre o valor do principal/capital incidiriam juros de 10% ao mês. Não há dúvida de que se tratava de mútuo feneratício. Inegável a abusividade da taxa pactuada, devendo ser limitada ao patamar de 1% (um por cento) ao mês. Desde a inicial, a apelante afirma que pagou parte da dívida, e que o apelado não lhe passou os recibos de pagamento. O apelado não negou os pagamentos; limitou-se a afirmar que a apelante não teria como dispor daquele valor. Considerando que duas testemunhas corroboraram as alegações da apelante; e considerando que era verossímil a alegação de recusa em fornecer recibos de pagamento, tendo em vista o caráter ilícito da agiotagem, impõe-se declarar o pagamento de parcelas da dívida confessada.O que tornava abusiva a cláusula de garantia era o fato de não terem sido tomadas as precauções necessárias para evitar o prejuízo da apelante, em caso de execução da garantia. Além disso, considerando que a taxa de juros era excessiva, dificultando o cumprimento da obrigação principal, a probabilidade de a garantia ser executada tinha sido indevidamente aumentada. No contexto da avença, a cláusula de garantia estava eivada de abusividade, tendo sido violados os princípios da boa-fé contratual e do locupletamento (CCB/2002, arts. 422 e 884).As testemunhas não evidenciaram que as cobranças feitas pelo apelado teriam sido vexatórias. Portanto, não há como afastar o exercício regular de direito e a inexistência de ofensa aos direitos de personalidade da apelante. Rejeitada a alegação de dano moral.Apelação conhecida e parcialmente provida.. DECISÃO: "ACÓRDÃO, DECIDE a e. Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer da apelação e lhe dar parcial provimento, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 0713653-23.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) e outros. Apelado: Francisco Ribeiro da Costa. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DOS ARTS. 485, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CUSTAS DE DILIGÊNCIAS. NÃO ATENDIDA. SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE INCUMBÊNCIA PERSONALÍSSIMA DA PARTE. HIPÓTESE DO ART. 485, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO §1º, DO ART. 485, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA CASSADA. 1. O fato da parte autora, após determinação, não realizar o pagamento das custas de diligências, não se enquadra na hipótese do art. 485, IV, Código de Processo Civil, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular. Na realidade, tal situação configuraria em não promover atos e diligências que lhe incumbia, ensejando a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. 2. No caso de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, Código de Processo Civil, aplica-se o disposto no §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil, que determina a prévia intimação pessoal da parte autora, para suprir a falta em 5 (cinco) dias. 3. Não tendo o magistrado de primeira instância intimado o autor, nos termos do §1º, art. 485, do Código de Processo Civil, resta evidenciado o error in procedendo do julgador, devendo a sentença ser cassada por evidente cerceamento de defesa. 4. Sentença cassada. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4000681-50.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Nasser Abdala Fraxe. Advogado: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM). Agravado: Indústria de Componentes Industriais Ltda. Advogados: Ronan Batista Moreira (OAB: 8849/AM), Isadora Dutra Rebelo (OAB: 14574/AM) e outros. Agravado: Equatorial Transporte da Amazonia Ltda. Advogado: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB: 4334/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO ANTES DA CONSTRIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO PROVIDO.- A agravada, ao requerer a Desconsideração da Personalidade Jurídica manifestou a intenção de atingir o patrimônio do recorrente, de Saul Benchimol e de Terminal Portuário Equatorial S/A (TPE);- Até então, o

cumprimento de sentença tinha como parte passiva apenas a empresa Equatorial Transportes da Amazônia Ltda. (ETA), razão pela qual indispensável seria que o agravante, Saul Benchimol e Terminal Portuário Equatorial S/A fossem citados (CPC/2015, art. 135);- Ocorre que o juízo de primo grado somente determinou a citação do agravante e de Saul Benchimol, razão pela qual incorreu em nítido error in procedendo, prejudicando o recorrente, cujo prazo para manifestação e requerimento de provas deveria ser contado da juntada aos autos do último AR (CPC/2015, art. 231, § 1.º); AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000681-50.2019.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4000686-88.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: Juliano Brescianini e Kely Araújo Brescianini. Advogado: Erick Drean P. da Costa (OAB: 7746/AM). Agravado: Unipar Liberty Ltda. Advogados: Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM), Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM), Barbara Carvalho Ipiranga (OAB: 11424/AM) e Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB: 11941/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. DECISÃO QUE REJEITA APENAS ALGUMAS PRELIMINARES. DEMAIS MATÉRIAS AINDA NÃO APRECIADAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.- O Juízo primo grado limitou-se a rejeitar, apenas, as alegações de intempestividade da comprovação de pagamento/descumprimento de ordem judicial, e de ausência de prévio depósito extrajudicial (inexistência de prestações periódicas), as quais eram identificadas na contestação como itens III.3 e III.4 (autos principais, fls. 126/128);- Portanto, vislumbra-se que as demais questões não foram examinadas, e que o tribunal não pode enfrentá-las, pois tal importaria em supressão de instância;AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4000686-88.2019.8.04.0900, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4000745-76.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, Vara de Origem do Processo Não informado. Agravante: Carlos Jorge Cury Mansilla. Advogados: Luciana Vieira da Rosa Siqueira (OAB: 120373/RJ) e Lymark Kamaroff (OAB: 109192/RJ). Agravada: Yara Glaucia Vieira Aguiar. Advogados: Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB: 3495/AM) e outro. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. APRESENTAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. PARTE DESEMPREGADA. SITUAÇÃO SUPERVENIENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM DE VERACIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I A gratuidade da justiça é direito de toda pessoa natural ou jurídica com insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural.II Conforme determinação legislativa contida no diploma processual civil, se a situação que enseja o pedido de gratuidade for superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples. III Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000745-76.2019.8.04.0900, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4001587-40.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Francisco Luiz Dantas da Silva. Advogados: Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM), Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB: 3749/AM) e Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM). Agravado: Mário José de Oliveira Ricart. Advogados: Nilson Coronin (OAB: 1925/AM) e Raquel Pinto Valente (OAB: 6771/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR. RISCO DE DANO A IMÓVEL EDILÍCIO. PRETENSÃO RECURSAL DE DEBATE DO MÉRITO CENTRAL DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Tendo em vista que o Juízo primo grado deferiu tutela de urgência, sopesando o preenchimento dos requisitos da probabilidade do direito e perigo na demora diante de eminente risco de comprometimento de imóvel edilício, não merece amparo a irresignação recursal;- A irresignação quanto ao mérito da demanda não pode ser apreciada neste recurso, razão pela qual, a análise se detém apenas sobre a decisão concessiva de tutela em caráter provisório;AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4001587-40.2019.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4001827-29.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Jose Augusto de Rezende Junior (OAB: 1109/AM) e outros. Agravada: Maria do Rosário Sá de Oliveira. Advogados: Sidney Tadeu de Carvalho Alves (OAB: 4277/AM) e Cíntia Martins de Souza (OAB: 4399/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DE ASTREINTES. VALORES EXCESSIVOS. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. PRECEDENTE STJ. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça é possível a redução do valor das astreintes fixado fora dos parâmetros da razoabilidade, devendo-se ter como referência o montante da obrigação principal;- Tendo em vista que a multa fixada com o propósito de obrigar o agravante a cobrar parcelas mensais de R$ 3.197,59 (três mil, cento e noventa e sete reais, cinquenta e nove centavos) havia sido estimada em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), valor superior ao do contrato de empréstimo, vislumbra-se seu manifesto exagero; AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4001827-29.2019.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4001853-27.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Aquarela Tintas Ltda. Advogados: Heraldo Antonio Correa Junior (OAB: 13798/AM) e Thaiza Fabiane Carriço Correa (OAB: 4745/

AM). Agravados: Tramontina Norte S/A e Tramontina Teec S/A. Advogados: Heraldo Antonio Correa Junior (OAB: 13798/AM), Michele de Melo Freitas Araújo (OAB: 4822/AM), Karina Lima Moreno (3932/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Mouinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PARCELAMENTO DO VALOR DA DÍVIDA NOS MOLDES DO ART. 916, DO CPC. NÃO PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO DE BENS POR LEILÃO/HASTA PÚBLICA.. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO EXECUTADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001853-27.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, nega-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4001888-84.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogados: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM) e outros. Agravada: Edioneia Colares Ribeiro. Advogados: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM), Joaab de Souza Pinto (OAB: 8348/AM) e Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. DECISÃO GENÉRICA. FALHA NA FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO ANULADA. RECURSO PROVIDO.- Observa-se que da r. decisão impugnada constam apenas afirmações vagas e genéricas, inexistindo qualquer alusão concreta à probabilidade do direito, ao perigo de dano e às respectivas provas;- Evidenciada a falta de fundamentação dos requisitos indispensáveis à concessão de tutela de urgência, resta prejudicada a análise da alegação de multa exorbitante, devendo ser anulada a r. Decisão;AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4001888-84.2019.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4001898-31.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social. Advogados: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) e outros. Agravado: Walmir Geraldo Nascimento Ribeiro. Advogado: Breno de Almeida Rodrigues (OAB: 8121/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. PLANO DE EQUACIONAMENTO. ONEROSIDADE EXCESSIVA CONFIGURADA. SUSPENSÃO DA COBRANÇA EXTRAORDINÁRIA. DECISÃO IMPUGNADA MANTIDA.I - Diante da comprovação da onerosidade excessiva a que a agravada foi submetida, deve ser suspensa a cobrança dos valores referente à contribuição extraordinária prevista no plano de equacionamento de entidade de previdência fechada, por acarretar graves prejuízos à remuneração da assistida (pessoa idosa), comprometendo, com isso, a sua subsistência (dignidade da pessoa humana). II A jurisprudência desta Segunda Câmara Cível, ademais, já se posicionou no sentido da "alta probabilidade do direito invocado em primeira instância" em casos idênticos, tendo em vista a existência de dívida a ser paga pela PETROBRÁS, principal patrocinadora do plano, que poderia amortizar o déficit e reduzir a contribuição extra dos participantes e assistidos. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4001898-31.2019.8.04.0000-Manaus-Am, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4002041-54.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos SMTU. Advogados: Rosely da Costa Tribuzy (OAB: 3440/AM), Denis Rosas de Araújo (OAB: 3510/AM), Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM) e outros. Agravado: João Marcelo Silva Lima. Advogada: Carmem Mello Moura (OAB: 3649/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA - PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR. ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÂNSITO. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE MOTOCICLETA. APREENSÃO. LEILÃO. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. SUSPENSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO. PERICULUM IN MORA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I - É incontroverso que houve a transferência da propriedade da motocicleta após hasta pública promovida pela empresa VIP GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA., contratada pela agravante.II - A determinação liminar para que a SMTU, ora agravante, promova a transferência do veículo encontra óbice na legislação de trânsito aplicada, mormente no que dispõe a Resolução n.° 331/09, do CONTRAN.III - Responsabilidade do arrematante pelo registro do veículo perante o DETRAN, restando a cargo do órgão ou entidade responsável pelo leilão tão somente o registro, no sistema RENAVAM, do extrato do leilão. IV - Eventual cômputo da pontuação relacionada às infrações de trânsito em nome do agravado pode ensejar a suspensão do seu direito de dirigir, nos termos do art. 261, I, do CTB, que, por laborar como motorista profissional, estaria impossibilitado de exercer o seu mister, revelando o perigo na demora da prestação judicial. IV - A multa por descumprimento arbitrada tem como objetivo forçar o demandado, ora agravante, a cumprir sua obrigação, não subsistindo razão para limitá-la ou excluí-la sem cair em contradição, pois resultaria na premiação de eventual contumácia do agravante.V - Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002041-54.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4003622-07.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Telemar Norte Leste S/A Oi. Advogados: Alexandre Miranda Lima (OAB: 596A/AM), Pablo Hertz Bruzzone Leal (OAB: 159485/RJ) e outros. Agravado: E. M. Telecomunicações e Importações Ltda. Advogados: Fabio Pereira Garcia dso Santos (OAB: 4850/AM), Alysson George Gomes Cavalcante (OAB: 3710/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TAXATIVIDADE MITIGADA. POSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. PRECEDENTE STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA JULGADO PREJUDICADO INDEVIDAMENTE. RECURSO PROVIDO.- Tendo em vista a apresentação de exceção de incompetência, o juízo de primo grado deveria ter suspendido o curso da ação principal conforme determinavam os arts. 265, III e 306, do CPC/73, então vigentes;- No entanto, o juízo a quo continuou a impulsionar os autos principais, vindo a proferir sentença em 28.09.2016, quase

02 (dois) anos antes de decidir a exceção de incompetência (!); - Assim, evidente é a nulidade de todos os atos processuais praticados depois de oposta a exceção de incompetência, inclusive a r. sentença proferida nos autos principais; AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº. 4003622-07.2018.8.04.0000, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, na forma exposta no voto condutor desta decisão.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Processo: 4003623-89.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Anna Karoline de Souza Marialva. Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogados: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Délcio Luís Santos. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. NEGATIVA DO BENEFÍCIO PELO JUÍZO A QUO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. CONCESSÃO DA BENESSE LEGAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A decisão recorrida não pode ser prestigiada, uma vez que nada há nos autos a induzir qualquer suspeita de inverdade a respeito da declaração de pobreza jurídica firmada pela agravante. 2. As alegações da agravante, somadas aos demais elementos dos autos tais como a declaração de hipossuficiência e o fato de encontrar-se desempregada, à princípio, são suficientes para concessão da gratuidade da justiça. 3. A prova apresentada faz prevalecer a presunção de veracidade que brota da declaração de pobreza, uma vez que nada induz suspeita de inverdade. 4. Benefício, todavia, que pode ser revogado havendo prova em contrário.5. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã OVistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Senhores Desembargadores, por unanimidade, em conhecer do recurso para julgá-lo provido, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 12 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível , em Manaus, 20 de agosto de 2019.

Intimação

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004030-61.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Marcos Andrade de Oliveira** (Advogados: Dr. Edinei Lourenço de Carvalho OAB 9.689/AM, Dr. Edinei Lourenço de Carvalho Junior OAB 9.347/AM e outros). **Agravado: Raimundo Benarroz dos Santos Filho** (Advogada: Dra. Eliana Sandra da Silva Carvalho OAB 2.027/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, **bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 76/79**, cujo teor final é o seguinte: ".... Forte nas razões alhures esposadas, **DEFIRO** tutela de urgência recursal para que o agravado seja imitido na posse do bem objeto da presente demanda. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. Comunique-se imediatamente o teor desta Decisão ao Juízo de origem para que repercuta seus os efeitos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 21 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0714589-48.2012.8.04.0001**, em que é **Apelante: Patricia Fernandes Silva** (Advogado: Dr. Eduardo Fernandes Biase Martins OAB 13.763/AM). **Apelada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (atual denominação de Manaus Energia S/A)** (Advogados: Dr. Guilherme Vilela de Paula OAB 1.010-A/AM, Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araujo OAB 118.303/MG e outros). **Fica a Apelante intimada do Despacho de fls. 369**, exarada nos autos acima referidos, no qual: "..... Considerando que não houve pedido de gratuidade de justiça no recurso, nem deferimento do benefício na origem, em atenção ao artigo 1.007, §4º, do CPC, chamo o processo à ordem para determinar que o Recorrente seja intimado a comprovar o recolhimento das custas recursais em dobro, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Manaus, 7 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 22 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4001070-35.2019.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública Agravante: Luis de Paula e Sousa Neto. Advogados: Wellington Augusto de Paula e Sousa (OAB: 4534/AM) e Luís de Paula e Sousa Neto (OAB/AM 1910). Agravado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001280-86.2019.8.04.0000, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e outros. Agravados: Eli Correia Maciel, Irene Barboza Maciel e Travessia Editora e Livraria Ltda. Advogados: Dante Glaus Rocha de Castro (OAB: 2686/AM) e Guilherme Ribeiro de Castro Neto (OAB: 9871/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001349-21.2019.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social. Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM). Agravado: Amaury Tadeu da Silva Cruz. Advogada: Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB: 1339/AM), Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB: 10145/AM), Jane Silva da Silveira (OAB: 6783/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4002127-88.2019.8.04.0000, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Amadeo Cavalcante Freire. Defensora: Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB: 600002/AM). Agravado: Cícero Monteiro da Silva. Advogados: Miguel de Araújo Beckman (OAB: 12909/AM) e Fábio Brandão Saraiva Junior (OAB/AM 10205). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0001309-98.2014.8.04.6300, de 3ª Vara de Parintins Apelante: Agro Indústria Ilha Ltda. Advogados: Luciano Menezes Gadelha (OAB: 8648/AM) e Patrick Stéfano de Souza Gadelha (OAB: 9044/AM). Apelados: Raimundo Mendes Leal Filho, Ivanete Araújo Leal e outra. Advogados: David Xavier da Silva (OAB: 10302/AM) e Gerson de Oliveira Rodrigues (OAB: 10311/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0227739-51.2015.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Fio de Água Lavandeirias Ltda. Advogados: Michelle Nascimento da Silva Tachy (OAB: 9918/AM), Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB: 9919/AM) e outros. Apelado: Ims Representação de Artigos de Vestuário Ltda - Me. Defensor: Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB/AM 9420). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0635337-59.2013.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Michel de Araújo Tavares. Advogados: Vitor Berenguer B. Junior (OAB: 8336/AM), Alcian Pereira de Souza (OAB: 5266/AM), Miriam Regina Cunha Dutra (OAB: 4869/AM) e outros. Apelado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM), Mariza Lustoza Ribeiro (OAB: 6869/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0241892-02.2009.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Jose Araujo Lima. Advogados: Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB: 5910/AM), Paulo Dias Gomes (OAB: 2337/AM), Loren Amorim Gomes Pimenta (OAB/AM 7553) e outros. Apelante/Apelado: Instituto de Olhos Julia Herrera. Advogados: David Dangeres Jorge (OAB: 3718/AM), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM), Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB: 16666/PE) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0600045-08.2016.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM). Apelados: Espólio de Jorge Isper Abrahim e outra, representados por Ramom Mangana Abrahim. Advogada: Adriana Carla de Souza Silva (OAB: 3030/AM) e outro. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0609451-53.2016.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. Apelante: C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping). Advogados: Eduardo Pugliese Pincelli (OAB: 172548/SP), Flavio Eduardo Silva de Carvalho (OAB: 20720/DF) e Thomas Ampessan (OAB: 40106/DF). Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 29650/BA). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Décio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003450-65.2018.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Dermilson Lima Correa. Advogados: Gabriela Lins Torres (OAB: 8060/AM), David Dangeres Jorge (OAB: 3718/AM) e Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB: 16166/PE). Agravados: Ajam Produções Agravado: Evarim Emp. Vale do Rio Madeira, Cooperati Coop Pis Aq Pro e Daniel Cidade Pazuelo. Advogados: Igor Dante Pantoja Afonso (OAB: 10764/AM) e Edmilson Almeida de Oliveira (OAB: 3185/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4003619-52.2018.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Banco Bmg S/A Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE), Urbano Vitalino Advogados (OAB/PE 313) e outros. Agravada: Graça Filizola de Oliveira. Advogada: Camila Cordeiro Batista (OAB: 10930/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4003689-69.2018.8.04.0000, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Marcelaine dos Santos Schumann. Advogados: Jose Crisitiano Pinheiro (OAB: 1529/RO e A1262/AM) e outros. Agravada: Denise Almeida da Silva. Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM) e Rafaela Fernanda Maciel Chitto (OAB: 9265/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4003695-76.2018.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Ecec Participacoes Empresarias Ltda Advogada: Luciana da Silva Couto (OAB: 5339/AM) e outros. Agravado: Iecel Importação e Exportação de Componentes Eletrônicos Ltda. Advogado: Eli Marques Cavalcante Junior (OAB: 2881/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0626333-56.2017.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Hospital Adventista de Manaus - Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Ass. À Saúde. Advogados: Douglas Ouro Carvalho (OAB: 9920/AM), Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM). Apelados: Jalkh Serviços Medicos S/c e Alex Panizza Jalkh. Advogado: Haildo Jarbas Rodrigues (OAB: 5304/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0702083-40.2012.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Nobre Seguradora do Brasil S/A. Advogada: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE) e outros. Apelante/Apelado: Viação Açaí Ltda. Advogados: Jorge Fernandes G. de Vascocellos Júnior (OAB: 2167/AM), Jorge Alexandre M. de Vasconcellos (OAB: 2790/AM) e outros. Apelante/Apelado: Emam Emulsões e Transportes Ltda. Advogados: Rodrigo Faria de Sousa (OAB/MG 112.528), Guilherme Augusto R. C. Lages (OAB: 99965/MG), Renato Milanez Vieira (OAB: 105998/MG) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo

Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Habeas Corpus Cível nº 4003664-56.2018.8.04.0000, de 3ª Vara de Família (Fora de uso) Impetrante: Dr. Márcio Figueiredo Pessoa (OAB/AM 6458). Paciente: Jarlison Pereira da Rocha. Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo**.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000395-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Maria Solange Ferreira Belfort Advogado: Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB: 3749/AM) Advogado: Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM) **Embargada: Maria do Carmo da Silva Embargado: Jones Deis Paiva do Nascimento Embargado: Moisés Caldas Ono Embargado: Rouget Silva e Souza** Advogado: Flavio Queiroz de Paula (OAB: 2388/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DAS OMISSÕES APONTADAS. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O MÉRITO DO JULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0000395-43.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração. Sala das Sessões, em Manaus, 2 de agosto de 2019.".

Processo: 0000526-25.2013.8.04.6500 - Remessa Necessária Cível, Vara Única de Presidente Figueiredo

Remetente: Juízo de Direito da Comarca de Presidente Figueiredo/am **Requerente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** Advogada: Nívea da Silva Corado (OAB: 5490/AM) Advogado: Ediney Costa da Silva (OAB: 7646/AM) **Requerido: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo - Saae** Procurador: Maria da Conceição Wanderley Lasmar

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO MONITÓRIA PARA A COBRANÇA DE TARIFA POR ENERGIA ELÉTRICA. OBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ANEXAÇÃO DE FATURAS COMO DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA CONFIGURAÇÃO DA DÍVIDA. SENTENÇA CONFIRMADA. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível nº 0000526-25.2013.8.04.6500, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, confirmar a sentença, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0003631-37.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: HABITEC- Habitação, Empreedimento e Construções Ltda Advogado: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM) Advogado: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM) **Embargado: Cesar Augusto Correa de Oliveira** Advogada: Maria Claudia Sousa da Silva (OAB: 5528/AM)

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PLANO DE SAÚDE E PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. ACOLHIMENTO PARA A INTEGRAÇÃO DO JULGAMENTO, SEM EFEITO MODIFICATIVO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0003631-37.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração sem, todavia, alterar o julgamento.".

Processo: 0004436-87.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Bradesco Vida e Previdência S/A Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM) **Embargado: Welton Andrade Rebelo** Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. EMBARGOS REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0004436-87.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração.".

Processo: 0007429-06.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: Manaus Previdência - MANAUSPREV Procurador: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) Procurador: Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB: 3814/AM) **Embargada: Charlene Socorro Moreira Santos** Defensor: Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB: 253180/SP) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Interessado: O Município de Manaus Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. INTEGRAÇÃO DO ACÓRDÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS. SEM EFEITOS INFRINGENTES.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0007429-06.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, sem atribuição de efeitos infringentes.".

Processo: 0007491-46.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara de Família

Embargante: Jose Mathias dos Santos Advogado: Manuel Moreira da Silva Filho (OAB: 3459/AM) Advogado: Rodolfo Souza

da Silva (OAB: 7111/AM) **Embargado: Fernando Lucio Moreira dos Santos** Advogada: Camila Leal de Souza (OAB: 7498/AM) **Embargada: Laura Moreira de Carvalho Embargada: Sandra Lucia Moreira dos Santos Embargada: Sonia Maria Moreira dos Santos Embargada: Sonia Lucia Mota de Oliveira Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA COMPLEMENTAR O JULGAMENTO SEM ALTERAR O SEU POSICIONAMENTO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0007491-46.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração sem, todavia, alterar o posicionamento do julgamento.".

Processo: 0007583-24.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Única de Envira

Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A Advogado: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM) Advogado: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 56.543/MG)

Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor: Carlos Sergio Edwards de Freitas Promotor: Andre Lavareda Fonseca **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL OU OMISSÃO APONTADOS. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL OU OMISSÃO APONTADOS. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. EMBARGOS REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0007583-24.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração.".

Processo: 0007741-79.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: O Estado do Amazonas Procurador: Glicia Pereira Braga (OAB: 2269/AM) **Embargada: Elivania Cavalcante Maciel** Advogado: Sandra Henrique Calheiros (OAB: 5351/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0007741-79.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração.".

Processo: 0603733-12.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Pdg Vendas Corretora Imobiliária Ltda. Apelante: Agra Singolare Incorporadora Ltda Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) **Apelada: Sheyla Andrade dos Santos** Advogado: Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB: 7607/AM) Advogado: Mário André de Oliveira Cardoso (OAB: 8329/AM) Advogado: Nicholas Marcelino Andrade dos Santos (OAB: 8322/AM) Advogado: Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB: 9517/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. SEM PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. MANUTENÇÃO DO DANO MORAL SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0603733-12.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento.".

Processo: 0608439-38.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Grazielle da Costa Pontes Advogada: Leyla Viga Yurtsever (OAB: 3737/AM) Advogado: Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB: 9840/AM) **Apelado: Construtora Capital S/A** Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) **Apelado: Santa Silvia Empreendimentos Imobiliários Ltda** Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) **Apelado: Spe Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda** Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

DUAS APELAÇÕES. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA DE 180 DIAS. DEVER DE INFORMAR NÃO CUMPRIDO. LUCROS CESSANTES DEVIDOS. DANO MORAL EM R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS). APELAÇÕES CONHECIDAS PARA DAR PROVIMENTO A PRIMEIRA E NÃO PROVIMENTO A SEGUNDA. ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0608439-38.2015.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer dos recursos e, em seus méritos, dar provimento ao primeiro e negar provimento ao segundo, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0619146-36.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) **Apelado: Frederico Alexandre de Oliveira Lima** Advogada: Isabela Ribeiro Alves (OAB: 5270/AM) Advogada: Alexandra Zangerolame (OAB: 3098/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. PRAZO DE TOLERÂNCIA DE 180 DIAS CORRIDOS CONFORME ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. PRECEDENTES DO STJ. DANO MORAL EM R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS). CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR. TERMO FINAL DA INDENIZAÇÃO DA EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES AO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0619146-36.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para negar-lhe provimento." Sala das Sessões, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

Processo: 0624162-34.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Gonder Incorporadora Ltda Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) **Apelado: Carlos Henrique dos Reis Lima Apelada: Maria do Socorro Duailibe Garcia** Advogado: Fabrício Frota Marques (OAB: 6444/AM) Advogado: Francisco Marques (OAB: 1192/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza de Jesus Abdala Simões

APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CUMULAÇÃO DE DANOS MATERIAIS COM INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL. INCABÍVEL. BIS IN IDEM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0624162-34.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.".

Processo: 0627068-31.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Construtora Capital S/A Advogado: Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM) Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM) Advogado: Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB: 11441/AM) **Apelado: Marcelo Lopes de Souza Apelada: Rosivani Janjacomo Meneguelli Cordeiro** Advogada: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

APELAÇÃO CÍVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. DANO MORAL EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). DANO MATERIAL NA MODALIDADE DE DANOS EMERGENTES. CABÍVEL UMA VEZ COMPROVADO O PREJUÍZO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0627068-31.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento.".

Processo: 0627389-66.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Construtuora Capital Rossi S/A Advogado: Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM) Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM) Advogado: Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB: 11441/AM) **Apelada: Viviane Lopes Soares** Advogada: Viviane Lopes Soares (OAB: 10534/AM) Advogado: Tonny André de Souza Silva (OAB: 8893/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

APELAÇÃO CÍVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR CONSTRUTORA. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. DANOS EMERGENTES. CUMULAÇÃO DE DANOS MATERIAIS COM INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL. INCABÍVEL - BIS IN IDEM. DANO MORAL EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0627389-66.2013.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator."

Processo: 4001791-89.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Eduardo Augusto Pinheiro Pimenta Advogado: Paulo Dias Gomes (OAB: 2337/AM) Advogado: Loren Amorim Gomes (OAB: 7553/AM) **Agravado: Capital Rossi Empreendimentos S/A** Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

AGRAVO POR INSTRUMENTO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA. CONGELAMENTO DE SALDO DEVEDOR RESPEITANDO O FIXADO NA TESE DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR PARA JUSTIFICAR A PRORROGAÇÃO DOS 180 DIAS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de n.º 4001791-89.2016.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.

Processo: 4002236-10.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda Agravante: Pdg Realty S.a Empreendimentos e Participações Advogado: Lucas Nunes Chama (OAB: 16956/PA) Advogado: Armando S. de M. Cardoso Neto (OAB: 20451/PA) **Agravado: Waldenir de Souza Vieira Agravada: Fernanda Nascimento Leite Silva Vieira** Advogado: Vitor Rodrigo Sans (OAB: 160869/SP) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

AGRAVO POR INSTRUMENTO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA. CONGELAMENTO DE SALDO DEVEDOR DE ACORDO COM O FIXADO NA TESE FIRMADA NO IRDR DESTE TRIBUNAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4002236-10.2016.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.

Processo: 4003374-12.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: O Estado do Amazonas Advogada: Ingrid Monteiro (OAB: 3629/AM) **Agravado: Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas** Advogada: Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

AGRAVO POR INSTRUMENTO. A OBRIGAÇÃO TUTELADA PELA MULTA COERCITIVA ARBITRADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU FOI CONSIDERADA CUMPRIDA, NOS TERMOS DO ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES . NECESSIDADE DE REVOGAÇÃO DA MULTA. RECURSO CONHECIDO PARCIALMENTE E PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos,

relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003374-12.2016.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso parcialmente para dar-lhe provimento.".

Processo: 4003687-75.2013.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Construtora Capital S/A Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) Advogado: Germano Costa Andrade (OAB: 2835/AM)

Advogado: Rennalt Lessa Freitas (OAB: 8.020/AM) **Agravado: Jonny Cleuter Simões Mendonça Agravada: Julieta Simões Mendonça** Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM) **Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

AGRAVO POR INSTRUMENTO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA. POSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO DE SALDO DEVEDOR COM A RESSALVA DE DEVER RESPEITAR O INSTAURADO NO IRDR Nº 0005477-60.2016.8.04.0000. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "AGRAVO POR INSTRUMENTO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA. POSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO DE SALDO DEVEDOR COM A RESSALVA DE DEVER RESPEITAR O INSTAURADO NO IRDR Nº 0005477-60.2016.8.04.0000. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4003687-75.2013.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003927-54.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM) e como **Agravado, Ricardo Vinicius Felicori de Menezes**, advogado, Dr. Rafael Frank Cintra Stone (10289/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 15 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003979-50.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Direcional Engenharia S/A**, advogado, Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e como **Agravado, Lorena Silva de Albuquerque**, advogado, Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004042-75.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravantes, Auto Posto Nogueira de Derivados de Petróleo Ltda, Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - SPE (NV Construtora Incorporadora) e Nv Indústria Comércio e Construção Ltda**, advogado, Waldir Gonçalves Barros Júnior (5535/AM) e como **Agravados, Deneszczuk Antonio Sociedade de Advogados e Quist Kedusha Investimentos Ltda**, . **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0235907-71.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, B. L. da S.** , advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Valéria Araújo Neves (120303/MG) e como **Apelado, I. P. F. da S**. **Despacho:** "(...) Cumpra-se a promoção de fls.37/39 do Graduado Órgão Ministerial no sentido de que os autos retornem ao MM. Juízo de origem para o fim de intimar a Apelada, com fulcro no art. 1.010 §1º, do CPC/15. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001598-69.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Marta de Oliveira Atem**, advogados, Drs. Emerson da Silva Castro (5591/AM), Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (11740/PB) e Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/RR) e como **Agravado, Francisco Luís Simões da Silva**, advogado, Dr. Fernando Luís Simões da Silva (6063/AM). **Despacho:** "(...) Compulsando os autos originários, verifico que o pedido de justiça gratuita a favor da executada, ora agravante, fora expressamente indeferido em decisão de fls. 23, daqueles autos. Sendo assim, intime-se a agravante para realizar o recolhimento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, §4º do CPC/15. À Secretaria para providências. Manaus, 19 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0001920-40.2014.8.04.7500**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, O Município de Tefe**, advogado, Emer de Senna Gomes (7602/AM) e como **Apelada, Maria Angelita Pereira Maia**, advogados, Drs. Aureo Gonçalves Neves (1602/AM) e Gedeon Rocha Lima (70A/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004085-12.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Banco Bmg S/A**, advogado, Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e como **Agravado, Kelen Araujo de Oliveira**, advogado, Aldenires Silva Oliveira de Souza (8105/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, II do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator

Ficam as partes intimadas, Aldenires Silva Oliveira de Souza (8105/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003784-65.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Manoel Fernandes Cavalcante**, advogado, Keila Cristina de Carvalho Rayol (10802/AM) e como **Agravado, Antonio Rodrigues de Souza Filho e Arlete Silva de Souza**, advogado, Hilda Maria Figueiredo Mandato (5350/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Posto isso, com amparo no art. 932, III c/c 1.019, ambos do CPC, NÃO CONHEÇO do recurso, uma vez que manifestamente incabível. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Keila Cristina de Carvalho Rayol (10802/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0253135-74.2008.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco**, advogado, Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM) e como **Apelado, Maria Ione Baptista Paiva**, advogado, José C. Pereira de Oliveira (2772/AM). **DECISÃO: "(...)** Encaminhe-se os autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes desta Corte para o acompanhamento do tema 264/STF. Em tempo, torno sem efeito o despacho de fls. 145. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0602408-02.2015.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados**, advogado, Gustavo Pasquali Parise (155574/SP) e Welson Gasparini Junior (116196/SP) e como **Apelado, Denilson Marcos Pinheiro de Souza**, advogado, Maximiliano Carlos da Silva Barboza (8547/AM) e Renan Barbosa de Azevedo (23112/CE). **DECISÃO: "(...)** Em razão disso, determino a intimação do recorrente para que proceda à colação do aludido termo, no prazo de 10 (dez) dias. Torno sem efeito o despacho de fls. 229. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Gustavo Pasquali Parise (155574/SP) e Welson Gasparini Junior (116196/SP) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4006403-02.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda**, advogado, Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM) e como **Agravado, Silva e Cruz Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda**, advogado, Thiago Andrade de Melo (7214/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Por essas razões, com fundamento no artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil combinado com a orientação advinda do verbete sumular n.º 568 do STJ, não conheço do agravo de instrumento, por ser incabível na hipótese vertente. Intime-se a partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo sem a oposição do recurso cabível, desse baixa nos autos, com a consequente remessa ao juízo de primeiro grau. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0616236-94.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Cdl Centro de Distribuição e Logistica Ltda.**, advogado, Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (10993/AM) e Wellington Montemurro Filho (10992/AM) e como **Apelado, O Estado do Amazonas**, advogado, Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, determino a remessa dos autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes desta Corte para as providências descritas no art. 3º, da Resolução nº 1/2017-TJAM. Torno sem efeito o despacho de fls. 183. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0612778-11.2013.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, O Estado do Amazonas**, advogado, Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM) e como **Apelado, Fábrica Modelo Ltda**, advogado, Vitor de Souza Vieira (6843/AM) e Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM). **DECISÃO: "(...)** Determino o sobrestamento destes autos no NUGEP sobrevenha decisão definitiva no processo paradigma. CUMPRA-SE. À Secretaria para providências. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha- Relatora

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0606118-59.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Antônio Reginaldo Pizzonia Júnior**, advogado, Alessandro Dessimoni Vicente (146121/SP) e como **Apelado, MMG Serviços de Multimídia Ltda. - Correio da Amazônia**, advogado, Elane Cristina de Oliveira Karam (5904/AM), Patricia Fonseca Benayon Cavalcante de Souza (2500/AM), Silvio da Costa Batista (3262/AM), Walquer Moraes dos Reis (8804/AM) e Wilson Peçanha Neto (4630/AM). **DECISÃO: "(...)** Decido. Por discordar da conclusão alcançada pelo ilustre desdor. Aristóteles Lima Thury, suscito conflito negativo de competência na forma dos artigos 951 e seguintes do CPC. De logo, dou as razões firmadas desde a substituição operada nos termos do art. 8º, §1º, do RITJAM. A substituição decorrente da desincompatibilização do relator originário alçado ao cargo de Presidente, desdor. Yêdo Simões de Oliveira, no meu entender, aplica-se apenas aos recursos em tramitação à época da posse e que não se amoldavam às hipóteses do art. 60, do RITJAM. Recursos novos interpostos após a desincompatibilização do relator prevento, a meu juízo, não autoriza o reconhecimento da prevenção do substituto, posto se tratar de liame de cunho subjetivo, impondo-se a distribuição aleatória. Com estas considerações, remetam-se os autos à Presidência deste Poder para processamento. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003903-60.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Hapvida Assistencia Medica Ltda**, advogado, Aline Carvalho Borja (18267/CE), Ana Caroline Rodrigues Costa Fontenelle (20724/CE), Francisco Jose Almeida Severiano (21834/CE), Hugo Leonardo Pegado Benicio (5526/RN), Igor Macedo Facó (16470/CE), Igor Marcelo Marreiro (22757/CE), Isaac Costa Lázaro Filho (18663/CE), Italo Regis de VAsconcelos Carvalho (27984/CE) e Michele Nobre Ferreira Bringel (25577/CE) e como **Agravado, Ana Carolina Bandeira da Silva**, advogado, Plinio Ivan Pessoa da Silva (8770/AM) e Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (9665/AM). **DECISÃO: "(...)** Em tempo, chamo o processo à ordem para determinar: Primeiramente, a redistribuição dos autos à minha relatoria, nos termos da Portaria nº 1762/2019-PTJ. Em seguida, a revogação do despacho de fls. 85. Finalmente, dar vista dos autos ao Ministério Público, posto versar a controvérsia sobre relação de consumo. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha Relatora. Juíza de Direito Convocada. Portaria n. 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004371-24.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda**, advogado, Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) e Pedro Camara Junior (2834/AM) e como **Agravado, Joaquim Tércio Jorge Junior**, advogado, Jorge André Santiago Neves (873A/AM). **DECISÃO: "(...)** Em tempo, chamo o processo à ordem para determinar: Primeiramente, a redistribuição dos autos à minha relatoria, nos termos da Portaria nº 1762/2019-PTJ. Em seguida, a revogação do despacho de fls. 291. Finalmente, dar vista dos autos ao Ministério Público, posto versar a controvérsia sobre relação de consumo. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada. Portaria n. 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Decisão proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002521-95.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Cervejarias Kaiser Brasil S.a**, advogados, Drs. Giovanna de Almeida Rizzo (288622/SP), Graziela Coelho Silva (357616/SP) e Marco Vanin Gasparetti (207221/SP) e como **Agravados, Brasil Norte Bebidas SA e William Rodrigues dos Santos**, advogados, Drs. Emerson Cardoso dos Santos (7191/AM) e Luís Alberto Marinho de Alcântara (576/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e indefiro o efeito suspensivo postulado. Intime-se o agravado para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria, para as providências devidas. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza Convocada Portaria n. 1762/2019- PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4003570-11.2018.8.04.0000, de 1ª Vara de Maués. Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), advogados: Isabella Jacob Nogueira (OAB: 8800/AM) e Décio Freire (OAB: 56543/MG). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas, Promotor: Luiz do Rego Lobão Filho. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação / Remessa Necessária nº 0627658-32.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Juliana Neves Brandao, advogado: Alexandre Viana Freire (OAB: 9947/AM). Apelado: Banco Itaucard S/A., advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0206003-84.2009.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Cred Rio-Soc. de Credito ao Microeenprendedor LTDA., advogados: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM) e Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB: 11441/AM). Apelado: Jeferson Rodrigues da Silva, advogados: Simone Patricia Wanderley da Silva (OAB: 5353/AM) e Hely de Souza Pinheiro (OAB: 5720/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0218418-02.2009.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Conselho de Administração da AFAPA - Associação da Feira de Artesanato e Produtos Regionais do Amazonas, advogado: Nazareno Pereira de Melo (OAB: 5690/AM). Apelada: Rute dos Santos Velnecker, advogado: Wellington Augusto de Paula e Sousa (OAB: 4534/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0600632-93.2017.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A., advogados: Luana Silva Santos (OAB: 16292/PA), Marília Dias Andrade (OAB: 14351/PA) e Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA). Apelada: Raqueli Karielly Oliveira dos Santos. Representa: Ligiane Pinheiro de Oliveira, advogados: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM) e Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0600636-96.2018.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Francinilda Conceição de Souza, advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social, Procurador: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0601793-75.2016.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Wenderson Lima de Lima. Apelante: Antonio de Aquino Lima, advogado: Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB: 6701/AM). Apelado: Coptram, advogado: Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB: 5810/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0606829-35.2015.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas, Procuradora: Gabriela Muniz de Moura (OAB: 13186/AM). Apelado: Igor de Lima Pereira, advogados: Raquel Isadora Leite Vieira (OAB: 7586/AM), Paulo Sérgio de Oliveira (OAB: 8478/AM), Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB: 7019/AM), Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB: 9637/AM), Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA) e Paulo Sérgio de Oliveira (OAB: 8478/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0607155-24.2017.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Haroldo Nunes dos Santos, advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0608870-72.2015.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Cauã Uriel Silva de Lima. Representa: Arilson Freitas de Lima. Representa: Cristiane da Silveira e Silva, advogada: Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB: 5211/AM). Apelado: Shopping Ponta Negra, advogados: Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM), Paulo Rogerio Arantes (OAB: 1509/AM), Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB: 4831/AM) e Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB: 2144/AM). Apelado: Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil

Ltda., advogado: Érico Rodrigo Farias Pinheiro (OAB: 8929/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE.

Apelação Cível nº 0612734-50.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Euclides da Silva Neto, advogado: Ronaldo Santana Macêdo (OAB: 6536/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB: 1675/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0613053-52.2016.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Kyara Lucy da Silva Souza. Apelante: Joseph Ismael da Silva Souza. Apelante: Samuel Hyrum da Silva Souza. Representa: Adina Candida da Silva Souza, advogado: Otacílio Negreiros Neto (OAB: 4069/AM). Apelado: Gab Transportes Ltda., advogados: Noemi Feigenson Cohen (OAB: 200261/SP) e Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB: 6945/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0619831-67.2018.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Luis David Checa Bernazzi, advogados: Carla Albuquerque Ferreira (OAB: 281337/SP) e Eder Luiz de Almeida (OAB: 71886/SP). Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0623033-86.2017.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Maria das Graças da Silva, advogada: Evelyn Campelo Loureiro (OAB: 5298/AM). Apelado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge. Apelado: O Estado do Amazonas, advogado: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0629047-57.2015.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/apelado: O Município de Manaus, Procurador: Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 2191/AM). Apelante/Apelado: Maria Luiza Maia Rocha dos Santos, advogada: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM). Apelado: Manaus Previdência - MANAUSPREV, advogados: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) e Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB: 3814/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0629341-75.2016.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Cv Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., advogado: Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB: 6395/AM). Apelado: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb, Procuradora: Oleisia Maximina Abreu da Silva (OAB: 5513/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0632748-21.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Thiago Willian Moreira Campelo, advogados: Guilherme Gustavo Vasques (OAB: 5663/AM), Winston de Araújo Teixeira (OAB: 1295A/AM) e Bernardo Silva de Seixas (OAB: 7910/AM). Apelado: Fundacao dos Economiarios Federais - Funcef, advogado: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB: 16045/CE). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0636422-41.2017.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Carloberto Terra. Apelante: Wiliam Góes Terra, advogado: Alex Sander de Almeida Albuquerque (OAB: 8971/AM). Apelada: Norma Costa Pantoja, advogados: Náiade Victória Araujo Perrone (OAB: 9183/AM), Osvaldo Biase Martins Junior (OAB: 11096/AM) e Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB: 9673/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0639832-44.2016.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Companhia de Seguros Aliança do Brasil, advogados: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB: 9446/BA) e Vilma Oliveira dos Santos (OAB: 542A/AM). Apelada: Valdenice Correia Monteiro da Silva. Apelado: Caio Cesar Correia Monteiro. Apelado: Alexandre Correia Monteiro. Apelada: Stephany Correia Monteiro. Apelada: Karolaine Correia Monteiro, advogados: Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB: 5979/AM) e Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB: 7624/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Embargos de Declaração Cível nº 0005189-10.2019.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Durango Martins Duarte, advogados: Marcelo Almeida de Oliveira (OAB: 10004/AM), Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB: 8450/AM) e Kauai Seixas Mendes (OAB: 13244/AM). Embargada: Christiane de Tassis Pisoler, advogados: Bruno Campos Christo Teixeira (OAB: 140438/MG), Galeno Aécio Simeão Gontijo (OAB: 140264/MG), Marcos Carsalade Rabello (OAB: 143430/MG), Andreia Bastos da Silva (OAB: 6816/AM), Indiana Cardoso Machado (OAB: 10016/AM), Marcelo Antunes Santos (OAB: 139963/MG) e Filipe Lima Rios Carneiro (OAB: 139584/MG). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Embargos de Declaração Cível nº 0005310-38.2019.8.04.0000, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Claudio dos Santos Neto, advogados: Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB: 9782/AM) e Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM). Embargada: Raimunda de Farias Lima, advogado: Jose Ricardo Gomes de Oliveira (OAB: 5254/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº

001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Alfredo Moacyr Cabral (341/AM), Caroline C. e S. Meirelles (4940/AM), Helen Susane Machado de Miranda (7627/AM), Marçal Marcellino da Silva Neto (5865/PA) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM) e Joao Carlos Dalmagro (721A/AM) e José Francisco Lima Pessoa (1897/AM) - Processo 0043337-49.2003.8.04.0001 - Apelação Cível - Indenizaçao Por Dano Moral - Apelante : Banco da Amazônia S/A - Apelado : Afrânio Pio de Souza Apelada : Mary Esther Oliva Souza - Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

ADV/REP.: Elisabete Lucas (4118/AM) e Sálvia Haddad Gurgel Amaral (3529/AM) - Processo 0616019-51.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Indenização Trabalhista - Apelante : Eugenio Montenegro Trindade - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA) e Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA), Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM), Rodolfo Ripper Fernandes (121045/RJ) e Rodolfo Ripper Fernandes (121045/RJ) - Processo 0628098-28.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : S.A Serviços de Academia de Ginástica LTDA - Apelado : Shopping Manaus Via Norte SPE S/A. Apelado : S. A. Serviços de Academia de Ginástia Ltda. Apelado : Shopping Manaus Via Norte Spe S.a. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Janaina Santos de Lima (10212/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM) - Processo 0632227-13.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Pagamento Em Consignação - Apelante : Francisco Rosa de Souza Filho - Apelado : Banco Bradesco S.a. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM) e Maria do Carmo Alves (296853/SP) e Luiz Serudo Martins Neto (3762/AM) - Processo 0641214-09.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Busca e Apreensão - Apelante : Itaú Seguros S/A - Apelado : Paulo Roberto de Carvalho Martins - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM), Nelson Roberta Beatriz do Nascimento (1164A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0644391-10.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Busca e Apreensão - Apelante : Banco Volkswagen S/A - Apelada : Conceição Andréa Pereira Lopes - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Tthiago Silva Barbo (49665/GO) e Paloma de Souza Sicsú (7186/AM) - Processo 4000211-35.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Agravante : Agnaldo Vieira Pedrozo - Agravada : Rachel Sicsu Silva Filha - Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

ADV/REP.: Sydney Sousa Silva (21573/PA) e Geraldo Fonseca de Barros Neto (206438/SP) e João Victor Carvalho de Barros (368430/SP) - Processo 4000605-26.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - Agravante : Rebelo & Cia Ltda. - Agravado : Petróleo Sabbá S/A - Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

ADV/REP.: Karina de Almeida Batistuci (685A/AM) e Paulo Ricardo da Silva Santos (7887/AM) - Processo 4002687-30.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Efeitos - Agravante : Sul América Companhia de Seguro Saúde - Agravado : Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE) e Eduardo José de Souza Lima Fornellos (28240/PE) e Alexandra Sá Simoes (12970/AM) - Processo 4002742-78.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Seguro - Agravante : Caixa Seguradora S/A - Agravado : Maria Dulcelene Michiles - Relator: Aristóteles Lima Thury

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Joao Soares Gomes, Jonilson Maia Pereira (7871/AM) e José Gomes de Souza (1143/AM) e Ricardo Almeida (4884/AM) - Processo 0250390-87.2009.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Antônio Reis do Nascimento Almeida - Apelada : Maria Luiza de Castro Monteiro - Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Apelação Cível nº 0607616-98.2014.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Construtora Capital S/A., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Apelado: Herallo da Silva Nascimento, advogado: Rebecca Athan Castanho (OAB: 8262/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Agravo de Instrumento nº 4004035-20.2018.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Emerson Klinger Gonçalves de Melo, advogado: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM). Agravado: Banco Gmac S/A., advogados: Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM) e Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: 4482/MT). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4004435-68.2017.8.04.0000, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Rc Recebíveis Ltda., advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM). Agravado: Akiplast Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. Agravada: Radla Cristina Penha Martins. Agravada: Rosa Maria Duarte Penha. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4004872-75.2018.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: S P Campos Comercio Varejista de Calçados, advogados: Beatriz de Souza Souza (OAB: 12761/AM) e Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM). Agravado: Shopping Manaus Via Norte Spe S.A., advogado: Rodolfo Ripper Fernandes (OAB: 121045/RJ). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0603972-45.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: M. C. de L. D. - Apelado: W. M. F. - Apelante: W. M. F. - Apelada: M. C. de L. D. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0603972-45.2017.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante/Apelada M. C. de L. D. e Apelante/Apelado W. M. F. , usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, ficam INTIMADOS os Apelantes/Apelados M. C. DE L. D. e W. M. F., na pessoa de seus Advogados Drs. Átila de medeiros Affonso, (OAB/AM nº 1.819), Dra. Mariana de Jesus Rodrigues (OAB/AM nº 9.702), Dra. Carla Dayany Luz Abreu(OAB/AM nº 7.038), Dra. Luzilena Gomes Mota (OAB/AM nº 9.991), Dra. Joyce Viviane Veloso de Lima(OAB/AM nº 8.679), Dr. Filipe de Freitas Nascimento (OAB/AM nº 6.445), Dr. Lourival Siqueira Silva Neto(OAB/AM nº 11.828), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Átila de Medeiros Affonso (OAB: 1819/AM) - Filipe de Freitas Nascimento (OAB: 6445/AM) - Carla Dayany Luz Abreu (OAB: 7038/AM) - Luzilena Gomes Mota (OAB: 9991/AM) - Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB: 8679/AM) - Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB: 9702/AM) - Lourival Siqueira Silva Neto (OAB: 11828/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0213283-96.2015.8.04.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: A. F. da S. T. - Recorrente: E. C. A. - Recorrente: F. L. de S. - Recorrente: K. S. da S. - Recorrido: M. P. do E. do A. - P. G. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0213283-96.2015.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente e Advogada Dra. Mirna Cristina Geber da Silva OAB 9.097/AM, Paciente E. C. A e Recorrido Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente E. C. A., na pessoa de sua Advogada Dra. Mirna Cristina Geber da Silva, (OAB/AM nº 9.097), para tomar conhecimento da DECISÃO: "Ao exposto, não se conhece do presente pedido. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Larisse Silva Oliveira (OAB: 37385/BA) - Mirna Cristina Geber da Silva (OAB: 9097/AM) - Suzana Pinto Lorenzoni (OAB: 9155/AM) - Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB: 8948/AM) - Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB: 2197/AM) - Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB: 3835/AM) - Igor Starling Peixoto - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003900-71.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Beruri - Impetrante: Fred Figueiredo Cesar - Impetrante: Roger Marques Mendes - Impetrante: Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola - Impetrado: Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Beruri/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003900-71.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Beruri/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Fred Figueiredo Cesar OAB 9508/AM, Roger Marques Mendes OAB 9516/AM, Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola OAB 10044/AM, Paciente Harlesson Soares Aires e Impetrado Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Beruri/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Harlesson Soares Aires, na pessoa de seus Advogados Dr. Fred Figueiredo Cesar, (OAB/AM nº 9.508), Dr. Roger Marques Mendes, (OAB/AM nº 9.516), Dr. Jorge Luiz Enrique G. Ordinola (OAB/AM nº 10.044) para tomar conhecimento da DECISÃO: "Pelo exposto, não se conhece da presente ordem. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004013-25.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Iranduba - Impetrante: Salima Goreth Menescal de Oliveira - Paciente: Matheus Marques de Jesus - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Iranduba/am. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004013-25.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Iranduba/AM, em que é Impetrante e Advogada Dra. Salima Goreth Menescal de Oliveira OAB 7720/AM, Paciente Matheus Marques de Jesus e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Iranduba/am., usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Matheus Marques de Jesus, na pessoa de sua Advogada Dra. Salima Goreth Menescal de Oliveira, (OAB/AM nº 7.720), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefiro, in limine, a presente ordem de Habeas Corpus impetrada em favor de Matheus Marques de Jesus, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos I e IV, do Novo Código de Processo Civil, aplicado por analogia, conforme disposto no artigo 3.º, do Código de Processo Penal". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB: 7720/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004038-38.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Diego Américo Costa Silva - Impetrante: Gabriela de Brito Coimbra - Paciente: Mauri de Oliveira - Impetrado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004038-38.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Diego Américo Costa Silva OAB 5819/AM, Paciente Mauri de Oliveira e Impetrado Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Mauri de Oliveira, na pessoa de seu Advogado Dr. Diego Américo Costa Silva, (OAB/AM nº 5.819), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Diego Américo Costa Silva (OAB: 5819/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004055-74.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manacapuru - Impetrante: Franciely da Silva Matos - Paciente: Wagner Trindade Brito - Impetrado: 2ª Vara Criminal da Comarca de Manacapuru do Tribunal de Justiça do Amazonas - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004055-74.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manacapuru/AM, em que é Impetrante e Advogado Dra. Franciely da Silva Matos OAB 10971/

AM, Paciente Wagner Trindade Brito e Impetrado 2ª Vara Criminal da Comarca de Manacapuru do Tribunal de Justiça do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Wagner Trindade Brito, na pessoa de sua Advogada Dra. Franciely da Silva Matos, (OAB/AM nº10.971), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefere-se a liminar. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Franciely da Silva Matos (OAB: 10971/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004068-73.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Iranduba - Impetrante: Edson Felipe Toniasso Veiga - Paciente: Carlito Alves Santos - Impetrado: Juizo de Direito da Primeira Vara de Iranduba/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004068-73.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Iranduba/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Edson Felipe Toniasso Veiga OAB 21473/MT, Paciente Carlito Alves Santos e Impetrado Juizo de Direito da Primeira Vara de Iranduba/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Carlito Alves Santos, na pessoa de seu Advogado Dr. Edson Felipe Toniasso Veiga, (OAB/MT nº 21.437), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Edson Felipe Toniasso Veiga (OAB: 21473/MT) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004089-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Glênio Gusmão Veras - Paciente: Itanaiara Ferreira Paulain - Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004089-49.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Glênio Gusmão Veras OAB 10056/AM, Paciente Itanaiara Ferreira Paulain e Impetrado Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADA o Paciente Itanaiara Ferreira Paulain , na pessoa de seu Advogado Dr. Glênio Gusmão Veras, (OAB/AM nº 10.056), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Glênio Gusmão Veras (OAB: 10056/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Daniel Britto Freire Araujo (12641/MA) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0004981-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Quesitos - Embargante : J. C. da S. - Embargado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0204973-73.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal - Suspensão Condicional da Pena - Apelante : V. de M. M. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e George Pestana Vieira - Processo 0205117-81.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal - Grave - Apelante : P. D. L. F. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Luiz Castro Silva (6402/TO) e Elis Helena de Souza Nobile (4073A/AM) - Processo 0601805-31.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : G. R. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Luiz Castro Silva (6402/TO) e Elis Helena de Souza Nobile (4073A/AM) - Processo 0602401-15.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : D. S. L. da S. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0608726-59.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Crimes Hediondos - Agravante : Rallys Moura Pereira - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Priscila Ferreira de Lima (9477/RN) e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0608925-81.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Crimes Hediondos - Agravante : Reginaldo Muller Neto - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Monique Cruz Castellani e Jefferson Neves de Carvalho (2076/AM) - Processo 0615616-82.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : D. R. da C. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Tarcisio Neves de Souza (13946/AM) e Andre Alecrim Marinho (2870/AM) - Processo 0645606-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - Apelante : Wanderlan Gomes Barbosa - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Efigênia Generoso de Araújo (4508/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003615-78.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Crimes do Sistema Nacional de Armas - Impetrante : Efigênia Generoso de Araújo Paciente : Jackson Vinhote da Silva - Impetrado : Juízo de Direito de 1ª Vara de Itacoatiara/am - Relator: Sabino da Silva Marques

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1. Processo: 0205833-74.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: M. K. Q. A. Defensor Público Dr: Danilo Germano Ribeiro Penha. Procuradora MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/ Revisor: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA:** PROCESSO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME ADVINDO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – OITIVA DA VÍTIMA DISPENSADA POR DECISÃO DO JUÍZO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BUSCA DA VERDADE – CERCEAMENTO DE ACUSAÇÃO – NULIDADE RECONHECIDA – RECURSO PROVIDO.1. O processo penal é regido pelo princípio da busca da verdade, que orienta a produção de provas no sentido de se obter a maior exatidão possível na reconstituição dos fatos controvertidos, viabilizando, dessa forma, a segura concretização do ius puniendi estatal. 2. Como corolário desse princípio, o art. 201 do CPP estabelece que, como regra, sempre que possível, o magistrado deverá qualificar e inquirir a vítima sobre o ocorrido, sendo-lhe facultado, inclusive, determinar a condução coercitiva caso o ofendido, devidamente intimado, não compareça ao ato.3. Para além disso, a oitiva da vítima, a requerimento da acusação, é instrumento de concretização do ônus da prova, previsto no art. 156 do CPP, que, em verdade, consiste no interesse da parte que alega o fato possui de produzir provas no intuito de comprová-lo perante o juiz.4. Em processos como o que ora se analisa, que versam sobre delitos praticados no âmbito doméstico, a palavra da vítima assume ainda maior relevância, sendo-lhe atribuído valor probatório especial, haja vista que, como regra, tais infrações ocorrem no seio das relações familiares, sem a presença de testemunhas, contando com versões antagônicas que somente cabem ao réu e à vitima esclarecem.5. Por essas razões, mostra-se a legítima irresignação da acusação com a dispensa da vítima pelo órgão julgador, porquanto, ao assim proceder, a despeito da insistência do Ministério Público e sem motivação que demonstrasse a prescindibilidade da inquirição da ofendida, o magistrado a quo não apenas cerceou à acusação em seu direito à produção de provas, mas também foi de encontro à busca da verdade real, princípio informador do processo penal. 6. Apelação criminal conhecida e provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0205833-74.2017.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer do recurso, dar-lhe provimento, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0217789-76.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 3ª V.E.C.U.T.E. Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: Guilhermo Alfredo Andrade Pena. Defensor Público Dr.: Ulysses Silva Falcão. Intssado: Moises Elias da Silva. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO DOUTO JUÍZO A QUO, SOB A CONDIÇÃO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES, DIVERSAS DA PRISÃO. IRRESIGNAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICABILIDADE DA LEI PENAL. NÃO DEMONSTRADAS. PRESENÇA DE ALENTADO LAPSO TEMPORAL DESDE A DECISÃO QUE CONCEDEU A LIBERDADE. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS AO ACUSADO. PRIMARIEDADE, RESIDÊNCIA FIXA E OCUPAÇÃO LÍCITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. In casu, a MM.ª Juíza a quo, em Decisão exarada em dezembro de 2018, entendeu por bem homologar o flagrante pelo crime de tráfico de drogas, mas conceder liberdade provisória ao Recorrido, sob o cumprimento de medidas cautelares, diversas da prisão.2. Inconformado, pugna o ilustre Parquet Estadual, pela reforma da referida Decisão, aduzindo que os pressupostos autorizadores para a determinação da prisão preventiva dos Réus, quais sejam, o fumus commissi delicti e o periculum libertatis, se encontram presentes, no caso em tela.3. Quanto aos pressupostos que justificam a segregação cautelar, o primeiro deles, fumus commissi delicti, está consubstanciado nos indícios de autoria e de materialidade. Noutro giro, no que tange ao requisito do periculum libertatis, o douto membro do Ministério Público alude que tal pressuposto ampara-se na garantia à ordem pública e na aplicabilidade da lei penal.4. Contudo, a decretação da preventiva, tendo como fundamento a ordem pública, deve ter, como objetivo, evitar que o agente continue delinquindo no transcorrer da persecução criminal. É necessário, todavia, que se comprove este risco, o que não se faz presente no caso em apreço.5. O acusado é réu primário, possui profissão definida e residência fixa, conforme documentação acostada. Ademais, depreende-se do caderno processual que decorreu alentado lapso de tempo, desde a decisão que concedeu a liberdade provisória, e a presente data, inexistindo fatos novos, ou condutas, que desabonem sua personalidade, razão pela qual não subsiste fundamento para a reforma da decisão impugnada.6. Quanto à aplicabilidade da lei penal, embora o Recorrente haja suscitado a nacionalidade do Acusado, para fundamentar eventual fuga do distrito da culpa, é cediço que o fato do Acusado ser peruano, por si só, não é suficiente para justificar a medida cautelar mais gravosa, sobretudo quando não lhe recaem condições subjetivas desfavoráveis e quando as medidas cautelares, diversas da prisão, venham sendo cumpridas conforme determinado. **DECISÃO: "**Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso em Sentido Estrito em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância do Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

3. Processo: 0227361-95.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E.. Apelante: Antonio Paulo Ramos Soares. Defensora Pública Dra.: Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. ABSOLVIÇÃO POR INEXISTÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES ACERCA DA AUTORIA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA DEMONSTRADA. UNÍSSONAS DECLARAÇÕES DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO, RATIFICADAS PELOS DEPOIMENTOS COLHIDOS PERANTE O DOUTO JUÍZO A QUO, SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. MEIO IDÔNEO DE PROVA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DO ART. 28 DA LEI DE DROGAS. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DOSIMETRIA DA PENA. PENA DE MULTA. ERRO ARITMÉTICO CORRIGIDO DE OFÍCIO. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA. DE OFÍCIO, REFORMADA A PENA DE MULTA.1. In casu, a materialidade do delito resta presente no Auto de Exibição e Apreensão, o qual noticia que, na operação que ensejou na prisão do Apelante, foram encontradas 30 (trinta) trouxinhas com substância entorpecente. Ademais, a materialidade restou comprovada, de forma inequívoca, pelo Laudo Definitivo de Exame em Substância, o qual atesta que as drogas encontradas com o Recorrente correspondiam a 10,48 g (dez gramas e quarenta e oito centigramas) de cocaína. 2. Por sua vez, a autoria delitiva ficou demonstrada pelas declarações das Testemunhas de Acusação, os policiais responsáveis pela prisão em flagrante do Apelante, prestadas perante a Autoridade Policial, as quais foram, posteriormente, ratificadas perante o douto Juízo de Direito da 4.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus/AM, por meio dos depoimentos colhidos no bojo da Audiência de Instrução e Julgamento.3. É cediço que os depoimentos dos Agentes Policiais são de suma importância para se elucidar as circunstâncias dos fatos, sobretudo, quando colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, e em harmonia com os demais elementos de prova. Precedentes.4. Assim, uma vez demonstrada a autoria e a

materialidade do crime de tráfico de drogas, consequentemente, não merecem ser acolhidos os pedidos de absolvição e o de desclassificação da conduta para aquela prevista no art. 28 da Lei de Tóxicos. 5. Salienta-se, ainda, que, de acordo com a jurisprudência desta colenda Primeira Câmara Criminal, a forma e quantidade de droga, que estava embalada individualmente, indica a sua finalidade mercantil. 6. Noutro giro, impende consignar que a reprimenda atribuída ao Recorrente foi proporcional e obedeceu aos parâmetros legais. Contudo, houve um erro aritmético no quantum final da pena de multa, na terceira fase da dosimetria, que merece ser corrigido, de ofício, mantendo-se os demais termos do édito condenatório. 7. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA. DE OFÍCIO, REFORMADA A PENA DE MULTA. **DECISÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO, NEGAR-LHE PROVIMENTO E, DE OFÍCIO, REFORMAR A PENA DE MULTA, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

4. Processo: 0240333-34.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Fabiano Maciel Valente. DefensoraPública Dra.: Laiane Tammy Abati. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO PELO CRIME DE FURTO SIMPLES. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. MANUTENÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO. SUPOSTA CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS DO INQUÉRITO POLICIAL. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS CORROBORADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Verifica-se nos autos a existência de provas suficientes de autoria e materialidade delitiva, demonstradas peplos depoimentos, em sede extrajudicial e judicial, das testemunhas, vítimas, bem como pelo reconhecimento pessoal. Portanto, inexiste razão para que a condenação seja reformada. Ademais, refuta-se o argumento da defesa no sentido de que condenação do réu, ora apelante, fundamentou-se tão somente em elementos contidos no inquérito policial. Observa-se nos autos um acervo probatório consistente e legítimo, seja pelo teor do inquérito policial, ou pelo material produzido em audiência de instrução e julgamento, capaz de manter o édito condenatório exarado pelo Juízo a quo.Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0240333-34.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e desprover o recurso.".

5. Processo: 0247779-49.2018.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 3º Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: L. G. L. Advogado Dr: Rafael Panza França Garcia (OAB: 8425/AM). Recorrido : Ministério Público do Estado do Amazonas.Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PROCESSUAL PENAL. ART. 121, §2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL E ART. 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRONÚNCIA. DÚVIDA ACERCA DA AUTORIA. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO. LASTRO MÍNIMO PROBATÓRIO. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO IMPROVIDO.1. Em conformidade com o art. 413 do CPP, estando comprovadas a materialidade e indícios de autoria do delito, e não havendo provas inequívocas que demonstrassem de plano não ter sido o recorrente responsável pelo crime, faz-se necessário manter a pronúncia do réu, tendo em vista que vige nessa fase processual o princípio do in dúbio pro societate.2. Não se pode perder de vista que o objetivo da decisão de pronúncia não é o de condenar, mas apenas o de encerrar o juízo de admissibilidade da acusação. Este é o entendimento prevalecente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.3. Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Recurso em Sentido Estrito, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso interposto, para no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

6. Processo: 0600967-78.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª Vara Criminal. Apelante: Adriano Costa de Souza. Advogada Dra.: Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisor: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PROCESSO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – USO DE DOCUMENTO FALSO – FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO – AUTORIA E MATERIALIDADE CONFIGURADAS – USO ESPONTÂNEO – PALAVRA DOS AGENTES POLICIAIS – TIPICIDADE CONFIGURADA – CONFISSÃO – HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE À CONDENAÇÃO DO ACUSADO – DOSIMETRIA – PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA E ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO – POSSIBILIDADE – DOSIMETRIA REDIMENSIONADA – APELO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENÇÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.1. O crime de uso de documento falso é formal e instantâneo, de maneira que sua consumação se configura com o mero uso de documento falsificado ou adulterado para o fim a que se destina. Hipótese em que o acusado, ao ser abordado por policiais militares, fez uso de documento que sabia ser falso, consubstanciado em Documento de Identidade com n.º de registro geral pertencente a outrem.2. Não se afasta a tipicidade da conduta o fato do documento ter sido apresentado pelo recorrente após solicitação do agente policial, porquanto a simples consciência acerca da falsidade do documento e a sua consequente utilização, mostram-se suficientes a violar a confiabilidade atinente aos documentos públicos, fato que merece a correspondente repressão estatal.3. A análise dos autos revela um extenso conjunto de provas harmônicas entre si capazes de comprovar a materialidade e autoria delitivas e sustentar as razões do convencimento do m. Juiz de primeira instância que culminaram na condenação do apelante, mormente a confissão do acusado que demonstrou de forma clara a consciência da falsidade do documento em questão e, portanto, o dolo subjetivo da conduta.4. Na primeira fase da dosimetria, ao contrário do que aduz a defesa do apelante, o magistrado sentenciante, acertadamente, fixou a pena-base em 02 (dois) anos, mínimo legal cominado ao tipo, razão pela qual resta esvaziado o interesse recursal do apelante nesse aspecto. Não conhecimento.5. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na análise do HC 365.963/SP, de relatoria do Ministro Felix Fischer, em 11/10/2017, firmou entendimento no sentido de ser devida a compensação, na segunda fase da dosimetria da pena, entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, ainda que específica, porquanto igualmente preponderantes. Nessa senda, deve a reincidência ser compensada integralmente com a atenuante da confissão espontânea. Dosimetria redimensionada.6. Recurso de Apelação conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0600967-78.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer em parte

do recurso para, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento, tão somente conceder operar a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, redimensionando a pena imposta ao apelante, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

7. Processo: 0602189-18.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Franksilania Esquerdo Pitombeira. Defensora Pública Dra.: Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Carlos Lélio Lauria Ferreira.Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. SENTENÇA CONDENATÓRIA BASEADA SOMENTE EM PROVAS INDICIÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. ART. 155 DO CPP. REFORMA DA SENTENÇA COM FULCRO NO ART. 386, INCISO VII DO CPP. ABSOLVIÇÃO IMPOSITIVA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PROVIDA.1. O caso dos autos não se trata de se dar credibilidade ou não à versão apresentada pela apelante Franksilânia Esquerdo Pitombeira em Juízo. O que se tem é que não há nenhum elemento probatório colhido em contraditório judicial que pudesse desconstituir a versão por ela apresentada.2. No caso concreto, as testemunhas ouvidas em Juízo disseram não conhecer e nem ter acompanhado os fatos com relação à pessoa da apelante, razão pela qual conclui-se só haver provas indiciárias, não corroboradas pelo material probatório colhido em contraditório judicial. Ademais, Franksilânia Esquerdo Pitombeira negou a prática delitiva em Juízo, de sorte que sua versão apresenta-se isolada nos autos, sem elementos que pudessem desconstituí-la.3. Por todo o exposto, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conheço e dou provimento ao presente recurso de apelação, para absolver Franksilânia Esquerdo Pitombeira, com fulcro no art. 386, VII, do CPP.4. Apelação criminal conhecida e provida. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n° 0602189-18.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao recurso, para absolver Franksilania Esquerdo Pitombeira, com fulcro no art. 386, VII, do CPP, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

8. Processo: 0602660-40.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: H. E. F. Defensor Público Dr.: Danilo Germano Ribeiro Penha. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA À MULHER. CRIME PREVISTO NO ARTIGO 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. INSUFICiÊNCIA DE PROVAS AFASTADA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO NÃO APLICÁVEL, FACE A ROBUSTEZ PROBATÓRIA ERIGIDA NOS AUTOS. LEGÍTIMA DEFESA NÃO RECONHECIDA, DIANTE DA AUSÊNCIA DE SEUS REQUISITOS LEGAIS. CONDENAÇÃO MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. 1. Cuida-se de apelo criminal interposto em face da sentença de mérito condenatória, com fundamento no artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, visando absolver o apelante da pena prevista no tipo penal descrito na denúncia. 2. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de violência doméstica, expresso no art. 129, § 9º, do Código Penal, não devem ser acolhidos o requerimento de absolvição por insuficiência de lastro probatório ou, ainda, por aplicação do princípio in dubio pro reo. 3. A apontada causa de excludente de antijuridicidade - legítima defesa - não restou comprovada durante a instrução criminal, não passando de meras falácias, que sequer se acha alicerçada em qualquer substrato produzido durante a instrução criminal. 4. Nos delitos praticados em ambiente doméstico e familiar, geralmente praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima possui especial relevância, notadamente quando corroborada por outros elementos probatórios acostados aos autos, como sóis ser o caso em tela. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 5. Uma vez condenado, deve o recorrente receber a respectiva sanção penal pelo injusto praticado. A pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal, consistente na privação de bens jurídicos previamente determinados pelos próprios tipos penais, visando a readaptação do criminoso ao convício social e à prevenção em relação ao cometimento de novos crimes ou contravenções. 6. O Código Penal, em seu artigo 68, adotou o critério trifásico para a fixação da pena, consagrando a teoria adotada por Nelson Hungria. Assim, a pena-base deve ser fixada atendendo aos critérios do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais); na segunda fase, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas; já na terceira e derradeira fase, deverão ser analisadas as causas de aumento e de diminuição de pena.7. A individualização da pena, como atividade discricionária do julgador está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade.8. Infere-se do caderno processual que o Juízo singular procedeu a aplicação da pena de forma fundamentada, fixando-a em seu patamar mínimo, portanto, inexistiu equívoco, sobretudo porque considerou as circunstâncias judiciais, tudo, sob o manto do princípio do livre convencimento motivado, de forma suficiente e necessária para a prevenção e reprovação do crime, havendo seguido, na espécie, o sistema trifásico, previsto no artigo 68, do Código Penal Brasileiro.9. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0602660-40.2018.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

9. Processo: 0606135-27.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Janes do Nascimento Cruz. Defensora Pública Dra: Priscila Ferreira de Lima. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Revisor do processo Não informado. **EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO NO CURSO DA EXECUÇÃO. INCIDENTE DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA DE TRÂNSITO EM JULGADO REFERENTE AO NOVO DELITO. SÚMULA 526 DO STJ. ART. 52 DA LEP. APURAÇÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPRESCINDIBILIDADE. CONDUÇÃO POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DO PRESÍDIO. ARTIGOS 47, 48 e 59 DA LEP E SÚMULA N.º 533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO EXECUTÓRIO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. A defesa argumenta a impossibilidade de aplicar tal medida punitiva em razão da inexistência de trânsito em julgado da ação penal que apura novo delito doloso perpetrado. Tese superada pelo julgamento do Resp n.º 1.336.561, sob o rito dos recursos repetitivos, e pelo teor da Súmula n.º 526, ambos do Superior Tribunal de Justiça que expõe a seguinte concepção sobre o tema: "o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."2. O Magistrado da Vara de Execução Penal só poderá realizar audiência de justificação, a fim de apurar incidente de falta grave, quando da existência prévia de procedimento administrativo (PAD), a ser conduzido pelo Diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito

defesa. Posicionamento atual do Superior Tribunal de Justiça, embasado no teor do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, e na intelecção da Súmula n.º 533, que apresenta a seguinte redação: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado." Precedentes STJ e TJAM.3. Outro passo, os artigos 47, 48 e 59 da Lei de Execução Penal, são bem cognoscíveis, ao relatarem que a conduta faltosa do detento, deverá ser apurada pelo Diretor do Presídio, titular do poder disciplinar, sendo imprescindível a instauração de procedimento administrativo, assegurado o direito de defesa, a ser exercido por advogado constituído ou defensor público nomeado.4. Por derradeiro, quanto ao argumento de ausência de fundamentação sobre a perda de 1/3 (um terço) dos dias, eventualmente, remidos, entende-se pela sua prejudicialidade, ante o reconhecimento das alegações referente à inexistência de instauração de procedimento administrativo para constatar falta disciplinar.5. Recurso conhecido e provido, a fim reformar decisão exarada pelo Juízo de Direito da Vara de Execução Penal da Comarca de Manaus/AM, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância substancial com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

10. Processo: 0607286-28.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP) Agravante: Geymison Marques de Oliveira. Defensor Público Dr.: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.Presidente: Sabino da Silva Marques.Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO NO CURSO DA EXECUÇÃO. INCIDENTE DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA DE TRÂNSITO EM JULGADO, REFERENTE AO NOVO DELITO. SÚMULA 526 DO STJ. ART. 52 DA LEP. APURAÇÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPRESCINDIBILIDADE. CONDUÇÃO POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DO PRESÍDIO. ARTIGOS 47, 48 e 59 DA LEP E SÚMULA N.º 533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO EXECUTÓRIO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. O Magistrado da Vara de Execução Penal só poderá realizar audiência de justificação, a fim de apurar incidente de falta grave, quando da existência prévia de procedimento administrativo (PAD), a ser conduzido pelo Diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito defesa. Posicionamento atual do Superior Tribunal de Justiça, embasado no teor do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos e na intelecção da Súmula n.º 533, que apresenta a seguinte redação: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado." Precedentes STJ e TJAM.2. Outro passo, os artigos 47, 48 e 59, da Lei de Execução Penal, são bem cognoscíveis, ao relatarem que a conduta faltosa do condenado, deverá ser apurada pelo Diretor do Presídio, detentor do poder disciplinar, sendo imprescindível a instauração de procedimento administrativo, assegurado o direito de defesa, a ser exercido por advogado constituído ou defensor público nomeado.3. Recurso conhecido e provido.**DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância substancial com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

11. Processo: 0607503-71.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Luis Cesar dos Santos Filho. Defensora Pública Dra.: Priscila Ferreira de Lima. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas .Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO NO CURSO DA EXECUÇÃO. INCIDENTE DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA DE TRÂNSITO EM JULGADO REFERENTE AO NOVO DELITO. SÚMULA 526 DO STJ. ART. 52 DA LEP. APURAÇÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPRESCINDIBILIDADE. CONDUÇÃO POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DO PRESÍDIO. ARTIGOS 47, 48 e 59 DA LEP E SÚMULA N.º 533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO EXECUTÓRIO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A defesa argumenta a impossibilidade de aplicar tal medida punitiva em razão da inexistência de trânsito em julgado da ação penal que apura novo delito doloso perpetrado. Tese superada pelo julgamento do Resp n.º 1.336.561, sob o rito dos recursos repetitivos, e pelo teor da Súmula n.º 526, ambos do Superior Tribunal de Justiça que expõe a seguinte concepção sobre o tema: "o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."2. O Magistrado da Vara de Execução Penal só poderá realizar audiência de justificação, a fim de apurar incidente de falta grave, quando da existência prévia de procedimento administrativo (PAD), a ser conduzido pelo Diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito defesa. Posicionamento atual do Superior Tribunal de Justiça, embasado no teor do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, e na intelecção da Súmula n.º 533, que apresenta a seguinte redação: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado." Precedentes STJ e TJAM.3. Outro passo, os artigos 47, 48 e 59 da Lei de Execução Penal, são bem cognoscíveis, ao relatarem que a conduta faltosa do detento, deverá ser apurada pelo Diretor do Presídio, detentor do poder disciplinar, sendo imprescindível a instauração de procedimento administrativo, assegurado o direito de defesa, a ser exercido por advogado constituído ou defensor público nomeado.4. Por derradeiro, quanto ao argumento de ausência de fundamentação sobre a perda de 1/3 (um terço) dos dias, eventualmente, remidos, entende-se pela sua prejudicialidade, ante o reconhecimento das alegações referente à inexistência de instauração de procedimento administrativo para constatar falta disciplinar.5. Recurso conhecido e provido, a fim reformar decisão exarada pelo Juízo de Direito da Vara de Execução Penal da Comarca de Manaus/AM, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância substancial com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

12. Processo: 0611416-61.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: E. da S. M. Advogado: Gilvan Pereira Dácio (OAB: 12781/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Púbio Caio Bessa Cyrino. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** PROCESSO

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 1º, INCISO I, ALÍNEA "A", C/C DO §4º, INCISO II, DA LEI Nº 9.455/97. ART. 148, §1º, IV. CONDENAÇÃO MANTIDA. BINÔMIO MATERIALIDADE-AUTORIA COMPROVADO. DESCLASSIFICAÇÃO INCABÍVEL. ART. 7º DA LEI 11.340/06 NÃO PREVÊ TIPOS PENAIS. DOSIMETRIA DE PENA. RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA EM RELAÇÃO AOS DELITOS. REDUÇÃO DA PENA. CONCURSO MATERIAL RECONHECIDO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. A versão apresentada pelo apelante encontra-se dissociada inteiramente das provas colhidas durante a instrução criminal, as quais evidenciaram que de fato agiu com o dolo direcionado à prática da conduta a ele imputada.2. O art. 7º da Lei 11.340/06 não traz tipos penais, mas apenas tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Não merece respaldo a tese da desclassificação pleiteada pela defesa.3. É cediço o reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea, com previsão no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal, uma vez que o apelante confessou ser responsável pelo delito, ainda que parcialmente.4. As penas devem ser somadas, aplicando-se ao caso o concurso material, de sorte que restam dosadas em 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão. 5. Conhece-se e concede-se parcial provimento à presente apelação criminal, somente para reduzir a pena de Everson da Silva Miranda de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão para 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em virtude do reconhecimento da incidência da circunstância atenuante da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal), mantendo os demais termos da sentença condenatória proferida pelo Juízo sentenciante, inclusive no que se refere à detração.5. Apelação criminal conhecida e parcialmente provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0611416-61.2019.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

13. Processo: 0621473-41.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Marcos Taveira de Amorim. Defensora Pública Dra.: Monique Cruz Castellani. Apelante: Warlen da Silva Oliveira. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. ARTIGO 155, §4°, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. DOSIMETRIA DA PENA. PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM. CONTROLE DA LEGALIDADE E DA CONSTITUCIONALIDADE DOS CRITÉRIOS EMPREGADOS. PENA APLICADA FUNDAMENTADA E BEM APLICADA, SENDO, POR ISSO, MANTIDA. AUSÊNCIA DE EXCESSOS OU ILEGALIDADES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1- O efeito devolutivo do recurso de apelação criminal encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos no âmbito processual penal pátrio, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte que defende os interesses adversos, garantindo-se, assim, o respeito à cláusula constitucional do devido processo legal.2- Em matéria processual é o recurso delimita a competência do tribunal para rever a matéria. A parte recorrente fixa a extensão da matéria a ser apreciada pelo juízo ad quem. Do mesmo modo que o juízo a quo não pode julgar ultra, extra ou citra petitum (princípio da correlação), também o juízo recursal não pode fazê-lo. Nesse contorno, só será conhecido pelo Tribunal aquilo que for devolvido (impugnado) pelos apelantes, em homenagem ao princípio do tantum devolutum quantum appellatum, previsto no artigo 599 do Código de Processo Penal.3- O perscrutar dos autos revela que a condenação dos apelantes se deu por meio de sentença legitimamente fundamentada no conjunto fático-probatório que instrui os autos, onde se verifica a configuração da materialidade e autoria delitivas. Não havendo qualquer irresignação quanto a este ponto, nenhum reparo há que ser feito, sendo certo que a condenação dos recorrentes é medida em rigor que se impõe, devendo, pois, serem mantidas.4- Infere-se das razão recursais que os recorrentes interpuseram apelos criminais limitados (também denominados pela doutrina de restritos), na exata medida em que se irresignaram tão somente quanto a dosimetria da pena e à concessão da Justiça Gratuita. 5- Nessa toada, a individualização das reprimendas penais hão de ser submetidas aos elementos de convicção acerca das impugnadas circunstâncias judiciais, cabendo a este Órgão Julgador apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades, que no caso em voga não se revelaram presentes. 6. Consoante precedentes do Superior Tribunal de Justiça, não é possível conceder isenção das custas processuais previstas no artigo 804 do Código Adjetivo Penal Brasileiro, ainda que os recorrentes sejam beneficiários da Justiça Gratuita. Ademais, é na fase de execução que deve ser verificada a miserabilidade dos condenados. A exigibilidade do pagamento das custas é, então, suspensa, tendo em vista a possibilidade de alteração na situação financeira dos apenados entre a data da condenação e a execução do decreto condenatório.7. Apelações criminais conhecidas e desprovidas. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0621473-41.2019.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

14. Processo: 4002911-65.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Impetrante/Advogada: Helena de Oliveira Galvão (OAB: 2753/AM) Paciente: Rafael Monteiro da Costa. Impetrado: 2 Juízo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – SEGREGAÇÃO CAUTELAR FINCADA NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – LEGALIDADE DA PRISÃO – CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA – ORDEM DENEGADA.1. A concessão de liberdade é cabível sempre que estiverem ausentes os motivos que justifiquem a segregação preventiva do acusado.2. Não há constrangimento ilegal na manutenção da prisão processual do paciente quando o magistrado a quo fundamenta a custódia cautelar nos requisitos legais previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.3. Eventuais condições subjetivas favoráveis não constituem motivo suficiente para garantir sua liberdade do paciente quando estão presentes os requisitos do artigo 312, do Código de Processo Penal.4. Ordem de habeas corpus denegada. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 4002911-65.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em denegar a ordem de habeas corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

15. Processo: 4003387-06.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Juizo de Direito da Comarca de Jutai/am. Impetrante/Advogada: Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB: 6594/AM). Paciente: Isaias Araujo dos Santos. Impetrado: Juizo de Direito da Comarca de Jutai/am. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** HABEAS CORPUS.

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO (ART. 213, CP). PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DILAÇÃO PROBATÓRIA NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS AO PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.1. O Juízo a quo levou em consideração as circunstâncias mais gravosas inerentes ao tipo penal em comento para manter a prisão preventiva do paciente.2. A importunação sexual exige que o ato libidinoso seja praticado contra alguém, com propósito lascivo ou luxurioso. Com efeito, responde por importunação sexual quem, por exemplo, se masturba em frente a alguém porque aquela pessoa lhe desperta um impulso sexual. Entretanto, a via estreita do Habeas Corpus não comporta aprofundada dilação probatória, o que inviabiliza a análise da tese da impetrante neste sentido.3. É pacífico na jurisprudência do STF e do STJ ser incabível a discussão da correta tipificação penal na via estreita do Habeas Corpus.4. O Juízo primevo fundamentou adequadamente e expôs os motivos de fato e de direito que fundamentam a posição pela manutenção da prisão do paciente, não merecendo qualquer tipo de reparo.5. Eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para a concessão da liberdade, quando presentes os predicados da custódia preventiva, nos termos do art. 312 do Código Processual Penal. 6. Ordem de Habeas Corpus denegada. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, CONHECE-SE da presente ordem de habeas corpus e nessa extensão vota-se pela sua denegação, nos termos do voto da relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Recurso Em Sentido Estrito nº 0621619-53.2017.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Recorrente **Andreson da Costa Silva,** Advogado **Kon Tsih Wang (4646/AM)** e Recorrido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Recorrente **Andreson da Costa Silva** na pessoa de seu Advogado **Kon Tsih Wang (4646/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do(a) **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: *"Defiro o pedido de sustentação oral formulado pelo recorrente, conforme requerimento de fls. 250, subscrito pelo Dr. Kon Tsih Wang. À Secretaria, para incluir o processo em pauta de julgamento.* ***Sessão Ordinária presencial do dia 02.09.2019, às 09h."***

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0215865-30.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Sérgio Henrique da Cruz Correia - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Sérgio Henrique da Cruz Correia, na pessoa de seu advogado Bruno Cortez Canuto (12230/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Relator do Processo Onilza Abreu Gerth. - Advs: Bruno Cortez Canuto (OAB: 12230/AM) - Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0246706-47.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Rosangela Costa Oliveira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Rosangela Costa Oliveira, nas pessoas de seus advogados James Rodrigues Moreira (8227/AM), Renato de Souza Pinto (8794/AM) e Shyrlen Cristiane de Oliveira Sousa Pinto (6545/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP, "sob a inequívoca aplicação das penas do art. 265, do CPP, o qual dispõe que o advogado não pode abandonar a causa, incorrendo em pena de multa de 10 (dez) a 10 (cem) salários-mínimos". Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: James Rodrigues Moreira (OAB: 8227/AM) - Shyrlen Cristiane de Oliveira Sousa Pinto (OAB: 6545/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - André Lavareda Fonseca - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0602814-28.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: R. B. L. X. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante R. B. L. X., na pessoa de sua advogada Miriam Piolla (116492/SP), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Miriam Piolla (OAB: 116492/SP) - Maria Betusa Araújo do Nascimento - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4001205-47.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Monica Prestes Rodrigues - Paciente: Matheus Rodrigues Cardoso - Impetrado: Juízo de Direito da Vara do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Manaus-Am - Ficam INTIMADOS o Paciente Matheus Rodrigues Cardoso e Monica Prestes Rodrigues na pessoa de seu Advogado Monica Prestes Rodrigues (7314/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente Habeas Corpus, com fulcro no art. 659 do CPP c/c o inciso VI do art. 61 do RITJAM.". - Advs: Monica Prestes Rodrigues (OAB: 7314/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar.

Nº 4003312-64.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Joice Mota dos Santos - Paciente: Cleber Raposo dos Santos - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Fica INTIMADO o Paciente Cleber Raposo dos Santos, na pessoa de sua Advogada Joice Mota dos Santos (12714/AM), para tomar conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, não conheço do presente Habeas Corpus, e ordeno o arquivamento dos autos, nos termos do art. 61, inc. X, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça". - Advs: Joice Mota dos Santos (OAB: 12714/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar.

Nº 4003969-06.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Caapiranga - Impetrante: Julio de Oliveira Macedo - Paciente: Natalia Carvalho da Silva - Paciente: Renan Alves da Cosa - Impetrado: Juizo de direito da comarca de Caapiranga/AM - Ficam

INTIMADOS os Pacientes Natalia Carvalho da Silva e Renan Alves da Cosa na pessoa de seu Advogado Júlio de Oliveira Macedo (6523/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Relatora do Processo Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar. - Advs: Júlio de Oliveira Macedo (OAB: 6523/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003844-38.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Geraldo de Souza Nascimento - Paciente: Davi Sales Bandeira - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Ficam INTIMADOS o Paciente Davi Sales Bandeira, na pessoa de seu Advogado Dr. Geraldo de Souza Nascimento (12039/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao pedido formulado, indeferindo in limine a presente ordem, nos termos do artigo 63 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.° 17/1997.". - Advs: Geraldo de Souza Nascimento (OAB: 12039/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003953-52.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Alvaraes - Impetrante: Saul Max Pinheiro Vasconcelos - Paciente: Giovane Leandro de Oliveira - Impetrado: Juízo de Direito da Comarca de Alvarães/am - Ficam INTIMADOS o Paciente Giovane Leandro de Oliveira, na pessoa de seu Advogado Dr. Saul Max Pinheiro Vasconcelos (3524/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: " Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao pedido formulado, indeferindo in limine a presente ordem, nos termos do artigo 63 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.° 17/1997. ". - Advs: Saul Max Pinheiro Vasconcelos (OAB: 3524/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0648742-89.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Manaus - Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Agravado: Carlos Rondinely da Costa Oliveira - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em concordância com o parecer ministerial, julgo prejudicado o presente Agravo em Execução, pela perda de seu objeto jurídico, nos termos do inciso VI do art. 61 do RITJAM.". - Advs: Ítalo klinger Rodrigues do Nascimento - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Arthur Sant anna Ferreira Macedo (OAB: 9054/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Campos - Processo 0201626-65.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Bruno Cesar Pereira da Mota - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: Meise Cristina Marques dos Santos (11246/AM) e Mário Ypiranga Monteiro Neto (2814/AM) - Processo 0224277-91.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Diogo Lima Feleol - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Darlan Benvides de Queiroz - Processo 0610841-87.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Andreckson Prestes de Jesus - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

04. ADV/REP.: Emerson Siqueira Pereira (10338/AM) e Reinaldo Alberto Ney de Lima - Processo 0634265-95.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Judson Saraiva da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

05. ADV/REP.: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) - Processo 4003772-51.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque - Paciente: Marcelo Laborda de Alencar - Impetrado: Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Manaus/AM - Relator: Djalma Martins da Costa

06. ADV/REP.: André Ricardo Antonovicz Munhoz e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Cristianne Corrêa - Processo 0608820-07.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Plintes Guimaraes Sodre - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 22 de agosto de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Intimações

EDITAL

0608841-80.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal
Apelante : A. P. M. Advogado: Dr. Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM) Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. Promotor: Dr. Rodrigo Miranda Leão Júnior (1643/MP)

Fica intimado **A. P. M**., na pessoa do Advogado Dr. Melquisedec Freitas Patoja (10412 – OAB/AM), para, querendo, apresentar suas razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias, consoante determina o art. 600 do Código de Processo Penal.

Manaus, 21 de agosto de 2019.

Juliana Andrade David
Secretária do Conselho da Magistratura

0656818-05.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal
Apelante : N. V. do R. Advogadas: Dra Maria Goreth Terças de Oliveira (3735/AM), Dra. Danielle Queiroz Ribeiro (9296/AM) Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. Promotor: Dr. Géber Mafra Rocha

Fica intimado o apelante N. V. do R., na pessoa da Advogada Dra Maria Goreth Terças de Oliveira (3735/AM) para apresentar suas razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias, consoante determina o art. 600 do Código de Processo Penal. Manaus, 21 de agosto de 2019.

Manaus, 21 de agosto de 2019.

Juliana Andrade David
Secretária do Conselho da Magistratura

Decisões

Apelação Criminal N.º 0600837-88.2018.8.04.0001
Apelante: A. P. C. J. Defensor: Dr. Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. Promotora: Dra. Elizandra Leite Guedes de Lira

Decisão:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, não conheço do Recurso, conforme art. 932 do Código de Processo Civil e julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI. ". Manaus, 22 de agosto de 2019.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 22 de agosto de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

Agravo de Instrumento N.º 4000996-78.2019.8.04.0000
Agravante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Benedito Evaldo de Lima (4821/AM) Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotora: Dra. Vânia Maria Marques Marinho (2A/AM)

Decisão:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Destarte, devido à perda do objeto e, consequentemente, ao desaparecimento do interesse no julgamento do recurso, dou por prejudicado o agravo. Ante o exposto, não conheço do Recurso, nos termos do art. 932 ". Manaus, 22 de agosto de 2019.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 22 de agosto de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0267/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM) - Processo 0005936-27.1996.8.04.0012 (012.96.005936-4) - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Raimundo Lopes Bermeu - Industria e Comercio Brilux da Amazonia Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0048179-09.2002.8.04.0001 (001.02.048179-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Sebastião Lourenço da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO FROTA MOREIRA JUNIOR (OAB 5468/AM), ADV: JOÃO BOSCO DANTAS NUNES (OAB 823/AM), ADV: PETALA GODINHO PINTO (OAB 604A/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM) - Processo 0105441-43.2004.8.04.0001 (001.04.105441-6) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Maria das Gracas Cha Cela - REQUERIDO: Joao Bosco Dantas Nunes - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: ODAIR ALAN RODRIGUES DE MELO (OAB 4715/AM), ADV: RAFAEL LUIZ PIMENTEL (OAB 32496/PE), ADV: REBEKA RODRIGUES CAZER (OAB 35794/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: OSMUNDO DE OLIVEIRA LOBATO JUNIOR (OAB 11444/AM), ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0203292-04.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0203293-86.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Walcilene de Souza Nascimento - REQUERIDO: Enterpa Engenharia Ltda - LITSPASSIV: Brasil Veículos Companhia de Seguros LTDA - Primeiramente, reconheço a incidência das normas consumeristas ao caso em comento, visto que a autora foi vítima de acidente de consumo, sendo, portanto, consumidora bystander, nos moldes do art. 17, do CDC. Dessarte, inverto o ônus da prova, ante a hipossuficiência no plano técnico e probatório da autora, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC Nomeio como perito o Sr. OABER JERONIMO DE OLIVEIRA, médico, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie a autora. Determino à Secretaria que intime o referido expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria/da colheita das assinaturas/do dia em que forem enviados os documentos a serem periciados. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida BB Seguro Auto pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 173, vide art. 95, "caput", do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a

contar da intimação desta decisão. No mais, defiro a produção de prova oral, requerida às fls. 172. Determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Oportunamente, concedo o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Por fim, para que após a prolação de sentença não seja alegado que houve qualquer tipo de cerceamento de defesa, determino que a parte autora diga se ainda tem interesse na reconstituição dos fatos, requerida por si às fls. 75. Caso positivo, indique especificamente por qual meio de prova. Pelas mesmas razões apontadas acima, determino que o réu Enterpa Engenharia diga se ainda deseja que seja produzida prova pericial e depoimento das partes, no prazo de 05 dias, conforme requerido por si às fls. 54. Em caso positivo quanto à perícia, diga quais fatos pretende provar através de tal perícia, bem como diga a especialidade do perito.

ADV: SULAMITA AUGUSTA DA SILVA (OAB 435/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0215826-48.2010.8.04.0001 (001.10.215826-7) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Construtora Canadá Ltda - EMBARGADA: Maria Jose de Oliveira Ramos - Intimo as partes para se manifestarem quanto aos laudos periciais de fls. 51/52, fls.60/61, em 15 dias. Determino, ainda, que manifestem toda e qualquer matéria de interesse no prazo acima assinalado. Defiro a nomeação de patronos de fls. 132/133.

ADV: JOÃO FREIRE DA CUNHA NETO (OAB 2194/AM), ADV: WALTER FROTA DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 9866/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM) - Processo 0222018-60.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: L.F. Representação e Administração de Imóveis - REQUERIDA: Kelly da Silva Aguiar - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0226602-92.2019.8.04.0001 (processo principal 0008863-63.1996.8.04.0012) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Ana Maria Bezerra Pinheiro - Vistos, Tendo em vista que a petição foi protocolizada equivocadamente como processo incidente, determino sejam as peças transladadas aos autos principais. Após, cancele-se o presente incidente ou proceda-se à devida baixa. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: EMERSON MOISES DANTAS DE MEDEIROS (OAB 275295/SP), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0239950-17.2018.8.04.0001 (processo principal 0612877-39.2017.8.04.0001) - Oposição - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dalila Mota de Brito - REQUERIDO: Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas - OPOSTA: Jeroniza de Fátima Albuquerque dos Santos Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0266284-35.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lindalva Pereira Ferreira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O documento à que se refere a petição de fls. 175 encontra-se juntado aos autos às fls. 171/172. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600587-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Luiza Reinaldo de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM) - Processo 0601128-88.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Eleição - REQUERENTE: Claudio Anezio Rodrigues Martins - REQUERIDO: Associação dos Engenheiros e Arqutetos do Amazonas - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0601832-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucirene Carvalho Nogueira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos

conclusos para sentença.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: DANDARA VIÉGAS DANTAS (OAB 27739/PE), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0602033-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: PATRICIA CRUZ DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0602470-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Livre Admissão Sicoob Manaus - EXECUTADO: Jose Robespierre Gomes de Queiroz Pierre - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda a parte interessada, entrega do ofício expedido de fl. 107 ao órgão destinatário, observando as fotocópias que se fizerem necessária para acompanhar, após, comprovar nos autos seu recebimento.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0604143-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - REQUERIDO: M de F Silva Benedito - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o recolhimento das Custas de Atos Processuais, conforme regulamenta Portaria 116/2017-PTJ, Tabela de Atos Processuais, Letra “a”, nº 2, necessária para prática do ato requerido. Prazo: 10 (dez) dias.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI (OAB 39274/PR) - Processo 0605636-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Aventura Moto e Nautica Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607398-02.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Marisa Santos Lassalva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 98/100. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607451-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Josenario Baracho de Figueiredo - Leticia Braule Pinto Baracho - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM) - Processo 0607907-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Walcleciria Lima Lira - Renata Lima Lira - Juliana Maria Bezerra Lira de Lima - Renan Lima Lira - Renato Martins Lira Junior - REQUERIDO: Bradesco Financiamentos S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Grupo Multicobra - Cardifi do Brasil Vida e Previdência S.A - Vistos. Tendo em vista o petitório de fls. 140/141, em que o autor requer a desistência dos pedidos em face do BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA SA e GRUPO MULTICOBRA, determino seja intimada a ré Bradesco Financiamentos S/A para se manifestar quanto a tal pleito, fulcro no art. 485, § 4º, do NCPC, visto que já apresentara contestação nos autos. Por fim, DEFIRO citação da CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA. À Secretaria para: Publicar esta decisão. Expedir AR de citação da ré CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA. Intimar a ré a ré Bradesco Financiamentos S/A para se manifestar sobre o pedido de fls. 140/141 Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0607910-48.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Rebecca Ribeiro de Mattos - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: DAYANE RICARDO DE PAIVA (OAB 10592/AM) - Processo 0608175-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ROBSON KLEBER DOS SANTOS - REQUERIDO: AGRIPINO PINTO BRELAZ - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Defiro o pedido de fls. 157, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0608741-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Maria de Melo da Silva - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610026-61.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sanderley de Gouveia Pinheiro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: GABRIELA BARILE TAVARES (OAB 4485/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0611084-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Frotauto Rent A Car Ltda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Desde logo, DEFIRO o pedido de fls. 180, no sentido de determinar que a ré apresente na Secretaria do Juízo os contratos de fls. 116/119, e fls. 125 e fls. 127, no prazo de 10 dias, fulcro no art. 396, do NCPC.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0611262-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Marinho Filho - REQUERIDO: Ace Seguradora S.a - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Outrossim, determino que o réu esclareça, no mesmo prazo de 05 dias acima assinalado, o que pretende ao requerer a produção de prova de “gravação de contratação de seguro”, mencionada às fls. 87.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0613230-79.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Honda S/A - EXECUTADO: Rildo Mota da Costa - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0613363-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sinesio Pereira Froes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. No mais, nomeio como perito o Sr. AMANDA PIMENTA LEÃO, contadora e perita grafotécnica, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie a assinatura do documento de fls. 15. Pontuo que, em razão da parte que requereu a perícia ser beneficiária da justiça gratuita, serão pagos honorários ao expert no montante estabelecido pela Portaria nº 1233/2012, conforme art. 95, §3º, II, do NCPC. Assim, determino à Secretaria que intime o perita acima nomeado para que, no prazo de 05 dias: i) diga se aceita o encargo nos termos acima explicitados; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, bem como dispenso a apresentação de proposta de honorários, visto os motivos acima alinhavados. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data da colheita das assinaturas, que deverá ser realizada na sala de audiência deste Juízo, contando com a presença apenas do perito, das partes e de seus respectivos advogados. Consigno que incumbe ao perito fixar data para a colheita de tal assinaturas, informando o Juízo previamente, para fins de verificação de disponibilidade do espaço. Ainda, após confirmação da data com o Juízo, fica a encargo do perito intimar as partes sobre do dia da colheita de assinaturas. Ficam as partes intimadas para apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar desta decisão. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0614161-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Katt Anne S. Farias Lima - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Ofertados os Embargos, suspendo a eficácia do mandado inicial (art. 702, § 4º, do CPC). Os Embargos devem ser processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário (art. 702, do CPC). À Réplica pelo prazo legal. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/

AM) - Processo 0614391-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: AMAZON AQUICULTURA LTDA ME - KARLINE TRINDADE BRAGA - Ademildo da Silva Souza - ERUDES FILHO DAMASCENO RIBEIRO - KARL DOCKERY MAHOMED TRINDADE BRAGA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA (OAB 12534/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0615286-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Veículos Ltda. - REQUERIDO: Rogério Mascarenhas da Silva - Vistos, etc... Tornados indisponíveis os ativos financeiros e, intimado o(a) Executado(a), caberá este informar ao Juiz, por petição simples nos autos, no prazo de cinco (05) dias, à alegação de excesso de penhora, impenhorabilidade das quantias tornadas indisponíveis (art. 854, § 3º, I, do NCPC), converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura do termo, DETERMINO que a Instituição Financeira depositária, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada para este Juízo. (via Bacenjud). Após, havendo requerimento expresso do levantamento dos valores, expeça-se o competente Alvará de Levantamento. Em 10 (dez) dias postule a parte credora o que for de direito, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615367-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0616526-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: D 5 Assessoria e Serviços Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0618147-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: RONILSON CORDEIRO DE ARAUJO - EXECUTADA: Procuradoria da República no Estado do Amazonas - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0618297-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Valmir Gonçalves de Oliveira Filho - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: LARYSSA DE OLIVEIRA LOBATO (OAB 13461/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0618322-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria de Lurdes Lima da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0618804-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria de Lurdes Lima da Silva - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S.a - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0619679-53.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Eline Bentes Portilho - REQUERIDO: Sidemar Rodrigues Santos - Centro Educacional Jerusalém - DEFIRO desde já a produção de prova oral, conforme requerido pela ré às fls. 72. Determino seja pautada audiência de instrução e julgamento, para oitiva de testemunha, bem como para colheita de depoimento pessoal da autora. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso a parte autora requeira depoimento pessoal da ré, fica desde já deferido, devendo referida prova ser colhida na audiência acima determinada.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 50945/PR), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102B/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0620107-40.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: MANOEL SOARES DE MOURA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: I Intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais, de qualquer natureza; Recolher

as custas do ato a ser praticado, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0621301-75.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - RECLAMANTE: LILIANA BELÉM RODRIGUES - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0622641-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.A - BASA - EXECUTADO: José Ribeiro Gomes - De ordem, defere-se o pedido suspensão pelo prazo requerido pela parte autora, devendo, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Manaus, 19 de junho de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0624770-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: A Martins Construções Ltda.,representada Por Alexandre Martins Soares - REQUERIDO: George André de Oliveira - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum Cível intentada por A Martins Construções Ltda.,representada Por Alexandre Martins Soares em desfavor de George André de Oliveira. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 181). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0626152-94.2013.8.04.0001 - Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio - Inadimplemento - REQUERENTE: Martins Veiculos Ltda - REQUERIDO: Zacarias Soares Neto - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Anoto restrição de circulação no sistema RENAJUD do veículo objeto da liminar cujo cumprimento foi frustrado por comportamento do requerido. Defiro o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD. Devendo o(a) Requerente promover o recolhimento das custas relativas à diligência referente ao Bacen, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de ocorrer bloqueio de valores, determino seja intimada a parte executada para que, se for de seu interesse, se manifeste em 05 dias quanto à matéria elencada no art. 854, §3º, do NCPC. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação da parte executada, retornem-me conclusos os autos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0627124-25.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Carlos Marcio Souza de Brito - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: PAULINO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 8153/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: BRENDA DE JESUS MONTENEGRO (OAB 12868/AM) - Processo 0627269-86.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Homero Antonio da Silva Neves Lacerda - REQUERIDO: Kleber Santos de Figueiredo - Maria da Conceicao Ferreira da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: JOSÉ FLÁVIO LEVINO (OAB 20714/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: FCO. LEITÃO DE SENA JÚNIOR (OAB 26524/CE) - Processo 0628660-08.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: JOSÉ ANTÔNIO DE AGUIAR FERREIRA JUNIOR - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem: Determina: Que seja deferido o pedido de dilação do prazo, por 60 (sessenta) dias, nos termos dos arts. 222 e 227, ambos do NCPC. Sem nova intimação. Prossiga.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0628678-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Embracont Construção Ltda - Marcia Angelica do Socorro Freitas Backman - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: LUIS PHILIPE PEREIRA DE MOURA (OAB 162807/RJ) - Processo 0629319-85.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: RINALDO MARQUES CALDAS e outro - REQUERIDO: INSS- Instituto Nacional de Seguro Social e outros - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Tendo em vista o trânsito em julgado da sentença, dê-se vista à parte Exequente para, no prazo de cinco (05) dias, requerer o cumprimento de

sentença. Em caso negativo, arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0630518-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: CELSON CAVALCANTE NOGUEIRA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Trata-se de ação de danos materiais c/c com danos morais e danos estéticos movida por Celson Cavalcante Nogueira em face de Manaus Ambiental, aduzindo, em síntese, que, no dia 12/05/2014 às 21h00min, enquanto trafegava de motocicleta pela rua Waldemir Cordeiro (antiga Rua 16), bairro Alvorada 2, sofreu grave acidente ao cair em buraco na via de dimensões de 9m² por 2m², vindo a sofrer fraturas mandibular e maxilar, nos ossos da face, bem como perda de 06 (seis) dentes. Alega que a sinalização do local era deficitária/inadequada, e que tal buraco decorre de obra da requerida para manutenção da tubulação de água do local, e, ainda, que na hora do acidente utilizava capacete e trafegava com atenção. Gratuidade de justiça concedida em fls. 96. Contestação às fls. 103/115. Réplica às fls. 150/153. Pedido de oitiva de depoimento pessoal e testemunhal que se analisa no bojo desta sentença, em fls. 157 e 161. É o breve relatório. Fundamento e decido. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inc. I, do CPC, isso porque: i) concedido prazo às partes para que indicassem quais provas desejariam produzir (fls. 156), o requerido quedou-se silente; ii) considero que o depoimento pessoal e testemunhal não são necessários ao julgamento do mérito, isto com fulcro no art. 282, §2º, do CPC e art. 370, do CPC. Ademais, é este o entendimento nas Cortes Superiores: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. JUiZ É O DESTINATÁRIO DA PROVA. OUTROS ELEMENTOS. SÚMULA N 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.1. “o deferimento de provas é ato próprio do magistrado processante, que poderá indeferi-las de forma fundamentada , quando as julgar protelatórias ou desnecessárias e sem pertinência com a instrução do processo, não caracterizando, tal ato, cerceamento de defesa” (STJ - AgRg no AREsp 1421534 SP 2018/0338884/8 Rel.: Ministor Ribeiro Dantas, 20/05/2019). Quanto às questões preliminares, tenho o que segue. Quanto à inversão do ônus da prova, mantenho indeferimento de fls. 96, uma vez que os fatos narrados na inicial não consubstanciam relação consumerista, devendo ser analisados sob a ótica da responsabilidade objetiva da concessionária de serviços, com fulcro no art. 37 §6º, da Constituição Federal. No que tange à denunciação à lide, novo CPC facultou ao julgador a análise da conveniência do seu deferimento, não se revestindo mais de caráter obrigatório como no vestuto código. Assim, o cabimento de tal medida depende de sua compatibilidade, no caso concreto, com os principios da economia dos atos processuais e da razoável duração do processo. Assim sendo, INDEFIRO o pedido de denunciação da lide formulado, a uma, com fundamento nos principios da celeridade processual e economia dos atos processuais, porquanto tal deferimento reabriria a instrução processual, com inegável prejuízo à celeridade do feito; a duas, porque o indeferimento desta medida não impede que a requerida ingresse com ação de regresso contra a seguradora. Em consonância com o entendimento aqui firmado, colaciono jurisprudência pátria: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO COMOAGRAVOINTERNO.PRINCÍPIODAINSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE DEU PROVIMENTO PARCIAL AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DEDENUNCIAÇÃOÀLIDEDASEGURADORA. INDEFERIMENTO.POSSIBILIDADE DE DIREITO DE REGRESSO DA AGRAVANTE EM FACE DASEGURADORAEM AÇÃO AUTÔNOMA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1) Agravo Interno interposto contra decisão monocrática do Relator que deu provimento parcial ao Agravo de Instrumento, com fundamento no art. 557 , do CPC . Possibilidade conforme o § 1º do mencionado dispositivo; 2)Denunciaçãodalidefacultativa. Direito de regresso que pode ser postulado em ação autônoma. Hipótese dos autos em que adenunciaçãodalidese mostra prejudicial ao princípio da celeridade processual e presteza da prestação jurisdicional. 14. Direito de regresso. A ação de garantia não se caracteriza como mero direito genérico de regresso, isto é, fundado em garantia imprópria. Este não enseja adenunciaçãodalide,sob pena de ofenderem-se os princípios da celeridade e economia processual. Por direito de regresso, autorizador dadenunciaçãodalidecom base no CPC 70 III, deve-se entender aquele fundado em garantia própria (Sanches,Denunciação,121). AGRAVO REGIMENTAL -DENUNCIAÇÃODALIDE- IRB - OBRIGATORIEDADE - PERDA DO DIREITO DE REGRESSO - INEXISTÊNCIA - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. 1.- Adenunciaçãodalidesó se torna obrigatória na hipótese de perda do direito de regresso, não se fazendo presente essa obrigatoriedade no caso do inciso III do artigo 70 do Código de Processo Civil . 2.- A falta dedenunciaçãodalideao IRB não acarreta a anulação do processo, podendo ser intentada a ação regressiva, que subsiste, com base no art. 70 , III , do Código de Processo Civil (REsp 647.186/MG, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 14.11.2005). Agravo Regimental improvido. (STJ, AgRg no REsp 731.120/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, 3ª Turma). Passo a análise do mérito propriamente dito. I - Quanto à responsabilidade objetiva da ré: O art. 37 § 6º, da CF consagra a Teoria do Risco Administrativo, para a qual a responsabilidade das concessionárias de serviço público é objetiva e independe da alegação e prova de dolo ou culpa, bastando, para sua configuração, a análise dos seguintes elementos: a) conduta omissiva ou comissiva da ré; b) dano; c) nexo de casualidade. Assim sendo, passo a análise. A - Quanto à conduta da ré, da análise do conjunto probatório carreado aos autos, verifico que restou demonstrado que a requerida realizava obras no local na data do fato (fls. 116/118) e que havia um buraco com as dimensões indicadas - 9m² por 2m² decorrente de tais obras. Contudo, a partir da leitura de fotografias de fls. 45/50, verifico que as fitas sinalizadoras ao redor do buraco estavam intactas, o que faz este julgador concluir que foram postas após o sinistro, como forma de evitar novos acidentes, assim como as poltronas. Assim sendo, entrevejo que o local não estava devidamente sinalizado quando do acidente, configurando que houve omissão negligente da parte ré quanto ao dever de sinalização. Oportunamente, cumpre esclarecer que, embora as condutas omissivas enquadrem-se na Teoria da Culpa Administrativa, no presente caso constato que houve omissão específica, isto é, quando a concessionária possuía o dever legal de promover a segurança de suas obras, com a devida sinalização, contudo, não tomou as providências necessárias. Valiosas são as lições de Sérgio Cavalieri Filho sobre o tema: “(...) A atividade administrativa a que alude o art. 37, §6º, da Constituição, engloba não só a conduta omissiva, pelo que merece temperamento aquela parte da doutrina capitaneada pelo insigne Celso Antônio Bandeira de Mello (...) que sustenta ser subjetiva a responsabilidade da Administração sempre que o dano decorrer de uma omissão do Estado. Neste ponto é preciso distinguir omissão genérica do Estado e omissão específica. Observa o jovem e talentoso jurista Guilherme Couto e Castro, em excelente monografia com que acaba de brindar o nosso mundo jurídico, “não ser correto dizer, sempre, que toda hipótese de dano proveniente de omissão estatal será encarada, inevitavelmente, pelo ângulo subjetivo. Assim o será quando se tratar de omissão genérica. Não quando houver omissão específica, pois aí há dever individualizado de agir. “ (...) B - Quanto ao dano, os documentos de fls. 43, espelho de ficha de atendimento do Samu, fls. 53, laudo de exame de corpo de delito, e fls. 56, laudo de solicitação de procedimento ambulatorial, demonstram que o acidente causou ao autor da ação fraturas na mandíbula, maxilar e fraturas coronárias em pelo menos 06 (seis) elementos, ou seja, perda de 06 (seis) dentes. C- Por fim, quanto ao nexo de casualidade tenho que, da análise das informações contidas em boletim de ocorrência de fls. 23 em conjunto com as fotografias de fls. 45/50, restou demonstrado que a queda no buraco decorrente de obra da concessionária foi a causa dos danos que sofreu o autor da presente ação. Ademais, não há que se falar em culpa exclusiva ou concorrente da vítima, na medida em que o requerido não ofereceu ao juízo quaisquer indicios de que o autor da ação estaria conduzindo sua motocicleta na data dos fatos em desacordo com as normas de trânsito. Neste sentido, colaciono: ILÍCITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO VIA PÚBLICA. FALTA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EXISTÊNCIA DE

BURACOS. FALHA NO SERVIÇO PÚBLICO. NEXO CAUSAL E DANO INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. A responsabilidade civil do Estado é objetiva, baseada na teoria do risco administrativo no caso de comportamento danoso comissivo (art. 37 6º, CFR) e subjetiva por culpa do serviço ou 'falta de serviço' quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado. 2. Acidente provocado por buracos na pista. Excludente de responsabilidade não demonstrada. Indenização devida. Sentença reformada. Recurso provido em parte. (TJ SP 9º Câmara de Direito Público - Apelação/Indenização por Dano Moral nº 0241257-12.2009.8.26.0000 - Rel. Décio Notarangeli - 27/06/2013). Portanto, uma vez demonstrada a responsabilidade objetiva da requerida quanto ao acidente sofrido pelo requerente na data 12/05/2014 às 21h00min na rua Waldemir Cordeiro (antiga Rua 16), passo a análise do quantum indenizatório. II - Quanto à indenização devida a título de danos materiais, estéticos e morais. A- No que tange aos danos materiais, é mister destacar as lições de Flávio Tartuce sobre o tema: " (...) Os danos patrimoniais ou materiais constituem prejuízos ou perdas que atingem o patrimônio corpóreo de alguém. Pelo que consta dos arts. 186 e 403 do Código C ivil não cabe reparação de dano hipotético ou eventual, necessitando tais danos de prova efetiva, em regra. Nos termos do art. 402 do CC, os danos materiais podem ser assim subclassificados: a) danos emergentes ou danos positivos - o que efetivamente se perdeu. Como exemplo típico, pode ser citado o estrago do automóvel, no caso de um acidente de trânsito (...)". Assim sendo, para que o autor faça jus à indenização por danos materiais é necessário a prova efetiva de que houve desembolso da quantia indicada em fls. 54 para a reparação de sua arcada dentária. Contudo, compulsando os autos não há prova de tanto, tratando-se apenas de um orçamento, desacompanhado de quaisquer documentos, tais como recibo ou nota fiscal, que comprovem o efetivo prejuízo patrimonial. Pelo exposto, tenho que o pedido de indenização por danos materiais não merece ser acolhido. B - Quanto à indenização por danos morais, cumpre esclarecer que esse não possui finalidade de acréscimo patrimonial, mas sim compensação pelos males suportados em razão da ofensa aos seus direitos da personalidade, no caso em comento, o dano à honra e à imagem (art. 5º, X, CF). In casu, é evidente que, em razão do acidente, o autor da ação sofreu danos morais, relacionados à dor física e psíquica, bem como ao abalo emocional inerente aos ferimentos que sofreu, dispensada a prova, porquanto se tratar de direito constitucionalmente protegido e de foro íntimo. Assim, acolho o pedido de indenização por danos morais e fixo em R$ 15.000,00 o valor da indenização reparatória por danos morais, montante que tenho por suficiente e adequado para desestimular a reiteração da omissão ilícita da concessionaria e evitar o enriquecimento indevido do autor da ação. C- Quanto ao dano estético, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que terá cabimento quando houver "alteração morfológica corporal que agrida a visão, causando desagrado repulsa". Assim sendo, para a melhor doutrina, havendo qualquer "transformação" estética restará configurado o dano estético. No caso em comento, as fotografias acostadas em fls. 44 e 51, bem como laudo pericial de fls. 53, demonstram nítida transformação da aparência do autor após a perda dos dentes, pelo que acolho o pedido de indenização por dano estético, e fixo em R$ 10.000,00, montante que tenho por suficiente e adequado. DISPOSITIVO: Diante do exposto, conforme fundamentação supra e na forma do que dispõe o art. 487, I, do CPC, JULGO OS PEDIDOS DA INICIAL PARCIALMENTE PROCEDENTES e CONDENO a requerida ao pagamento em favor do autor da ação, em caráter cumulativo, a importância equivalente: a) R$ 15.000,00 (quinze mil) reais a título de danos morais, com atualização monetária a partir da data de arbitramento, conforme disposto na Súmula 362, do STJ, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios, a contar da data do evento danoso (Súmula 54, do STJ), conforme a taxa SELIC; b) R$ 10.000,00 (dez mil) reais a título de indenização por danos estéticos, com atualização monetária a partir da data de arbitramento, conforme disposto na Súmula 362, do STJ, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios, a contar da data do evento danoso (Súmula 54, do STJ), conforme a taxa SELIC; Condeno ainda a ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor em 10% do valor total da condenação. Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão proporcionalmente distribuídas entre as partes, nos termos do artigo 86 do Código de Processo Civil. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: ALMIR OLIVEIRA DE MENEZES (OAB 7045/AM) - Processo 0631928-07.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: A DE G H CONSTANTINO - ME - REQUERIDO: Gutenberg Santos Barbosa - DECISÃO Vistos, etc. Em petição de fls. 89/93 o requerido aduz que os valores constritos em fls. 83/84 referem-se a quantia depositada em conta poupança, em montante não superior a 40 (quarenta) salários mínimos, pelo que sustenta a aplicação do art. 883, X, do CPC. Determinado ao requerido para que juntasse extratos bancários que comprovassem o uso restrito da conta bloqueada como poupança, colacionaram-se documentos em fls. 110-115. Pois bem. Da leitura de tais extratos é possível identificar uso da conta para gastos como: "Salomé Bar, Fábrica de Eventos, Cachaçaria do Dedé, Vinus Bar e Nosso Show", além de diversos saques vultuosos (fls. 114). Dessa forma, resta caracterizado o desvirtuamento da conta poupança bloqueada para conta-corrente, o que para o atual posicionamento da jurisprudência pátria, permite ao julgador que afaste a impenhorabilidade das quantias depositadas. Colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSTRIÇÃO DE VALORES DE CONTA POUPANÇA. INAPLICABILIDADE DA EXCEÇÃO DO ART. 649, x DO CPC (art. 883, X, do CPC). Desvirtuamento da conta poupança para conta- corrente comprovado nos autos. Recurso Conhecido e Não Provido. 1. É cediço que a imposição legal contida no art. 649, X, do CPC, busca garantir o mínimo existencial ao devedor, como ilação do principio da dignidade da pessoa humana, enaltecido a fundamento da República Federativa do Brasil, em seu art. 1º, III, de forma a garantir um numerário mínimo que permita a subsistência digna; 2. Entretanto, observa-se que essa constrição de numerário em agência bancária não é absoluta, podendo ser afastada quando comprovado que a conta poupança não se presta ao objetivo de acumulação de reservas financeiras. 3.. Verifica-se do extrato bancário acostado às fls. 20/24 que a agravante vem se utilizando da conta mencionada como conta-corrente, fazendo depósitos, retiradas e pagamentos, desnaturando, em princípio, a finalidade de poupança que o legislador pretendeu preservar ao edital a Lei 11.382/2006,e ,consequentemente, desconfigurando a impenhorabilidade ao caso dos autos. 4. dessarte, neste momento de cognição rasa, não se vislumbra a verossimilhança do direito pleiteado pela parte agravante, tendo em vista que a documentação colacionada ao processo não é suficiente para demonstrar que não utilizava sua poupança como conta-corrente, requisito indispensável para a concessão do efeito suspensivo requestado; 5. Recurso conhecido e não provido. (TJ AL AI 08012828720158020000, Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva, Data de Julgamento: 09/07/2015, 3º Câmara Cível, Data de Publicação: 14/07/2015). Em face do exposto, converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, e determino a imediata transferência dos valores bloqueados para conta veiculada a este juízo para satisfação do crédito do exequente, nos termos do art. 854 , §5º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633934-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: American Express - Banco Bankpar S.A - REQUERIDO: MARCELO MARQUES GARCIA - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Serasajud e Siel, por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor

para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0634135-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ruy Rodrigues Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Noutro giro, recebo a constituição de novos patronos às fls. 249/250. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0634251-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Norte Sul Industria de Reciclagem Ltda - EXECUTADO: Samuel de Oliveira Costa - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0634292-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Márcio dos Santos Braga - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 21 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0635220-97.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - EXECUTADA: Nadir da Silva Ferreira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Analisando os autos verifiquei que o pedido de providências de fls. 134/138, trata-se de Ação que demanda distribuição processual e recolhimento de custas, sendo assim, intime-se a Autora, ora Embargante, para que proceda a devida distribuição da mesma. Intime-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: LUIS PHILIPE PEREIRA DE MOURA (OAB 162807/RJ) - Processo 0636013-07.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: WALDENOR PINTO CHICOLET - REQUERIDA: Procuradoria da República no Estado do Amazonas e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0637222-35.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: I V dos Santos - JANELMA VIANA DOS SANTOS - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637912-98.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Evandro Dantas do Nascimento - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Aguarde-se por 30 (trinta) dias pela comunicação do Tribunal acerca de eventual concessão de efeito suspensivo ao agravo. Depois, se não for comunicada a concessão de tal efeito, cumpra-se a decisão agravada, que mantenho. Apenas para facilitar o controle dos prazos no SAJ, INTIME-SE para mera ciência, com anotação de prazo de trinta (30) dias, não havendo, contudo necessidade de o(s) Advogado(s) responderem à intimação nem de renunciarem ao prazo a ele referente.

ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0639264-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Indústrias Reunidas Progresso Ltda. - REQUERIDO: Saldanha Rodrigues Ltda - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU (OAB 3780/AM), ADV: ROBERTO ANDRÉ XAVIER BEZERRA (OAB 3158/AM) - Processo 0640427-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M.A.L. - REQUERIDO: F.M.M.F. - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela

pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0640794-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Alcione Souza Andrade - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0642866-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gislaine Albina Meirino de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ab initio, diante das informações prestadas pela parte autora e em consulta ao Sistema SAJ, vislumbro a ocorrência de conexão entre os presentes autos e os de nº 0633513-89.2018.8.04.0001, nos moldes do art. 55 do CPC, sendo o presente Juízo competente para o julgamento e processamento do feito. Conforme o disposto nos §§ 1° e 3° do supracitado artigo, deverão ser reunidos os processos para julgamento em conjunto. Por sua vez, no que se refere à concessão da gratuidade de justiça, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. No caso em tela, observo que a Requerente se identifica na inicial como funcionária pública, mas não informou os seus rendimentos ou despesas que comprovem a referida impossibilidade. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Reunir os presentes autos aos do processo de n° 0633513-89.2018.8.04.0001 para julgamento em conjunto; Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos. Int. Manaus, 21 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643155-91.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ercy de Oliveira Braz da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem: XXVIII - Intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72 do CPC; À luz do artigo 72, inciso II, do NCPC., faz-se necessário a nomeação de Curador Especial ao Réu revel quando citado mediante a publicação de editais. No caso deste autos, observo que o(a) Requerido(a) foi citado(a) por edital. Assim, nomeio o Curador Especial, nos termos do art. 245, § 5º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0643807-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Luiz da Silva Lima - REQUERIDO: Carlos Augusto Queiroz Moreira - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. No caso em tela, verifico que o Requerente é Tabelião Substituto, conforme documento de fls. 08/09, não restando comprovada a impossbilidade supracitada. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer

o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 21 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 266894A/SP), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0645778-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nelio Silva da Mota - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC. Manaus, 21 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0646652-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Mc Lavanderia Eireli - Epp - EXECUTADO: Unimed de Manaus Empreendimentos S.a - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM) - Processo 0715940-56.2012.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - REQUERIDA: Maria Raimunda de Freitas Soares ME - Maria Raimunda de Freitas Soares - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza; O pedido de fls. 205 encontra-se prejudicado, vez que, já decidido por meio do despacho de fls. 169/171, bem como, da decisão de fls. 189. Prossiga. Prazo: 10 dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alberto Ivan Zakidalski (OAB 39274/PR)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Almir Oliveira de Menezes (OAB 7045/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Brenda de Jesus Montenegro (OAB 12868/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 19937/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dandara Viégas Dantas (OAB 27739/PE)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dayane Ricardo de Paiva (OAB 10592/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emerson Moises Dantas de Medeiros (OAB 275295/SP)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
FCO. LEITÃO DE SENA JÚNIOR (OAB 26524/CE)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102B/PR)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gabriela Barile Tavares (OAB 4485/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 266894A/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Bosco Dantas Nunes (OAB 823/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Freire da Cunha Neto (OAB 2194/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM)
JOSÉ FLÁVIO LEVINO (OAB 20714/CE)
JOSÉ MÁRIO FROTA MOREIRA JUNIOR (OAB 5468/AM)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joyce Joanny de Oliveira Leitão Limeira (OAB 11294/AM)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Seffair de Castro de Abreu (OAB 3780/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laryssa de Oliveira Lobato (OAB 13461/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)

Luis Philipe Pereira de Moura (OAB 162807/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB 4715/AM)
Osmundo de Oliveira Lobato Junior (OAB 11444/AM)
Paulino Ferreira dos Santos (OAB 8153/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Guimarâes Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Petala Godinho Pinto (OAB 604A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 50945/PR)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
RAFAEL LUIZ PIMENTEL (OAB 32496/PE)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
REBEKA RODRIGUES CAZER (OAB 35794/PE)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberto André Xavier Bezerra (OAB 3158/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Sulamita Augusta da Silva (OAB 435/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thiago Noronha de Oliveira (OAB 12534/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Walter Frota de Oliveira Júnior (OAB 9866/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0323/2019

ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0605336-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Selma Holanda dos Reis - ME e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência dos ofícios expedidos em fls. 115/117 para fins de postagem e protocolo, nos termos do despacho proferido em fl. 111..

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0607991-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Authentic Recife - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616409-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0621409-36.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Benedito Marcos Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, pois não existe obscuridade ou omissão alguma na decisão, razão pela qual a mantenho tal como está lançada.

ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: RODRIGO REFUNDINI MAGRINI (OAB 210968/SP), ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0622348-16.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0616367-06.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Vila Engenharia Ltda. - EMBARGADA: Egus Consult Planejamento e Projetos Ltda. - De ordem, defere-se o pedido de redesignação de audiência, a fimd e que seja remarcada para o dia 03.09.2018, às 09h. Consigno que compareceu nesta data a Dra. KAREN KAROLINY FERREIRA DOS SANTOS-OAB/10893, advogada da Requerida.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0622601-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626301-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcelo José Prestes Sampaio - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC,

manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0629081-27.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Marcus Chaves Pompeu - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0631293-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Domingos Sávio Silva Oliveira - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0634685-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - De ordem, defere-se o pedido suspensão pelo prazo requerido pela parte autora, devendo, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0637998-98.2019.8.04.0001 - Habilitação - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Metrópolis Residence - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/09/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ DIAS DA SILVA NETTO (OAB 136431/SP), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: JOSIANE MACHADO DA SILVA GARCIA (OAB 262673/SP), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0639955-71.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Aurobrás Mineração S/A e outro - EMBARGADO: Márcio Borges Pereira - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, inc. I, do CPC.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0640333-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Marino Muniz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON A'DSON ALMEIDA DO AMARAL (OAB 7203/PA) - Processo 0644274-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Euro Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, recolha as custas de processamento da demanda e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0657471-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raimundo Nonato Lima dos Santos - De ordem, suspendo o presente feito pelo prazo requerido, devendo, após o transcurso do mesmo, a autora dar a devida movimentação, independente de nova intimação.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Dias da Silva Netto (OAB 136431/SP)
Josiane Machado da Silva Garcia (OAB 262673/SP)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson A'dson Almeida do Amaral (OAB 7203/PA)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Refundini Magrini (OAB 210968/SP)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2019

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: FERNANDO SOARES JÚNIOR (OAB 216540/SP), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: HELENA PIRES DE CAMARGO SPIELER (OAB 208476/SP), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: ISABELLE BIANCA SAMPAIO GOMES (OAB 5831/AM), ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: JOSÉ PAULO FERREIRA (OAB 183A/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM), ADV: AMMER HAUACHE MONTE (OAB 7753/AM), ADV: ANA CAROLINA JANSEN PEREIRA DE ARAÚJO PRADO (OAB 7510/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: ANTÔNIO PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 808/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS FILHO (OAB 5972/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/

AM), ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM), ADV: EDSON FERREIRA FREITAS (OAB 121567/SP), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ADRIANO CÉSAR CABRAL DE AQUINO E SILVA (OAB 4194/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PENHA MARIA GOMES DE ARAUJO (OAB 8157/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO (OAB 5128/AM), ADV: PAULO ROBERTO DOS REIS FERRAZ (OAB 2141/AM), ADV: REINILDA GUIMARÃES DO VALLE (OAB 1392/AM), ADV: RICARDO BOTÓS DA SILVA NEVES (OAB 143373/SP), ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 1738/TO), ADV: TAYANA MARIA JAÑA PINTO (OAB 4455/AM), ADV: VALÉRIO TANCREDO (OAB 2456/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM), ADV: MÁRCIA DE SOUZA MARTINS (OAB 7714/AM), ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM), ADV: LAWRENCE LARROYD TANCREDO (OAB A466/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 724A/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA LOBATO (OAB 724A/AM), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: NAURA MARIA DA SILVA PINHEIRO (OAB 5665/AM), ADV: MARCO DELUIGGI (OAB 220938/SP), ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: MIRIAN DA SILVA BRAGA (OAB 5845/AM) - Processo 0237334-16.2011.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Autofalência - REQUERENTE: Cosmoplast Indústria e Comércio de Plástico Ltda. - INTSSADA: Indústria de Componentes Neo Life da Amazônia Ltda. - HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Invatídio Guimarães Mendes - Caixa Econômica Federal - CEF - ADMINISTRA: José Paulo Ferreira - TERCEIRO I: Banco da Amazônia S/A - INTSSADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Leandro Sanchez Ramos - Moto Honda da Amazônia Ltda. - Schreier Participações Ltda. - Juarez dos Santos Farias - Romildo Moura de Freiras - Valdenir Tavares Nogueira - Douglas Ferreira Lima - Jucilane Lima da Silva - Candinoro Lopes Mansidão - Garantia Real Serviços Ltda. - Garantia Real Empresa de Segurança Ltda. - Morata Pereira Sociedade de Advogados - Aguimário Ferreira da Silva - Francisco das Chagas Nunes de Souza - Juízo de Direito da 35ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Empresa Masa da Amazônia Ltda. - Maria Raimunda Amâncio de Souza - Alan Campos Vieira - Edicarlos dos Santos Fróes - Elizete Morais da Silva - Ricardo Botós da Silva Neves - José Hailton Silva de Holanda - Manassés Duarte Cruz - Erison da Silva Nunes - Francisco da Silva Martins - Raniele da Silva Farias - Max Guimarães Santos - Alessandro Costa dos Santos - Maria Antônia de Melo dos Santos - Sandra Maria Campelo - Éderson Aparecido Rodrigues - Dioleno Lopes Barbosa - Manuel Lima Fernandes - Fátima Keila Barbosa Corrêa - Daniel Silva de Castro - José Gonçalves Ferreira - Erick Eduardo Coelho do Espírito Santo - Jucilande da Costa Caldeira - José Augusto de Lira Pontes - Ailton Monteiro dos Santos - Paulo Roberto Marinho Cardoso - Wanderlan Silva e Silva - Willians Cerdeira Nogueira - Cleo Jorge Mota Pereira - Antônio Alves dos Santos - Tibúrcio dos Santos Vieira - Raimundo José Farias do Nascimento - Hilda Silva de Souza - Waldercley Chaves Soares - Ednilson Andrade Costa - Maria de Nazaré Almeida de Lemos - Daniel Fredson Ferreira Duarte - Sérgio da Silva Couto - Everaldo César Vital da Silva - Eliel Nascimento da Matta - Márcio Francisco dos Santos Nascimento - José Rayol da Silva e Silva - Clevelande Vieira Lima - Eduardo Cavalcante do Carmo - Alessandro Pereira da Silva - Arcley Rodrigues da Silva - Joelma Ribeiro Leão - André da Fonseca Rodrigues - Dirce Maria Nicolina de Souza - Jocivane dos Santos - Geovane Rocha da Luz - Jorge Avelino dos Santos - Pedro Marinho Picanço Júnior - Nirilene Costa de Andrade - Dilma Freitas Laranjeiras - Marília Nunes Otsuka - Jacira Sileiro de Souza - Jonas Corrêa Izídio - Soraia da Silva Brasil - Marcelo Bezerra Maciel - Paulo Ricardo da Rocha Lindoso - Ezinaldo Ferreira Monteiro - Hugo Cabral de Souza - Ruberval Pinheiro Costa - Adriano dos Santos Benevides - Eunice Lima da Silva - Luciano Fonseca das Chagas - Mairon Fogaça de Araújo - Siléia Freitas Caresto - Leônio da Silva Costa - Éderson Luiz de Maurer - Odenísio Conceição Albuquerque - Lucilene Corrêa Cruz - Magma Teixeira da Costa - Daniele Bruna Protázio Reis - Joziely da Silva Lima - Elísio Santos Souza - Dênis Oliveira de Souza - Diego Viana de Lima - Clícia Glenda Lima Veras - Felipe Oliveira de Araújo - Gilvan Luiz dos Santos - Frederico Pereira de Souza - Roberto Taveira de Oliveira - Marília Tavares de Souza - Síntia de Oliveira Farias - Raimundo Fernandes de Sousa - André Andrade Marques - Erimar Montenegro Ferreira - André dos Santos Fernandes - Cristóvão Viana da Gama - Rui Mário Bitar - Arnaldo Bastos da Silva - Fábio Freitas Ribeiro - Josenildo da Silva Lima - Michelle da Silva Brasil - Nilson de Souza Ramos - Margarete Oliveira Rodrigues - Edson dos Santos Souza - Raulen Gomes da Silva - Masa da Amazônia Ltda. - Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Indústria de Componentes Neo Life da Amazônia - Ediane Lira Monteiro - ADMINISTRA: Fernando Luís Simões da Silva - INTSSADO: Masa da Amazônia S/A - Expeça-se ofício conforme solicitado às fls. 7.537/7.539. À secretaria para providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600579-78.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Daniel Silva Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0635909-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Vanessa Kelly Sá Oliveira - ME - Homologo para que produza seus jurídicos e legais efeitos o pedido de desistência formulado às fls. antecedentes Em conseqüência, declaro extinto o processo, sem resolução de mérito, consoante dispõe a norma do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Oficie-se para recolhimento do mandado de busca e apreensão imediatamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636906-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rubens César Gama Viana - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0638743-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Fábio Batista - Intime-se a parte exequente para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 10 (dez) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0660916-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE:

Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: C. M. L. Barbosa - ME - Isto posto, HOMOLOGO por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e EXTINGO o processo com julgamento do mérito nos termos do art. 487, III, "b", do C.P.C. Consigno que deve ser realizado, imediatamente, o desbloqueio das restrições decorrentes dos sistemas eletrônicos. Após o transito em julgado, arquive-se os autos e dê-se baixa na distribuição,observando-se as formalidades legais.

Adriano César Cabral de Aquino e Silva (OAB 4194/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Ammer Hauache Monte (OAB 7753/AM)
Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (OAB 7510/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Pinheiro de Oliveira (OAB 808/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros Filho (OAB 5972/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Edson Ferreira Freitas (OAB 121567/SP)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Soares Júnior (OAB 216540/SP)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Helena Pires de Camargo Spieler (OAB 208476/SP)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isabelle Bianca Sampaio Gomes (OAB 5831/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Paulo Ferreira (OAB 183A/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Lawrence Larroyd Tancredo (OAB A466/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 724A/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira Lobato (OAB 724A/AM)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Márcia de Souza Martins (OAB 7714/AM)
Marco Deluiggi (OAB 220938/SP)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Mirian da Silva Braga (OAB 5845/AM)
Naura Maria da Silva Pinheiro (OAB 5665/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Roberto dos Reis Ferraz (OAB 2141/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penha Maria Gomes de Araujo (OAB 8157/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho (OAB 5128/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Reinilda Guimarães do Valle (OAB 1392/AM)
Ricardo Botós da Silva Neves (OAB 143373/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
Silas Araújo Lima (OAB 1738/TO)
Tayana Maria Jaña Pinto (OAB 4455/AM)
Valério Tancredo (OAB 2456/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: SEILANI ALMENDROS (OAB 3630/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0008562-48.1998.8.04.0012 (012.98.008562-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Mil Madeireira Itacoatiara Ltda - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II c/c 924, V e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P.R.I.C.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: PAULO SEGADILHA FRANÇA (OAB 4729/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0200885-93.2010.8.04.0001/01 (001.10.200885-0/00001) - Incidentes - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: Abraão Victor Almeida Torquato - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - REQUERIDO: Aly Nasser Abrahim Ballut - Posto isso, declaro a ilegitimidade passiva do requerido Aly Nasser Abrahim Ballut e julgo o processo sem resolução de mérito. JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial em face da ré Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho médico LTDA. Confirmo a liminar determinada às fls. 29/32. Condeno ainda ao pagamento a título de astreintes, decorrentes do descumprimento da decisão de fls. 29/32. Após o trânsito em julgado o valor da multa deve ser atualizado nos parâmetros na Portaria n. 1855/2016 deste Tribunal. Ressalto que a execução da multa astreinte deverá ser peticionada somente no processo n° 0200885-93.2010.0001 (ação principal). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do NCPC. P.R.I.C.

ADV: SERGIO GONIMI BENÍCIO (OAB 195470/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO (OAB 20047/SP), ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS DA SILVA (OAB 1002A/AM), ADV: ANÁLIA LOUZADA DE MENDONÇA (OAB 278891/SP) - Processo 0604906-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo da Silva Nunes - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A e outro - DECLARO extinto pela prescrição em face da requerida Maria da Conceição Ferreira da Silva a pretensão de reparação de danos proposta pela parte, com resolução de mérito, na conformidade do art. 487, II, do Código de Processo Civil c/c art. 206, § 3º, V, do Código Civil. Ante o exposto e em conclusão, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na ação proposta pelo autor em face do Banco Cruzeiro do Sul S/A extinguindo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Custas e honorários advocatícios pela parte ré, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, isento por ser beneficiário da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM) -

Processo 0625405-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Tmm Menezes -me - Diante do inadimplemento de sua obrigação, a parte ré deu causa à demanda monitória, não devendo ser levado em consideração o fato de não ter apresentado embargos monitórios, ou qualquer outra defesa possível, tornando-se revel, de modo que, ainda assim, deve arcar com as verbas sucumbenciais previstas no art.82, parágrafo 2º do CPC que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da condenação, bem como ao pagamento de custa se despesas processuais. Como trânsito em julgado desta decisão, independentemente de intimação e de certificação por esta serventia, apresente a parte credora, em 15 (quinze) dias,cálculo discriminado e atualizado do débito,observando-se os requisitos contidos no art.524 do Código de Processo Civil e que a petição em questão deverá ser cadastrada como "cumprimento de sentença", a fim de que seja criado um incidente para regular prosseguimento da fase executiva do feito, sob pena de arquivamento. P.R.I.C.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0626488-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: AIRTON PASSOS RICARDO - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0628647-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Evanilde Reinaldo Sales - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 160-162, firmado entre as partes no processo de Ação Reinvidicatória movido por Evanilde Reinaldo Sales contra Ailton Lins Bezerra. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0628968-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Partners Participações Ltda - A ação de despejo por falta de pagamento perdeu o objeto com a desocupação do imóvel. Portanto, ante a desocupação do imóvel JULGO EXTINTA a ação de despejo por falta de pagamento, em decorrência da superveniente perda de seu objeto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Determino expedição de alvará em favor da parte autora, em nome do patrono com poderes para tal ato, no tocante ao depósito feito em Conta Judicial à f. 168, relativo ao caução prestado para concessão da liminar. À Secretaria, providências. Despesas na forma da lei. Sem condenação em honorários.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0638069-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - REQUERIDO: Renival Correa de Miranda Filho - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para tornar nulo sentença às fls. 126-132 Noutro giro, homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 120-123, firmado entre as partes no processo de Procedimento Comum Cível movido por Banco Jsafra S.A. contra Renival Correa de Miranda Filho. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo, bem como determino o imediato desbloqueio da restrição judicial do bem, se houver a constrição, através do sistema RENAJUD, ou por meio de ofício expedido ao Detran, se porventura a ordem de bloqueio atrelada a garantia foi determinada através do ofício a este órgão. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
ANÁLIA LOUZADA DE MENDONÇA (OAB 278891/SP)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Benedicto Celso Benício (OAB 20047/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Paulo Segadilha França (OAB 4729/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Seilani Almendros (OAB 3630/AM)
SERGIO GONIMI BENÍCIO (OAB 195470/SP)
Taylise Catarina Rogério Seixas da Silva (OAB 1002A/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: VANESSA PORTELA CORREIA (OAB 8403/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0006062-95.2005.8.04.0001 (001.05.006062-8) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico - REQUERIDA: H.I. Confecções Ltda - Vistos, etc. Ofício nº 358/2019 (fl. 401) expedido para transferência dos valores conforme entabulado no acordo homologado pela sentença de fl. 352. Resposta do Ofício na fl. 426 indicando insuficiência de dados para efetivação da ordem. Ato ordinatório de fl. 403 determinando expedição de novo ofício e concedendo prazo ao interessado para fornecer todos os dados necessários. Novo ofício expedido na fl. 424 (nº 398/2019) em conformidade com os dados fornecidos nas fls. 406/423. Resposta do Ofício na fl. 429 apontando divergência nos dados indicados pelo Requerido. Pois bem. Intime-se novamente a parte Requerida para que definitivamente informe os dados corretos para transferência bancária ou indique patrono devidamente habilitado com poderes específicos para tal finalidade(levantamento por alvará), tudo no prazo de 05 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV:

MILTON ARAÚJO FERREIRA (OAB 639A/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0008483-06.1997.8.04.0012 (012.97.008483-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDA: Marcia Lourdes Noemi Canedo Motta - TERCEIRO I: CARTÓRIO DO JUDICIAL E ANEXO DA COMARCA DE RIO PRETO DA EVA/AM - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: GRACE KELLY DA SILVA BARBOSA (OAB 3627/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: SONIA BRAGA PERFEITO (OAB 2627/AM), ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: JOSÉ CATANHEDE DE MATOS FILHO (OAB 217/AM), ADV: JAIME CÉSAR DO AMARAL DAMASCENO (OAB 2237/AM), ADV: ELOADIR AFONSO REIS BRASIL (OAB 4093/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM) - Processo 0010106-76.1995.8.04.0012 (012.95.010106-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Nobre Engenharia Ltda. - Domingos Savio Campos de Souza - Rocilda Delta Campos de Souza - Tendo em vista interposição de agravo de instrumento às fls. (612/626), aguarde-se primeira decisão do juízo ad quem, acerca do efeito suspensivo. Após, façam conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: DOUGLAS ALVES VILELA (OAB 264173/SP), ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP), ADV: NATASHA PRYNGLER (OAB 235631/SP), ADV: MARINA AROUCHE PEREIRA BOHN (OAB 255448/SP), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: VANESSA VILARINO LOUZADA (OAB 215089/SP) - Processo 0011494-77.1996.8.04.0012 (012.96.011494-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Industria de Bebidas Antarctica da Amazonia S/a - REQUERIDA: Dagmar Benedita Cruz da Silva - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para tornar sem efeito a decisão interlocutória à fl. 134 e cancelar a ordem de penhora on-line. Noutro giro, tendo em vista que o requerente criou obstáculos à efetivação dos provimentos judiciais, nos termos do art, 77, IV, §1° e 2°, adverto a parte autora sobre a não repetição de embaraços processuais, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa definitiva na distribuição. P. R. I. C.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: CLÉBER MANOEL DE SOUZA NEVES (OAB 5245/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0042223-07.2005.8.04.0001/01 (001.05.042223-6/00001) - Incidente de Falsidade - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: A.J.C. Comércio e Serviços - REQUERIDO: Marcelo Perdigão Guerra - Indefiro o pedido de fls. 193/194. Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0210422-84.2008.8.04.0001 (001.08.210422-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Priscila Paz Oliveira - REQUERIDO: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico - LITSPASSIV: Cristiane Maria Mendeiros Mendonça - TERCEIRO I: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Certifico que procedi à exclusão do patrono Diego D'Avilla Cavalcante do Sistema SAJ. De ordem, considerando a renúncia ao mandato em fls. 342/346, intime-se a srª Crisriane Maria Medeiros Mendonça para constituir novo patrono, no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se competente carta de intimação.

ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 341167/SP), ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 56124/PR), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: DOTTA, DONEGATTI, LACERDA E TORRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12086/SP), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP) - Processo 0221924-15.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - EXECUTADO: Alberto do Carmo de Jesus Dias - TERCEIRO I: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Manaus Ambiental S/A - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Determino à secretaria para que oficie ao Banco do Brasil para desbloqueio dos valores às fls. (139/140). Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P. R. I. C.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0226546-69.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - REQUERENTE: Alfredo Ferreira - DEPRECADO: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Barcelos/AM - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS (OAB 6710/AM) - Processo 0230675-10.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ademir Balieiro - REQUERIDO: Município de São Paulo de Olivença - De ordem, recebo à Carta Precatória de folhas antecedentes. Antes, intime-se o autor para: comprovar o recolhimento das custas da Carta Precatória, conforme portaria 116/2017 - PTJ; providenciar o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ (R$ 66,50 - valor do mandado de intimação). Feito isto, à secretaria para que paute audiência para oitiva da testemunha indicada expedindo o competente mandado conforme solicitado, dando imediato cumprimento à ordem do juízo deprecante. Após, nada mais havendo, devolva-se a presente por meio de Malote Digital ao cartório de origem, com baixa na distribuição.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC), ADV: PEDRO

CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: MARIA LUIZA DE SABÓIA C. A. OLIVEIRA (OAB 171291/SP), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0235290-92.2009.8.04.0001 (001.09.235290-2) - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Buriti Industrial S/a - Darcy Lacerda André - Luiz de Borba Bento - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0236603-88.2009.8.04.0001 (001.09.236603-2) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: BANCO FINASA BMC - S/A - REQUERIDO: Marcio de Castro Chagas - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0244294-85.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Gerson Carneiro de Souza - DEPRECADO: Juiz de Direito da Comarca de Caracaraí/RR - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - . Tendo em vista o escoamento do prazo retro sem apresentação de defesado requerido, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino à secretaria para que certifique, bem como intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: KARDINALLENN DOS SANTOS FERREIRA (OAB 12003/AM), ADV: KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA (OAB 5848/AM), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM), ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM), ADV: LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES (OAB 5561/AM), ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM), ADV: CAMILA MEDEIROS DOS SANTOS (OAB 12025/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM), ADV: ANTÔNIO ADALBERTO MAGALHÃES MARTINS (OAB 2792/AM), ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB 7222/AM), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: JEAN CARLOS PAULA RODRIGUES (OAB 4748/AM), ADV: JAIRO BARROSO DE SANTANA (OAB 604/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ILCA DE FÁTIMA DE ALENCAR CLEMENTINO (OAB 967/AM), ADV: FELIPE LUCACHINSKI (OAB 3753/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: JOSÉ EDUARDO VUOLO (OAB 130580/SP), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: THAIS VASQUES DE BRITO (OAB 12592/AM), ADV: RAFAEL IANSEN CEZAR (OAB 11910/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM), ADV: RENATA DE LIMA LIRA (OAB 167150/RJ), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM), ADV: SIDELMAR CORDEIRO DA ROCHA (OAB 10162/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: ALTEMIR DE SOUZA PEREIRA (OAB 6773/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR (OAB 7244/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM), ADV: ALEXANDRE LUCACHINSKI (OAB 6613/AM), ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: PEDRO PAES DA COSTA (OAB 1347/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: PATRICK WIERCHNN DOS SANTOS TORRES (OAB 13106/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO (OAB 7315/AM), ADV: MOACIR LUCACHINSKI (OAB 7143/AM) - Processo 0267249-13.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0639436-96.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Ecocred Tecnologia de Ativos e Fomento Mercantil Ltda - REQUERIDO: VULCAPLAST INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA - INTSSADO: Banco do Brasil S/A - Itaú Unibanco S/A - TERCEIRA: DW Factoring Fomento Mercantil Ltda - ADMINISTRA: Fernando Luís Simões da Silva - INTSSADO: Evandro Cruz de Arruda - Jussara Leite de Macedo Coutinho - Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Material Plásticos de Manaus e do Amazonas - Adelino Gomes de Lima - Adriana Lima de Melo - Alex de Oliveira Boaes - Antonio Jakson Lima de Sousa - Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Átila Nazaré Batista - Armando Lira da Silva - ARLINDO PINHEIRO MARTINS - ANTÔNIO ROBERTO LEMOS - Ana Paula Santos da Costa - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ANILSON FREITAS ACACIO - Antonio Cláudio Guimarães Filho - Alexandre Rafael de Oliveira Costa - Aurea Hellen Ribeiro Rezende - Alonso Mercês dos Santos Filho - ANDERSON DE OLIVEIRA VIANA - Angelo Batista de Farias - Bruno da Gama Queiroz - Caixa Econômica Federal - CAIXA - Cecília Barbosa da Silva - Christela

Sofia Ferraz de Jesus - CINTIA MOREIRA DOS SANTOS - Daniel Santos Lobo - JONATHAS SILVA DE MENEZES - José Luiz Moreira Alves - Jose Ribamar Ramos de Souza - SÉRGIO DA SILVA RODRIGUES - DANIEL RODRIGUES DA SILVA - Ednaldo Santos Freire - Elias de Araújo Fernandes - EDISON MAIKON LEITE DOS SANTOS - Erivelton Costa da Silva - CLAUDIA DUARTE DE SOUSA REIS - EUDES NEGRÃO DA CRUZ - CRISTIANO TINOCO SANTIAGO - EFRAIM DE SOUZA NOGUEIRA - Fabiola Oliveira dos Santos - Gutemberg Neves Teixeira - ISMAEL DE SOUZA MARINHO - FABRICIO OLIVEIRA DA SILVA - FRANCISCA HELENA MIRANDA FERREIRA - Francisco da Silva Roque - Henoch Figueiredo de Araujo - Genival Terço Pereira - Gilvanio Simões Vinhote - Guiorgy da Silva Seixas - Hélio do Carmo Magalhães Neto - Ita Lucas Ltda - Ivanilda de Freitas e Freitas - Jhonatha Moraes Caldas - João Martins Cavalcante - Joaquim Lima da Silva - Jocimar de Castro Nascimento - Jonhny Mathys Souza da Costa - Jorge Luiz Vieira Maciel - LUCELIA FERNANDES DE OLIVEIRA - JOSÉ CELISVALDO CONCEIÇÃO GOMES 92/994791897 - José David Alves - Jose Nilson Paz Gomes - José Ribamar Figueiredo Lelis - Josenilson de Jesus Moraes - Josiel Evangelista do Nascimento - DANIELE MARQUES DA SILVA - Kassio Pereira Leite - LANY GLECY SOBRINHO CABRAL, - LUCIA FERREIRA PINHEIRO - LUCINEIDE REZENDE DE LIMA - Lucineide Sales Araujo - VALZIMAR VINENTE RODRGIGUES - Paulo Figueiredo Simeao - Wendel de Souza Lopes - VANIA MOREIRTA DOS SANTOS, - Wanderlan Soares de Lima - Zenilson Ferreira de Oliveira - WAGNO SOARES TORRES - LUIZ MAGNO COELHO BRITO - Luiz dos Santos de Almeida - luiz francisco de lima gomes - Marcelo Silva de Souza - Márcio de Jesus Moreira - Maria de Nazare Meireles de Oliveira - Maria Eliza Ferreira Dias - SOLANGE LIMA DA SILVA - Maria Luzilene Menezes Vieira - Maria Odete Freitas Acassio - Marilia Hilário de Almeida - Mônica Daiana Freitas Ribeiro - Moisés Alves da Silva - Nubia Marques dos Santos - Odeilson de Siqueira Navarro - PAULO ROBERTO DE SAMPAIO ASSIS - Priscila da Silva do Carmo - Raimundo Duarte de Sousa - RAIMUNDO WELTON BRAGA DE OLIVEIRA - Richard Coutinho da Silva - Roberta Souza dos Santos - Raimundo Alves Coelho - Raimundo Nonato Gomes de Lima - Raylson Martins Barros - Rodrigo Souza da Silva - RODRIGO ALVES COELHO - Rosália Campos da Costa - ROSANA MONTEIRO RIBEIRO CASTRO - Rosana Rolim Mourão - Rosangela de Oliveira Souza - ROSIVAN DA SILVA AZEVEDO - SALETE BATALHA DA SILVA - SEBASTIAO MONTEIRO DE SOUSA - SAMIRA DE LIMA SILVA - Sheila Maria de Souza Maciel - Teny Nunes Telles de Menezes - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MATERIAL PLÁSTICOS DE MANAUS E DO ESTADO DO AMAZONAS, - Shirles da Silva Sena - ROSIMAR DA COSTA SANTOS - SILVIO DA SILVA GOMES - Rui Junio Silva da Costa - Rosa Cláudia Alegre Gonzaga - Rogerio dos Santos Carmo - Wilson Timóteo da Silva - Maicon Nadi Palheta Correa - HENRY EMIRO RODRIGUES DE LIMA - Shirleno dos Santos Lima - Leinir Brandão de Souza - EDILSON GONÇALVES DE MORAES - Alarilson Ferreira Figueira - Antônio Adalberto Magalhães Martins - MPAM: KÁTIA MARIA ARAÚJO DE OLIVEIRA - INTSSADO: Promotoria - Massas Falidas e Fundações - Anilson Araújo de Santana - EUDENES OLIVEIRA MARIALVES - Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amazonas - PFN/AM - Expeça-se ofício conforme solicitado às fls. 7.473/7.474. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: ROOSEVELT BRAGA DOS SANTOS (OAB 293/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0322809-76.2007.8.04.0001 (001.07.322809-6) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Tecnoar Indústria Comércio e Refrigeração Ltda - REQUERIDO: Condomínio da Estação Hidroviária do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Indefiro o pedido de fls. 280/281, haja vista as custas eletrônicas não serem aproveitadas por este juízo, mesmo diante de resultado infrutífero. II - Sendo assim, intime-se a parte requerente para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, tendo em vista ser cobrado por cada sistema eletrônico (valor da consulta R$ 14,98 mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), conforme Portaria 116/2017 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo legal de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RODRIGO SAMPAIO DE SIQUEIRA (OAB 9259/MT), ADV: LUCIANA JOANUCCI MOTTI (OAB 7832/MT), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT) - Processo 0600380-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: DENISE CALDEIRA DE OLIVEIRA - ME - De ordem, defiro o pedido de fl. 177/178 dos autos. Desta feita, intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento das despesas de consulta eletrônica, estas cobradas POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JAIRO MOTA ARAGÃO (OAB 9369/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: JANDER GLEDSON REIS RAMOS (OAB 9368/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600577-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jardson Magno Reis Ramos - Bloqueio via BACENJUD positivo nas fls. (649) . Intimado a se manifestar sobre a restrição pelo despacho de fl. (651) publicado ao seu patrono devidamente constituído fl. (45), o executado manteve-se inerte, requerendo somente audiência de conciliação. Indefiro pedidos de fls. (114/120). Noutro giro, defiro parcialmente o pedido de fl. (128), determino a expedição de alvará para levantamento do montante bloqueado. Antes, intime-se o exequente para que indique patrono devidamente habilitado com poderes específicos para tal finalidade no prazo de 5 (cinco) dias. Após, expeça-se alvará, bem como efetue-se pesquisas ao sistema RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT. Custas já recolhidas fl. (129). P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600644-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Itamar Mesquita de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado (INSS) para responder ao recurso de apelação de fls. 220/228 no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600897-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Bernaci da Silva Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601275-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Ana Carolina Marques Sampaio - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, abro vistas ao INSS para que oferte contestação nos termos da lei, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV:

WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0602298-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jurema Correa Abdoral - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0602891-03.2013.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - REQUERIDA: A. J. Santana de Lima - ME (Amazon Kart) - INTSSADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vivo S/A - TIM Manaus - Claro S/A (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/A) - SERASA - Manaus - Diretor do SPC Manaus - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: EMILIE CARTONILHO FREIRE CALDAS (OAB 9978RN), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0603073-52.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: WENDELL JACKSON DE MACEDO CALDAS - REQUERIDO: Imbrasco Empreendimentos Imobiliários LTDA - Laion Empreendimentos Imobiliários LTDA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CLOTILDE MIRANDA MONTEIRO DE CASTRO (OAB 8888/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0603339-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Daniel Ribeiro Chaves - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0604259-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Jacirema Correa de Vasconcelos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM) - Processo 0604449-68.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco das Chagas Rocha Cunha - Julita Eufrásio da Silva - REQUERIDO: Fidel Matos Castelo Branco - Bueno de Castro Imóveis Ltda. - Intime-se o autor no prazo de 15 (quinze) dias para promover a citação do requerido Fidel Matos Castelo Branco. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO (OAB 309115SP) - Processo 0604453-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S.a. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: RICARDO JOSÉ ALVES PORTOS SANDE (OAB 8080/DF), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: JOÃO CARLOS FONSECA (OAB 24357/GO), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: DOUGLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM), ADV: ALEXANDRE SALES SANTOS (OAB 9752/PA) - Processo 0604944-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: LAURINETH ABDORAL DA SILVA - REQUERIDO: HOSPITAL ADVENTISTA DE MANAUS - LITSPASSIV: DANIEL LAMARTINE NOGUEIRA AUAD - PERITA: Iara Aline Negreiros da Silva - TERCEIRO I: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas - I - Expeça-se novo ofício, tendo em vista haver decorrido o prazo legal sem que houvesse retorno do Aviso de Recebimento (AR).

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605633-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tasis da Silva Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605954-94.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Anne Caroline Fonseca Machado - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito

executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606406-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vania do Nascimento Printes - Vanderson do Nascimento Printes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0606501-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rodrigo Castro Miranda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista petição retro, intimo a parte interessada para juntar comprovante de interposição de agravo de instrumento, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0606961-87.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Nazamodim Rahim - REQUERIDA: Jamile Wageha Pinheiro Raheen - Compulsando o processo verifico que a parte requerida não fora devidamente citada. Intime-se o autor para proceder a citação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. P.R.I.C.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0607188-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: IRENE NUNES ROCHA - REQUERIDA: GEDÁRIA DE OLIVEIRA MASPOLI - CRISTIANA MASPOLI - FÁBIO ANGELO MASPOLI - FRANCO ROBERTO MASPOLI - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: Tendo em vista os sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD necessitarem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para efetivação de pesquisas eletrônicas, intime-se a parte requerente para que informe nos autos o CPF correto dos requeridos, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO DE MARCHI (OAB 84288/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: GERALDO AFONSO SANT'ANNA JR. (OAB 55662/MG), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0607655-32.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - J.F de Oliveira Navegação Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADO: Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para que a fundamentação da decisão interlocutória à fl. 391 passe a constar com a seguinte redação: ''Verifica-se pelo quadro fático que a matéria debatida nos autos é eminentemente de direito, de modo que entendo ser dispensável a realização de depoimento pessoal e audiência para a oitiva de testemunhas, mormente quando elas não têm o condão de influir na convicção do magistrado. Certo é que, o juiz como presidente do processo, deve decidir quais os atos processuais que serão imprescindíveis para a solução da lide, primando, sempre, para a melhor técnica de se evitar o retardamento injustificado da prestação jurisdicional, assegurando aos litigantes a garantia constitucional "da razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (Emenda Constitucional 45/2004). Por esse motivo, indefiro o pedido de fl. 361 acerca da coleta de depoimento pessoal e oitiva de testemunhas. Noutro giro, defiro o pedido de fls. 360-362 acerca da necessidade de prova pericial como condição imprescindível ao deslinde da questão controvertida, a realização de perícia engenheiro eletricista a fim de se averiguar documentos indicados. ". P. R. I. C.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0609066-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeane da Encarnação Conegundes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o requerente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação e documentos anexos. P.R.I.C.

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: LAILA LACERDA DE SÁ (OAB 20664/CE) - Processo 0609877-36.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: DIOGO PEREIRA NEVES - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INTSSADO: Advocacia Geral da Uniao - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: THAIS PIECHOTTKA (OAB 307992/SP), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0610791-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adalberto Jorge Ribeiro Junior - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Acautelo-me quanto ao pedido às fls. 265-269, com ressalva de que não caberá multa astreinte, uma vez que o réu não fora intimado pessoal acerca da decisão interlocutória às fls. 162-163. Nesse sentido: Súmula n°410/STJ - A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Noutro giro, intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0611093-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação

Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Lissianne Augusta Matos Gomes - Tendo em vista que trata-se de arresto on-line, determino a citação do(s) executados(s), com as advertências de praxe, bem como intime-se na forma do artigo 854, §3º, do CPC, para oferecer defesa, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias. Ademais, caso o executado não tenha constituído advogado nos autos, determino a sua intimação pessoal, de preferência por via postal - AR. Em paralelo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o bloqueio parcial, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0611447-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ACTION SERVIÇO DE VIGILÂNCIA LTDA - REQUERIDO: A. AMARAL PINHEIRO - ME (SPAÇO COMUNICAÇÃO INTEGRADA) - INTSSADO: Idelfonso Farias Galindo - Adalgiza Amaral Pinheiro - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - ANTE AO EXPOSTO, no art. 914, § 1º do NCPC/2015, rejeito os a preliminar de nulidade citação proposta pela Defensoria, considero válida a citação editalícia. Determino o prosseguimento do feito, intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611793-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimundo Claudomiro do Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - TERCEIRO I: Defensoria Pública do Estado do Amazonas 2 - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1183A/PE), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 1189A/PE), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853A/PB), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 164385/RJ), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386A/PB), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 14559A/PA), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 107399/MG), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM) - Processo 0612020-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Leonardo Gomes da Cruz - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612108-70.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Gram Metal Indústria e Comércio Ltda-Me - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0612589-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Andreson Angelo de Lima - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - TERCEIRO I: Banco Industrial do Brasil S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0612633-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Brenda Stefany Pereira - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612734-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Hulgo Vasconcelos de Freitas - A TEOR DO DISPOSTO no art. 914, § 1º do NCPC/2015, rejeito os embargos, posto que devem ser distribuídos por dependência e autuados em apartado. Por outro lado, tendo em vista certidão de óbito do executado à fl. 70, determino a mudança do polo passivo da presente execução, em nome do seu espólio, Rosa Silva de Freitas, conforme documentos às fls. 66-73. Devidamente citada a executada, através do seu comparecimento voluntário, determino a intimação do exequente para dar prosseguimento da execução e requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. P.R.I.C.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0612923-62.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Vasco Bento dos Santos Ribeiro - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 113, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: MICHELLE LUÍZA SILVA TORREÃO (OAB 9843/AL) - Processo 0613869-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Oswaldo Lima da Silva - REQUERIDO: Alfredo Antônio Júnior - Maria Lucia Lima da Silva - Luiz Carlos da Silva - Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não haver a respectiva manifestação por meio de procurador, determino, desde logo, a seguinte providência, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA DECISÃO, conforme princípio processual da concentração. Intime-se o autor pessoalmente (CARTA - AR) para promover o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de configurar-se o abandono da causa, razão de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, §1º, do NCPC/2015. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0613941-84.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: E R T Serviços de Construções Ltda - Me - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se a Requerida para que se manifeste acerca da petição de fl. 211 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0616813-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Marco Aurélio de Mello Ferreira - Intime-se a parte autora para promover a citação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob

pena de extinção do feito conforme art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: TÚLIO RICARDO OLIVEIRA (OAB 11117/AM) - Processo 0616872-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Domingos Sávio Nascimento de Albuquerque - Rouse Mayre Avelino Araújo Pereira - LITSATIVA: Tamille Corrêa Oliveira - José Rosildo de Souza Oliveira - REQUERIDO: Condomínio Edifício Portal do Aruanã - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Noutro giro, determino à secretaria para que proceda o cadastro dos patronos da parte requerida no sistema e-saj, conforme procuração às fls. 106 e 120-121. Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P. R. I. C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0616993-59.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: PF Transportes de Cargas Ltda. - ME - Paulo Fernando Mendonça - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa através do sistema ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617127-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Rental Norte Locação de Máquinas Limitada - Walter Passos Rodrigues - Defiro o pedido para consulta de informações acerca do endereço do requerido/executado através do sistema BACENJUD/RENAJUD/SIEL. Porém, tendo em vista a Portaria nº 116/2017, intime-se a parte autora para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista do resultado ao requerente/exequente, no prazo de 05 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0617915-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - REQUERIDO: FRANCISCO CARLOS GOMES PEREIRA (Nome fantasia: Studio Stilus) - SUELEN PORTO PEREIRA - Francisco Carlos Gomes Pereira - De ordem, defiro pedido de fls. 105/106 quando a Citação por Hora Certa. Intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após comprovação do pagamento, expeça-se Mandado.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0618492-49.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A. - EXECUTADA: Labor Serviços Temporários Ltda - Jorge Antonio Quintino - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P.R.I.C.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0618497-71.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antonio carlos dos santos - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P. R. I. C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0619178-41.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ana Cleide Carvalho de Souza - Ana Cleide Carvalho de Souza - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Banco Bradesco S/A, em face de Ana Cleide Carvalho de Souza e Ana Cleide Carvalho de Souza. Chamo o processo à ordem e torno sem efeito despacho de fl. (113). Noutro giro, defiro pedido retro. Portanto, intime-se a parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Isso posto, efetue-se pesquisa via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT acerca da existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de suspensão do feito, conforme dicção do art.921, §1º do CPC/2015. P.R.I.C.

ADV: RENATO LUIZ FRANCO DE CAMPOS (OAB 209784/SP), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0620133-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Castro da Costa - REQUERIDO: PANALPINA LTDA - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM) - Processo 0620945-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - Me (Vip Automotive Service) - REQUERIDO: Fabio José Barbosa de Azevedo - Compulsando os autos verifico que o AR juntado às fls. 28 fora recebido por terceiro. Intime-se o requerente para promover a citação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621907-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: V.I Empreedimentos Ltda-me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o requerente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação e documentos anexos. P.R.I.C.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS

(OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0622261-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Claudio Roberto de Oliveira Vieira - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622935-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: CAMILE SANTANA DE ALMEIDA AFONSO (OAB 106281/RJ), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA) - Processo 0623013-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro de Lima Peso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Radha Brasil Edições e Serviços Ltda (Reader's Digest Brasil Ltda) - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0623721-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Agostinho Gonçalves do Nascimento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0623725-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Agostinho Gonçalves do Nascimento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 128657/MG), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 162779/RJ), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 17355/ES) - Processo 0624477-57.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADO: Alberto Icomena lay - Indefiro pedido retro, posto que não se esgotaram os meios cabíveis para fins de localização do executado. Portanto, defiro pedido de pesquisas aos sistemas eletrônicos acerca de novos endereços do réu. Antes, porém intimo a parte autora para comprovar nos autos o pagamento das devidas custas eletrônicas, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, proceda-se as referidas consultas. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0626575-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zurich Santander Brasil Seguros S.a. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0626683-49.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: ELIELSON LINS DA SILVA - REQUERIDO: LEC-LICEU DE ENSINO CONTEMPÔRANEO - EPP - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0627045-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: João Paulo Santos da Silva - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista renúncia de mandado dos patronos à fl. 111, expeça-se carta ao requerente para que constitua novo patrono, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção de acordo com o art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0627135-59.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ANTONIO GILSON PESSOA DE ALENCAR - Com fulcro no princípio da celeridade processual, indefiro pleito do autor, tendo em vista que já escoram todas as tentativas de localização do réu (BACENJUD fl. 80, RENAJUD fl. 82, INFOJUD fl. 81, SIEL fl. 67), logo, tal requerimento irá apenas atrasar o curso processual. Desse modo, determino a intimação do autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627227-37.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Pinheiro de Lima - TERCEIRO I: Vivo S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: CARLA PASSOS MELHADO COCHI (OAB 187329/SP) - Processo 0627664-15.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: HF Construções e Transportes Ltda. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTSSADO: Serasa Experian - Clube de Diretores Lojistas de Manaus (SPC) - Serasa Experian - TERCEIRO I: Serasa Experian - PERITO: Instituto de Perícias da Amazônia- IPEAM - Intime-se o requerido, Banco Bradesco S/A, para entregar os documentos solicitados no endereço indicado pela perita judicial às fls. 410-411, 499-500 e 508-509, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, junte nos autos comprovante de entrega dos documentos. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627710-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Valdez Damasceno - De

ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 65, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627949-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Gomes da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 56, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627953-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas de endereço através dos sistemas RENAJUD, INFOJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: MIQUEIAS DE SOUZA ALVES (OAB 14388/AM) - Processo 0628765-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Carlos Alexandre Mendonça da Silva - Artemizia Magalhães Rocha - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RICARDO ALPIRE (OAB 17808/BA), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROBERTO CAL ALMEIDA FILHO (OAB 37614/BA) - Processo 0628790-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: M. de S. Harb - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes parcialmente provimento, para tornar sem efeito a decisão interlocutória à fl. 204. Noutro giro, tendo em vista que o requerente criou obstáculos à efetivação dos provimentos judiciais, nos termos do art, 77, IV, §1° e 2°, adverto a parte autora sobre a não repetição de embaraços processuais, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: LEONARDO COSTA (OAB 3584/AC), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM) - Processo 0630702-35.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: JOSE RIBAMAR DOS SANTOS - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT / S/A - INTSSADO: Diretor do Instituto Médico Legal (IML) - Manaus/AM - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631175-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria das Dores Rodrigues dos Santos - De ordem, defiro pedido de fl. 73. Antes, porém, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ (R$ 66,50 - valor do mandado de citação da monitória). Após comprovação do pagamento, expeça-se Mandado.

ADV: MÁRIO CÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4346/AM) - Processo 0631404-73.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: M. P. DE CARVALHO LTDA - REQUERIDA: MARIA TRINDADE DA SILVA - Compulsando os autos verifico que há divergência no valor da causa atribuído pelo autor e os pedidos enumerados às fls.7/8. Intime-se o autor no prazo de 15 (quinze) para complementar as custas processuais. P.R.I.C

ADV: FÁBIO CÉSAR OLIVEIRA CABRAL (OAB 3224/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0632404-06.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Leila Feitosa de Souza - EMBARGADO: Condomínio Residencial Forest Hill - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM) - Processo 0632550-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Cibele Maria Bellone Ventura - Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - REQUERIDO: Wanderley Nunes de Medeiros Soares - Patri Onze Empreendimentos Imobiliários . - Tendo em vista a Portaria n.º 1924 de 29 de julho de 2019, que concedeu na forma do art. 262 da Lei Complementar n.º 17, de 23.01.97, ao MM. Doutor Manuel Amaro Pereira de Lima, Juiz Titular da 3ª Vara Cível da Capital, 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 2008, no período de 10.09.2019 a 19.09.2019, determino que seja REDESIGNADA a presente audiência de Instrução e Julgamento para o dia 14/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0632626-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Anibal Borges de Castro - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Banco Bradesco S/A, em face de Anibal Borges de Castro. Compulsando os autos, verifico que a executada não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 854 do NCPC/2015. Portanto, intime-se a parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Isso posto, efetue-se pesquisa via sistemas INFOJUD e ERIDFT acerca da existência de ativos

em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de suspensão do feito, conforme dicção do art.921, §1º do CPC/2015. P.R.I.C.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0634159-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marcos Antonio Medeiros Costa - REQUERIDO: Inss - Instituto Nacional da Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Marcos Antonio Medeiros Costa, em face de Inss - Instituto Nacional da Seguridade Social e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0634289-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mário Pereira de Melo - Eliana Lima de Melo - REQUERIDO: Pdg - Poder de Garantir - Aliança Engenharia Ltda - Banco Bradesco S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: SHIRLEY DA C. A. DO C. FERREIRA (OAB 5161/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM) - Processo 0634451-21.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0206293-94.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Domingas Nogueira - Otavio Rodrigues do Nascimento - REQUERIDA: Kaityane da Costa Saraiva - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0634639-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Celso Antônio da Silveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: CLAYTON MACHADO GOMES ARANTES FILHO (OAB 42093/GO), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: PAULO EUGENIO FREITAS CERQUEIRA (OAB 35402/GO) - Processo 0636037-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Tc Engenharia Ltda - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0636392-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Arlene Porfirio de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0636407-72.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Ivanilde Valente Caxeixa - REQUERIDO: C & R Centro de Linguas Estrangeiras Ltda - JORGE LUIZ GIOIA RIBEIRO - Intime-se o autor no prazo de 15 (quinze) dias, para promover a citação sob pena de extinção do feito. P.R.I.C.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM) - Processo 0636714-89.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0629465-24.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Sustação/Alteração de Leilão - REQUERENTE: Márcio André de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista interposição de agravo de instrumento n° 4005332-62.2018.8.04.0000, determino a suspensão dos autos, conforme decisão do juiz Ad Quem às fls. 182-187. P.R.I.C.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0637099-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Pedro Henrique Souza de Andrade - Anne Frank Paulina de Souza - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Concedo prazo de 15 (quinze) dias a fim de que o autor junte comprovante de pagamento integral das custas iniciais. Em caso de inércia, à luz do art. 290 do Código de Processo Civil, será feito cancelamento da ação, na distribuição. P.R.I.C.

ADV: LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799SP), ADV: INGRID REZENDE MATOS (OAB 338644/SP), ADV: JOSÉ CARLOS COSTA SILVA (OAB 228095/SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0637523-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allianz Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638108-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Edimetal Instalacoes e Comercio Ltda - Edinaldo Serrao da Mata - Irene Ramos da Mata - De ordem, defiro pedido de fls. 141. Custas recolhidas fls. 142/143. Expeça-se o competente mandado por Hora Certa.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0638288-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Maria da Silva Júnior - REQUERIDO: J.c Enxovais Cacoal Ltda - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638389-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Kamila Duarte do Carmo - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através do sistema BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0638721-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Calinda Industria de Relogios e Brinquedos S.A. - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: SCOTY DE SOUZA DINIZ (OAB 12424/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0639029-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Indústria de Laticínios da Fazenda Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro pedido retro, posto que a intimação para requerimento de prova pericial deu-se através de despacho de fl. (92), sem quaisquer manifestação da parte autora, conforme certidão de fl. (95). Portanto, em petição de fl. (139) houve preclusão temporal (ultrapassado o limite de tempo estabelecido para pratica de um ato processual, este não poderá ser praticado). Destarte, permaneçam os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: OTÁVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO (OAB 16676/PA) - Processo 0639970-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Escola Santa Maria Mazarello - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0639997-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Valdik Marques dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0640450-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elza Maria Ramos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0640924-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDA: Kelyanne Coelho Alves - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0641245-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lilian Ferreira Miranda - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM) - Processo 0641845-79.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação

Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - REQUERIDO: B.I.C.M.I.S.D.A.M. - F.P.A. - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a impugnação ao cumprimento de sentença, nos termos da fundamentação supra, para: condenar a exequente a pagar à executada multa, no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do crédito, nos termos dispostos no caput do art. 81 do CPC. P.R.I.C.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0643170-89.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Sérgio Augusto Pinto Cardoso - REQUERIDA: Vânia Duarte Silva - Intime-se o requerente no prazo de 15 (quinze) dias para promover a citação sob pena de extinção do feito. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO FERREIRA ZIDAN (OAB 155563/SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0645967-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hdi Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ISABELLE MARIA A. DE O. M. DE MORAIS (OAB 45941/DF) - Processo 0648319-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Jbn Obras de Alvenarias Ltda - Jurandyr de Britto Souza Neto - Intime-se o requerente no prazo de 15 (quinze) dias para promover a citação do requerido Jurandyr de Britto Souza Neto, sob pena de extinção do feito. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0653628-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - REQUERIDO: Jrg Comércio de Colchão e Artigo de Colchoaria Ltda. - Sidney Guedes Franklin - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 92, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0654678-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Roberto dos Santos Figueiredo - REQUERIDO: Moacyr Massulo Aguiar - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0654973-35.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Ellen Cristiane Correa de Assuncao - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0658159-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ednelza Melo Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0660891-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Joao Francisco Assunção Pessoa - Intime-se a parte autora, na pessoa do seu patrono devidamente constituído, para adequar planilha atualizada de débitos nos moldes da Portaria 1855/2016 - PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento provisório. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM) - Processo 0718536-13.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Silvia Conceição Nascimento - Indefiro pedido retro, tendo em vista que todas as tentativas anteriores de citação do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que através dessa diligencia se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, §1º, do NCPC/2015. P.R.I.C.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alexandre de Almeida (OAB 341167/SP)
Alexandre de Almeida (OAB 56124/PR)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Lucachinski (OAB 6613/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Alexandre Sales Santos (OAB 9752/PA)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Altemir de Souza Pereira (OAB 6773/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 3592/AC)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amanda Gouveia Moura (OAB 7222/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
André Rodrigues Parente (OAB 15785/CE)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Adalberto Magalhães Martins (OAB 2792/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)

Camila Medeiros dos Santos (OAB 12025/AM)
Camile Santana de Almeida Afonso (OAB 106281/RJ)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Passos Melhado Cochi (OAB 187329/SP)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clayton Machado Gomes Arantes Filho (OAB 42093/GO)
Cléber Manoel de Souza Neves (OAB 5245/AM)
Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB 8888/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Dotta, Donegatti, Lacerda e Torres Sociedade de Advogados (OAB 12086/SP)
Douglas Alves Vilela (OAB 264173/SP)
Douglas Douro Carvalho (OAB 9920/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edson Silva Santiago (OAB A857AM)
Eduardo Montenegro Dotta (OAB 155456/SP)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1183A/PE)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Elísia Helena De Melo Martini (OAB 1853A/PB)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloadir Afonso Reis Brasil (OAB 4093/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
EMILIE CARTONILHO FREIRE CALDAS (OAB 9978RN)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio César Oliveira Cabral (OAB 3224/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
FELIPE LUCACHINSKI (OAB 3753/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
GERALDO AFONSO SANT'ANNA JR. (OAB 55662/MG)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB 22772/BA)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
GRACE KELLY DA SILVA BARBOSA (OAB 3627/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Marchi (OAB 84288/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 107399/MG)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 1189A/PE)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 14559A/PA)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 164385/RJ)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386A/PB)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Ilca de Fátima de Alencar Clementino (OAB 967/AM)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
INGRID REZENDE MATOS (OAB 338644/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isabelle Maria A. de O. M. de Morais (OAB 45941/DF)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jaime César do Amaral Damasceno (OAB 2237/AM)
Jairo Barroso de Santana (OAB 604/AM)
Jairo Mota Aragão (OAB 9369/AM)
JANDER GLEDSON REIS RAMOS (OAB 9368/AM)
Jean Carlos Paula Rodrigues (OAB 4748/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Carlos Fonseca (OAB 24357/GO)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB 309115SP)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
JOSÉ CARLOS COSTA SILVA (OAB 228095/SP)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)

José Catanhede de Matos Filho (OAB 217/AM)
José Eduardo Vuolo (OAB 130580/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kardinallenn dos Santos Ferreira (OAB 12003/AM)
Karen Zadora de Amorim Lacerda (OAB 5848/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Lacerda de Sá (OAB 20664/CE)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799SP)
LEONARDO COSTA (OAB 3584/AC)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lindonor Ferreira de Melo Santos (OAB 6710/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Louise Martinez Almeida Chaves (OAB 5561/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
LUCIANA JOANUCCI MOTTI (OAB 7832/MT)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB 3586/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Liciene Rodrigues Aguiar (OAB 7244/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Luiza de Sabóia C. A. Oliveira (OAB 171291/SP)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Marina Arouche Pereira Bohn (OAB 255448/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Célio Oliveira de Souza (OAB 4346/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Luíza Silva Torreão (OAB 9843/AL)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Milton Araújo Ferreira (OAB 639A/AM)
Miqueias de Souza Alves (OAB 14388/AM)
MOACIR LUCACHINSKI (OAB 7143/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Natasha Pryngler (OAB 235631/SP)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilton Mendes Pinto (OAB 7315/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Otávio Augusto da Silva Sampaio Melo (OAB 16676/PA)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Patrick Wierchnn dos Santos Torres (OAB 13106/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Eugenio Freitas Cerqueira (OAB 35402/GO)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Pedro Paes da Costa (OAB 1347/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Iansen Cezar (OAB 11910/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Renata de Lima Lira (OAB 167150/RJ)
Renato Luiz Franco de Campos (OAB 209784/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
RICARDO ALPIRE (OAB 17808/BA)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo José Alves Portos Sande (OAB 8080/DF)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Cal Almeida Filho (OAB 37614/BA)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 128657/MG)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 162779/RJ)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 17355/ES)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
RODRIGO SAMPAIO DE SIQUEIRA (OAB 9259/MT)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
Roosevelt Braga dos Santos (OAB 293/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Scoty de Souza Diniz (OAB 12424/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)

Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Shirley da C. A. do C. Ferreira (OAB 5161/AM)
SIDELMAR CORDEIRO DA ROCHA (OAB 10162/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sonia Braga Perfeito (OAB 2627/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB 4976/AM)
Thais Piechottka (OAB 307992/SP)
Thais Vasques de Brito (OAB 12592/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 847A/AM)
Túlio Ricardo Oliveira (OAB 11117/AM)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Vanessa Portela Correia (OAB 8403/AM)
Vanessa Vilarino Louzada (OAB 215089/SP)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0213791-81.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - REQUERIDO: Condomínio do Edificio Tropical Executive & Residence Hotel - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JOÃO VICTOR DE ABREU MORBI GALVÃO FROTA (OAB 406847/SP), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: FLÁVIO EMANOEL DO ESPÍRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM) - Processo 0229031-03.2017.8.04.0001 (processo principal 0205831-74.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Nulidade - REQUERENTE: Luiz Wilson Barroso - REQUERIDA: Alpha Extração de Areia Ltda - Hebert Lúcio Caldeira - INTSSADO: Oficial do Cartório do 1. Ofício de Registro de Imóveis da Capital - TERCEIRO I: Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Manaus/AM - Brian Galvão Frota, inscrito na JUCEA sob o nº 18, - Trata-se de Cumprimento Provisório de Sentença proposta por Luiz Wilson Barroso, em face de Alpha Extração de Areia Ltda e Hebert Lúcio Caldeira. Da analise dos petitórios de fls. 404/410 e 420/421, verifico a intenção das partes em transigirem. Verifico também, que os atos ex-proprietários em trâmite poderão incidir prejuízo às partes no tocante ao acordo extrajudicial pretendido. Logo, em homenagem ao princípio da autocomposição, determino a suspensão do leilão e de todos os atos de execução pelo prazo de 30 (trinta) dias. Intimem-se as partes para que apresentem proposta de acordo nos autos no prazo assinado. Em sendo negativo a manifestação, prossiga a execução da fase em que parou. Intime-se o leiloeiro da presente decisão. P.R.I.C.

ADV: ALFREDO MELLO MAGALHÃES (OAB 99028/RJ), ADV: ANTÔNIO VIEIRA SIAS (OAB 52317/RJ) - Processo 0231679-87.2016.8.04.0001 (processo principal 0207074-58.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Centrais Elétricas do Brasil S/A - Eletrobrás - Chamo o processo a ordem e torno sem efeito o despacho de fls. 18. Portanto, determino à secretaria, conforme os princípios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. P.R.I.C.

ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0600499-22.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Alliance Comércio e Representação de Material Médico Hospitalar Ltda - EXECUTADO: ASSOCIAÇÃO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA - TERCEIRO I: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P. R. I. C.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0601360-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Pessoas - REQUERENTE: Lindalva dos Santos Moreno - REQUERIDO: Viação Global Green Ltda. - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de

foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0601863-97.2013.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: N. J. BARROSO DE SOUZA - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Atlantica Hotels International (BrasilL) Ltda - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0602358-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ricarda Pinho Galvão - Marcio Ferreira Galvão dos Santos - REQUERIDO: Api Spe 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários (Pdg e Aliança) - Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: RICHARD ANDERSON HIDALGO PAREDES (OAB 6682/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: ALINE FERREIRA PEREIRA (OAB 6741/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RONALDO SANTOS MONTEIRO (OAB 7502/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 24143/BA), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0603128-37.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Eliane Mendes Cavalcante - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia Ltda. - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0603660-11.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Cond. Ed. Tropical & Residence Hotel - REQUERIDA: N. J. Barroso de Souza - Ney Jefferson Barroso de Souza - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0604015-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: N. J. Barroso de Souza - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - LITSPASSIV: ATLANTICA HOTELS INTERNACIONAL (BRASIL) LTDA - Park Sites Manaus (scp) - TERCEIRO I: ATLANTICA HOTELS INTERNACIONAL (BRASIL) LTDA - Park Sites Manaus (scp) - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do §1° do artigo 145 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7°, 8° e 9° da resolução n° 23/2010. Expeçam-se os ofícios necessários. P.R.I.C.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0604015-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: N. J. Barroso de Souza - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - LITSPASSIV: ATLANTICA HOTELS INTERNACIONAL (BRASIL) LTDA - Park Sites Manaus (scp) - TERCEIRO I: ATLANTICA HOTELS INTERNACIONAL (BRASIL) LTDA - Park Sites Manaus (scp) - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0604344-33.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: ROSIMAR SOARES DE PAULA - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada

para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0606918-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Azemar Contreiras Maciel - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento de fl. 147, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0607003-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pemaza Amazônia S/A - EXECUTADO: André Barroso dos Reis - DEPRECADO: Fórum Des. Ernesto Adolfo de V. Chaves - TJ/PA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte Exequente para manifestar-se acerca da consulta realizada no SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS, com resultado POSITIVO, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: DEBORAH CHRISTINA DE BRITO NASCIMENTO (OAB 28192/DF) - Processo 0608502-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Kss Empreendimentos S/s Ltda - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Nobile Gestao de Empreendimentos Ltda - Wyndham Garden Manaus - INTSSADO: 4ª vara Cível e de Acidentes do Trabalho - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0609642-06.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Jakse Douglas Estevam Lopes - Luiza Estevam Lopes - EXECUTADO: Aderbal Cavalcante de Oliveira - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0610031-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: EDUARDO REIS DA SILVA - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI S/A - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0610129-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Staff Construções Ltda - EXECUTADO: Luís Nazaré Cruz da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através do sistema INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0610717-07.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - EXECUTADO: Francisco Ritta Bernardino - Maria da Conceição Saraiva da Silva - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: MICHELE RODRIGUES CABRAL (OAB 25054/SC), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0612250-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rosamaria da Fonseca Soares Siqueira - REQUERIDO: Agropisco Comercio e Servicos de Equipamentos Ltda - LITSPASSIV: Somar - Schulz S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DIEGO FERRAZ D" AVILA (OAB 11566/MS) - Processo 0613733-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Raynilson da Silva Rocha - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ, haja vista o Mandado de Citação, Busca e Apreensão ser cobrado no valor de R$ 516,50 (quinhentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: IGOR BARBOSA FERREIRA (OAB 5464/AM), ADV: ÉRICA

BIANCO FERREIRA (OAB 4554/AM) - Processo 0614515-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josue Nobre de Miranda Ferreira - REQUERIDO: Breno Barbosa Ferreira - Igor Barbosa Ferreira - Chamo o processo à ordem e torno sem efeito despacho de fl. (256), haja vista o juiz que subscreve este despacho ter se julgado suspeito para processar e julgar o presente feito, conforme fl. (99) P.R.I.C.

ADV: MARCELLA SANTOS D'OLIVEIRA (OAB 7918/AM), ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: DEYVISON SOUZA CASTELO (OAB 9163/AM), ADV: RACHEL ISAURA DE ANDRADE FERRAZ GARCIA (OAB 6546/AM), ADV: DEOLINDA MARIA NOGUEIRA CARDOSO (OAB 4127/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: CAMILA DOLORES BEIRUTH CEZAR ROESSING (OAB 7039/AM), ADV: BRUNO YOHAN SOUSA GOMES (OAB 253205/SP), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0614918-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: MARIA FRANCISCA MENDES DE ANDRADE - REQUERIDO: P C I PREMIERE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. (PCI INFORMÁTICA) - FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - LITSPASSIV: HP - Hewlett Packard Brasil LTDA - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ANTÔNIO CÉSAR SIMONETE CASTELO BRANCO (OAB 8858/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE CABRAL DE MAGALHAES (OAB 9913/AM) - Processo 0614997-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Condominio Parque Residencial Jauaper - REQUERIDA: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0615776-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Carici Fernandes de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0617456-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: J. J. Comercio e Representacao de Pescados Ltda - Adalberto Tavares da Silva - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: DEBORAH CHRISTINA DE BRITO NASCIMENTO (OAB 28192/DF) - Processo 0618578-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Kss Empreendimentos S/s Ltda - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Nobile Gestao de Empreendimentos Ltda - Wyndham Garden Manaus - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO OPITZ (OAB 48101/RS), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: DEBORAH CHRISTINA DE BRITO NASCIMENTO (OAB 28192/DF) - Processo 0618579-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Digitron da Amazônia Indústria e Comércio S/A - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Nobile Gestao de Empreendimentos Ltda - Wyndham Garden Manaus - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0618897-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Maria de Lurdes Faustino de Lima - REQUERIDA: Michelly Lima Velloso - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas via sistemas INFOJUD e RENAJUD, conforme fls. retro, no prazo de 5 (cinco) dias. II - Informamos, também, que foi feita somente

duas pesquisas via sistemas INFOJUD e RENAJUD, haja vista o requerente ter juntado aos autos o pagamento de apenas 1 (uma) pesquisa eletrônica e tal medida ser cobrado por cada ato. III - Caso, ainda, haja interesse em que seja realizada pesquisa via sistema BACENJUD, intime-se a parte interessada para que junte as devidas custas eletrônicas, no mesmo prazo supracitado.

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: ADRIANA CRISTINA PAPAFILIPAKIS GRAZIANO (OAB 133127/SP), ADV: CLÁUDIA VASSERE ZANGRANDE MUNHOZ (OAB 120488/SP), ADV: ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS), ADV: ANA CAROLINA PANIZZA LORENZ SOUZA (OAB 226076/SP), ADV: ADRIANA MUZZI VIERIRA (OAB 17783/MS), ADV: RAFAEL ABDALA CARVALHO (OAB 17041/MS), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: IAN HENDERSON CARMO RIBEIRO (OAB 8693/AM), ADV: GEOVANA DARQUE VALENTE ALVES (OAB 8031/AM), ADV: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO (OAB 11640/MS), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: THIAGO NORONHA BENITO (OAB 11127/MS) - Processo 0619145-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Keliane Teixeira Cerquinho - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0619748-51.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDA: Renata Meirelles dos Santos - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM) - Processo 0620717-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Weverton de Souza Pires Pereira - REQUERIDA: Valdirene Gomes Rodrigues - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0621733-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Jorge Luiz de Moraes Henrique - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0623522-94.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Zeferino Pereira da Costa Neto - I - Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da restrição veicular de transferência via sistema RENAJUD f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias. II - Caso, ainda, haja interesse em que sejam realizadas as pesquisas via sistemas INFOJUD e ERIDFT, intime-se a parte interessada para que junte as devidas custas eletrônicas, no mesmo prazo supracitado.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0624808-44.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Jean Cláudio Lima Sombra - Li Ming - REQUERIDO: Condomínio do Edificio Tropical Executive & Residence Hotel - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625329-52.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Iranilda de Abreu Gonzaga - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 104, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0625475-88.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Packpan Comercio de Panificacao Ltda-epp - Marilene Pantoja Pereira Martins - Jose Augusto Martins - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Tendo em vista que a citação por AR é pessoal, e que foram recolhidas custas para expedição de 4 cartas (AR), intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para que especifique para qual requerido deverão ser expedidas as 4 cartas (em 4 endereços distintos), ou que informe o(s) destinatário(s) com seu(s) respectivo(s) endereço(s), no prazo legal de 5 (cinco) dias, para fiel cumprimento.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: EMILLY RAYSSA MARTINS DOS SANTOS (OAB 13621/AM), ADV: LIEGE DE ABREU CARVALHO (OAB 2309/AM) - Processo 0626885-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Kss Empreendimentos S/s Ltda - Digitron da Amazonia Industria e Comercio Ltda. - TERCEIRO I: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Secção do

Amazonas - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0628882-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Márcia Maria Carlos Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0630378-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria do S Chagas da Silva - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: FLÁVIO NERY COUTINHO SANTOS CRUZ (OAB 51879/MG), ADV: FELIPE PALHARES GUERRA LAGES (OAB 84632/MG), ADV: MAYRAN OLIVEIRA DE AGUIAR (OAB 122910/MG), ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM), ADV: JULIANA VILELA DIAS (OAB 161111/MG), ADV: JEILIANE SOUSA COELHO DE OLIVEIRA (OAB 14222/AM), ADV: VALÉRIA LEMOS FERREIRA SILVA (OAB 108305/MG) - Processo 0630755-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: NATHYELLE SOYANNE LIMA DA SILVA - REQUERIDO: Igreja Mundial do Poder de Deus - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento dos Recursos interpostos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0630832-83.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - REQUERIDO: Willer de Souza Nazaré - Me (São Miguel Veículos) - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM) - Processo 0632396-39.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: N. J. BARROSO DE SOUZA - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive e Residencie Hotel - LISTPASSIV: Atlântica Hotels Internacional Brasil Ltda (Parque Suites Manaus) - PERITA: Alana de Souza Leão Costa - Niele de Oliveira Lima - Altair Reis do Nascimento - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do §1° do artigo 145 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7°, 8° e 9° da resolução n° 23/2010. Expeçam-se os ofícios necessários. P.R.I.C.

ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM) - Processo 0632396-39.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: N. J. BARROSO DE SOUZA - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Tropical Executive e Residencie Hotel - LISTPASSIV: Atlântica Hotels Internacional Brasil Ltda (Parque Suites Manaus) - PERITA: Alana de Souza Leão Costa - Niele de Oliveira Lima - Altair Reis do Nascimento - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023AM) - Processo 0632962-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lorena Silva de Albuquerque - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0633066-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - REQUERIDO: Pandora Lanchonete Eireli - Me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa de endereço através do sistema INFOJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA

VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM) - Processo 0634603-74.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Walmir Farias Batista - De ordem, defiro o pedido de fl. 126. Antes, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0635453-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leida Oda da Silva - REQUERIDA: Lidia Thiris Barbosa Yunoki de Oliveira - Diante da Carta Precatória de fls. 134, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 131: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção."

ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM) - Processo 0635762-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Conceição dos Santos - José Lopes Medrado - Maria Pedrina da Conceição - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: ÁLVARO GAIA NINA NETO (OAB 13243/AM) - Processo 0637353-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rafael Gomes da Cunha - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637552-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare P de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM) - Processo 0637642-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: DIONE SANTOS CARVALHO GOMES - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0639448-81.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Alexandro Almeida Baia - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas - INSS - TERCEIRO I: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0639590-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gilselene Luniere Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Tendo em vista que houve inércia da parte requerida quanto ao pagamento do mandado de intimação para fins de oitiva de testemunha, determino o cumprimento do art. 357, § 5º do Código de Processo Civil, com teor a saber: "as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas", atentando-se para data de audiência de Instrução e Julgamento para dia 17/10/2019 às 10h. P.R.I.C.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0640321-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Rosancleide Iracema de Jesus Varjão - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento

- Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0641417-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Jose Maria de Oliveira Sirotheau - REQUERIDO: E.s da Cruz Comércio - Epp - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 16.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0641490-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Josefa Nazaré Braga Dias - REQUERIDA: Vanessa Grazziotin - Partido Comunista Brasileiro - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM) - Processo 0647691-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - EXECUTADA: Renata Meirelles dos Santos - Conforme observado pela melhor doutrina, o escrivão possui atividade principal de auxiliar do juiz na condução do procedimento e documentação dos atos processuais. Ademais, não só o juiz pode se julgar impedido ou suspeito de participar do processo, mas também estendem-se ao membro do Ministério Público, aos auxiliares de justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo, com fulcro nas causas elencadas nos artigos 144 c/c 145 do CPC. Portanto, averbo-me suspeita para auxiliar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 148 do Digesto Processual Civil. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto no art. 7º e 9º da Resolução nº 23/2010 do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0655834-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato Gomes Bastos - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0656749-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Pronatus do Amazonas Industria e Comercio de Pfc Ltda - Renata Barauna Silva - Danielle Baraúna Silva - Evandro de Araújo Silva - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 181/183, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: LEANDRO HENRIQUE PERES ARAÚJO PIAU (OAB 21697/DF), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0657899-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Odilio Miranda Xavier - Zilda Maria Tavares da Silva Xavier - REQUERIDO: Centrais Eletrica do Norte do Brasil S/A - Eletronorte - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
ADRIANA CRISTINA PAPAFILIPAKIS GRAZIANO (OAB 133127/SP)
ADRIANA MUZZI VIERIRA (OAB 17783/MS)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandry Chekerdemian Sanchik Tulio (OAB 11640/MS)
Alfredo Mello Magalhães (OAB 99028/RJ)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Aline Ferreira Pereira (OAB 6741/AM)
Álvaro Gaia Nina Neto (OAB 13243/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Panizza Lorenz Souza (OAB 226076/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio César Simonete Castelo Branco (OAB 8858/AM)
Antônio Vieira Sias (OAB 52317/RJ)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Yohan Sousa Gomes (OAB 253205/SP)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Dolores Beiruth Cezar Roessing (OAB 7039/AM)

Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
cláudia vassere zangrande munhoz (OAB 120488/SP)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Deborah Christina de Brito Nascimento (OAB 28192/DF)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Deolinda Maria Nogueira Cardoso (OAB 4127/AM)
Deyvison Souza Castelo (OAB 9163/AM)
DIEGO FERRAZ D" AVILA (OAB 11566/MS)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Emilly Rayssa Martins dos Santos (OAB 13621/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érica Bianco Ferreira (OAB 4554/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Palhares Guerra Lages (OAB 84632/MG)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Emanoel do Espírito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Nery Coutinho Santos Cruz (OAB 51879/MG)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Geovana Darque Valente Alves (OAB 8031/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ian Henderson Carmo Ribeiro (OAB 8693/AM)
Igor Barbosa Ferreira (OAB 5464/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
JEILIANE SOUSA COELHO DE OLIVEIRA (OAB 14222/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Victor de Abreu Morbi Galvão Frota (OAB 406847/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Alberto Opitz (OAB 48101/RS)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
JULIANA VILELA DIAS (OAB 161111/MG)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Leandro Henrique Peres Araújo Piau (OAB 21697/DF)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Liege de Abreu Carvalho (OAB 2309/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcella Santos d'Oliveira (OAB 7918/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Mario Cesar de Carvalho (OAB 12674/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayran Oliveira de Aguiar (OAB 122910/MG)
MICHELE RODRIGUES CABRAL (OAB 25054/SC)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rachel Isaura de Andrade Ferraz Garcia (OAB 6546/AM)
RAFAEL ABDALA CARVALHO (OAB 17041/MS)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Richard Anderson Hidalgo Paredes (OAB 6682/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM)
Ronaldo Santos Monteiro (OAB 7502/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)

Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 24143/BA)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
THIAGO HENRIQUE CABRAL DE MAGALHAES (OAB 9913/AM)
Thiago Noronha Benito (OAB 11127/MS)
Valéria Lemos Ferreira Silva (OAB 108305/MG)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: LUAN CARLOS DE FREITAS AFONSO DA COSTA (OAB 11405/AM) - Processo 0229837-19.2009.8.04.0001 (001.09.229837-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Jesse Leonel Pereira - I Vista ao apelado para responder ao Recurso de fls. 236/248 no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: BRENO DANTAS CESTARO (OAB 7352/AM), ADV: BENJAMIN DO COUTO RAMOS NETO (OAB 8483/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0602553-53.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Aurélio do Couto Ramos - REQUERIDO: J B V do Nascimento - Uti do Notebook - Claudete dos Santos Marinho - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se o exequente para que cumpra a Decisão Interlocutória de fls. 244//245: "Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC"

ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0604551-27.2016.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Lily de Melo Gomes - REQUERIDO: ASPBRAS - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se o exequente para que cumpra a decisão interlocutória de fls. 35/36: "Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: LORRUAMA JUSTINIANO E SILVA (OAB 11047/AM), ADV: JAMILSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 11065/AM) - Processo 0610016-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leonardo Laborda Passos de Lima - REQUERIDO: Banco Pan S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625461-07.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Servmac Comercial Ltda - De ordem, defiro o pedido de fl. 125-126 dos autos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas requeridos.

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0628689-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Macilene Pinto Coelho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0638725-62.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Terceiro Elemento Empreendimentos e Participações Ltda - José Henrique Cal Gonçalez Junior - Indefiro pedido à fl. 173, vez que o prazo de 30 (trinta) dias, concedido à fl. 166, fora suficiente para a comprovação do protocolo da carta precatória nos autos, não sendo justificável o pedido de dilação do prazo por "peculiaridades no procedimento interno" da empresa requerente. Noutro giro, intime-se o autor para que comprove nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção com fulcro no art. 485, IV, do CPC. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 3 (três) meses, sob pena de extinção conforme art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: GUSTAVO DAL BOSCO (OAB 1036A/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0638805-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Roberval Ossami de Figueiredo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - TERCEIRO I: Leilões Brasil Matriz - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alessandra de Lima Oliveira (OAB 7547/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Benjamin do Couto Ramos Neto (OAB 8483/AM)
Breno Dantas Cestaro (OAB 7352/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gustavo Dal Bosco (OAB 1036A/AM)
Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB 11065/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Lorruama Justiniano e Silva (OAB 11047/AM)
Luan Carlos de Freitas Afonso da Costa (OAB 11405/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: VITOR RODRIGO SANS (OAB 160869/SP), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP) - Processo 0623131-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: WALDENIR DE SOUZA VIEIRA e outro - REQUERIDO: API SPE22 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (PDG CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS) e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Vitor Rodrigo Sans (OAB 160869/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0267/2019

ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: FELIPE AUGUSTO FONSECA VIANNA (OAB 6807/AM), ADV: EDGAR ALTINO DE M. TEIXEIRA FILHO (OAB 003.113/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0035245-05.2010.8.04.0012 (012.10.035245-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a petição e os documentos juntados pela parte contrária às fls. 436/450, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: KLYSSIA ALVES DA SILVA (OAB 12364/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0608292-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Guiomar Batista da Silva - REQUERIDO: Samel - Serviço de Assistência Médico Hospitalar - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edgar Altino de M. Teixeira Filho (OAB 003.113/AM)
Felipe Augusto Fonseca Vianna (OAB 6807/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Klyssia Alves da Silva (OAB 12364/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA (OAB 4320/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: GUSTAVO ANDÉRE CRUZ (OAB 1985A/DF), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0085526-08.2004.8.04.0001 (001.04.085526-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Celina Barbosa de Barros - Marcodiesel Importação e Exportação Ltda - REQUERIDO: Águas do Amazonas S.A - Manaus Energia S/A - PERITO: Hilda Queiroz de Lima - Tratam os presentes autos de Cumprimento de Sentença em caráter definitivo, com liquidação por arbitramento como ordenado na Decisão exequenda de fls. 1568/1584. Com a petição de fls. 2587/2592, a Executada AMAZONAS ENERGIA S/A, responsável pela produção da prova pericial deferida, argumenta desproporcionalidade quanto ao honorários periciais propostos pela Sra. Perita e referendados por este Juízo, ao argumento de que o trabalho a ser desenvolvido, como a perita descreve, será realizado por mera " analise da documentação que for colocada a nossa disposição, o que significa dizer que o resultado de nosso trabalho dependera fundamentalmente da qualidade das informações e dados que recebemos"., fls. 2576, o que segundo alega, não justifica o valor pretendido, requerendo ao final, o arbitramento de novo e justo valor dos referidos honorários. Em que pese a argumentação apresentada pela executada AMAZONAS ENERGIA S/A, e, levando em consideração os serviços propostos, a composição da equipe técnica, as etapas do trabalho a ser realizado e a emissão de relatórios, como consta, da Proposta Técnica de fls.2576/2579, é forçoso reconhecer que o trabalho a ser desenvolvido pela Sra. Perita, não se trata de mera analise de documentação como faz crer a executada em sua peça impugnatória, mas sim, de um trabalho altamente exaustivo e cauteloso no confronto de dados, informações de valores ao tempo em que ocorreram ou deixaram de ocorrer. É de frisar que ainda que não é possível aquilatar a exata dimensão dos trabalhos que serão executados, uma vez que este será executado obedecendo as determinações deste Juízo e, igualmente, respondendo aos quesitos que ainda serão formulados pelas partes. Dessa forma, levando em consideração a exigência técnica, a complexidade da matéria, o tempo despedido, assim como o bem material pretendido, entendo razoável o valor dos honorários deferidos, razão pela qual mantenho o valor arbitrado, determinando a intimação da executada AMAZONAS ENERGIA S/A, na pessoa de seu patrono constituído nos presentes autos, para depósito do valor arbitrado, no prazo legal que ainda lhe resta. Cumpra-se.

ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM) - Processo 0228931-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Frank Junior Menezes do Nascimento Filho - REQUERIDO: Instituto Superior de Ensino da Amazônia S/c Lta. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento nos artigos 320, 321 e 485, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1.456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0335013-55.2007.8.04.0001 (001.07.335013-4) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cairo Bordoni da Silva - REQUERIDA: Maria das Gracas Mendes do Couto - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados pela parte requerente contra parte requerida, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600284-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Iracy Gomes de Araújo - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.41/42, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602703-05.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Heleno José da Rocha - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.127/129, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605708-40.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Alves Batista - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.129/131, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 56016/PR), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0606121-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: JOSÉ MILTON MAIA RABELO - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - ASSLITISC: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0613145-59.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes - Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves - CONSIGNADO: Construtora Aliança Ltda. - Aliança Gerenciadora Ltda - Aliança Incorporadora Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.52/53, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613238-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: R. Mario de Freitas - ME - Rodrigo Mario de Freitas - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: ( ) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: ( ) Manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a certidão carreada às fls. 62, apresentando novo endereço ou endereço completo, sob pena de extinção da ação. (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0617745-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Antonia Maciel da Costa - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A contra Antonia Maciel da Costa, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra, e, via de consequência, consolido, em favor da parte autora, o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 42/43. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, esta será recebida no efeito suspensivo, em consonância com a interpretação dada ao art. 1.012, do CPC. Intime-se a parte Apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0621549-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sc Serviços Comércio e Importação Ltda - Antonia Alves de Souza - Defiro o pedido de fls. 58/59 para proceder à

pesquisa e a penhora, via BACENJUD, sendo infrutífera defiro de oficio a pesquisa RENAJUD, assim como INFOJUD. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANGEL ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO NAPOLI (OAB 398319SP), ADV: ANGEL NAPOLI (OAB 11954/CE) - Processo 0627568-87.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Mayara da Silva Diefenback - REQUERIDO: Raimundo Dantas dos Santos - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que seja desocupado de imediato o imóvel, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhetos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0629917-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ligia Maria Souza Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de fls. 62/64. Expeça-se o competente Alvará em favor da Exequente LÍGIA MARIA SOUZA SILVA, para levantamento do valor depositado às fls. 59. Levando em consideração o contido na certidão de fls. 66, intime-se a Executada MANAUS AMBIENTAL S/A, na pessoa de seu patrono constituído nos auto, para pagamento da quantia de R$ 763,53 (setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos), referente as custas processuais conforme calculos de fls. 65, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de penhora e avaliação de bens de sua propriedade para garantia do mencionado valor. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0633350-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporacoes Ltda - REQUERIDO: Purim Ltda Me - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 13-44, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0634126-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Limitação de Juros - REQUERENTE: Juliana Barbosa da Fonseca - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0636446-98.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Renyer Machado Cardoso da Silva - REQUERIDO: Martins Veiculos Ltda - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 10 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0640918-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Clotilde Alencar de Souza - REQUERIDO: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0641142-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Green Brasil Com. de Peças para Veículos Automotores Ltda - REQUERIDO: R. Car Peças e Manutenção Automotiva Ltda (Jf Transporte) - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 11 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: CHARLES DA SILVA RIBEIRO (OAB 23291/PR) - Processo 0641422-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Serilon Brasil Ltda. - REQUERIDO: N1 Comercio e Representacao de Calcados Eireli - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 13-89, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida

e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO SIMONETTI (OAB 5174/AM) - Processo 0641509-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sociedade dos Pediatras do Estado do Amazonas S/s Ltda. - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0641542-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Dulcimar da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Ole Bonsucesso S.a. - Ole Bonsuc. Cartao 10 - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que suspenda os descontos realizados mensais no contracheque com a rubrica de Bonsucesso Cartão Cr, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Angel Alberto de Oliveira Couto Napoli (OAB 398319SP)
Angel Napoli (OAB 11954/CE)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Carlos Alberto Simonetti (OAB 5174/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Charles da Silva Ribeiro (OAB 23291/PR)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 56016/PR)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
GUSTAVO ANDÉRE CRUZ (OAB 1985A/DF)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1.456/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Fabian Pereira Barbosa (OAB 4320/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: REMULO JOSE NASCIMENTO (OAB 118/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0010791-49.1996.8.04.0012 (012.96.010791-1) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: A G de Matos Transportes e Comercio Ltda - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora para que junte extrato bancário atualizado, referente ao depósito informado às fls. 266/270, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON DE AGUIAR ROSAS (OAB 465/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM) - Processo 0014902-37.2000.8.04.0012 (012.00.014902-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Fonteles Galvao de Paula Pessoa - REQUERIDA: Marlene Diniz e outros - Compulsando os autos, verifico que o Dr. Carlos Abener de Oliveira Rodrigues OAB/AM 642 não foi intimado da sentença de fls. 695/700. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) sentença, cujo teor segue abaixo: "Dito desta forma, reconheço a prescrição intercorrente e determino a EXTINÇÃO do processo, nos termos do CPC 924, V, julgando-o com resolução do mérito, nos termos do CPC 487, II. Determino a liberação de todas as constrições judiciais realizadas nos autos sobre os bens do requerido. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se."

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0029925-51.2003.8.04.0001 (001.03.029925-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0054879-98.2002.8.04.0001 (001.02.054879-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Deferida a consulta a diversos sistemas conveniados de busca de bens, quais sejam Infojud, Renajud e Bacenjud, alguns deles por mais de uma vez, não houve retorno positivo para bens penhoráveis do exequente. Assim, indefiro qualquer nova busca de bens pelos sistemas conveniados deste tribunal e determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. O requerente deverá diligenciar por conta própria na busca de bens e apresentá-los ao juízo para penhora. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Torno sem efeito o ato ordinatório de fl. 135. Autorizo a devolução administrativa de eventuais custas já recolhidas. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: IVAN NOGUEIRA COSTA NOVO (OAB 2543/AM), ADV: DÍNIA RAIMUNDA MORAES BORGES (OAB 5091/AM) - Processo 0212772-11.2009.8.04.0001 (001.09.212772-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Eldorado Park - REQUERIDA: Maria Lucia Lemos Pampolha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0246356-06.2008.8.04.0001 (001.08.246356-6) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO TÚLLIO DA SILVA MARINHO (OAB A901/AM) - Processo 0600118-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: LUIZ GUSTAVO CALVO BOSQUÊ e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0600984-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Aluizio Mota de Siqueira Junior - REQUERIDO: Unipar Spe Liberty Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602698-80.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0603195-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa - Vistos etc. Suspendo o processo, não nos termos requeridos, mas por 6 (seis) meses, após o que deve ser intimado o autor para falar do cumprimento do acordo e eventual prosseguimento do processo, nos termos do CPC, 313, §4º e 5º. Cumpra-se.

ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0604437-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: C.F.J.E. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da proposta, juntada as fls. 55, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM) - Processo 0604874-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação

de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Driene Raquel da Silva Bastos - REQUERIDO: Atila Grécia da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO) - Processo 0606510-04.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: JOZIMAR DA SILVA CUNHA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM) - Processo 0607872-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Miguel Antonio Mendes Ribeiro - REQUERIDA: Claudia Maria da Silva Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: PABLO BERGER (OAB 61011/RS), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0610047-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Claudinei Alves Lima - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Dito isso, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor no PROCESSO nº 0610047-42.2013, confirmando a liminar concedida, extinguindo-o com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC para: a) declarar nulo o contrato nº 606.010, uma vez não assinado pelo requerente, devendo ser restituídos, em dobro, os valores descontandos indevidamente na conta corrente do autor, referentes ao contrato acima mencionado e cujo total deve ser apresentado pelo requerente em cumprimento de sentença, com correção monetária pela Tabela/TJAM a partir do efetivo desconto, nos termos da Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; b) determinar a devolução, em dobro, dos valores descontados na conta bancária do autor, referentes ao contrato nº 566.298, cujo total deve ser apresentado pelo requerente em cumprimento de sentença, com correção monetária pela Tabela/TJAM a partir do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. c) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$-25.000,00 (vinte mil reais), com correção monetária pela Tabela/TJAM e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ; ; d) condenar a ré ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°; Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor no PROCESSO nº 0629898-91.2018, extinguindo-o com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC para: a) condenar a ré a restituir, em dobro, os valores descontados indevidamente na conta corrente do autor, referentes ao seguro não contratado, no total de R$-4.807,30 (quatro mil oitocentos e sete reais e trinta centavos), com correção monetária pela Tabela/TJAM a partir do efetivo desconto, nos termos da Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. ; b) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$-30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária pela Tabela/TJAM e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ; c) condenar a ré ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: MARISSOL JESUS FILLA (OAB 17245/PR), ADV: RAFAELLA MUNHOZ DA ROCHA LACERDA (OAB 38511/PR), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: CAROLINA KANTEK GARCIA NAVARRO (OAB 33743/PR) - Processo 0612272-98.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: CLEDERSON SANCHES FERREIRA - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Banco RCI Brasil S.A. - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Expeça-se alvará eletrônico de transferência dos valores depositados pelo autor(fl. 366), em nome de seu advogado, Dr. Jean Carlos Pinto da Silva, cujos dados bancários estão apontados à fl. 364. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0612933-04.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0613452-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0613500-74.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, efetuando o recolhimento das custas ou indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Diga também, no mesmo prazo, para qual dos endereços apresentados à fl. 49 será encaminhada a carta de citação. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0615533-08.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adalci da Silva Teixeira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0616845-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Defiro pedido de Bacenjud. Intime-se o exequente ao pagamento das despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/2017-PTJ. Após o cumprimento da medida, intime-se a autora para se manifestar quanto ao resultado. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616931-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO LIARTE DA CRUZ (OAB 14058/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0617259-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleilton Rodrigues - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP) - Processo 0619280-92.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0622542-84.2014.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Eucatur Pneus Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623301-82.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não foi intimada da Sentença de fls. 122, tendo em vista que a mesma não foi publicada no Diário Oficial. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) Sentença de fls. 122, cujo teor segue abaixo: "Certifico, para os todos os fins de direito, que a presente monitória foi convertida em execução de título judicial (cumprimento de sentença), por força do CPC 701, §2º, de modo que passo a regularizar sua situação cadastral no Sistema de Automação da Justiça SAJ, para que ostente a qualidade de "Julgado"."

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0623935-05.2018.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Hts - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Vistos etc. Chamo o processo à ordem. A inicial está devidamente acompanhada das provas dos requisitos para concessão da liminar de despejo com fundamento nos arts. 57 e 59, §1º, VIII, da Lei 8245/91. O contrato de locação por prazo determinado venceu em 31/1/2018. Ultrapassado o termo final, as partes permaneceram com a vigência do negócio, no entanto, em abril de 2018, a locadora decidiu por bem realizar denúncia vazia do contrato para retomar o imóvel, nos termos do art. 57, da Lei 8245/91 e da notificação extrajudicial de fls. 225-227, concedendo 30 dias para desocupação voluntária. Alcançado termo final para entrega do imóvel, a requerida permaneceu inerte e a requerente, dentro do prazo legal, interpôs a presente ação, se comprometendo a depositar os valores referentes à caução no prazo de 72 horas após o deferimento da liminar de despejo. Pois bem, dado o cumprimento de todos os requisitos legais para concessão da liminar do art. 59, §1º, da Lei 8245/91 e a citação da requerida que permaneceu inerte, determino a intimação da requerente para recolhimento de caução equivalente a três meses de aluguel e, somente após, seja expedido mandado para desocupação do imóvel em 15 dias, sob pena de despejo imediato ao fim deste prazo, autorizado o uso de força policial de forma moderada e proporcional. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0624354-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda - REQUERIDO: D S Benayon Filho - Bena Serviços - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAMILLA TRINADADE BASTOS (OAB 13957/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625178-86.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Angela Mericia Oliveira Trindade - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAMILLA TRINADADE BASTOS (OAB 13957/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625178-86.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Angela Mericia Oliveira Trindade - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0626691-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0627818-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ricardo de Almeida Cunha - REQUERIDO: Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma

dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SHEYLA DANTAS FROTA DE CARVALHO (OAB 225/MP) - Processo 0628972-47.2017.8.04.0001 - Ação Civil Coletiva - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0630120-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Manaus Plaza Shopping - Vistos etc. Expeça-se mandado de citação no endereço indicado à fl. 145. Intime-se para recolhimento de custas. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES NETO (OAB 10126/AM), ADV: LÍDIA NAYARA ELIS RABELO DE OLIVEIRA (OAB 13156/AM) - Processo 0630357-30.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0620721-11.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Victor Silva Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. O requerente reitera o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspensão do contrato, das cobranças de parcelas futuras e retirada do nome do autor dos órgãos de negativação de crédito. O requerente comprovou a verossimilhança dos fatos alegados na inicial, com a juntada da decisão que vedou o leilão extrajudicial do bem, a certidão de oficial de justiça comprovando a intimação do requerido antes do leilão do imóvel, bem como a assinatura do contrato meses após a intimação da referida decisão, demonstrando que o requerido agiu em desacordo com a boa-fé alienando imóvel que não poderia ser alienado. O perigo na demora do provimento final também é patente dado que o requerente permanece com o nome negativado em órgãos de restrição de crédito e sendo cobrado por bem que não tem acesso e não pode usufruir. A reversibilidade da medida é plenamente possível, inclusive com a conversão em perdas e danos, comprovados os requisitos para tanto. Assim, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para declarar a suspensão da cobrança de parcelas decorrentes do contrato ora impugnado e determinar a retirada do nome do requerente de órgãos de proteção ao crédito. Expeçam-se ofícios para o SPC e SERASA. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0630453-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0630686-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAELLA MUNHOZ DA ROCHA LACERDA (OAB 38511/PR), ADV: MARISSOL JESUS FILLA (OAB 17245/PR), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0631535-19.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0612272-98.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: CLEDERSON SANCHES FERREIRA - REQUERIDO: Financeira Renault - Vistos etc. CLEDERSON SANCHES FERREIRA ingressou com o presente Procedimento Comum Cível/PROC contra Banco RCI BRASIL S/A, expondo as razões de seu pedido na inicial. Às fls. 151/154, o réu informa que as partes transigiram, trazendo as cláusulas do acordo na mesma petição, desta forma, requerendo a extinção dos presentes autos, na forma do que prevê o art. 487, III, “b”, do CPC. No processo apenso e incluído nos termos do acordo (fls. 364), o autor ratifica as condições do acordo e já apresenta o recibo de depósito do valor acordado (fl. 365), pedindo não apenas sua homologação e extinção do processo, com levantamento dos depósitos realizados a título de consignação nos autos durante todo o andamento do feito (fl. 366). Decido. Estando as partes de comum acordo com os termos da transação apresentada, não havendo prejuízo para qualquer delas, nada há que obste o arquivamento do feito, que deve ser precedido pela homologação da transação efetuada e consequente extinção do processo encerrando o presente litígio. Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Já expedido alvará no processo 0612272-98.2014. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634287-27.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0635405-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Eneas Carlos Arruda Filho - Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0636715-11.2017.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp - REQUERIDO: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Vistos etc. Defiro a gratuidade da justiça. Manifeste-se a requerida sobre a presente monitória, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS FELLIPE DE ANDRADE NOGUEIRA (OAB 8261/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0636730-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Grace dos Reis Moraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Fenixsoft Gestão de Softwares e Consignados Ltda - Vistos etc. Intime-se ao depósito do valor apontado à fl. 428. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636749-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso

de pronto pagamento, fica o réu isento das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638866-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ SÉRGIO DE VASCONCELOS JÚNIOR (OAB 29296/DF), ADV: AMANDA CARLA N. TÔRRES EVANGELISTA (OAB 11687/AM) - Processo 0639073-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Marcus Anselmo da Cunha Evangelista - REQUERIDO: Amg Elevadores Manaus Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que indique assistentes e quesitos periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0640174-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso de pronto pagamento, fica o réu isento das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0640198-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0642139-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0642250-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0642280-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jordyson Wesley Fernandes de Melo - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AGNALDO CARBONI (OAB 95486/SP) - Processo 0642392-51.2019.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Francisco Carlos Alexandrino de Souza - Vistos etc. Nos termos da Lei Complementar 172/2016, que altera a LC 17/97, remetam-se os autos, via distribuição, à Vara de Registros Públicos e Usucapião. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0642407-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Defiro a justiça gratuita. Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso de pronto pagamento, fica o réu isento das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0643337-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Maria Helena de Lima Santana - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROSEMI FERREIRA DA SILVA (OAB 4983/AM) - Processo 0643962-72.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação - REQUERENTE: Raimundo Ribeiro Printes - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Por agora, indefiro a citação por edital, pois, primeiro, deve-se esgotar todos os meios de encontrar o requerido. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0643963-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Heitor Porfírio da Silva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: TALITA SILVA DAVID (OAB 9182/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA (OAB 8059/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB

6796/AM) - Processo 0702072-11.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: AMAZON MOTION DO BRASIL LTDA. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: ANA PAULA DOS REIS FERRAZ TEIXEIRA (OAB 6728/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0702682-76.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ruy Freire de Andrade Júnior - REQUERIDO: Hospital e Maternidade SAnto Alberto - Vistos etc. Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais proposta por Ruy Freire de Andrade Júnior em face do Hospital e Maternidade Santo Alberto, sob a alegação de que no dia 13 de janeiro de 2002 formalizou contrato de trabalho com o requerido, como Oficial de Manutenção, e no dia 3 de julho de 2006, quando estava de férias, foi surpreendido em casa com a chegada de policiais que o levaram sob custódia por denúncia realizada pelo requerido. Afirma que sofreu forte pressão psicológica e agressões físicas para confessar participação no furto de vários materiais e objetos de propriedade do requerido, porém não cometeu o crime. Foi sumariamente demitido por justa causa e teve que arcar as custas de processo criminal no qual foi considerado inocente por falta de provas. Requereu ao final a condenação do requerido na indenização de danos morais, no valor de R$ 200.000,00 e na reparação dos danos materiais no valor de R$ 100.000,00. Juntou documentos, dentre os quais carteira de trabalho, ficha pessoal de férias e termo de rescisão contratual. Contestação do requerida às fls. 46-56, expondo suas razões de defesa e pleiteando a total improcedência da demanda. Intimados para produção de provas, nada requereram. Decido. Verifico de pronto que a competência para apreciação do feito não mais pertence a esta Justiça Estadual, sendo inequívoca a competência da Justiça do Trabalho para tanto. Com efeito, em que pese a necessidade de a matéria objeto da lide ser pacificada à luz das disposições civis, por se tratar de discussão a respeito de supostos danos estéticos materiais e morais sofridos pelo requerente, o fato não tem o condão de manter na Justiça Estadual a competência para o julgamento do feito. Eventual dúvida ainda existente quanto à competência para a matéria foi afastada pela Emenda 45/2004 com a alteração do art. 114 da CF/88, que ampliou a competência da justiça especializada, trazendo expressa no inciso I a previsão de que cabe a essa justiça processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho. A indenização pretendida pelo requerente se funda em suposta irresponsabilidade da requerida ao realizar denúncia de furto contra o requerente. O crime teria ocorrido ou sido facilitado em razão da relação de trabalho existente entre as partes, durante o horário de trabalho, enquanto o requerente realizava as atribuições inerentes ao cargo que ocupava, de modo que não pode haver dissociação dos fatos narrados com o vínculo trabalhista existente entre empregado e empregador. Noutro olhar, não há preclusão consumativa no caso já que a competência fixada em razão da matéria se reveste de caráter absoluto e, na inteligência do CPC 64, §1º, eventual incompetência do juízo fundada neste critério deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção. Sobre o tema, jurisprudência do TRT-3ª Região corroborando a sua competência para apreciação da matéria: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA APRECIAR E JULGAR PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRABALHO/DOENÇA PROFISSIONAL - Esta Justiça é competente para apreciar e decidir o pedido de reparação de dano moral ou material, desde que resultante da execução do contrato de trabalho ou de fato a este vinculado. Trata-se, sem dúvida, de controvérsia decorrente da relação de emprego, cuja competência para conciliar e julgar é atribuída à Justiça do Trabalho pelo art. 114 da Constituição Federal. Não importa a natureza civil do objeto do pedido. O que interessa é o fato de incluir-se ele no conteúdo do Direito do Trabalho que, além das obrigações específicas, também leva em consideração a segurança do trabalhador e o respeito a sua pessoa. Em se tratando, como no caso dos autos, de pedido de indenização por dano material/moral e pensão vitalícia decorrentes de doença profissional que teria vitimado o empregado por culpa do empregador, a Constituição Federal de 1988, ao contrário das anteriores que declaravam ser da competência exclusiva da Justiça Ordinária os dissídios relativos a acidente do trabalho, tratou, em seus artigos 109 e 114, "da competência da Justiça do Trabalho e da competência residual da Justiça Comum, não mais atribuindo a esta, com exclusividade, a competência para as questões acidentárias" (cf. Raimundo Simão de Melo Indenizações Material e Moral Decorrentes de Acidentes do Trabalho Competência para apreciá-las in LTr., março/1999, pág. 351). O Excelso Supremo Tribunal Federal, em sua composição plena, sendo relator o Exmo. Ministro Sepúlveda Pertence, ao decidir o processo CJ 6.959-6 (DF), entendeu que "a determinação da competência da Justiça do Trabalho não importa que dependa a solução da lide de questões de Direito Civil, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, cujo alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feita em razão da relação trabalhista, inserindo-se no contrato de trabalho" (in LTr. 59- 10/1370). Esse julgamento, realizado na Sessão Plenária realizada em 23 de maio de 1990, deu início à pacificação do entendimento da Suprema Corte no sentido de que "compete à Justiça do Trabalho o julgamento da ação de indenização, por danos morais e materiais, movida pelo empregado contra seu empregador, fundada em fato decorrente da relação de trabalho" (1a. Turma 17/11/98 RE 238.737 SP). DANOS MORAIS E MATERIAIS Para o deferimento da indenização por danos morais e/ou materiais, erigida em nível constitucional, há a necessidade de comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do empregador, dolosa ou culposa, e o resultado danoso ao empregado, pois a responsabilidade é subjetiva. No caso em tela, não sendo a prova coligida contundente quanto ao dolo ou, ao menos, a culpa da Reclamada, não se lhe pode atribuir a responsabilidade pelo dano causado ao Reclamante, pelo que é indevida a indenização postulada. (TRT-3 - RO: 551902 01929-2000-042-03-00-0, Relator: Luiz Otavio Linhares Renault, Quarta Turma, Data de Publicação: 29/06/2002 28/06/2002. DJMG . Página 14. Boletim: Sim.) (Grifo meu). Pelo exposto, declaro a incompetência absoluta da Justiça Estadual para processar e julgar esta demanda e determino a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, nos termos da CRFB 114, VI c/c CPC 64, §1º. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0705586-69.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0711424-90.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

Alberto Pacheco da Silva Ladeira (OAB 8059/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Carla N. Tôrres Evangelista (OAB 11687/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Paula dos Reis Ferraz Teixeira (OAB 6728/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAMILLA TRINADADE BASTOS (OAB 13957/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carlos Agnaldo Carboni (OAB 95486/SP)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Fellipe de Andrade Nogueira (OAB 8261/AM)
Carolina Kantek Garcia Navarro (OAB 33743/PR)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Dínia Raimunda Moraes Borges (OAB 5091/AM)
Edson de Aguiar Rosas (OAB 465/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Túllio da Silva Marinho (OAB A901/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivan Nogueira Costa Novo (OAB 2543/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
José Antônio Rodrigues Neto (OAB 10126/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lídia Nayara Elis Rabelo de Oliveira (OAB 13156/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Sérgio de Vasconcelos Júnior (OAB 29296/DF)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Marissol Jesus Filla (OAB 17245/PR)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pablo Berger (OAB 61011/RS)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Liarte da Cruz (OAB 14058/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda (OAB 38511/PR)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Remulo Jose Nascimento (OAB 118/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosemi Ferreira da Silva (OAB 4983/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sheyla Dantas Frota de Carvalho (OAB 225/MP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Talita Silva David (OAB 9182/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0318/2019

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0601974-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: FR-2 Comércio de Derivados de Petróleo Eireli (Antiga - F. M. de Mendonça Ltda.) - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SÉRGIO VIEIRA MIRANDA DA SILVA (OAB 175217/SP), ADV: MARCOS ROLIM DA SILVA (OAB 362621/SP), ADV: SÉRGIO VIEIRA MIRANDA DA SILVA (OAB 175217A/SP), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605596-03.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0638082-75.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo

0605677-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Francisco Carlos Brucio dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0607830-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s). Ressalte-se que cada carta/AR custa R$ 21,50.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610094-45.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0611369-29.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0612823-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Robson Alexandre David Marques - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0614070-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alexander Rodrigues Soledade - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0616913-90.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iran Vieira de Sousa - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620578-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0625149-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Chagas Araújo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0626262-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Juan Carlos Funes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0626537-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adair Moura e Advogados Associados - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, manifeste-se acerca da Petição de fls. 325/331 e documentos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0626952-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Daniel Ramenzoni de Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630762-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias,

sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631248-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632131-03.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alex Braga Gomes - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0633837-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Francisca Rodrigues Machado Neto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0634795-31.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Graças Cabral de Figueiredo - REQUERIDO: Sorria Clínica Odontológica S/S Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0635283-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Kaele Ltda. - ME - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM) - Processo 0637281-86.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Fátima Queiroz de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637668-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Douglas Ramos de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0638343-98.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elivany Nascimento da Silva e outro - REQUERIDA: Ana Paula Queiroz Costa e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM) - Processo 0639752-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Zilene Muller Cavallar - REQUERIDO: Ederson Lucas Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0646885-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Igor Vilaça Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca da petição juntada nas fls. 155/158, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme despacho de fls. 153.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0648887-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Navegação Cidade Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0651026-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título

- REQUERENTE: Renilde Bezerra da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0651278-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Osvaldo Valente Lima - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0660393-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: K. L. Rente A Car - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0713166-53.2012.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Eurípedes Aurélio Ribeiro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Rolim da Silva (OAB 362621/SP)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Vieira Miranda da Silva (OAB 175217/SP)
Sérgio Vieira Miranda da Silva (OAB 175217A/SP)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0319/2019

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0043897-11.2010.8.04.0012 (012.10.043897-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Petróleo Sabbá S/A - EXECUTADO: S. S. Auto Posto Ltda. - FIADOR: José Cândido de Souza - Maria Neuza Silva de Souza - I- Defiro o pedido de fl. 164 dos autos. À Secretaria para inserir no sistema Saj o nome do novo patrono da autora, consoante pedido de fl. 164 e substabelecimento de fl. 165 dos autos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0223025-24.2010.8.04.0001 (001.10.223025-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: E. dos S. Jucá - Alcindo Oliveira de Assis - I. Tendo em vista a certidão de fl. 197, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0233425-68.2008.8.04.0001 (001.08.233425-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Simoni Lima das Chagas - REQUERIDO: Indústria de Papel Sovel da Amazônia Ltda. - Banco BMG S/A - Antônia Campelo de Figueiredo - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Manifeste-se o autor acerca da petição

de fls. 422/425 e documentos anexos, no prazo de 05 dias.

ADV: TÁCIO GODOY FELDNER (OAB 102176/MG), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: SEBASTIÃO ROBERTO DE ARAÚJO (OAB 64679/MG), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EDISON MARCOLINO ARANTES (OAB 59224/MG), ADV: DAVID FERNADES PEREIRA (OAB 150381/MG) - Processo 0240983-86.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Barros Pimentel Filho - REQUERIDA: Expresso Ocidental Logística Integrada Ltda. - ASSLITISC: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - INEXISTENTE: Jade Transportes Ltda. - PERITO: José Militão Rodrigues da Silva - Cel PM R/R - Intime-se a Requerida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamentos dos honorários, do perito, sob pena de dispensa da produção de prova pericial com o prosseguimento do feito. Em caso de descumprimento, voltem-me os autos concluso para apreciar o pedido de fls. 394/395.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0251276-52.2010.8.04.0001/01 - Oposição - OPOENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - OPOSTO: Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda. - New Plastic Indústria de Plásticos da Amazônia Ltda. - I. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento do numerário descrito na planilha de fls. 116, no prazo de 15 (quinze) dias, sob de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, ex vi do art. 523, e §1º, do Novo Código de Processo Civil. II. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. III. Fixo os honorários do patrono do credor no quantum de 10% (dez por cento) do total da dívida, ut art. 85, §1º e §2º, e 523, §1º, ambos do NCPC e Súmula 517, do STJ.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0253578-20.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: D. C. Samuel Lima - Débora Cláudia Samuel Lima - I- Defiro o pedido de fl. 114 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema E-RIDFT, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0256524-96.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Paola Corrêa Ramos - REQUERIDA: Joelma da Silva Santos - Luiz Paulo de Lima Pedrosa - I. Tendo em vista a certidão de fl. 152, intime-se a Autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: RAIMUNDO AZEVEDO PEREIRA (OAB 2186/AM) - Processo 0330378-31.2007.8.04.0001 (001.07.330378-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Jorge Balbino Moreira da Silva - EXECUTADO: Eriberto Gomes Trindade - I- Defiro o pedido de fl. 167 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema SREI, consoante solicitado. Cumpra-se

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0602404-28.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - ME - REQUERIDO: J. Gomes Pereira - ME - INTSSADO: Defensoria Pública do Estado do Amazonas 2 - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: SOLANGE PEREIRA (OAB 130873/SP) - Processo 0602412-10.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: LGN Logística Ltda. - REQUERIDO: E. S. M. Cominicação Ltda. - EPP (Consulte - Guia Empresarial) - Tendo em vista o AR negativo de fl. 143, determino a intimação da patrona da Requerida, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço da Empresa.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0604800-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condomínio Residencial Maison Liberté - REQUERIDO: Iomar Costa de Souza - Fernanda Liane Nascimento Souza - Intime-se o Autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0610030-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: G. F. do Nascimento - ME - REQUERIDO: Serasa Experian - INTSSADO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0613107-47.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDA: Roneise Marklane dos Anjos Sousa - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0615383-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Almir Nazário Maricaua - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - I- Designo o dia de 19 Março de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0615787-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Augusto Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Educacional Arara Azul Ltda. - ME - Rainey da Silva Costa - Ariana da Silva Costa - I- Defiro o pedido de fls. 86 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: MARINEY NASCIMENTO SENA (OAB 8634/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ERICK FERNANDO QUEIROZ PEREIRA (OAB 12071/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0616020-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXEQUENTE: Soraya Ferreira da Silva - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc Trata-se de Cumprimento de Sentença na Oposição, interposta por Soraya Ferreira da Silva, devidamente qualificada contra Banco BMG S/A, devidamente qualificado. Às fls. 186 o Requerido compareceu aos autos acostando guia de pagamento no valor de R$ 29.902,91 (vinte e nove mil, novecentos e dois reaise noventa e um centavos), valor que acha devido, e Requer a extinção do presente processo, com a devida baixa. O credor se manifestou às fls. 2088, expondo interesse no levantamento dos valores depositados e alegando que o valor depositado diverge dos valores

existentes no cumprimento de sentença. É o breve relato. Passo a Decidir. Destaco, preliminarmente, que o depósito voluntário dos valores expostos às fls.186, realizado pelo devedor, caracteriza a garantia em juízo, abrindo, a partir daquele momento, o prazo hábil para a interposição de impugnação, independente de ser o pagamento integral ou parcial. Verifica-se ainda, que na petição de fls. 186 juntado pelo Requerido, que este não tem interesse de Impugnar, pois em sua parte final requer a extinção e arquivamento do processo. Portanto o valor depositado torna-se incontroverso, bem como já ocorreu o trânsito em julgado do acórdão, podendo ser liberado para o Autor. Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DETERMINO a Expedição de ofício ao gerente da caixa econômica federal, para efetuar a transferência eletrônica dos valores depositados às fls. 200/202, na corrente da patrona da autora, consoante informado e solicitado à fl. 208. Após, intime-se o Devedor para efetuar o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 05 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP) - Processo 0618454-27.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Manaus Plaza Shopping) - REQUERIDO: M. A. D. Magalhães Comércio - ME (Nome Fantasia: 100% Bijux) - I- Defiro o pedido de fl. 176/177 dos autos. II- À Secretaria para retificar o nome fantasia do Requerido no sistema SAJ. III- Intime-se a autora para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das diligências do Sr. Oficial de Justiça, consoante Portaria nº 116/2017. Após, Expeça-se o competente mandado de Intimação à Requerida, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM) - Processo 0619802-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: André Luiz de Castro Bezerra - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LENNON DO NASCIMENTO SAAD (OAB 386676/SP) - Processo 0622971-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Elienai Monteiro Ferreira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320 do, NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625072-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Carlos Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0625449-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rui da Costa Batista - REQUERIDO: HBM Assessoria de Crédito Ltda. - Heberty Batista de Moura - Reinaldo Jerônimo de Moura Júnior - Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - ME - Núbia Terezinha Miranda de Carvalho - Cyntia Valéria Belo Pereira - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda. - Intime-se o Autor para comprovar sua hipossufiência, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0625825-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evaldo José de Souza Godinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Manifeste-se a autora acerca da contestação de fls. 80/121 e documentos anexos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0626268-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda. - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Manifeste-se o autor acerca da petição de fls. 58/61, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627693-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Daniel Seabra dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 179147/SP) - Processo 0631829-03.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multa de 10% - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: R. M. Comércio e Importação de Vestuário e Acessórios Ltda. - Mamoun Yousef Abdel Hameed Imwas - Andira Gandi Yacub - Determino a secretaria que certifique o trânsito em julgado da sentença de fl. 73, em seguida, proceda a baixa e o arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0631864-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Jusimara Maia da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632137-10.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Paula da Silva Melgueiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632533-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Ocemira Nahamias da Silva - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao processo requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0633063-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ciex - Comércio, Indústria e Exportação Ltda. - EXECUTADO: Vitaflora Comércio de Alimentos Ltda. -

Manifeste-se o autor acerca da petição de fl. 51 e documentos anexos, no prazo de 05 dias.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM) - Processo 0635755-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - EXECUTADA: Caroline Freire Felizardo - Indefiro o pedido de fls. 182/183, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0635787-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Hotel R. D. Ltda. - ME - Roberta Anunciação Marques - Rodrigo Demétrio Anunciação Marques - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, defiro o pedido de fls. 249/251 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0638098-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Eduardo Rodrigues dos Santos - Compulsando os autos verifico que a notificação de fl. 08/10 não foi devidamente cumprida e entregue ao requerido, portanto o mesmo não constituiu mora. Posto isso, intime-se o autor para proceder a notificação do requerido no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM) - Processo 0639528-79.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S/A - EXECUTADO: J. C. Monteiro & Cia. Ltda. - ME - Defiro o pedido de sobrestamento do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consoante solicitado à fl. 261. Cumpra-se.

ADV: BRUNO RAMPIM CASSIMIRO (OAB 218164/SP) - Processo 0640982-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Facchini S/A - REQUERIDO: Sérgio Dias Soares da Silva - Tendo em vista que a presente encontra-se com sua classe errada, determino à Secretaria que proceda a devida correção da mesma no Sistema SAJ. Após voltem os autos conclusos.

ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0641448-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Oliveira Cardoso - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - I- Designo o dia de 18 Março de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643876-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Altemir de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se o Requerente para juntar aos autos o Relatório das custas processuais, bem como documentos que entenda necessário, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643909-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Altemir de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643929-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Altemir de Souza Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se o Requerente para juntar aos autos o Relatório das custas processuais, bem como documentos que entenda necessário, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0644044-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDA: Maria Conceição Nobre de Albuquerque - Itaú Unibanco S/A, qualificado à fl. 01 dos autos, requereu Ação de Busca e Apreensão contra Maria Conceicao N Albuquerque, qualificado na mesma peça, alegando em síntese, que celebrou com o requerido contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária no valor de R$ 21.056,66, para ser pago em 48 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 02, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 23.02.2019, e subsequentes; que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 28/30), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931 de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644131-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sônia Maria Mendes da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. III. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. IV. Tendo em vista a portaria nº 2.183/2016 PTJ, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de soluções de conflitos CEJUSC Cível, para realização de Perícia. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0644255-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0656601-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Parque 10 Empreendimentos Imobiliários SPE - S/A (Construtora Tecnisa) - EXECUTADA: Ana Cleide Prescinca - I- Defiro o pedido de fl. 86 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco)

dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0657385-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Sebastiana de Souza Cabral - REQUERIDO: D. W. G. Assessoria Financeira - Banco Banrisul S/A - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC e a inversão do ônus da prova. II. Acautelo-me na concessão da antecipação de tutela. III. Citem-se os Requeridos, via correio, para responderem aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0657839-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Suzana Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - I- Designo o dia de 17 Março de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Rampim Cassimiro (OAB 218164/SP)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
David Fernades Pereira (OAB 150381/MG)
Edison Marcolino Arantes (OAB 59224/MG)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Erick Fernando Queiroz Pereira (OAB 12071/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 179147/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Lennon do Nascimento Saad (OAB 386676/SP)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mariney Nascimento Sena (OAB 8634/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Raimundo Azevedo Pereira (OAB 2186/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Sebastião Roberto de Araújo (OAB 64679/MG)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Solange Pereira (OAB 130873/SP)
Tácio Godoy Feldner (OAB 102176/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM), ADV: MARIA TEREZA CÂMARA FERNANDES LIMA (OAB 4676/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0209226-74.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Lana Cynthia Mendes Praia - REQUERIDA: Nadiel Serrão do Nascimento e outro - Vistos, Defiro pedido de expedição de certidão de crédito que ficará condicionado ao pagamento de custas, no valor de R$ 30,00 (trinta reais). O valor deverá ser depositado/transferido para a conta do CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL E ACIDENTES DE TRABALHO - BANCO DO BRASIL - Agência 3053-8, C/C 761919-7 - CNPJ: 04.395.976/0001-61, com a devida comprovação nos autos, para assim ser expedida a referida certidão.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0260104-03.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 20 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: CAROLINA DUARTE DE SOUZA VIEIRA (OAB 196540/RJ), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: OTAVIO SIMÕES BRISSANT (OAB 146066/RJ) - Processo 0600978-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andréa Conceição Corrêa de Melo e outro - REQUERIDO: Hotel Urbano Viagens e Turismo S/A - Nos termos do Art. 1º inciso I da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que proceda ao recolhimento das custas processuais finais conforme planilha de cálculos as fls.496 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Bacenjud.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM),

ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM) - Processo 0602356-74.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vista ao autor sobre pagamento voluntário em fls. 212/215, dos autos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603024-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610392-32.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611785-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0611956-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: CLEMERSON DA SILVA PEREIRA - Vistos, Intime-se o patrono do autor para juntar copia do CNPJ da sociedade inscrita sob o nº 16.839.873/0001-22, bem como a data da sua fundação, e demais documentos listados na certidão da central de precatório as fls. 180. Ressalto que o oficio será concluído quando da apresentação dos documentos solicitado. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0613605-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carlos Alberto da Silva Facanha - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIMEM-SE as partes para indicarem quais provas pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615623-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre as pesquisas, bem como comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos sigilosos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Manaus, 20 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974A/CE), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 15474A/CE) - Processo 0617998-53.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0618021-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Ely de Brito Pinheiro - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação, documentos e proposta de acordo no prazo de 15 dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0618257-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 20 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0623922-06.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Joaquim José do Carmo Silva - EMBARGADO: Martinho Nobre dos Santos - Nos termos do Art. 1º inciso I da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que proceda ao recolhimento das custas processuais finais conforme planilha de cálculos as fls.103 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Bacenjud.

ADV: JOÃO NOGUEIRA DE MENEZES (OAB 10849/MG), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 3228/AM) - Processo 0624148-50.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANTONIO DIVINO DA CRUZ - REQUERIDO: FRANCISCO GONZAGA SILVEIRA NASCIMENTO - Vistos, Defiro consulta via bacenjud (bloqueio)

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM) - Processo 0626002-74.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda - REQUERIDO: Ml. F. Materiais de Construção Ltda - DECIDO. Pelo exposto, REJEITO os Embargos à Monitória e, por consequência, JULGO PROCEDENTES os pedidos da inicial a fim de constituir de pleno direito o título executivo judicial, na importância deR$ 27.508,12 (vinte e sete mil, quinhentos e oito reais e doze centavos), então representado pelos documentos escritos nos autos, corrigidos monetariamente a partir do ajuizamento da ação e com a incidência de juros moratórios (1% ao mês) a partir da citação. Face à sucumbência, condeno ainda os Embargante/Requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o montante de condenação, com fulcro no artigo 85, parágrafo 2º, do mesmo Código. Oportunamente, prossiga-se observando o disposto no Título II do Livro I da Parte Especial do CPC/2015, no que for cabível (artigo 702, § 8º do CPC). P.R.I.Cumpra-se. Intime-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0626556-72.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Roberval Fernando dos Santos - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626753-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 20 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627716-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628003-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus,

21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628388-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629521-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elcimara Dias Ferreira - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629793-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Orlando Nascimento Bulcão Filho - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0630498-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Nubia Regina Ramos Ferreira - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0634200-37.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Nejmi Jomaa Abdel Aziz - REQUERIDA: CILEIDE MOUSSALLEM RODRIGUES - Vistos, Intime-se o requerido para efetuar o recolhimento de custas finais (fl. 187), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de bacenjud.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0635431-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: S.S.M. - Vistos, Indefiro o pedido de fls. 53/56, por falta de amparo legal. Isso porque não há como esse juízo deferir que uma autoridade policial fique à disposição do Requerente a qualquer hora que este indicar. Até porque, não obstante suas informações de que o Requerido reside no local e se esconde, o Requerente deveria ter acompanhado a diligência junto ao Oficial de Justiça. Ademais, a situação de suspeita de ocultação não foi relatada pelo Oficial de Justiça na certidão de fls. 49, nem mesmo a necessidade de utilização de força policial para cumprimento do mandado. Desde já indefiro o pedido de apreensão de valores, pois eventual pedido de restituição deve ser objeto de ação própria, pois ultrapassa o objeto desta demanda. O objeto da presente demanda a qual foi determinada a emenda é tão somente a exibição dos documentos pessoais do de cujus, conforme determinado em sentença. Dito isto, INTIME-SE o Requerente para requerer o que entender de direito.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0635785-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Jorge Negreiros da Silva e outro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R. H. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c inexigibilidade de débito, indenização por danos morais e materiais, em razão de suposta suspensão indevida no fornecimento de energia elétrica. Considerando que a audiência de instrução e julgamento foi suspensa para tomada de providências, qual seja, realização de vistoria. Considerando ainda, que a vistoria já foi realizada, conforme Auto de Vistoria de fls. 199, entendo que o feito esta pronto para julgamento. Sendo assim, aplico ao feito o disposto no art. 355, I do CPC, por entender que todas as provas para o julgamento do feito já constam dos autos, sendo desnecessário a produção de prova em audiência. Deixo para apreciar os demais pedidos, como aplicação de multa, quando da sentença, uma vez que tem estreita relação com o mérito da causa. Intimem-se. Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0636279-18.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: SIRLANE SOARES DE LIMA (OAB 5595/AM) - Processo 0638459-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Laurianne de Souza Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LEDA MAURA SILVEIRA CASAS (OAB 9390/AM) - Processo 0639625-40.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0636716-30.2016.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Terezinha Fernandes Nishi - Vistos, Apense-se ao processo nº 0636716-30.2016.8.04.0001. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Recebo os Embargos de Terceiros, determino a suspensão da execução por imposição do art. 678 do CPC. Fica dispensada a prestação de caução face o reconhecimento da condição de hipossuficiência da Embargante. Certifique-se nos autos principais. CITE-SE/INTIME-SE os embargados, para em querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 679 do CPC.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639811-97.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 21 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0641972-46.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Fauler Ronaldo Sena Cavalcante - Ademais, o contrato possui garantia de caução, conforme item 2 do contrato (fl.18), o que vai de encontro à hipótese prevista no art. 59, § 1º, IX da Lei 8.245/91. Assim, não foram preenchidos os requisitos para o deferimento da liminar, razão pela qual INDEFIRO o pedido Defiro a gratuidade de justiça que apenas aproveitará em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITEM-SE e INTIMEM-SE os requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia (arts. 334 e 344, do CPC). Intime-se o autor para pagar as despesas postais para a citação do requerido. Intimem-se.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0643031-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Severino da Silva e outro - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0643494-11.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: A. C. de Sousa Lubrificantes Ltda - Vistos, Inicialmente, indefiro a Gratuidade de Justiça. Isso porque a concessão do beneficio não é medida automática e nem é regra no sistema atual. Inclusive, o art.98, §§ 5º e 6º do CPC, permitem o parcelamento e a concessão apenas de algumas despesas. Sendo assim, o parcelamento das custas não importará em

prejuízo ao autor. Assim, haja vista a faculdade de parcelamento conferida pelo art. 98, § 6º, do CPC, defiro o parcelamento das custas processuais, em 6 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas junto à Contadoria. Após a primeira parcela, Apense-se ao processo nº 0620636-83.2019.8.04.0001, e certifique-se. Recebo os presentes Embargos à Execução. Quanto ao pedido de efeito suspensivo, face a indicação do bem dado em garantia, nos termos do art. 919, § 1º do CPC, determino a SUSPENSÃO da execução. CITE-SE/INTIME-SE o embargado, para, em querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 920, I do CPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644094-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosemary de Almeida Penafort Braga - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0644231-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Ely Guimarães da Silva - INDEFIRO o pedido. Quanto aos demais pedidos de antecipação de tutela, igualmente INDEFIRO. Isso porque verifico que carecem de elementos fáticos mínimos que evidenciem a probabilidade do direito da autora, um dos requisitos essenciais previstos no art. 300 do CPC para a concessão da referida tutela, uma vez que, como alegado pela própria autora, o contrato ainda não está quitado, permanecendo hígido entre as partes. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: LEDA MARIA DE ANGELIS MARTOS (OAB 164266/RJ) - Processo 0644309-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0658339-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 3228/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carolina Duarte de Souza Vieira (OAB 196540/RJ)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fernando Luz Pereira (OAB 21974A/CE)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
João Nogueira de Menezes (OAB 10849/MG)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Leda Maria de Angelis Martos (OAB 164266/RJ)
Leda Maura Silveira Casas (OAB 9390/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Maria Tereza Câmara Fernandes Lima (OAB 4676/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 15474A/CE)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)

Otavio Simões Brissant (OAB 146066/RJ)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Sirlane Soares de Lima (OAB 5595/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0262/2019

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600170-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Tendo em vista que nos presentes autos não constam quaisquer informações acerca do CPF da Executada Elizabeth Nataly Torres. De ordem, fica intimada a parte exequente para que informe no prazo de 05 (cinco) dias, as informações acima descritas.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600199-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Tendo em vista que nos presentes autos não constam quaisquer informações acerca do CPF do Executado Fernando Neves Costa. De ordem, fica intimada a parte exequente para que informe no prazo de 05 (cinco) dias, as informações acima descritas.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0626527-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Adair José dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - De ordem, intimo a parte Executada para que se manifeste acerca do pagamento do RPV. Dê-se vista ao INSS às fls. 166/167.

Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 001.889/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM) - Processo 0105976-69.2004.8.04.0001 (001.04.105976-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S.A - REQUERIDA: Megatrans Transportes e Construções Ltda e outros - TERCEIRO I: Carboxi Indústria e Comércio de Gases Ltda - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo de fls. 349/352 para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, III, "b" c/c art. 924, II, do Código de Processo Civil. Tendo em vista que não houve ordem de inclusão da Executada nos Órgãos de Proteção de Crédito exarada nos autos, não se pode transferir tal ônus a este Juízo, devendo as partes diligenciar administrativamente acerca deste ponto da avença. Encaminhem-se os autos à Contadoria para verificação das custas processuais finais. Havendo custas a serem recolhidas, INTIME-SE a Executada para proceder o pagamento, conforme estipulado à fl. 350. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0206637-36.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0006856-30.1998.8.04.0012) (processo principal 0006856-30.1998.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Edson Sarkis Goncalves e outros - EXECUTADO: Ionam Ferreira da Silva - Tendo em vista o pedido do Sr. Antonio Aloisio Bezerra Filho nas fls.324/340, NOMEIO o Sr. Samir Oliveira Salles, devidamente cadastrado no banco de dados do TJAM para elaboração de proposta de honorários. Os honorários deverão ser pagos integralmente pela parte interessada. Intimem-se as partes sobre eventual impedimento/suspeição do Sr. Perito. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS SOBRINHO (OAB 2593/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0211347-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0002689-67.1998.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Francisco Charles Cunha Garcia Júnior - EMBARGADO: Raphael Coelho da Silva - Recebi hoje. Tendo em vista os diversos equívocos da Secretaria neste processo, especialmente quanto ao cumprimento das determinações judiciais, certifique nos autos se o advogado da parte credora atendeu o prazo do despacho de fl. 12 dos autos, a fim de que com critério de justiça sejam os embargos opostos devidamente julgados; Por razão de celeridade processual, paute-se audiência de conciliação, devendo ser inserida na Semana Nacional de Conciliação, a ser agendada pela Secretaria, devendo comunicar previamente as partes e seus respectivos advogados; Sem prejuízo das determinações anteriores e, tendo em vista que o contrato juntado nas fls. 131/132, intime-se o Dr. Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho, OAB/AM 2.593 para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação nos autos. Ato contínuo, ofície-se à OAB/AM para que informe sobre a tabela de honorários praticada em 16/07/2017, a fim de embasar este processo. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0604072-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifica-se que a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 90 está contraditória, tendo em vista que na primeira parte está certificado "(...) nesta data, em cumprimento ao mandado dirigi-me ao endereço informado, e aí sendo, deixei de proceder com a citação/intimação/notificação do Sr.(a) ALEXANDRE DOS SANTOS CORDEIRO". Todavia, na parte final da certidão está escrito "(...) o Requerido foi citado através do representante do protocolo do comando geral da policia militar do amazonas, porem não foi localizado o referido bem." Dessa forma, oficie-se a central de mandados e intime-se o Sr. Meirinho Edson Souza da Silva para que esclareça a contradição apontada na certidão de fl. 90. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0606245-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francineide Almeida de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno o Autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa, ficando a condenação suspensa na forma do art. 98, § 3.º do CPC em virtude da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

P.R.I.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP) - Processo 0615354-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Nara Barbosa Lima - REQUERIDO: China Construction Bank - Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616114-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Sa - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta/bloqueio de bens no sistema conveniado BacenJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta /o bloqueio.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0616919-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e via de consequência: I - DECLARO rescindido o contrato de promessa de compra e venda de unidade autônoma entabulado entre as partes (fls. 174/203). II - CONDENO a Requerida a promover a imediata devolução da integralidade dos valores pagos pelo Autor (S. 543 STJ), inclusive aqueles pagos a título de corretagem, no montante de R$ 194.534,14 (cento e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos), corrigidos monetariamente pelo INPC, a contar do desembolso de cada parcela, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida. III - Improcedentes os demais pedidos. IV - Diante da sucumbência mínima da parte Autora, condeno a Requerida ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2.º do CPC. P.R.I.

ADV: CELIO COSTA RODRIGUES (OAB 11772/AM) - Processo 0619653-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hidronox Comércio de Peças e Instalações Ltda - Da análise do que consta nos autos, verifico que não fora realizada consulta de endereços via sistemas conveniados. Com isso, depreende-se que a Requerente não demonstrou ter esgotado os meios possíveis para que se conseguisse localizar a Requerida. Destarte, com o fito de afastar qualquer alegação futura de nulidade, determino a consulta de endereços via sistemas conveniados BacenJud/RenaJud e InfoJud em nome da Requerida. Ressalta-se que as diligências em questão estão condicionadas ao recolhimento de custas, portanto, intime-se a Autora para efetuar o pagamento das custas de consulta de endereços nos sistemas supramencionados, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Na hipótese de não existirem novos endereços, defiro o pedido de citação por edital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 1342A/AM), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0621236-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos e examinados. DETERMINO que a parte Requerente proceda o pagamento das custas da diligência do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias. Pagas as referidas custas, com a devida comprovação nos autos, estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE o Réu, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Réu, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Réu via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: PAULO SEGADILHA FRANÇA (OAB 4729/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0623026-02.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERIDA: LUCILENE CASTRO DA SILVA - De ordem, intimo a Executada para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de quinze dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que a Executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0626873-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Aldemir Oliveira do Nascimento e outros - INTSSADO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Considerando que o prazo sugerido pelo Sr. Perito à fl. 173 encontra-se prejudicado em razão de tratar-se de data pretérita, intime-se o mesmo para, no prazo de cinco dias, indicar nova data para a realização da coleta de assinaturas. Após, façam-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0628178-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Como a Requerida, não obstante citada (fls. 39), deixou de cumprir o mandado inicial de pagamento expedido e também não ofereceu embargos à monitória, constitui-se, de pleno direito, o título executivo judicial pelo valor descrito na petição inicial, qual seja, R$ 7.881,06 (sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e seis centavos), que deverá ser acrescido de correção monetária conforme Tabela Prática do TJAM e de juros de mora de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da demanda, bem como das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o montante corrigido do título executivo ora constituído. Posto isso, constituo o título executivo judicial de pleno direito e converto ex vi legis e sem outras formalidades o mandado inicial de pagamento em mandado executivo (art. 701, § 2.º do CPC). Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM) - Processo 0632753-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro de Freitas Braga Junior - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente, e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia, motivo pelo qual, INDEFIRO o pedido de fl. 98. Ademais, observa-se que no caso em tela, a parte Requerida não apresentou contestação recaindo sobre si os efeitos da revelia, ou seja, é a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, conforme art. 344 do CPC, o que impõe julgamento antecipado

da lide, nos termos do art. 355, II do Código de Processo Civil. "Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento". (Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, v. 1, Ed. Forense, 8ª ed., p. 391). Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0633947-44.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0622201-82.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda - EMBARGADO: Ricardo Silva de Almeida - Recebi hoje. Analisando a manifestação do embargado (fls. 64/68), há expresso pedido no sentido de "chamar o feito à ordem" para designar audiência de conciliação. Pois bem, verifico que o processo vem seguindo o rito regularmente, não sendo possível chamar o feito à ordem pelo que sequer foi decidido. Em homenagem à celeridade processual e porque houve expressa manifestação das partes neste sentido, inclua-se o presente processo na Semana Nacional de Conciliação, devendo as partes serem informadas sobre o dia e horário da audiência por ato ordinatório da Secretaria. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: EDISON MARCOLINO ARANTES (OAB 59224/MG), ADV: SEBASTIÃO ROBERTO DE ARAÚJO (OAB 64679/MG), ADV: TÁCIO GODOY FELDNER (OAB 102176/MG) - Processo 0634844-82.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: MARTA TEIXEIRA DE SOUZA MOURA - Analisando detidamente os autos, verifica-se que a carta precatória expedida por este juízo fora devolvida por existirem pendências que inviabilizaram a marcação da audiência solicitada, motivo pelo qual, entendo por deferir o pedido de fls. 458/459, no sentido de expedir nova carta precatória, contendo, além dos documentos já enviados anteriormente, o despacho saneador e a contestação, conforme solicitado pelo juízo deprecado. Sem a necessidade do recolhimento de novas custas. À secretária para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0637436-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Da análise dos autos, constatei que a notificação extrajudicial do devedor fora enviada para endereço diverso do constante no contrato juntado, motivo pelo qual, intime-se o Requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se houve atualização de endereço do devedor e, em caso positivo, comprove com documento hábil. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: RENAN DOS SANTOS ESPOSTO (OAB 12400/AM), ADV: RENAN DOS SANTOS ESPOSTO (OAB 12400/AM) - Processo 0637725-22.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Giovanna Miranda Aufiero - Vistos. Defiro, provisoriamente, a assistência judiciária gratuita em favor da autora. Trata-se de ação de consignação com pedido de liminar em pagamento formulada por GIOVANNA MIRANDA AUFIERO, em face de SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS- HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, todos devidamente qualificados. Versando sobre consignação em pagamento, intime-se a parte autora para juntar aos autos prova da recusa por parte do requerido. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. "Uma das situações que viabiliza a consignação é o fato de o credor recusar receber o pagamento, sem que haja justa causa para tanto (CC 335, I). A alegação de inexistência de recusa do pagamento contraria, pois, a própria pretensão consignatória do autor da ação." (Código de Processo Civil Comentado, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, Revista dos Tribunais, 17ª. Edição, p. 1545) Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0638105-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. DETERMINO que a parte Requerente proceda o pagamento das custas da diligência do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias. Pagas as referidas custas, com a devida comprovação nos autos, estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE o Réu, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Réu, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Réu via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0638740-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Vistos e examinados. Pagas as referidas custas, com a devida comprovação nos autos, estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE o Réu, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Réu, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Réu via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0639324-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Ante o requerimento de fls. 58/59, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas às fls. 46/48. Proceda-se a baixa.

ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0640840-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rosangela Mendes do Nascimento - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Tim Celular S/A - De ordem, fica intimada a parte Autora para manifestar-se sobre o cumprimento da obrigação de fazer, informado às fls. 151/156, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, façam os autos conclusos para apreciação da transação de fls. 148/150.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0641113-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Comercial M Paz Ltda - Vistos e examinados. Em consulta ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que esse Processo fora distribuído por vinculação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do Processo n.º 0638063-93.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, já que, na exordial de cada Processo estão mencionados partes, causas de pedir e pedidos diferentes. Deste modo, não há que se falar em distribuição por vinculação

nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes Autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente/automática, em atenção ao princípio do juiz natural. Cumpra-se.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0641184-03.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iria Fatima Ferreira Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Ressalto que a confecção do alvará está sujeita a pagamento, nos termos da Lei n. 4.408/2016 regulamentadora das custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a Tabela 02 - Atos Processuais , item K, onde consta "Expedição de Alvará (POR ATO)", no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Em razão disso, INTIME-SE a Requerente para providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, com identificação do processo, no prazo de cinco dias. Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para os devidos fins. Custas processuais pagas. (fls. 89/91). Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641705-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Ltda Me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do fato novo e documentos anexados, determino a SUSPENSÃO do cumprimento da liminar deferida até ulterior decisão judicial. Assim, intime-se a parte autora para que, querendo, possa apresentar manifestação no prazo de 48h sobre os argumentos lançados e documentos juntados aos autos, sob pena de imediata revogação da decisão liminar. Publique-se na imprensa oficial. Cumpra-se.

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM) - Processo 0642605-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - AGRAVANTE: Deusdedites Tavares Cruz - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR que o Requerido, no prazo de cinco dias, proceda com o fornecimento do medicamento X-TAND, bem como a realização do exame PET SCAN. FIXO a multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a 20 (vinte) vezes. DEFIRO a inversão do ônus da prova na forma do CDC. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. CITE-SE/INTIME-SE eletronicamente o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias, bem como para cumprimento da liminar. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0643135-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Da análise dos autos em apreço, constatei que há comprovante do pagamento das custas processuais às fls. 36/37. Contudo, no site do Tribunal de Justiça do Amazonas, não há registro de custas para este processo. Desta feita, remetam-se os autos à Contadoria para que informem se as custas foram pagas devidamente. Cumpra-se.

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM) - Processo 0644031-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Life Ponta Negra - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo de fls. 117/180 para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, DETERMINO a suspensão do processo, até seu integral cumprimento, o qual deverá ser comunicado pelo Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da última parcela (12/12/2019), independente de nova intimação, sob pena de dar-se por satisfeita a obrigação. Em caso de inadimplemento, o credor deverá requerer o prosseguimento da execução a partir de onde tiver cessado. Isento de custas em razão da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça (fl. 163).

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0656243-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ajurimar Garrido Guilherme - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADALBERTO DE ASSIS SOBRINHO (OAB 2593/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celio Costa Rodrigues (OAB 11772/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Edison Marcolino Arantes (OAB 59224/MG)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 1342A/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 001.889/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Segadilha França (OAB 4729/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Renan dos Santos Esposto (OAB 12400/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Sebastião Roberto de Araújo (OAB 64679/MG)

Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Tácio Godoy Feldner (OAB 102176/MG)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES (OAB 107088/RJ), ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE), ADV: CRISTIANA LOFGREN LUTZ (OAB 138099/RJ), ADV: FERNANDA GOMES VIDIGAL SOARES (OAB 125848/RJ), ADV: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA (OAB 178268A/SP), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP) - Processo 0220839-62.2009.8.04.0001 (001.09.220839-9) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: R.N. Incorporações Ltda - EXECUTADO: Adrianos Marinus Leonardus Suijkerbuijk - DENUNCIADO: Gafisa Incorporação, Construção e Acabamento S/A - Defiro o pedido de fls. 928. Proceda com a devida intimação da requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Observe as devidas modificações. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0226220-17.2010.8.04.0001 (001.10.226220-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda. - REQUERIDA: REGINILDA DE ALMEIDA LIMA e outros - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

ADV: ERISVANHA RAMOS DE SOUZA (OAB 3857/AM), ADV: FELIPE AFFONSO CARNEIRO (OAB 22593/DF), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0242340-67.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0244319-98.2011.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A - REQUERIDA: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição de fls. 1899, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÍLVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS (OAB 157721/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM) - Processo 0603710-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Execução de Título Extrajudicial/PROC em face de NATALLY DE SOUZA MAIA, igualmente qualificado nos autos. Este Juízo concedeu prazo 5 (cinco) dias, para a requerer expressamente o que entender de direito, conforme Despacho de fls.176. Entretanto, a parte Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados deixou de se manifestar acerca do despacho, não cumprindo com a diligência a si imposta, quedando-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0606527-64.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0615537-11.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Mapfre Seguros Gerais S.a - EXECUTADO: JORGE LUIZ GIOIA RIBEIRO - Trata-se de cumprimento definitivo de sentença visando a restituição de bem móvel. Preliminarmente, tendo transitado em julgado a sentença/acórdão e não tendo a parte executada devolvido o veículo reserva e efetuado a retirada de seu veículo da concessionária, passo a dispor sobre as obrigações. As intimações efetuadas no endereço fornecido na exordial pelo executado são e serão plenamente válidas, nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC. Ademais, com o novo Código de Processo Civil, todas as obrigações fixadas em fase de cumprimento de sentença devem observar o teor do art. 513, §2º do CPC, estando superada a Súmula 410 do STJ. Assim, a parte executada, na ação de conhecimento, fora devidamente intimada da sentença e acórdão prolatados, onde fora determinada a restituição imediata do veículo reserva, logo, estava plenamente ciente de suas obrigações. Contudo, a parte executada não fora intimada via DJe da decisão de fls. 24 e o mandado de fls. 47 fora infrutífero tanto em relação à intimação do executado quanto à apreensão do bem. Dito isso, nos termos do art. 139, IV, determino a intimação da parte executada via DJe para que, no prazo de 72 horas, restitua ao exequente o veículo reserva que outrora lhe fora disponibilizado, bem como efetue a retirada do veículo de sua propriedade das dependências da exequente, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 15 dias-multa. Decorrido o prazo retro sem cumprimento da medida pela parte executada, determino a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo reserva objeto desta ação, sendo que se o meirinho detectar que há suspeita de ocultação do bem na residência do executado, autorizo de plano requisição de força policial, bem como autorizo o uso dos mecanismos indicados no art.536, §2º do CPC, devendo a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o endereço da diligência e especificar detalhadamente as descrições do bem móvel objeto da diligência. Determino a inserção de restrição de CIRCULAÇÃO no RENAJUD do veículo objeto da diligência se este não for restituído ao exequente. Advirto o executado que em caso de resistência ao cumprimento da ordem judicial, será apurada sua responsabilidade por litigância de má-fé e crime de desobediência, nos termos do art. 536, §3º do CPC. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais necessárias à efetivação das medidas retromencionadas. Por oportuno, conforme já dito na decisão inicial desta ação, somente será discutido nos autos a restituição do bem móvel e eventual execução de multa astreinte, sendo que eventuais danos materiais causados ao exequente devem ser debatidos em ação própria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0607113-43.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/

AM), ADV: ANTÔNIO PENTEADO MENDONÇA (OAB 54752/SP), ADV: ARMANDO VICENTE MESQUITA CHAR (OAB 172682/SP) - Processo 0607967-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria Rosangela Paulo do Rego - REQUERIDO: Generali Brasil Seguros S.a. - Ante a certidão de fls. Antecedentes e a necessidade da produção de prova pericial, nomeio como perito(a), na área de Médica, o(a) Sr(a). Luciana Kei-Lan Tavares Salermo, com telefone (92) 98138-4647, e endereço eletrônico luci.Sale@yahoo.Com.br, com endereço na Av. Grande Otelo, 980, Condomínio Opera Prime, Torre Dom Giovanne, Apto. 1103, Parque dez de Novembro - CEP-69055-021 que deverá ser intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se aceita o encargo, fazer juntada de currículo atualizado com comprovada especialização e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, nos termos do art. 465, §2º do CPC. Deve ser ressaltado que a parte Requerente é beneficiária da justiça gratuita, assim, deve ser observado o teor do art. 95, §3º, II do CPC, in verbis: Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. [...] § 3o Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser: [...] II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça. Referida norma recepcionou o procedimento já adotado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas quando expediu a Portaria nº 1.233/2012, que trata, entre outros temas, sobre o pagamento dos honorários periciais em caso de beneficiários da justiça gratuita. O patamar fixado é de R$ 1.000,00 (mil reais) após o trânsito em julgado da ação. Manifestando-se o perito sobre as informações retro, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e/ou apresentação de quesitos, nos termos do art. 465, §1º do CPC. Efetivado o aceite pelo perito nomeado, intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia nos 20 (vinte) dias subsequentes. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega do laudo em Juízo. Havendo indicação de assistentes técnicos, pelas partes, os mesmos deverão oferecer seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1º do CPC) e, após, a intimação das partes da apresentação do laudo, deverão ser os autos conclusos para decisão.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM) - Processo 0608903-96.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: SERSEP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. - EXECUTADA: Digitron da Amazônia Indústria e Comércio S. A. - INTSSADO: Carlos Alberto Remédios Leite e outros - De ordem, intimo a parte interessada (Carlos Alberto dos Remédios Leite), por meio de sua patrona, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0611497-44.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Juventino Ferreira Neto - EXECUTADO: Banco Pan S/A - À secretaria, certificar a data do decurso de prazo para pagamento espontâneo da condenação pela parte executada, bem como fazer juntada de extrato para fins de verificação do aludido depósito de fls. 95/96. Após, remetam-se os autos à Contadoria para fins de apurar o valor da condenação fixada na sentença de fls. 57-64, fazendo a atualização até a data do depósito espontâneo. Se insuficiente e intempestivo, aplicar os encargos do art. 523, §1º do CPC e atualizar até a presente data. Havendo saldo remanescente, proceda-se à imediata penhora em conta bancária da parte executada via BACENJUD. Sendo frutífera a penhora retro, intime-se a parte executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se estritamente nos termos do art. 854, §3 do CPC. Decorrido o prazo retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Por oportuno, expeça-se alvará em favor do advogado da parte exequente em relação aos seus honorários de sucumbência de 10% do valor depositado. Expeça-se alvará do saldo remanescente em favor da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM), ADV: ELISÂNGELA ROSSETTI CORRÊA (OAB 4670/AM) - Processo 0611640-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aureo Anderson de Assis Monteiro - REQUERIDO: Civilcorp Incorporações Ltda. - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (132/154) e documentos às Pág.(s) (155/194).

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0614020-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Edneide Alves do Nascimento - Compulsando os autos verifiquei que não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico dos Ofícios de fls. 225-228. Na oportunidade, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência dos documentos expedidos e proceder com as providências necessárias observando o prazo legal.

ADV: THATIANE TUPINAMBA DE CARVALHO (OAB 394A/RR), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0616258-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0616328-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617161-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDCARLA BENEDITA PORTUGAL DE OLIVEIRA (OAB 9687/AM) - Processo 0621756-69.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERIDO: José Mauro Jefres de Souza Júnior e outro - Raquel de Fátima Veras Fernandes, nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança/PROC em face de José

Mauro Jefres de Souza Júnior e Carlos André da Silva Barbosa, igualmente qualificado nos autos. Este Juízo concedeu prazo de 15 dias, para que regularize sua representação processual, conforme ato ordinatório de fls. 184 . Entretanto, a parte Raquel de Fátima Veras Fernandes deixou de se manifestar acerca do ato, não cumprindo com a diligência a si imposta, quedando-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Raquel de Fátima Veras Fernandes em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO PEREIRA BATISTA (OAB 6114/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0623974-02.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Espólio de Gilson Vasques Rodrigues - EXECUTADA: Edmilza Vieira de Aguiar - Trata-se de pedido de homologação de acordo após prolação de sentença. DECIDO. Em que pese o presente processo já ter sido julgado, não há de se olvidar o dever do magistrado de, a qualquer tempo, promover a conciliação entre as partes, conforme redação do art. 139, V, do Diploma Processual Cível, verbis: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais; Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona quanto à possibilidade de substituição da sentença previamente prolatada por acordo devidamente celebrado entre as partes, respeitando-se a autonomia das partes: PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIABILIDADE. 1. À LUZ DA SISTEMÁTICA PROCESSUAL VIGENTE, A SENTENÇA, AINDA QUE TRANSITADA EM JULGADO, NÃO IMPEDE A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO SUBMETIDO PELAS PARTES À CHANCELA JUDICIAL. 2. HAVENDO COMPOSIÇÃO DAS PARTES PARA O ENCERRAMENTO DO PROCESSO, É IMPRÓPRIO COGITAR-SE DE QUALQUER EMPECILHO JUDICIAL A SUA HOMOLOGAÇÃO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-DF - ACJ: 20130110376557 DF 0037655-80.2013.8.07.0001, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 25/02/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/03/2014 . Pág.: 344) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO REVISIONAL. DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. POSSIBILIDADE. DIREITO DISPONÍVEL. JUIZ DO FEITO É COMPETENTE PARA APRECIAR A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, MESMO DEPOIS DE PROLATADA A SENTENÇA. AGRAVO PROVIDO DE PLANO, COM FUNDAMENTO NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. (Agravo de Instrumento Nº 70059186858, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 02/05/2014) (TJ-RS , Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Data de Julgamento: 02/05/2014, Décima Terceira Câmara Cível) Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0625065-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Anete Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0625558-75.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - EXEQUENTE: Mirna de Moraes dos Santos - EXECUTADA: Instituto Nacional de Seguro Social - I.N.S.S. - Intimem-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0626746-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0627725-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0629219-91.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0630531-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0630827-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nestor Castro da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerentes) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 206/208, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633298-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que,

nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0633586-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Thamires Caroline Tome Melo - De ordem, em conformidade com o Art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Reconvinte/Requerida para que se manifeste acerca da impugnação à reconvenção de Pág.(s) (107/126), no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HEBER LUIS CRUZ BARBOSA (OAB 32613/GO) - Processo 0640374-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: União Noroeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique em nome de quem deverá ser levantado o alvará juntando procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás) para tal finalidade.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0641604-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Araras Alimentos Ltda e outros - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, fazer juntada de cópia integral da proposta de acordo outrora homologada pelo juízo, uma vez que está incompleta, vide fls. 147 e 148 onde finaliza com a cláusula 5.1 e inicia na cláusula 8. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0707942-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Neilton Celestino - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e com a decisão de fls.246/247, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Penteado Mendonça (OAB 54752/SP)
Antônio Pereira Batista (OAB 6114/AM)
Armando Vicente Mesquita Char (OAB 172682/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiana Lofgren Lutz (OAB 138099/RJ)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edcarla Benedita Portugal de Oliveira (OAB 9687/AM)
Elisângela Rossetti Corrêa (OAB 4670/AM)
Erisvanha Ramos de Souza (OAB 3857/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Felipe Affonso Carneiro (OAB 22593/DF)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Gomes Vidigal Soares (OAB 125848/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo Moura Azevedo Nunes (OAB 107088/RJ)
Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (OAB 178268A/SP)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Heber Luis Cruz Barbosa (OAB 32613/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM)
Sílvia Aparecida Verreschi Costa Mota Santos (OAB 157721/SP)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
THATIANE TUPINAMBA DE CARVALHO (OAB 394A/RR)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0612552-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Rural S/A - Em liquidação Extrajudicial - EXECUTADO: Prince Bike Norte Ltda - Estevam Edson Chen - Em que pese as alegações contidas na petição retro, indefiro a medida de expedição de

ofício às empresas de telefonia, visto que cooperar não significa assumir o ônus de uma das partes, cabendo exclusivamente à parte Requerente manusear de meios efetivos para citar a parte Requerida e triangularizar a relação processual, nos termos do art. 240, §2º, do CPC. Isto posto, intime-se a parte eventualmente interessada para, querendo, dar o regular prosseguimento ao feito, sob pena de extinção dos presentes autos.

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: GIBRAN DE ALMEIDA MAQUINÉ (OAB 3960/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: JAQUES SONNTAG (OAB 5086/AM) - Processo 0007473-42.2006.8.04.0001 (001.06.007473-7) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Uni-Imagem - Centro de Inconodiagnóstico de Manaus Ltda - REQUERIDA: TAM Linhas Aéreas S.A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.278/283, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0201628-93.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0232327-14.2009.8.04.0001) (processo principal 0232327-14.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Aliança Navegação e Logística Ltda - EXECUTADO: VEGATRONIC PART. COM. EQUI. ELETR. LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 1273/AM), ADV: RUTH MARINHO DA SILVA (OAB 1879/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0604230-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - EXECUTADO: Amore Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: JULIANA GORAYEB COSTA (OAB 4214/AM), ADV: ANA CECÍLIA SALVADOR MARQUES (OAB 4318/AM), ADV: HARYSSA ALVES PICCOLOTTO CARVALHO (OAB 8974/AM) - Processo 0605566-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Quelia Oliveira Figueiredo - REQUERIDO: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.303/309, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605882-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0610809-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0611794-51.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0603600-62.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Ney Roberto da Silva Rocha - EMBARGADO: Condominio do Conjunto dos Jornalistas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 105/116, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MARCO ANTONIO GOULART LANES (OAB 41977/BA), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0614225-34.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: FRANCISCO EDIVAR DE FREITAS RAMOS - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Custas e honorários conforme termo de acordo. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616234-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617299-62.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que

promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, na fase de cumprimento de sentença, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 6047/AL) - Processo 0625993-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Shopping Manaus Norte Spe S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à citação do réu no prazo assinalado por este juízo, nada obstante sua intimação para tanto. Ademais, o verbete sumular de nº 240 do STJ incide quando a relação processual se perfaz triangularizada, hipótese esta que não se coaduna com a dos autos, visto que não há sequer réu citado. É de se notar que, no caso em testilha, afigura-se prescindível a intimação pessoal da parte ou dos próprios patronos, à míngua de previsão legal, a considerar que a figura prevista no art. 485, III, do CPC, não se confunde com aquela vertida no art. 240, §2º também da Lei Adjetiva Civil. Nesse sentido, os seguintes julgados: 0641361-98.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU. ART. 239 DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Considera-se a citação do réu pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo,cabendo ao autor promover os meios para que seja o réu encontrado e citado. 2. A necessidade de intimação pessoal do autor, somente se aplica nos casos do art. 485, inciso II e III do CPC. 3. Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Maria das Graças Pessoa Figueiredo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 26/11/2018; Data de registro: 27/11/2018) 0633880-55.2014.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. - A citação possui natureza de pressuposto processual, de forma que sua não efetivação em prazo razoável autoriza a extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do CPC/15. - Recurso conhecido e desprovido.(Relator (a): Wellington José de Araújo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2018; Data de registro: 23/10/2018) 0632762-73.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INÉRCIA DO AUTOR EM PROMOVER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CITAÇÃO. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE DO PROCESSO. AUSÊNCIA. PROCESSO INVÁLIDO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO POR ABANDONO. HIPÓTESE NORMATIVA DISTINTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(Relator (a): Flávio Humberto Pascarelli Lopes; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 05/11/2018; Data de registro: 05/11/2018) Deveras, a parte, desde o limiar da ação, tem ciência de que necessita realizar o preparo da demanda no prazo de quinze dias, bem como proceder à correta qualificação do réu para que a citação seja cumprida em dez dias. Desse modo, a contumácia do autor em promover a citação do réu no prazo assinalado elide a responsabilidade da máquina judiciária nesse tocante, rendendo ensanchas à extinção prematura do feito. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC, ante a inexistência de citação, enquanto um dos pressupostos de existência do processo. Custas pelo Requerente. Transitada em julgado a presente decisão, desentranhem-se as peças que instruem a inicial, devolvendo-as ao autor, caso este queira, tudo mediante cópia. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0626621-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene dos Santos Moreno - REQUERIDO: Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 20/09/2019 às 14h, na Sala de perícias do JUIZADO ESPECIAL FEDERAL, Avenida André Araújo, 25, Aleixo - Prédio da Justiça Federal, Tel (92)99461-6061, conforme informação da perita de fls.157.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0627072-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Eronaldo Dantas Chunha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Defiro a gratuidade da justiça. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627453-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar na carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628133-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, especifique qual a consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), uma vez que recolheu custas referentes a apenas 01 consulta. No caso de consulta no SIEL, a parte interessada deve informar o nome completo da genitora da parte a ser consultada.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628352-98.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DIOGO SAIA TAPIAS (OAB 313863/SP), ADV: SALEH E TAPIAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12887/SP) - Processo 0628771-84.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Vistos, etc... Cuida-se de demanda de despejo estribada na falta de pagamento do réu, com fundamento no art. 9º, III, da Lei 8.245/91, cumulada com cobranças de encargos locatícios. A parte autora carreia ao caderno processual cópia do contrato de locação, desprovido de garantia e relata que a locatária não efetua o pagamento de aluguel há 06 meses e encontram-se pendentes de pagamento outros encargos. Ante os argumentos apresentados e presente os requisitos autorizadores da concessão da liminar pretendida, conforme previsão do artigo 59, parágrafo 1º, inciso IX, da Lei Federal n 8.245/91, concedo a liminar postulada para determinar o despejo da Requerida do imóvel em questão, na forma do art. 59, podendo a desocupação ocorrer voluntariamente no prazo de 15 dias, sem prejuízo do emprego de força policial, caso necessário, de acordo com as condições do art. 65, da Lei de Inquilinato (nº

8.245). Intime-se o requerente para que proceda o depósito da caução no valor equivalente a três meses de aluguel para fins de cumprimento da liminar, em atenção ao disposto no art.59, §1º, da Lei do Inquilinato, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado para cumprimento da liminar e para citar o Requerido, consignando-se as prerrogativas dispostas nos arts. 59, §3.º (em 15 dias da citação, possibilidade de depósito dos valores cobrados para evitar a rescisão e a desocupação), e 62, II (o depósito deve abranger aluguéis e acessórios vencidos até sua implementação, multas ou penalidades contratuais, juros de mora, custas e honorários advocatícios de 10%, se a locação não dispuser diferente), ambos da Lei n.º 8.245/91, c/c o art. 344 do CPC. Na hipótese de purgação da mora, intime-se o Autor para se manifestar e, em havendo alegação de que a oferta foi insuficiente por remanescer valor específico, intime-se o Requerido Locatário para complementar o depósito em 10 dias, contados da sua intimação por advogado, em consonância com o art. 62, III, da Lei nº 8245/91. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerido, voltem-me os autos imediatamente conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629112-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, especifique qual a consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), uma vez que recolheu custas referentes a apenas 01 consulta. No caso de consulta no SIEL, a parte interessada deve informar o nome completo da genitora da parte a ser consultada.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0630184-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Celso de Souza - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0630451-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0631095-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: REGINA RAMOS DA COSTA - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em atençaõ ao pedido de fls. 203/205, determino que intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631859-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633294-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633542-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM), ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/

AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0635273-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Alzenir Oliveira Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 407/419, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0635536-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: PONTE IRMÃO & CIA LTDA - LOJAS ESPLANADAS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0638570-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - item III da tabela), ou informe se há interesse somente na citação dos executados.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0644345-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Para citação, forneça a exequente os meios necessários (recolhimento da taxa para expedição de carta de citação, ou diligência do Oficial de Justiça, indicando inclusive onde serão realizadas), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0649155-05.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REPTANTE: Raimunda Rodrigues Avelino - TERCEIRO I: Bradesco - Agência 3715, N° 237 - Vistos, Diante da petição de fls. 131/132, concedo o prazo de 48 horas para que o requerido se manifeste nos autos comprovando o pagamento do alvará, através de depósito/transferência na conta corrente indicada na petição, conforme já determinado pelo juízo, sob pena de aplicação de multa, que ora fixo em R$ 5.000,00, com limite de trinta dias-multa.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0655353-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elerson dos Santos Costa - REQUERIDO: BRADESCARD S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0655831-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDA MOREIRA BARROS (OAB 13113/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0656647-48.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Osmar

Bernardino da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso - Bss S.a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que cumpra a decisão interlocutória de fls. 183/184, no prazo de 15 (quinze) dias, na parte cujo teor segue abaixo: " havendo a ratificação da parte autora, intime-se a parte ré para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o seu consentimento acerca do aditamento da inicial; Após, os autos serão conclusos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0714300-18.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Moreira Barros (OAB 13113/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Cecília Salvador Marques (OAB 4318/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlo André de Mello Queiroz (OAB 6047/AL)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
DIOGO SAIA TAPIAS (OAB 313863/SP)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Gibran de Almeida Maquiné (OAB 3960/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (OAB 8974/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jaques Sonntag (OAB 5086/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 1273/AM)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Juliana Gorayeb Costa (OAB 4214/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antonio Goulart Lanes (OAB 41977/BA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Ruth Marinho da Silva (OAB 1879/AM)
Saleh e Tapias Sociedade de Advogados (OAB 12887/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ADNEY LUIS A. CASTRO (OAB 10.884/PA), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0047223-90.2002.8.04.0001 (001.02.047223-5) - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Christophe da Graça Mesquita - INTSSADO: Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Amazonas - DETRAN/AM - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte REQUERIDA para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1202/2019, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

Adney Luis A. Castro (OAB 10.884/PA)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0189/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0200318-91.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601816-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM) - Processo 0603953-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Rio Amazonas - Vistos, Em reanálise aos autos, verifico presentes as atas de assembléia que aprovaram as contribuições nos valores de R$1.200,00 e R$1.255,00 - a serem cobrados nos meses de junho a dezembro/2018 -, as cotas extras no valor de R$333,00 e R$666,00, referentes a implantação das pastilhas e a troca das janelas; respectivamente, e a competente ata que elegeu a síndica no mandato de março/2017 a fevereiro/2019. Não observo, contudo, a ata de reeleição da Sra. Cassilene Freitas da Silva, a comprovar sua capacidade processual de representar em juízo o polo ativo dessa demanda. Registro ainda que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, verifico que se impõe novamente emendar a exordial, na medida em que se faz necessário que a Exequente junte aos autos a ata de assembléia que a teria reeleito como síndica, suspendo, portanto, o processo por 15 (quinze) dias, nos termos do art. 76 do Código de Processo Civil. Ademais, intime-se a Exequente para que no mesmo prazo comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, a exemplo de balancetes anexados de fluxo de caixa ou outros documentos contábeis atuais, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça; ou, acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO CALEBE DO CARMO SANTOS (OAB 8078/AM), ADV: BRUNA MONTEIRO CHAVES (OAB 13926/AM) - Processo 0612980-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maikon Jhonatas Albuquerque Lima - Desse modo, indefiro o pedido de citação formulado em fls. 54/56. De outra banda, defiro o pedido de citação de fls. 53. Desse modo, pauto audiência de conciliação e mediação a ser realizada no Cejusc no dia 30/01/2020, às 10:30 horas e diante da gratuidade de justiça deferida ao Autor, determino que se expeça mandado de citação/intimação ao endereço informado em fls. 53. Int. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA DE CARVALHO SILVA (OAB 9608/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0613517-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA - REQUERIDO: COLMEIA RESIDENCIAL DO BOSQUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-SPE - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM) - Processo 0618181-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Set 6 Studio Eireli - Me - Vistos, etc, Set 6 Studio Eireli - ME e Albano dos Santos Monteiro Filho- ME transigiram em sede de audiência de conciliação, consoante termo de audiência em fls. 30/31. Nesse contexto, vieram-me os autos conclusos para sentença homologatória. É o relatório. Passo a decidir. O art. 487, III, "b" do CPC, estabelece que haverá resolução do mérito quando as partes transigirem, devendo o juiz homologar o acordado quando a conciliação for possível. No vertente episódio, a transação apresentada às fls. 30/31 denota concessões mútuas na forma do art. 840, e seguintes do CC, e as formalidades (capacidade postulatória, p. e.) suficientes ao atendimento das exigências processuais para sua regular homologação. Ante o exposto, homologo o pacto trazido às fls. 30/31 para resolver o mérito da causa nos moldes do art. 487, III, "b" do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art. 90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JÚNIOR (OAB 39768/SP), ADV: JOAQUIM VITAL PINHEIRO E SILVA (OAB 10206/AM), ADV: RICARDO DA COSTA ALVES (OAB 53379/PR), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) -

Processo 0618525-63.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tag Comércio de Tintas Ltda - REQUERIDO: Paulista Business Commércio Importação e Exportação de Produtos Elétricos Ltda. - A B Servilha dos Santos - Me - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida, especificamente o Dr. Ricardo da Costa Alves OAB/RJ 102800 para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0619011-14.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Celio Martins de Araujo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM), ADV: MARISTELA LAGO PINHEIRO DE LIMA (OAB 4461/AM) - Processo 0621065-60.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Francilena Menezes Gadelha - REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S/A - Vistos, Trata-se de Cumprimento Definitivo de Sentença proposta por Francilena Menezes Gadelha, já qualificada nos autos, em face de HSBC Bank Brasil S/A, também individualizado nos autos. À vista do depósito em fls.410/412, decido, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil, extinguir a presente execução, autorizando; em conseqüência os necessários levantamentos, conforme requerido pela Exequente em fls.414. Observadas as formalidades legais, ultime-se a respectiva baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621548-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0623464-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Maria Lourenco - Vistos, Considerando que o Banco Autor recusou a proposta conciliatória formulada pela Ré em fls. 71, bem como o bem já restou por ser apreendido conforme se observa em fls. 79/80, decido pelo julgamento antecipado da lide, à vista de que a hipótese encartada nos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória, nos termos do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0624061-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando que não foi atribuído efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Autor em face da decisão de fls. 47/48, conforme se observa em fls. 57/62, determino que se lhe intime a fim de que proceda ao recolhimento das custas de diligência do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação, expeça-se mandado de busca e apreensão ao endereço indicado em sua exordial. Int. Cumpra-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0626447-97.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Janine Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente ação, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Diante da sucumbência da Autora, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, a correr juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ADRIANA ARAÚJO FURTADO (OAB 59400/DF), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: JULYHELLEN GODOFREDO BRAGA (OAB 41703/DF) - Processo 0627134-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Jose de Jesus Campos Amud - Inicialmente, afasto a arguição de carência de ação suscitada pelo Requerido em Contestação de fls. 55/61, posto que presentes as condições da ação contidas no art. 17, do CPC. Adiante, verifico que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Por derradeiro, defiro o beneplácito da gratuidade de justiça ao Requerido, nos termos do art. 98, §1°, do CPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0627430-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavio Cavalcante de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos, Trata-se de Cumprimento Definitivo de Sentença proposta por Flávio Cavalcante de Oliveira, já qualificado nos autos, em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, também individualizada. À vista dos comprovantes de depósito em fls.184 e 192, decido nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil, por extinguir a presente execução; autorizando, em conseqüência os necessários levantamentos, na forma como requerido pelo Exequente em fls.193. Observadas as formalidades legais, ultime-se a baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0627557-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, Em detida análise dos autos, verifico que a Ré quedou-se inerte após devidamente citada, conforme se vê em fls. 50, bem assim certificado em fls. 51. Assim, declaro sua revelia, na forma do artigo 344 do CPC, aplicando-se a ela os efeitos da presunção de veracidade das alegações formuladas pelo Autor. Isso posto, ante a ausência de requerimento de prova, na forma do art.349 do CPC, decido pelo julgamento antecipado da lide, conforme o disposto no art.355, II, do CPC. Intime-se o Autor sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0627961-80.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Suely de Vasconcelos Maia - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Vistos, etc Considerando que através do teor do petitório em fls.143, descumpre o Réu a determinação em fls.140 em que lhe determina o juízo deposite junte à Secretaria da 4a. UPJ os originais dos documentos em fls.33/35, a fim de que possa ocorrer a perícia

grafotécnica nos autos, aos simplórios argumentos de que não requereu a realização da referida prova, tampouco que já teria ofertado tais documentos com a contestação, esclareço: a uma; a realização de prova pericial nos autos ocorre por determinação de ofício pelo juízo, ex vi do art.95 do CPC e; a duas, os documentos juntados em fls.33/35 com a oferta de contestação não são originais, senão cópias destes. Em assim sendo, reitero ao Banco Requerido o inteiro teor da decisão de fls.140 em prazo último de 30 (trinta) dias, pena de aplicação de multa diária de R$1.000,00 até o limite de 10 (dez) dias-multa, em observância ao disposto nos arts.139, IV e 537 do CPC. Juntados referidos documentos, certifique-se e notifique-se o perito judicial à realização da prova. Int. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629438-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Lopes da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/12/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0631039-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Banco Cruzeiro do Sul S/A em face de Joaquim Silva Lima. Ab initio, defiro ao Requerente o beneplácito da assistência judiciária gratuita, visto que preenche os requisitos legais para sua obtenção, na forma do disposto no art. 98, § 1º, do CPC. Em análise à manifestação de fls. 168/172, observo que ocorreu renegociação no valor pactuado no contrato de nº 466597479; o que explica, portanto, a TED em valor diverso àquele financiado. Isso posto e com a tela de captura do sistema apresentado em fl. 169 que discrimina o número do contrato e as quantias liberadas para o Requerido, entendo por demonstrado quanto a existência do direito alegado. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, o Contrato de Crédito Pessoal de nº 470915196 (fls. 16/17), o Comprovante de Transferência Eletrônica (fl.40), Relatório de Cobrança (24/31) e a tela de captura de sistemas (fl. 169) referentes ao contrato de nº 466597479. Observo ainda às fls. 18/20 e 21/23 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do art. 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido Dessa maneira, estando presentes os requisitos estampados no §2º do art. 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de mandado de pagamento, conforme o caput do art. 701, devendo-se citar o Réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague ao Autor a importância de R$: 437.280,96 (quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste no mandado de pagamento a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme assim dispõe o art. 701, §1º do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0633502-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/01/2020 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUIZ FELIPE MEDEIROS SILVEIRA DA COSTA (OAB 109623/RS), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0633862-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - AGRAVANTE: Ana Beatriz da Cruz Sousa Alves - AGRAVADO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM) - Processo 0634047-04.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ester Machado Naveca - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Intimo, ainda, para que apresente o número dos CPFs dos sócios, dados necessário para pesquisas em sistemas conveniados. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0634194-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Easy Residence - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0634393-52.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em

Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Vistos, Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por Banco Pan S/A, já qualificado nos autos, em face de Rafaela Conceição de Macedo, igualmente individualizada nos autos. À fl. 129, o Autor requereu a homologação da desistência da ação. Observo que a Ré não foi citado e, portanto, não ofertou contestação. Ante ao exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Por conseguinte, revogo a liminar de fl. 32/33. À luz do disposto no art. 90 do CPC, condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais. Assevero ainda que deixo de condenar o Autor a pagar honorários advocatícios sucumbenciais em virtude de não ter a Ré por sequer ter sido citada, tampouco constituído advogado. Ademais, não verifico nos autos qualquer determinação para a restrição judicial do bem junto ao Detran/AM ou Renajud, razão pela qual indefiro o pedido de expedição de ofícios a tais órgãos. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0635444-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0635444-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - Vistos, etc Reporto-me ao pedido de fls.68/75 e documentos em fls.76 a 134. Nesse contexto, analisando referido requerimento e os novos documentos que a ele carreia, não vislumbro razões à reconsideração dos fundamentos expendidos na decisão interlocutória de fls. 63/65, a qual mantenho por seus jurídicos e legais fundamentos. Int. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0636489-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cond. Residencial Moradas do Parque - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/01/2020 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0636755-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Chelzea Lamarao Vilas Boas e outro - Ante ao exposto, nos termos do artigo 290, combinado com o artigo 485, inc. IV, ambos do NCPC, determino ocorra o cancelamento da distribuição do presente feito, extinguindo o processo sem resolução do mérito, posto que, conforme aqui delineado, deixam os Autores transcorrer in albis o prazo para realizar o correto recolhimento das custas processuais. Por derradeiro, ressalto ser incabível a condenação dos Requerentes ao pagamento de custas e demais despesas processuais, pois que não fôra constituído o fato gerador que tornaria possível a cobrança (TJ-SP - APL: 10080383820168260223 SP 1008038-38.2016.8.26.0223, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 18/05/2017, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/05/2017). Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos, procedendo-se à baixa no SAJ. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0637149-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: João José da Silva Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/12/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0637619-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0638120-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 28/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTA KALLINY AFONSO LIMA (OAB 14021/AM) - Processo 0638320-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisca Angélica dos Santos Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/12/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa

de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0638617-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gree Electric Appliances do Brasil Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/12/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM) - Processo 0638719-55.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ester Machado Naveca - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0640461-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por Banco Bradesco Financiamentos S/A, já qualificado nos autos, em face de Antônio Franco Simão, igualmente individualizado nos autos. À fl. 38, o Autor requereu a homologação da desistência da ação. Observo que o Réu não foi citado e, portanto, não ofertou contestação. Ante ao exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no art. 485, VIII, do CPC. Por conseguinte, revogo a liminar de fl. 27/28. À luz do disposto no art. 90 do CPC, condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais. Assevero ainda que deixo de condenar o Autor a pagar honorários advocatícios sucumbenciais em virtude de não ter o Réu por sequer ter sido citado, tampouco constituído advogado. Ademais, não verifico nos autos qualquer determinação para a restrição judicial do bem junto ao Detran/AM ou Renajud, razão pela qual indefiro o pedido de expedição de ofícios a tais órgãos. Por derradeiro, determino ocorram providências pela Secretaria da 4ª UPJ para que se oficie à Central de Mandados, encarecendo providências junto ao Oficial de Justiça recebedor do mandado de fl.35 para que devolva o referido expediente. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM) - Processo 0640646-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Diana Catheren Castro Aristi - Vistos, etc Vislumbro que a Autora carreou aos autos como prova de insuficiência de recursos os documentos em fls. 84/103. Tais documentos; entretanto, evidenciam que a Requerente apresenta aporte financeiro suficiente ao regular pagamento das custas processuais. Nesse contexto, decido por: indeferir o pedido de gratuidade de justiça, ex vi do art. 99, §2.º, do CPC; e determinar que se intime a Autora para promover o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JOAO LEITE (OAB 7460/AM), ADV: SÉRGIO MIRISOLA SODA (OAB 257750/SP), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0641474-86.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otávio Bezerra Meireles e outros - REQUERIDO: CARREFOUR PROM DE VENDAS E PARTICIPAÇÕES LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644167-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Vanessa Cleyce Pereira de Souza - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Vanessa Cleyce Pereira de Souza em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 26/216. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que a Autora preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int. Cumpra-se.

Adriana Araújo Furtado (OAB 59400/DF)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruna Monteiro Chaves (OAB 13926/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabíola de Carvalho Silva (OAB 9608/AM)
Fabrício Calebe do Carmo Santos (OAB 8078/AM)

Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Francisco Antonio Fragata Júnior (OAB 39768/SP)
Francisco Joao Leite (OAB 7460/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Joaquim Vital Pinheiro e Silva (OAB 10206/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Julyhellen Godofredo Braga (OAB 41703/DF)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Medeiros Silveira da Costa (OAB 109623/RS)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maristela Lago Pinheiro de Lima (OAB 4461/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Ricardo da Costa Alves (OAB 53379/PR)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Kalliny Afonso Lima (OAB 14021/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Sérgio Mirisola Soda (OAB 257750/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0191/2019

ADV: BRUNO JÚNIOR BISINOTO (OAB 002.780/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM) - Processo 0027973-32.2006.8.04.0001 (001.06.027973-8) - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Souza Castro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos. INTIME-SE o Requerido para que se manifeste acerca da petita a fls. 512/516, no prazo de 15 (quinze) dias. DETERMINO a REMESSA dos autos à CONTADORIA para que se PRONUNCIE, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, acerca da DIVERGÊNCIA DE VALORES, observando os critérios a fls. 350/352. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0224561-41.2008.8.04.0001 (001.08.224561-5) - Monitória - Inadimplemento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - In casu, entendo que não foram esgotadas as diligências necessárias para a localização do requerido, pelo que indefiro o pedido de citação por edital e determino a intimação do requerente para recolher as custas das diligências (carta/mandado), devendo ser expedida/cumprido ao endereço apontado no SIEL, a fl. 190, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0601850-88.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raissa Maria Barbosa da Costa - REQUERIDO: Agência de Publicidade Amazonas Notícias Ltda - Me - Vrl Servicos de Informacao Na Internet Ltda Me - Portal Amazonas Atual - Norte Editora Ltda. - Me (Jornal Amazonas Em Tempo) - Televisao A Crítica Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SCOTY DE SOUZA DINIZ (OAB 12424/AM) - Processo 0603622-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Associação dos Proprietários, Lojistas e Amigos do Eliza Miranda Mall - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0603848-33.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: ELIZABETH SIMAS DA SILVA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM) - Processo 0606590-94.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: R & S Comércio de Combustível e Derivados de Petrópolis Ltda - REQUERIDO: Aptec- Tecnologia de Administração & Pagamentos - Pois bem, considerando que a EXECUTADA não apresentou manifestação quantos aos bloqueios, DETERMINO, com fundamento no art. 854, §5º, do CPC, a CONVERSÃO da indisponibilidade em PENHORA, com a consequente TRANSFERÊNCIA dos VALORES BLOQUEADOS a fls. 83/84 e 140/141 para a CONTA JUDICIAL vinculada ao presente feito. Efetuada a transferência dos valores, expeça-se ALVARÁ JUDICIAL em favor da EXEQUENTE. No mais, em razão das infrutíferas tentativas de satisfação integral do crédito exequendo, via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, bem como da inércia da Devedora em por fim ao litígio, considerando os princípios da colaboração processual e da razoável duração do processo, DETERMINO que a EXECUTADA, no prazo de 15 (quinze) dias, INDIQUE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA, sob pena de, omitindo-se, considerar-se ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 774, V, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE) - Processo 0609032-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pemar

Comércio e Importação Ltda - REQUERIDO: General Motors do Brasil Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0609716-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alynne Esteves de Lima - REQUERIDO: Colméia Residencial do Bosque Empreendimentos Imobiliários Llda-spe - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0610102-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Daniele Cohen Mileo - REQUERIDO: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610869-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0612541-69.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0615686-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP) - Processo 0616001-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andreza Cristina Leal Navarro - REQUERIDO: Tam Linhas Aereas S/A - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença Por fim, determino à secretaria que proceda a RETIFICAÇÃO do polo passivo, qual seja, LATAM AIRLINES BRASIL I. C.

ADV: ANDRÉA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 4255/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0616417-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sistema Atlanta Ltda - REQUERIDO: Edwar de Aguiar Cardoso - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre a contestação à reconvenção.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: HOMERO TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 26069/CE) - Processo 0620852-54.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimundo Nonato Martins Maquine - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Intime-se a Fazenda, através do Portal Eletrônico, para querendo, em 30 (trinta) dias, impugnar a execução e/ou trazer os cálculos que entende corretos para fins de liquidação da condenação pecuniária, tendo em vista que possui todos os dados para realização do cálculo, nos termos do artigo 535 do CPC. À Secretaria para proceder à evolução de classe para cumprimento de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0623992-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Laiana Said Finotti de Oliveira - Bruno Finotti de Oliveira - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Indefiro o requerimento de citação por edital formulado pela parte autora, haja vista que não foram esgotados todos os meios de localização da requerida. Posto isto, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Observo que, se houver interesse do Requerente na realização de pesquisas via Infojud, Renajud e Bacenjud, para localização de endereços do Requerido, defiro-o desde já. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624397-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thiago Magalhães Rodrigues - Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 04/11/2019 às 13:30, na sede deste juízo (sala 2). Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Cite(m)-se e intime(m)-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0628117-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Valdete da Silva da Costa - DECISÃO: Isto posto, sem audiência da parte contrária e independentemente da prestação de caução, uma vez demonstrada a presença dos requisitos essenciais, DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada, nos termos do art. 300, do CPC, para os fins de DETERMINAR que o requerido BANCO ITAÚ CONSIGNADO S/A adote as providências necessárias ao CANCELAMENTO/RETIRADA do NOME e CPF da requerente VALDETE DA SILVA DA COSTA do CADASTRO de INADIMPLENTES perante aos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC e SERASA, em relação ao CONTRATO/FATURA n. 556321981, no valor de R$ 203,30, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 30 (trinta) dias/multa. Expeçam-se OFÍCIOS ao SPC e SERASA comunicando esta decisão. No mais, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, entendo que a

Autora é hipossuficiente para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, DETERMINO a INVERSÃO do ÔNUS DA PROVA. Considerando a possibilidade de autocomposição, DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 05/11/2019 às 09h30, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO o pedido de gratuidade judiciária. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0630030-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631092-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0631931-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cond. Smile Village Passeio do Mindu - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0633283-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0634823-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cérvulo Aires Ferreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0635126-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0636607-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0637035-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0638236-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - Isto posto, sem audiência da parte contrária e independentemente da prestação de caução, uma vez demonstrada a presença dos requisitos essenciais, DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada, nos termos do art. 300, do CPC, para os fins de DETERMINAR que a REQUERIDA VIVO S/A (TELEFÔNICA BRASIL S/A) adote as providências necessárias ao CANCELAMENTO/RETIRADA do NOME da requerente INFO STORE COMPUTADORES DA AMAZÔNIA LTDA do REGISTRO DE INADIMPLÊNCIA realizado junto ao SPC/SERASA, bem como que SE ABSTENHA em PROCEDER à NOVA INCLUSÃO do NOME da REQUERENTE nos CADASTROS RESTRITIVOS dos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, em relação às faturas e valores aqui discutidos, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais) até o limite de 30 (trinta) dias/multa. Expeçam-se OFÍCIOS ao SPC e SERASA comunicando esta decisão. No mais, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, entendo que a Autora é hipossuficiente, tecnicamente, para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, DETERMINO a INVERSÃO do ÔNUS DA PROVA. Considerando a possibilidade de autocomposição, DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 05/11/2019 às 10h, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. PROCEDA à AUTORA ao RECOLHIMENTO das CUSTAS destinadas à expedição da CARTA DE CITAÇÃO da REQUERIDA e dos OFÍCIOS destinados ao SPC e SERASA, juntando aos autos os respectivos comprovantes. Após, cite-se e expeçam-se os ofícios. I.C.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0638515-06.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum -

Inventário e Partilha - REQUERENTE: Frankney Sampaio Leitão - Isto posto, sem audiência da parte contrária e independentemente da prestação de caução, uma vez demonstrada a presença dos requisitos essenciais, DEFIRO PARCIALMENTE a TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300, do CPC, para os fins de DETERMINAR que a Requerida REESTABELEÇA o SERVIÇO de FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, na residência do Autor, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 30 (trinta) dias/multa. INDEFIRO o pedido de TUTELA quanto a transferência de débito para o contrato de locação com a Sra. Deyse Andrade de Souza que será analisado ao longo da instrução processual. No mais, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, entendo que o Autor é hipossuficiente para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, DETERMINO a INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. Considerando a possibilidade de autocomposição, DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 04/11/2019 às 12h00 a ser realizada na sede deste Juízo (sala 2), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO os benefícios da Justiça Gratuita em favor do Requerente. CITE-SE e INTIMEM-SE com as cautelas de praxe.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640960-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elizangela Sousa de Oliveira - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0641062-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Pâmella Cordeiro Salgado - INDEFIRO os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA. INTIME-SE a AUTORA, na pessoa seu advogado, para realizar o pagamento das custas processuais e despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC/2015, art. 290 c/c 485, IV). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641175-07.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0641964-11.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ,, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0642644-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: David Marques da Silva - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. A análise do pedido de antecipação será feita após a juntada do laudo da perícia médica. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643336-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Elida Santos da Silva - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643424-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Janderley Pinto Ferreira - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0643475-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AGRAVANTE: F.D.P.E.A.F. - Assim, demonstrado que esta, por ser uma Vara Cível, não tem competência para processar e julgar os presentes autos. Em razão do exposto, declino da competência para processo e julgamento da presente demanda em favor da VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE da comarca de Manaus, via distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0643865-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabete Francis Martinez Tapia - DECISÃO: Isto posto, sem audiência da parte contrária e independentemente da prestação de caução, uma vez demonstrada a presença dos requisitos essenciais, DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300, do CPC, até ulterior deliberação, para os fins de DETERMINAR que a Requerida - BRAGA VEÍCULOS LTDA DISPONIBILIZE a Autora, no PRAZO de 72 (setenta e duas) horas, um veículo automotor modelo CHEVROLET/ÔNIX 1.4 AT LT, MODELO 149583, ou EQUIVALENTE, sob pena de multa diária na ordem de R$ 300,00 (trezentos reais) até o limite de 90 (noventa) dias. Considerando altamente viável a autocomposição, designo AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 05/11/2019 às 12h30 a ser realizada na sede deste Juízo, sala 2. DEFIRO a gratuidade judiciária. EXPEÇA-SE o MANDADO de INTIMAÇÃO e CUMPRIMENTO. À Secretaria, para expedição das diligências necessárias à CITAÇÃO E INTIMAÇÃO das partes, com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do CPC.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0643942-81.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Luana Salgar Pontes - Vistos. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais, na qual pretende a autora, em sede de tutela provisória, seja a instituição financeira ré compelida a suspender a realização de cobrança de tarifas bancária com os títulos de CESTA BÁSICA EXPRESSO na conta da autora. Ainda que se possa discutir em fase de cognição mais profunda a natureza dos encargos administrativos debitados pela instituição financeira na conta do autor, não se visualiza, por ora, risco de dano irreparável ou de difícil reparação que justifique a pretensão de imediato da suspensão dos encargos. Vê-se que os descontos em seu conta corrente, os quais a autora alega indevidos, supostamente ocorrem desde setembro de 2014, não se tratando de cobrança atual. Ao contrário, é antiga e reiterada, em relação a qual apenas agora a se insurge a Autora. Assim, também não visualizo o perigo da demora, mesmo porque, em caso de reconhecimento judicial de que a cobrança é indevida, tais valores serão restituídos à Autora, a posteriori. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos", designo a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 05/11/2019 às 11h30, na sede deste Juízo (sala 2) Cite(m)-se e intime(m)-se. Defiro à autora os benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC)

- Processo 0644155-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Tatiana Alves Linhares - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SUIDÉA LEONCINI COSTARD (OAB 285825/SP) - Processo 0644176-63.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Compomil Componentes Eletrônicos Ltda - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, mediante CARTA com AVISO DE RECEBIMENTO, para que, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida. Em caso de o (a) EXECUTADO(a) NÃO EFETUAR o PAGAMENTO no PRAZO assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA on line, via BACENJUD, em conformidade com o art. 854, do CPC. Façam-se presentes na CARTA, os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do(a) EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO DAS CUSTAS de EXPEDIÇÃO de CARTA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se a CARTA DE CITAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0646887-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Olgarina de Souza Correa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Elda Reis Mendonça (OAB 4255/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Bruno Júnior Bisinoto (OAB 002.780/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Homero Teixeira Júnior (OAB 26069/CE)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180A/CE)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Scoty de Souza Diniz (OAB 12424/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Suidéa Leoncini Costard (OAB 285825/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0000910-66.2005.8.04.0001 (001.05.000910-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Considerando a faculdade prevista no art. 829, §2º do CPC, intime-se o Executado, pessoalmente, para que indique bens à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais/diligência do oficial de justiça, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. O ato de intimação fica condicionado à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0017966-83.2003.8.04.0001 (001.03.017966-2) - Processo de Execução -

Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Itautinga Agro-industrial S/a. - REQUERIDO: Jota Sat Comercial Ltda - Considerando a faculdade prevista no art. 829, §2º do CPC, intime-se o Executado, pessoalmente, para que indique bens à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais/diligência do oficial de justiça, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. O ato de intimação fica condicionado à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: JOSÉ IVAN REBELLO DE SOUZA (OAB 2794/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MANOEL DO CARMO NEVES SILVA (OAB 284/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM), ADV: MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA (OAB 27109/PR), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0048083-91.2002.8.04.0001 (001.02.048083-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Considerando a faculdade prevista no art. 829, §2º do CPC, intime-se o Executado, pessoalmente, para que indique bens à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais/diligência do oficial de justiça, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. O ato de intimação fica condicionado à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM), ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 4115/RO), ADV: HIRON FERREIRA LIMA (OAB 2304/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO MITOSO JÚNIOR (OAB 1585/AM), ADV: LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS (OAB 52529/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0204791-28.2009.8.04.0001 (001.09.204791-3) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Aime Cavalcante da Câmara - Leilane Costa Oliveira e outros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, não conheço a impugnação ao cumprimento de sentença, mas homologo o cálculo apresentado pelo contador do juízo, fixando o valor da execução em R$ 82.370,16 (oitenta e dois mil, trezentos e setenta reais e dezesseis centavos), convertendo a indisponibilidade dos ativos financeiros do executado em penhora no valor acima mencionado, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do referido montante indisponível via Bacenjud à fl. 374 para a conta vinculada a este juízo, bem como determino o cancelamento do excesso de indisponibilidade no valor de R$ 473.236,70 (quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos).

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0205693-10.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Considerando a faculdade prevista no art. 829, §2º do CPC, intime-se o Executado, pessoalmente, para que indique bens à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais/diligência do oficial de justiça, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. O ato de intimação fica condicionado à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM) - Processo 0220497-36.2018.8.04.0001 (processo principal 0703947-16.2012.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Compra e Venda - REQUERENTE: Bertolini da Amazônia Indústria e Comércio Ltda - BERTOLINI DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Atravessou a petição de fls. 82-85, onde requer o acolhimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica e a indisponibilidade dos ativos financeiros do réu EZEQUIEL ALVES PRAIA.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: GIZÉLIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 6491/AM), ADV: MARCOS ANTONIO RIBEIRO DA CRUZ (OAB 6043/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: AMMER HAUACHE MONTE (OAB 7753/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: MÉRLYN SCHILLER (OAB 6994/AM), ADV: BENEDITO CARLOS VALENTIM (OAB 4114/AM) - Processo 0242369-88.2010.8.04.0001 (001.10.242369-6) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Walter Rodrigues da Cruz - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante da petição de fls. 1821-1824, determino que a Ré cumpra a decisão prolatada em segunda instância às fls. 1285-1288, promovendo o pagamento das despesas necessárias para realizar o procedimento cirúrgico mencionado, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ADV: CARLA REJANE ALVES DINELLY (OAB 11390/AM), ADV: ROSIEL LIMA MARQUES (OAB 13263/AM) - Processo 0242840-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Antônio da Cunha Braga - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CARLA REJANE ALVES DINELLY (OAB 11390/AM), ADV: ROSIEL LIMA MARQUES (OAB 13263/AM) - Processo 0242840-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Antônio da Cunha Braga - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação,

de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: LAURA DRIELE GOMES MELO BARBOSA (OAB 7353/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: WALEWSKA TELLES DE SOUSA PINHEIRO COELHO (OAB 4675/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0246052-36.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0621638-98.2013.8.04.0001) - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Adrianópolis Apart Service - REQUERIDO: Waleska Telles de Sousa Pinheiro Coelho e outro - Ante o exposto, pelas judiciosas razões acima expendidas, não se depreendendo dos autos vícios cognoscíveis de ofício ou questões que, a par da necessidade de provocação, mostrem-se evidentes o bastante para afastar qualquer juízo de dúvida a ensejar a dilação probatória, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. Prossiga o Exequente, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: DIRCEU ANSELMINI (OAB 81391/RJ) - Processo 0600025-85.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: O.M.S.C. - REQUERIDO: P.D. - A.D.E. - Manifestem-se as partes acerca da petição de fls. 652-653, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0602117-60.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Considerando que a parte Executada deixou transcorrer o prazo sem apresentar embargos à execução, conforme certificou a secretaria à fl. 70, prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: LUIZ ROBERTO HIJO SAMPIETRO (OAB 208254/SP) - Processo 0602604-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Sovel da Amazônia Ltda e outro - REQUERIDO: Atlas Copco Brasil Ltda. - Defiro a produção das provas deponencial e/ou testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 09/04/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0605780-51.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Mario Jorge Rodrigues de Barros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARLON TRAMONTINA CRUZ URTOZINI (OAB 203963/SP), ADV: GERSON DA SILVA OLIVEIRA (OAB 8350/MT) - Processo 0606489-28.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de devidamente citada (fl. 89), DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada B. P. BARRETO DE SOUZA - ME (Empresário Individual), inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.139.255/0001-53; e BRUNA PAES BARRETO DE SOUZA, inscrita no CPF-MF sob o nº 620.827.792-20, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução, conforme planilha de cálculo de fl. 99. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM), ADV: DANIEL RIVORÊDO VILAS BOAS (OAB 74368/MG), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0606855-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Eliete Soares Martins - Emerson Redig de Oliveira e outro - REQUERIDO: Fca Fiat Chrysler Automoveis Brasil Ltda - Fiori Veicolo S/A - DEFIRO o pedido de produção de prova pericial, requerida pelas partes às fls. 20, 206 e 288 dos autos. NOMEIO o Dr. José Emanuel Do Vale, Engenheiro Mecânico, endereço eletrônico: emanuelbraz@hotmail.com; contato telefônico: (92) 9 8196-0606, para atuar como perito no feito. INTIME-SE o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do CPC/15.

ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC) - Processo 0611067-29.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a - Basa - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de devidamente citados, conforme certificado à fl. 157, DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada Paula Frassinetti Correa Lima Omena-ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.574.054/0001-72; Paula Frassinetti Correa Lima Omena, inscrita no CPF-MF sob o nº 436.381.632-53; e Stephen Rafael Sacha Bryan, inscrita no CPF-MF sob o nº 347.518.742-68, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução. Intime-se a parte exequente para: 1) apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, o demonstrativo atualizado e discriminado de crédito. 2) promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611441-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas BACENJUD e RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, L. L. CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, sob o CNPJ de Nº 06.067.915/0001-09. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0611598-47.2019.8.04.0001

- Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José de Ribamar Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 28,16% (vinte e oito virgula dezesseis por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em agosto de 2015, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Tendo em vista que a parte autora decaiu em parte mínima do pedido, ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0612052-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, SINEIA ALVES TAVARES, CPF 571.975.042-87. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM) - Processo 0612184-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Olga Costa da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental Sa - Defiro o pedido de produção de prova pericial no hidrômetro, requerida pela Demandante à fl. 316. Nomeio o Sr. Paulo Cezar Correa Vieira, Engenheiro Civil, cadastrado no painel de peritos judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas, para atuar como perito no feito. Em virtude da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça, o pagamento dos honorários de perito será efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme art. 1º da Resolução 127/2011 do CNJ e Portaria 1.233/2012-DVESXPED/TJ-AM. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0613475-95.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - Isto posto, INDEFIRO o pedido de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e dos cartões de crédito. Prossiga o exequente, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: LUCIANA DE SOUZA BREVES (OAB 11270/AM), ADV: JULIANA PINHEIRO SOARES ALENCAR SILVA GAIA (OAB 13702/AM) - Processo 0614654-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Patricia da Silva Rocha - REQUERIDO: Ricardo Anibal Ângulo Cuelar - LG Muelas Ltda - Defiro o pedido de produção de prova pericial médica, requerida pela Demandante à fl. 236. Nomeio o Dr. Ricardo Goes Figueiras, médico, telefone: (92) 36593943, cadastrado no Painel de Peritos Judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas para atuar como perito no feito. Em virtude da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça, o pagamento dos honorários de perito será efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme art. 1º da Resolução 127/2011 do CNJ e Portaria 1.233/2012-DVESXPED/TJ-AM. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0614898-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marly R. dos Santos - REQUERIDO: Metlife - Metropolitam Life Seguro e Previdência Privada - Defiro o pedido de produção de prova pericial médica, requerida pelas partes, ressaltando que a parte ré, nos termos do art. 6º do CDC, a parte Ré arcará com as despesas da perícia. Nomeio o Dr. Francisco Batista de Almeida, CRM/AM 3009, e-mail: franciscobatista2005@hotmail.com; telefone: (92) 98135-9779, Médico do Trabalho, para atuar como perito no feito. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM) - Processo 0615245-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edinaldo Mariano Batista - REQUERIDA: Etelvina Abrahim Ferreira - À Secretaria, para reiterar a intimação da Sra. Perita, a fim de informar se a perícia foi realizada, e, em caso positivo, para que apresente o laudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0615495-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Edivania dos Santos Schropfer - Indefiro a produção de prova deponencial para esclarecimento dos termos do negócio entabulado entre as partes, vez que no caso em tela basta analisar a prova documental acostada pelas partes. Ressalto ainda, com fulcro no art. 371 do CPC, sendo o juiz o destinário final das provas, entendo que as testemunhas em nada acrescentariam para elucidar os fatos narrados, diante das provas já colacionadas. Voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0617286-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yacy Yone Ferreira Andrade - REQUERIDO: Óticas Veja - I - Diante da petição de fls. 111-112, redesigno o dia 14/04/2020 às 10:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo, para a produção de prova testemunhal, nos moldes da decisão de fl. 105. II - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência.

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM) - Processo 0619428-74.2013.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Inadimplemento - REQUERENTE: ANTONIA CLAUDIA PINHEIRO COELHO - REQUERIDO: OLAVO DE ALMEIDA BARBOSA - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de devidamente intimado, conforme certificado pelo Cartório à fl. 103, aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, bem como, honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada OLAVO DE ALMEIDA BARBOSA, inscrito no CPF-MF sob o nº 240.421.102-15, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução, conforme planilha de cálculo de fl. 109. Cumpra-se.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0620509-82.2018.8.04.0001 -

Recuperação Judicial - Administração judicial - REQUERENTE: Hobby Brinquedos Ltda - Diante da petição de fl. 566, no qual a empresa de Administração Judicial declinou do encargo, intime-se a recuperanda autora para informar acerca do atual funcionamento da empresa, bem como para apresentar os fluxos de caixa e balanços patrimoniais do último exercício social, nos termos do art. 51, II da Lei nº 11.101/05, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, analisarei a necessidade de nomeação de novo Administrador Judicial. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0621730-37.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM), ADV: PAULO COUSSIRAT JÚNIOR (OAB 174358/SP) - Processo 0622997-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: P S R Comercio Representacao e Distribui - REQUERIDO: RC COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA COMUNICACAO VISUAL LTDA - Banco do Brasil S/A e outro - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de devidamente intimada, conforme certificado pelo Cartório à fl.231, aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, bem como, honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada PSR COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 03.371.596/0001-24, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução, conforme planilha de cálculo de fl. 250. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: SABRINA BEZERRA FORTUNATO (OAB 10085/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623648-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Ricardo Prado da Silva - REQUERIDO: Wanderley Prado da Silva - Josafa Araujo Mota e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623769-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante da petição de fl. 158, destituo o Sr. Delfino Pereira de Souza Filho do encargo de perito. Nomeio o Sr. Amarildo Almeida de Lima, Engenheiro Elétrico, CREA/ 7835-D, e-mail: amarildolima@hotmail.com; telefone: 92 99989-9169, para atuar como perito no feito. Em virtude da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça, o pagamento dos honorários de perito será efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme art. 1º da Resolução 127/2011 do CNJ e Portaria 1.233/2012-DVESXPED/TJ-AM. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0626426-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Mayane Serrão da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM) - Processo 0628869-11.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING PONTA NEGRA e outro - REQUERIDO: L. R. PINTO NOVAIS ME (LIIX) - Defiro o pedido das autoras e em consequência concedo novo prazo de 10 (dez) dias para que a parte requerida apresente o Plano de Administração, sob pena de multa diária de R$ de 300 (trezentos reais).

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0631177-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0631845-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Marcelo Bezerra Pinheiro - REQUERIDO: Tecon - Tecnologia Em Construções Ltda - Defiro a produção das provas deponencial e/ou testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 31/03/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes, seus advogados/defensores públicos, que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632784-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Samuel Neto Caldas - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do

Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 004/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0632861-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante ao exposto, com fundamento no Art. 485, VI do CPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CRISTIENE PEREIRA SILVA COUTO (OAB 21768A/GO), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633899-90.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Marco Antonio Queiroga - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0634248-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Samuel da Costa Monteiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de produção de prova pericial no hidrômetro, requerida pela Demandante à fl. 141. Nomeio o Sr. Paulo Cezar Correa Vieira, Engenheiro Civil, cadastrado no painel de peritos judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas, para atuar como perito no feito. Em virtude da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça, o pagamento dos honorários de perito será efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme art. 1º da Resolução 127/2011 do CNJ e Portaria 1.233/2012-DVESXPED/TJ-AM. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0635102-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0635126-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Davi Guedes Dias de Souza - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Defiro o pedido de produção de prova pericial médica, requerida pela parte ré, devendo esta arcar com as despesas da perícia. Nomeio o Dr. Francisco Batista de Almeida, CRM/AM 3009, e-mail: franciscobatista2005@hotmail.com; telefone: (92) 98135-9779, Médico do Trabalho, para atuar como perito no feito. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: ISABELLA VALOIS COELHO CHAVES (OAB 3570/AM), ADV: RICARDO JOSÉ ALVES PORTOS SANDE (OAB 8080/DF), ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: JÉSSICA LÍLIAN DA COSTA ALVES (OAB 47135/DF), ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0635334-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Gracimar de Souza Leite - REQUERIDA: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência Saúde (Hospital Adventista de Manaus) - Carlos Eduardo Mendes Pinto - À Secretaria, para reiterar a intimação do Instituto de Perícias da Amazonia, a fim de indicar perito médico ginecologista obstetra para atuar no feito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0635713-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rafael Machado Soares - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda - À Secretaria, para reiterar a intimação do Sr. Perito, a fim de informar se aceita o encargo, sob pena de ser destituído.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0638514-21.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Antonia Marina Costa de Oliveira - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0639906-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Leidiane Freitas Fonseca - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - O pedido de reconsideração não encontra albergue em nosso ordenamento, salvo nos casos em que há a modificação da situação fática sob a qual se dá a decisão cuja reconsideração se persegue. (Art. 505, NCPC). No mais as irresignações devem ser dirigidas à instância recursal pela via adequada, razão pela qual indefiro o pedido e mantenho a decisão de fls. 68-70.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0640548-03.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos

Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0641688-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para Veículos Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0642935-54.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Sybilla Torres Dias - Sybilla Torres Dias, qualificada nos autos, ajuizou Ação de Consignação Em Pagamento contra Sp Construções e Incorporações Ltda.. Entendo que no caso vertente o (a) Autor(a) não atribuiu corretamente o valor da causa. Vejamos a melhor jurisprudência sobre a questão: “O valor à ser atribuído a causa deve obedecer ao valor da vantagem econômica pretendida por quem ingressa com a ação. Esta é a determinação existente no CPC.(...) (Do ac. Unân. Da 8a Câm. do 1o TACivSP , no agr. 312.645, rel. Juiz João Silveira Netto; JTACivSP 84/62)”. “ O valor da causa deve corresponder ao valor do pedido, isto é, à quantia que o autor pretende obter do réu ou que exige pela causa petendi invocada (ac. Da 1a Cam. Do TJRS, de 27.10.81, no agr. 39.338, rel. Desdor. Cristiano Graeff Júnior; RJTJRS 90/269). Ante ao exposto, intime-se a Requerente para corrigir o valor atribuído à causa na exordial, procedendo também, aos devidos pagamentos, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0643278-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Renilza Rodrigues Batista - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (iii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Int.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0643327-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Jefferson Nunes Arruda - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643355-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francineide Pinheiro Meireles - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643369-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Francineide Pinheiro Meireles - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos

do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0643533-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0643613-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rayner Almeida Lima - REQUERIDO: Vega Manaus Transporte de Passageiros L.t.d.a - À Secretaria, para reiterar a intimação do Sr. Perito, a fim de informar se aceita o encargo, sob pena de ser destituído.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0647752-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosicleide Correa Cardoso de Lima e outros - REQUERIDA: Rosa Maria Ribeiro de Lima e outros - Defiro a produção das provas deponencial e/ou testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 02/04/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes, seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0649084-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Kayque Alberto Lima Luiz - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: OTÁVIO DE SOUZA GOMES (OAB 139PGJA/M), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0651889-26.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Intime-se o Requerido para informar, no prazo de 05 (cinco) se as testemunhas arroladas às fls. 1063-1064 pertencem ao corpo de funcionários da empresa ré, a fim de verificar eventual interesse dos depoentes no deslinde do feito. Após, analisarei a necessidade de designar a audiência de instrução e julgamento.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0654379-21.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Nierge Montenegro de Queiroz e outro - REQUERIDO: Jose Leonardo Silva dos Santos e outro - Defiro a produção das provas deponencial e/ou testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 07/04/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0657653-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas BACENJUD , dos dados cadastrais da parte requerida, SILVIA GABRIELLA DOS SANTOS CARVALHO, CPF 004.060.732-10.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0660266-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Lucirene Maciel da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de produção de prova pericial no contador, requerida pela Demandante à fl. 103. Nomeio o Sr. Amarildo Almeida de Lima, Engenheiro Elétrico, CREA/ 7835-D, e-mail: amarildolima@hotmail.com; telefone: 92 99989-9169, para atuar como perito no feito. Em virtude da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça, o pagamento dos honorários de perito será efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme art. 1º da Resolução 127/2011 do CNJ e Portaria 1.233/2012-DVESXPED/TJ-AM. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Albert Bastos Andrade (OAB 5042/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Ammer Hauache Monte (OAB 7753/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Benedito Carlos Valentim (OAB 4114/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Rejane Alves Dinelly (OAB 11390/AM)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 4115/

RO)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cristiene Pereira Silva Couto (OAB 21768A/GO)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Rivorêdo Vilas Boas (OAB 74368/MG)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dirceu Anselmini (OAB 81391/RJ)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gerson da Silva Oliveira (OAB 8350/MT)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gizélia Almeida da Silva (OAB 6491/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Hiron Ferreira Lima (OAB 2304/AM)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Valois Coelho Chaves (OAB 3570/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jéssica Lílian da Costa Alves (OAB 47135/DF)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
JOSÉ IVAN REBELLO DE SOUZA (OAB 2794/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Juliana Pinheiro Soares Alencar Silva Gaia (OAB 13702/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Laura Driele Gomes Melo Barbosa (OAB 7353/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana de Souza Breves (OAB 11270/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Augusto Mitoso Júnior (OAB 1585/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Flávio Valle Bastos (OAB 52529/MG)
Luiz Roberto Hijo Sampietro (OAB 208254/SP)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
Manoel do Carmo Neves Silva (OAB 284/AM)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Antonio Ribeiro da Cruz (OAB 6043/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB 27109/PR)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB 203963/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mérlyn Schiller (OAB 6994/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Otávio de Souza Gomes (OAB 139PGJA/M)
Paulo Coussirat Júnior (OAB 174358/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ricardo José Alves Portos Sande (OAB 8080/DF)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Araújo Rebelo Albuquerque (OAB 12324/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosiel Lima Marques (OAB 13263/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sabrina Bezerra Fortunato (OAB 10085/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)

Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Walewska Telles de Sousa Pinheiro Coelho (OAB 4675/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 000.381/AM), ADV: EDINALDO AQUINO MEDEIROS (OAB 002.898/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB CANCELADA) (OAB 5880/AM), ADV: ELTON WERHNER MENEZES DE LIMA (OAB 5313/AM) - Processo 0007965-26.1991.8.04.0012 (012.91.007965-0) - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: O Ministério Público do Estado do Amazonas - Osvaldo de Lima dos Santos - REQUERIDO: Edfran Veiculos Ltda. - INTSSADA: Danielle Nascimento da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: MARCELO PANTOJA (OAB 103839/SP) - Processo 0212490-26.2016.8.04.0001 (processo principal 0002460-62.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Aroldo Galvão de Queiroz Filho - EXECUTADO: Prefixo Modas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0214430-65.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Érika Penedos de Souza e outros - REQUERIDO: Bradesco Consórcios Ltda - LITSPASSIV: Bradesco Vida e Previdência S/A - Intimem-se os Requerentes, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 275/276, bem como junte ao feito comprovante dos valores levantados. Cumpra-se.

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0220019-62.2017.8.04.0001 (processo principal 0608923-82.2017.8.04.0001) - Oposição - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vanessa Sousa Cangre - REQUERIDO: Arilson Ferreira da Silva e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONI D'ARCE LÚCIO JÚNIOR (OAB 35094/PE), ADV: MARIA GUADALUPE GADELHA DA SILVA (OAB 4084/AM), ADV: DIEGO ANTONIO DA COSTA VIEIRA (OAB 10402/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0235932-65.2009.8.04.0001 (001.09.235932-0) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Brasil Veículos Companhia de Seguros - REQUERIDO: Rafael Vieira da Silva e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifesta acerca da petição e documentos juntados pela parte executada às fls. 268/276, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JOAQUIM SAMPAIO DE NEGREIROS NETO (OAB 1476/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0238844-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Suely Batista Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados pela parte contrária às fls. 171/173, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0244207-27.2014.8.04.0001 (processo principal 0251703-20.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0268425-27.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0304732-53.2006.8.04.0001 (001.06.304732-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600486-23.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600647-33.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I,

da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado Renajud,, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0601864-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Janary Wanderley Gomes Rodrigues - REQUERIDO: Podium Comercio de Pneus Autocenter Ltda - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0601949-97.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARROS PACHECO - ITELVINA DE SÁ COLARES e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0602481-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leniuza Pontes de Paula - REQUERIDO: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 81376/MG), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: LUCAS CORDEIRO MARQUES (OAB 187570/RJ) - Processo 0602847-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Shopping Manaus Norte Spe S/a, - EXECUTADO: LC Comércio de Alimentos Ltda - Ana Regina Rodrigues Smith - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM) - Processo 0603831-60.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: CLEONIZIA SOUSA DE ARAUJO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0603891-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Jose Januário Freitas Lopes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0604933-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Deusdete Punho Gama - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0606534-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0607955-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: N.G.S.L. e outro - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608056-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no sistema conveniado Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, , providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609592-09.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609621-25.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM) - Processo 0610210-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: B. R. M. Costa de Lima - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ,

intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA SOARES (OAB 23604/DF), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM) - Processo 0610884-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Provas - REQUERENTE: M.C. e outro - REQUERIDO: C.E.R. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0611065-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0611611-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Soraia Moura Macedo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0612098-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Carlos Pires Monteiro Junior e outro - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários LTDA - Tendo em vista a petição encartada às fls. 504 informando a possibilidade de composição entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 313, inciso II, do CPC. Após o transcurso do aludido prazo e sem manifestação, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem interesse no prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0612588-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM) - Processo 0612589-28.2016.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: HEMESON MENDES DE FREITAS - REQUERIDO: Marlene Abrahim da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612873-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0613749-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Geraldo Gomes Moreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição de fl. 146, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0615490-66.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615702-82.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615883-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO HENRIQUE DE MARCO (OAB 300891SP) - Processo 0616386-46.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: BENEFICIADORA DE BATATA E CEBOLA IRMAOS CORAGEM LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616950-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0616984-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: HEDILAMAR DOS SANTOS E SANTOS - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0617433-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de

recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM), ADV: ROBSON MATHEUS (OAB 8853/AM) - Processo 0617581-03.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: SORVEPANI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM) - Processo 0618163-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Izene Aurélio Alves - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MARCELO BRASIL SALIBA (OAB 11546A/MT), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0618675-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618899-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Irislene Aires da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0619343-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Supermercado Big Amigao - Big Trading e Empreendimentos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0620354-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradise River - EXECUTADO: Agra Bergen Incorporadora Incorporadora Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0621194-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Lazaro Alves Thomaz - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621590-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621647-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: DIOGO OLIVEIRA NOGUEIRA FRANCO (OAB 7550/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0622349-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Alberto Bento da Silva & Companhia Ltda. - ME - EXEQUENTE: Dw Fomento Mercantil Ltda - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante exposto, rejeito a presente impugnação pelo argumentos acima aduzidos. Em razão do não pagamento voluntário no prazo legal, determino a intimação da executada, ora impugnante, para adimplir a importância de R$ 2.045.258,10 (dois milhões, quarenta e cinco reais, duzentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), acrescida de multa de 10% e honorários advocatícios, também no percentual de 10% (art. 523, §1º do NCPC), em 15 dias. Na hipótese de não haver manifestação da devedora no prazo legal, desde já autorizo a busca de bens e valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0623236-87.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0623301-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Mikely Alboreto Amaral Moura - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0624376-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Karen Santos Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0625235-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco Ficsa S.a. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625393-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626288-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Lucilene Freitas Nobre - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no

prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626756-21.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626799-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Romison dos Santos Garcia - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627842-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: François Soares Guimarães - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627937-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0628162-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Sa e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM) - Processo 0628462-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Luiz Damasceno de Araújo e outro - REQUERIDO: RIO MADEIRA INCORPORADORA LTDA. e outro - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628819-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIELA ZINI BOZARDI (OAB 101077/RS), ADV: KARINE DE BACCO GEREMIA (OAB 92961/RS), ADV: MORGANA CRISTINA TONDIN (OAB 66000/RS) - Processo 0629068-67.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: VULCABRÁS AZALÉIA - CE, CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às

fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0631393-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0632615-13.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Enedina Cândida dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - defiro o pleito de fls. 130/131. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida à credor, na forma requerida. Noutro giro, tendo em vista as planilhas apresentadas às fls. 99/101 e 107/126 e a impugnação de fls. 130/131, determino a remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração de memória de cálculo quanto à atualização do débito exequendo, conforme sentença de fls. 89/91. Apresentados os cálculos, dê-se nova vista às partes para manifestação em 15 (quinze) dias. De arremate, voltem-me os autos conclusos para decidir a impugnação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633812-66.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0634850-50.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635119-26.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Industrial / Mercantil - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: EDUARDO ABÍLIO KERBER DINIZ (OAB 4389/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0635358-35.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Veículos - REQUERENTE: Dalva da Costa Caldas - REQUERIDO: HSBS BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637167-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTIANE BEDINI SANTORSULA (OAB 184052/SP), ADV: PEDRO DE SIQUEIRA PEIXOTO (OAB 203975/SP), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0638267-79.2015.8.04.0001 - Exibição - Caução - REQUERENTE: UEI Brasil Controles Remotos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0638603-49.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - REQUERIDO: Julio dos Santos Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0638738-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S.a. - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0639126-27.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0640073-18.2016.8.04.0001 - Anulação e Substituição de Títulos ao Portador - Cheque - REQUERENTE: José Leandro Sobrinho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM), ADV: JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM), ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0640650-59.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Maria Clara Brandão dos Santos e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s)

executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO DE FREITAS (OAB 368494SP), ADV: LUCIANO MARQUES (OAB 358250/SP) - Processo 0640761-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Fabio Aparecido Lopes Marcillino - Após o trânsito em julgado desta decisão, dê-se baixa no SAJ e na Distribuição e, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0641052-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Tereza Batista de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bmg S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0646895-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0660155-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antonio Henrique de Marco (OAB 300891SP)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Christiane Bedini Santorsula (OAB 184052/SP)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB CANCELADA) (OAB 5880/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 81376/MG)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniela Zini Bozardi (OAB 101077/RS)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Antonio da Costa Vieira (OAB 10402/AM)
Diogo Oliveira Nogueira Franco (OAB 7550/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edinaldo Aquino Medeiros (OAB 002.898/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB 4389/RO)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elton Werhner Menezes de Lima (OAB 5313/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
Joaquim Sampaio de Negreiros Neto (OAB 1476/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 000.381/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Karine de Bacco Geremia (OAB 92961/RS)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lucas Cordeiro Marques (OAB 187570/RJ)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Marques (OAB 358250/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcelo Brasil Saliba (OAB 11546A/MT)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)

Marcelo Pantoja (OAB 103839/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marconi D'arce Lúcio Júnior (OAB 35094/PE)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Guadalupe Gadelha da Silva (OAB 4084/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Morgana Cristina Tondin (OAB 66000/RS)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
PEDRO DE SIQUEIRA PEIXOTO (OAB 203975/SP)
Pedro Henrique Nascimento de Freitas (OAB 368494SP)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Mariano de Oliveira Soares (OAB 23604/DF)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Robson Matheus (OAB 8853/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CARLOS GONÇALVES DE QUEIROZ
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO ANTÔNIO PINTO DAMASCENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0206/2019

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM), ADV: ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR) - Processo 0705828-28.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Gláucia Abreu da Costa - REQUERIDO: Porto Veículos Ltda - Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - DENUNCIADO: Renault do Br asil S/A - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos autorais, para: 1) Anular o presente contrato, retornando ao status quo, devendo as requeridas de forma solidária restituírem o valor inicialmente contratado, efetivamente pago, à parte requerente, a título de danos materiais, com juros e correção monetária a partir da entrega do bem móvel. 2) Condenar a empresa requerida ao pagamento da quantia de R$ 15.000,00 (dez mil reais) à parte requerente, a título de indenização por danos morais, corrigido e atualizado monetariamente pelo índice oficial do INPC - (Súmula 362 do STJ), bem como juros de 1% ao mês (um por cento), a partir desta deste arbitramento. 1.1) A restituição do valor do contrato à parte requerente fica condicionado à devolução do bem móvel, que está sob a propriedade e posse desta, à fabricante, diretamente, ou por sua concessionária ou representante na cidade, também requerida, no prazo máximo de 30 dias, devendo aquela assinar os documentos devidos para a transferência do bem a quem de direito, livrando-se a requerente da propriedade do bem móvel. 1.2) O valor da restituição será também condicionado a prova dos pagamentos, já que parte deste se trata de financiamento, a serem juntados pela parte interessada no momento da liquidação da sentença, sob pena de indeferimento/rejeição dos pedidos parcialmente e consequente extinção da execução. Defiro a justiça gratuita à parte requerente. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (vinte por cento) do valor da causa em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0334/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200323-16.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Manoel Viana Filho, responsável pela unidade consumidora 0121838-7, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 01/09 a 10/11 que totalizam R$ 6.105,77. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 68), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido ao Réu que, citado por edital, ofereceu Embargos à Monitória (fls. 183 a 189), por meio da defensoria pública, alardeando nulidade da citação por edital. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente

sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto ao Réu, é de se frisar que se limitou a suscitar a nulidade da citação por edital. Note-se que, quando se tentou a citação do Réu pelo endereço trazido em exordial, a tentativa restou infrutífera, nos termos de certidão de fls. 71/72. Este mesmo endereço foi trazido pela consulta em InfoJud de fls.135, de maneira que não haveria razão de repeti-lo. Apenas restava um segundo endereço, aquele de Siel de fls. 136, o que gerou AR negativo de fls. 155, razão pela qual se passou à citação por edital, em estrita observância da ordem prevista pelo artigo 246, CPC, não havendo, pois, que se falar em nulidade de citação. Trata-se de uma peça de oposição à demanda desprovida de qualquer comprovação por parte do Embargante, em oposição aos documentos de fls. 32 (que não denotam grande variação de valores), por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 13 a 19 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade do Réu é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pelo Réu para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 6.105,77 (seis mil cento e cinco reais e setenta e sete centavos), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno o Embargante (Réu) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: MONIZE RAFAELA PEREIRA ALMEIDA (OAB 7065/AM) - Processo 0215022-80.2010.8.04.0001 (001.10.215022-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano Dionisio da Silva - REQUERIDO: Banco Itau S/A - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de indenização por Danos Morais, cumulada com pedido liminar de retirada de cobrança de débito, aviada por LUCIANO DIONISIO DA SILVA contra BANCO ITAU S/A. Informa que realizou contrato de financiamento de veículo junto ao Réu, que foi alienado fiduciariamente, cujo pagamento dar-se-ia em 60 (sessenta) parcelas mensais no valor de R$ 352,09, e que teriam sido pagas regularmente até o mês de abril de 2008. Aduz que não teria conseguido efetuar o pagamento da parcela de maio de 2008, em razão de um suposto débito referente ao mês de janeiro, cujo pagamento teria sido ultimado junto ao Banco do Brasil S/A no dia 04/01/2008 (fls. 17), informação esta repassada ao Réu o qual, de seu turno, teria orientado o Autor a resolver junto àquela instituição financeira onde realizou o pagamento (Banco do Brasil). Narra o Autor que mesmo de posse do comprovante de pagamento - que corresponderia com o número constante no boleto bancário do banco - o Réu não teria solucionado o problema posto, ainda que ciente que o crédito não teria sido repassado por motivo de falha no sistema de compensação bancária com o Banco Itaú S/A. Afirma que, por diversas vezes, dirigiu-se ao estabelecimento do Réu para resolver o bloqueio de seus boletos, porém não obteve êxito, daí porque não conseguiu quitar as parcelas a partir do mês de maio de 2008, do que decorreu a apreensão do seu veículo em 2009 no hipermercado da cidade o que teria gerado constrangimentos ao Autor, e cadastrado seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito (fls. 14 a 23) Informa que teve conhecimento da demanda de Busca e Apreensão quando se encontrava em férias na cidade de São Paulo, por meio da Assessoria Jurídica do CINDACTA IV de onde trabalha, e que o oficial de justiça teria realizado incursão para localizar o automotor, em questão, do que decorreu a imediata interrupção de suas férias e o retorno à Manaus, mas que não impediu a apreensão do veículo em janeiro de 2009. Afirma que no dia 08/01/2009 efetuou depósito em juízo do valor correspondente a R$ 3.168,81 referente às parcelas de maio de 2008 a janeiro de 2009, atribuído aos autos

de Busca e Apreensão nº 001.08.233059-0 (fls. 20 e 21) Pugnou pedido liminar para a retirada de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito. Requereu indenização pelo dano moral sofrido no valor de R$ 369.448,40 (trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos); declaração de nulidade de qualquer cobrança relativa ao débito apontado. Atribuiu à causa o valor de R$ 369.448,40, e pugnou a gratuidade da justiça. Julgador outro, que presidia o presente feito, deferiu a gratuidade da justiça e acautelou-se quanto ao deferimento da liminar (fls. 43). Por conseguinte, o supracitado Julgador deferiu a liminar e ordenou a retirada do nome do Autor dos cadastros do SPC (fls. 52 e 53). Contestação aviada às fls. 66 a 84, sem bosquejo de preliminares. No mérito aduziu que o contrato entabulado entre as partes foi de financiamento do veículo Chevrolet, Corsa Hatch Wind 1.0, 1999, e que foi objeto de demanda de Busca e Apreensão proposta em agosto de 2008 em razão da parcela com vencimento em 06/01/2008 encontrar-se inadimplida. Refuta o comprovante de pagamento apresentado pelo Autor por aduzir não ser atinente à aludida parcela vencida. Trouxe trechos deduzidos em demanda outra (busca e apreensão). Pugna pois a improcedência da demanda, aduz que os danos morais não restaram comprovados e tampouco teria existido ato ilícito que os tivesse gerados. Requereu, por fim, a condenação do Autor em litigante de má fé por suposto desamparo legal dos pleitos e revogação da decisão que antecipou os efeitos da tutela.. Juntou documentos de fls. 85 a 97. Réplica às fls. 105 a 107, rechaça o aventado na peça de defesa. Realizada audiência de conciliação, esta restou malograda (fls. 108). Novo agendamento de audiência de conciliação foi ordenado pelo Magistrado, desta feita durante a Semana Nacional de Conciliação (fls. 110), a qual novamente se sagrou infrutífera (fls. 124). A autoridade judiciária, então presidente do feito, anuncia o julgamento antecipado da demanda (fls. 128). Por conseguinte, houve o recebimento no estado do processo por esta Julgadora (fls. 133) que ordenou à Secretaria que certificasse a data em que assumiu a titularidade deste Juízo bem como o período durante o qual se fastou por licença médica. Fê-lo às fls. 139. Esta Julgadora em decisão de fls. 141, registrou a incúria da Secretaria no trato dos processos isto porque localizou o presente feito em filas jamais trabalhadas pelo Juízo; afirmou a aplicação do CPC/2015 à espécie tal o que reza o artigo 1.046, e ordenou o agendamento de audiência de conciliação sob a presidência da autoridade judiciária para o exaurimento das tentativas de composição, e observou às partes que o desatendimento ao chamado judicial para o ato conciliatório é passível de reconhecimento de prática de ato atentatório à dignidade da justiça punível com multa. O Autor atravessou peça em que aponta o seu desinteresse na audiência de conciliação por entender que tal ato alongaria mais o trâmite processual (fls. 145 e 146). O Réu silenciou-se a tal respeito, em verdade, atravessou carta de preposição, substabelecimento e procuração para a realização do aludido ato (fls. 147 a 152). Realizada a audiência de conciliação, esta restou frustrada em razão da ausência do Autor. A despeito disto, o Réu, devidamente presente ao ato, registrou sua proposta de acordo vertido este no pagamento pelo Autor do valor de R$ 607,03 para efetiva quitação do débito que se encontra aberto, tudo de conformidade com a Ata de fls. 154 e 155. Esta Julgadora anunciou o julgamento antecipado da lide e ordenou à Secretaria que certificasse o transcurso do prazo e, após, a conclusão do feito para o lançamento de sentença (fls. 156). Certidão de transcurso do prazo sem que as partes tenham objurgado o anúncio de julgamento antecipado da demanda (fls. 158). É o relato. DECIDO. Ratificação do anúncio de julgamento antecipado da lide Na hipótese assimilo o entendimento de que a questão posta é unicamente de direito, sagrando-se desnecessária a produção de outras provas além daquelas que já estão inseridas no caderno processual. Pertinente, pois a ratificação da decisão que anunciou o julgamento antecipado da lide, porquanto hasteada nos princípios do livre convencimento motivado do julgador (artigo 371, do CPC) e de sua ampla liberdade na análise das provas, os quais autorizam-lhe dirigir o processo determinando as provas a serem produzidas, apreciando-as e dando especial valor às regras de experiência comum ou técnica, primando, sobremaneira pela rápida mas não menos sólida tutela jurisdicional desde que a matéria espelhada na exordial apresente arcabouço documental necessário à dispensa da dilação probatória. Ademais, sobre tal anúncio de julgamento antecipado não houve as partes manejado qualquer objurgação, como me ocupei relatar em momento anterior. Aplicação de multa ao Autor por não comparecimento à audiência de conciliação Ainda que o Autor tenha expressamente manifestado o seu desinteresse na realização do ato conciliatório, de conformidade com a peça que atravessou aos autos, registro que basta uma das partes intencionar a realização da audiência de conciliação para que seja agendado o ato, ainda mais quando tal se deu em virtude de decisão judicial com vistas ao então recente Código de Processo Civil, em cujas disposições trouxe como princípio motriz a autocomposição dos partícipes, através do exaurimento de tratativas conciliatórias, que se daria sob a presidência da autoridade judiciária. Na hipótese, porém, o Réu a despeito de seu silêncio no que atine à expressa negativa ao ato conciliatório, trouxe aos autos documentação vertida à sua presença regular penante à audiência de conciliação. O Autor não pode simplesmente esvair-se de ato judicialmente ordenado para sua realização, cujas consequências par o seu desatendimento foi objetivamente apontado na decisão que ordenou seu agendamento, tal como apontei na relatança; Transcrevo, a respeito do posicionamento espraiado, o § 4º, inciso I, do artigo 334, da Lei do Rito Civil: "Art. 334. (...) omissis § 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual." (Grifei) Colaciono a tal respeito: "Assim, quando ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse ou quando não se admitir, em tese, autocomposição, não será designada data para audiência de conciliação (§ 4º). Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização de audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes (§ 6º)." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 571). Destarte, aplico ao Autor a multa de 2% do valor atribuído à causa, a qual deve ser revertida em favor do Estado. Faço-o por reconhecer, na ausência do Réu à audiência de conciliação, o ato atentatório à dignidade da justiça, na forma estatuída no artigo 334, § 8º, do Digesto Processual Civil. Aplicabilidade do Digesto Consumerista e Inversão do ônus probatório como regra de procedimento O Autor se insere na concepção de consumidor ditada pelo artigo 2°, do Digesto Consumerista, afinal na incontroversa relação jurídica firmada com a instituição financeira Ré, tenha restado indene o entabulamento do contrato de financiamento do automotor, situando-se aquele como destinatário final dos serviços fornecidos, impondo-se do Juízoo enfrentamento da demanda de acordo com os princípios estatuídos no Código de Defesa do Consumidor, os quais revelam a ideia nodal do sistema voltada ao reequilíbrio (artigo 4°, III). "Art. 2°. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final." A inserção do Autor na qualidade de consumidor é feita, por esta Julgadora, sob o prisma objetivo que considera o específico caso concreto, afinal adquirente dos produtos e serviços disponibilizados pelo Réu (fornecedor) em benefício próprio, independentemente de servir diretamente à atividade profissional, afinal exposto às práticas empresarias vedadas pela legislação consumerista, o que lhe coloca em posição de vulnerabilidade. "Art. 3°. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços." Por assim ser fixam-se as balizas da tutela jurisdicional a ser prestada na espécie através da aplicação do Digesto Consumerista. A propósito a edição da Súmula 297, do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras." Configurada a relação de consumo, impõe-se a aplicação das regras da legislação pertinente que autorizam militar a favor do consumidor a inversão do ônus da prova, fazendo recair sobre o sujeito que ocupa a angularidade passiva da demanda o gravame em demonstrar fato que impede, modifica ou extingue o direito do Autor. Precisamente com supedâneo no Diploma Consumerista, é que resplandeceu ao convencimento esposado por esta Magistrada (fls. 149 a 151), a indispensável inversão do ônus da prova, conforme estatuído no artigo 6°, inciso VIII, notadamente pela verossimilhança das alegativas iniciais. É bem verdade que a

inversão não exime a parte de carrear aos autos as provas necessárias para embasar a pretensão inicial, contudo tenho como certo que demonstrou, efetivamente, o fato constitutivo de seu direito e, portanto a justificativa para movimentação do aparato judiciário na direção da tutela jurisdicional final. Dano Moral A concepção de dano moral leva-nos à ideia de que o homem, como manancial de sentimentos e emoções, almeja a integridade de sua paz interior e o resguardo de sua reputação, desta feita toda vez que se sentir lesado nesses dois íntimos vetores, passa a fazer jus à reparação dos danos imateriais que entende ter sofrido. Entrementes, para que o intento indenizatório receba guarida do órgão julgador, torna-se indispensável que o atentado à honra, à reputação ou à dor infligida à pessoa seja grave o bastante a ultrapassar a esfera de normalidade do cotidiano e alcançar a esfera da danificação ao patrimônio íntimo do indivíduo, afastando-se, por exclusão, os simples melindres que a vida em sociedade nos impõe. No caso sub judice, entendo deva prosperar a ação de indenização por danos morais pelo inafastável defeito nos serviços a cargo do Réu que não logrou por força da responsabilidade objetiva incidente na espécie exercer controle fidedigno a respeito do adimplemento das obrigações recaídas sobre o consumidor Autor, evitando, assim, a negativação de seus dados em bureaus restritivos do SPC, protestos, e busca e aprensão do bem, tudo atrelado à parcela devidamente paga pelo Autor. Na hipótese a demonstração pelo Autor de comprovante de pagamento é o bastante para lhe reconhecer o adimplemento do valor dentro do prazo. Ainda que realizado em instituição bancária diversa da emitente do boleto, é reservado ao consumidor a faculdade em escolher qual agência bancária realizará o pagamento do título, prática esta corriqueira nas transações bancárias que foi adotada na hipótese, tal o que se deflui do aludido boleto no item "local de pagamento" É cediço que o boleto bancário é documento comumente utilizado como instrumento de pagamento por um produto ou serviço adquirido. Através dele o seu emissor (cedente/beneficiário) pode receber do pagador o valor correspondente. Trata-se, pois, de título de cobrança pagável em qualquer estabelecimento bancário (ou correspondentes) conveniado. Eventuais problemas de sistema não poderão recair sob a responsabilidade do pagador, mas inteiramente daquele que colocou este meio de pagamento à disposição do consumidor, a saber, da instituição bancária Ré. Debruçando sobre o boleto e o comprovante de pagamento, especificamente ao código de barras que em ambos os documentos aparece, denota-se a correlação integral da numeração. O código de barras, um dos elementos do boleto de cobrança, trata-se de representação gráfica codificada dos dados do boleto para leitura através de leitor habilitado para tal função. Não há, pois, como refutar a legitimidade inserida nos títulos em referência e a paridade dos dados quando confrontados, do que sobressai indene o pagamento do título de cobrança realizado pelo Autor dentro do prazo, o que de per si deveria inibir qualquer tentativa do Réu em bloquear os boletos subsequentes como forma a coagir o Autor ao pagamento daquele boleto, eis que já pago, quiçá a buscar e apreender o bem automotor que originou o lançamento dos bloquetos. Destarte, o Réu extrapolou o exercício regular do direito quando utilizou meios de coação de cobrança de valor já adimplido pelo Autor, inclusive por este alertado que se encontrava pago, portanto em dias com o pactuado no contrato de financiamento. Vislumbra-se, assim, que o pagamento do valor de R$ 352,09 foi pelo Autor realizado na data de 04/01/2008, portanto, quatro dias de antecedência do vencimento do boleto que se daria em 08/01/2008. Repise-se, não recai ao Autor (consumidor) o ônus de suportar as consequências pela desídia da instituição bancária onde efetuou o pagamento, tampouco das falhas do sistema de liquidação e compensação de boletos bancários. Em análise detida do boleto (parcela 10/48) com vencimento em 08/01/2008 há dados essenciais que identificam que o referido título guarda respeito ao financiamento realizado junto ao Réu, a saber, indicação expressa dos dados do Autor como financiado e pagador, inclusive seu domicílio; dados do Réu como emissor do bloqueto no valor de R$ 352,09, data de vencimento, e a indicação de se tratar da parcela 10/48; código de barras nº 34190.10073 98443.455088 30000. 090008 6 37430000035209. Informações claras de fácil detectação pelos operadores bancários. Deflui-se, portanto, que o Autor ficou sem o bem e com o nome negativado junto aos órgãos de proteção por 3 anos, mesmo tendo cumprido sua parte no negócio jurídico entabulado entre as partes. De outro norte, a instituição financeira demandada não comprovou as excludentes de sua responsabilidade, fato exclusivo do consumidor ou fato de terceiro (artigo 6°, inciso VIII, do CDC), limitando-se a afirmar que o comprovante de pagamento não condizia com a parcela que reputava inadimplida e que não incorreu em ato que haja causado ao Autor qualquer lesividade. Não merece, portanto, prosperar, a alegativa do Réu de que a busca e apreensão do bem o foi decorrente de inadimplência da fatura de janeiro/2008, isto porque o Autor trouxe na proemial o comprovante de pagamento inclusive da aludida parcela (fls. 15 e 16). Afirmo que o lastro para a pretensão indenizatória faz-se plausível pelas razões jurígenas percorridas. A mim, inequívoca a responsabilidade civil da empresa demandada que deve arcar pelo dano de cunho moral gerado na hipótese sub examinem, principalmente porque assentada nos requisitos adiante descritos: - A diminuição ou destruição do bem jurídico moral pertencente à pessoa. No caso dos autos a diminuição do bem jurídico moral se deu através das negativações dos dados autorais em rol de inadimplentes do SPC, protesto, e privado do bem por dívida regularmente adimplida. - A efetividade ou certeza do dano experimentado pelo Autor através das demonstradas negativações, e da privação do bem, o que evidencia a falha nos serviços bancários internos. - O liame de causalidade entre a falta cometida e o prejuízo causado. Finalmente, espraiando-se como objetiva a responsabilidade do Réu, despicienda a ocorrência de culpa, devendo responder pelos danos que causou ao consumidor Autor (artigos 6º, VI e 14 do Código de Defesa do Consumidor). Dosimetria para a fixação do dano moral Passo à operação mental de estabelecimento da verba indenizatória pela lesividade moral que já reconheci. "A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado." (RT, 650/66). O vezo metalista que orienta a irresignação da condenação pelo dano moral, típico de muitos operadores materialistas que tendem a menosprezar os sentimentos dos lesados, almejando excluir a indenização sob a alegação de enriquecimento ilícito da vítima, ou ainda de que inexistem parâmetros legais para a sua fixação, não inspira o convencimento desta Julgadora na operação de estabelecimento do quantum, ou verba indenizatória. A reparação de caráter eminentemente satisfatório deve ser de tal monta apta a proporcionar ao lesado uma sensação de bem estar, expressando ainda valor satisfativo adequado ao pretium doloris sentido pelo Autor. A ideia do ressarcimento deve calcar-se tanto no vetor de natureza punitiva, para o fim de que a instituição financeira - causadora do dano - incorpore postura de cuidado e respeito ao consumidor, temendo as agruras provenientes de um processo judicial e, no vetor de natureza compensatória para o fim de proporcionar ao ofendido uma justa contrapartida que atenue, ao menos em parte, o mal sofrido. A indenização a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. Ademais, não há se falar em litigância de má-fé do Autor por buscar tutela jurisdicional, cujo direito foi apontado e demonstrado nos autos, motivo pelo qual rechaço o pedido do Réu. Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE A DEMANDA para: DECLARAR a inexigibilidade do débito relativo ao contrato de financiamento do veículo automotor, porquanto haja se dado o adimplemento da parcela de vencimento em 08/01/2008 que o originou, impondo-se ao Réu a exclusão dos dados do Autor LUCIANO DIONÍSIO DA SILVA, dos cadastros negativos mantidos pelo SPC e SERASA bem como retirada de protestos atinentes ao aludido contrato, sob pena de multa de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao dia, até o limite de 10 (dez) dias-multa, na forma como estipulado no artigo 461, §4°, da Lei do Rito Civil. CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral experimentado pelo Autor no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do artigo 406, do Código Civil e do artigo 162, §1°, do Código Tributário Nacional, contados da data em que proferida esta sentença (REsp 903258), porquanto represente esta

a data em que reconhecido o evento danoso e estabelecido o arbitramento, de conformidade com o que reza a Súmula 54, do STJ, e correção monetária pelo INPC, a partir desta decisão (arbitramento), na forma como preceituado na Súmula 362, do STJ. Finalmente, julgo extinta a demanda proferindo sentença com resolução do mérito, de conformidade com o que dita o artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, de conformidade com o que apregoa o artigo 85, §2°, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0247897-25.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Adenilson Rodrigues de Oliveira - Vistos. Trata-se de Ação Acidentária movida por Adenilson Rodrigues de Oliveira contra Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Em virtude da atividade profissional que desempenha, o Autor aduz ter desenvolvido males como manguito rotador, tendinite bicepital, razão pela qual faria jus à concessão de aposentadoria por invalidez. Laudo pericial acostado às fls. 217 a 222. Aqui o expert concluiu pela existência de síndrome do manguito rotador, tendinite calcânea em ombros, hérnia de disco e sequelas de coluna vertebral, dentre outros diagnósticos, com existência de incapacidade permanente e parcial, mas com sérias limitações, com data de início em 08/2014. Não houve a oferta de contestação pelo INSS. É o relatório. Decido. De início, aplico a revelia à Autarquia Previdenciária, eis que não se ocupou de apresentar contestação. Assevera-se, como ato seguinte, a aplicabilidade do Digesto Processual Civil de 2015, à inteligência do que dita o artigo 1.046. Para o processamento e julgamento das ações acidentárias em face da autarquia previdenciária, ratifica-se a competência em favor da Justiça Comum Estadual, conforme exceção estatuída no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, que é corroborada pelo artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91. Em comentário ao dispositivo constitucional, ensina-nos Costa Machado: "Ao final a norma em comento elencou situações que, mesmo existindo interesse da União, de autarquias e de empresas públicas federais, não serão causas de competência da Justiça Federal. A motivação do constituinte se justifica na medida em que assuntos como falência, acidentes de trabalho e causas sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho fazem jus a uma justiça especializada, escapando ao caráter comum da Justiça Federal." (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora - 5ª. ed. - Barueri, SP. Manole, 2014, p. 666) (destaque subsequente). Quanto ao artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91, é de se frisar a taxatividade no disciplinamento de que as demandas relativas a acidentes de trabalho serão resolvidos perante a Justiça Estadual. Imperiosa a menção ao enunciado sumular 235, do STF: "Súmula 235 - É competente para a ação de acidente de trabalho a Justiça Cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora." O benefício do auxílio-doença será devido a quem ostenta a qualidade de segurado da Previdência Social (artigos 10 a 13, estendendo-se ao período de graça do artigo 15, da Lei n. 8.212/91), desde que a carência exigida se cumpra (12 contribuições mensais ao tempo do evento - artigos 24 e 25, I, da Lei n. 8.212/91), ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze dias) consecutivos, conforme o artigo 59, da Lei n. 8.213/91, ou incapaz total e permanentemente sem suscetibilidade de reabilitação profissional, quando então terá direito, o obreiro, à aposentadoria por invalidez, segundo o que reza o artigo 42, da Lei nº 8.213/91. Denota-se que a incapacidade laborativa que enseja o recebimento da aposentadoria por invalidez deve ser definitiva, pois, no caso de transitoriedade, estar-se-ia diante de concessão de auxílio doença previdenciário ou acidentário. Deve, ainda, ser total, pois, se parcial for, apenas diminuindo-lhe a aptidão funcional, ao obreiro deve ser concedido o auxílio acidente, em obediência ao artigo 42, da Lei nº 8.213/91 O período de carência dos benefícios (auxílio doença e aposentadoria por invalidez) seria de 12 (doze) contribuições mensais, conforme dispõe o artigo 25, I, da Lei 8.213/1991. No presente caso, aplica-se, no entanto, a regra trazida pelo artigo 26, II, da dita Lei Infortunística, eis que se trata de causa de aposentadoria por invalidez, hipótese em que independe de carência. Tanto é verdade que o Réu não impugnou a carência, tampouco a qualidade de segurado do Autor, daí a declaração de tais fatos como inolvidáveis e incontroversos. Assim, as premissas aludidas são imperiosas para, em assimilação às impressões técnicas conclusivas do perito judicial, entender-se como fatos incontroversos que o Autor experimentou, através de atividade típica da função laborativa, diagnóstico de manguito rotador, tendinite calcânea em ombros, hérnia de disco e sequelas de coluna vertebral, dentre outros diagnósticos, com existência de incapacidade permanente e parcial, mas com sérias limitações, com data de início em 08/2014. A pretensão autoral coaduna-se com um laudo pericial conclusivo, ao menos no estabelecimento do nexo entre o sinistro e a atividade laboral desempenhada pelo obreiro, direcionando a análise do caso para a concessão de aposentadoria por invalidez - item 'h', de fls. 222. À reflexão: "No reino dos fins tudo tem ou umpreçoou umadignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra comoequivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade." (KANT, 2000, Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução Paulo Quintela. Textos Filosóficos. Edições 70, 1997, p. 77). Parte dispositiva Ante o exposto, com base na argumentação jurídica acima, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral para acolher os pedidos formulados na demanda, e CONDENAR o Réu ao pagamento de aposentadoria por invalidez ao Autor a contar de agosto de 2014, incluindo-se o devido abono anual, nos termos do artigo 40 da Lei n. 8.213/91, acrescido de correção monetária e juros abaixo estipulados, com o devido desconto do que eventualmente já foi pago a partir daquele marco, 08/2014. Não é devido, contudo, o pagamento do acréscimo previsto no art. 45, da dita Lei, inexistindo a necessidade de auxílio permanente, conforme item 'm', do laudo de fls. 248. Não há que se falar em prescrição. Quanto aos consectários legais, a fixação deve adequar-se ao novo panorama jurídico definido pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIS 4357 e 4425, bem como recentemente no Recurso Extraordinário (RE) 870947. Assim sendo, fixo: a) Os juros de mora, contados desde a citação, conforme a seguinte sistemática: 1) no patamar de 0,5% ao mês, nos termos dos arts. 1062 do Código Civil de 1916 e 219 do Código de Processo Civil até a entrada em vigor do Novo Código Civil, ou seja, até 11.01.2003; 2) a partir desta data, juros de 1% ao mês, de acordo com o artigo 406 do novo Código Civil c.c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, até 30/06/2009 (quanto entrou em vigor a Lei nº 11.960/09);3) a partir disso, juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009; b) Correção monetária, sobre as prestações em atraso, desde as respectivas competências, da seguinte forma: 1) pelo INPC, a partir de 11.08.2006 até 30.6.2009,conforme art. 31, da Lei nº 10.741/2003, c.c.o art. 41-A, da Lei nº 8.213/91 (redação dada pela MP 316/06, convertida na Lei nº 11.340,de 26/12/2006); 2) após 30.06.2009, com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015; 3) após 25.03.2015, Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial(IPCA-E). A conta a ser elaborada deverá seguir a forma da Lei n. 8.213/91, ou seja, com cálculo mês a mês de cada parcela devida, partindo-se da renda mensal inicial devidamente reajustada pelos índices de manutenção no decorrer do tempo. Os juros de mora, incidentes a partir da citação, serão computados sobre as parcela sem atraso de forma englobada até a citação e, a partir daí, mês a mês de modo decrescente, à base mensal prevista para a caderneta de poupança, conforme disciplina a Lei nº 11.960/09 (porque não alterado neste aspecto em sede da referida ADI). Na apuração da Renda Mensal Inicial, deverão ser utilizados os índices de reajuste para os respectivos cálculos, com o fito de se manter a paridade dos benefícios existentes na previdência social, evitando-se, assim, a dicotomia entre os valores concedidos pela via administrativa e aqueles deferidos pelo Poder Judiciário. Na medida em que demonstrada a prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado, bem como a premente necessidade da parte autora em perceber o benefício pretendido,

DETERMINO que o INSS implemente o benefício, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária no importe de R$300,00, até o limite de dez dias-multa. Intime-se, pois, com urgência. Nos termos do art. 85, §4º, incido I, do CPC, diante da iliquidez da sentença, arcará o INSS com honorários sucumbenciais em percentual a ser fixado por ocasião da liquidação, atendidos os parâmetros do art. 85, §3º, do CPC, observando-se o disposto na Súmula 111 do C. STJ. Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais. JULGO, assim, extinta a demanda através de sentença com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 316 do Digesto Processual Civil. Por fim, deve a Secretaria ultimar providências junto à Contadoria no que tange ao pagamento de honorários periciais. Sendo positiva a diligência, expeça-se, imediatamente, o alvará em favor do expert, sem necessidade de nova conclusão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, visto que a princípio não irá extrapolar o limite previsto no artigo 496, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600552-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Rômulo Guimarães Sena, responsável pela unidade consumidora 0625136-6, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 07/08 a 11/08, 04/09, 06/09 a 08/10 que totalizam R$ 12.221,61. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 34 e 35), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido ao Réu que, regularmente citado por diligência do oficial de justiça (fls. 64), ofereceu Embargos à Monitória (fls. 67 a 77) alardeando que a ausência de documentos indispensáveis, bem como excesso de execução. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto ao Réu é de se frisar que se limitou a dizer que a inicial não foi devidamente instruída, bem como que havia excesso de execução. Trata-se de uma peça de oposição à demanda desprovida de qualquer comprovação por parte do Embargante, em oposição aos documentos de fls. 27 a 33 (que não denotam grande variação de valores), por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 10 a 30 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade do Réu é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pelo Réu para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 12.221,61 (doze mil duzentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno o Embargante (Réu) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/

AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0602386-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602725-63.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Arlene Coelho do Nascimento, responsável pela unidade consumidora 0006780-6, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 09/13 a 11/15 que totalizam R$ 56.860,77. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 43 e 44), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido à Ré que, regularmente citada por diligência do oficial de justiça (fls. 96), ofereceu Embargos à Monitória (fls. 97 e 98), por meio de argumentos genéricos, desprovida de qualquer documento. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto à Ré é de se frisar que se limitou a rebater a peça exordial. Trata-se de uma peça de oposição à demanda desprovida de qualquer comprovação por parte do Embargante, em oposição aos documentos de fls. 29 a 42 (que não denotam grande variação de valores), por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 10 a 30 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade da Ré é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pela Ré para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 56.860,77 (cinquenta e seis mil oitocentos e sessenta reais e setenta e sete centavos), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno o Embargante (Ré) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0605414-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Antônio Socorro Amorim Messias - Vistos. Trata-se de Ação Acidentária movida por Antônio Socorro Amorim Messias contra Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Em virtude da atividade profissional que desempenha, o Autor aduz ter desenvolvido males como hérnia lombar e hérnia inguinal, razão pela qual faria jus à concessão de benefício previdenciário. Laudo pericial acostado às fls. 111 a 117. Aqui o expert concluiu pela existência de hérnia inguinal à esquerda, ambulamentos discais e sacrais e degeneração discal, com existência de incapacidade permanente e parcial, mas com sérias limitações, com data de início em 03/11/2014. Contestação ofertada às fls. 122 a 125. É o relatório. Decido. Assevera-se, como ato seguinte, a aplicabilidade do Digesto Processual Civil de 2015,

à inteligência do que dita o artigo 1.046. Para o processamento e julgamento das ações acidentárias em face da autarquia previdenciária, ratifica-se a competência em favor da Justiça Comum Estadual, conforme exceção estatuída no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, que é corroborada pelo artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91. Em comentário ao dispositivo constitucional, ensina-nos Costa Machado: "Ao final a norma em comento elencou situações que, mesmo existindo interesse da União, de autarquias e de empresas públicas federais, não serão causas de competência da Justiça Federal. A motivação do constituinte se justifica na medida em que assuntos como falência, acidentes de trabalho e causas sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho fazem jus a uma justiça especializada, escapando ao caráter comum da Justiça Federal." (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora - 5ª. ed. - Barueri, SP. Manole, 2014, p. 666) (destaque subsequente). Quanto ao artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91, é de se frisar a taxatividade no disciplinamento de que as demandas relativas a acidentes de trabalho serão resolvidos perante a Justiça Estadual. Imperiosa a menção ao enunciado sumular 235, do STF: "Súmula 235 - É competente para a ação de acidente de trabalho a Justiça Cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora." O benefício do auxílio-doença será devido a quem ostenta a qualidade de segurado da Previdência Social (artigos 10 a 13, estendendo-se ao período de graça do artigo 15, da Lei n. 8.212/91), desde que a carência exigida se cumpra (12 contribuições mensais ao tempo do evento - artigos 24 e 25, I, da Lei n. 8.212/91), ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze dias) consecutivos, conforme o artigo 59, da Lei n. 8.213/91, ou incapaz total e permanentemente sem suscetibilidade de reabilitação profissional, quando então terá direito, o obreiro, à aposentadoria por invalidez, segundo o que reza o artigo 42, da Lei nº 8.213/91. Denota-se que a incapacidade laborativa que enseja o recebimento da aposentadoria por invalidez deve ser definitiva, pois, no caso de transitoriedade, estar-se-ia diante de concessão de auxílio doença previdenciário ou acidentário. Deve, ainda, ser total, pois, se parcial for, apenas diminuindo-lhe a aptidão funcional, ao obreiro deve ser concedido o auxílio acidente, em obediência ao artigo 42, da Lei nº 8.213/91 O período de carência dos benefícios (auxílio doença e aposentadoria por invalidez) seria de 12 (doze) contribuições mensais, conforme dispõe o artigo 25, I, da Lei 8.213/1991. No presente caso, aplica-se, no entanto, a regra trazida pelo artigo 26, II, da dita Lei Infortunística, eis que se trata de causa de aposentadoria por invalidez, hipótese em que independe de carência. Tanto é verdade que o Réu não impugnou a carência, tampouco a qualidade de segurado do Autor, daí a declaração de tais fatos como inolvidáveis e incontroversos. Assim, as premissas aludidas são imperiosas para, em assimilação às impressões técnicas conclusivas do perito judicial, entender-se como fatos incontroversos que o Autor experimentou, através de atividade típica da função laborativa, diagnóstico de hérnia inguinal à esquerda, ambulamentos discais e sacrais e degeneração discal, com existência de incapacidade permanente e parcial, mas com sérias limitações, com data de início em 03/11/2014. A pretensão autoral coaduna-se com um laudo pericial conclusivo, ao menos no estabelecimento do nexo entre o sinistro e a atividade laboral desempenhada pelo obreiro, direcionando a análise do caso para a concessão de aposentadoria por invalidez - item 'h', de fls. 116. À reflexão: "No reino dos fins tudo tem ou umpreçoou umadignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra comoequivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade." (KANT, 2000, Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução Paulo Quintela. Textos Filosóficos. Edições 70, 1997, p. 77). Parte dispositiva Ante o exposto, com base na argumentação jurídica acima, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral para acolher os pedidos formulados na demanda, e CONDENAR o Réu ao pagamento de aposentadoria por invalidez ao Autor a contar de 03/11/2014, incluindo-se o devido abono anual, nos termos do artigo 40 da Lei n. 8.213/91, acrescido de correção monetária e juros abaixo estipulados, com o devido desconto do que eventualmente já foi pago a partir daquele marco, 03/11/2014. Não é devido, contudo, o pagamento do acréscimo previsto no art. 45, da dita Lei, inexistindo a necessidade de auxílio permanente, conforme item 'm', do laudo de fls. 248. Não há que se falar em prescrição - ação ajuizada em 05/02/2019. Quanto aos consectários legais, a fixação deve adequar-se ao novo panorama jurídico definido pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIS 4357 e 4425, bem como recentemente no Recurso Extraordinário (RE) 870947. Assim sendo, fixo: a) Os juros de mora, contados desde a citação, conforme a seguinte sistemática: 1) no patamar de 0,5% ao mês, nos termos dos arts. 1062 do Código Civil de 1916 e 219 do Código de Processo Civil até a entrada em vigor do Novo Código Civil, ou seja, até 11.01.2003; 2) a partir desta data, juros de 1% ao mês, de acordo com o artigo 406 do novo Código Civil c.c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, até 30/06/2009 (quanto entrou em vigor a Lei nº 11.960/09);3) a partir disso, juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009; b) Correção monetária, sobre as prestações em atraso, desde as respectivas competências, da seguinte forma: 1) pelo INPC, a partir de 11.08.2006 até 30.6.2009,conforme art. 31, da Lei nº 10.741/2003, c.c.o art. 41-A, da Lei nº 8.213/91 (redação dada pela MP 316/06, convertida na Lei nº 11.340,de 26/12/2006); 2) após 30.06.2009, com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015; 3) após 25.03.2015, Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial(IPCA-E). A conta a ser elaborada deverá seguir a forma da Lei n. 8.213/91, ou seja, com cálculo mês a mês de cada parcela devida, partindo-se da renda mensal inicial devidamente reajustada pelos índices de manutenção no decorrer do tempo. Os juros de mora, incidentes a partir da citação, serão computados sobre as parcela sem atraso de forma englobada até a citação e, a partir daí, mês a mês de modo decrescente, à base mensal prevista para a caderneta de poupança, conforme disciplina a Lei nº 11.960/09 (porque não alterado neste aspecto em sede da referida ADI). Na apuração da Renda Mensal Inicial, deverão ser utilizados os índices de reajuste para os respectivos cálculos, com o fito de se manter a paridade dos benefícios existentes na previdência social, evitando-se, assim, a dicotomia entre os valores concedidos pela via administrativa e aqueles deferidos pelo Poder Judiciário. Na medida em que demonstrada a prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado, bem como a premente necessidade da parte autora em perceber o benefício pretendido, DETERMINO que o INSS implemente o benefício, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária no importe de R$300,00, até o limite de dez dias-multa. Intime-se, pois, com urgência. Nos termos do art. 85, §4º, incido I, do CPC, diante da iliquidez da sentença, arcará o INSS com honorários sucumbenciais em percentual a ser fixado por ocasião da liquidação, atendidos os parâmetros do art. 85, §3º, do CPC, observando-se o disposto na Súmula 111 do C. STJ. Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais. JULGO, assim, extinta a demanda através de sentença com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 316 do Digesto Processual Civil. Por fim, deve a Secretaria ultimar providências junto à Contadoria no que tange ao pagamento de honorários periciais. Sendo positiva a diligência, expeça-se, imediatamente, o alvará em favor do expert, sem necessidade de nova conclusão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, visto que a princípio não irá extrapolar o limite previsto no artigo 496, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0605451-10.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de

recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0606165-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Melissa Bié da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0607025-34.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso.

ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0607378-11.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Comercial de Estivas Rêgo Ltda - REQUERIDO: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - Vistos e examinados. Tratam-se de Embargos de Declaração propostos pelo Embargado(Réu) (fls. 92 a 97), dos quais se extrai o apontamento de omissão no pronunciamento desta Julgadora que sentenciou o feito e julgou improcedentes os embargos monitórios para reconhecer ao Autor(embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$31.049,96. Aponta omissão desta julgadora no que tange à aprovação e homologação do plano de recuperação judicial - extinção/suspensão das ações. É o relatório. DECIDO. Nos termos do artigo 47 da lei nº 11.101/05, a recuperação judicial objetiva a viabilização de superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, para que assim se permita a manutenção da fonte produtora, dos empregos dos trabalhadores e dos interesses dos credores, o que preserva a empresa e sua função econômica. Pois bem, mão há que se falar em omissão quando esta Julgadora se manifestou expressamente sobre o pedido de suspensão do feito em razão do deferimento da recuperação judicial no corpo da sentença (fls. 80). Transcrevo: “No que atine ao pedido de suspensão do feito em razãodo deferimento da recuperação judicial, tem-se que da leitura da decisão proferida pelo Juízo com assento à 19ª Vara Cível (e não à 16ª como apontou na peça de defesa) consta expressamente a data de 04/03/2016 (fls. 68 e 69), portanto, decorridos mais de 2 anos até a presente manifestação. Destarte, não lhe guarnece o desiderato da suspensão do presente feito, eis que a suspensão decorrente do deferimento da recuperação judicial possui prazo de 6 meses, que poderá ser prorrogado por decisão judicial, entretanto, não há quaisquer notícias no presente feito de eventual prorrogação. Em sendo assim, indefiro o pedido de suspensão da presente demanda monitória.” Assim, demonstrada a não incidência de omissão e pelas razões jurídicas trilhadas, esta Julgadora rejeita os aclaratórios, mantendo a Sentença em todos os seus termos e sem qualquer ressalva. Faço-o para afastar qualquer obscuridade, contradição ou omissão sobre as quais ditam os incisos I, II e III, do artigo 1.022, da Lei do Rito Civil. Intime-se por publicação. Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610140-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Tieny dos Santos Carvalho, responsável pela unidade consumidora 0795819-6, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 11/11 a 09/13 que totalizam R$ 3.268,00. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 50 e 51), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido à Ré que, citada por edital, ofereceu Embargos à Monitória (fls. 114 a 118), por meio da defensoria pública, alardeando nulidade da citação por edital. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto à Ré é de se frisar que se limitou a suscitar a nulidade da citação por edital. Note-se que, quando se tentou a citação da Ré pelo endereço trazido em exordial, a tentativa restou infrutífera, nos termos de certidão de fls. 60. Este mesmo endereço foi trazido pela consulta em SIEL de fls. 76, de maneira que não haveria razão de repeti-lo. Apenas restava um segundo endereço, aquele de InfoJud de fls. 75: Rua Rabino Jacob Azulai, 613, Qd 17, CJ JP II, Santa Etelvina, Manaus-AM, o que gerou nova certidão negativa de fls. 87, razão pela qual se passou à citação por edital, em estrita observância da ordem prevista pelo artigo 246, CPC, não havendo, pois, que se falar em nulidade de citação. Trata-se de uma peça de oposição à demanda desprovida de qualquer comprovação por parte do Embargante, em oposição aos documentos de fls. 13 a 19 (que não denotam grande variação de valores), por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 13 a 19 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. “Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor.” (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade da Ré é evidente na

hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pela Ré para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 3.268,00 (três mil duzentos e sessenta e oito reais), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno a Embargante (Ré) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612898-20.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Geovildo Zau Farias, responsável pela unidade consumidora 0728848-4, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 11/10 a 11/11 que totalizam R$ 3.772,18. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 28 e 30), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido ao Réu que, citado por edital, ofereceu Embargos à Monitória (fls. 119 e 130), por meio da defensoria pública, por negativa geral. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto ao Réu é de se frisar que se limitou a contestar a ação de forma genérica. Trata-se de uma peça de oposição à demanda desprovida de qualquer comprovação por parte do Embargante, em oposição aos documentos de fls. 09 a 19 (que não denotam grande variação de valores), por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 09 a 19 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade do Réu é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pelo Réu para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 3.772,18 (três mil setecentos e setenta e dois reais e dezoito centavos), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo

de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno o Embargante (Réu) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0613827-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antero Corrêa Vieira Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos e examinados. Trata-se de Ação Acidentária, movida por Antero Corrêa Vieira Filho contra Instituto Nacional de Seguro Social INSS. Alega, em razão do trabalho exercido, ter desenvolvido males como derrame articular e perda e atrofia muscular, de modo que faria jus à concessão de benefício previdenciário. Laudo pericial acostado às fls. 107 a 114. Aqui o expert, dentre outros dados, assim concluiu que os efeitos narrados em virtude do acidente não repercutem ao ponto de gerar inaptidão para o ciclo laboral peculiar ao Autor: "Porém, na análise ergonômica do posto de trabalho, não foi identificado risco ergonômico para membros superiores. Folha 70". Contestação oferecida após o laudo técnico (fls. 120 a 125). É o relatório. Decido. Assevera-se, de início, a aplicabilidade do Digesto Processual Civil de 2015, à inteligência do que dita o artigo 1.046. É inolvidável a competência da Justiça Estadual para a tutela jurisdicional relativa às demandas acidentárias (auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez), sendo suficiente versar sobre lesão acometida à pessoa que se lança à atividade laboral. Para o processamento e julgamento das ações acidentárias em face da autarquia previdenciária, ratifica-se a competência em favor da Justiça Comum Estadual, conforme exceção estatuída no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, que é corroborada pelo artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91. Em comentário ao dispositivo constitucional, ensina-nos Costa Machado: "Ao final a norma em comento elencou situações que, mesmo existindo interesse da União, de autarquias e de empresas públicas federais, não serão causas de competência da Justiça Federal. A motivação do constituinte se justifica na medida em que assuntos como falência, acidentes de trabalho e causas sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho fazem jus a uma justiça especializada, escapando ao caráter comum da Justiça Federal." (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora - 5ª. ed. - Barueri, SP. Manole, 2014, p. 666) (destaque subsequente). Quanto ao artigo 129, inciso II, da Lei n. 8.213/91, é de se frisar a taxatividade no disciplinamento de que as demandas relativas a acidentes de trabalho serão resolvidos perante a Justiça Estadual. Imperiosa a menção ao enunciado sumular 235, do STF: "Súmula 235 - É competente para a ação de acidente de trabalho a Justiça Cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora." Pois bem, tem-se que o processo admite julgamento de mérito (artigos 4º e 6º, ambos do Código de Processo Civil, e artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República). Prova pericial O laudo médico (fls. 107 a 114) revelou que o Autor não foi submetido a trauma que lhe gerou inaptidão para o ciclo laboral peculiar. A bem da verdade, é categórico ao afirmar que inexiste qualquer inaptidão. A prova produzida nos autos pelo profissional de confiança do Juízo está completa e é suficiente para o julgamento de mérito, sendo desnecessária qualquer outra providência; ademais, eventuais depoimentos de testemunhas não poderiam se sobrepor ao trabalho técnico elaborado. Ressalte-se, ainda, que as ações acidentárias, por conta de seu caráter eminentemente social, exigem que o pedido formulado seja entendido genericamente, cabendo a concessão do benefício que a prova, especialmente a de natureza técnica, indicar adequado à reparação das sequelas. Laudo negativo O Juiz não está adstrito ao laudo pericial para formação de sua convicção (artigos 371 e 479, ambos do Código de Processo Civil); no entanto, não há elementos ou provas nos autos que possam levar à conclusão diversa daquela fornecida pela prova técnica. A perícia, confeccionada de forma imparcial, portanto equidistante dos interesses das partes, deve ser acolhida, não se mostrando devida a concessão do benefício acidentário pretendido. Dispositivo Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito (artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil). Gratuidade de Justiça. Afigura-se descabida, pois, a condenação ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios, em razão da gratuidade de Justiça conferida pela legislação (artigo 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91). Salienta-se, ainda, que o Autor, apesar de vencido, não restituirá ao Réu os valores adiantados a título de honorários periciais, em virtude da benesse de gratuidade. Por fim, ultime, a Secretaria, providências acerca do depósito dos honorários periciais. Confirmado o depósito, expeça-se o alvará em favor do expert. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Transitada em julgado, certifique-se nos autos, arquive-se e dê-se baixa na Distribuição.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614665-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0618749-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0620462-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - REQUERIDO: Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/

AM) - Processo 0622574-84.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0623366-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo Cunha e Silva de Aguiar - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0623890-98.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0624056-96.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos e examinados. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 88 a 91), através dos quais atribui omissão à sentença judicial por não ter observado manifestação do Embargante (fls. 80 a 83) que ensejava requerer juntada de custas de Oficial de Justiça. É o relatório. DECIDO. Repudio a omissão. Em breve análise dos autos verifica-se de imediato que a sentença de fls. 75 a 79, foi liberada nos autos em momento anterior à manifestação do Autor acerca das custas de diligência de Oficial de Justiça, dados do sistema SAJ/PG5 informam que a liberação da sentença nos autos se deu na data de 31/07/2019 no horário de 12h11min50s e a manifestação do Autor se deu na mesma data, porém somente as 17h19min24s. Logo, não é possível se omitir sobre fato que é superveniente à prolatação de sentença judicial. Parte dispositiva Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, com amparo na fundamentação expendida na Sentença e neste pronunciamento, cujo mérito não foi adentrado, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO formulados nos autos desta demanda de BUSCA E APREENSÃO, mantendo a Sentença em todos os seus termos e sem qualquer ressalva. Faço-o para afastar qualquer obscuridade, contradição ou omissão sobre as quais ditam os incisos I, II e III, do artigo 1,022, da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno processual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0624278-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Robson de Souza Maciel - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de cobrança de seguro obrigatório aviada por ROBSON DE SOUZA MACIEL em face de BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS. Alega o autor que, inobstante tenha sido vítima de acidente marítimo que resultou em sua invalidez permanente em 23/04/2016, nada ainda recebeu a título de seguro obrigatório, valor este tido como aquém do estabelecido em Lei 8.374/91, motivo por que acorreu ao Judiciário a fim de que lhe fosse reconhecido o direito ao recebimento de verba indenizatória. Assevera que a não houve pedido administrativo. Juntou ao caderno virtual a seguinte documentação: procuração (fls. 9); boletim de ocorrência (fls. 11); documento da embarcação (fls. 12); laudo médico (fls.14) e documento pessoal (fls. 18). Despacho proferido por esta julgadora, à época determinou a emenda da exordial para que o autor comprovasse sua hipossuficiência para a concessão da benesse jurídica. Petição às fls. 28 a 30, no bojo da qual reiterou-se pedido de justiça gratuita, anexando-se contracheque (fls. 31). Decisão interlocutória (fls.33 e 34), deferiu a gratuidade da justiça e determinou nova emenda à exordial, para que o Autor trouxesse ao caderno virtual comprovante de residência em seu nome ou esclarecesse sua ausência, em nome da precaução contra fraudes securitárias, sob pena de indeferimento da exordial. Manifestou-se o Autor (fls. 36 e 37), não trouxe a documentação exigida, tampouco justificou a ausência desta, apenas argumentou sua desnecessidade. Requereu prosseguimento do feito (fls.39 a 41). É o relato. Decido. Na hipótese espelhada diante deste Juízo, entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a impulsionar o feito esclarecendo, demonstrando o que lhe foi jurídica e objetivamente indicado, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, sem trazer qualquer justificativa para tal. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. O Comprovante de residência há ser contemporâneo ao ajuizamento da demanda para a verificação da competência territorial absoluta do Juízo Estadual e ao processamento do feito, na forma do artigo 109, § 3º, da Constituição Federal. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe competem e que lhe afirmam a sustentabilidade da pretensão inicial. Aprofunda-se. Em verdade entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a promover a emenda da vestibular, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, permite o escoamento do prazo legal sem apresentação de justificativa. Registre-se que o Autor deixou escoar o prazo legal sem cumprir o comando judicial, violando o princípio da cooperação (artigo 6º, da Lei do Rito Civil) que deve preparar a demanda no caminho da certeza e segurança jurídicas. Parte dispositiva Ex positis, Indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito fazendo-o por inobservância ao que dita o parágrafo único do artigo 321 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Gratuidade da justiça deferida. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, proceda-se à baixa diante da distribuição, arquivando-se definitivamente os autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0625203-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alfredo Ribeiro de Carvalho - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo

de admissibilidade.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0627623-43.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0627746-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Brisas do Rio Negro - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Excluída da demenda a empresa Urbanizadora Aleixo Ltda, em atendimento ao requerido pelo Autor. Proceda-se à baixa.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0628873-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0630553-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ruth Pereira de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630627-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0631124-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0631538-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Everaldo Sousa Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º, do CPC, responder aos embargos à monitória. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633733-92.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0634172-35.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Duarte de Oliveira - Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Francisco de Assis Duarte de Oliveira, responsável pela unidade consumidora 0298478-4, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 05/14 a 01/15, 03/15 a 10/16 e 07/17 que totalizam R$ 3.268,00. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 34 e 35), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido ao Réu que, regularmente citado por carta com AR (fls. 94), ofereceu Embargos à Monitória (fls. 113 e 114) alardeando que já havia procedido à quitação dos períodos cobrados na inicial. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto ao Réu é de se frisar que se limitou a dizer que já havia quitado os débitos cobrados na exordial. Note-se que, no documento de fls. 115, há a menção expressa de que 'há débito anterior em aberto', por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Ao contrário do que diz o Embargante, não se trata de uma carta de quitação de todo o histórico passivo do cliente, mas apenas da fatura do mês de 10/2018. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 10 a 30 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo

devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade do Réu é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGADASMERCADORIAS.AUSÊNCIA.DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pelo Réu para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 3.268,00 (três mil duzentos e sessenta e oito reais), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno o Embargante (Réu) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634275-13.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - SENTENÇA Vistos e examinados. A Autora Amazonas Distribuidora de Energia S/A ingressou perante este Juízo com a demanda Monitória contra Antônio Souza Duarte, responsável pela unidade consumidora 0512534-0, instalada no endereço declinado na exordial, em decorrência do descumprimento da contraprestação pecuniária pela disponibilização do serviço essencial de energia, no que pertine às faturas referentes ao período de 08/10 a 07/15 que totalizam R$ 9.911,69. Custas recolhidas. Esta Julgadora admitiu a petição inicial Monitória (fls. 38 a 40), porquanto a documentação que a instrua tenha o condão de comprovar a existência do crédito em tese dotado de liquidez, em preenchimento ao requisito da prova escrita legalmente exigida, sob a ótica do juízo de probabilidade do direito alegado, daí o comando de pagamento dirigido ao Réu que, regularmente citado por carta com AR (fls. 56), ofereceu Embargos à Monitória (fls. 77 a 80) alardeando apenas a improcedência da ação, por meio de alegações genéricas. O Autor ratificou os termos da proemial. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. Na espécie, o Autor desobrigou-se de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Quanto ao Réu é de se frisar que se limitou a rebater a exordial. Trata-se de uma peça de oposição à demanda desprovida de qualquer comprovação por parte do Embargante, em oposição aos documentos de fls. 29 a 37 (que não denotam grande variação de valores), por meio do qual resta patente a desonra de um acerto reconhecido entre as partes. Aprofundamento meritório A leitura do artigo 700, do Código de Processo Civil estabelece a possibilidade do manejo da demanda monitória por aquele que intencione obter o pagamento em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou bem móvel ou imóvel e o adimplemento da obrigação de fazer e não fazer, com sustentáculo em prova escrita sem eficácia de título executivo. A premissa aludida permite-nos o entendimento de que documentos como aqueles de fls. 10 a 30 preenchem o requisito da prova escrita - documentos hábeis - a capitanear o pagamento pretendido em virtude do descumprimento da obrigação assumida. Não há necessidade de que o documento seja emitido pelo devedor, ou que dele se extraia a assinatura de seu representante, sendo bastante que, por meio dos documentos colacionados ao caderno processual pelo Autor monitório, ainda que por este emitido seja possível deles extrair a indicação idônea plausível de existência do negócio jurídico de compra e venda dos chamados óleos lubrificantes. No caso descortinado, o Autor desobrigou-se do fato constitutivo de seu direito através dos documentos colacionados à exordial, na forma estatuída pelo artigo 320, da Lei do Rito Civil. "Processo Civil. Ação Monitória. Cobrança pelo fornecimento de mercadoria. Fatura: Documento hábil - Aplicação do art. 515, § 3°, do CPC . Possibilidade. 1. Correta a aplicação da denominada Teoria da Causa Madura, prevista no § 3°, do art. 515 do CPC, porque desnecessária a produção de outras provas. 2. Doutrina e jurisprudência, inclusive do STJ, têm entendido que é título hábil para cobrança, documento escrito que prove, de forma razoável, a obrigação, podendo, a depender do caso, ter sido produzido unilateralmente pelo credor. 3. É perfeitamente viável instruir ação monitória ajuizada por concessionária de energia elétrica com cópia de faturas para cobrança por serviços prestados, sendo desnecessária, na hipótese, a assinatura do devedor." (Recurso Especial 2006/0229439-5, Ministra Eliana Calmon T2 - Segunda Turma - Dje 24/07/2008). A responsabilidade do Réu é evidente na hipótese em decorrência do negócio jurídico causal. "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO MONITÓRIA. NOTA FISCAL. COMPROVANTE DE ENTREGA

DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA. DESNECESSIDADE. DÍVIDA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART.20, § 3º, DOCPC. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Devidamente comprovada a existência do negócio jurídico entre as partes, e tendo sido, inclusive, reconhecida a dívida, sob o argumento da novação, a ausência do comprovante de entrega da mercadoria não retira do credor a possibilidade de se utilizar do procedimento monitório para compelir o devedor ao cumprimento de sua obrigação. 2. Cabe ao embargante comprovar a inexatidão das notas, arguindo fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito, não bastando simples alegação. 3. Tratando-se de sentença condenatória e fixados os honorários de sucumbência no patamar mínimo legal de 10%, previsto no § 3ºdo art. 20do CPC, revela-se descabida a pretensão de redução do montante. 4. Recurso conhecido e não provido." (APC 20130111477685 - Relator: Simone Lucindo - Julgamento: 29/07/2015 - Órgão Julgador: 1ª Turma Cível - Publicado no DJe: 10/08/2015, p. 164). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS MONITÓRIOS deduzidos pelo Réu para reconhecer ao Autor (Embargado) o direito ao recebimento do crédito no valor de R$ 9.911,69 (nove mil novecentos e onze reais e sessenta e nove centavos), por aquele devidos (artigo 700, inciso I, do Digesto Processual Civil), com incidência de correção monetária e acréscimo de juros de mora desde a data do inadimplemento, de conformidade com o que dita a Súmula 43, do STJ e o artigo 397, do Código Civil. "Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo." Este pronunciamento judicial é lançado através de sentença com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, da Lei do Rito Civil. A lógica consequência é a atribuição da força executiva aos documentos que instruíram a demanda monitória. "Também a analogia com o art. 1.012, § 1º, V, do Novo CPC é utilizada por parcela da doutrina, que defende que a improcedência dos embargos confirma a tutela de evidência concedida liminarmente, o que seria suficiente para retirar o efeito suspensivo da apelação da sentença que julga os embargos ao mandado monitório." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.118). Condeno o Embargante (Réu) em custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, na forma estatuída pelo artigo 85, § 2º, incisos I a IV, da Lei do Rito Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado da parte embargada; o lugar de prestação dos serviços; a natureza e a importância da causa, assim como o trabalho realizado. Expeça-se o novo mandado, desta feita com a ordem de execução e intimação da parte executada a fim de que pague a quantia devida em 15 (quinze) dias, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, à inteligência do que dita o artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM) - Processo 0636083-87.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gilmar Sarmento Pinheiro e outro - REQUERIDO: Açutuba Planejamento e Inporporação Ltda. SPE - ME e outros - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ALEXANDRE ARALDI GONZALEZ (OAB 32732PR) - Processo 0638744-34.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Multi Mercantes Ltda. - Vistos e examinados. Aclaratórios aviados pelo Autor (fls. 96 a 102) contra sentença extintiva sem decisão de mérito de fls. 91 a 93 , através dos quais atribui contradição à sentença judicial por não ter observado o sistema processual civil. Assevera, o Embargante, noutro giro que necessária seria a intimação pessoal do Autor antes da sentença; que no caso não há ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, pugna o prosseguimento do feito. É o relatório. DECIDO. Imperioso registrar que por esta Julgadora foi expressamente apontado no decisório de fls. 66 e 67, quando deferida a consulta diante do INFOJUD e RENAJUD que o Autor deveria, em 5 dias após o resultado da consulta, manifestar-se, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância ao pressuposto objetivo de seu desenvolvimento válido e regular. Assim, a consulta através daquela ferramenta ocorreu (fls. 86), quando então a Secretaria dirigiu ao Embargante intimação, por ato ordinatório, a providências, quando então verificou-se o não cumprimento do ato (fls. 87). Houve violação ao princípio da cooperação por parte do Autor (artigo 6°, do CPC). Mantenho tal como lançada a sentença proferida, por falta de omissão, contradição, obscuridade ou erro material (artigo 1.022 e incisos da Lei do Rito Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0640946-52.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0646084-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Eduardo Araújo Veiga - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0646456-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Erckmann Eugênio de Almeida - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0649731-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - REQUERIDA: Dercilene Andrade Costa - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandre Araldi Gonzalez (OAB 32732PR)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Monize Rafaela Pereira Almeida (OAB 7065/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0335/2019

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0602335-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Frank dos Santos bezerra - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0608012-02.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edgar Cardoso Vieira - REQUERIDO: Banco Original Atual Denominação do Banco Matone S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623956-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. P. Cabeleireiros e Comércio de Cosméticos Ltda. - João Paulo Baars de Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TIAGO DE SOUZA MELO (OAB 14303/AM) - Processo 0624321-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Cícero Rogério Bezerra Hermino - REQUERIDO: Bit-Interativo Serviços Tecnológicos Ltda. - Samuel Costa Matos - Gledson de Sousa Lima - Marcos Felipe Galúcio da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud,), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627793-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Fátima Duarte Boadana - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que indique a qual diligência se refere o pagamento de fls. 68/69.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: MATHEUS LEVY LIMA DOS SANTOS (OAB 11977/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM) - Processo 0702523-36.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aluízio José Pessoa de Lima - REQUERIDA: Estrela da Selva Ltda. - Terra Norte Incorporadora Ltda. - N. D. Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Matheus Levy Lima dos Santos (OAB 11977/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Tiago de Souza Melo (OAB 14303/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0319/2019

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0213775-64.2010.8.04.0001 (001.10.213775-8) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: José Maurício Belém Júnior - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM) - Processo 0225908-75.2009.8.04.0001 (001.09.225908-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Bernadete Silva dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: PLÍNIO HENRIQUE MORELY DE SÁ NOGUEIRA (OAB 2936/AM), ADV: ANDRÉA CLÁUDIA MONASSA GOMES (OAB 2117/AM) - Processo 0232125-37.2009.8.04.0001 (001.09.232125-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Odete Monassa Gomes - R.H. Intime-se a executada Hilda Rodrigues Farias para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o bloqueio do veículo de sua propriedade. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0241532-67.2009.8.04.0001 (001.09.241532-7) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea “c” do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0250888-18.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rita de Cássia da Silva Menta - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0266036-69.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Maria do Socorro Freire de Lima - R. H. Expeça-se competente carta precatória, como requer à fl. 188. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, observado o Juízo Deprecado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 003.821/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB A-538/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0350293-66.2007.8.04.0001 (001.07.350293-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Stélio Raimundo Bivar Neves - REQUERIDA: Marmoreal da Amazônia Indústria e Comércio de Mármores e Granitos Ltda. - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se manifestar acerca da petição de fls. 110/111.

ADV: RAFAEL VIEIRA GRAZZIOTIN (OAB 46773/RS), ADV: JULIANO EDUARDO CASALI (OAB 57592/RS), ADV: CAROLINE DE GASPERI (OAB 84782/RS), ADV: ROBERTA DRESCH (OAB 88561/RS), ADV: DIANA ROMBALDI (OAB 104192/RS), ADV: ROBERTO BECKER MISTURINI (OAB 68841/RS), ADV: FELIPE AULER THOMAZI (OAB 102121/RS), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM) - Processo 0365739-12.2007.8.04.0001 (001.07.365739-6) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Grendene S/A - REQUERIDO: Ponto Sete Comércio e Representação de Calçados Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0601818-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e/ou privados com escopo de obter informação acerca da parte requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e/ou entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR.

EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 1299A/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0602367-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Wilkens Freire Cardoso - Francisco Carlos Barbosa Cardoso - REQUERIDO: Colégio Dom Bosco Leste (Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia) - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603778-11.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0603789-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Higor Leonardo de Lima Nery - REQUERIDO: Banco da Amazônia S. A - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0604219-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Raimundo Nonato Lima de Moura - REQUERIDA: Joseli de Alexandre Pimentel - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM), ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM) - Processo 0604444-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Francisco Humberto Holanda - REQUERIDO: Barbosa Reparos Navais Ltda. - R.H. Defiro o pedido de bloquei pelo sistema BACENJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0604946-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luís Neto dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0605206-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - R. H. Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 52. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes

da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0605443-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0605863-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Ione Pereira Vale Farias - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605938-82.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ROSIMAR FERNANDES HIPÓLITO (OAB 3931/AM) - Processo 0605943-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619854-13.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: José Matias de Oliveira Neto - R. H. Certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos presentes embargos, e em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0606027-95.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0634754-35.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Conteudo Agência de Publicidade Ltda - EMBARGADO: Logica Assessoria e Consultoria Contabil S/s Ltda - R.H. Certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos presentes embargos, e em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606936-50.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias se manifestar acerca da petição de fls. 225/226.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608065-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Andreliane Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609063-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Juntado o comprovante do recolhimento de custas, defiro o pedido de pesquisa do endereço através do sistema BACENJUD, formulado às fls. 79. Cumpra-se.

ADV: PAULO CELSO EICHHORN (OAB 160412/SP), ADV: ELZA MENEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0609887-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pandurata Alimentos Ltda. - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 107/108. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: GERALDO CANTUÁRIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM), ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0611099-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Michelângelo Fialho Botto Barbosa - Defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 120. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0612232-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: C. M. Imóveis Compra e Venda de Imóveis Próprios Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Considerando o pleito de fls. 157 a 160, determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de engenheiro elétrico cadastrado no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612846-24.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls.142 a 143. Expeça-se o edital, nos termos do artigo 513, §2º, IV, do CPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0612881-81.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado à fl. 83. Ressalto que o posicionamento do STJ é neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2.Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe

15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 29/11/2013)" g.n. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE FRANCISCO FERREIRA DE MORAES (OAB 6853/AM) - Processo 0615080-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Alexandre Francisco Ferreira de Moraes e outro - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0616566-23.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0639095-07.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Emília Salem Pereira Manarte - EMBARGADO: Associação dos Adquirentes de Apartamento do Edifício Geneve - R.H. Certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos presentes embargos, e em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616581-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosivane Machado da Silva e outro - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os

meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0616809-74.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato Lima de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0616840-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo dos Santos Pontes - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "OLÉ BONSUC CARTÃO" em folha de pagamento diante do órgão público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) meses-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM) - Processo 0618606-17.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada às fls. 248 (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o

recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0618814-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Unimar Amazonas Despachos Aduaneiros Ltda. - R. H. Considerando o cumprimento espontâneo da sentença pelo executado (fls. 257/261), o pedido de levantamento de valores pelo exequente (fls. 264) e a certidão de trânsito em julgado (fls. 262), expeça-se competente alvará conforme instrumento de mandato de fl. 265. Após, arquive-se o feito com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0619714-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giulia Vitória Henrique Valente - REQUERIDO: Centro de Diagnósticos e Análises Clínicas Ltda. - R. H. Tendo em vista haver interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público para se manifestar no feito, nos moldes do art. 178, inciso II, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0620327-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Gorete Simoes de Matos - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Vislumbro que o requerido antecipa-se apresentando manifestação e contestação antes mesmo da petição inicial do autor ter sido recebida pelo juízo. Tal conduta tumultua o trâmite processual nos moldes do art. 334, do CPC/15. PROCESSO CIVIL . AGRAVO DE INSTRUMENTO . AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE . DESPACHO QUE DETERMINOU O DESENTRANHAMENTO DE PEÇA CONTESTATÓRIA . INOBSERVÂNCIA AO RITO PROCESSUAL . DEFESA APRESENTADA ANTES DO DEFERIMENTO DA INICIAL . CERCEAMENTO DE DEFESA . INOCORRÊNCIA . ART. 5º, LV, DO CPC . RECURSO NÃO PROVIDO . I - Em observância ao art. 285 do CPC, para que a parte possa apresentar contestação, é indispensável que seja, pelo menos, deferida a inicial e determinado o ato citatório, mormente considerando haver a possibilidade indeferimento da peça de início ou mesmo necessidade do saneamento de algum defeito; II - não há que se falar em cerceamento de defesa na decisão do magistrado que ordena o desentranhamento da peça de defesa apresentada quando sequer foi deferida inicial da demanda, vez que, havido tal ato judicial, poderá a parte exercer, com plenitude, o contraditório e ampla defesa, na forma e prazos previstos na lei processual civil, em observância ao disposto no art. 5º, LV, da CF; III - agravo não provido . (TJ-MA - AG: 369252009 MA, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 16/03/2010, CAXIAS). Nesse sentido, considerando que o Juízo de admissibilidade de exordial ainda não ocorreu razão, tais manifestações são extemporâneas, e determino a sua exclusão imediata dos autos, a saber, das fls. 157/167 e 170/171. Após sanado o presente vício, tornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM) - Processo 0621869-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francerli Ferreira Duarte e outros - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0622220-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Manoel Santana da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0622793-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Willian Paula do Nascimento e outro - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da

presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CLEUTON PEREIRA TAVARES (OAB 13814/AM) - Processo 0622941-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Couto Vilar - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM) - Processo 0623119-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wendel Castro da Silva - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo

endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0623384-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Keila Regina Monteiro Aguiar - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623985-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o autor para que se manifeste acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 118/119. Cumpra-se.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0624035-33.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0624129-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Maria Jaqueline da Silva Ferreira e outros - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição,

sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0624559-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Francisca da Silveira Menezes - Considerando a Portaria n° 490/2017-PTJ, o princípio constitucional da acessibilidade ao Poder Judiciário estipulado no art. 5º, XXXV, CF/88, e o disposto no art. 98, §6°, do CPC/2015, defiro o pedido de pagamento parcelado de custas iniciais que se dará nos termos da Portaria mencionada, a saber: Art.1°. O parcelamento das custas processuais poderá ser realizado em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária, incumbindo à serventia a fiscalização quanto ao correto recolhimentos das respectivas parcelas. Art. 2°. O parcelamento referir-se-á tão somente às custas do processo, não abrangendo, em hipótese alguma, as despesas processuais. Art. 3°. Compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam. jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais. Art. 4º A Contadoria Judicial prestará suporte técnico às unidades na elaboração dos cálculos de atualização monetária das custas e subsidiará as serventias na fiscalização dos pagamentos. Insurge salientar que, embora a referida portaria não informe o termo inicial do referido pagamento, este juízo determina que a parte autora efetue o pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, comprovando nestes autos a primeira parcela bem como as demais sucessivamente. Informo ainda, que tal procedimento será adotado a fim de que possibilite à Secretaria a fiscalização em conformidade com a Portaria em epígrafe, bem como, a fim de evitar prejuízos ao autor quanto à ordem cronológica de prolatação de sentença conforme o CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REINILDA GUIMARÃES DO VALLE (OAB 1392/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0624648-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Vera Maria Cruz de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0624845-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Teixeira Cavalcante - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Considerando a narrativa trazida na inicial às fls.02, entendo pertinente a juntada das imagens de câmeras que foram requisitadas pelo autor junto a instituição financeira. Outrossim, a concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0625031-21.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ronaldson Samuel de Oliveira e outros - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0625479-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Rosas Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625611-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alexandre de Souza Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0625711-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Isaac Rafael Palheta Muniz - Indefiro o pedido de fls. 90. A citação por edital é medida excepcional, autorizada apenas quando todas as tentativas de localização do réu restaram, comprovadamente, frustradas, o que não é o caso dos autos. Intime-se a parte Autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do art. 240, § 2º, do NCPC, sob pena de extinção do feito.

ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0625942-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: José Roberto de Souza Galdino - ME - Expeça-se mandado de citação para o endereço indicado em fls. 57/58. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0626293-11.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo o autor para que apresente demonstrativo atualizado do débito, no prazo de 05 (cinco) dias, para posterior retificação do valor da causa e cálculo das custas complementares, sob pena de arquivamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0626464-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rigoberto Paiva Vieira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0626568-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ineildo Pereira Vieira - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos XXXX, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Outrossim, a concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0626983-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDO: Damião dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0627182-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM) - Processo 0627642-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: S. A. M Calderaro Me - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro,

mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0627796-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDO: Andreilson V. dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º, do CPC.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0628046-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Flávio Moreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0628901-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: A. Alves de Souza - Vederson da Cruz Campos e outro - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0630593-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: P.S.L. - REQUERIDO: P.H.R.S.G.M.A.N. e outro - R. H. Intime-se o autor, pessoalmente, para no prazo de cinco dias (art. 485, § 1º, do NCPC), manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0631399-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ceci Claudia da Silva e Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição,

sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG) - Processo 0631780-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Neide da Silva Taveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0631898-30.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos Aurelio Rodrigues de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632414-50.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0632983-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Berfaland Holding Ltda. - REQUERIDO: Vale do Pitinga Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0634233-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Merronit Comercial Ltda. - KL Rent A Car - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0634544-52.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0635566-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: J. R. Pontes e Cia. Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FABIO CASTRO DOS SANTOS (OAB 28859/PA) - Processo 0637195-18.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0659750-63.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Premium Sam Engenharia Construções Ltda - Me - R.H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0659750-63.2018.8.04.0001. Apense-se ao referido feito. Após, certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos presentes embargos, e em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM) - Processo 0638054-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Século Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SIDNEY HEITOR AZEVEDO FIGUEIREDO (OAB 12563/AM) - Processo 0638086-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: I.M.C. - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM), ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0639219-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Janete Dantas Rocha - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa

de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM) - Processo 0639226-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Tse Industria de Artefatos Estampados de Metal Ltda - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM) - Processo 0640518-36.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - INTSSADA: Município de Manaus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/12/2019 às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641391-70.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0641530-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Maria de Souza Marinho Vila - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo

único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0641651-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Máximo Martins da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública, que assiste a parte Autora, para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/12/2019 às 10:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP) - Processo 0641788-27.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Banco Safra S/A - R. H. Determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de corretores de imóveis no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0643250-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R. H. Para que a ação de Busca e Apreensão seja intentada, não basta a simples constituição do devedor em mora, de modo que é indispensável que a notificação do devedor seja encaminhada ao endereço constante no contrato firmado entre as partes, bem como o seu efetivo recebimento, ainda que por terceira pessoa. O STJ já se posicionou neste sentido: RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MORA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. Na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1182004/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 07/05/2010). Portanto, intime-se a parte autora para que promova outros meios de efetivar a notificação extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0644235-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - AGRAVANTE: Manoel Tomé de S. - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que suspenda os descontos relativos à tarifa bancária feitos pelo Réu na conta bancária da parte requerente intitulados como "Cesta Fácil Econômica". Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Ainda no tocante a tutela deferida, autorizo desde já que o requerido efetue os descontos de acordo com cada transação bancária efetuada pela parte autora em sua conta corrente/conta poupança, uma vez que tal relação se trata de uma prestação de serviços ao consumidor a qual não pode ensejar o enriquecimento ilícito de uma das partes. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido é o entendimento dos Tribunais Pátrios: E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE TARIFAS BANCÁRIAS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DANOS MATERIAIS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - COBRANÇA IRREGULAR DE TARIFAS BANCÁRIAS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS NA MODALIDADE SIMPLES - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - VALOR A SER ARBITRADO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL - INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Deve ser reformada a sentença objurgada, para declarar a nulidade dos descontos efetuados na conta bancária da autora, pois em vista da inversão do ônus da prova aplicada às relações de consumo, cabia ao banco recorrido comprovar que a apelante contratou os serviços que geraram os descontos em sua conta bancária, em especial, anexando aos autos o contrato relativo à abertura de conta na modalidade denominada "conta fácil", o que não se vislumbra dos autos em que nenhuma documentação foi por ele juntada. É admissível à repetição do indébito; todavia, somente, em sua forma simples, já que não demonstrada a má-fé da instituição financeira em cobrar as parcelas do contrato questionado; sendo, portanto, inaplicável a regra do art. 42, do CDC. Sendo indevido os descontos promovidos, exsurge o dever de indenizar moralmente a autora e, no caso, reputo razoável e proporcional que a indenização se dê em R$ 5.000,00. (TJ-MS - APL: 08007538320178120044 MS 0800753-83.2017.8.12.0044, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 27/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 28/03/2019) Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644306-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que

a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0644411-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Leci Izabel Macedo Rivero - Compulsando os autos, verifico que o autor, referente ao pedido de dano moral, deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados nos arts. 292, VI e 319, inciso II, IV e VII, do NCPC, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM), ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0645831-41.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0613011-03.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Ronaldo Santana Ferreira - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0649600-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ajurimar Garrido Guilherme - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0655032-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: K. L. Rente A Car - REQUERIDO: Philippe Yuri da Silva Carreira - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008A/PB), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS) - Processo 0659848-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neyva Maraes Ramos - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - ANAPPS - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0706475-23.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0712719-65.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado à fl. 149. Ressalto que o posicionamento do STJ é neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 29/11/2013)" g.n. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008A/PB)
Alexandre Francisco Ferreira de Moraes (OAB 6853/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB A-538/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Ana Maria Holanda Farias Sales (OAB 4502/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Cláudia Monassa Gomes (OAB 2117/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline de Gasperi (OAB 84782/RS)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cleuton Pereira Tavares (OAB 13814/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 1299A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diana Rombaldi (OAB 104192/RS)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Elza Menegumi Lida (OAB 95740/SP)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
Fabio Castro dos Santos (OAB 28859/PA)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Auler Thomazi (OAB 102121/RS)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Geraldo Cantuário dos Santos (OAB 9942/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliano Eduardo Casali (OAB 57592/RS)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)

Marcelo Costa dos Santos (OAB 003.821/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Celso Eichhorn (OAB 160412/SP)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Plínio Henrique Morely de Sá Nogueira (OAB 2936/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Vieira Grazziotin (OAB 46773/RS)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Reinilda Guimarães do Valle (OAB 1392/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Dresch (OAB 88561/RS)
Roberto Becker Misturini (OAB 68841/RS)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rosimar Fernandes Hipólito (OAB 3931/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney Heitor Azevedo Figueiredo (OAB 12563/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0320/2019

ADV: ROGÉRIO DIAS PREIRA (OAB 8002/DF) - Processo 0204880-36.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Elizabeth Gomes Machado - REQUERIDO: Flávia de Souza Santos - Paute-se audiência, em cumprimento à Carta Precatória recebida. Cumpra-se.

ADV: SHEYLA DANTAS FROTA DE CARVALHO (OAB 225/MP) - Processo 0229451-37.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Trevo Turismo Ltda. - Ivon Rates da Silva - Antônio Diego Pinheiro de Souza - R. H. Expeça-se o mandado competente conforme a ordem do juízo deprecante. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0604575-84.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Edine Garcez Souza - R. H. Para que se opere a purgação de mora, deve-se considerar o somatório do valor integral do saldo do contrato, acrescido de honorários e custas processuais. Neste sentido, o STJ já definiu em sede de Recurso Repetitivo sobre o Tema Repetitivo n. 722: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: “Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária”. 2. Recurso especial provido. (REsp 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014). Considerando que a parte requerida não efetivou o depósito judicial no valor indicado na inicial, verifico que não houve a purgação da mora nos moldes supramencionados, desta feita entendo pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SAUL ROGÉRIO RAMOS DE ATHAYDE (OAB 3264/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM) - Processo 0608095-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio Fernando Nascimento - REQUERIDO: João Viana Baía - E. Batista Martins (Martins Materiais de Construção/Meta Comércio) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR sem cumprimento, de fls. 175, tendo em vista que no endereço mencionado não mais funciona a referida Cadeia Pública, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0608672-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0652481-70.2018.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Marcos Antônio da Silva Souza - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0652481-70.2018.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609641-84.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Claudilana Viana Farias - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º, do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0612699-27.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Martins Import Ltda. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Hellen Cristina Alcoforado Guerra - Adelmo Teixeira Mendonça - À Secretaria para que certifique o decurso do prazo quanto à apresentação de defesa pela requerida Hellen C Alcoforado Guerra. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0613948-76.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Evaristo Souto Maior Conde Júnior - R. H. Defiro o pedido de suspensão formulado à fl. 105. Fiquem os autos sobrestados por 90 dias. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0616303-88.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDA: Laura Maria Valente de Lira Ervilha - Augusto Teixeira Ervilha - R. H. Constato a existência do Agravo de Instrumento sob o n. 4003869-51.2019.8.04.000 interposto pela Requerida Laura Maria Valente de Lira Ervilha contra decisão que deferiu liminarmente a reintegração de posse do imóvel. Nos autos do referido Agravo, verifico que foi proferida decisão emitida pelo Desembargador Délcio Luis Santos, o qual concedeu o efeito suspensivo ao recurso, para suspender os efeitos da decisão agravada até o julgamento do recurso interposto. Por efeito, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Agravo interposto pela parte Requerida, determino a suspensão da decisão de fls. 77 a 79. Outrossim, determino a remessa dos autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação entre as partes. E ordeno que após designada a data da audiência, as partes sejam intimadas, bem como a requerida seja citada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0616523-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Mauro Vieira da Silva - Ante o exposto, acolho os presentes embargos declaratórios opostos, suprindo a omissão apontada incluindo no dispositivo da sentença a seguinte redação: “Os valores devidos deverão ser corrigidos nos moldes estabelecidos na Portaria n.º 1.855/2016-PTJ.”. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0617003-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Sidney Marques Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM) - Processo 0617444-16.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0620393-52.2013.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. - EXECUTADO: In Modas Ltda. - Carlos Alberto Rocha Accioli - À Secretaria para certificar acerca de ajuizamento de Embargos à Execução pela Requerida. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619202-64.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Jordana Simão Barroncas - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução nas fls. 92. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 921, III, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0621697-47.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Cherla Gama da Silva - Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a presente ação de BUSCA E APREENSÃO, e autorizo a emissão de novo mandado de Busca e Apreensão no endereço da Sra. Eulizane Santos da Silva, fornecido às fls. 92. Condiciono a expedição do mandado ao recolhimento de custas. Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Autorizo a baixa da restrição no cadastro do veículo perante ao Detran-AM, bem como a expedição de ofício ao SERASA e SPC, para retirada de eventual registro em nome da parte Requerida, decorrente da distribuição desta ação. Certificado o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0622088-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rosa Maria Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM), ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0624361-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Roraima - Residencial Eliza Miranda - 1ª Etapa - EXECUTADA: Joelma Pastana Duarte - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b”, do CPC). Isento de custas na forma do § 3º, do art. 90, do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0624870-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Ivanete Botelho do Amaral - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Arquive-se e baixe-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM), ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM) - Processo 0626770-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ênio Luiz Ferrarini - REQUERIDO: Lenovo Tecnologia Brasil Ltda. - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/12/2019, às 11:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar/Setor 01, do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0628856-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Arnoldo Bezerra Barros - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS - R. H. Mantenho a suspensão do feito pelo prazo de 6

(seis) meses, nos termos do art. 313, I, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja procedida a habilitação do espólio do autor, determino a extinção do processo sem julgamento do mérito. Cumpra-se.

ADV: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 8953/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO) - Processo 0629258-30.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edvaldo Guimarães de Almeida - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - R. H. Oficie-se a Conta Única para que informe sobre a existência de valores consignados referentes à presente demanda. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0629449-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eucatur Pneus Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte Autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da petição e documento de fls. 256 a 258.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0632499-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Celi Gonçalves da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Intimem-se as partespara se manifestarem acerca dos cálculos apresentados pelo contador em fl. 153. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0635737-63.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - EXECUTADO: Sanção Queiroz Félix - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0637537-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: J. G. Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda. - REQUERIDO: I. Batista Fernandes - Banco Santander Brasil S/A - R. H. Remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos - CEJUSC, para que proceda a designação de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0637590-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - ME - REQUERIDO: Nóbile Gestão de Empreendimentos Ltda. - Wyndham Garden Manaus - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: DOUGLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM), ADV: JOSENIR TEIXEIRA (OAB 125253/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0641985-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência À Saúde - REQUERIDO: Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Webster Diniz Pereira - PERITO: Rodrigo Cruz Guimarães - À Secretaria para certificar o trânsito em julgado da sentença de fls. 4431/4432. Após, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0642841-77.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Raimundo Lima de Carvalho - Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a presente ação de BUSCA E APREENSÃO, para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na inicial, autorizando a venda extrajudicial do mesmo. Indefiro o benefício de gratuidade de justiça, considerando a ausência de lastro probatório. Condeno a parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no valor de R$ 1.000,00 (Mil reais), verba que arbitro com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC. Autorizo a baixa da restrição no cadastro do veículo perante ao Detran-AM, bem como a expedição de ofício ao SERASA e SPC, para retirada de eventual registro em nome da parte Requerida, decorrente da distribuição desta ação. Certificado o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: LEONARDO SANDOVAL NOGARA (OAB 400968/SP) - Processo 0642991-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Handle Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 09/11, contudo referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0643084-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Luan Jeyce Duarte de Melo - REQUERIDO: Amazondas Distribuidora de Energia S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM), ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0653294-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Dulcineia Alves de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À Secretaria para certificar o trânsito em julgado da sentença de fls. 77/78. Após, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)

Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Douglas Douro Carvalho (OAB 9920/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ferreira de Almeida Neto (OAB 8953/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Josenir Teixeira (OAB 125253/SP)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Sandoval Nogara (OAB 400968/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rogério Dias Preira (OAB 8002/DF)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Saul Rogério Ramos de Athayde (OAB 3264/AM)
Sheyla Dantas Frota de Carvalho (OAB 225/MP)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP) - Processo 0238001-36.2010.8.04.0001 (001.10.238001-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: HTI - Transportes Internacionais Ltda - EXECUTADO: FIGUEIREDO EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - Por este Ato Ordinatório, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital, Dra. Simone Laurent de Figueiredo, fica designado o dia 10 de outubro de 2019, às 11 horas, para a realização da Audiência de Conciliação, nos autos do processo em epigrafe, para o que, deverão ser feitas todas as intimações necessárias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM) - Processo 0606419-35.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sandra Nazaré Dias Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Do exposto, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0607713-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria de Jesus de Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609559-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a

quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM) - Processo 0610291-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: AIDA CRISTINA GOMES E MACEDO VASQUES e outro - REQUERIDO: Hiroshima Participações e Comércio Ltda - PATRI VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Vista à Requerida da Petição de fls. 1028/1030, em 10 (dez) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0611016-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Manuel Gomes Luiz - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto e o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a AÇÃO, com resolução de mérito, nos moldes do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o Autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do valor dado à causa, mas suspendo a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita(artigo 98, § 3º). Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. PI. Cumpra-se.

ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM) - Processo 0614318-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Manuel Neuzimar Pinheiro e outro - REQUERIDO: Construtora Arruda Ltda - De todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presentes Ação Ordinária de Enriquecimento sem Causa com pedido de Indenização por Danos Materiais e Morais, ajuizada por Manuel Neuzimar Pinheiro e Maria Aparecida Rocha Pinheiro em face de Construtora Arruda Ltda, condenando a Requerida: I) ao pagamento de Danos Materiais no valor de R$510.682,14 (quinhentos e dez mil, seiscentos e oitenta e dois reais, e catorze centavos), atualizados pelo INPC e juros de 1% a.m. a partir de 09.11.2016; II) ao pagamento de Danos Morais no valor de R$400.000,00 (quatrocentos mil reais), atualizados pelo INPC do presente arbitramento e com juros de 1% a.m. a partir de 09.11.2016. Diante da sucumbência recíproca, a Requerida reembolsará ¾ (três quartos) das custas iniciais pagas pelo Autor, bem como pagará honorários fixados em 10% sobre o total das condenações; já o Autor pagará 10% de honorários sobre o montante de R$314.799,56 (trezentos e quatorze mil, setecentos e noventa e nove reais, e cinquenta e seis centavos). P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0618934-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA (OAB 1417/AM) - Processo 0620339-76.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Edifício Rio Madeira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0620649-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD - REQUERIDO: Moreira e Moreira Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0620719-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Latino Ind. e Com. Ltda. - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623105-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0624386-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Messias Pereira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624543-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0625140-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Alves de

Freitas - Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar que o Réu se abstenha de efetuar o desconto "CESTA EXCLUSIVE/VR PARCIAL CESTA EXCLUSIVE", na conta corrente do Autor, no prazo de 72 horas, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para cada ato que implique descumprimento desse preceito. Em razão do princípio da causalidade, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios da parte adversa, que ficam arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação atualizado. P.I. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626834-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Roseane Freitas Alves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627118-52.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Edilza Viana Marinho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627802-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Franciane Castro da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628115-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marilene Lana Marcelino - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0628154-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joede Silva dos Santos e outro - REQUERIDO: Moto Honda da Amazônia Ltda - Centauros Motos Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação De Indenização Por Danos Morais E Materiais ajuizada por Joede Silva dos Santos e Josias Ferreira em face de Moto Honda da Amazonia e Centauros Motos ltda, para condenar as Requeridas, solidariamente, a pagarem valor de R$1.000,00 (mil reais) ao Autor Joede Silva dos Santos e R$2.000,00 (dois mil reais) ao Autor, a título de danos morais com correção monetária pelo INPC da presente Sentença e juros de 1% a.m. da citação, bem como o valor R$2.422,00 (dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos) a título de danos materiais, com correção monetária pelo INPC do ajuizamento e juros de 1% a.m. da citação. Condeno as Requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor das condenações, nos termos do art. 85 do CPC. P.R.I. Cumpra-se

ADV: CARLOS WALCI DIAS GÓES (OAB 10186/AM) - Processo 0628768-32.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marcia Maia da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de

se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629257-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630757-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631085-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631412-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631532-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0631716-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Jose Vilison da Silva Araujo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 03/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente,s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631852-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0632357-66.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632708-39.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Ana Regina Mady Correa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634295-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Walter Flores Dosa Santos Junior - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a

tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: THIAGO MEDEIROS (OAB 11250/AM), ADV: SAMUEL ALVES RESENDE (OAB 11838/AM) - Processo 0634822-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Valdemir de Souza Santana - Vistos, Cite-se o Réu para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0640944-82.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Seconda Servicos da Construcao Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0644195-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Silvanei da Silva Chaves - Vistos, Ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se o caso, designação de Audiência de Conciliação.

ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0644395-76.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Manauara Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: DIEGO BERNARDO (OAB 306430/SP), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0645208-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Fiotrans Comércio e Transportes de Cargas Ltda - REQUERIDO: Crédito Forte Fomento Comercial Ltda - Br Multimodal Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Walci Dias Góes (OAB 10186/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Diego Bernardo (OAB 306430/SP)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Raimundo Nonato Nogueira (OAB 1417/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Samuel Alves Resende (OAB 11838/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)

Thiago Medeiros (OAB 11250/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: DEOCLECIO RIBEIRO DA SIVA (OAB 2749/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 001.456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: LUCIANA MÁRCIA NORMANDO MITOSO (OAB 2541/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOÂO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM) - Processo 0000001-87.2006.8.04.0001 (apensado ao processo 0050025-56.2005.8.04.0001) (001.06.000001-6) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Saldanha Rodrigues Ltda - REQUERIDO: Dva Express Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0013282-13.2006.8.04.0001 (001.06.013282-6) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Adelson Camorça da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 08;30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: MARCUS VINICIUS C. ALBANO DE SOUZA (OAB 002.520/AM), ADV: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA (OAB 156/RO) - Processo 0018856-42.2010.8.04.0012 (012.10.018856-0) - Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: Depex - Distribuidora Comercial e Importadora Ltda. - EXECUTADO: Xerox do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 003.056/AM), ADV: JOÂO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 001.456/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0050025-56.2005.8.04.0001 (001.05.050025-3) - Protesto - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Saldanha Rodrigues Ltda - REQUERIDO: DVA Express Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DENISON DE SOUSA SANTOS (OAB 12123/AM) - Processo 0207634-14.2019.8.04.0001 (processo principal 0615469-56.2017.8.04.0001) - Seqüestro - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: P D Guedes Navegação Me - Vistos. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais do presente incidente, de acordo com os termos da Portaria nº 116/2017-PTJ de 23/01/2017, disponibilizada no DJE em 24/01/2017, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0246790-87.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronnezza Cellia Lobato Campos Predrett e outro - Vistos. Da análise dos autos, verifico que o Malote Digital juntado às folhas 118/120, informa que o Ofício de folhas 119, não contém informações suficiente para pesquisa solicitada. Desta feita, determino à Secretaria que proceda com nova diligência junto ao Juízo Deprecado, devendo constar no corpo do Ofício, a forma utilizada para o envio da Carta Precatória, bem como o nome completo das partes, nº de documentos, como CPF e RG, se houver, data de envio da diligência, código de rastreabilidade, e demais informações necessárias para cumprimento integral da ordem. À Secretaria para dar cumprimento, em 48h., visando a efetivação da missiva por aquele Juízo. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY SERUDO DE MENDONÇA (OAB 4891/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ÉLIDA LEMOS DA SILVA (OAB 272066/SP), ADV: LUIZ SERUDO MARTINS NETO (OAB 3762/AM) - Processo 0252623-86.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDA: Frette Logística e Multimodal Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: SILVESTRE E LUNIERE ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 2406/AM) - Processo 0600572-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Sa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0601200-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta

almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS DA SILVA (OAB 1002A/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0602531-18.2015.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nizete Correa Nunes - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos. No que diz respeito ao pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte Requerente, não vislumbro haver nos autos elementos que evidenciem os pressupostos legais para sua concessão, até porque o valor da causa atribuído fora de R$31.520,00 (Trinta e um mil, quinhentos e vinte reais), podendo a parte se valer do parcelamento das custas, conforme preconiza o art. 98, §6º, do CPC. Pelo exposto, com fulcro no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, o qual disciplina que o juiz, antes de indeferir o pedido de gratuidade judiciária, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, concedo à Requerente o prazo de 10 (dez) dias, ou que realize o parcelamento. Insta salientar que, conforme artigo 3º da mencionada Portaria, "compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais". Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602874-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0608244-14.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0610572-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: R.D. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB A671/AM) - Processo 0610766-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: A.R.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: DENISON DE SOUSA SANTOS (OAB 12123/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM) - Processo 0615469-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: P D Guedes Navegação Me - REQUERIDO: Adiel Braga de Menezes - Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616185-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Gilberto Gomes Arruda - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCILENE DUTRA DE CARVALHO (OAB 6561/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE) - Processo 0616418-51.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldemir Vasconcelos de Carvalho - REQUERIDO: FUNCEF - FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - Vistos Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 15/04/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618061-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Manoel Fagundes da Silva - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0618694-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Mateus Lima de Miranda - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado,

a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619586-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Mauricio Gonçalves Matos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO (OAB 9665/AM) - Processo 0620294-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Isaque Neves Pereira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos. Em razão do feito já estar devidamente instruído e as partes não terem se manifestado acerca da produção de provas complementares, anuncio o julgamento antecipado da lide, com fulcro no artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo recursal, voltem-me conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0620372-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: RD REFRIGERAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - Vistos. Intime-se o Requerido, pessoalmente na forma do art. 513, §2°, II, CPC, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621699-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luis Augusto Neves da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA) - Processo 0623627-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: W. Pereira Navegação Ltda - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626253-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jessica Figueredo dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626568-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: MARIA VILMA GAIA DE OLIVEIRA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0627840-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jocivaldo Luis Silva de Sousa - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outros - De ordem do MMº Juiz, procedo a intimação da Autarquia Federal (INSS), na pessoa do seu representante legal, para dar cumprimento aos ofícios requisitórios (RPV's), fls 131/132, no prazo legal. Manaus, 21 de agosto de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: UBALDO MACHADO FEITOSA (OAB 29547/CE) - Processo 0628705-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Claudio Cesar de Oliveira Gomes - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0628882-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Sinezio Barros Monteiro - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0629886-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Mac Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Vistos. À Secretaria para retificar o valor da causa e após intime-se a parte Requerente para no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0631069-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Handerson Amaral Freire - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 04/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0634621-22.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Fernando Ribeiro Matos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0635360-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0635654-81.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Privilege Club Residence - Vistos. Considerando que os Executados embargaram tempestivamente, e tendo em vista que no Processo n° 0605108-092019.8.04.0001, não foi dado efeito suspensivo e no Processo n° 0661116-40.2018.8.04.0001, a parte embargante foi intimada para pagar custas. Dá-se prosseguimento à execução e intime-se a parte Exequente no prazo de 15 (quinze) dias, para requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM), ADV: REBECA MIRANDA BATISTA (OAB 9981/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0642243-60.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Condomínio Flex Parque Dez - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Nada a questionar, homologo, por sentença, o acordo celebrado para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito,

nos termos do art. 487, III, b, do CPC. As partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, conforme art. 90, § 3º, CPC. Honorários de advogado pro rata, tal como definido pelos litigantes no acordo avençado. Diante da inexistência de interesse recursal, declaro o trânsito em julgado nesta data, ficando dispensada sua certificação. Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0643559-45.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: João de Deus Gomes dos Anjos - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0644104-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Roberval Augusto da Silva - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12709/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0710468-74.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gilbson Vieira Moçambique - REQUERIDO: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0718784-76.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Saint Paul Apart Service - REQUERIDA: Maria de Fatima Ribeiro Lopes da Lapa - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 003.056/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB A671/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Denison de Sousa Santos (OAB 12123/AM)
Deoclecio Ribeiro da Siva (OAB 2749/AM)
Élida Lemos da Silva (OAB 272066/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernanda Lima Tavares (OAB 11834AM)
Francilene Dutra de Carvalho (OAB 6561/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 001.456/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
João Machado Mitoso (OAB 559/AM)
Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB 156/RO)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Márcia Normando Mitoso (OAB 2541/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Serudo Martins Neto (OAB 3762/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Marcus Vinicius C. Albano de Souza (OAB 002.520/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rebeca Miranda Batista (OAB 9981/AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12709/PA)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (OAB 9665/AM)
Sidney Serudo de Mendonça (OAB 4891/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Silvestre e Luniere Advogados Associados (OAB 2406/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas da Silva (OAB 1002A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Ubaldo Machado Feitosa (OAB 29547/CE)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLLI (OAB 7730/AM), ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM) - Processo 0203990-10.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: JF de S. Teles Comercial - REQUERIDO: Raimundo Helio Marques de Souza - Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior. Assim, encaminhe-se a secretaria para designar a data da audiência de instrução e julgamento, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob

pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. Intimem-se as partes, autor e Raimundo Hélio Marques de Souza e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0211360-93.2019.8.04.0001 (processo principal 0635854-30.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fornecimento de Energia Elétrica - EXEQUENTE: Flex Imp. Exp. Ind. e Com. de Máquinas e Motores Ltda. - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 150/155, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0603925-13.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reivindicação - EXEQUENTE: Juliana Chaves Coimbra Garcia - EXECUTADA: MERIAN RABELO MACHADO - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0611628-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roberth Nazareth Rocha Rendeiro - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste sobre os documentos novos juntados em sede de Réplica de Pág.(s) (136/139) retro..., documentos às Pág.(s) (140/166), no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do Artigo 437 do CPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0613009-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0613317-35.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Eliane Reis Godinho - ANTE O EXPOSTO, nos termos dos arts. 487, I do CPC, e 3° do Decreto-lei n° 911/69, julgo procedente o pedido para ipso facto convolar em definitiva a liminar primitivamente deferida e, de conseguinte, consolidar de forma perene a posse e a propriedade plena do veículo fiduciado em mãos do proprietário fiduciário, ora autor. Determino que o autor, apresente prestação de contas em juízo, no prazo de 10 dias, para apurar o valor a ser devolvido ao réu ou saldo da dívida a ser paga pelo mesmo. Defiro a gratuidade da justiça em favor da requerida. Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que, na forma do art. 85, § 2°, do CPC, fixo em 20% sobre o valor da causa atualizado. Outrossim, nos termos do disposto no art. 98, § 3° do CPC, ressalto que as obrigações decorrentes da sucumbência, em relação a autora, ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. P.R.Intimem-se.

ADV: PORTELLA DE MACÊDO E ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 525/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0614556-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio Residencial Smille Cidade Nova - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0618383-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0625598-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0628383-89.2016.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - REQUERENTE: Cleider Baima Petillo - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM) - Processo 0633261-28.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud,), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo

de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636740-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0637663-79.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Fernando Araujo dos Santos Mendes - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0643340-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Matias de Souza - Decido. Concedo ao requerente os benefícios da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC. Em relação a inversão do ônus da prova, a regra processual é de o autor produzir a prova dos elementos constitutivos de seu direito, havendo, a princípio a alegada verossimilhança de suas alegações, apesar de que as partes são capazes e os contratos hígidos após sua celebração, deve a requerida demonstrar o contrato pelo qual resgata seu crédito. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. A tutela antecipada é uma exceção e, como tal, o juiz deve apreciar os elementos que o autorizem a quebrar o ordenamento ordinário do processo. Para que se adiante a outorga que se busca no processo de conhecimento, há necessidade da verificação dos pressupostos contidos no art. 300, que não se restringem somente a prova inequívoca que convença o julgador da verossimilhança da alegação, mas, também, os requisitos do "fumus boni júris" e do "periculum in mora", e ainda a caracterização do abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Verifica-se que estamos diante de cobrança indevida e prática abusiva, visto que o autor, em suas alegações, afirma que vem sendo debitado em seu contracheque mensalmente pelo réu o equivalente a aproximadamente R$ 46,90 (quarenta e seis reais e noventa centavos), até a presente data, sendo que nunca solicitou tal empréstimo consignado. E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária, boa fumaça do direito nos fatos narrados; plausibilidade do pedido e a má-fé do requerido por estar descontando do contracheque do suplicante valores que o mesmo desconhece sua origem, bem como até o momento não ter tido resposta satisfatória e célere do Banco Bradesco quanto às irregularidades identificadas, o que vem a consubstanciar o perigo na demora sendo descontados valores de significativa monta por um longo tempo vindo a comprometer sua renda, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 do CPC, a fim de que se proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS no contracheque do autor. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo o pleito referente a suspensão das cobranças somente. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), até o limite de 10 (dez) dias multa. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar para o dia 09/12/2019, às 10h, nos termos do Art. 334 do CPC, o qual se realizará no CEJUSC-CÍVEL sala 13. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0643894-25.2019.8.04.0001 - Habilitação - Classificação de créditos - REQUERENTE: Jucinete Carvalho Rodrigues - Abra-se vista ao Administrador Judicial, sobre a presente habilitação, para se manifestar em 15 dias. Determino o apensamento dos presentes autos ao processo de Recuperação Judicial n° 0229992-70.2019. À Secretaria para as providências.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0644128-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0660323-04.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão

em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Portella de Macêdo e Advogados Associados (OAB 525/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Augusto Campos Tirolli (OAB 7730/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620572-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: C.am Lima Junior - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (111/122) e documentos às Pág.(s) (123/135).

Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0254/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM) - Processo 0227412-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Joziomar Baia Albarado - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade total e permanente da requerente, e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício de auxílio-acidente em favor da parte autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença (26/09/2018), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009

e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. Concedo em tutela de urgência a implantação do benefício. Intime-se o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM a fim de que este implante imediatamente o beneficio, sob pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." As parcelas vencidas devem ser pagas em uma só vez, observado o artigo 100 da Constituição Federal. Honorários advocatícios pela requerida, estes fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com exclusão das prestações vincendas, considerando-se apenas as prestações vencidas até o momento da prolação da sentença (Súmulas nº 111 e 178 do STJ), com isenção de custas processuais. Transitada em julgado, remetam-se os autos à contadoria para baixa nos registros. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal.

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM), ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0230562-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Alcione Souza da Silva - Vistos, etc. Remetam-se estes autos à Contadoria para que certifique o pagamento das custas de carta precatória e diligência de oficial de justiça, assim com o dê baixa. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0358097-85.2007.8.04.0001 (001.07.358097-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Vitogas Comercio Ltda - Tendo em vista o pedido de desarquivamento (PROT.19.00017925-3, datado de 26/07/2019) juntado aos autos, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte que solicitou o desarquivamento deste processo para fazer vista dos autos em cartório, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução dos autos ao Arquivo Geral.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600499-17.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0603243-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - REQUERENTE: Sul América Companhia de Seguros Saúde - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com a consulta ao sistema eletrônico Bacenjud (fls.222), sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar a executada restaram-se frustradas. Nesse espeque, visando o regular andamento do processo, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes à consulta eletrônica (Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da executada, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0603285-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A - REQUERIDO: IMAGEM COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - IMAGEM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - IMAGEM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604512-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Alison Uchoa Cavalcante - Vistos, etc. Trata-se de petição (fls. 72/74) articulada por Banco Itaucard S/A em que pleiteia a emenda da petição inicial ao fito de ver convertida a presente ação de busca e apreensão em ação executiva. Decido. Com efeito, de acordo com o disposto nos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69, com redação alterada pela Lei 13.043/2014, uma vez constituído o devedor em mora, o credor poderá optar pela conversão nos mesmos autos do pedido de busca e apreensão em ação executiva, caso o bem não seja encontrado ou não esteja na posse do devedor. Confira-se: Art 3º O proprietário fiduciário ou credor, poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecia pelo §2º do art. 2º, ou o inadimplemento (...). (Grifei). Art. 4º - Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Grifei). Ocorre que, no caso dos autos, apesar de deferida a liminar de busca e apreensão o bem não foi encontrado, conforme certidão do oficial de justiça de fls. 68. Assim, diante das circunstâncias que o autorizam, DEFIRO o pedido de conversão da ação de busca e apreensão em ação executiva, ante a faculdade conferida ao credor caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado. Nesse espeque, cite-se o executado(a) para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$8.839,45), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado a(o) exequente optar pela realização da citação do(a) executado(a) por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ , sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a) executado(a). Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a) executado(a), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a) executado(a) para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft. Em retornando o mandado negativo por decorrência de

não ter sido encontrado o(a) executado(a) no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a) executado(a) via Bacen/Renajud/Infojud/Siel. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 967A/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0606616-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maikon dos Santos Sobrinho - REQUERIDO: Empresa Yamaha Motor da Amazonia Ltda - Braga Motos Ltda. - Vistos, etc. RELATÓRIO Cuida-se de Ação Redibitória, cumulada com pedido de indenização por perdas e danos que Maikon dos Santos Sobrinho ajuíza em face de Yamaha e Braga Motors LTDA. Segundo consta da prefacial, a requerente em março de 2017 adquiriu junto à concessionária requerida uma motocicleta modelo MT03 ABS, ano 2017, pelo valor de R$29.152,16. Assere que logo nos primeiros meses de uso o veículo apresentou uma série de defeitos que inviabilizaram a sua regular utilização, como perda de potência, desligamento do motor e problemas elétricos. Em razão de tais vícios, requer a devolução do valor pago pelo bem e indenização por danos morais. Em sede de defesa, a Braga Motos, agitou as preliminares de ilegitimidade ativa e passiva, bem como decadência. No mérito, discorreu que a culpa pelos problemas mecânicos do veículo é exclusiva do autor, por ter instalado acessório não original (rastreador GPS), o que veio a comprometer a sua regular funcionalidade. Ainda que a circunstância acima tenha acarretado a perda da garantia, a ré assevera que realizou todos os serviços requisitados, encontrando-se atualmente o bem sem qualquer anormalidade. A Yamaha, por sua vez, argumenta em preliminar a falta de interesse processual. No mérito, aponta culpa exclusiva do consumidor, por ter unilateralmente alterado as características originais do produto na oportunidade em que instalou o GPS na motocicleta. Em razão de tais argumentos, pediu pela improcedência da ação. Réplica às fls.313-330. Audiência de saneamento às fls.380-384. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. PRELIMINARMENTE. As preliminares foram apreciadas por ocasião da audiência de saneamento, às fls.380 dos autos e do julgamento dos embargos declaratórios. Acerca da suposta decadência do direito do autor, é cediço que o prazo decadencial decorrente de vícios do produto/serviço não corre durante o período de garantia contratual. Na espécie, o veículo foi levado por diversas oportunidades à concessionária para os devidos reparos, ainda no curso da garantia contratual, sem que os problemas fossem resolvidos a contento, ao menos até a início desta pendenga judicial. Dito isto, sequer chegou a transcorrer o lapso decadencial, em razão do que, deve ser repelida a indigitada preliminar. Por outro turno, ressai inequívoco o reconhecimento de que se trata de relação de consumo, na qual qualquer ente que tenha participado de sua cadeia causal assume responsabilidade solidária face a eventuais prejuízos repercutidos na órbita patrimonial do consumidor. É neste consectário que convergem os artigos 7º em seu parágrafo único (tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo) e art.25º, §1º (havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores), todos ínsitos no Código de Defesa do Consumidor. NO MÉRITO O veículo em questão foi adquirido pelo requerente em março de 2017, tendo a partir de junho daquele ano apresentado seguidos defeitos, que o fizeram conduzir o bem incontáveis vezes à concessionária, na tentativa de solucionar os recorrentes problemas. Os defeitos foram dos mais variados, os quais vão desde desligamento do motor, passando por falhas elétricas a perda de potência. Entretanto, o ponto fulcral das defesas convergem na tese de que houve culpa exclusiva do consumidor, na medida em que todos os problemas teriam surgido a partir da instalação equivocada de um acessório (GPS) na motocicleta. Por tratar-se de acessório não original e não homologado pelo fabricante, ele teria causado a perda da garantia contratual. De fato, o laudo emitido pela Yamaha, às fls.298-309, foi elaborado em detalhes e com critérios técnicos, tendo concluído que: “os sintomas reclamados pelo autor eram causados por um problema no chicote principal da motocicleta, sendo o mesmo substituído por outro novo e original/genuíno para que o funcionamento normal da motocicleta fosse reestabelecido”(fls.308). Ocorre que o GPS foi instalado na Aventura Moto e Náutica, loja credenciada pela fabricante Yamaha, conforme documentos de fls. 37-39 dos autos. Tal situação chancela a culpa do fabricante pelos problemas causados, na medida em que caracteriza a culpa in eligendo em relação à loja que promoveu a indevida utilização de peça não original e não homologada. Ainda agrava mais a sua situação, o fato de ter permitido a venda, por meio de uma de suas credenciadas, de produto não original como se tal o fosse, sem a devida informação dos riscos a ela inerentes e sem a necessária transparência no trato com o consumidor. Extrai-se de todo o contexto acima declinado a flagrante inadequação do produto (peça) vendido e do serviço correspondente, eivados de vícios que sem dúvida alguma comprometeram a regular funcionalidade do veículo, a causar evidente frustração às legítimas expectativas do consumidor. Impende a conclusão de que, acaso o requerente soubesse dos graves riscos que teria ao instalar o acessório não original, certamente não teria efetivado o malsinado negócio. Dessarte, sobejam motivos para a colimada rescisão contratual, em função da enorme quantidade de vícios ocultos que impediram a regular fruição da motocicleta pelo consumidor, conforme demonstram à saciedade as incontáveis ordens de serviço acostadas aos autos. Aliás, o Código Civil pátrio, na parte em que descreve os vícios redibitórios, autoriza ao comprador enjeitar o bem quando descobre que seus defeitos o tornarão impróprio para uso ou lhe diminuirão substancialmente o valor. No caso em tela, nada obstante o bem ter sido consertado e devolvido ao consumidor, ele pode enjeitá-lo diante da perda substancial do seu valor, levando-se em conta que o bem perdeu a garantia e que ficou parado na oficina quase um ano a espera da resolução do imbróglio. Tocante ao vício redibitório destaco a lição de Maria Helena Diniz (Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 3º, Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais, Editora Saraiva, São Paulo, 1994, pág. 93): Nosso Código Civil, no art. 1.101, ao prescrever que a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor, admitiu a teoria dos vícios redibitórios, afim de aumentar as garantias do adquirente sujeito a uma contraprestação, responsabilizando o alienante pelos vícios ocultos do bem alienando, visto que o adquirente tem direito à utilização natural da coisa. Assim, se houver defeitos ocultos que a desvalorizem ou a tornem imprestável à sua finalidade, quando descobertos, produzirão a redibição do bem, tornando sem efeito o contrato, com a restituição do objeto defeituoso a seu antigo dono. Nessas circunstâncias, o alienante responderá pela devolução do valor recebido, além das perdas e danos, e, se for o caso, pelo abatimento no preço, se o adquirente pretender conservar a coisa (CC, art. 1.105). Na hipótese vertente, portanto, é medida de direito a devolução do bem e a restituição dos valores pagos ao consumidor, com os juros legais e correção monetária, nos termos do artigo 18, par. 1º da Lei 8.078/90. Nestes termos: Consumidor - veículo automotor - defeitos de fabricação - automóvel novo que retorna à concessionária por inúmeras vezes, em curto espaço de tempo e, ainda assim, não são sanadas todas as falhas apresentadas que o tornam imprestável à sua normal e segura utilização -devolução ao comprador do valor desembolsado para a aquisição do bem, devidamente corrigido e acrescido de juros de mora, que se impõe-consumidor ademais que não está impedido de utilizar o veículo durante o período de tramitação do feito e até que haja a sua satisfação - inteligência do artigo 18, par.1º, da Lei 8.078/90 (TAMG- 6ª Cam.- AP270249-2 - relator Paulo César Dias; j.11.02.1999; RT 769/390). Quanto aos danos morais, eles também se prefiguram em virtude das inúmeras idas e vindas à oficina, sem que os problemas fossem sanados, bem como pela frustração de ter ficado longo período despojado do bem de primeira necessidade.

O sentimento de impotência e de ludibrio também endossam o alegado dano moral, diante das frustradas expectativas, tanto do desempenho do veículo quanto de receber um prestimoso atendimento por parte do concessionário e fabricante. Por tal, resolvo, fixar os danos morais em R$10.000,00, quantia que entendo ser razoável e proporcional à violação jurídica aqui examinada. Outrossim, a quantia servirá para recrudescer a psique do requerente, ao mesmo tempo em que imprimirá efeito pedagógico ao infrator. DISPOSITIVO A teor do exposto julgo procedente o pedido de indenização material, nos termos do artigo 18, par. 1º do CDC e 186 do CC, devendo as requeridas solidariamente promoverem a devolução dos valores pagos pelo autor, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir do desembolso de cada uma das parcelas. Condeno as requeridas solidariamente ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), aplicando-se juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da data de aquisição do veículo. O veículo objeto da controvérsia deverá ser devolvido no estado, após o pagamento das indenizações. Condeno as requeridas solidariamente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607183-55.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697/AM) - Processo 0607597-53.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico a existência de dois endereços, encontrados via sistema Bacenjud às fls. 69/71, que ainda não foram diligenciados. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR's, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação do requerido por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR's/Mandados para os seguintes endereços: I- Rua Internacional, Nº 168, CEP 06909932, Cidade Nova, Manaus-AM; II- Av. Nossa Sra. Fátima, 768, CEP 06909925, Cidade de Deus, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM) - Processo 0607688-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora das partes a serem consultadas, providência(s) necessária(s) à consulta no sistema SIEL, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0607884-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Compulsando os autos, verifico que a tentativa de citar a requerida restou-se infrutífera, conforme certidão de fls. 94. Nesse espeque, visando o regular andamento do processo, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud, Siel e Eridft), conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017- PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da requerida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: PAULA REGINA DA SILVA MELO (OAB 7490/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM), ADV: SUELLEN KLÍSSIA SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 12057/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0609341-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - REQUERENTE: Mvm Comercio Serviços e Construções - REQUERIDO: Oliveira Energia Geração e Serviço Ltda - Conforme decisão transladada dos Embargos processo n. 0642323-19.2019

ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM) - Processo 0609680-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Wilson Miranda Lima - REQUERIDO: Alex Mendes Braga - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado ao requerente optar por realizar a citação do requerido por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM), ADV: PAULO RENATO RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 9644/AM) - Processo 0609844-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Carvibon Indútria de Móveis Especiais Ltda Eirelli - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos, sob a forma de arresto executivo, uma vez que a tentativa de citação da parte executada restou-se frustrada. Nesse espeque, visando o regular andamento do processo, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas processuais atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da executada, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610467-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Bacenjud às fls.89/90, não logrou êxito. Nesse espeque, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de pagamento das custas referentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0612420-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/

AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0612447-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Vieira Gomes - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de indenização por danos materiais e morais c/c obrigação de não fazer que Manoel Vieira Gomes ajuíza em face de Itaú BMG S.A. Para tanto, aduz em suas razões ter sido vítima de contrato de empréstimo fraudulento que tem implicado em uma série de descontos indevidos de seu contracheque. Requer sejam cessados tais descontos, o recebimento de indenização por danos morais e a repetição em dobro dos valores descontados. Devidamente citado, o requerido ofereceu contestação (fls.60-65), a alegar a legalidade da contratação e que agiu no exercício regular do direito. Réplica às fls.115-122. Às fls.142-144, termo de audiência de conciliação. Vieram os autos conclusos para sentença. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A vexata quaestio deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, eis que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo. Na espécie, malgrado o autor negue tenha havido a aludida contratação, ele efetivamente assinou o sinalagma (fls.85-93), no qual constavam claramente todas as condições do empréstimo, como valor, número de parcelas, juros, entre outros. Às fls. 142, em seu depoimento pessoal, ele inclusive admite que a assinatura constante do documento é de sua lavra. Muito embora tenha dito que assinou outro pedido de empréstimo, no valor de oito mil reais, que na ocasião lhe fora negado, não há mínimos elementos de prova que sustentem essa versão. Demais disso, o banco demonstrou que efetivamente depositou os valores atinentes ao empréstimo, ao colacionar o TED de fls.94, além de juntar o contrato de fls.85-90 rubricado em todas as páginas pelo autor, inclusive com as cópias de seus documentos. Diante de tais evidências de legalidade da contratação, colijo que a pretensão autoral deva malograr. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, julgo integralmente improcedentes os pedidos contidos na presente ação, diante da constatação da legalidade da contratação. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade de justiça deferida nos autos. Publique-se.Registre-se.Intimem-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0614182-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erico Francisco do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Intime-se o requerente para se manifestar acerca da proposta de acordo de fls. 111/113, em quinze dias. NÃO SENDO ACEITA A PROPOSTA, prossiga-se com a realização da perícia grafotécnica. Fica nomeado o perito Marcelo Frassei. No momento oportuno, caso haja recusa da proposta a secretaria deverá intimar as partes para apresentar impugnação de impedimento/suspeição do perito nomeado, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Ao mesmo tempo, o perito deverá ser intimado para que, no prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o presente encargo, bem como para que, em igual prazo, apresente sua proposta de honorários, atentando-se para o limite de R$1.000,00 instituído pela Portaria nº 1.233/2012, tendo em vista que a parte é beneficiária da justiça gratuita, e o disposto no §2º do art. 465, do CPC. Por oportuno, uma vez aceita o encargo da nomeação, o expert deverá entregar o laudo objeto da presente perícia no prazo de 30 dias, a contar da data de realização da mesma, sob pena de ser nomeado outro perito para a satisfação da diligência. SENDO ACEITA A PROPOSTA, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0616898-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Fernanda Vieira de Macedo - A teor do exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC, para tornar definitiva a busca e apreensão concedida liminarmente para efeito de consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem em favor do autor, nos termos do art. 3º do DL 911/69. Outrossim, fica autorizado ao credor fiduciário alienar o veículo, independentemente de qualquer alvará judicial, restando-lhe facultada a opção prevista no artigo 2º do aludido decreto. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a reconvenção, com fulcro no artigo 487, I do CPC, para determinar a devolução do valor pago a título de Registro de Contrato (R$ 340,66), Tarifa de Avaliação do Bem (R$ 395,00) e Cap Parc Premiável (R$ 98,95), com juros e correção monetária a contar do desembolso, segundo índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ e Manual de orientação de procedimentos para cálculos judiciais e administrativos. JULGO IMPROCEDENTE os demais pedidos em sede de reconvenção. Ante a sucumbência mínima, CONDENO a parte ré/reconvinte ao pagamento das custas processuais, incluindo-se o valor do protesto e honorários advocatícios, que fixo em dez por cento sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade vez que concedo-lhe a gratuidade de justiça, nos termos do disposto no art. 85, §2º c/c art.98, §3º, ambos do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM) - Processo 0617646-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Manuel Gonçalves Costa - Suzana Coquinche Gonçalves - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - I - RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de rescisão contratual com declaração de nulidade e danos materiais que Manuel Gonçalves Costa e Suzana Coquinche Gonçalvez ajuízam em face de Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe, ambos devidamente qualificados. Segundo consta da inicial, os autores celebraram com a ré Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda e Outras Avenças, relacionado a um imóvel na planta, unidade H 403, no empreendimento denominado Bela Vista Residencial - Azálea, pelo valor de R$162.349,05. Alegam ter desembolsado o montante de R$30.354,72, conforme cronograma de pagamento, mas a requerida restou inadimplente quanto o prazo de entrega da obra que seria no dia 30 de março de 2017. Pugnam pela rescisão do contrato e devolução dos valores pagos. Devidamente citada, a ré compareceu à audiência conciliatória, mas não ofertou contestação. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório.Decido. II- FUNDAMENTAÇÃO Consoante se depreende dos autos, a ré, conquanto regularmente citada, deixou transcorrer in albis o prazo para apresentação de contestação, motivo pelo qual reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil de 2015. A causa comporta julgamento. Não há, no caso, necessidade da produção de provas diversas daquelas constantes dos autos, o que autoriza o julgamento antecipado dos pedidos, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Ab initio, necessário adentrar na questão dos valores pagos a título de corretagem. É sabido que, em 2016, o Superior Tribunal de Justiça decidiu em sede de Recursos Repetitivos (Recurso Especial nº 1.599.511-SP) a questão da validade da cláusula contratual que transfere ao consumidor a obrigação de pagar a comissão de corretagem. A Corte reconheceu a validade da obrigação desde

que o consumidor tenha sido previamente informado acerca dos valores da comissão de corretagem. No caso em apreço, o autor foi previamente esclarecida sobre a obrigação. Nesse passo, não caberá a devolução dos valores pagos a esse título. No caso em tela estão presentes os três requisitos caracterizadores da taxa de corretagem: consentimento do vendedor, aproximação entre as partes contratantes e conclusão do negócio em razão da atuação do corretor. Assim, o negócio acessório foi válido. Quanto a rescisão contratual, inatacável o fato de que os autores pretendem rescindir o contrato de compra e venda celebrado em virtude do atraso na entrega do imóvel. Assim, uma vez comprovado que o atraso na entrega de imóvel adquirido ainda em construção decorreu de culpa exclusiva da construtora, sem justificativa plausível, possui os compradores direito à rescisão contratual com a devolução imediata das parcelas pagas. Vale registrar ainda que a Súmula nº 543 do Superior Tribunal de Justiça pacificou o tema nos seguintes termos: "Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento". No caso em debate, os autores logram comprovar que a rescisão contratual decorreu de atraso injustificado na entrega da obra, mesmo considerando-se o prazo de tolerância. Diante desse quadro, a rescisão do contrato por culpa exclusiva da construtora acarreta o retorno das partes ao estado anterior à contratação, com a consequente devolução integral dos valores pagos, sem qualquer retenção. III- DISPOSITIVO A teor do exposto, pelas judiciosas razões acima expendidas, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor, com fundamento no art. 487, I do CPC, nos seguintes termos: DECLARO rescindido o contrato referente à aquisição do imóvel. CONDENO a demandada à devolução dos valores pagos pelos demandantes, excluindo-se os valores pagos a título de comissão de corretagem, devendo ser aplicada sobre esta verba correçãomonetáriaa contar do desembolso de cada parcelapagae juros de 1% ao mês, a contar da citação, segundo os parâmetros fixados na portaria nº1.855/2016-PTJ. Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §2º do CPC). Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0618051-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Maria Mourão Alves - REQUERIDO: Bm Comércio de Veículos e Transporte Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/08/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175/AM) - Processo 0618690-76.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Moacy Soares Nonato Filho - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Bacenjud às fls.90/91, não logrou êxito. Nesse espeque, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de pagamento das custas referentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome do executado, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: SARAH ELIZABETH DE SOUZA VALLE (OAB 14421/AM), ADV: NATÁLIA DI PAULA ARAÚJO DE AQUINO (OAB 8177/AM) - Processo 0618982-32.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0215608-20.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Sarah Elizabeth de Souza Valle - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Defiro o pedido de fl. 186. Providencie-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0619466-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Petronio Martins Carlos Neto - Vistos, etc. Ajuizou o autor a presente ação de Busca e Apreensão do bem indicado na exordial, com sustentáculo no art. 3º do Dec-Lei nº 911/69, com a alteração dada pela Lei 10.931/04, o qual foi alienado fiduciariamente em garantia. Às fls.47/48 foi deferida a apreensão liminar solicitada na inicial, a qual foi efetivada. Devidamente citada, a parte ré não contestou a ação nem requereu a purgação da mora, deixando transcorrer, in albis, o prazo legal. Isto posto, procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, II do Código de Processo Civil. É o sucinto relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Da análise dos autos, deflui que a parte ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo pelo qual decreto-lhe a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. É bem verdade, que a ocorrência de tal instituto não importa em julgamento automático da procedência do pedido, entendendo-se, portanto, que a presunção de veracidade decorrente da revelia

não é absoluta e insuperável. Isso porque, a ideia de presunção de veracidade decorrente da revelia do adversário somente poderá produzir todos os efeitos quanto a fatos revestidos de credibilidade ou verossimilhança. Na espécie, a inadimplência do requerido se acha demonstrada, em razão da própria pena de confissão ficta, cujo corolário é a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor, constatação que auxilia na configuração do indigitado inadimplemento contratual, influenciando, com alguma relevância, o convencimento deste Juízo. Nesse espeque, tenho que a pretensão entabulada pela parte autora é pertinente e verossímil, motivo pelo qual sua pretensão merece lograr êxito. III-DISPOSITIVO À guisa do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para consolidar nas mãos da parte autora o domínio e posse plena e exclusiva do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva. CONDENO, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais, incluindo-se o valor do protesto e honorários advocatícios, que fixo em dez por cento sobre o valor da causa, atento ao disposto no art. 85, §2º, do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito para protesto. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619475-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Fonomed Aparelhos Auditivos e Artigos Médicos Ltda - Me - Ewerton David Gadelha Guimas - Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as consultas realizadas às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM) - Processo 0620426-08.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: HELEN SILVA DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Acerca do pedido de expedição de alvará de fls. 322/325 determino à secretaria que certifique-se da existência de advogado(a) com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará dos valores incontroversos depositados judicialmente no valor de R$16.268,68 ou, a requerimento da parte interessada, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal com escopo de promover a transferência eletrônica dos valores para conta de sua preferência, nos termos do parágrafo único do art.906, do CPC/15. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Quanto ao valor controverso alegado, intimo o requerido para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se a respeito da petição de fls. 322/325. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0622803-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andre da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 214/231, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0624047-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0624572-58.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas carta/mandado e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta/mando(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676/PE) - Processo 0625118-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rosangela Gomes Neves - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls.352/373, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: MARCOS JÂNIO DA SILVA COSTA (OAB 6317/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0626173-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Medic System Ltda. - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Inoportuno o pedido de reconsideração da executada, bem como alheio às hipóteses legais. Assim, expeça-se alvará em favor da exequente na forma requerida na petição de fls.941/942. Após, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626578-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimundo Ivan Ribeiro Gomes - Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, conforme as normas legais atinentes à matéria JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com arrimo no art. 487, inc. I do Digesto Processual Civil. Custas e honorários de advogado pelo autor, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, suspensa a exigibilidade vez que beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0626591-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM)

- Processo 0626841-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628079-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica foi devidamente realizada. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado ao requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: FLORIANO DE OLIVEIRA MAIA JÚNIOR (OAB 8762/AM), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0628563-76.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - EXEQUENTE: MARIA FERNANDES DA SILVA - Adriane Fernandes da Silva - EXECUTADO: Norte Editora Ltda. - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0629062-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Sergio Souza Batista - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0629614-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Ventura Videl - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0630477-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica foi devidamente realizada. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado ao requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0630905-89.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Yanas Construtora e Com. de Mat. de Const. e Inform. Ltda. - Edmundo Farias de Oliveira - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos (Bacenjud e Renajud), sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citação das partes executadas restaram-se frustradas. Nesse espeque, visando o regular andamento do processo, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas processuais atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud, Siel e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço dos executados, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0631962-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Neide Bessa Mar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (149/159) e documentos.

ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632346-37.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Messias Reis de Brito - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Bacenjud às fls. 156/157, não logrou êxito. Nesse espeque, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de pagamento das custas referentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome do executado, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: KEILA CRISTINA DE CARVALHO RAYOL (OAB 10802/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0633040-74.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: CELINA FERNANDES COSTA - EXECUTADO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - Expeça-se alvará dos valores incontroversos depositados Às fls. 438/440. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0634376-21.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas - EXECUTADO: D e C Confeccoes LTDA - DAVI CELESTINOI MOREIRA - CARLLEN GLEICE XAVIER FERREIRA - BOANERGES JACOB MONTEIRO - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$77.085,60, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento

parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0637964-94.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: P. Bastos Comércio de Vestuário Ltda. - Epp (Nome Fantasia: Tortas & Tortas) - Jener Tadeu Trindade Pereira - Daniela Macedo Bastos - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente memória discriminada e atualizada do débito a fim de viabilizar a realização das consultas eletrônicas, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Custas pagas às fls. 214. Cumpra-se.

ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM), ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0638648-48.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Hilda de Souza Guimarães Filha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (153/173) e documentos às Pág.(s) (174/267).

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0638651-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento - REQUERENTE: Flytour Agência de Viagens e Turismo Ltda. - REQUERIDO: Norte Viagens e Turismo Ltda -ME - Marisa de Souza Caggy - Moacir Mariano de Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 409/413, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0638960-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Gerly Lopes da Silva - Vistos, etc. Defiro a gratuidade de justiça em favor do autor. A Secretaria que cite o requerido por AR ou ato eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE FERNANDES (OAB 33441/SC), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0639863-59.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: L. M. Comercio de Materiais e Construção Ltda e outro - Vistos, etc. Cuida-se de pedido de prosseguimento da execução intentado por Itaú Unibanco S/A em face da devedora solidária Maria Eugenia Iturri Chavez. Às fls. 38-43, a executada LM Comercio de Matérias e Construção Ltda manifestou-se pedindo que a parte autora se habilite nos autos da recuperação judicial deferida, bem como pugna pela extinção do presente feito. Os autos vieram-me conclusos. Decido. Da análise do caderno processual verifico que fora deferido o processamento da recuperação judicial da 1º executada, a sociedade empresária LM Comércio de Materiais e Construção Ltda. Ora, a recuperação judicial é da sociedade empresária e não de seus sócios, meros empreendedores. Assim, conclui-se que a obrigação do sócio devedor solidário, mesmo sendo sócio da pessoa jurídica em recuperação judicial, não se sujeita aos efeitos do procedimento recuperacional. Sobre o tema, vale mencionar a tese fixada em julgamento de recurso especial repetitivo, segundo a qual "a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções, nem induz suspensão ou extinção das ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005".(REsp n. 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 2/2/2015). De igual modo é o teor do enunciado da súmula 581 do STJ, "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória." Por tais motivos, figurando um dos executados como devedor solidário na Cédula de Crédito Bancário, a ação de execução desse título executivo extrajudicial deve prosseguir em relação a ele. Com efeito, mantenham-se os autos suspensos pelo prazo de 180 dias corridos apenas em relação à sociedade empresária em recuperação, prosseguindo-se o feito quanto à devedora solidária. Expeça-se nova carta de citação da devedora solidária, conforme endereço indicado na exordial, sem recolhimento de novas custas, vez que houve equívoco no endereço indicado na missiva anterior. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0639916-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Reginaldo Gomes dos Santos - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória c/c obrigação de fazer proposta por Reginaldo Gomes do Santos contra Banco Industrial do Brasil S/A. Em síntese, busca o autor a declaração de abusividade das taxas de juros cobradas pela ré no contrato de empréstimo pessoal consignado que ultrapassam a média do mercado. Vieram-me os autos conclusos. É o essencial. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Compulsando-se os autos, vejo que o objeto da presente ação é reprodução do contido na ação proposta sob o número 0601343-48.2019 no 11º Juizado Especial Cível de Manaus, a qual, diferentemente do alegado pelo autor, foi julgada improcedente, sob o fundamento de inexistir a suposta abusividade na taxa de juros contratada. Cumpre asseverar que a coisa julgada material, característica dos julgamentos de mérito, diz respeito à imutabilidade do pronunciamento judicial no mesmo processo ou em qualquer outro, entre as mesmas partes. Com efeito, incumbe ao ente estatal assegurar que as lides pacificadas por meio da prestação jurisdicional sejam revestidas dos poderes de submissão e de imutabilidade. Assim a eficácia preclusiva da coisa julgada impede que, julgada a ação, com decisão transitada em julgado, possa a parte, em ação posterior, tentar obter novo

provimento jurisdicional. Por tais razões, impõe-se a extinção do processo com base no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, ante o reconhecimento da eficácia preclusiva da coisa julgada (art. 508, do CPC). III-DISPOSITIVO A teor do exposto, reconheço a coisa julgada para JULGAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.485, V, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, vez que lhe concedo o benefício da gratuidade de justiça. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0640186-69.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados - REQUERIDO: Sam Junyo de Moraes Barco - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos, sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar o executado restaram-se frustradas. Nesse espeque, a fim de dar prosseguimento à presente ação, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação do executado Sam Junyo de Moraes Barco, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0640186-69.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados - REQUERIDO: Sam Junyo de Moraes Barco - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. BAIXE-SE a restrição do veículo no Renajud. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0640332-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Criar Soluções Produtos e Servicos de Informatica Ltda. - Flavio de Souza Coutinho - Considerando que mesmo a interposição de apelação nos embargos a execução não terá o condão de suspender a presente ação, nos termos do inciso II do §1º do artigo 1.022 do CPC, prossiga-se com a execução. Defiro o levantamento dos valores bloqueados às fls. 85/87. Desde já, fica o exequente intimado para dar prosseguimento ao feito, indicando a medida executiva mais adequada, em quinze dias, sob pena de suspensão na forma do 921 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0640512-29.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Vander Carlos Silva de Souza - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em que pese caber ao exequente instruir o requerimento para cumprimento definitivo de sentença, com demonstrativo discriminado e atualizado do débito, infiro que o executado possui melhores condições para elaborar os cálculos, até porque é o detentor dos dados necessários para promover tal liquidação. Nesse contexto, valho-me do disposto no art.524, §4º para requisitar da autarquia previdenciária o demonstrativo discriminado e atualizado do débito que deverá ser apresentado no prazo de 30(trinta) dias. Com a resposta, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10(dez) dias, sobre os cálculos, bem como se pretende receber por Precatório ou, em caso de renúncia ao excedente, Requisição de Pequeno Valor. Havendo concordância, conforme o caso, expeça-se o respectivo Precatório ou Requisição de Pequeno Valor para pagamento da obrigação, no prazo de 02(dois) meses, nos termos do art.535, §3º, I e II, do NCPC. Desde já autorizo a expedição de alvará caso haja depósito dos valores. Após, arquivem-se.

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641147-39.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica foi devidamente realizada. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Após, à Secretaria que expeça mandado de busca, apreensão e citação para o seguinte endereço: Av. Oscar Borel, Nº 585 A, Compensa 2, CEP 69035-000, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0642809-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - REQUERIDA: Maria Elena Estevam Portela - Intime-se o autor para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito, na forma do artigo 290 do Código de Processo Civil. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO DEMARCHI (OAB 184458/SP) - Processo 0642820-33.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Cerâmica Villagres Ltda. - Intime-se o autor para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito, na forma do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0642907-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Marca - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - Intime-se o autor para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento das custas iniciais complementares, se houver, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito, na forma do artigo 290 do Código de Processo Civil. Posto tratar de tutela antecipada em caráter antecedente, ressalto que o valor da causa deve atentar ao disposto no §4º, Art.303,CPC/2015, levando em consideração o que possa ser pedido em tutela final. Caso não haja valores a serem adicionados em aditamento à inicial, considero o valor da causa apresentado neste pedido de tutela antecipada em caráter antecedente como sendo R$1.000,00 e as custas iniciais de fls. 112/115 para efeitos meramente fiscais. Portanto, faz-se necessário o esclarecimento deste ponto e devido prosseguimento do feito pelo autor. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM) - Processo 0643183-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Yuri Dantas Barroso & Advogados - Para não inviabilizar o acesso à justiça, autorizo o pagamento das custas em parcelas de até 06 vezes, no que prescreve o art. 1º, Portaria 490 / 2017 - PTJ. Intime-se a parte requerente para recolher a primeira delas, no prazo de 15 (quinze) dias, com guia que pode ser emitida no próprio site TJAM. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial para prosseguimento do feito ou sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito, na forma do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643402-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Giselle Ferreira de Andrade - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de

gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0643422-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Raimundo Marques Viana - Cacilda Fernandes de Araujo - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Defiro a gratuidade de justiça em favor do autor. Expeça-se carta monitória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0643773-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valdir Pereira de Moraes - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0643859-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Samuel Mateus de Gois - REQUERIDA: Denalda Alves da Silva - Etevaldo Rocha da Silva - Terra Editora Comercio e Servicos Graficos Ltda - Acerca do pedido de gratuidade, tenho que constitui presunção juris tantum do magistrado, podendo o juízo presidente do feito, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos para concessão (art. 99, §2º, CPC/2015). Nesse espeque, determino a intimação do requerente para que comprove, em 05(cinco) dias, a alegada hipossuficiência mediante apresentação de documentos como: extratos de conta corrente, contracheques, últimas três declarações do imposto de renda, demonstrativo de despesas mensais que provocam desfalque econômico- financeiro, para fins de concessão do beneplácito da gratuidade da justiça. Após o escoamento do prazo susomencionado, voltem-me conclusos para despacho inicial, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0645802-88.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: José Maria Santiago Leite - EXECUTADA: Ruth Chagas da Silva - INTIMADO: Cristóvão Cajueiro Fernandes - Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as consultas realizadas às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. A outro turno, intime-se o requerido Cristóvão Cajueiro Fernandes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte comprovante da negativação a fim de demonstrar a origem do cadastro nos órgãos de proteção ao crédito. Após, remetam-se estes autos à fila de despacho inicial para a análise do pedido de fls. 111. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0658243-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: V.F.C.F.I. - Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as consultas realizadas às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0659007-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jose Evandro Monteiro da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 188/223, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0662017-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0662051-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão

de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC.. Desde logo, fica facultado ao exequente optar por realizar a citação do executado por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676/PE)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Caroline Fernandes (OAB 33441/SC)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David Sombra Peixoto (OAB 1175/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Floriano de Oliveira Maia Júnior (OAB 8762/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Keila Cristina de Carvalho Rayol (OAB 10802/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 967A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Jânio da Silva Costa (OAB 6317/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 11990/MA)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Natália Di Paula Araújo de Aquino (OAB 8177/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Paula Regina da Silva Melo (OAB 7490/AM)
Paulo Renato Ribeiro dos Santos (OAB 9644/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Roberto Demarchi (OAB 184458/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
SARAH ELIZABETH DE SOUZA VALLE (OAB 14421/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Suellen Klíssia Santos de Oliveira (OAB 12057/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)

Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0159/2019

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 002.300/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA (OAB 4863/AM), ADV: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA (OAB 5105/RO) - Processo 0009818-83.2003.8.04.0001 (001.03.009818-2) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Concreta Engenharia e Construções Ltda - REQUERIDO: Davi Gomes Davi e outro - Diante do auto de penhora no rosto dos autos de fl. 791 e do teor da certidão de fl. 792, fica assegurada a reserva de crédito no montante de R$ 8.379,30, o que será observado no momento processual adequado, respeitada a ordem de apresentação dos diversos pedidos de reserva de crédito e penhora no rosto dos presentes autos. No mais, permaneçam os autos baixados e arquivados, aguardando-se a iniciativa dos interessados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE GILBERTO DE S. LUZEIRO (OAB 001.891/AM), ADV: JOELSON GLÁUCIO LUZEIRO (OAB 4392/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM) - Processo 0024630-28.2006.8.04.0001 (001.06.024630-9) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Clemente Manoel da Silva Camara - Diante do teor da r. Certidão, intime-se o Sr. Perito Judicial para que esclareça as razões do atraso na entrega do laudo e quanto tempo é necessário para a conclusão dos trabalhos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO AFONSO MORAES DOLZANES (OAB 001.750/AM) - Processo 0036508-72.2010.8.04.0012 (012.10.036508-9) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Miriam Rego dos Santos - Carta precatória devolvida. Ao Exequente para requerer o que for de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: FABRÍCIO CALEBE DO CARMO SANTOS (OAB 8078/AM) - Processo 0201786-32.2008.8.04.0001 (001.08.201786-8) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Mario Rubens Macedo Vianna - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM) - Processo 0204921-52.2008.8.04.0001 (001.08.204921-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Roosevelt Braga dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0211915-28.2010.8.04.0001 (001.10.211915-6) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Ricardo de Jesus da Silva - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0212251-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento da Própria Saúde - REQUERENTE: VALÉRIA SILVA DOS SANTOS - REQUERIDO: Carlos Luiz Nogueira de Farias e outros - Diante do teor do e-mail recebido de fl. 398, concedo à sra. Perita Judicial o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do laudo pericial. Cientifique-se a expert. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: EVELYN TATIANA DE LIMA CORRÊA DA SILVA (OAB 3622/AM) - Processo 0213212-02.2012.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Altamira Pimenta Goulart - Dê-se vista ao Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 12, da Lei n.º 12.016/09. Após, venham-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0215277-67.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: Alberto Martins de Freitas - De ordem do MM. Juiz de Direito, tendo em vista que já foram expedidos os alvarás eletrônicos, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: SIMONE DE OLIVEIRA CAMBEIRO (OAB 2855/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0353336-11.2007.8.04.0001 (001.07.353336-0) - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: L.L. - Diante do teor da petição de fls. 381/389, proceda-se o desentranhamento da manifestação de fls. 376/380. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, 3§, CPC), com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EWERTON DE ALENCAR CORREIA (OAB 8460/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM) - Processo 0603579-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - EXEQUENTE: Maria Jucilene dos Santos Melo - Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento do valor depositado às fls. 293/298. Ademais, reitere-se a intimação da Exequente para que atenda ao solicitado no ato ordinatório de fl. 282, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0605022-48.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Invalidez Permanente - REQUERENTE: Vilson de Araújo Figueiredo - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de

conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0607007-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: ALAN PAES CHAYEN - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0607965-67.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0014074-98.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - REQUERIDO: Jose Ribamar Gomes Sena - Diga a Exequente sobre o teor da petição de fl. 112, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0608006-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Francisco Edivar Alves e outro - Ao Requerente. Intime-se.

ADV: JEANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB 7327/AM) - Processo 0609145-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Lilian da Costa Paredio - Aos Requerentes Valmir Aires Paredio e Luzia da Costa Paredio, para que se manifestem sobre a petição de fls. 164/165, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se.

ADV: RENAN DOS SANTOS ESPOSTO (OAB 12400/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM) - Processo 0610790-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Mauricio M da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM) - Processo 0612878-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Janaina de Lourdes Oliveira Cardoso - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: ROBERTO PONTES DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 9142/AM), ADV: CAIO MIRANDA RODRIGUES (OAB 8363/AM), ADV: BRUNA SOUZA DE FIGUEIREDO (OAB 7742/AM) - Processo 0612903-76.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Servidor Público Civil - IMPETRANTE: Elisabete Brocki - Diga a Exequente sobre o teor da petição/documentos de fls. 235/238, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM) - Processo 0613051-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Jornada de Trabalho - EXEQUENTE: Saintclayton da Silva Soares - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0613130-66.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - Aguarde-se o trânsito em julgado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0615785-40.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SOUZA CUNHA - Diante do teor da petição/documentos de fls. 118/125, concedo ao Estado do Amazonas mais 30 (trinta) dias para que comprove nos autos o efetivo cumprimento da obrigação de fazer. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0616039-42.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - EXEQUENTE: Enilce Medeiros Mena Barreto - Defiro o pedido de fl.172, concedendo à Exequente mais 15 (quinze) dias de prazo para que atenda ao solicitado no ato ordinatório de fl. 169. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0617694-49.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Cecilia Gomes Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim

de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 199/200, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: VICTÓRIA FÉLIX DE VERÇOSA (OAB 13764/AM) - Processo 0620162-15.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Multas e demais Sanções - AUTORA: Melissandra da Fonseca Maia - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para proceder com o pagamento das custas de fl. 70, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620339-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-transporte - REQUERENTE: João Vieira da Silva Neto - Expeça-se alvará eletrônico em nome do Patrono da causa para levantamento dos valores depositados à fl. 379, atentando para o domicílio bancário informado à fl. 381. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0620994-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Zenaide Lima Fernandes e outro - Diante do teor da petição de fls. 84/85 e considerando o exaurimento dos meios possíveis para localização do litisconsorte mediante diversas tentativas de citação e consulta ao sistema INFOJUD, ACOLHO o pedido de citação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, do Requerido Geraldo da Silva Moreira, CPF 310.283.222-91, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. O edital deverá ser publicado apenas no Diário da Justiça Eletrônico DJE e no Painel de Citação por Edital no site do TJAM, já que a plataforma de editais do CNJ, prevista no art. 257, II, CPC, ainda não se encontra em funcionamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍVIA CAROLINE AMORIM AGUIAR (OAB 7452/AM), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0621607-78.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: RODRIGO TAVARES DE SOUZA - Diante do pedido de fls. 289/298, ao Estado do Amazonas para cumprimento da obrigação de fazer fixada no Acórdão de fls. 271/276. A efetivação da medida deverá ser comprovada no prazo de 30 (trinta) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623400-13.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Regina Vasconcelos de Lima - Diante da ausência de impugnação à execução, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM) - Processo 0623516-19.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0615852-34.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jafia Borges Anselmo - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte interessada para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV), os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 1 - a cópia do CPF do Advogado da Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 2 - o número do NIT do Advogado da Requerente. Intime-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0623534-40.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Albano Moura Campos - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0624038-46.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Luzinei Maquine dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 174/176, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0624105-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Sem prejuízo do prazo aberto no ato ordinatório de fl. 429, aguarde-se a regularização da representação processual da Requerente pelos prazos prescritos no art. 112, §1º, e art. 111, parágrafo único, sucessivamente. Em caso de inércia da Requerente, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0627634-67.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Anulação - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0629495-64.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Convênio - EXEQUENTE: Antonino Machado da Silva - Diante da comprovação de pagamento do crédito executado, à fl. 299, chamo o feito à ordem para revogar a ordem de bloqueio judicial de fl. 287. Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento dos valores depositados às fls. 396/398. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0630023-93.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificação de Incentivo - EXEQUENTE: Ary Jorge Alves da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar

a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: ZULDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 8833/AM) - Processo 0631513-24.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: PEDRO BRUNO DA SILVA - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0631890-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificação de Incentivo - EXEQUENTE: Rafael Wagner Soares - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fl. 212, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0632667-14.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ISMAELSON MOREN NUNES BORGES e outro - Citada por edital, a litisconsorte Vera Lúcia Moura da Silva deixou de contestar no prazo legal, incorrendo em revelia. Impõe-se, por isso, a observância do disposto no art. 72, II, do CPC, motivo pelo qual determino seja dado vista dos autos à ilustre Defensora Pública que atua perante este Juízo para oficiar como curadora especial da litisconsorte revel e promover a sua defesa, na forma da lei. Determino, ainda, seja intimado o Estado do Amazonas para ingressar na lide em razão da decisão da Suprema Corte quanto à unicidade da representação judicial dos Estados da Federação (ADI 4449, 5245, e 5262). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0632746-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Fabiano Falabella Veiga e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0634509-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Cleonice Morais de Andrade - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634731-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do teor da r. Certidão, chamo o feito à ordem para declarar sem efeito o Ofício Requisitório de fls. 146/147. Expeça-se novos Requisitórios com observância do que foi determinado à fl. 140. Comunique-se a Coordenadoria da Central de Precatórios. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0636403-35.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - EXEQUENTE: Nazareno Alves Pereira - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 171/172 e 178/179) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0636877-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Gesson Eliesio Aguiar de Souza - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0636951-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Lucenildo Rodrigues Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. , conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0638436-66.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Otávio Brasil de Moraes - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO da parte interessada para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV), os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 1 - a cópia do CPF do Advogado do Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 2 - o número do NIT do Advogado do Requerente; Intime-se.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0638620-22.2015.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Anulação - REQUERENTE: SINPOL/AM Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Amazonas - Ao Requerente para comprovar o pagamento das custas processuais (fl. 154), no prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei. Intime-se.

ADV: KALINA MADDY MACÊDO COHEN (OAB 4258/AM) - Processo 0640081-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: O Estado do Amazonas - Diante do requerimento do exequente, intime-se o executado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 523, caput, CPC). Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo acima referido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), conforme Art. 523, §1º, CPC. Efetuado o pagamento parcial no prazo estipulado, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (Art. 523, §2º, CPC). Não havendo tempestivo pagamento (ou havendo apenas pagamento parcial), proceda-se ao bloqueio do crédito (ou seu remanescente) via Bacenjud; restando infrutífera a diligência anterior, expeça-se mandado de penhora e avaliação, observando-se, quando for o caso, os bens indicados pela Exequente para a constrição judicial (Art. 523, §3º, CPC). Por fim, atente o executado para o fato de que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente, nos próprios autos, sua impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação (Art. 525, caput, CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0640569-13.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Rita Teixeira dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0641772-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Rodrigo Reffert Rebelo - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da

lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: INGRID DANIELLE DE SOUZA MARQUES (OAB 7756/AM) - Processo 0701127-64.2012.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ADRIELLY COSTA MORAES e outros - Examinando o laudo pericial de fls. 112/116, verifica-se que a ausência dos prontuários médicos/laudo necroscópico dificultou as conclusões do expert. Assim, diante da juntada aos autos do laudo de necroscópico às fls. 163/164, intime-se o Sr. Perito Judicial para que examine o documento e emita laudo pericial complementar, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE DOS ANJOS THURY (OAB 4518/AM) - Processo 0708697-61.2012.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - IMPETRANTE: Maria das Graças Gomes da Silva - Diante do pedido de fls. 362/364, determino à Fundação Amazonprev que dê cumprimento à obrigação de fazer fixada no Acórdão de fls. 317/324, devendo comprovar a efetivação da medida no prazo de 30 (trinta) dias, sob as pena d lei. Com relação às parcelas pretéritas, o pedido de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública deve observar o disposto nos Arts. 534 e 535, CPC, cabendo ao exequente apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito exequendo, que deverá contemplar TODOS os requisitos elencados nos incisos do Art. 534, CPC. Registra-se que, na ausência de critérios de atualização expressos no título executivo e/ou em legislação específica, o exequente deverá aplicar os parâmetros da Portaria n.º 1855/2016 PTJ (DJe de 27/09/2016) para atualização do crédito executado, especialmente o Cap. II, Seção II, e Cap. III, Seção II. Diante do exposto, determino ao Exequente que emende a Petição de Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, adequando-a à legislação processual vigente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA (OAB 5848/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0715031-14.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - REQUERENTE: Joana Cleide Souza de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impungnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Bruna Souza de Figueiredo (OAB 7742/AM)
CAIO MIRANDA RODRIGUES (OAB 8363/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Cláudia da Silva (OAB 4863/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Evelyn Tatiana de Lima Corrêa da Silva (OAB 3622/AM)
Ewerton de Alencar Correia (OAB 8460/AM)
Fabio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB 5105/RO)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Calebe do Carmo Santos (OAB 8078/AM)
Felipe dos Anjos Thury (OAB 4518/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Ingrid Danielle de Souza Marques (OAB 7756/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jeanne Correa de Oliveira (OAB 7327/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 002.300/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Joelson Gláucio Luzeiro (OAB 4392/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Jose Gilberto de S. Luzeiro (OAB 001.891/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kalina Maddy Macêdo Cohen (OAB 4258/AM)
Karen Zadora de Amorim Lacerda (OAB 5848/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lívia Caroline Amorim Aguiar (OAB 7452/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Paulo Afonso Moraes Dolzanes (OAB 001.750/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)

Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renan dos Santos Esposto (OAB 12400/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Pontes do Nascimento Júnior (OAB 9142/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Simone de Oliveira Cambeiro (OAB 2855/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Victória Félix de Verçosa (OAB 13764/AM)
Zuldimar Pereira de Oliveira (OAB 8833/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0143/2019

ADV: EGBERTO WANDERLEY CORRÊA FRAZÃO (OAB 4647/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE (OAB 003.260/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM) - Processo 0000511-03.2006.8.04.0001 (001.06.000511-5) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Sucessores de Rob Kler de Melo Nepomuceno - Fernanda Santiago Nepomuceno e outros - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, fica intimada a parte autora para recolher as custas pendentes no processo no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0231334-92.2014.8.04.0001 (processo principal 0011686-96.2003.8.04.0001) - Embargos à Execução - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - EMBARGADO: Charles Rocha do Nascimento Filho - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o número e CÓPIA do respectivo registro da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: BRUNO ANDRÉ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5246/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: FRANCISCO COELHO DA SILVA (OAB 5718/AM), ADV: PAULO ROBERTO PEREIRA SIMÕES (OAB 638A/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0251800-15.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubens Galvão de Melo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0266621-24.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Cléia da Costa e Silva - REQUERIDO: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0303366-76.2006.8.04.0001 (001.06.303366-7) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - IMPETRANTE: Rodrigo Octávio Beleza Câmara dos Santos - IMPETRADA: Reitor da Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: JOSÉ PAIVA DE SOUZA FILHO (OAB 363/AM) - Processo 0313695-50.2006.8.04.0001 (001.06.313695-4) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Francisca Wandeney de Souza Guerra - REQUERIDA: Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da atualização de cálculos de fls. 173-174.

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 003.004/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0330274-39.2007.8.04.0001 (001.07.330274-1) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Maria Helena Couto de Andrade - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, fica intimado o Estado do Amazonas para efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor expedida às fls. 640-641, conforme Resolução nº 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM), ADV: ALEXANDRE CORREIA LIMA (OAB 3432/AM), ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM) - Processo 0360610-26.2007.8.04.0001 (001.07.360610-4) - Cumprimento de sentença - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Maria Rosaliz Bezerra Lopes - Nélio Lopes de Albuquerque - Núbia Lopes de Abuquerque - Janete Machado de Albuquerque - REQUERIDA: SNPH - 'Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH - INTSSADA: Ada de Araújo Lima Assante - NÃO INFORM: Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, do patrono Jean Carlos de Araújo Assante no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR), ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0605005-41.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0049895-

37.2003.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - EMBARGADA: Ana Maria Onety da Rocha - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, fica intimado o Estado do Amazonas para efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor expedida às fls. 199-200, conforme Resolução nº 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0605186-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roseane dos Anjos Doce - REQUERIDO: Estado Amazonas - Orcuradoria Geral do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Defiro a petição de fl. 69. Designo audiência de instrução e julgamento o dia 12/09/2019, às 09:00 horas.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE) - Processo 0612420-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Elson Jose Bentes Farias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Diante da interposição de Agravo de Instrumento pelo Estado do Amazonas, conforme informa o ente estatal nas fls. 105/122, cuja decisão pode determinar a extinção do presente feito pela inadequação da via eleita, e a fim de evitar qualquer decisão em discordância com a Corte de Justiça do Estado, DETERMINO a SUSPENSÃO dos presentes autos até ulterior decisão do Agravo de Instrumento interposto.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0613846-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Carlos Henrique Melo Miranda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - Cite-se a Fundação Hospital Adriano Jorge. Ao requerido Estado do Amazonas, para que manifeste-se acerca da inexistência dos documentos mencionados na petição de fl. 111. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLAUDINE B. KLENKE (OAB 4099/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM) - Processo 0619526-25.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: FRANCISCO TELES DE LIMA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS) - Estado do Amazonas - Processo nº:0619526-25.2014.8.04.0001. Classe: Cumprimento de Sentença Requerente:FRANCISCO TELES DE LIMA Requerido:ESTADO DO AMAZONAS (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS) e Estado do Amazonas DECISÃO Versam os autos acerca de Impugnação oposta pelo Estado do Amazonas em face de Cumprimento de Sentença apresentada por Francisco Teles de Lima. Aduz o impugnante que os cálculos realizados pelo exequente estão em excesso de execução, devendo ser reconhecido como devida a quantia de R$ 272.664,82 (duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Chamado a se manifestar, o impugnado anuiu (fl. 232) com os cálculos apresentados pelo impugnante. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que não a há controvérsia a ser dirimida, vez que o Impugnado aquiesceu com os argumentos apresentados pelo impugnante. Isto posto, acolho a Impugnação ao Cumprimento de Sentença, HOMOLOGANDO como valor devido a quantia de R$ 272.664,82 (duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), nos termos da impugnação. Condeno o impugnado ao pagamento de honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do excesso de execução, ficando, todavia, com exigibilidade suspensa, tendo em vista ser beneficiário da justiça gratuita, na forma do § 3º, do art. 98, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: FERNANDO BORGES MORAES (OAB 1731/RO), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM) - Processo 0623969-48.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Nery Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado da Segurança Pública - IML - Instituto Médico Legal - Instituto Médico Legal - IML - Tendo em vista que, findado o prazo para o pagamento da requisição de pequeno valor, o executado, Estado do Amazonas, não apresentou comprovante de pagamento, determino o imediato bloqueio do valor via BacenJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNA JUCÁ SALVATIERRA DA COSTA (OAB 10587/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM) - Processo 0624034-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Pedro Maciel Neto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da atualização de cálculos de fls. 141.

ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT), ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 777A/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: GUSTAVO DE MARCHI (OAB 84288/MG), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: CARLA SEVERO BATISTA SIMÕES (OAB A778/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0624110-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Darcilane Pereira da Costa - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Fundação Getulio Vargas - FGV - Estado do Amazonas - INTSSADA: Clívia Bianca Lima Noronha - Nomeio perita judicial a médica Clívia Bianca Lima Noranha, que deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Caso a realização da perícia dependa da presença das partes, deverá a Senhora Perita informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Arbitro os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), cujo pagamento deve ser suportado pelo Tribunal de Justiça, dentro dos limites e termos fixados pela Resolução 232/2016-CNJ, por se tratar de prova cuja realização foi requerida pelo Ministério Público. Fixo em 30 (quarenta e cinco) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Cumpra-se.

ADV: KLEYSON NASCIMENTO BARROSO (OAB 6879/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM) - Processo 0626052-42.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: PRISCILA PRINTES TRAVASSOS - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, fica intimado o Estado do Amazonas para efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor expedida às fls. 225-226, conforme Resolução nº 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002.

ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: ALDRIN BENTES PONTES (OAB 8887/AM), ADV: AUXILIADORA MAGELA PEIXOTO MONTEIRO (OAB 14083/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM) - Processo 0632968-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Auxiliadora Magela Peixoto Monteiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0640057-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Cezar Augusto

Silva Fernandes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - I - Uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0640677-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo da Costa Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Considerando o art. 6º do CPC, em que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide, tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos. Após a oitiva do Ministério Público, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0641336-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Norma Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - Uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0641337-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Norma Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - Uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0642476-52.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Gabriel Janio Barroso Pereira - REQUERIDO: Diretor Colegio Militar da Policia Militar Coronel Pedro Alcantara - Estado do Amazonas - Logo, no caso vertente, não há comprovação documental, restringindo-se o impetrante a alegar os fatos supostamente ocorridos, nos quais se funda a sua pretensão. Ausente, portanto, o requisito da relevância do fundamento. Desta forma, na falta dos requisitos legais, INDEFIRO a liminar requerida na Inicial.

ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM) - Processo 0642920-85.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Walace Queiroz de Sousa - REQUERIDO: AGEMAN - Diante de todo o exposto, devido ao fato de o autor não comprovar, de plano, que atende as exigências previstas no Edital, DENEGO a segurança, na inteligência do art. 10 da lei 12.016/09.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0643015-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Maria de Fátima Cruz da Silva - Georgete Diogenes Batista - Ana Telma de Souza Azevedo - João José Nunes de Melo - Tereza Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0643117-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Orlando Rodrigues Alves - Terezinha de Souza Alves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0643197-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elcina Lima Melo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0643327-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lelia Maciel de Souza - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Compulsando os autos, verifico que a autora junta aos autos comprovantes desatualizados de sua remuneração (fls. 30-32) o que inviabiliza aferir-se a existência dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino a autora que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0643335-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvana de Nazareth Chagas de Negreiros - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Compulsando os autos, verifico que a autora junta aos autos comprovante de sua remuneração (fl. 20) que, à primeira vista, evidencia a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino a autora que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0643431-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Jeanderson da Costa Paiva - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0643526-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wilson Gomes de Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Conforme certidão de fl. 25, o advogado que subscreve a petição inicial não possui poderes para fazê-lo, conforme se constata pela leitura da procuração de fl. 19. Assim, nos termos do caput do art.

71 do Código de Processo Civil, designo o prazo de 05 (cinco) dias para que seja sanada a irregularidade de representação, sob pena de extinção do feito. E mais, comprove o autor o pagamento das custas processuais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0643558-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nicole do Vale Albano - Ulisses Moraes Albano - REQUERIDA: Nelcineide Silva de Lira, - Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643627-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ivan Cheley Castro e Costa de Moraes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643628-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Protásio de Andrade - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643629-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Dinanci Almeida dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643630-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ari Seabra Arévalo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643631-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Cláudio Pereira da Silva Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643632-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Gerson Sampaio Moreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643633-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Gilvandro Mota da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643634-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ineildo Pereira Vieira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643637-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Clécio de Assis Silva de Sales - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0643747-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Arlenilza Pereira Teixeira - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17,

que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0643754-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Fabricio Augusto Machado Leite - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0643921-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosana Cristina da Silva Santos - REQUERIDA: Município de Manaus - Defiro a gratuidade de justiça, na forma do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Em homenagem a celeridade processual, tendo em vista a experiência deste juízo no sentido de que o Município de Manaus não mostra disposição para a resolução dos litígios por autocomposição, deixo de pautar a audiência do art. 334 do Código de Processo Civil, sendo permitido ao requerido, todavia, apresentar, querendo, proposta de acordo. Cite-se o requerido para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0643979-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDO: E.A. - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0644010-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Carlos Cauper Ishikawa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Conforme certidão de fl. 26, o advogado que subscreve a petição inicial não possui poderes para fazê-lo, conforme se constata pela leitura da procuração de fl. 19. Assim, nos termos do caput do art. 71 do Código de Processo Civil, designo o prazo de 05 (cinco) dias para que seja sanada a irregularidade de representação, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0644011-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alan de Souza Neves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Conforme certidão de fl. 23, o advogado que subscreve a petição inicial não possui poderes para fazê-lo, conforme se constata pela leitura da procuração de fl. 19. Assim, nos termos do caput do art. 71 do Código de Processo Civil, designo o prazo de 05 (cinco) dias para que seja sanada a irregularidade de representação, sob pena de extinção do feito.

ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0649268-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Posse e Exercício - REQUERENTE: Andrea Silva do Amaral - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldrin Bentes Pontes (OAB 8887/AM)
Alexandre Correia Lima (OAB 3432/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Auxiliadora Magela Peixoto Monteiro (OAB 14083/AM)
Bruna Jucá Salvatierra da Costa (OAB 10587/AM)
Bruno André da Silva Oliveira (OAB 5246/AM)
Carla Severo Batista Simões (OAB A778/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
CLAUDINE B. KLENKE (OAB 4099/AM)
CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Egberto Wanderley Corrêa Frazão (OAB 4647/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Fernando Borges Moraes (OAB 1731/RO)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisco Coelho da Silva (OAB 5718/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Gustavo de Marchi (OAB 84288/MG)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Paiva de Souza Filho (OAB 363/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Kleyson Nascimento Barroso (OAB 6879/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Luiz Antônio Simões (OAB 777A/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 003.004/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)

Paulo Roberto Pereira Simões (OAB 638A/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Samuel Cavalcante (OAB 003.260/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Waldemir Costa da Rocha Junior (OAB 3520/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: THIAGO SERENO FURTADO (OAB 10512/MA), ADV: LUCIA A. VALLE DE SOUZA (OAB 002.767/AM) - Processo 0014407-41.2010.8.04.0012 (012.10.014407-4) - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Jose Alves do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Intime-se o(a) Patrono(a) do(a) Exequente, a fim de juntar a documentação necessária à formação da Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos termos da Resolução 003/2014-TJAM, no prazo de cinco(10) dias, sob pena de arquivamento; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: LEANDRO V. FONSECA ROZEIRA (OAB 776A/AM), ADV: HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 2561/AM), ADV: ANTÔNIO FABIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: LUIS EDUARDO MENDES DANTAS (OAB 28790/CE), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0045872-43.2006.8.04.0001 (001.06.045872-1) - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: T. S. N. Distribuidora Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Decisão Interlocutória - Informação ao Juízo da 5a Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

ADV: CAROLINE FERREIRA FERRARI (OAB 767A/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0204675-51.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Atos Administrativos - REQUERENTE: Silas Pereira da Silva - REQUERIDO: Estado Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas/ ou da parte autora/ ou das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 19 de agosto de 2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria Portaria nº 2031/2019

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0209845-38.2010.8.04.0001 (001.10.209845-0) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - RECLAMANTE: Marcos Rodrigues da Silva - RECLAMADA: Estado do Amazonas - Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESEG e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO os cálculos efetuados pela 3ª Contadoria, a fls. 399, fixando o valor da presente execução em R$ 4.757,29 (quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 4.324,81 (quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 432,48 (quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) equisição de pagamento, via RPV, do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, do valor dos honorários de sucumbência, em favor do patrono da parte autora, intimando o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM), ADV: OTAVIO DA CRUZ FARIAS (OAB 9724/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: MARIA TEREZA DE ALMEIDA CRUZ (OAB 1488/AM), ADV: LUIZ DE SOUZA JUNIOR (OAB 504/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0215652-68.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Encaminhe-se o acordo extrajudicial juntado a fl. 447/450, ao setor de Precatório do E. Tribunal de Justiça, a fim de integrar o procedimento administrativo já em trâmite. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM) - Processo 0219503-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Associação dos Moradores do Conj Residencial Viver Melhor - Associação dos Moradores e Amigos do Conj Res Viver Melhor - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Município de Manaus e outros - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0222345-39.2010.8.04.0001 (001.10.222345-0) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Odivanio José da Silva de Deus e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas/ ou da parte autora/ ou das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0235746-08.2010.8.04.0001 (001.10.235746-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Correia da Mattos - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Condeno a parte autora em honorários advocatícios arbitrados, por equidade (art. 85, § 8º - NCPC), em R$ 500,00 tendo em conta a natureza da causa que foi de menor complexidade (sem instrução, incidentes processuais etc.) e o tempo da demanda, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA,

julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensa sua cobrança na forma do art. 98, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), dê-se baixa na distribuição e arquive-se o processo. P.R.I.

ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: SILVIA CRISTINA LIMA DE MATOS (OAB 2877/AM), ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM), ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: DIEGO AUGUSTO V. RODRIGUES (OAB 5829/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0239752-58.2010.8.04.0001 (001.10.239752-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDA: Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas - SNPH e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0258030-73.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino a suspensão do feito até o julgamento da decisão final do Agravo de Instrumento n. 4003472-89.2019.8.04.0000. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA (OAB 5848/AM), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM) - Processo 0600242-65.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Concessão - REQUERENTE: José Iziomar Meireles de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Administração e Gestão - SEAD - LISTPASSIV: Fundação Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - INTSSADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Ante o exposto, julgo procedente a impugnação ao cumprimento de sentença. Condeno o impugnado nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo impugnante - diferença entre o valor pleiteado na execução e o correto, tendo em conta o art. 85, §1º e § 3º, II, do CPC. Para esta condenação, os juros de mora devem ser contados do trânsito em julgado desta decisão (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º CPC/2015, visto que a autora teve pedido de benefício de justiça gratuita deferido, à fl. 34. HOMOLOGO os cálculos efetuados pelo AmazonPrev, a fl. 124, fixando o valor da presente execução em R$ 16.125,35 (dezesseis mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao valor da demanda. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se: a) requisição de pagamento do valor da parte principal da demanda, em favor da autora, via RPV, intimando o Diretor-Presidente do AMAZONPREV, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM; Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MORESCO (OAB 7210/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM) - Processo 0601283-67.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Maria José Bruce Raposo da Câmara - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Intime-se a AMAZONPREV para se manifestar acerca da certidão da Oficiala de Justiça, a fl. 366, no prazo de 10 dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB A764AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: HELDER SABELI MATOS (OAB 13869/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0602920-53.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regime Previdenciário - REQUERENTE: Helder Sabeli Matos - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0603862-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iranilde Nogueira dos Santos - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, nos termos do art. 478, I, do CPC. Condeno o Estado do Amazonas em danos morais no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) devendo ser corrigido monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato (Súmula 54-STJ) tendo como índices os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Ciência ao representante do MPE. P.R.I.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: MOISES DO MONTE SANTOS (OAB 142674 /MG), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0604405-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Fenixsoft Gestão de Softwares e Consignados Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Zetrasoft Ltda. e outros - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas e demais partes requeridas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 e 15 dias, respectivamente, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (OAB 86425/MG), ADV: LILIANE ALVES NAWIERSKI (OAB 133471/MG) - Processo 0604572-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Thyssenkrupp Elevadores S.a. - PELO EXPOSTO, julgo PROCEDENTES os pedidos da exordial Monitória e, por corolário lógico, improcedentes os pedidos deduzidos nos embargos da monitória, ambos com resolução de mérito (art. 487, inc. I, do CPC), de modo que fica constituído, de pleno direito, o título executivo judicial em favor da parte requerente Thyssenkrupp Elevadores S.A. , cujo valor deverá ser corrigido, nos termos do art. 8º e art. 18 da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno o

Estado do Amazonas ao pagamento dos serviços prestados pela ora requerente, quanto às notas fiscais: n. 3802 (R$ 1.980,00) - data 01/12/2012; n. 4127 (R$ 1.980,00) - data 03/01/2013; n. 5423 (R$ 1.980,00) - data 02/05/2013; n. 8497 (R$ 399,00) - data 10/01/2014; n. 11379 (2.089,67) - data 06/10/2014; n. 11398 (2.089,67) - data 07/10/2014; n. 11411 (2.089,67) de 08/10/2014; n. 11.518 (2.089,67) - data 31/10/2014; n. 12147 (2.089,67) - data 23/12/2014; n. 12.148 (2.089,67) - data 23/12/2014; n. 13.895 (R$ 2.089,67) - data 02/06/2015. Deve-se aplicar os juros e correção monetária, a contar da data de expedição das notas fiscais (NFs), utilizando-se para fins de Correção monetária a TR, até 25/03/2015 e, após, de 26/03/2015 em diante, IPCA-e, e juros da caderneta de poupança, conforme art. 18 da portaria n. 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração os juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença não sujeita ao reexame necessário, conforme art. 496, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado, conforme art. 702, §8º, CPC fica constituído de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo-se o feito com o procedimento executório.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0604778-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Glenda Kelle da Silva Ramires e outro - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o presente feito, nos termos do art. 478, I, do CPC. Condeno o Estado do Amazonas em Danos morais no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser dividido entre os requerentes menores (filhos), sendo R$30.000,00 para cada um. A Reparação moral deverá ser corrigida monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato (Súmula 54-STJ - 30.11.2013) tendo como índices os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno o Estado do Amazonas em Danos material ao pagamento de pensão no valor de 2/3 (dois terços) do salário-mínimo a ser dividido igualmente entre os requerentes menores (filhos). Os juros moratórios que irão ser acrescidos ao valor da pensão devem ser contabilizados a partir do vencimento de cada prestação. Corrigidos monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios com índices oficiais aplicados à caderneta de poupança. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelos requerentes, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença sujeita à remessa necessária. P.R.I. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0605039-16.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: AMILCAR DA SILVA FERREIRA - REQUERIDO: FUNDAÇÃO PREVIDENCIÁRIA AMAZONPREV - LITSPASSIV: ESTADO DO AMAZONAS - INTSSADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - Ante ao exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII,CPC. Condeno a parte autora em honorários advocatícios arbitrados, por equidade (art. 85, § 8º, NCPC), em R$ 500,00 tendo em conta a natureza da causa que foi de menor complexidade (sem instrução, incidentes processuais etc.) e o tempo da demanda, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009). Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se a devida baixa e posterior arquivamento dos autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM), ADV: FABIO MARTINS RIBEIRO (OAB A449/AM) - Processo 0605271-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outros - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$ 1.000,00 (um mil reais), atualizado pela TR até 25.03.2015 e, depois (26.03.2015), será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357), conforme art. 85, §8º, NCPC, sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se a devida baixa e posterior arquivamento dos autos, com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: KARINA LAGO COIMBRA (OAB 6494/AM) - Processo 0606499-04.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Rafael Luís da Cruz Lima - Ante o exposto, HOMOLOGO os cálculos efetuados pelo exequente, a fl. 142, fixando o valor da presente execução em R$ 192.691,38 (cento e noventa e dois mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 175.173,98 (cento e setenta e cinco mil, cento e setenta e três reais e noventa e oito centavos) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 17.517,40 (dezessete mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento por precatórios ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, do valor dos honorários de sucumbência, em favor do patrono da parte autora, intimando Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM) - Processo 0606767-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Lindinei Guimarães Sena - REQUERIDO: Estado do Amazonas (Secretaria de Estado de Saude do Amazonas) e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO os cálculos efetuados pela 3ª Contadoria, a fls. 284/287, fixando o valor da presente execução em R$ 156.934,75 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao valor da demanda, devido ao autor. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento por precatórios ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas do valor da demanda, em favor do autor; Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0607061-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato

Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0607218-49.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tifany Mirrelle Martins Tomé - Ante o exposto, julgo procedente a impugnação ao cumprimento de sentença. Quanto aos valores corrigidos, encaminhe-se o processo à Contadoria deste Fórum, depois do trânsito em julgado, a fim de que seja efetuada a atualização dos valores contidos na planilha de fl. 203, com aplicação: a) em relação ao principal: correção monetária - TR até 25.03.2015 e, depois, será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e juros aplicados à caderneta de poupança, a contar da citação (24/03/2017 - fl. 50); Condeno o impugnado nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo impugnante - diferença entre o valor pleiteado na execução e o correto, tendo em conta o art. 85, §1º e § 3º, II, do CPC. Para esta condenação, os juros de mora devem ser contados do trânsito em julgado desta decisão (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º CPC/2015, visto que a autora teve pedido de benefício de justiça gratuita deferido, à fl. 47. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM) - Processo 0607777-74.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: GILBERTO AGUIAR DA COSTA - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: VALINDA CINQUE IANTORNO DE JESUS (OAB A-445AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0608314-41.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Anulação - REQUERENTE: ALCILEIA LESSA DE ALMEIDA - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0608626-17.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Zelilde da Silva Pinheiro e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM) - Processo 0609370-70.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Cilene Oliveira de Carvalho Reis - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte exequente, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para se manifestar acerca da impugnação à execução. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0610308-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rômulo José Correa da Silva e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0610540-19.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: Matheus Martins de Freitas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas/ ou da parte autora/ ou das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0611774-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Nildoberto Luzeiro Bezerra - Verifico nos autos que não há necessidade de produção de outras provas, tendo em vista considerar suficientes aquelas até aqui juntadas pelas partes. Dessa forma, entendo pelo julgamento antecipado do mérito, conforme art. 355, I, CPC. Dê-se vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Após, retornem os autos conclusos para Sentença. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM) - Processo 0612750-04.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0612721-51.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Adelia Ferreira Lima Pinto - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, nos termos do art. 478, I, do CPC, o pedido nos autos do processo n. 0612721-51.2017.8.04.0001 para condenar o Estado do Amazonas em danos morais no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser dividido entre os requerentes menores (filhos) e tornar estável os efeitos da tutela deferida, cumprida, folha 96 dos autos. A Reparação moral deverá ser corrigida monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato (Súmula 54-STJ - 30.11.2013) tendo como índices os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno os requerentes SÂMELA REBECA TAVARES DOS SANTOS e ADÉLIA EMANUELLY LIMA DOS SANTOS, nas custas e honorários advocatícios arbitrados em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme art. 85, §3º, I CPC/2015 atualizado pela taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial), abrangendo danos morais e juros moratórios) a contar de 12/04/2017. Sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. E por conexão objetiva, julgo parcialmente procedente o pedido dos autos do processo n. 0612750-04.2017.8.04.0001 para condenar o Estado do Amazonas em danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) a ser pago a MARIA ADÉLIA FERREIRA LIMA PINTO, mãe do falecido, a título de reparação moral. Corrigido monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo

Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato (Súmula 54-STJ - 30.11.2013) tendo como índices os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno a requerente Maria Adélia Ferreira Lima Pinto (sucumbiu quanto à parte do dano material - pensão) nas custas e honorários advocatícios arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme art. 85, §3º, I CPC/2015 atualizado pela taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) abrangendo danos morais e juros moratórios) a contar de 12/09/2017. Sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Condeno o Estado a pagar à Dra. Dária Nunes Bindá (OAB-AM 3.672) os honorários advocatícios de sucumbência, referentes ao proc. 0612750-04.2017.8.04.0001, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno o Estado a pagar à Dra. Danielle Araújo da Silva (OAB-AM 10.544) os honorários advocatícios de sucumbência, referentes ao proc. 0612721-51.2017.8.04.0001, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Diante do apensamento dos autos, determino seja juntada cópia da presente sentença nos autos do processo n. 0612750-04.2017.8.04.0001. Sentença sujeita à remessa necessária. P.R.I. Manaus, 25 de junho de 2019 Etelvina Lobo Braga Juíza de Direito

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0613653-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria da Conceição das Dores Padilha e outro - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB e outro - Assim, diante do falecimento do perito nomeado, faz-se necessário nomear outro. Nomeio perito judicial, a Dra. Amanda Pimenta Leão, contadora, o qual deverá ser intimado para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Intimem-se, ainda, as partes para cumprimento dos incisos do § 1º, do supracitado artigo, no prazo de quinze (15) dias. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a parte Autora é beneficiária da gratuidade da justiça, patrocinada pela Defensoria Pública, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução nº 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM) - Processo 0614684-02.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Defiro pedido da parte Exequente, a fl. 327/329; Constato nos autos a comprovação do pagamento, expeça-se os devidos alvarás eletrônicos em favor dos Exequentes; Após, nada mais havendo a ser apurado, dê-se baixa e arquivem-se, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0615112-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernanda Roberta Leite Palmeira - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, nos termos do art. 478, I, do CPC. Condeno o Estado do Amazonas em danos morais no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A Reparação moral deverá ser corrigida monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato (Súmula 54-STJ) utilizando os aplicados à caderneta de poupança. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença não sujeita ao reexame necessárlo, conforme art. 496, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Ciência ao MP. P.R.I. Manaus, 15 de agosto de 2019 Etelvina Lobo Braga Juíza de Direito

ADV: RAÍZA ODA SARUBI COSTA (OAB 13656/AM) - Processo 0615455-04.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Victor Lozovoi Figueiredo de Araujo - Ante o exposto, determino que a autoridade coatora, no prazo de 20 (vinte) dias, adote as as providências necessárias para a nomeação do impetrante, no cargo de ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL ADMINISTRAÇÃO, do Quadro de servidores do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, sob pena de bloqueio de verbas públicas no montante de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Em caso de descumprimento, poder-se-á majorar o valor do bloqueio. PERSISTINDO O DESCUMPRIMENTO, OFICIE-SE AO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO, VIA CASA CIVIL, PARA OS FINS DE PROVIDENCIAR, COM URGÊNCIA, O ATO DE NOMEAÇÃO DO IMPETRANTE, BEM COMO AS DEVIDAS PROVIDENCIAS ADMINISTRATIVAS CONTRA A DIRETORA PRESIDENTE DO CETAM, EM RAZÃO DO DANO AO ERÁRIO. DA MESMA FORMA, OFICIE-SE AO MPE, PARA AS PROVIDENCIAS QUE ENTENDER NECESSÁRIAS. Expeça-se Mandado, com urgência. P.R.I

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: EUGÊNIO NUNES SILVA (OAB 763A/AM) - Processo 0615570-35.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria às fls. 471/473. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0618878-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção - REQUERENTE: Carlos Fábio Frazão da Silva - Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõe o art. 355, I, do NCPC. Abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: NAZIANO PANTOJA FILIZOLA (OAB 294A/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: MARIA LUIZA CASTELO

BARROS (OAB 6904/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM) - Processo 0619213-98.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inscrição / Documentação - REQUERENTE: ALEXSANDRO DE ARAUJO VIDAL - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Ante o exposto, intime-se o Estado do Amazonas para, no prazo de 30 dias, promover a convocação do requerente para curso de formação de soldado PM praças combatentes da PMAM. Caso não seja possível, deverá no mesmo prazo, promover a convocação do requerente ao Curso de formação de Soldado, no CFAP/PMAM, através de plano de estudo, bem como realize efetivamente as demais fases restantes do certame em momento posterior, tão logo haja data definida pelo executado, sob pena de bloqueio de verbas públicas no montante de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Em caso de descumprimento, poder-se-á majorar o valor do bloqueio. Oficie-se ao Comando Geral da PMAM para o cumprimento da presente decisão, com urgência. Expeça-se Mandado, com urgência. P.R.I

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM), ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP), ADV: MARIA IRACEMA PEDROSA (OAB 1709/AM), ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM) - Processo 0619357-04.2015.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Waldívia Fereira Alencar - Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outros - R. Hoje. Dê-se vista dos autos ao representante do Ministério Público, para manifestação acerca da certidão a fl. 3009. Cumpra-se.

ADV: CARLA ALBUQUERQUE FERREIRA (OAB 281337/SP), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: EDER LUIZ DE ALMEIDA (OAB 71886/SP), ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR) - Processo 0619816-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Guerda Dalinda Cornejo de Checa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Por tais razões REJEITAM-SE os embargos declaratórios. Publique-se. Intimem-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0619887-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: João Adelino Pereira Sebastião - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõe o art. 355, I, do NCPC. Abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: KENNEDY MONTEIRO DE OLIVEIRA (OAB 7389/AM) - Processo 0620269-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Alimentação - REQUERENTE: JULIANA TOLENTINO CAVALCANTE e outros - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do inciso, I, do art. 487 do CPC. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico do requerido. Com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014), tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º CPC/2015. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0620720-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Celiano da Costa Soares - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saude - Susam e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância, desconsiderando-se o ato ordinatório de fls. 352. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0622203-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Sandra dos Santos Lima - R. H.; Decreta-se a revelia do ESTADO DO AMAZONAS, a teor do artigo 344 do NCPC, uma vez que foi citado validamente da presente ação e não apresentou qualquer manifestação; Deixa-se de aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, inciso II, do NCPC; A teor do art. 348 do NCPC, especifique o Autor as provas que ainda pretende produzir, no prazo de dez (10) dias. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM) - Processo 0622804-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: OLDEM MARRUC e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: MARIA AMÁLIA CASTELO BRANCO AFFONSO (OAB 3783/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM) - Processo 0623088-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB e outros - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, da juntada de documentos apresentada pela parte adversa (art. 437, § 1º, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM) - Processo 0624022-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Elias Pereira da Costa - R.Hoje. Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC. Deve a parte exequente apresentar planilha de cálculos do valor executado, atualizada, atendendo os parâmetros da Portaria nº 1.855/2016/TJ-AM (26/09/2016), bem como nos temos do artigo supracitado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA (OAB 1716/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0625395-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Vicente Fernandes da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus e outros - Intimem-se as partes e seus procuradores, legalmente habilitados para comparecerem à audiência a ser aprazada, deferindo a produção de prova testemunhal requerida pelas partes e que comparecerão ao ato independentemente de intimação.

ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM) - Processo 0625738-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Maria Enilda dos Santos Gamboa Araujo - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins

de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pelo ente público (art. 351, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES (OAB 1785/AM) - Processo 0625789-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Valdemiro dos Santos Rocha - REQUERIDA: Município de Manaus - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pelo ente público (art. 351, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LUCAS GRANGEIRO BONIFÁCIO (OAB 14198/AM), ADV: AGUINELO BALBI JUNIOR (OAB MP) - Processo 0626549-46.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outro - REQUERIDA: Município de Manaus e outros - R. H.; Decreta-se a revelia do IMPLURB, a teor do artigo 344 do NCPC, uma vez que foi citado validamente da presente ação e não apresentou qualquer manifestação; Deixa-se de aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, inciso II, do NCPC; Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a contestação do Município de Manaus, no prazo legal de 30 dias. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB 171750/RJ), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0627317-45.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Ante o exposto, HOMOLOGO os cálculos efetuados pela 3ª Contadoria, a fl. 136, fixando o valor da presente execução em R$ 18.327,49 (dezoito mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 15.272,91 (quinze mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 3.054,58 (três mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento, via RPV, do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, do valor dos honorários de sucumbência, em favor do patrono da parte autora, intimando o diretor presidente do DETRAN/AM, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0627648-51.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Josimar Duarte - Ante o exposto, ordeno seja cancelada a distribuição e seja procedida à devida baixa dos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM) - Processo 0630679-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Tatiane Braga Sgarbi - I - R. Hoje; II - Analisando os embargos de declaração opostos a fls. 114/123, e verificando os requisitos descritos no art. 1022, II, do CPC, ATRIBUO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, posto que a contradição apontada traz em seu âmbito a modificação do decisum como uma consequência necessária, alterando, em certo aspecto, seu conteúdo, havendo a necessidade de manifestação da parte ex adversa. II - Intime-se a parte autora para se manifestar no prazo legal, a fim de garantir o resguardo ao princípio do contraditório. III - Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0631145-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Regilson José Auzier Peixoto - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, manifestar-se quanto ao pleito do ente público a fls. 129/135. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 12154/AM), ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM) - Processo 0631521-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Doralice Evangelista da Silva Viana - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0633548-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Rodrigues Farias - REQUERIDO: Instituto de Oftalmologia de Manaus e outros - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pela parte requerida (art. 351, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM), ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF), ADV: SAULO DE CASTRO CANTÉ PIMENTEL (OAB 11355/AM) - Processo 0633644-98.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jorge da Silva Castro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM), ADV: RAFAEL ANTONIO DE ARAUJO BARBOSA (OAB 13634/AM) - Processo 0634553-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Patrícia Andrea Miranda de Souza - R. Hoje. A fim de melhor avaliar as parcelas indicadas na inicial, intime-se o advogado da parte Autora para trazer aos autos os contracheques dos ultimos cinco anos laborados para o Estado, que poderão ser obtidos no Portal do Servidor. Fixo o prazo de 15 dias para o cumprimento da diligência. Intimem-se. Publique-se.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA - Processo 0634614-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alda Guimaraes Branches e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para tomarem ciência acerca da petição do Perito, de fls. 209. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS (OAB 10770/AM) - Processo 0635301-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Lindomar Felipe da Conceição Oliveira - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação

parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pelo ente público (art. 351, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0636071-39.2015.8.04.0001 - Execução Contra a Fazenda Pública - Juros - REQUERENTE: GLAUCO PRIMUS BRASIL PAIVA e outros - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas/ ou da parte autora/ ou das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de ..... dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC); para se manifestar acerca da(o) impugnação/embargos à execução; da juntada de documentos apresentada pela parte adversa (art. 437, § 1º, do CPC); para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância; para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria; para constituir novo patrono (art. 76, do CPC); para comprovar a condição de hipossuficiente, juntando aos autos documentos comprobatórios de renda e gastos; visto que a audiência, anteriormente pautada, fora cancelada; para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pelo ente público (art. 351, do CPC); para manifestar-se sobre o pedido de desistência formulado pela parte autora (art. 485, § 4º, do CPC); sobre a proposta de honorários do perito (art. 465, § 3º, do CPC); sobre o laudo pericial apresentado pelo perito (art. 477, § 1º, do CPC); para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0636477-89.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Cristiani Fachinello Simoes - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da Impetrante, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0636579-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: MARIA DAS SORES SOUZA PINHEIRO e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: EDILSON QUEIROZ MARTINS (OAB 136MP/AM) - Processo 0637053-48.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outro - REQUERIDO: Francisco do Nascimento Gomes - Ante ao exposto, RECEBO A PRESENTE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos do art. 17, § 9º, da Lei 8.429/1992, por consequência, ORDENO a CITAÇÃO do réu para, querendo, apresentar sua contestação, seguindo-se, no mais, o procedimento comum de rito ordinário, na forma do art. 17, caput, da referida lei. P.R.I.

ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0637580-63.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Sueneide Mesquita - Ante o exposto, deixo de exercer o juízo de retratação pleiteado. Dê-se prosseguimento ao feito. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA CARVALHO MOREIRA (OAB 10047/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0637814-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cecilia dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, nos termos do art. 487,I, do CPC. CONDENO o ESTADO DO AMAZONAS em: I- Danos morais no montante de R$ 30.000 (trinta mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua, contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios contados da data do fato, 07/01/2018, (Súmula 54-STJ) tendo como juros aqueles aplicados à caderneta de poupança. II- Ao pagamento de pensão no valor de 2/3 (dois terços) do salário-mínimo, até a data em que a vítima completaria 65 anos. Condeno o réu nos honorários de sucumbência, em 10% sobre o valor total da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - CPC/2015, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no Resp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a parte autora no pagamento de honorários advocatícios em 8% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §4º, III, CPC/2015, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a Taxa SELIC (Informativo do STJ nº 367/08 - Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária, sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário, art. 496, §3º, II, CPC/2015. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0640630-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Moacir Nogueira Buzaglo - Adamor do Nascimento Coelho - Pelo exposto determina-se o retorno dos autos à distribuição para que proceda ao sorteio entre uma das varas da Fazenda Publica Estadual. Cumpra-se.

ADV: ANGELA GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 12672/AM) - Processo 0640740-96.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Simone Santos Pinto - Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA requerida, a fim de determinar ao Estado do Amazonas que efetive o pagamento da pensão alimentícia em favor dos autores, no montante de 2/3 do salário mínimo, divididos pela quantidade de beneficiados, até a data em que cada um venha a completar 25 anos de idade. Expeça-se mandado. Defiro o pedido de justiça gratuita; Deixo de realizar a audiência prévia de conciliação (art. 334, §4º, inciso II, do NCPC), porque os Procuradores da Fazenda Estadual não dispõem de poderes para transigir, sendo imprescindível que haja lei ou ato da chefia do poder executivo regulamentando os poderes de cada advogado público visando a celebração de acordos, situação inexistente no Estado do Amazonas; Assim, cite-se o Estado do Amazonas, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0642058-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. - Me - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte Autora, extinguindo o presente feito com apreciação de mérito, nos termos dos arts. 373, I, e 487, I, do CPC, CONDENO o réu ao pagamento de R$ 3.165.210,00 (três milhões cento e sessenta e cinco mil e duzentos e dez reais). Conforme descrito Notas Fiscais nº 994 (data 31/08/2017), 1006 (29/09/2017) , 1022 (31/02/2017), 1033 (30/11/2017) e 1040 (29/12/2017) (fls. 64/79), devendo aplicar-se juros e correção monetária da correspondente à data de expedição das notas fiscais, utilizando na correção monetária o

índice do IPCA-e e os juros da caderneta de poupança, conforme art. 18 da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em 05% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença sujeita ao reexame necessário.

ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0646123-26.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Inscrição / Documentação - REQUERENTE: Eurico de Castro Mata - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0652717-22.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Marcos de Souza Ribeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 5 dias, para se manifestar acerca dos embargos de declaração. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653506-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Marivaldo Correia da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino a suspensão do feito até a solução final dos recursos representativos da controvérsia, conforme disposto no art. 1.036, § 1º, do CPC. Intimem-se as partes para tomarem ciência da suspensão do feito. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0653918-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Wanderson Inácio Ramalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino a suspensão do feito até a solução final dos recursos representativos da controvérsia, conforme disposto no art. 1.036, § 1º, do CPC. Intimem-se as partes para tomarem ciência da suspensão do feito. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0658402-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Albino Antônio de Sá - R. H.; Decreta-se a revelia do ESTADO DO AMAZONAS, a teor do artigo 344 do NCPC, uma vez que foi citado validamente da presente ação e não apresentou qualquer manifestação; Deixa-se de aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, inciso II, do NCPC; A teor do art. 348 do NCPC, especifique o Autor as provas que ainda pretende produzir, no prazo de dez (10) dias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0658994-54.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Anderson Luis Silva Viana - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Em atenção ao disposto no art. 10 do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, manifestar-se quanto ao pleito do ente público, a fls. 198/207. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0659615-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Aira Carvalho Wesen e outro - Ante o exposto, defiro o pedido de perícia técnica para que se avalie a conduta e os procedimentos médicos adotados no caso em tela. Nomeio perito judicial, o Dr Vanise Campos Gomes Amaral, especialista em neurologia clínica, o qual deverá ser intimado para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Intimem-se, ainda, as partes para cumprimento dos incisos do § 1º, do supracitado artigo, no prazo de quinze (15) dias. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a prova pericial fora requisita pela parte autora e a mesma é beneficiária da justiça gratuita, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução n. 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: MELLYNA MARTINS LEONARDO AMORIM DA SILVA (OAB 6588/AM) - Processo 0712435-57.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outros - Por tais razões REJEITAM-SE os embargos declaratórios. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0717459-66.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: IVAN ALEXANDRE DE AGUIAR - Aos 16 de agosto de 2019, faço remessa destes autos, virtualmente, para a 3ª Contadoria do Fórum, para os fins de direito. Do que para constar, lavro este termo.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 4001608-16.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Carvalho Moreira (OAB 10047/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Aguinelo Balbi Junior (OAB MP)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Angela Galvão dos Santos Silva (OAB 12672/AM)
Anne Karoline de Souza Rodrigues (OAB 12154/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Antônio Fabio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Carla Albuquerque Ferreira (OAB 281337/SP)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)

Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Ferreira Ferrari (OAB 767A/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Celso Moresco (OAB 7210/AM)
Cely Cristina dos Santos Pereira (OAB 1716/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diego Augusto V. Rodrigues (OAB 5829/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eder Luiz de Almeida (OAB 71886/SP)
Edilson Queiroz Martins (OAB 136MP/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Eugênio Nunes Silva (OAB 763A/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fabio Martins Ribeiro (OAB A449/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Gianpaolo Zambiazi Bertol Rocha (OAB 86425/MG)
Gilmar Cesar da Silva Santos (OAB 10770/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Helder Sabeli Matos (OAB 13869/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Heloysa Simonetti Teixeira (OAB 2561/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karen Zadora de Amorim Lacerda (OAB 5848/AM)
Karina Lago Coimbra (OAB 6494/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kennedy Monteiro de Oliveira (OAB 7389/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB 171750/RJ)
Leandro V. Fonseca Rozeira (OAB 776A/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Liliane Alves Nawierski (OAB 133471/MG)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB 14198/AM)
Lucia A. Valle de Souza (OAB 002.767/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luis Eduardo Mendes Dantas (OAB 28790/CE)
Luiz de Souza Junior (OAB 504/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Amália Castelo Branco Affonso (OAB 3783/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Maria Iracema Pedrosa (OAB 1709/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Maria Tereza de Almeida Cruz (OAB 1488/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Marsyl de Oliveira Marques (OAB 1785/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mellyna Martins Leonardo Amorim da Silva (OAB 6588/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moises do Monte Santos (OAB 142674 /MG)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Naziano Pantoja Filizola (OAB 294A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Otavio da Cruz Farias (OAB 9724/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Rafael Antonio de Araujo Barbosa (OAB 13634/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raíza Oda Sarubi Costa (OAB 13656/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Saulo de Castro Canté Pimentel (OAB 11355/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Silvia Cristina Lima de Matos (OAB 2877/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Thiago Sereno Furtado (OAB 10512/MA)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB A764AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)

VALINDA CINQUE IANTORNO DE JESUS (OAB A-445AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0154/2019

ADV: LUIZA DE ALENCAR BERTONI (OAB 53353/DF), ADV: LUIS MAXIMILIANO LEAL TELESCA MOTA (OAB 14848/DF) - Processo 0211453-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Sérgio Ramalho Dantas Varella - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,25 de julho de 2019.

ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0602432-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marluce Silva da Costa - SENTENÇA Autos nº:0602432-59.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Indenização por Dano Moral Autor(a):Marluce Silva da Costa Réu(s):Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON e Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada por Marluce Silva da Costa em face do Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON e Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que foi contratada em 08/03/2002, para ocupar o cargo de cozinheira junto à Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas, sendo sua última remuneração o valor líquido de R$ 1.084,81 (um mil, oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos). Sustenta que foi dispensada em 29 de abril de 2016, por meio da Publicação em Diário Oficial do Estado da Portaria, após ter prestado seus serviços por 14 (quatorze) anos em prol do órgão no Estado do Amazonas. Diante da despedida repentina e sem qualquer motivação, alega a autora que sofreu dano moral pela conduta perpetrada pelos réus, motivo pelo qual pugna pela condenação destes ao pagamento de indenização. Juntou documentos às fls. 15/28. Citado, o réu Estado do Amazonas apresentou contestação às fls. 43/49, tendo alegado a inexistência dano moral no presente caso. Assim, pugnou pela improcedência do pedido autoral. Não houve a apresentação de contestação pela FCECON, muito embora tenha sido devidamente citada. Réplica às fls. 68/75. Parecer Ministerial às fls. 51/58, tendo o Parquet informado não haver interesse público na causa, que justificasse a sua intervenção. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 64/65, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. A presente demanda cinge-se em analisar se a despedida da autora, após o decurso de 14 anos como contratada temporária, consubstancia a existência de dano moral. A autora argumenta que houve descaso da Administração Estadual com a mesma, uma vez que realizou suas atribuições da melhor maneira possível, por 14 anos, e mesmo assim, fora interrompido sem qualquer motivação o seu contrato de trabalho. Como já fora amplamente decidido pelas cortes superiores, é pacifica a jurisprudência do STJ a declaração de nulidade dos contratos temporários descaracterizados. Veja-se: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO TEMPORÁRIO DECLARADO NULO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. FGTS. OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO. 1. O STJ possui entendimento de que o servidor público cujo contrato temporário de natureza jurídico-administrativa tiver sido declarado nulo por inobservância do caráter transitório e excepcional da contratação possui direito aos depósitos do FGTS correspondentes ao período de serviço prestado, nos termos do art. 19-A da Lei n. 8.036/90. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 49.207/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/4/2015; AgRg no REsp 1.452.468/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 30/10/2014; AgRg no REsp 1.434.719/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2/5/2014. 2. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 1660000 MG 2017/0048763-2, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 02/05/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/05/2017) No caso em apreço, verifica-se que houve a superveniente perda dos requisitos constitucionais da transitoriedade e da excepcionalidade da contratação, posto que a autora trabalhou de 20042 a 2016, ou seja, por cerca de 14 anos para a ré FCECON, o que descaracterizou a natureza excepcional da relação contratual. Daí porque o reconhecimento da nulidade da contratação é medida que se impõe, o que, ressalve-se, não descaracteriza a natureza administrativa da relação contratual trabalhista havida entre as partes. Não obstante, diante do reconhecimento da nulidade do contrato de trabalho, apenas seria devido à demandante as verbas relativas à saldo de salário e os depósitos relativos ao FGTS. Contudo não foi este o pedido apresentado na exordial. A demandante suscitou que a despedida lhe causou dano moral, na medida em que foi inesperada. No entanto, tal argumentação, por si só, não gera o reconhecimento de dano moral, uma vez que sabia a demandante que a natureza de sua contratação era temporária e que, em verdade, não poderia ter sido prorrogada pelo período que foi. Para que fosse reconhecido o dano moral, haveria de se comprovar que a conduta dos réus ocasionou dano no ânimo psíquico, moral e intelectual da demandante, seja por ofensa à sua honra, na sua privacidade, intimidade, imagem, nome ou em seu próprio corpo físico. Nesse sentido é a jurisprudência pátria: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ADMISSÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO PELA ADMINISTRAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO PREVISTO NA LEI ORDINÁRIA 2.607/2000. CONTRATO TEMPORÁRIO NULO. JUS AO RECEBIMENTO DO FGTS. PRECEDENTES DO STF ADMITINDO A APLICAÇÃO DO JULGADO NO RE Nº 596.478/RR OBJETO DE REPERCUSSÃO GERAL PARA CONTRATO TEMPORÁRIO DECLARADO NULO. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I. A contratação de servidor em caráter temporário, conquanto tenha assento constitucional e legal, não pode se eternizar a critério do administrador sob pena de evidente violação do preceito fundamental de acesso aos cargos públicos por meio de concurso (art. 37, II, CF/88), motivo pelo qual a avença que o infringe é reputada nula, consoante prescreve o art. 37, § 2º, CF/88. II. Consoante precedentes do STF, é aplicável ao contrato temporário declarado nulo, o julgamento disposto no RE nº 596.478/RR, no qual a Corte Suprema reconheceu a existência de repercussão geral da questão atinente à constitucionalidade do art. 19-A, da Lei nº 8.036/90, acrescido pela MP nº 2.164-41, prevalecendo o entendimento segundo o qual o trabalhador, contratado sem concurso, que teve seu contrato de trabalho declarado nulo, faz jus ao recebimento do pagamento do FGTS. (cf. AGR no RE n. 830.962/MG, Rel. Min. Luiz Fux; AG.REG. NO RE 853.403/MG. Rel. Min. Teori Zavascki). III. Não cabe dano moral, uma vez que não houve qualquer mácula a personalidade da autora, já que o contrato temporário firmado perante a Administração Público possui caráter provisório. IV. Apelação conhecida e parcialmente provida. (TJ-AM - APL: 00292681220038040001 AM 0029268-12.2003.8.04.0001, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 22/08/2016, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 22/08/2016) Com efeito, não há qualquer prova nos autos acerca do dano sofrido pela demandante, o que importa na improcedência do pedido autora. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE a presente ação pelos termos da fundamentação. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Custas pela demandante. Por fim, condena-se a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor dado à causa, nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. Diante do benefício da justiça gratuita condeida à demandante, ficam as verbas sucumbenciais inexigíveis pelo prazo do art. 98, §3°, do CPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: MAURÍCIO GAMA JÚNIOR (OAB 6450/AM) - Processo 0605073-88.2015.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: NATANAEL FIGUEIREDO DE CASTRO e outros - Autos nº:0605073-88.2015.8.04.0001 Classe:Petição Cível Autor/a: Réu: NATANAEL FIGUEIREDO DE CASTRO, CHARLIE DE ALMEIDA BASTOS, CRISTOVÃO RODRIGUES DE ALMEIDA, CRISTIANO FIGUEIREDO BRITO, VALDENEY DA FONSECA LEMOS, Ronnie Von Vieira Lima, Mauro Fernandes da Silva Filho, Anderson de Souza Almeida, David Gonzaga de Oliveira e Erik Mandes da Silva Estado do Amazonas e Estado do Amazonas SENTENÇA Vistos etc. I Relata-se. Trata-se de ação ajuizada por NATANAEL FIGUEIREDO DE CASTRO, CHARLIE DE ALMEIDA BASTOS, CRISTOVÃO RODRIGUES DE ALMEIDA, CRISTIANO FIGUEIREDO BRITO, VALDENEY DA FONSECA LEMOS, Ronnie Von Vieira Lima, Mauro Fernandes da Silva Filho, Anderson de Souza Almeida, David Gonzaga de Oliveira e Erik Mandes da Silva em face do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas. A parte autora não se manifestou quanto aos despacho de fls. 82. Portanto, devido ao grande lapso temporal sem resposta da mesma, vislumbra-se que não há interesse de agir por parte da mesma, circunstância que impõe o abandono da causa. É breve o relatório. II Fundamenta-se. Tal como relatado, a parte autora, apesar das oportunidades ofertadas para promover as diligências indicadas nos pronunciamentos judiciais acima referidos, escolheu o caminho do não atendimento, assim fazendo sem apresentar qualquer justificativa. Nessa senda, dita o art. 485 da Lei n.13.105/15: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Colaciona-se a seguinte jurisprudência: EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. Justifica-se a extinção do processo por abandono quando paralisado há mais de trinta dias, apesar da intimação do autor, por meio do seu advogado e pessoalmente - CPC 238, § único - para impulsioná-lo. (TJ-DF - APC: 20130710069063, Relator: FERNANDO HABIBE, Data de Julgamento: 11/02/2015, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/01/2016 . Pág.: 355) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. ABANDONO DA CAUSA. I - É cabível a extinção do processo sem resolução do mérito, por abandono da causa, quando, embora intimado pessoalmente e por intermédio de seu advogado, o autor não promove as diligências necessárias ao prosseguimento da ação. Negou-se provimento ao recurso. (TJ-DF - APC: 20140111279682, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 25/11/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/12/2015 . Pág.: 334) Diante disso, considerando que no caso, o impulso do feito cabe exclusivamente à parte autora, e que apesar de intimada após a constatação do lapso temporal, não o fez, cabe de rigor a sua extinção sem resolução de mérito, por abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do novo CPC. III Decide-se. Isto posto, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, diante do abandono da causa, conforme a dicção que se extrai do art.485, inciso III, do CPC. Defere-se o pedido de justiça gratuita, eximindo a autora do pagamento das custas processuais pelo prazo previsto no art. 98, §3°, do Códex Processual Civil. Não interposto o recurso de apelação, intime-se o réu do trânsito em julgado da sentença e, em seguida, arquive-se os autos, em consonância com o § 3º do art. 331, CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANNICK COSTA MONTEIRO (OAB 2069/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: IZA AMÉLIA DE CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 3814/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM) - Processo 0626178-92.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDA: Município de Manaus - Manaus Previdência - MANAUSPREV - Estado do Amazonas - Procuradoria Geral do Estado e outro - SENTENÇA Autos nº:0626178-92.2013.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Antecipação de Tutela / Tutela Específica Autor(a):NORMA SUELI DA CUNHA ROQUE Réu(s):Município de Manaus, Manaus Previdência - MANAUSPREV e Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 240/241, foram inicialmente distribuídos em data de 30/09/2013, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 19.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação há 2 anos, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação anulatória de ato administrativo ajuizada por Norma Sueli da Cunha Roque em face do Município de Manaus, Manaus Previdência - MANAUSPREV e Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que é viúva de Pedro Diogo Dos Santos Roque, servidor público municipal, junto ao órgão SEMED, onde ingressou no cargo de professor no dia 02 de maio de 2003, vindo a falecer no dia 03 de novembro de 2010, gerando à autora o direito ao benefício previdenciário de pensão por morte. O citado benefícios foi concedido pelo MANAUSPREV no dia 09 de fevereiro de 2011. Não obstante, em 17 de julho de 2013, a autora foi notificada de que teria sua Pensão suspensa, conforme decisão emanada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. A decisão do TCE/AM foi baseada no fato do de cujus não ser servidor municipal efetivo, mas sim contratado pelo Regime Jurídico Administrativo, devendo a pensão por morte ser arcada pelo INSS. Por entender que a decisão do TCE/AM foi ilegal, a demandante ajuizou a presente demanda, onde pugnou pela declaração de nulidade do ato administrativo que cassou o seu benefício de pensão por morte. Juntou documentos às fls. 18/27. A ré Manausprev apresentou contestação às fls. 42/57, tendo alegado como preliminares de mérito a sua ilegitimidade, uma vez que a ordem se suspensão do benefício foi da Corte de Contas Estadual. No mérito, argumentou sobre a impossibilidade de reconhecimento do pedido autoral. Contestação do Município de Manaus, à fls. 114/147, alegando, preliminarmente a sua ilegitimidade. No mérito argumentou sobre o regime jurídico administrativo a que era vinculado o de cujus, pleiteando, ao final, pela improcedência da demanda. Juntou documentos às fls. 149/191. Réplica às fls. 194/195. Decisão de fls. 197/198, reconheceu a legitimidade do Estado do Amazonas e determinou a remessa dos autos à uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Processo recebido pela extinta 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual, onde determinou-se a citação do Estado do Amazonas. Contestação do Estado do Amazonas, às fls. 212/227, alegando a ausência de ilegalidade na decisão do TCE/AM, uma vez que os servidores temporários vinculam-se ao RGPS e não ao RPPS. Ademais, sustentou que a decisão determinou que o benefício fosse pago até que a Manausprev efetuasse o repasse das contribuições do servidor ao INSS. Réplica às fls. 231/232 Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 242/243, tendo as partes anuído com o anúncio feito. Manifestação da Manausprev, às fls. 244, onde informou que entregou à demandante CTC para fins de averbação do tempo de contribuição junto ao INSS. É o relatório. II.- Fundamenta-se. II.A) Da preliminar de ilegitimidade Os réus

Município de Manaus e Manausprev alegaram a sua ilegitimidade. No entanto, entende-se que o ato de aposentadoria é ato administrativo de caráter complexo, havendo a participação dos citados réus para a sua finalização. Ademais, tendo em vista que se está a analisar possível erro no recolhimento de contribuições previdenciárias, efetuada por ambos os citados réus, necessários que os mesmo permaneçam na presente demanda. Assim, afasta-se a preliminar levantada. II.B) Do mérito A presente demanda tem por objeto analisar se a decisão do TCE/AM, que declarou ilegal o benefício concedido à autora, de pensão por morte, deve ser anulada. Com efeito, não restam dúvidas de que a o vínculo do de cujus, com o Município de Manaus, era regido pelo Regime Jurídico Administrativo, posto que o mesmo fora contratado para atender necessidade temporária da Administração, nos termos do art. 37, IX da CF/1988, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (g.n.) Com efeito, já foi pacificado na jurisprudência pátria que os servidores contratados no regime temporário, devem ter suas contribuições previdenciárias recolhidas e destinadas ao Regime Geral da Previdência Social e não aos Regimes Próprios. Confira-se, a propósito a decisão proferida pelo E. Tribunal de Justiça do Amazonas: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO. PRAZO INDETERMINADO E INOBSERVÂNCIA DA REGRA DO CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 37, II E IX, DA CF. CONTRATO NULO. VERBAS RESCISÓRIAS. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO CONHECIDO SOMENTE EM RELAÇÃO AOS PEDIDOS DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PAGAMENTO DE FGTS E MULTA DE 40%. SERVIDOR TEMPORÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PERANTE O RGPS. FGTS INCIDÊNCIA DO ART. 19-A, DA LEI 8.036/90. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/32. PAGAMENTO DEVIDO DAS PARCELAS NÃO ATINGIDAS PELA PRESCRIÇÃO. MULTA DE 40% SOBRE O FGTS. NATUREZA ADMINISTRATIVA DO CONTRATO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No caso em comento, requer o apelante a reforma da sentença para reconhecer pedidos não constantes da peça inaugural, tais como “férias, acrescidas de 1/3 constitucional, em dobro vez que vencidas, 13º e demais repercussões, (...) recolhimento ao fundo de previdência municipal e demais direitos”, verificando-se hipótese clara de inovação recursal, razão pela qual não pode o recurso ser conhecido nesse ponto, sob pena de supressão de instância e ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição. 2. Quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias, sabe-se que é devido aos servidores temporários tal recolhimento perante o Regime Geral de Previdência Social, e não ao Regime Próprio dos Servidores Municipais, como requer o apelante. Além disso, o apelado, recolhia mensalmente os valores ao INSS, conforme documentos acostados pelo próprio apelante. Inexiste, portanto, razão ao pleito do recorrente; 3. Em relação ao FGTS, clara a nulidade do “contrato temporário” do apelante para a função de Agente de Endemias, em virtude da afronta ao art. 37, incisos II e IX, da CF, tendo em vista as prorrogações sucessivas e a burla ao princípio do acesso aos cargos públicos por intermédio de concurso público. Desta feita, nulo o contrato, com fulcro no art. 37, § 2º, da CF, deve ser aplicado o disposto no art. 19-A da Lei 8.036/90, fazendo jus o apelante ao pagamento do FGTS. Precedentes dos Tribunais Superiores; 4. Em se tratando de contrato administrativo, para a cobrança de contribuições de FGTS, aplicável ao caso a prescrição quinquenal, prevista no art. 1º do Decreto nº 20.910, sendo devidas apenas as parcelas vencidas nos cinco anos anteriores à propositura da ação, e não de todo período laborado; 5. Indenização de 40% sobre o valor do FGTS indevida, tendo em vista a não descaracterização da natureza administrativa, e não celetista, da contratação temporária. Precedentes STF; 6. Recurso conhecido parcialmente, e na parte conhecida, parcialmente provido. (TJ-AM - APL: 00145667820148040000 AM 0014566-78.2014.8.04.0000, Relator: Yedo Simões de Oliveira, Data de Julgamento: 22/02/2016, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 22/02/2016) Pela jurisprudência acima colacionada, fácil é concluir que a decisão da Corte de Contas Amazonense, ora impugnada, se encontra verdadeiramente em consonância com o entendimento dos Tribunais. Desse modo, impossível acolher o pedido autoral, relativo à declaração de nulidade da referida decisão, uma vez que o benefício de pensão por morte é devido à autora, porém deve ser pago pelo INSS e não pela Manausprev. Quanto ao pedido alternativo, relativo à continuidade do pagamento do benefício pela Manausprev, até que se conclua o processo junto ao INSS, não interesse processual da demandante, uma vez que a decisão da Corte de Contas se deu nestes exatos termos, como bem alegou o Estado do Amazonas. Não obstante, registra-se que é dever da Manausprev promover o repasse das contribuições do de cujus, ao INSS, a fim de que a demandante possa solicitar o benefício de pensão por morte junto à autarquia previdenciária, conforme determinado pela própria Corte de Contas. III.- Decide-se Confirma-se a rejeição da preliminar levantada pelos réus, conforme fundamentado previamente. Na sequência, quanto ao mérito: Diante de todo o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE a presente ação pelos fundamentos acima explicitados. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Custas pela autora. Por fim, condena-se a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor dado à causa, nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. As verbas sucumbenciais ficam inexigíveis pelo prazo do art. 98, §3°, do CPC, por ser a autora beneficiária da justiça gratuita. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 24 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA (OAB 6182/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0630602-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ANDRÉ LIMA DOS SANTOS e outro - REQUERIDO: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans - DESPACHO Autos nº:0630602-46.2014.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor:ANDRÉ LIMA DOS SANTOS e EMANUEL RAMALHO Réu:Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans Vistos etc. Inicialmente, à secretaria para verificar se há valores depositados na conta judicial referente ao pagamento solicitado nos ofícios de fls. 154/155. Constato nos autos que o valor executado não está sujeito ao regime de precatórios (art. 100 CF/88), mas ao da Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos limites e moldes do art. 1º, inciso I da Lei Estadual nº 2.748/2002 e Resolução nº 003/2014 - TJAM, consoante fora expedida às fls. 154/155 e o ente público, Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans, devidamente intimado para efetuar o pagamento às fls. 158/159. Observa-se que não houve comprovação nos autos do pagamento, de modo que o prazo para pagamento há muito já exauriu, não havendo, nos autos, justificativa para inadimplência do executado. Por esse motivo, determino a intimação do requerido para comprovar o pagamento do valor devido, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de sequestro, nos termos do art. 17, § 2º da lei nº 10.259/2001, via BACENJUD. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RPV. NÃO PAGAMENTO NO PRAZO LEGAL. SEQUESTRO DE NUMERÁRIO. (AI 70047595988. TJ-RS Rel. Desdora. Angela Maria Silveira. 25º Câmara Cível. Publicação: 15/06/2012). Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de abril de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: CRISTIANE VASCONCELOS RIBEIRO BASTOS (OAB 91114/RJ) - Processo 0633696-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Regina Cristina Lima da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DESPACHO Autos nº:0633696-60.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoCurso de Formação Autora:Regina Cristina Lima da Silva Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Annick Costa Monteiro (OAB 2069/AM)
Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (OAB 91114/RJ)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB 3814/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Júlio César Lima (OAB 6182/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Luis Maximiliano Leal Telesca Mota (OAB 14848/DF)
Luiza de Alencar Bertoni (OAB 53353/DF)
Maurício Gama Júnior (OAB 6450/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0149/2019

ADV: NÚRIA SCHULZE E SILVA (OAB 12760/AM) - Processo 0225045-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Haitan Taha Ibrahin Isa - De ordem, fica designado o dia 25/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0604833-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reversão - REQUERENTE: Daniel Sabelli de Figueiredo - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação: JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes na exordial. CONDENO o Requerente ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3º, I do CPC, cuja exigibilidade está suspensa, ante o deferimento de gratuidade de justiça às fls. 21/23. Sem reexame necessário. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM), ADV: RAFAELLA GAMBOGI KURTZ DE SOUZA (OAB 91586/RS) - Processo 0610121-91.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: VANESSA PRISCILA RODRIGUES RABELO SOUZA - REQUERIDO: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e outros - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO a Requerente ao pagamento dos Honorários Advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.500,00, com fulcro no art. 85, §8° do CPC, cuja exigibilidade está suspensa, ante a gratuidade de justiça ora deferida. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0610785-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Farahnaz Lany Alves Nascimento - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da autora. CONDENO o Estado do Amazonas à efetuar o pagamento da Gratificação de Curso, no percentual de 25% sobre os vencimentos da Autora, desde a data do pedido administrativo protocolado em 21/10/2015 à requerente, sob pena de multa diária, no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00, no limite de até 60 dias/multa. Os valores deverão ser corrigidos pelo IPCA-E, a contar da data em que deveriam ter sido recolhidas cada parcela e com juros de mora aplicáveis à Fazenda Pública, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 desde a citação. CONDENO o Requerido Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 12% sob o valor da condenação, com fulcro no art. 85, §3°, I do CPC. Estado do Amazonas isento ao pagamento de custas processuais, nos termos da Lei. Encaminhem-se os autos para o E. Tribunal de Justiça para reexame necessário, com fulcro no art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0614234-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Wagner Cavalcante de Souza - De ordem, fica designado o dia 25/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0626770-29.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Rodrigo Bona Carneiro - Diante do exposto, acolho o Parecer Ministerial às fls. 73-77, e CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA, nos termos da fundamentação, para determinar que o Impetrado proceda ao pagamento da gratificação de curso do Impetrante no percentual de 30%, a contar a impetração. Sem honorários advocatícios - art. 25 da Lei 12.016/09. Custas na forma da Lei. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça nos termos do art. 14, §1º da Lei nº 12.016/2009. P.R.I Manaus, 20 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: GUILHERME DAHER DE CAMPOS ANDRADE (OAB 256948/SP), ADV: LEONARDO FERRAZ VASCONCELOS (OAB 297625SP), ADV: JOÃO FRANCISCO WANDERLEY DA COSTA (OAB 2120/AM), ADV: MANUELA PRADO LEITÃO (OAB 271257/SP), ADV: FÁBIO LACAZ VIEIRA (OAB 256912/SP) - Processo 0632184-81.2014.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: KOLPLAST CI LTDA - REQUERIDO: KE Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda - EPP e outros - Intimem-se as partes do retorno dos autos. Em nada requerendo no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0641131-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Teplan Construtora Indústria e Comércio Ltda - De ordem, fica designado o dia 26/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0644015-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação Acessória - REQUERENTE: Vanderley Ferreira de Farias - Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Ao Autor para, no prazo legal, emendar a inicial, indicando corretamente o litisconsorte, tendo em vista que a “Secretaria de Estado da Educação do Amazonas” é órgão e, portanto, não possui

capacidade para figurar em juízo. Deve, também, esclarecer a qual das modalidades de tutela provisória se refere seu pedido de liminar Intime-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0644029-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: James Araújo do Nascimento e outros - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelos Autores, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
FÁBIO LACAZ VIEIRA (OAB 256912/SP)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
GUILHERME DAHER DE CAMPOS ANDRADE (OAB 256948/SP)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
João Francisco Wanderley da Costa (OAB 2120/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Ferraz Vasconcelos (OAB 297625SP)
Manuela Prado Leitão (OAB 271257/SP)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Núria Schulze e Silva (OAB 12760/AM)
Rafaella Gambogi Kurtz de Souza (OAB 91586/RS)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0093/2019

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0214213-90.2010.8.04.0001 (001.10.214213-1) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: José dos Santos Nascimento - REQUERIDO: Manoel Martins da Silva - Luiz Santiago de Almeida - CONFINTE: Motel D'Star e outros - Intimem-se as partes, por meio de seus advogados, para que se manifestem quanto ao laudo apresentado a fls. 794/807 , no prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: VIVIAN MACEDO BASTOS (OAB 2972/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo -

ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM) - Processo 0604334-52.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: PAULO ROBERTO DA SILVA ASTUTO - Rozeli Ferreira Sobral Astuto - Defiro o pedido de providências formulado pelos requerentes às fls. 228/229. Intime-se o requerido para que se abstenha de realizar obras no imóvel usucapiendo até o desfecho da presente demanda, sob pena de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 30 (trinta) dias-multa. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0604334-52.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: PAULO ROBERTO DA SILVA ASTUTO - Rozeli Ferreira Sobral Astuto - REQUERIDO: Ricardo Pereira Sousa e outro - O Ministério Público pugnou e lhe foi acolhida, por este Juízo, a realização de inspeção judicial no imóvel, objeto da lide, com o escopo de "comprovar a ocupação da mesma e o estado em que se encontra a área" (fls. 172/174 e fls. 210/211). Entrementes, esta Julgadora entende que tal diligência, prevista no art. 481, do Código de Processo Civil, não se faz necessária no caso específico dos autos, bastando que seja expedido mandado de verificação para os fins almejados, o que determino neste ato e de ofício, impondo-se ao oficial de justiça a quem couber a diligência a lavratura de certidão minuciosa a respeito. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESCISÃO DE CONTRATO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. NOVA EXPEDIÇÃO MANDADO DE VERIFICAÇÃO. PRAZO DE CONTESTAÇÃO DA RECONVENÇÃO. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO: Devidamente observados os requisitos de admissibilidade recursal previstos nos artigos 524 do Código de Processo Civil. Rejeitada a preliminar. MANDADO DE VERIFICAÇÃO: Deve ser mantida a decisão judicial que determina a expedição de mandado de verificação a fim de identificar os ocupantes do imóvel, pois não causa lesão grave e de difícil reparação às partes agravantes, ainda mais se levarmos em consideração o lapso temporal decorrido após o cumprimento do mandado de verificação anterior (cerca de dez meses). PRAZO PARA CONTESTAR A RECONVENÇÃO: No caso concreto, em razão das sucessivas petições das partes litigantes postulando a reintegração e desocupação do imóvel, a parte agravada, de fato, fora intimada para contrarrazoar a reconvenção apenas em 28/08/2015. Não obstante, as manifestações da procuradora da agravada em momentos anteriores ao da intimação para reconvenção, não há falar em ausência de resposta à reconvenção e nem em revelia, eis que não fora a agravada intimada formalmente para contestar a reconvenção, inclusive ausente prova que houvesse carga à procuradora para parte agravada e isso, por si só, mostraria o conhecimento formal da reconvenção. REJEITADA A PRELIMINAR CONTRARRECURSAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70066064221, Décima Nona... Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo João Lima Costa, Julgado em 24/09/2015). (TJ-RS - AI: 70066064221 RS, Relator: Eduardo João Lima Costa, Data de Julgamento: 24/09/2015, Décima Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/09/2015). Chamo, pois, à ordem o processo para tornar sem efeito a parte do pronunciamento judicial de fls. 210/211 que, albergando promoção ministerial, determinou a inspeção judicial retromencionada. À Secretaria para providências.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0604852-66.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Irany Oliveira de Andrade Pinheiro - Atenda-se à promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0606213-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Espolio de Mervyn Lowe Representado Por Evanilde Reinaldo Sales - A Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, MM. Juíza de Direito, respondendo cumulativamente, pela Vara de Registros Públicos e Usucapião da Comarca de Manaus, conforme Portaria n° 1762/2019-PTJ, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, RIZOMAR MELO DE OLIVEIRA, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para, querendo, manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de revelia será nomeado curador especial, nos termos do art. 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Em 13 de agosto de 2019. Eu, Jorge Glauber Lira Barros, Diretor de Secretaria, o confiro e subscrevo.

ADV: WILMA BARBOSA QUEIROZ FAVARO (OAB 56501/PR) - Processo 0606728-56.2019.8.04.0001 - Retificação ou

Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Antonio Falcao dos Reis Meirelles - Atenda-se à promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0609540-08.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Wave Brasil Telecom Ltda - Trata-se de reiteração de pedido de tutela de evidência e, alternativamente de tutela provisória de urgência manejado por Dinâmica Distribuidora Ltda em face de Wave Telecom Ltda, alegando, em breve síntese, que adquiriu em 14/11/2017 o imóvel matriculado sob o nº 2.998, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital e que, ao fazer um levantamento topográfico do referido imóvel para verificação de suas confrontações, constatou que sua área está sendo ocupada de forma irregular pela empresa Wave Brasil Telecom Ltda. Aduz, ainda, que a tutela de evidência deve ser deferida ante o alto grau de verossimilhança das alegações autorais e do manifesto intuito protelatório da parte Requerida, e caso o Juízo não se convença do intuito protelatório do Requerido dever ser deferida Tutela Provisória de Urgência, posto que verossimilhantes as alegações autorais e o perigo na demora do provimento jurisdicional, tendo em vista a contínua dilapidação e modificação estrutural do bem objeto da lide. Às fls. 50/53, este Juízo denegou a tutela provisória de urgência. Às fls. 103 e ss., consta Agravo de Instrumento interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o qual deferiu parcialmente o pedido de antecipação de tutela para determinar tão somente o imediato bloqueio da matrícula nº 18849, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Manaus, até ulterior deliberação.A medida acautelatória requerida pela parte exige a análise da presença do requisito genérico previsto no caput do art. 309 do CPC/15 e de um dos requisitos legais previsos nos incisos do art. 311 do CPC/15, sendo alegado pelo autor da demanda a presença do requisito específico no iniciso I - manifesto propósito protelatório da parte. Não assiste razão ao autor, uma vez que não exsurgem dos autos elementos que demonstrem condutas protelatórias do requerido, que apresentou contestação-reconvenção no prazo legal, não criando qualquer óbice à regular tramitação processual. Na mesma esteira de indeferimento segue o pedido de concessão de tutela provisória de urgência, que já foi indeferida por decisão motivada deste juízo de fls. 50/53, considerando que da qual foi interposto agravo de instrumento e reformada em parte, apenas para determinar o bloqueio da matrícula do imóvel. Desde lá não houve qualquer alteração processual que autorize a concessão da tutela provisória cujo pedido se renova. Isto posto, considerando o não preenchimento dos requisitos necessários, indefiro as tutelas provisórias requeridas pela parte autora. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir em audiência. Cumpra-se a promoção ministerial de fls. 340/341. Expeça-se o necessário para cabal cumprimento desta decisão.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0612623-95.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: W.T.L. - Vistos etc... Cuidam os autos de ação de retificação de nome e sexo c/c com danos morais formulado por WENDELL TELES DE LIMA. Procedimento não foi instruído com todos os documentos necessários. Autos com vista ao agente ministerial que promove pela intimação do requerente para apresentar documentos imprescindíveis para análise do pleito (fls. 32). Contudo, após manifestação do ministério público, a parte autora declara desistência da ação (fls. 33), e requer a extinção do processo sem julgamento do mérito. Diante do exposto e em consonância com o parecer ministerial, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço com suporte no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil/2015. Vista dos autos ao representante ministerial, para ciência desta. Transitada esta em julgado, arquive-se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse. Sem custas.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0617708-04.2015.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: TEREZINHA DE JESUS ALVES SARUBI - REQUERIDO: Vander Laan Reis Góes - Mediante o pedido de desistência da ação acostada aos autos sob à f. 213, intime-se o requerido para manifestar-se a respeito, nos termos do artigo 485, §4º do CPC.

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM) - Processo 0618632-78.2016.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: PAULO VILHENA DA CONCEIÇÃO - REQUERIDO: EMANUEL GONÇALVES GUERRA - INTSSADO: Estado do Amazonas e outros - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0620598-81.2013.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: M2X Participações Ltda - REQUERIDO: Mac Empreendimentos Imobiliários LTDA e outro - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe foi redesignada para 11/09/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0621922-96.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Ana de Oliveira de Lima - Damazio Alves de Lima - Sanção Oliveira de Lima - Atenda-se à promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: CHRISTINA ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 3938/AM), ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM) - Processo 0633417-16.2014.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: ARLENE FREITAS DA SILVA - Vistos etc... Cuidam os autos de pedido de retificação de registro civil formulado por ARLENE FREITAS DA SILVA. Procedimento não foi instruído com todos os documentos necessários. Às fls. 43, a advogada da Requerente renunciou ao mandado. Constam nos autos pedido de desistência da Requerente, afirmando que conseguiu solucionar a demanda por via administrativa (fls. 48). Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço com suporte no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil/2015. DETERMINO vista dos autos ao representante ministerial, para ciência desta. Transitada esta em julgado, arquive-se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse. Sem custas.

ADV: HELDER PINTO DA SILVEIRA (OAB 10509/AM), ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM) - Processo 0636638-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Kazuzan da Frota Vieira - REQUERIDO: Jurupari Empreendimentos Imobiliários Ltda - Kwang Un Song - Trata-se de Ação de Adjudicação Compulsória cumulada com obrigação de fazer e tutela de urgência promovida por Kazuzan da Frota Vieira contra Jurupari Empreendimentos Imobiliários Ltda. Pois bem, sabe-se que a ação de adjudicação compulsória tem por objetivo o registro imobiliário necessário

à transmissão da propriedade, nas hipóteses em que se tem por recusada pelo promitente vendedor ou terceiros, a quem os direitos deste forem cedidos, a outorga da escritura definitiva de compra e venda de imóvel em favor do promitente comprador (titular de direito real). Consiste, pois, em demanda de natureza eminentemente obrigacional fulcrada em contrato, que encontra previsão legal no art. 1.418, do Código Civil Brasileiro. Inolvidável, assim, que a matéria ventilada não se insere no rol daquelas de competência desta Vara de Registros Públicos e Usucapião, porquanto não diga respeito a questões que envolvam atos de registros públicos e notoriais em si mesmos, repercutindo nesta esfera registral somente de forma indireta. É o que emana do art. 161e, inciso I, da Lei Complementar nº 17/97, alterada pela Lei Complementar nº 172/2016, in verbis: Art. 161-e. Ao Juiz da Vara de Registros Públicos e Usucapião compete: I - processar e julgar: a) os feitos contenciosos ou administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros públicos, inclusive os de loteamento de imóveis, bem de família, casamento nuncupativo e usucapião de bem imóvel; b) as suspeições opostas aos serventuários dos cartórios que lhes estão subordinados; c) os mandados de segurança impetrados contra ato de registradores e tabeliães. Sobreleve-se que a Corte de Justiça Estadual já se pronunciou acerca da competência para o julgamento de demandas que versam sobre adjudicação compulsória, firmando convencimento de que tal competência é dada às Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho. Fê-lo no bojo do Processo n. 0259831-24.2011.8.04.0001, na forma seguinte: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E VARA CÍVEL - AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - CONEXÃO COM AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE REGISTRO DE IMÓVEIS - INEXISTÊNCIA - DIVERSIDADE DE PEDIDOS E CAUSAS DE PEDIR - RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - COMPETÊNCIA PARA QUESTÕES QUE SE REFIRAM DIRETAMENTE A ATOS DE REGISTRAIS E NOTARIAIS, EM SI MESMOS - ART. 161e, IV, DA LC 19/97 - AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - REFLEXO DIRETO E IMEDIATO NA SEARA CÍVEL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 20.ª VARA CÍVEL - CONFLITO PROCEDENTE. 1. De acordo com o Código de Processo Civil, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, hipótese em que deverão ser reunidas para julgamento conjunto no mesmo órgão julgador, evitando-se, com isso, a prolação de decisões conflitantes. 2. In casu, não há que se falar em conexão entre a ação de adjudicação compulsória e a ação ordinária de anulação de registro de imóvel, porquanto nitidamente distintos tanto o pedido como a causa de pedir, o que é possível aferir pela simples leitura das peças processuais. 3. Em verdade, sobressai-se uma relação de prejudicialidade - e não de conexão -, na medida em que o julgamento da ação de nulidade de registro terá reflexo direto na ação de adjudicação compulsória, podendo conduzir inclusive à sua extinção sem julgamento do mérito. 4. Deste modo, antes que se possa discutir questões negociais acerca do imóvel em litígio - como vem sendo feito na ação adjudicatória -, deve-se resolver a questão atinente à legalidade do respectivo registro, que já se encontra sub judice, sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 313, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015. 5. Ademais, compete ao Juízo Registral processar e julgar apenas as questões que se refiram diretamente a atos de registros públicos e notariais, em si mesmos, conforme estabelece a Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas, sendo certo que a matéria veiculada na ação adjudicatória repercute de maneira direta e imediata na seara do direito civil, especificamente na contratual, ressoando apenas de modo indireto e mediato na órbita do direito registral, diversamente do que ocorre na ação anulatória de registro. 6. Conflito de competência procedente. Competência do Juízo Suscitado - 20.ª Vara Cível de Manaus/AM. CÂMARAS REUNIDAS CONFLITO DE COMPETÊNCIA PROCESSO N.º: 0259831-24.2011.8.04.0001 SUSCITANTE: Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos e Precatórias de Manaus SUSCITADO: Juízo de Direito da 20.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus RELATOR: Desembargador João Mauro Bessa. Pelo exposto, DECLINO da competência deste Juízo Registral para determinar a redistribuição, incontinenti, do presente caderno processual a uma das Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho da Capital, com as cautelas de estilo. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0638813-66.2017.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Pedro Gonçalves Sobreira - Diante do exposto, DEFIRO o pedido de lavratura de registro de nascimento tardio, nos termos e limites do requerimento, do parecer ministerial de fls. 35/36 e, em especial, das informações contidas às fls. 11 e 32 dos autos. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0640978-57.2015.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: F.F.M.S. - Vistos etc... Retificação da data de nascimento no registro de nascimento de Fabíola Melo da Silva. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, posto que a sua data de nascimento fora expedida equivocadamente, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, em consonância com o parecer ministerial, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, de forma que passe a constar a data de nascimento: 07/09/1987 no assento de nascimento da Requerente. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: ISAIAS IOVANE TAVARES (OAB 137935/SP) - Processo 0713039-18.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo da Silva Melo - Janira Costa Melo - A Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, MM. Juíza de Direito, respondendo cumulativamente, pela Vara de Registros Públicos e Usucapião da Comarca de Manaus, conforme Portaria n° 1762/2019-PTJ, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, CÂNDIDA SOUZA NASCIMENTO, Rua São Paulo, n° 43, Jorge Teixeira, para, querendo, manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de revelia será nomeado curador especial, nos termos do art. 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Em 13 de agosto de 2019. Eu, Jorge Glauber Lira Barros, Diretor de Secretaria, o confiro e subscrevo.

Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christina Almeida de Araújo (OAB 3938/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláuzio Heitor da Silva Júnior (OAB 6348/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Helder Pinto da Silveira (OAB 10509/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)

ISAIAS IOVANE TAVARES (OAB 137935/SP)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Vivian Macedo Bastos (OAB 2972/AM)
Wilma Barbosa Queiroz Favaro (OAB 56501/PR)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0359/2019

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0010578-32.2003.8.04.0001 (001.03.010578-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: KLEBER OLIVEIRA DA SILVA - Sentença Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de KLEBER OLIVEIRA DA SILVA, já qualificado nos autos, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 155, caput e 157,§2°, I, ambos do Código Penal. Narra a denúncia que: No dia 23 de janeiro de 2003 por volta das 15:00 horas a moto de marca Honda/CG 125 Titan ES, placa JXV-6500, ano modelo 2000/2001, cor verde que pertence a vitima Leonel da Silva Nascimento, que estava estacionada na Rua Lóris Cordovil no Bairro Flores. No dia 25 de janeiro de 2003, por volta das 22:45 horas o indiciado Kleber Oliveira da Silva, utilizando a moto que havia subtraído dias antes e em poder de uma arma de fogo, efetuou um assalto, adentrando na recepção do Chateau Motel, situado na Rua São Joé, n°100, Aleixo, oportunidade em que apontando arma de fogo para as funcionárias do referido estabelecimento subtraiu para si mediante grave ameaça a quantia de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais e objetos de uso do referido estabelecimento, sendo dois comunicadores Walkie e um telefone celular de uma funcionária de nome Cíntia. Às fls. 62, a denúncia foi recebida. Devidamente citado, o acusado apresentou Defesa Prévia às fls. 110/111, entretanto, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento às fls. 113. Às fls. 149/151, Termo de Audiência de Instrução e Julgamento onde foram colhidos os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, bem como foi realizado o interrogatório do acusado. Encerrada a fase de instrução, o Ministério Público suscitou a prescrição da pretensão punitiva, acompanhado pela defesa. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Verifico que a pena máxima para os tipos penais de furto e roubo majorado por uso de arma de fogo, previstos nos artigos 155, caput e 157, §2°, I são de 4 (quatro) anos e 15 (quinze) anos, respectivamente. Quanto ao crime de furto, nos termos do art. 109, IV do Código Penal, os crimes em que o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro prescrevem em 08 (oito) anos. Quanto ao crime de roubo majorado, nos termos do artigo 109, I do Código Penal, os crime em que o máximo da pena é superior a doze anos, prescrevem em 20(vinte) anos. Todavia há que se aplicar ao caso a regra do art. 115 do Código Penal Brasileiro, visto que o Réu, à época da prática do crime, era menor de 21 (vinte e um) anos, sendo, desta feita, o prazo prescricional reduzido da metade, ou seja, prescrevendo em 04 (quatro) anos em relação ao delito de furto e em 10 (dez) anos ao delito de roubo majorado. Levando em consideração que a data do recebimento da denúncia foi em 01 de junho de 2009, entende-se que ocorreu a prescrição para o crime de furto no dia 01 de junho de 2013 e para o roubo no dia 01 de junho de 2019. Nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal, a prescrição constitui causa de extinção da punibilidade. A prescrição faz desaparecer o direito de o Estado exercer o jus persequendi in juditio ou jus punitionis. Isto Posto, declaro extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento no art. 107, inciso IV, c/c o art. 109, inciso I e IV, e art. 115 todos do Código Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019 Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0210195-81.2010.8.04.0015 (015.10.210195-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Abuso de Autoridade - DENUNCIADO: Edson Menezes dos Santos e outro - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de DIZIDÉRIO ANTÔNIO LOPES PEREIRA e EDSON MENEZES DOS SANTOS já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 1°,§1° DA Lei 9.455/97. Narra a denúncia que: No dia 20 de setembro de 2009, por volta das 21h30, os policiais militares Dizidério Antônio Lopes Pereia e Edson Menezes dos Santos se dirigiram a residência localizada na Av. Igarapé do Passarinho, n. 2262, Monte das Oliveiras, para atender uma ocorrência de violência doméstica. No local, entraram no imóvel com a anuência de Josefá Barbosa e solicitaram ao marido dela, José Maria Mendonça Cruz, que os acompanhasse à viatura. José Maria resistiu, razão por que foi desferido um tiro no chão para intimada-lo. Em seguida, por continuar resistindo à ação policial, foi amarrados nos pés e nas mãos com uma corda e arrastado até a viatura policial, onde foi novamente agredido pelos acusados e por sua mulher. Na delegacia, também foi agredido, sendo indiciado pela prática do crime do crime de lesões corporais domésticas. Recebida a denúncia, os acusados foram regularmente citados Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado somente o interrogatório dos acusados. Após, o Ministério Público pugnou pela absolvição dos acusados. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, somente os acusados foram ouvidos em juízo, tendo ambos alegado que não cometeram nenhum ilícito penal. Ademais, ao serem interrogados, os acusados negaram a autoria do delito. Por último, a vítima não foi localizada. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO DIZIDÉRIO ANTÔNIO LOPES PEREIRA e EDSON MENEZES DOS SANTOS pela prática do delito tipificado no art. 1°,§1° DA Lei 9.455/97, com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: LAURO DOMINGOS SANTOS DE CARVALHO (OAB 4379/AM), ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0214240-05.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Raimundo Gilberto Gomes da Costa Filho - Eysson Walber Sampaio da Silva - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Raimundo Gilberto Gomes da Costa Filho e Eysson Walber Sampaio da Silva já qualificado (s) nos autos, pela prática do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) art. (s)

157, §2º, I e II do Código Penal. Narra a denúncia que, no dia 18 de fevereiro de 2012, por volta das 02h30, os denunciados, mediante grave ameaça, subtraíram o celular da vítima Epitácio Brandão dos Santos Júnior. Efetivada a subtração, o denunciado RAIMUNDO GILBERTO GOMES DA COSTA FILHO bateu com uma garrafa de vidro na cabeça da vítima, causando-lhe lesões. Recebida a denúncia em 18 de abril de 2012, os acusados foram regularmente citados (fls. 70 e 71/72). Após a apresentação de Defesa Prévia (fls. 66/67 e 78/84) e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi colhido o depoimento da vítima, bem como realizado o interrogatório dos acusados. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Ocorre que, posteriormente, verificou-se que, em razão de erro técnico, as audiências não foram gravadas. Desta forma, foi determinada a reabertura da instrução processual e realizada nova audiência de instrução e julgamento na qual compareceu somente o acusado Raimundo Gilberto Gomes. Em sede de Alegações Finais orais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição dos acusados diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, a despeito de ter sido realizada a oitiva da vítima e do acusado Eysson Walber Sampaio, não há registro audiovisual por falha técnica do sistema SAJ. Por outro lado, o acusado Raimundo Gilberto Gomes, negou a prática do crime de roubo e explicou que, na verdade, o que ocorreu foi uma briga. Que nunca se deu bem com a vítima e nesse dia esta e Eysson começaram a discutir. Que entrou na briga e o agrediu. Que tinha bebido e não lembra do motivo da briga específico. Que não pegou o celular de ninguém. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO Raimundo Gilberto Gomes da Costa Filho e Eysson Walber Sampaio da Silva já qualificado (s) nos autos, pela prática do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) art. (s) 157, §2º, I e II do Código Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0226858-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Ícaro Lucas Lopes de Oliveira e outros - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de ÍCARO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA, JOSÉ FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA e UDINEY FRANCISCO MEDEIROS SOUZA DE SOUZA já qualificado nos autos, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 157, §2º, II, V c/c art. 14, II e art. 288, caput, todos do Código Penal. Narra a denúncia: que, em data de 12/04/2016, por volta das 09h00min, em via pública, na Rua Professor Manoel Belém, Residencial Manoa, Cidade Nova, os denunciados em unidade de desígnios, dolosamente, simulando portarem arma de fogo, abordaram a vítima, mediante o emprego de grave ameaça, restringiram-lhe a liberdade, para lhe subtrair a quantia de R$ 1.300,00 (mil e trezentos) reais. A vítima estava no seu local de trabalho, quando se aproximou o veículo VW/Gol de cor preta, placa JXF-4681, desembarcou o denunciado JOSÉ FRANCISCO que simulando portar armas de fogo, identificou-se como policial civil e obrigou a vítima a entar no veículo, em seu inteiror estavam os denunciados ÍCARO e UDINEY este na condução do veículo. Uma vez dentro do veículo, ÍCARO e JOSÉ FRANCISCO, após restringir a liberdade da vítima, infligiram graves ameaças, para lhe subtrair o dinheiro citado. No dia 19/04/2016, ao se dirigir a Delegacia para comunicar o roubo, a vítima foi convocada a realizar um reconhecimento de pessoas, de autores que se utilizava dos mesmo modus operandi do roubo sofrido pela vítima que por sua vez, reconheceu os três denunciados como autores do roubo. Recebida a denúncia, os acusados ÍCARO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA, JOSÉ FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA foram regularmente citados. O acusado UDINEY FRANCISCO MEDEIROS SOUZA DE SOUZA não foi localizado e por isso, foi determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado somente o interrogatório dos acusados. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em sede de Alegações Finais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição dos acusados diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, somente os acusados foram ouvidos em juízo, tendo o acusado ÍCARO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA permanecido em silêncio e o acusado JOSÉ FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA negado a autoria do delito em epígrafe. Nenhuma das testemunhas arroladas pela acusação foram encontradas. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO ÍCARO LUCAS LOPES DE OLIVEIRA e JOSÉ FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, II, V c/c art. 14, II e art. 288, caput, todos do Código Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0230670-66.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Tony Franceilton Ferreira dos Santos - Cristiano Rodrigues Ferreira - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de TONY FRANCEILTON FERREIRA DOS SANTOS e CRISTIANO RODRIGUES FERREIRA já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, I e II do Código Penal. Narra a denúncia que: no dia 01 de junho de 2011, por volta das 10h30, a vítima Tatiane Valeta Rodrigues se encontrava no estabelecimento comercial de seu pai, localizado na Av. Boulevard Álvaro Maia, nº 635 quando o primeiro denunciado utilizando uma faca para ameaçá-la, subtraiu do local a quantia de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e 01 (um) aparelho celular marca Sansung deixando o local num táxi. Restou apurado, que todas as informações para a prática do delito foram dadas ao primeiro denunciado, pelo segundo, visto que este costumava frequentar a loja da vítima, tendo inclusive permanecido inicialmente nas imediações da loja durante o roubo e posteriormente aguardou seu comparsa no interior do veículo no qual deixaram o local Recebida a denúncia, os acusados foram regularmente citados. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado somente o interrogatório dos acusados. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em sede de Alegações Finais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição dos acusados diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, as testemunhas não foram localizadas. Ademais, ao serem interrogados, os acusados foram contraditórios. Por último, a vítima não foi localizada. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre

a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO TONY FRANCEILTON FERREIRA DOS SANTOS e CRISTIANO RODRIGUES FERREIRA pela prática do delito tipificado no art. 157 §2º, I e II do Código Penal, com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: STÊNIO HOLANDA ALVES (OAB 4254/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM) - Processo 0234746-94.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Danrley Martins de Almeida - Felipe Tadeu de Sousa Ramires - Kellison Fabricio Ferreira Rodrigues - Dispositivo: Isto posto, baseado nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes na denúncia para CONDENAR os réus KELISSON FABRÍCIO FERREIRA RODRIGUES, DANRLEY MARTINS DE ALMEIDA e FELIPE TADEU SOUZA RAMIRES, já qualificados nesta ação penal, nas penas do artigo 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, I, ambos do Código Penal.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0239027-64.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Amalison Costa da Silva e outros - Isto posto, baseado nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos constantes na denúncia para CONDENAR os réus AMALISON COSTA DA SILVA e ANDERSON CUNHA DE OLIVEIRA, nas penas do artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal e ABSOLVER o acusado MARCLEY CARVALHO DE ALBUQUERQUE, todos já qualificados nesta ação penal.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0239724-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Harlen Carfy Lyra Lima - Harlen Carfy Lyra Lima foi denunciado por suposta prática do delito previsto no art. 180 do Código Penal Brasileiro. Decido Durante o curso da presente ação penal, o réu veio a falecer, sendo seu óbito comprovado através das informações às fls. 96 destes autos. Diante do exposto e atendidas as formalidades do art. 62 do Código de Processo Penal, declaro, em consonância com o parecer ministerial, extinta a punibilidade do réu, pela sua morte, o que faço com fundamento no art. 107, inciso I, da Lei Substantiva Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se.

ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM) - Processo 0248078-70.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Luciano Gomes de Souza e outro - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de LUCIANO GOMES DA SILVA e ALEXANDERSON PEREIRA DA SILVA já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 155, §4°, II e IV, bem como para aquele também esta incurso no art. 155, caput, c/c art. 14, II, todos do Código Penal. Narra da denúncia que: O Inquérito Policial n. 0248078-70.2011.8.04.0001 registra que, no dia 26 de julho de 2011, por volta das 19h30, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, LUCIANO GOMES DA SILVA, dolosa e conscientemente, tentou subtrair um Frigobar do referido estabelecimento, não obteve êxito em razão de ter sido flagrado pelo segurança do estabelecimento, o qual pediu auxílio à autoridade policial para capturá-lo, sendo detido com a res furtiva nas costas. Em 31 de julho de 2011, a autoridade policial foi noticiada sobre um furto de um bebedouro da Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Ao procederem às investigações, nas proximidades da rua Lobo D'Almada, Centro, LUCIANO GOMES DA SILVA e ALEXANDERSON PEREIRA DA SILVA foram detidos portando a res furtiva. Considerando que as res furtiva foram encontradas na posse dos denunciados, é incontroverso a presença de indícios de autoria que permitam deflagrar a peça acusatória. Ademais, a materialidade resta comprovada em razão dos bens apreendidos estarem tombados em nome do estabelecimento lesado. A re furtiva foi devidamente apreendida, conforme Termos de Exibição e Apreensão de fls. 23 a 26, e devidamente entregues, conforme Auto de Entrega de fls. 27 a 31. Recebida a denúncia, o acusado Luciano Gomes de Souza foi regularmente citado, ademais o acusado Alexanderson Pereira da Silva foi citado por edital e não apresentou a resposta à acusação portanto, conforme fls. 85/86, está suspenso o prazo prescricional. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado o interrogatório do acusado e a oitiva de uma testemunha de acusação. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em sede de Alegações Finais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, a testemunha Ana Selma Rodrigues Pinheiros ouvida em juízo informou que não se lembra dos fatos, contudo à época do acontecimento foi a delegacia para reaver os bens, tendo em vista que tinha função de diretora do estabelecimento. Ademais, o acusado não compareceu para esclarecer os fatos. Por último, as demais testemunhas não foram localizadas. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Em relação ao segundo acusado, tendo em vista que nenhuma das testemunhas arroladas pela acusação se recordam dos fatos, entendo que não é necessária a manutenção da suspensão do processo para este, posto que não existem outros elementos probatórios ou diligências aptas a elucidar o caso ainda que o réu compareça para dar prosseguimento ao feito. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO LUCIANO GOMES DA SILVA e ALEXANDERSON PEREIRA DA SILVA pela prática do delito tipificado no art. 155, §4°, II e IV, bem como para aquele também esta incurso no art. 155, caput, c/c art. 14, II, todos do Código Penal, com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0360266-45.2007.8.04.0001 (001.07.360266-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Edivaldo de Aquino Mendonça - Autos n°: 0360266-45.2007.8.04.0001 Autor: O Ministério Público Réu:Edivaldo de Aquino Mendonça Sentença Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de EDIVALDO DE AQUINO MENDONÇA, já qualificado nos autos, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 14 da Lei 10.826/03. Narra a denúncia que: No dia 26 de outubro de 2007, na rodovia AM 010, Km 17, o agente, ora denunciado, portava uma arma de fogo, tipo Carabina Rifle calibre 22, juntamente com 100 munições. Consta nos autos que os policias militares averiguavam denuncia anônima de que o veiculo celta, placa JXV-5556, vinha de Rio Preto da Eva para Manaus a fim de adquirir entorpecentes quando procederam a abordagem do referido veículo, conduzido pelo ora agente denunciado, encontraram no sei interior a arma de fogo, munições acima referidas e ainda a importância de R$ 4.540 (quatro mil quinhentos e quarenta reais). Às fls. 72, a denúncia foi recebida. Devidamente citado, o acusado apresentou Defesa Prévia, entretanto, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento às fls. 113. A Defesa do acusado suscitou a extinção da punibilidade do réu, em face da ocorrência da prescrição. O Ministério Público se manifestou favorável ao deferimento do pedido da defesa. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Verifico que a pena máxima para o tipo penal de porte de arma de fogo de uso permitido, previsto no art. 14 da Lei 10.826/03 é de 04 (quatro) anos. Nos termos do art. 109, V do Código Penal, os crimes em que o máximo da pena é superior a dois anos e

não excede a quatro prescrevem em 08 (oito) anos. A data do recebimento da denúncia foi em 25 de novembro de 2009. Contudo o processo e o prazo prescricional permaneceram suspensos entre o dia 27 de julho de 2016 e o dia 01 de fevereiro de 2018. Ora, antes da suspensão já haviam transcorrido 6 anos e 9 meses, e após a retomada da persecução penal já houve um lapso temporal de 1 ano e 5 meses, isto posto já ultrapassou o prazo prescricional de 8 anos. Nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal, a prescrição constitui causa de extinção da punibilidade. A prescrição faz desaparecer o direito de o Estado exercer o jus persequendi in juditio ou jus punitionis. Isto Posto, declaro extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento no art. 107, inciso IV, c/c o art. 109, inciso IV, ambos do Código Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se. Manaus, 14 de agosto de 2019 Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0604894-86.2017.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Estelionato Majorado - INDICIADO: Anderson Marques de Queiroz e outro - Trata-se de ação criminal proposta contra ANDERSON MARQUES DE QUEIROZ em que houve a suspensão do processo. Às fls. 193/226 verificou-se que houve o decurso do período de prova da suspensão condicional do processo e que o acusado cumpriu integralmente as condições impostas. Desta forma, às fls. 228 o Ministério Público se posicionou pela extinção da punibilidade do acusado. É o sucinto relatório. Passo a decidir. Assiste razão ao posicionamento ministerial manifestado na respeitável promoção, haja vista que o período de prova já se esgotou, não havendo que se falar em descumprimento das condições. Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade, dando-se a devida baixa na distribuição desta ação, vez que o acusado cumpriu as condições impostas na proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, § 5º da Lei nº 9.099/95. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, Registre-se e Intime-se. À secretaria para providências.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0622716-20.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Jéssica Marques Menezes - Leomar da Costa Gamenha e outros - Sentença Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Leomar da Costa Gamenha, Marcelo Lopes Travassos, Jéssica Marques Menezes e Neycivan Carvalho da Silva já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 155, §4°, II (destreza) e IV; art. 155, §4°, II (destreza) e IV c/c artigo 14, II e artigo 288 todos do Código Penal. Narra a denúncia que: Apurou-se que os denunciados agiam com o seguinte modus operandi: o grupo escolhia uma vítima numa parada de ônibus, e antes dela entrar no coletivo, JÉSSICA tomava a sua frente, obstruindo o seu embarque, enquanto LEOMAR, MARCELO e NEYCIVAN, simulando passageiros apressados, empurravam a vítima, para forçar a passagem. Enquanto a vítima mantinha-se distraída nesta ação, LEOMAR, MARCELO e NEYCIVAN subtraíam seus pertences; se a vítima descobrisse a conduta, era ameaçada. Como exemplos desta conduta, no dia 10/05/2019, por volta de 11h30, no terminal central da Matriz, enquanto a vítima Edson Silva das Flores subia no ônibus da linha 621, a denunciada JÉSSICA manteve-se em sua frente, fazendo perguntas ao motorista sobre o trajeto do ônibus. Nesse ínterim, as pessoas na entrada começaram a se empurrar, momento em que sentiu alguém retirar do seu bolso traseiro seu aparelho celular da marca Samsung, modelo E7. Ao descer do ônibus, viu LEOMAR, MARCELO E NEYCIVAN se retirando do local, e posteriormente, JÉSSICA se juntou a eles. No mesmo dia e local, por volta de 11h40, enquanto desembarcava da linha 652, a vítima Vander Vasconcelos de Oliveira sentiu quando NEYCIVAN, acompanhado dos outros três denunciados, tentou puxar de seu bolso seu aparelho celular da marca Motorola, modelo G6 play, mas ao notar a ação, impediu-a. Ao questionar NEYCIVAN sobre a ação, MARCELO deu um empurrão em seu peito, o que fez a vítima se afastar. Esta ainda manteve-se próxima ao grupo, os quais passaram a lhe proferir ameaças por gestos. Neste momento, a movimentação do grupo chamou a atenção de uma guarnição policial, que os reconheceu justamente por praticarem furtos naquela área. Quando os policiais os abordaram, as vitimas, que estavam os acompanhando, aproximaram-se, e relataram os furtos. Durante revista pessoal, os policiais somente encontraram um cartão de memória 2G, que estava momentos antes no celular da vítima Edson. Recebida a denúncia (fls. 292/293), os acusados foi regularmente citados. Após a apresentação de Defesa Prévia (fls. 301/305) e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento, foram colhidos os depoimentos das testemunhas e dos acusasdos. Finalizada a instrução, foi apresentado pelo ministério publico as alegações finais orais pugnando pela absolvição dos acusados, sendo acompanhado pela defesa. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque não são suficientes para a condenação do acusado as provas produzidas somente durante o Inquérito Policial e não confirmadas em juízo, sob a luz do contraditório e da ampla defesa. Nesse sentido: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 155 E 386, VII, DO CPP. CONDENAÇÃO LASTREADA EXCLUSIVAMENTE EM PROVAS PRODUZIDAS NA FASE INQUISITORIAL. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DEPOIMENTO EXTRAJUDICIAL DO RÉU, RETRATADO EM JUÍZO. RATIFICAÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS, COLHIDOS JUDICIALMENTE. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 3. Cumpre ressaltar que, conforme o disposto no art. 155 do Código de Processo Penal, não se mostra admissível que a condenação do réu seja fundada exclusivamente em elementos de informação colhidos durante o inquérito e não submetidos ao crivo do contraditório e da ampla defesa, ressalvadas as provas cautelares e não repetíveis. Contudo, mister se faz reconhecer que tais provas, em atendimento ao princípio da livre persuasão motivada do juiz, desde que corroboradas por elementos de convicção produzidos na fase judicial, podem ser valoradas na formação do juízo condenatório. 4. No caso em apreço, malgrado o réu tenha se retratado em juízo, verifica-se que as declarações por ele prestadas na fase inquisitiva foram confirmadas em juízo pelos policiais responsáveis por sua prisão em flagrante. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1304665/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018) Desta forma, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime tipificado no art. 155, §4°, II (destreza) e IV; art. 155, §4°, II (destreza) e IV c/c artigo 14, II e artigo 288 todos do Código Penal , JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO Leomar da Costa Gamenha, Marcelo Lopes Travassos, Jéssica Marques Menezes e Neycivan Carvalho da Silva pela prática dos delitos supracitados com base no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências. Manaus, 13 agosto de 2019 Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0627987-78.2017.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Apropriação indébita - REPTADO: Eli Marques Cavalcante Júnior - Sentença Trata-se de Queixa-Crime formulada por Maria de Loiurdes Gomes de Almeida em desfavor de Eli Marques Cavalcante Júnior pela suposta prática do delito previsto no art. 168 do Código Penal Brasileiro. Promoção do Ministério Público Estadual pugnando pela extinção do presente feito, tendo em conta que os fatos apurados nestes autos já são objeto do processo nº 0629747-91.2019.8.04.0001. É brevíssimo o relatório. Decido. Diante da promoção ministerial e analisando os presentes autos, verifica-se que é clara a repetição de ações, tendo em vista que ambos os feitos tratam dos mesmos fatos, o que por sua vez configura a litispendência. Isto posto, extingo o processo sem a resolução do mérito pela configuração de litispendência, na forma

dos arts. 95, III, e 110 do Código de Processo Penal. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se. Manaus, 30 de julho de 2019 Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito

ADV: PAULO HENRIQUE SAMPAIO CESTARO (OAB 6323/AM) - Processo 0647492-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alex Pedro Pinto Lins - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de ALEX PEDRO PINTO LINS já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, II do Código Penal. Narra a denúncia que: no dia 10 de outubro de 2018, por volta de 16h30, na Rua Professor Antônio Giulesse (ant. Sete), Alvorada II, nesta cidade, Manaus-AM, o denunciado, já qualificado acima, na companhia de 2 (duas) pessoas não identificadas, em concurso de pessoas, com unidade de desígnios e divisão de tarefas, previamente acordados, na forma de co-autoria, caracterizada pelo vínculo subjetivo e atuação conjunta nos atos executórios, mediante emprego de grave ameaça, subtraiu 1(uma) motocicleta Honda, CG 160 Fan ESDI, de cor preta, placa PHI-6847, um aparelho celular Samsung J5, de cor dourado, uma tendo como vítima Fabiano Pontes de Miranda (fls.40/41). Segundo apurado, a vítima estava conduzindo sua motocicleta pela via pública quando foi abordado pelo assaltantes que estavam num veículo Fiat Siena, de cor vermelha, placas JXX-1885. Então, um agente desceu do veículo, portando uma arma de fogo e um capacete, anunciou o assalto e exigiu a motocicleta e bens da vítima. Diante da grave a ameaça, a vítima entregou seus bens, já descritos acima e, após subtração, os assaltantes evadiram-se do local do crime. Imediatamente, a polícia foi acionada e, devido o rastreador instalado na motocicleta, localizou o veículo roubado na via pública. No local, populares avisaram que um homem havia deixado a motocicleta e entrado num veículo fiat/Siena de cor vermelha, placa JXX-1185. Após uma busca a polícia encontrou o veículo Fiat/Siena e, durante perseguição, dois indivíduos não identificados desembarcaram e correram para um beco. Na sequência, o veículo Fiat/Siena conduzido, pelo denunciado, foi interceptado e, durante revista, foi encontrado o cordão e chave da motocicleta da vítima. Recebida a denúncia, o acusado foi regularmente citado. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi realizado somente a oitiva das testemunhas. Após, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em sede de Alegações Finais, tanto o Ministério Público quanto a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado diante da insuficiência de provas de autoria. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando o caderno processual, não verifico elementos suficientes para a formação de um juízo de certeza, necessário para uma condenação. Isto porque, as testemunhas não foram suficiente para esclarecer os fatos, o acusado não compareceu e a vítima não foi localizada. Ademais, o acusado não preso de posse da res furtiva. Desta forma, tendo em vista que os indícios colhidos durante a fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, entendo que não existem provas sólidas para formação de um convencimento condenatório e, nesse caso, a dúvida sobre a materialidade e autoria do crime impõem a aplicação da máxima in dubio pro reo posto decorrente dos princípios da reserva legal e da presunção de inocência. Decisão. Pelo exposto, não comprovada a autoria do crime imputado aos acusados, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO ALEX PEDRO PINTO LINS pela prática do delito tipificado no art. 157 §2º, II do Código Penal, com fundamento no art. 386, VII do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Lauro Domingos Santos de Carvalho (OAB 4379/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Nina Cruz Antony Hoaegen (OAB 8217/AM)
Paulo Henrique Sampaio Cestaro (OAB 6323/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Stênio Holanda Alves (OAB 4254/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0360/2019

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0222824-22.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Islan de Oliveira Rodrigues - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA ALEGAÇÕES FINAIS. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o (a) Dr.(a) Átila de Medeiros Affonso, OAB 1819/AM, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 5 (cinco) dias, com relação ao Processo nº 0222824-22.2016.8.04.0001, referente ao Réu Islan de Oliveira Rodrigues. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o conferi e subscrevo. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0202465-28.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Jonas Souza de Lima - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes para apresentarem as alegações finais, por escrito, no prazo legal.

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0211178-49.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Wellington Barroso Pereira - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e condeno WELLINGTON BARROSO PEREIRA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, caput, do CP, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à

espécie. O Réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; as consequências dos crimes são próprias do tipo, sendo que de modo algum o comportamento das vítimas contribuíram para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica do Réu. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes e atenuantes e nem causas de aumento e diminuição a serem observadas. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 19.03.2015 e 07.04.2015 (fls. 148), dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 12 (doze) dias de reclusão. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 12 (doze) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "c" do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Ademais, por estarem ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Por fim, em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, com uso de arma branca, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adote-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0230810-27.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: José Carneiro Cavalcante - Instrução e Julgamento Data: 25/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0232998-90.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Vitor Cavalcante Araújo - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0236539-63.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leopoldo Augusto Souza da Cruz e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar LEOPOLDO AUGUSTO SOUZA DA CRUZ e LUIS HENRIQUE DA SILVA DANTAS, como incursos na sanção prevista no artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei n.º 10.826/2003, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que os Réus agiram com culpabilidade normal à espécie, nada tendo a se valorar; O réu LEOPOLDO CRUZ possui maus antecedentes, enquanto o réu LUIS HENRIQUE responde a outro feito criminal; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-la; Os motivos do delito são próprios do tipo; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; A conduta não teve maiores consequências, sendo que não se pode cogitar sobre o comportamento da vítima. Por fim, não existem dados para se aferir a situação econômica dos Réus. LEOPOLDO AUGUSTO SOUZA DA CRUZ À vista dessas circunstâncias analisadas, máxime devido à reincidência do réu, agravo a pena base de 4 anos em 1 ano, fixando-a em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias atenuantes nem causas de aumento e diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 15.08.2018, dosando definitivamente a pena em 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 26 (vinte seis) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 26 (vinte seis) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Contudo, em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, o Réu, em face de sua folha de antecedentes (fls. 30/31), sendo REINCIDENTE contumaz, NÃO faz jus ao cumprimento da pena em regime aberto, devendo, portanto, cumpri-la, de início, em regime SEMIABERTO (Súmula 269-STJ). Ademais, da mesma forma, em função da ressalva supracitada, torna-se incabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que o Réu não atende o requisito aduzido no inciso II, do art. 44, do CP. Assim, considerando as observações precedentes, NEGO ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que persistem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública, a reiterada prática de crimes, bem como pela garantia da aplicação da lei penal, com vistas ao cumprimento da pena imposta, porquanto se reforça a necessidade da custódia por haver contra o réu um juízo de culpabilidade, conforme consignado nesta decisão. LUIS HENRIQUE DA SILVA DANTAS À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo a pena base em 3 (três) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias atenuantes e agravantes, nem causas de aumento e de diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do CP. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 15.08.2018 e 19.12.2018 (fls. 171), dosando definitivamente a pena em 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 26 (vinte seis) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 26 (vinte seis) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do CP, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Contudo, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que o Réu preenche os requisitos alinhados no

artigo 44, inciso III, do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito. Assim sendo, observado o disposto pelo artigo 44, parágrafo 2.º, 2.ª parte e na forma do artigos 46, parágrafo 3.º, e 48, do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por DUAS restritivas de direito, quais sejam, a de PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E DE LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA, por se revelarem as mais adequadas ao caso, na busca de reintegração do sentenciado à comunidade e como forma de lhe promover a autoestima e compreensão do caráter ilícito de sua conduta, consistente em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo designado em audiência, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2.°, do artigo 46, do CP, em local a ser designado pelo Juízo da Execução, devendo ser cumprida a razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado e, esta, na permanência, aos sábados e domingos, de 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado. Ao Juízo da Execução, após o trânsito em julgado desta decisão, em audiência admonitória a ser designada, caberá indicar as entidades beneficiadas com as prestações de serviços, as quais deverão ser comunicadas a respeito, com a remessa de fotocópia da presente decisão, incumbindo-lhe encaminhar mensalmente relatório circunstanciado, bem como a qualquer tempo, comunicar sobre a ausência ou falta disciplinar do condenado, consoante disposto pelo artigo 150, da Lei 7.210/84. Deverá, ainda, ser cientificado o réu que lhe é facultado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (artigo 55, do Código Penal), sendo que, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada ou restante. DISPOSIÇÕES FINAIS Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoagen Juíza de Direito

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM), ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM) - Processo 0243749-10.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: WALZENIR LIMA DA SILVA FILHO - Instrução e Julgamento Data: 28/11/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0245565-56.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Zusio Graziane Campos de Souza e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência ABSOLVO os réus ADRIANO DA SILVA PANTOJA e ZUSIO GRAZIANE CAMPOS DE SOUZA, qualificados nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 16 de julho de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0247461-08.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Eriva Santos Rouzo e outros - Ante o exposto, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado Luiz Mateus de Souza Assunção, nos termos dos artigos 62 do Código de Processo Penal c/c 107, I, do Código Penal Brasileiro. Publique-se. Intimem-se e prossigam-se os autos em relação aos réus remanescentes. Manaus, 14 de fevereiro de 2019.

ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0261005-63.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: Luiz César de Souza Magalhães - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0263513-79.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Andreson de Lima Oliveira - Instrução e Julgamento Data: 18/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0606291-15.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Carlos Alberto Brandão Silveira - José Martins de Souza Junior - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar CARLOS ALBERTO BRANDÃO SILVEIRA e JOSÉ MARTINS DE SOUZA JÚNIOR, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas no artigo 157, § 2.º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, ao tempo em que passo a dosar as respectivas pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto em relação à culpabilidade que a conduta dos Réus exteriorizou-se pela simples consciência de infringência da norma penal; Os Réus são tecnicamente primários (fls. 36 e 40); quanto às suas condutas sociais, e, quanto às suas personalidades, poucos elementos foram coletados, o motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão demonstradas nos autos, não há o que se valorar; as consequências do crime são próprias do tipo, quanto aos bens, estes não foram sequer subtraídos, a vítima não contribuiu para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir a situação econômica dos Réus. À vista das circunstâncias analisadas individualmente, fixo as respectivas penas bases em 04 (quatro) anos de reclusão Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de aumento de pena. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo concurso de agentes, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Presente a causa de diminuição referente a tentativa, diante dos fatos e fundamentos já declinados, reduzo a pena anteriormente fixada sob o patamar máximo de 2/3 (dois terços), ficando os Réus condenados à pena de 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser adimplida individualmente, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da

prisão provisória havida em 08.01.2019, dosando definitivamente as penas em 01 (um) ano, 01 (um) mês e 22 (vinte dois) dias. Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 22 (vinte dois) dias de reclusão e ao pagamento, individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime ABERTO. Em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, com simulação de emprego de arma, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Por vislumbrar estarem ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, razão pela qual determino que se EXPEÇAM ALVÁRAS DE SOLTURA, se por outro motivo não estiverem presos. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da CF; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 26 de julho de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0612840-41.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Taciana de Freitas Lopes - Vanderlan Lopes de Freitas - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0619423-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Ezirdo Barros Matias - Instrução e Julgamento Data: 25/03/2020 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JANE KELLY VASQUES DE OLIVEIRA (OAB 10029/AM) - Processo 0619707-21.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Azeilson Rocha Oliveira - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência ABSOLVO o réu AZEILSON ROCHA OLIVEIRA, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 24 de julho de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jane Kelly Vasques de Oliveira (OAB 10029/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0204423-09.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: Marcos Rogério Ribeiro Fonseca - Inquirição - Audiência Data: 19/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FÁBIO ROCHA SILVA (OAB 11403/AM), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0601951-96.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Brendon Calheiros da Silva e outros - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da Magistrada precisa se ausentar para procurar atendimento médico, tendo em vista, que não estava se sentindo bem durante a realização das audiências anteriores, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 11/02/2020, às 09:30h. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios das testemunhas de acusação e do acusado Pablo Eros da Silva Mustafa. Cumpra-se.

ADV: ALMIR DA SILVA PRESTES (OAB 13608/AM), ADV: RAYMUNDO NONATO LOPES (OAB 3261/AM) - Processo 0612332-32.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INVESTIGAD: Edmilson Carneiro Neto - Inquirição - Audiência Data: 19/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0620190-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Thalia Rocha Lagoa e outros - Inquirição - Audiência Data: 19/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0634830-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Thiago Pinheiro de Carvalho - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular da vítima, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e

horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 19/09/2019, às 09:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima, testemunha e do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM), ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA (OAB 12968/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM), ADV: LUMA LINA OLIVEIRA LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 11252/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: WILLIAM LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 13440/AM) - Processo 0657767-29.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: F.F.S.C. e outros - Inquirição - Audiência Data: 26/08/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0660566-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - AUTORFATO: Erik Ferreira de Soua - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0660566-45.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é ERIK FERREIRA DE SOUA, Brasileiro(a), com endereço à Rua Boca do Acre, 101, São José Operário, Manaus - AM por prática de Furtodistribuído a esta Vara em 18/12/2018. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0661099-04.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - AUTORFATO: Francisco Ribamar Oliveira Feitoza - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0661099-04.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é FRANCISCO RIBAMAR OLIVEIRA FEITOZA, Brasileiro(a), RG 2175021-1, mãe Maria de Fátima Oliveira, com endereço à Beco Manoel Bandeira, 305, Aparecida, Eirunepe - AM por prática de Furtodistribuído a esta Vara em 20/12/2018. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alexssande Amaral da Silva (OAB 12968/AM)
Almir da Silva Prestes (OAB 13608/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
FÁBIO ROCHA SILVA (OAB 11403/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luma Lina Oliveira Lins de Albuquerque (OAB 11252/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Raymundo Nonato Lopes (OAB 3261/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
William Lins de Albuquerque (OAB 13440/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: PATRICIA RAQUEL BEZERRA DELGADO (OAB 6859/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0215468-15.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMAFATO: Edinaldo da Silva Pará e outro - ACUSADA: Maria do Socorro da Silva Gomes e outro - Instrução e Julgamento Data: 28/08/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GABRIEL PINHEIRO CAMPOS (OAB 8414/AM), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0216594-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Francivando Pereira de Aquino - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o

dia 26/08/2019 às 10:15h. Partes intimadas em audiência. Intime-se o patrono constituído via DJE. Diligencie-se ao SAJ/SIEL. Intimações de estilo. Cumpra-se.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0220017-34.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Adriano de Souza - Instrução e Julgamento Data: 29/08/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HÉRCULES PRESTES BRANDÃO (OAB 9507/AM), ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM) - Processo 0234074-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Ivanilson Oliveira de Souza - Instrução e Julgamento Data: 29/08/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0237392-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - VÍTIMAFATO: Geovanna Pires de Souza e outros - ACUSADO: Gutemberg de Lima Mariano e outro - Instrução e Julgamento Data: 28/08/2019 Hora 10:10 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0237392-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - VÍTIMAFATO: Geovanna Pires de Souza e outros - ACUSADO: Gutemberg de Lima Mariano e outro - Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Rogerio Pereira Martins pelo decurso do período de prova sem revogação do benefício, nos termos do art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95 .

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0244189-69.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Antonio Carlos Ferreira de Paula - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 26/08/2019 às 09:30h. Partes intimadas em audiência. Expeça-se mandado de condução coercitiva para Karoline Ribeiro do Nascimento. O acusado sai devidamente ciente das cominações previstas no art. 367, do CPP. Intimações de estilo. Cumpra-se.

ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0248831-22.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Vanderlei de Castro Cardoso - DENUNCIADO: Gênesson dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 27/08/2019 Hora 09:50 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0251877-53.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de Substância ou Produtos Alimentícios - ACUSADO: José Fabiano de Oliveira - Instrução e Julgamento Data: 28/08/2019 Hora 11:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Gabriel Pinheiro Campos (OAB 8414/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Hércules Prestes Brandão (OAB 9507/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Patricia Raquel Bezerra Delgado (OAB 6859/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: MARCOS HENRIQUE LINS BENTES (OAB 10260/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0231805-74.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - ACUSADO: Alesson Leal dos Santos - Assim sendo, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos, para que surta os efeitos jurídicos pertinentes, inclusive, o de interromper a prescrição.Cite-se o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme preceitua o artigo 396 do Código de Processo Penal:

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0615323-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - ACUSADO: W.B.O. - Instrução e Julgamento Data: 27/08/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0627102-93.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Jose Alexandre dos Santos Oliveira e outros - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado JOSE ALEXANDRE DOS SANTOS OLIVEIRA, já qualificado nesta ação penal que lhe move a Justiça Pública, a PENA INDIVIDUAL DE 06:04:00 (seis anos e quatro meses) DE RECLUSÃO E 15 (quinze) DIAS-MULTA e ELANDE SILVA DE ABREU, já qualificado nesta ação penal que lhe move a Justiça Pública, a PENA INDIVIDUAL DE 05:04:00 (cinco anos e quatro meses) DE RECLUSÃO E 15 (quinze) DIAS-MULTA, por INFRAÇÃO AO ARTIGO 157, §2º II DO CÓDIGO PENAL.

ADV: ANA CRISTINA SERIQUE DOS SANTOS (OAB 11008/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: JAQUELINE DO SOCORRO ALENCAR EDWARDS (OAB 4953/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM) - Processo 0656828-49.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: M.C.C.T. - S.F.C.P.E.B. - RÉ: D.L.G.S. - Ante o exposto, REVOGO A MEDIDA CAUTELAR, aplicada em face da indiciada Deny Lourenço Gaspar dos Santos de proibição de ausentar-se da Comarca, amparado nos principios da razoabilidade e proporcionalidade, nos termos do art. 282, § 5º do Código de Processo Penal, devendo a requerente apenas manter por endereço atualizado, trimestralmente, até a avaliação definitiva do i. Parquet, em relação aos termos do Inquérito Policial.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Ana Cristina Serique dos Santos (OAB 11008/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Jaqueline do Socorro Alencar Edwards (OAB 4953/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Henrique Lins Bentes (OAB 10260/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0832/2019

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0201486-26.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Italo Brunier Fernandes de Assis e outro - Designo o dia 19/11/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MÔNICA CÂMARA DE ALENCAR BRASIL (OAB 13494/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA

NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0213215-80.2010.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Receptação - AUTORFATO: Deusemir Costa Brasil - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 27/02/2020, às 10:45h, na Sala padrão.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0215442-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Hudson Barroso da Silva - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência pautada para o dia 24/09/2019, às 11:45h, foi antecipada para o dia 23/09/2019, às 09:15h na Sala padrão.

ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM), ADV: CARLEN KRYISLEN KAWAMURA FELIPE (OAB 7929/AM) - Processo 0228634-80.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Paulo Roberto Figueiredo de Castro - Designo o dia 11/11/2019, às 12:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDUARDO AUGUSTO DA SILVA DIAS (OAB 5857/AM) - Processo 0238124-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Edimar Lima dos Santos - Certifico, para os devidos fins, queem virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 27/02/2020, às 11:15h, na Sala padrão.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0245074-15.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTORFATO: Leonel Nascimento Pinho e outro - Designo o dia 12/02/2020, às 09:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0251918-83.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Incêndio - RÉU: Edson da Silva Campinas - Emerson da Silva Campinas - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 26/02/2020, às 11:15h, na Sala padrão.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0265799-35.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0202649-46.2012.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: José Carlos Barroso Fernandes - Celson Gomes dos Santos e outros - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 26/02/2020, às 10:45h, na Sala padrão.

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0613813-93.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Fernando Victor Almeida Batista - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 27/02/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0617302-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Breno da Silva e outro - Designo o dia 12/02/2020, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: ELIELTON DOS SANTOS PAULO (OAB 9567/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0627947-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Ronald da Silva Pinheiro e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 25/09/2019, às 11:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0628379-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Cleuson Monteiro Reis - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 19/09/2019, às 10:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0642057-32.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Ameaça - QUERELANTE: Raisa da Silva Bispo - Trata-se de Queixa-crime ajuizada pela Querelante RAISA DA SILVA BISPO em face do Querelado MANOEL FERNANDES BARBOSA. Nos termos do art. 520 do Código de Processo Penal, antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo. Nesse sentido, à Secretaria para pautar audiência de reconciliação. Intime-se o querelante e o querelado para comparecerem ao ato. Advirta-se ao querelante de que sua ausência importará em renúncia tácita, conforme art. 57 do Código de Processo Penal. Cumpra-se.

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB 7929/AM)
Eduardo Augusto da Silva Dias (OAB 5857/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elielton dos Santos Paulo (OAB 9567/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mônica Câmara de Alencar Brasil (OAB 13494/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0827/2019

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0004601-82.2010.8.04.0011 (011.10.004601-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - RÉU: Francisco Arnaldo Duarte Mouta - Paulo Ronaldo Souza de Araujo - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, faço remessa dos presentes autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO, intimando-o do teor da Sentença de fls. 254-256.

Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0828/2019

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: THAIZE GENEROSO DE OLIVEIRA (OAB 14313/AM) - Processo 0639679-06.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Anderson Sanches Caldas - Joabe de Oliveira Farias - Vistos, etc. Sem delongas, passo a pronunciar-me. Da análise das Respostas à Acusação apresentadas pelos réus ANDERSON SANCHES CALDAS e JOABE DE OLIVEIRA FARIAS às fls. 189/191 e 197/208, infiro que não há elementos suficientes para obstar o regular prosseguimento do feito. No mesmo sentido, não é caso de absolvição sumária, visto que ausentes as hipóteses elencadas no artigo 397 do Código de Processo Penal. Paute-se Audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se os Réus e seus defensores. Intimem-se as testemunhas e as vítimas arroladas na

exordial acusatória. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se de imediato.

Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Thaize Generoso de Oliveira (OAB 14313/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0829/2019

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0638081-17.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: David Batista de Moura - Josinaldo Frazão Paes - Ronald da Silva Lopes - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO os pedidos de revogação das prisões preventivas (fls. 145/153, 157/164 e 176/183), para manter os réus DAVID BATISTA DE MOURA, JOSINALDO FRAZÃO PAES e RONALD DA SILVA LOPES preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0831/2019

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: JOÃO FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 6953/AM) - Processo 0211997-20.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Igor da Silva Azevedo - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, com arrimo no art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Igor da Silva Azevedo, da acusação do crime do previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB.

Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
João Fernandes de Azevedo (OAB 6953/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0833/2019

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0235769-41.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Tereza Cassia D'Oliveira Dias - Ante o exposto, com fundamento no art. 89, §5º, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído à Ré TEREZA CASSIA D'OLIVEIRA DIAS.

Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0834/2019

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: RODRIGO DE ALENCAR MAIA (OAB 5816/AM), ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM) - Processo 0266404-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Getulio Araújo de Miranda - Flávio Lúcio de Azevedo Guimarães - Ante o exposto, expirado o período sem revogação do benefício, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído aos acusados FLÁVIO LÚCIO DE AZEVEDO GUIMARÃES E GETULIO ARAÚJO DE MIRANDA, nos termos do art. 89, §5º, da Lei 9.099/95. Sem custas. Publique-se, intimem-se e arquivem-se.

Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Rodrigo de Alencar Maia (OAB 5816/AM)
RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM)

9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DEBORA MARQUES PEREIRA DIB
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0234498-31.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Leandro Batista Azevedo - (...) Ante o exposto, julgo procedente a incoativa e condeno LEANDRO BATISTA AZEVEDO nas penas do Art. 157, caput, da Lei Substantiva Penal, nestes autos. Passo a dosar a pena do condenado. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que sua culpabilidade está evidenciada. O motivo alegado não justifica o delito, pois que admitir agruras financeiras como exculpantes seria instalar o caos social. Realce-se que a vítima em nada contribuiu para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento do crime não houve mal maior. Circunstâncias devidamente narradas no corpo da fundamentação, não excedendo ao tipo infringido. A teor, ainda, da certidão de antecedentes colho primariedade. Porque as circunstâncias foram normais e pelas boas condições pessoais, fixo-lhe a pena-base em 04 ANOS DE RECLUSÃO. Na segunda fase nada há a considerar, por força da Sumula 231 do STJ. Na terceira etapa, não existem causas de aumento ou diminuição, pelo que aquele montante inicial é a sanção final e definitiva. Impinjo-lhe também 10 (DEZ) dias-multa à base de 1/30 (um trinta avos) do SM vigente. O regime inicial é o aberto. Poderá apelar em liberdade. Detração no que couber. Dispensado das custas. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Expeça-se a guia de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP, a fim de que o indigitado cumpra a recriminação no estabelecimento prisional correspondente. P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 19 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0601427-31.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Wallace Alves de Souza - (...) Assim sendo, condeno Wallace Alves de Souza nas sanções do Art. 16, parágrafo único, IV, da Lei Antiarmas. Atento aos ditames do Art. 59 e ainda do Art. 68, todos do CPB, tenho que a culpabilidade do acusado está evidenciada, não existindo nada a eximi-lo da pena; seus antecedentes mostram primariedade. Os motivos não justificam o crime. O delito teve médias conseqüências, uma vez que não se tem provas de que a arma por ele trazida foi utilizada na consecução de delitos mais graves. À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, comino-lhe a pena base em 03 ANOS DE RECLUSÃO . Na segunda fase da aplicação da reprimenda, mantenho-a neste patamar. Por fim, a terceira etapa da dosimetria também transcorre in albis, porque inexistentes outras causas de diminuição e/ou aumento. Condeno-o, também, ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, de forma individual. O regime inicial é aberto e poderá o réu apelar em liberdade. Na aplicação da pena privativa de liberdade, considerando que o condenado é primário, não possuidor de grau de culpabilidade exacerbada; os resultados, normais ao tipo penal infringido, bem como a desnecessidade de segregação para a eficácia da sanção penal, substituo a pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal, em restritiva de direitos. Assim, transformo a pena privativa de liberdade aplicada a Wallace Alves de Souza em pena restritiva de direitos, determinando que o sancionado preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais. Aplico-lhe, ainda, a limitação do final de semana, nos termos do Art. 48 do CPB. Detração no que couber. Dispensado

das custas. Pontofinalizando, é de se deduzir da instrução processual a irregularidade da arma apreendida. Destarte a tenho imprestável para outros fins e determino a remessa ao Comando do Exército, para destruição, nos termos do Art. 25 da Lei 10.826/03, obedecidas as formalidades legais: Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei. Demais diligências para o envio à VEMEPA. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 19 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0613403-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Tarsis da Silva Gonçalves - José Wanderson Lisboa de Oliveira - (...) Por não militar em seu favor nenhuma causa de exclusão da ilicitude ou da culpabilidade, JULGO PROCEDENTE parcialmente A DENÚNCIA e condeno JOSÉ WANDERSON LISBOA DE OLIVEIRA por malferir o Art. 180, do CPB, nestes autos, ao passo em que absolvo TARSIS DA SILVA GONÇALVES nos termos do Art. 386, VII, do CPP. Passo a dosar-lhe a pena. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade do acusado está evidenciada; seus antecedentes revelam ação anterior, mas sem lhe retirar a primariedade, o que não desdoura sua personalidade. O motivo era a intenção de lucro fácil às custas de outrem. Quanto às conseqüências, as tenho como médias, vez que a vítima recuperou o objeto esbulhado. Destarte, atento às disposições dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal, fixo como pena-base o quantum de 01 ano de reclusão. Na segunda fase nada há a considerar. À míngua de outras causas de aumento e/ou diminuição, a pena total e definitiva é ao norte fixada, mais 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do SM, em regime aberto. A consulta aos antecedentes do réu, como visto acima, mostra que e além do presente feito não conta aquele com condenações criminais trânsitas em julgado. Dessarte, não podem as ações penais e inquéritos policiais em curso ser valoradas negativamente de modo a impedir a substituição, eis que ele não denota periculosidade nem más condições pessoais. Nesse sentido: "HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO NA VIA ELEITA. TRÁFICO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AÇÕES PENAIS EM CURSO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 444/STJ. REDUTORA DA PENA. ART. 33, § 4º DA LEI 11.343/06. FIXAÇÃO EM PATAMAR DIVERSO DO MÁXIMO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE. APLICAÇÃO DE 2/3. REDIMENSIONAMENTO DA PENA PARA PATAMAR INFERIOR A 4 ANOS. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. PRIMÁRIO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. CABIMENTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. O Supremo Tribunal Federal, por sua primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. 2. Como é cediço, ações penais em andamento não se prestam a majorar a reprimenda, seja a título de maus antecedentes, conduta social negativa ou personalidade voltada para o crime, em respeito ao princípio da presunção de não culpabilidade, nos termos da Súmula n. 444/STJ. 3. No caso, o fundamento "o envolvimento do recorrente em situações delitivas anteriores (roubo e homicídio), somado à perpetração do ilícito em análise, deixa entrever certa propensão ao cometimento de crimes, o que explica - e respalda a fundamentação expendida pelo juiz sentenciante acerca das "circunstâncias do crime", a revelar que "a ousadia e o destemor à Justiça" concitam a contumácia." não se presta a valorar negativamente os vetores do art. 59 do código Penal. Isso porque não há notícias de que esses delitos anteriores tenham transitado em julgado, o que violaria o enunciado n. 444 da Súmula desta Corte Superior. 4. O Tribunal a quo aplicou a redutora prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, contudo, em patamar inferior ao máximo em razão das mesmas circunstâncias sopesadas na primeira fase ora reputadas inidôneas. Assim, mostra-se ilegal a aplicação da redutora em patamar diverso do máximo previsto no art. 33, § 4º da Lei n. 11.343/2006, porquanto ausente motivação concreta que a justifique. 5. Tendo em vista o redimensionamento da pena para patamar inferior a 4 anos e tratando-se de paciente primário, com circunstâncias judiciais favoráveis, mostra-se adequado o regime aberto, nos termos do art. 33, § § 2º e 3º, do Código Penal, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. 6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para redimensionar a pena do paciente e fixar o regime aberto, substituída a pena corporal por medidas restritivas de direitos, a serem estabelecidas pelo Juízo das Execuções Penais. (HC 365.601/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 29/03/2017)" Diante do exposto, transformo a pena privativa de liberdade aplicada em pena restritiva de direitos, determinando que JOSÉ WANDERSON LISBOA DE OLIVEIRA preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais, mais a limitação do final de semana. Custas pelo condenado. Poderá apelar em liberdade. Desobrigado fica o inocentado das medidas cautelares diversas da prisão que lhe foram impostas. Após o trânsito em julgado desta, remetam-se os autos à VEMEPA, onde será especificado o local de cumprimento da reprimenda. PRIC. Manaus (AM), 16 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM), ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM) - Processo 0615735-72.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Diego Rocha de Freitas - RÉU: José André da Silva Elias - Moises Silva dos Santos - Odairis da Silva Borges - Sergio Rodrigues de Almeida - Thallison Fellipe Rios de Souza - Wellingon Uchoa Nogueira - (...) Dessarte, pela análise acurada de todos os elementos probatórios coligidos, julgo em parte procedente a denúncia, para condenar, como condeno, Moises Silva dos Santos, Odairis da Silva Borges e Thallison Fellipe Rios de Souza por malferirem a cabeça do 345 do CPB e absolver, como absolvo, José André da Silva Elias, Sergio Rodrigues de Almeida e Wellingon Uchoa Nogueirada mesma tipificação, nos termos do Art. 386, V, do CPP. Vencida a condenação, passo a dosar-lhes as penas. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade dos acusados está evidenciada. Pela reincidência que ostentam Odairis e Thallison, desdouradas são suas personalidades. O outro condenado, Moisés, não tem maus antecedentes apesar de uma ação penal em andamento. O motivo alegado não afasta a tipicidade, nem elide o crime, porquanto existem milhares de pessoas que passam por percalços semelhantes e, resignadamente, esperam a solução das querelas pela Justiça, sem cometer crimes objetivando a resolução de seus problemas. As circunstâncias da figura típica são das acima narradas e conseqüências maiores foram os transtornos experimentados pelo motorista. Não lhes é proposto o benefício do sursis processual após a desclassificação por causa das desfavoráveis condições pessoais. À vista do exposto, aplico aos condenados 20 dias de detenção pelo delito do Art. 345 do CPB. Na segunda fase, faço a compensação entre a confissão e a reincidência para Thalisson e Odairis. Na terceira etapa, mantenho naquele patamar, à míngua de outras agravantes/atenuantes ou causas de aumento/diminuição. O regime inicial é o aberto, diante da natureza da sanção. Podem apelar em liberdade. Detração no que couber. Custas divididas entre os condenados, que permanecem adstritos às medidas cautelares a si impostas até que esta passe em julgado, enquanto os absolvidos ficam desde já desobrigados. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lancem-se os nomes no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído

a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal;Expeçam-se as guias de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP, a fim de que os indigitados cumpram a recriminação no estabelecimento prisional correspondente. No giro final, falem as partes sobre a mercadoria, o automóvel e os celulares nestes autos apreendidos. P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 15 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

Autos n°: 0661186-57.2018.8.04.0001
Jorge Mendes Carneiro

Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA E ABSOLVO Jorge Mendes Carneiro neste caderno nos termos do artigo 386, VII, do CPP.

Custas pelo Estado.

P.R.I.C. Extraindo-se o dispositivo para publicação no DJE.

Manaus (AM), 16 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

Processo nº 0223162-30.2015.8.04.0001
Indiciado: MILENA BARAÚNA DE CASTRO
Vistos, etc.

Em face do término do período de prova de suspensão condicional do processo sem revogação do benefício, acato a manifestação ministerial e decreto a extinção de punibilidade da denunciada MILENA BARAÚNA DE CASTRO, nestes autos de número 0223162-30.2015.8.04.0001, com base no art. 89, §5º, da Lei 9.099/95.

P.R.I.C

Após, arquive-se.

Manaus, 21 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Autos n°: 0213528-65.2015.8.04.0015
Casa de Jogos: Caça Níquel
Vistos, etc.

Acolho o parecer de fl. , do digno representante do Ministério Público, cujo relatório passo a adotar como razão de decidir porque embasado em sólidos princípios legais e, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente IP com base no artigo 28 do Código de Processo Penal, considerando que a Promotoria não encontrou elementos suficientes para oferecer a Denúncia. Ressalvo, todavia, a possibilidade de desarquivamento ex-vi do art.18 do mesmo Diploma Legal.

Cumpra-se.

Manaus (AM), 21 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

NOTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Processo nº: 0610789-57.2019.8.04.0001
Assunto: Roubo Majorado
Réu(s): Mateus dos Santos Bitencourt
Advogado(s): Álvaro Viana Ortiz, Gilvan Pereira Dácio e Raiany Priscila de Souza Feijo
Data da audiência: 11/09/2019 às 10:15h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0230808-28.2014.8.04.0001
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Réu(s): José Antonio dos Santos Souza
Advogado(s): Helena de Oliveira Galvão e Helena de Oliveira Galvão
Data da audiência: 17/09/2019 às 09:15h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

NOTA DE INTIMAÇÃO - ADVOGADO

Processo nº: 0228920-87.2015.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Furto
Denunciado(s): Todas as Partes Passivas << Informação indisponível >>
Advogado(s): Clayton Dias Soares
Finalidade: Apresentação de defesa escrita.
Manaus, 22 de agosto de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0210465-45.2013.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Furto Qualificado
Réu(s): Jose Andrade de Figueiredo Junior, Renison Moreira Calderaro e Tiago de Souza Nunes da Silva
Advogado(s): Paulo José Pereira Trindade Júnior e Alan Kelson de Lima Fonseca
Finalidade: Ciência de despacho fl. 371
Manaus, 22 de agosto de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

10ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0204469-19.2016.8.04.0015

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **EMANUEL NONATO FREIRE DE SOUZA**, brasileiro, natural de Manaus, nascido em 10/05/1963, filho de Manuel Nonato de Souza e Antônia Freire de Souza, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na Avenida do Turismo, n.° 204, Conjunto Parque do Lado, bairro Tarumã, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 345, do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **11/10/2019 às 10:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Rebeca Gomes Saunier, Estagiária, o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)

Processo nº 0202165-89.2016.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Eulinete Melo Silva Tribuzy, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital doEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) acusado ***RODRIGO SOUSA DA SILVA,*** brasileir***o,*** natural de Manaus/AM***,*** nascido em 25/10/1988, filho de WELLINGTON LUIS MARINHO DA SILVA, e GRACILENA VINHOTE DE SOUSA, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) acusado(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no **prazo de 15 (quinze) dias**, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de agosto de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretária da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi. Manaus, 02 de agosto de 2019.

Eulinete Melo Silva Tribuzy
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)

Processo nº 0638134-32.2018.8.04.0001

O(a) Doutor(a) Eulinete Melo Silva Tribuzy, Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital doEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) acusado **Bruno Eduardo Ramos dos Santos,** brasileiro**,** natural de Santarem-PA, nascido em 05/06/1991, filho de Benedita Cleunice Ramos dos Santos, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o(s) referido(s) réu(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av. Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no **prazo de 15 (quinze) dias**, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do(s) réus(s) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de agosto de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretária da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi. Manaus, 02 de agosto de 2019.

Eulinete Melo Silva Tribuzy
Juíza de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Eulinete Melo Silva Tribuzy, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º **0243899-93.2011.8.04.0001**, o qual figura como acusado Mouglas de Souza Hortiz, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 312), com o seguinte teor:

Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER **MOUGLAS DE SOUZA HORTIZ e WELLISON NOGUEIRA DA SILVA** do delito que lhes foram imputados.

Custas isentas, na forma do art. 804 do CPP.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Eu, Maria do Socorro da Costa, Escrivã Judicial, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Eulinete Melo Silva Tribuzy
Juíza de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Eulinete Melo Silva Tribuzy, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º **0236841-68.2013.8.04.0001**, o qual figura como acusado Davi Andrade da Silva, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 104), com o seguinte teor:

Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER **DAVI ANDRADE DA SILVA** do delito que lhe foi imputado.

Custas isentas, na forma do art. 804 do CPP.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se

Eu, Maria do Socorro da Costa, Escrivã Judicial, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Eulinete Melo Silva Tribuzy
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
(art. 361 do CPP)

Processo nº 0631300-13.2018.8.04.0001

A Doutora Eulinete Melo Silva Tribuzy, Juíza de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital doEstado do Amazonas, República Federativa do Brasil,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 11ª Vara Criminal, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **Rogério Ferraz Fonseca** Itacoatiara-AM, 21/07/1974 pai João Correa Fonseca, mãe Ana Ferraz Fonseca, por prática de Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC, e como o referido réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MMª Juíza expedir o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, devendo o acusado comparecer na Secretaria da 11ª Vara Criminal, localizada Av.

Paraíba S/Nº, 1º andar, Setor 03, Fórum Ministro Henock Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5191, Manaus-AM - E-mail: 11vara.criminal@tjam.jus.br, para tomar conhecimento da Denúncia e apresentar RESPOSTA ESCRITA, na forma do art. 396 e 396-A do CPP, no **prazo de 15 (quinze) dias**, ressaltando-se que o prazo será contado a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do advogado constituído.E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria da 11ª Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

Manaus, 14 de agosto de 2019.
Eulinete Melo Silva Tribuzy
Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0625/2019

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0231731-25.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Flavia da Silva do Nascimento - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER FLÁVIA DA SILVA NASCIMENTO do delito que lhe foi imputado.

Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0626/2019

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0214026-82.2010.8.04.0001 (001.10.214026-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Carlos Dean de Abreu - Jairo Campos Sá - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER CARLOS DEAN DE ABREU e JAIRO CAMPOS SÁ do delito que lhes foram imputados.

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0627/2019

ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM) - Processo 0243116-62.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Raylson da Silva de Souza - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu RAYLSON DA SILVA DE SOUZA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do artigo 155, §4º, III, do Código Penal Brasileiro. Em consequência, para fins de individualização da pena, em obediência ao preceito constitucional insculpido no art. 5, XLVI, passo à dosimetria da pena, observando as diretrizes do art. 68, caput, do CP. Analisando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, tem-se: Culpabilidade: compreendida esta como o grau de reprovabilidade da conduta, é inerente ao tipo penal em questão; Antecedentes: tecnicamente primário. Conduta social e Personalidade: Inexistem elementos suficientes nos autos que permitem aferir a conduta social do réu e a sua personalidade, além do já referido. Motivos: são aqueles próprios do tipo penal, sem qualquer característica excepcional, razão pela qual deixo de valorá-los; Circunstâncias: o delito foi praticado em circunstâncias normais; Consequências: as consequências do crime são normais a espécie, nada tendo a se valorar como fator extrapenal; Comportamento da vítima: a vítima em nada contribuiu para a prática do crime. Preponderadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão. Na segunda fase dosimétrica, militam em favor do acusado as circunstâncias atenuantes da confissão espontânea e da menoridade relativa, previstas no art. 65, incisos I e III, alínea “d”, do CPB. Todavia, deixo de aplicá-las em razão da pena já se encontrar fixada no patamar mínimo cominado à espécie (Súmula 231, do STJ). Inexistem circunstâncias agravantes. Passo, por conseguinte, à terceira fase dosimétrica. Inexistem causas de aumento de pena e diminuição de pena, tornando como definitiva e concreta para o réu a pena de 2 (dois) anos de reclusão. No caso em apreço, temos a pena privativa de liberdade cumulada com a de multa e, em conformidade com o art. 49 e ss., do Código Penal Brasileiro, fixo a pena pecuniária em 15 (quinze) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto no artigo 60, do mesmo diploma legal. O regime inicial para o cumprimento de pena é o aberto, nos moldes do art. 33, § 2º, alínea “c”, do CPB. Verifico que na situação em tela, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que o Réu preenche os requisitos descritos no art. 44, do Código Penal Brasileiro, revelando ser a substituição suficiente à repressão do delito. Assim sendo, observado o disposto no art. 44, §2º, segunda parte, e na forma do art. 46, ambos do Código Penal Brasileiro, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada por duas restritivas de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, por se configurar na melhor medida a ser aplicável na situação evidenciada, como forma de se buscar resgatar o sentimento humanitário do agente, devendo ser realizada mediante a prestação de tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo a ser estipulado em audiência admonitória, em local a ser designado pela VEMEPA, juízo responsável pela execução da pena e ao pagamento de prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo à entidade também indicada pelo Juízo da VEMEPA. Considerando o término da instrução processual, bem como o teor desta decisão, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade. Sem custas. Após transitada em julgado, tomem-se as devidas providências : Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; Expeça-se a guia de recolhimento para fins de execução de pena; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, para os fins do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal; Cumpridas as anotações e comunicações de estilo, arquivem-se os autos com as devidas baixas.

Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
11ª Vara Criminal

A MM.ª Juíza de Direito, Eulinete Melo Silva Tribuzy, da 11ª Vara Criminal, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, nos autos de n.º **0202331-92.2014.8.04.0001**, o qual figura como acusado Carlos Alexandre Monteiro dos Santos, vem por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos referidos autos (fls. 69), com o seguinte teor:

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na denúncia, condenando o réu **CARLOS ALEXANDRE MONTEIRO DOS SANTOS,** já qualificado, **como incurso nas penas do artigo 155, §4º, I do Código Penal**.

Eu, Maria do Socorro da Costa, Escrivã Judicial, digitei e eu Sandra Onete da Silva, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevi.

Eulinete Melo Silva Tribuzy
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0619/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo

0629683-18.2018.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Roubo Majorado - INVESTIGAD: A.R.C. e outros - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0620/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0640107-22.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - AUTORFATO: Helio Pedreira Dourado e outro - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0622/2019

ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM), ADV: DAVID GOMES BENAYON (OAB 2180/AM) - Processo 0215562-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: DIOGO MATHEUS DE FREITAS BARROS - Audiencia de Instrução e Julgamento 03/09/2019 às 10:30h. Local: padrão Situacão: Realizada

David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
David Gomes Benayon (OAB 2180/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0623/2019

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0641600-97.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Jhonatas da Silva Alves - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 03/09/2019 às 11:00h.

Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0624/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0244146-69.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - REPTADO: Antonildo Nunes Franco - Stanrley Augusto Correa Trajano e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa dos advogados 2000/AM - Klinger da Silva Oliveira, 8848/AM - Deldson Souza de Oliveira, 13098/AM - Camila Guimarães de Lima, devidamente constituídos nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0360/2019

ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM) - Processo 0033751-80.2006.8.04.0001 (001.06.033751-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Antomildo Cardoso - Ricardo Oliveira Cardoso - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra Ricardo Oliveira Cardoso e Antomildo Cardoso, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 66/69. Resposta Escrita, fls. 37/38. Termo de Inquirição de testemunhas, fls. 67/68 e , 151/152. Termo de Interrogatório do acusado, fls. 151/152. Alegações Finais da Defesa, fls. 167 É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, tendo como vítima Edval Fros Dias. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: “Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida,

cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico realizado na pessoa da vítima, e presente nos autos às fls. 29. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente às declarações ofertadas pelas testemunhas perante este Juízo, verifica-se que nenhuma delas estiveram presentes no local e tempo do crime, inexistindo, portanto, testemunha ocular ou presencial nas circunstâncias narradas na Exordial, restando presentes apenas informações acerca de uma suposta relação conturbada entre o acusado e a vítima, supostas agressões prévias sofridas pela vítima e praticadas pelo réu, todas relatadas por pessoas próximas ou familiares da vítima, e a ausência do acusado no enterro da vítima. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado alega que se encontrava em outro lugar no momento da ocorrência do crime, não sabendo quem teria sido o autor. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017) Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado Ricardo Oliveira Cardoso e Antomildo Cardoso , já qualificados nos autos, faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente os acusados desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,21 de agosto de 2019 . George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0202478-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: F.A.T. - RÉU: J.P.F. - INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DIA 30.08.2019

Antônio Ederval de Lima (OAB 001.780/AM)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0359/2019

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE (OAB 4768/AM), ADV: RÚBIA AUCAR DA MATA HALLAK (OAB 1564/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0025493-81.2006.8.04.0001 (001.06.025493-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉ: Keify Feitosa Mota - Francisco Roberto Fontenele - Paulo Menezes dos Santos - Efraim Gandra Campos e outros - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Determino à Secretaria que redesigne a presente audiência tendo em vista a ausência das testemunhas arroladas pelo Ministério Público. E mesmo insistiu na oitiva das mesmas. Paute-se audiência para o dia 01/11/2019 às 11h. Intimem-se as partes. Diligências pela Secretaria. Cumpra-.se

ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0033751-80.2006.8.04.0001 (001.06.033751-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Antomildo Cardoso - Ricardo Oliveira Cardoso - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra Ricardo Oliveira Cardoso e Antomildo Cardoso, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 66/69. Resposta Escrita, fls. 37/38. Termo de Inquirição de testemunhas, fls. 67/68 e , 151/152. Termo de Interrogatório do acusado, fls. 151/152. Alegações Finais da Defesa, fls. 167 É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, tendo como vítima Edval Fros Dias. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado.

Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico realizado na pessoa da vítima, e presente nos autos às fls. 29. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente às declarações ofertadas pelas testemunhas perante este Juízo, verifica-se que nenhuma delas estiveram presentes no local e tempo do crime, inexistindo, portanto, testemunha ocular ou presencial nas circunstâncias narradas na Exordial, restando presentes apenas informações acerca de uma suposta relação conturbada entre o acusado e a vítima, supostas agressões prévias sofridas pela vítima e praticadas pelo réu, todas relatadas por pessoas próximas ou familiares da vítima, e a ausência do acusado no enterro da vítima. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado alega que se encontrava em outro lugar no momento da ocorrência do crime, não sabendo quem teria sido o autor. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017) Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado Ricardo Oliveira Cardoso e Antomildo Cardoso , já qualificados nos autos, faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente os acusados desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,21 de agosto de 2019 . George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0044240-16.2005.8.04.0001 (001.05.044240-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Alberto Silva Santos - Lorivaldo Ferreira da Silva - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Declaro encerrada a instrução, razão pela qual, abro prazo ao ministério publico, para que apresente suas alegações finais, por memoriais escritos.após, intime-se a defesa.Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0203681-58.2014.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Decorrente de Violência Doméstica - DENUNCIADO: R.A.H. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ROWILSON AFONSO HENRIQUES, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, e Art. 61, inciso II, alínea "f", todos do Código Penal, conforme o Art. 5º, inciso III, da Lei 11.340/2006. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o

relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0203799-57.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Bruno Silva de Souza - DENUNCIADO: M.M.C. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Misael Marinho Custódio, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0205079-97.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Gerbson Ferreira Garcia - RÉU: Antonio Marcos Braga Seabra - Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado ANTONIO MARCOS BRAGA SEABRA, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0213421-34.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Dion Mac Quenon Souza Juca (Vulgo ''Dion) - Vistos etc. Recebi hoje. Considerando que o denunciado Dion Mac Quenon Souza Jucá devidamente Citado por Edital (fls.78/79), não constituiu Advogado nem compareceu a Juízo (certidão de fls. 81), DETERMINO a uspensão do curso processual e do prazo prescricional, com fulcro no art. 366 do CPP. Ademais, dê-se vista dos autos ao Parquet, a fim de que se manifeste quanto à atual circunstância processual do acima mencionado denunciado. Após a manifestação, remetam-me os autos conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0216438-68.2019.8.04.0001 (processo principal 0232563-53.2015.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Sigilo Telefônico - EXCIPIENTE: Josias de Oliveira Alves, vulgo "Salsicha" - DETERMINO o arquivamento destes autos dependentes, e o regular prosseguimento do feito principal.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0217869-21.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: José Eden Maia de Lima - DECISÃO Jose Éden Maia de Lima, já qualificados nos autos, interpôs, por meio da Advogado, pedido de Revogação de Prisão Preventiva, conforme fls. 133-139. Em Parecer às fls. 141-142, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido. Relatado, DECIDO. Alhures relatado, constato a necessidade de apreciar os seguinte ponto para o deslinde do pleito: ausência de fundamentos para manutenção do constrito cautelar. É cediço que para subsistência do constrito cautelar, necessária se faz a presença requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, os quais deverão ser demonstrados através de elementos reais e concretos, corroborado com apuração de um delito com pena privativa de liberdade máxima abstrata, superior a 4 (quatro) anos de reclusão, consoante artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No caso em concreto, é imputada ao acusado a prática de crime de tentativa de homicídio, portanto atende à última exigência normativa supra-citada. Outro passo, o novel texto do artigo 282 do Código Processo Penal, alterado pela Lei 12.403/11, em seus incisos I e II, revela também a imprescindibilidade de se aplicar o binômio "necessidade e adequação" em qualquer das medidas cautelares, dentre elas a prisão preventiva. Portanto, somente para aplicação da lei penal, investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais (ordem pública), à luz do que vai do art. 312 do CPP, caberão as medidas cautelares, devendo tais requisitos estarem adequados à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do agente. In casu, verifico a subsistência de tais pressupostos. Senão vejamos. Os autos demonstram a presença de justa causa, isto é, razoavelmente, pode-se considerar que o crime imputado ao acusado ocorreu e que ele seja possivelmente o autor dessa infração penal. Assim, presente está o fumus comissi delicti. No que diz respeito periculum libertatis, observo que, por meio dos elementos probatórios até aqui colhidos, que o acusado encontra-se preso, em razão da sólida presença dos indícios de autoria e materialidade delitiva. Deste modo, compreendo que existirem motivos suficientes para nesta ocasião manter o decreto constritivo, tendo em vista a periculosidade concreta da conduta do acusado, revelando que, em liberdade, oferecerá risco à ordem pública. Deste modo, sendo grave o crime que lhe é imputado, não há de se falar em ausência dos requisitos do 312 do Código de Processo Penal, considerando, também, o modus operandi empregado na conduta criminosa. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: "o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Em consonância, eis o precedente julgado do Supremo Tribunal Federal: "DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM NÃO CONHECIDA. (...) 4. Conforme o acórdão ora impugnado, verifico que a constrição cautelar do paciente, ao que me parece, foi suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública e para o asseguramento da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 5. A decretação da prisão cautelar, na realidade, se baseou em fatos concretos observados pelo Juiz de Direito na instrução processual, notadamente a periculosidade do paciente, não só em razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo modus operandi da empreitada criminosa. 6. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005). 7. Habeas corpus não

conhecido. " (STF, HC 98.331/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11/12/2009.). * * * * Por derradeiro, afirma-se que a escorreita processual prossegue regularmente. Ex positis, por tudo que dos autos consta e em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o pedido da Defesa do acusado, já qualificado nos autos, reconhecendo a necessidade de sua custódia prévia, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, para garantir a ordem pública, determinando que permaneça preso onde atualmente se encontra, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0221945-88.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU PRESO: Adalberto Salomão Guedes da Silva - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra Adalberto Salomão Guedes da Silva, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 75/78. Resposta Escrita, fl. 120. Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima, fls. 71/73. Termo de oitiva da vítima, fl. 124. Termo de Inquirição de testemunhas, fl. 145. Decisão de Encerramento da Instrução Processual, fl. 173. Alegações Finais da Defesa, fls. 188/191. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio tentado qualificado, tendo como vítima Antônio Marcos Felizardo das Chagas. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do Artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima, fls. 71/73. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente às declarações ofertadas perante este Juízo, verifica-se que a testemunha não presenciou os fatos, não sabendo quem seriam os autores dos disparos, fl. 145. Ademais, a vítima, fl. 124, informa que não pode apontar quem seriam os indivíduos que invadiram sua casa, que não viu os rostos dos agentes e que não lembra como eles eram. Ademais, não foi possível a realização do Interrogatório Judicial dos acusados, considerando que Adalberto Salomão Guedes da Silva encontrava-se foragido, fl. 167, e Jefferson Abraão Guedes da Silva faleceu, tendo sido extinta a sua punibilidade, conforme Sentença de fl. 133. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado ADALBERTO SALOMÃO GUEDES DA SILVA, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0239034-56.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉ: Adriana Paula de Lima - Ante o exposto, por tudo mais que dos autos consta, com

fundamento no Art. 419 do Código de Processo Penal, convencido de que a ré deve ser julgada por crime diverso do capitulado na Denúncia, DESCLASSIFICO o crime previsto na inicial para o delito de lesão corporal de natureza grave, uma vez que, conforme o Laudo de Exame de Corpo de Delito de fl. 12, houve incapacidade superior a 30 (trinta) dias e perigo de vida. Considerando a presente Decisão, DECLINO a competência deste Juízo em favor de uma das Varas Criminais desta Comarca. Intimem-se as partes e a acusada desta Decisão. Em seguida, remetam-se os autos ao Setor de Distribuição, observadas as cautelas de praxe. Providências legais via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0307226-85.2006.8.04.0001 (001.06.307226-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Raimundo Pessoa Filho - Rondinele Soares Batista - Diego Henrique Pessoa - Alan Souza Pessoa - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Diante da ausência das testemunhas e do acusado Alanjonis Souza Pessoa, redesigne a audiência para o dia 21/10/2019 às 08h. Intimem-se as partes, expeça-se os oficios necessários e retifique o nome do acusado no SAJ. Demais diligências pela secretaria. Cumpra-se. Observando que as testemunhas foram intimadas em cartório fls.280.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0605430-97.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: E.Q.N. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ÉDER QUEIROZ NASCIMENTO, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0607160-75.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉU: S.A.C.T. - INVESTIGAD: S.H.B.Y. - Autos de nº0607160-75.2019.8.04.0001 Acusado: Samyr Homero Benchaya Yamane e Stanrley Augusto Correia Trajano DECISÃO Vistos etc. Os pedidos de reconsideração com ausência de fatos novos tornaram-se prática rotineira nesta vara, sendo as nossas decisões interlocutórias (que sempre ocorrem após prévia manifestação ministerial) alteradas por outro magistrado, estas sem a prévia vista para o MP. Com vistas a evitar a continuação deste desvio processual, que já são vários, solicitamos ao magistrado e respectivo assessor que se abstivesse desta pratica por questões éticas e de competência, seja de revisão as decisões de um juiz de 1o grau, seja como a de juiz natural do feito, uma vez que somos titular da fase sumariante e por consequinte o único que poderia apreciar o pedido. Passamos inclusive a inserir nas decisões um paragrafo informando as partes que se considerassem prejudicadas que ingressassem com o recurso cabível e não com pedidos de reconsideração. Isto posto, torno sem efeito a decisão de fls. 402, pois prolatada por juiz sem competência para tal, e determino a expedição de mandado de prisão. Notifique-se o MP para que tome ciência do fato e intime-se a defesa. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio Ederval de Lima (OAB 001.780/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Laudiceia de Oliveira Correa (OAB 8081/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Márcio André Lopes Cavalcante (OAB 4768/AM)
Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
RÚBIA AUCAR DA MATA HALLAK (OAB 1564/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0358/2019

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0202478-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: J.P.F. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DESTE o pratrono do acusado Janderson Pereira de França a fim de que apresente a Resposta à Acusação, no prazo de 10 (dez) dias. Fica intimado ainda a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento no dia 30/08/19 às 10h30 neste Juízo.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0235729-40.2008.8.04.0001 (001.08.235729-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Lidiomar da Costa Farias e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça na 1ª Vara do Tribunal do Júri à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 28/08/2019 às 10H

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0614367-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jowilliam Mota de Lima - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compareça neste juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 28/08/2019 às 12:30H''

Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM) - Processo 0209247-21.2009.8.04.0001 (001.09.209247-1) - Ação Penal de Competência do Júri - DENUNCIADA: Érica Maria Brito D'Ávila - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0209247-21.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Érica Maria Brito D'Ávila, por infração Art. 121 § 2º, I do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior e Laila Jéssica Alencar Costa e Silva, OAB 5813/AM e 9572/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: GUARACY DE JESUS DIAS REBELO (OAB 4708/AM), ADV: ADAIR REBELO (OAB 382/AM), ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM) - Processo 0209629-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Alcimar Salgado Cavalcante - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0209629-67.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alcimar Salgado Cavalcante, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Guaracy de Jesus Dias RebeloAdair RebeloFabrício Burgin da Cunha, OAB 4708/AM, 382/AM e 9845/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0218304-87.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Pedro Augusto Bonilha Lopes - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Talison Almeida Cunha - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0218304-87.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Talison Almeida Cunha, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Talison Almeida Cunha, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 10/09/2019 às 09:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM) - Processo 0231341-50.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: W.S.M. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0231341-50.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra WILLIAM DA SILVA MENDES, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Gracilene da Silva Souza Sierpinski, Ana Esmelinda Menezes de Melo, Camila Bertolini de Paiva, OAB 10693/AM, A3569/AM e 8223/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0239012-95.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: Francisco Jenilton Martins Andrade ,Vulgo ''Ceará'' - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este

Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0239012-95.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francisco Jenilton Martins Andrade, por infração aos artigos 121, §2 º, IV c/c artigo 14,II todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Sandra Regina dos Santos, OAB 3455/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 10/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário, o digitei.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0632564-65.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTORFATO: Anderson Tufic de Souza - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0632564-65.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Anderson Tufic de Souza, por infração Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime \<\< Informação indisponível \>\>, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR as Dr. Cíntia Albuquerque Brito, Amanda Karla Paiva da Silva, OAB 5596/AM e 12229/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM) - Processo 0637926-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Latrocínio - DENUNCIADO: F.S.O. - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0637926-82.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Fernando Souza Oliveira, por infração Art. 155 “caput” c/c Art. 61 “caput”, II, “b” e Art. 121 § 2º, I, IV todos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR as Drs . Adv (Assistentes de Acusação) Carolina Oliveira da Fonseca, Débora Diana Lopes Neris, Lucivane Carla da Silva e Telmarcia Dayane Silva do Nascimento, OAB/AM 10.249, 10.251, 10.109 e 10097, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0647600-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - DENUNCIADO: K.S.M. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0647600-50.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Kleber Silva de Melo, por infração Art. 121 § 2º, I, IV, VI, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Efigênia Generoso de Araújo, OAB/AM 4508, A FIM De QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Kleber Silva de Melo, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Artigo 121, §2º, incisos I (motivo torpe), IV (mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e VI (contra a mulher por razões da condição do sexo feminino) do Código Penal. Por derradeiro, não verifico a ocorrência de excesso de prazo na instrução processual, na medida em que a doutrina e a jurisprudência fixaram entendimento, segundo o qual a configuração de excesso de prazo na instrução criminal não pode decorrer de simples soma aritmética de prazos legais, devendo a questão ser aferida segundo critérios da razoabilidade, adequando, assim, as particularidades do caso, o que in casu vem se desenvolvendo em ritmo compatível com a sua natureza, de maneira que não se pode atestar qualquer desídia por parte deste Juiz processante, ao passo que, considerando a presença dos requisitos e fundamentos elencados nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, principalmente a necessidade de se garantir a Ordem Pública, considerando a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi empregado na conduta delitiva, aliado ao fato de restar comprovado nesta Deliberação a presença da materialidade e dos indícios suficientes de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado, ora Pronunciado, devendo permancer na Unidade Prisional onde atualmente se encontra, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, por conseguinte julgo prejudicados os pedidos de fls. 205/213 e 249/255.” No prazo legal e para que, no futuro, não alegue-se desconhecimento da mesma ou a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 21 de agosto de 2019 Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Adair Rebelo (OAB 382/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)

Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Guaracy de Jesus Dias Rebelo (OAB 4708/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

De ordem do Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0247766-89.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alex Palheta dos Santos, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II c/c Art. 61 "caput", II, "e" todos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, §1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva, OAB/AM 11821, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, a seguir transcrita " Trata-se de Apelação Criminal interposta por ALEX PALHETA DOS SANTOS, através do seu Advogado, irresignado com a sentença imposta por este 2º Tribunal do Júri. Passo a realizar o juízo de admissibilidade do recurso. É cediço que o Código de Processo Penal estabelece alguns pressupostos objetivos para o conhecimento da espécie, quais sejam: cabimento, tempestividade, inexistência de fatos impeditivos, motivação, legitimidade, interesse e sucumbência. Quanto ao pressuposto de tempestividade da pretensão, sabe-se que este é corolário lógico dos efeitos preclusivos das decisões. Para cada recurso existe prazo inevitavelmente previsto em lei, cujo afastamento (prorrogação) somente será possível nos casos previstos em lei, ou em situação equivalente, admitida pelo Direito. O artigo 593 do Código de Processo Penal é claro ao dispor que o recurso de apelação é cabível no prazo de 5 (cinco) dias. No caso em análise, o quinquídio legal não foi respeitado. Da ata de julgamento, acostada aos autos, extrai-se que a sentença condenatória foi publicada durante a Sessão Plenária (ocorrida em 17 de abril de 2019, quarta feira), e, na mesma ocasião, foram intimadas as partes. Contado o quinquídio legal a partir do dia útil imediatamente seguinte, ou seja, do dia 18 de abril de 2019, quinta feira, temos que o termo final do prazo para apresentação do recurso ocorreu em 22 de abril de 2019, segunda-feira. Entretanto, a Defesa do réu só apresentou o termo de apelação no dia 26 de abril de 2019, conforme protocolo judicial, portanto, quando já decorrido o prazo legal, não merecendo ser conhecido. Registre-se, por oportuno, que não é o caso de ser aplicado o benefício do prazo em dobro para recorrer, pois tal benesse se restringe aos Defensores Públicos e aos integrantes do serviço estatal de assistência judiciária. Nessa esteira, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. APELAÇÃO INTERPOSTA FORA DO PRAZO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INVIABILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. Considerando que o réu e sua defensora constituída não apresentaram recurso de apelação, apesar de regularmente intimados da sentença condenatória, não há como receber apelo interposto posteriormente e fora do prazo legal.(...) 4. Ordem denegada." (HC 35.463/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 03/08/2009) Negritei e grifei. "PROCESSO PENAL. INTEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO EQUIVOCADA NÃO REABRE O PRAZO RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. O recurso aviado não merece ser conhecido, vez que não transpôs o juízo de admissibilidade mostrando-se intempestivo, posto que após transcorrer o prazo fixado no edital de intimação da sentença, foi juntado aos autos termo de apelação, intempestivamente. 2. A equivocada intimação pessoal do réu, quando já decorrido o prazo assinalado no edital não implica em reabertura do prazo recursal. 3. Recurso não conhecido." (20010910020899APR, Relator NILSONI DE FREITAS CUSTÓDIO, 2ª Turma Criminal, julgado em 10/04/2008, DJ 01/04/2009 p. 136) Negritei e grifei.* * * *Ex positis, evidenciado a intempestividade do recurso, não conheço do recurso de Apelação Criminal interposto pelo réu Alex Palheta dos Santos. Intime-se e Cumpra-se. Após, certifique-se sobre o trânsito em julgado sentença condenatória. Providências, via Secretaria da Vara. Manaus, 26 de maio de 201 ", no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 22 de agosto de 2019 Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora De Secretaria

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0236373-46.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Laerte Maciel Lopes Júnior, por infração ao disposto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Efigênia Generoso de Araújo, Josemar Berçot Rodrigues, João Evangelista Generoso de Araújo, OAB 4507/AM, 4508/AM, 5935/AM e 12394/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0231341-50.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra

WILLIAM DA SILVA MENDES, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Gracilene da Silva Souza Sierpinski, Ana Esmelinda Menezes de Melo, Camila Bertolini de Paiva, OAB 10693/AM, A3569/AM e 8223/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0639178-57.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcos Gama Barroso e Ivanilson Vidinha Gomes, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP e Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Acusados Marcos Gama Barroso e Ivanilson Vidinha Gomes, a fim de se fazerem presentes na SESSÃO DE JULGAMENTO designada para o dia 16/09/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DO PLENÁRIO DO JÚRI, neste juízo, localizado na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco – CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0639178-57.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ivanilson Vidinha Gomes, Breno Cordeiro da Silva, Rodrigo Lopes Vidinha e Marcos Gama Barroso, por infração ao Art. 121 § 2º do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Hinller da Silva Maduro, Lucimar Vidinha Gomes, Stephane Varela Garcez, Davi Martins da Silva Júnior, Nazira Marques de Oliveira, Diego Américo Costa Silva, Antônio Coimbra Filho, Gabriela de Brito Coimbra, Hinller da Silva Maduro, Lucimar Vidinha Gomes, Julie Stephane Lima Bruce, Janderson Fernandes Ribeiro, OAB 12080/AM, 9318/AM, 9876/AM, 11694/AM, 8707/AM, 5819/AM, 3252/AM, 8889/AM, 12080/AM, 9318/AM, 8096/AM e 7750/AM, a fim de se fazerem presentes na SESSÃO DE JULGAMENTO dos acusados acima mencionados, designada para o dia 16/09/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DO PLENÁRIO DO JÚRI, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora De Secretaria

INTIMAÇÃO

ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0209629-67.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alcimar Salgado Cavalcante, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Guaracy de Jesus Dias RebeloAdair RebeloFabrício Burgin da Cunha, OAB 4708/AM, 382/AM e 9845/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DE SECRETARIA

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0612825-43.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Tiago de Lima Mendes e outros, por infração Art. 121 § 2º, III, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AM, a Dra. Cirlane Figueredo Albertino 8085/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências

necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP # 69.057-021, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de março de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0612825-43.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Lucas Quintiliano de Souza e outros, por infração Art. 121 § 2º, III, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR Dra. Maria Kátia Batista Martins, OAB 9581/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP # 69.057-021, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de março de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0612825-43.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Tiago de Lima Mendes e outros, por infração Art. 121 § 2º, III, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Ana Paula Benevides de Araujo OAB 10188/AM, Dra. Stephanie Grazielle de Souza Albertino, OAB 10099/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP # 69.057-021, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de março de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0044272-84.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Luiz Carlos Cordeiro de Castro, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 “caput” todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Luiz Carlos Cordeiro de Castro, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO designada para o dia 26/08/2019 às 08:00h, a este Juízo e Cartório, localizado na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM – E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 05 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007902-48.2002.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcelo Rocha da Silva e Adriano Geraldo Cálper Melo, por infração Art. 121 § 2º, II, IV c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, II todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Marcelo Rocha da Silva e Adriano Geraldo Cálper Melo, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO designada para o dia 26/08/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DO PLENÁRIO DO JÚRI, neste juízo, localizado na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco – CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL – PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0618883-28.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Lucas da Silva Caldas, por infração Art. 121 § 2º, I, todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado LUCAS DA SILVA CALDAS, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, inciso I (motivo torpe), ambos do Código Penal Brasileiro. Outrossim, com relação ao vigor do decreto preventivo, verifica-se a presença do fumus comissi delicti, visto a presença de indícios de materialidade e autoria delitiva, principalmente, se considerarmos a presente deliberação, bem como modus operandi da conduta. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante apericulosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do ora pronunciado, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Advirta-se, por oportuno, que o descumprimento das obrigações acima relacionadas acarretará a revogação da medida e, por conseqüência, o indiciado voltará a ser preso por força de nova decretação de Prisão Preventiva. Expeça-se o alvará de soltura em favor do requerente, devidamente clausulado. Expeça-se termo de compromisso, logo após a soltura do mesmo, determinando que o réu apresente desde já comprovante residencial. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intimese a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 07 de maio de 2019." Atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019 Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0626585-88.2019.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu TIAGO AUGUSTINHO DE SOUSA, pai Manoel Nunes de Souza, mãe Maria Francisca Augustinho, natural de Manaus - AM. Local de prisão: CRT - Centro de Recebimento e Triagem, Manaus - AM. Endereço: Morador de Rua , por infração no Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico – Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0218304-87.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Talison Almeida Cunha, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Talison Almeida Cunha, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 10/09/2019 às 09:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0612571-70.2017.8.04.0001.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu WANDERLAN TORRES DA SILVA JÚNIOR, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, RG 2320961-5/AM, pai Wanderlan Torres da Silva, mãe Rucimara Fernandes Belo, Nascido 05/12/1988, natural de Itacoatiara - AM, Rua 77, 58, Quadra 90, Amazonino Mendes, CEP 69000-000, Manaus # AM. CHARLES RODRIGO BELO DA SILVA, Brasileiro, Convivente, Agente Auxiliar, RG 2456834-1, CPF 011.773.432-23, pai Wanderlan Torres da Silva, mãe Rucimara Fernandes Belo, Nascido 16/11/1989, natural de Manaus - AM, Rua Noruega, 431, Parque das Nações, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração no Art. 121 §2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP e Art. 121 §2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou a MMa. Juiza expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 10 (dez) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM – E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico # Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM) - Processo 0027527-63.2005.8.04.0001 (001.05.027527-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Fábio Bastos - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bususlo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0027527-63.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jair Almeida Coelho e Fábio Bastos, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 29 "caput" todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Jair Almeida Coelho e Fábio Bastos, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 23/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0007791-53.2010.8.04.0011 (011.10.007791-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Raimundo Nonato Felix da Silva - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007791-53.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Raimundo Nonato Felix da Silva, por infração Art. 121 § 2º, II do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Raimundo Nonato Felix da Silva, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 26/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0088922-90.2004.8.04.0001 (001.04.088922-0) - Execução da Pena - APENADO: Jaime Bispo Guimaraes - DESPACHO Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 26/08/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes em execução porventura pendentes.

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0207991-62.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Lucas Albuquerque da Silva - DESPACHO Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 26/08/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes

em execução porventura pendentes.

ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: DOUGLAS REIS DA SILVA (OAB 10368/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0208866-66.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Erik Alves de Melo - Considerando a possibilidade de adequação na pauta de audiências, DESIGNO o dia 27/08/2019 às 9h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária e Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado Erik Alves de Melo. Intimem-se as partes no tocante a audiência designada.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0217489-85.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Jonatas Silva Alves - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0225920-45.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Joelson Martins Lopes - Ante o exposto, em face da incompetência deste Juízo, INDEFIRO o pedido de fls. 105/108.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0233612-08.2010.8.04.0001 (001.10.233612-2) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Rallys Moura Pereira - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Rallys Moura Pereira, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0241530-82.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0322594-03.2007.8.04.0001) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Ronny Costa dos Santos - Trata-se de Agravo em Execução interposto pelo Ministério Público nos próprios autos do processo de execução ora movido em face de Ronny Costa dos Santos. É consolidado o entendimento de que o Agravo em Execução segue as mesmas normas concernentes ao Recurso em Sentido Estrito (RESE), no que for compatível. Dessa forma, diante das modificações implementadas no SAJ, o presente recurso de Agravo em Execução deverá ser interposto, via portal, na forma de Peticionamento Eletrônico de 1.º Grau \> Peticionamento Inicial de 1.º Grau, na classe "Agravo em Execução", com distribuição por dependência. Ademais, destaca-se que devem ser indicadas, no ato da interposição, as peças reputadas necessárias ao julgamento do recurso, em atenção aos documentos obrigatórios previstos no art. 587, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Nesse contexto, determino à Secretaria que proceda com o desentranhamento das peças de fls. 185/191. Assegura-se à parte interessada a renovação do prazo recursal de cinco dias (Súmula n.º 700 do STF) para interposição, nos moldes ora expostos, contados da intimação da presente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0241794-75.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Raimundo Cardoso da Silva Filho - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Raimundo Cardoso da Silva Filho, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de

fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0244546-49.2015.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Jonas Souza de Lima - Intime-se a Defesa para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o procedimento administrativo disciplinar de fls. 162/267, bem como tome ciência do laudo médico de fls. 290/294. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)

Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Douglas Reis da Silva (OAB 10368/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0299/2019

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0246430-11.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200917-98.2010.8.04.0001) (processo principal 0200917-98.2010.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - REQUERENTE: Jackson Rodrigues - Jean Carlos Fróes de Oliveira - Assim, com base no artigo 191 do Código de Processo Penal Militar, defiro parcialmente os pedidos, acatando o pleito em favor de Jean Carlos Froes de Oliveira e ordenando que lhe seja restituída a quantia de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), quantia que com ele foi apreendida e remanesceu à disposição da Justiça. Expeça-se o mandado de restituição em favor de Jean Carlos Froes de Oliveira. Quanto ao requerente Jackson Rodrigues, que não fez prova de propriedade do valor com ele apreendido, indefiro o pedido de restituição com base no artigo 192 do Código de Processo Penal Militar. Havendo a vítima falecido (fls. 261/262), não se lhe podendo propiciar intimação para a prova do direito duvidoso, só resta a este Juízo aplicar o que estabelece o artigo 119 do Código Penal Militar e ordenar o confisco do produto do crime, no caso o valor de R$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), conforme auto de exibição e apreensão à fl. 25, uma vez que constitui fato ilícito o uso, porte ou detenção por parte do réu, já que não provou a propriedade. Em consequência, havendo sentença absolutória e ainda assim decretado o confisco, determino que se proceda conforme estabelece o artigo 197, “a”, do Código de Processo Penal Militar, que destina o bem confiscado de acordo com o estabelecido no artigo 196, “a”, do mesmo Código. À Secretaria, para destinar o bem de acordo com o que foi determinado, de tudo certificando. Uma vez que estes autos tramitaram apartadamente, determino que sejam reunidos ao processo principal, certificando-se e adotando-se as providências necessárias, com posterior arquivamento. P.R.I.

João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0300/2019

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0250606-04.2016.8.04.0001 (processo principal 0202915-17.2014.8.04.0016) - Apelação Criminal - Leve - AUTORA: Islane Marques Setubal - RÉU: Francisco Ferreira da Rocha - Pelo exposto, nego seguimento ao recurso, sem exercer juízo de admissibilidade, pela irrecorribilidade da decisão, fazendo exegese do que expõe o artigo 397 do Código de Processo Penal Militar, com o que mantenho a decisão de arquivamento proferida nos autos de Inquérito Policial Militar nº 0202915-17.2014.8.04.0016. Tratando-se de procedimento que ganhou numeração autônoma e ficou na condição de dependente no sistema, deverá ser reunido ao feito principal, para que siga a mesma sorte de baixa, com as anotações e comunicações necessárias. Manaus-AM, 21 de agosto de 2019. Dr. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (LÚCIO FONTE)
JUIZ(A) DE DIREITO EVERALDO DA SILVA LIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROCILANE NAVEGANTE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2019

ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 6302/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0202493-48.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXECUTADO: T.S.N. - Vista a Defensoria pública para manifestar-se, no prazo de 48 horas, acerca do alegado pagamento.

ADV: BRUNA GABRIELLE SILVA TRINDADE (OAB 14171/AM) - Processo 0204007-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: R.A.P. - Dê-se vista à parte Exequente através de seu patrono legalmente constituído, para manifestar-se sobre Justificação e documentos, no prazo de 03 (três) dias.

ADV: ARTHEMIS COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7888/AM) - Processo 0206362-19.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: C.C.M.M. - Acolhe-se o pedido de fl. 90.Aguardar resposta do Bacenjud (fl. 54). A prisão foi negada conforme fl. 95. Oficie-se à CEF acerca do PIS, pois o FGTS já consta na fl. 96.

ADV: HEUDMANN OSMIDIO LIMA (OAB 11124/AM), ADV: SÉRGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM) - Processo 0213100-67.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: S.M.S.F.M.S. - Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo extinta a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Recolha-se o Mandado de Prisão de fls. 77 ou expeça-se contra mandado. INTIME-SE O(A)

EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO 5º TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER. PROCEDA-SE O DESBLOQUEIO DE VALORES DE PIS OU FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER PEDIDO OU ORDEM EXPRESSA NESSE SENTIDO.

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0213871-06.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Transação - REQUERENTE: A.A.S. - Intime-se a parte Exequente através de seu(sua) Patrono(a) legalmente constituído acerca do ofício de folhas 50/51 para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. Após decurso do prazo, havendo ou não manifestação, certifique-se e retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANNY CAROLLINY MOREIRA CAVALCANTE DE ARAÚJO (OAB 8647/AM) - Processo 0214515-41.2018.8.04.0001 (processo principal 0224039-38.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: PEDRO GUILHERME QUEIROZ DE CARVALHO - Vista à parte Exequente através de seu patrono legalmente constituído, para manifestar-se acerca da resposta do Bacenjud de fls. 44/45 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: FELIPE BARBOSA AZEVEDO (OAB 9785/AM) - Processo 0221546-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.M.P.M. - REQUERIDO: N.C.M.M. - Cadastre-se o patrono conforme procuração de fls. 26. Processo de conhecimento já sentenciado e baixado (acordo e sentença de fls. 19 e 21). Deve o patrono da parte interessada propor a execução ou o cumprimento de sentença e trasladar as peças correspondentes, utilizando para o tal a classe correspondente, conforme tabela unificada do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, visto ser a via adequada. As petições devem ser endereçadas para a nova ação de execução ou o cumprimento de sentença, sob pena de não serem conhecidas. À fila de encerrados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HEITOR GUILHERME BASILE RIGO (OAB 344229/SP) - Processo 0223837-22.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: F.M.A.M.I. - Sendo assim, com fundamento no artigo 53, II do Código de Processo Civil bem como o art. 147, I, da Lei 8.069/90, DECLINO DA COMPETÊNCIA, determino que os presentes autos sejam redistribuídos à Comarca de São Roque-SP.

ADV: KAMILA TORRES DOS SANTOS IGNACCHITI LOPES GOMES (OAB 8283/AM), ADV: DARLENE TORRES DOS SANTOS (OAB 207A/AM) - Processo 0228471-61.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: K.R.S.P. - OFICIE-SE CONFORME DETERMINADO NA SENTENÇA (ITEM B, FL. 217). OS HONORÁRIOS FORAM SUSPENSOS, LOGO , NEGA-SE O PEDIDO DE DESCONTO.

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR) - Processo 0237104-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERIDO: M.M.L. e outros - Ante a necessidade de produção de provas, paute-se audiência de Instrução e Julgamento. Devem as partes trazerem suas testemunhas independente de intimação ou, caso queiram, devem juntar o rol no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência. Procedam-se as comunicações necessárias. Cumpra-se.

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR) - Processo 0237104-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERIDO: M.M.L. e outros - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0241780-86.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.N.S. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: REBECCA GRIMM E SILVA (OAB 12224/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0242105-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: L.D.H. - REQUERIDA: A.B.C. - Vistos, etc. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0244954-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: E.S.A. - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0247799-40.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: F.E.A.A. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: BÁRBARA DIAS CABRAL (OAB 7565/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: LEONARDO PRESTES MARTINS (OAB 1277/AM) - Processo 0247874-16.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.R.P.S. - REQUERIDO: A.S.V.N. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0262349-21.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: K.A.S.F. - Determino a suspensão do presente feito conforme decisão de 2ª Grau de fls. 147. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0301110-63.2006.8.04.0001 (001.06.301110-8) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - EXECUTADO: F.F.L. - Vista à Defensoria Pública para que se manifeste acerca da Justificação apresentada no prazo de 6 (seis) dias, já considerado o dobro legal. I.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM) - Processo 0337209-95.2007.8.04.0001 (001.07.337209-0) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERIDO: A.S.C. - UMA VEZ QUE HOUVE RECUSA DO PARCELAMENTO INTIME-SE, PESSOALMENTE, O DEVEDOR PARA QUITAR O DÉBITO. Confira-se: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RITO DA COERÇÃO PESSOAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. NECESSIDADE DA CONCORDÂNCIA DO EXEQUENTE. Diante da não aceitação pela parte credora da proposta de parcelamento, deve prosseguir a demanda executória na forma como proposta, intimando-se o executado para imediata satisfação integral do débito alimentar, sob pena de prisão e protesto do título judicial. Manutenção da decisão recorrida. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70075108175, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 30/11/2017)

ADV: DIÊGO RIBEIRO GOMES (OAB 10614/AM), ADV:

MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0611367-20.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.S.N. - REQUERIDA: A.S.P.S. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: FRANK SILVA DE MORAIS (OAB 6403/AM) - Processo 0613254-44.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: F.S.M. - Vale ressaltar que ao se determinar o desconto em follha de pagamento não se revogou a prisão civil visto que somente se faria caso a empresa informasse do cumprimento do desconto, todavia a empresa não comunicou a este Juízo de Direito, (o devedor pode não mais pertencer ao quadro de funcionários da empresa daí deve-se manter a prisão até a resposta da empresa) pelo contrário, foi o devedor por meio de seu advogado, quem veio a informar acerca do aludido desconto. Ante o exposto, determino a imediata liberdade do executado Fredson da Silva Moraes, expedindo-se o competente alvará de soltura. CUMPRA-SE.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0641604-71.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.S.P. - Vistos, etc. A competência da 2ª Vara de Família (antiga 9ª Vara de Família e Sucessões) obedece aos termos da Resolução Nº 41/2006. Dado que nenhuma das partes postulantes reside na zona de abrangência desta Vara, determino o cancelamento da distribuição anterior e a redistribuição ao juízo competente. Cumpra-se.

ADV: GERALDO CANTUÁRIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM) - Processo 0643763-50.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Simples - REQUERENTE: Jessika Regina Monteiro de Almeida - Deve o patrono(a) peticionar endereçando os documentos ao processo ativo, desta forma o Juízo de Direito poderá analisar o que fora requerido e tomar as medidas cabíveis ao impulso da ação. A petição retro foi cadastrada incorretamente criando um processo de forma indevida, razão pela qual torno extinto o presente processo dependente. À fila de encerrados.

ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM) - Processo 0650531-26.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: C.K.M.S. - Aguardar o término do prazo da prisão, salvo se antes deste, efetuar o pagamento integral da dívida alimentar.

ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM), ADV: NANCY CASTRO SEGADILHA (OAB 8575/AM) - Processo 0654639-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: P.C.S.M.J. - Vistos, etc. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anny Carolliny Moreira Cavalcante de Araújo (OAB 8647/AM)
ARTHEMIS COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7888/AM)
BÁRBARA DIAS CABRAL (OAB 7565/AM)
Bruna Gabrielle Silva Trindade (OAB 14171/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Darlene Torres dos Santos (OAB 207A/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Diêgo Ribeiro Gomes (OAB 10614/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Felipe Barbosa Azevedo (OAB 9785/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Frank Silva de Morais (OAB 6403/AM)
Geraldo Cantuário dos Santos (OAB 9942/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Heitor Guilherme Basile Rigo (OAB 344229/SP)
Heudmann Osmidio Lima (OAB 11124/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 6302/AM)
Kamila Torres dos Santos Ignacchiti Lopes Gomes (OAB 8283/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Leonardo Prestes Martins (OAB 1277/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Nancy Castro Segadilha (OAB 8575/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Rebecca Grimm e Silva (OAB 12224/AM)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Sérgio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0091/2019

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0101878-41.2004.8.04.0001 (001.04.101878-9) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: Nirlete Soares Pinto - REQUERIDO: Heraldo Soares Viana - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0200334-40.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: J.G.S.S. - G.S.S.S. - EXECUTADO: J.P.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0206325-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0629279-35.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Adam Araújo Casas - REQUERIDO: L.S.S. - Defiro petitório de fls. 97-98. Expeça-se o competente alvará para o levantamento dos valores conforme fls. 62/64. Ato contínuo, intime-se a parte autora para se manifestar acerca da justificação de fls. 67-86, requerendo o quê entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0208677-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: Jean Carlos Cordeiro de Miranda - REQUERIDO: Aline Stttephanne da Silva de Jesus MIranda - Chamo o devido processo à ordem para tornar sem efeito decisão interlocutória de fls. 81 e todos os atos processuais subsequentes,

inclusive ofício de fls. 89 e termo de audiência de fls. 92-93, em virtude de equivocada análise processual deste juízo. Em consequência disso, expeça-se novo ofício ao empregador do executado, enviando-se, em anexo, sentença de fls. 50-51. A presente demanda abriu-se porque se trata, em verdade, de cumprimento do título constante às folhas 62/63. Intime-se o executado, nos termos dos art.523 e seguintes, do CPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses em atraso. Cumpra-se.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0222762-74.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0612242-24.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: K.S.A. - EXECUTADO: D.H.P.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 49, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção".

ADV: CARLOS ALBERTO MUNIZ PANTOJA (OAB 2121/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM) - Processo 0227657-15.2018.8.04.0001 (processo principal 0617101-20.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Camila Rodrigues Pantoja - EXECUTADO: C.A.M.P. - Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal, e art. 528, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o mandado. Intime-se o Exequente para esclarecer se tem interesse na certidão de protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Intimem-se.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0228394-86.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.C.O. - REQUERIDA: M.F.M.O. - Instrução e Julgamento Data: 23/04/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0232115-22.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: P.G.S.G. - Conciliação Data: 23/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DA SILVA ROCHA (OAB 14048/AM) - Processo 0232698-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.V.S.A.V.S.A. - REQUERIDO: W.S.A. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: AMILTON JOSÉ MANOEL (OAB 8705/PB) - Processo 0238579-33.2009.8.04.0001 (001.09.238579-7) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.G.O.M. - R.S.O.M. - REQUERIDO: G.A.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo ofício ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para que encaminhe cópia dos três últimos contracheques do requerido, conforme despacho de fls. 126, visto que a resposta recebida contém informações de pessoa estranha ao processo".

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0244316-70.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.G.A.S.M. - REQUERIDO: L.L.A.B. - Considerando a necessidade de pagamento das custas com o exame de D.N.A e considerando a informação acerca da impossibilidade de pagamento, folha 96, intimem-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar sobre o interesse em produzir provas em audiência de instrução e julgamento a fim de que comprove seu pleito. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM), ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0245314-38.2016.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.A.O.L. - REQUERIDA: F.N.F.D. - Diante dos petitórios de folhas 151-152 e 159-160 e em respeito ao princípio basilar do contraditório, intime-se a parte requerida para, em dez dias, manifestar-se sobre as petições mencionadas. Cumpra-se.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM), ADV: JUSSARA COSTA BOTELHO (OAB 11223/AM), ADV: GLÁUCIA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 8470/AM) - Processo 0246047-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: M.J.M.O. - REQUERIDO: E.R.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Face o Pedido de desistência pela Requerente e anuência pelo Requerido, Dê-se Vista ao Ministério Público".

ADV: RODRIGO DOS SANTOS XAVIER (OAB 13762/AM), ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM) - Processo 0246505-50.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.F.S. - REQUERIDO: F.M.L.C. - Processo distribuído para este juízo, noto que a demanda foi ajuizada por meio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Entretanto, consoante resoluções 11/2006 deste Tribunal, as demandas ajuizadas pela defensoria pública tem competência exclusiva das 2ª, 3ª, 5ª e 8ª varas de família desta comarca. Assim, consoante o exposto, determino a redistribuição ao juízo competente.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0248714-26.2017.8.04.0001 (processo principal 0233207-25.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Elisa Manuelly Santos Castelo Branco - EXECUTADO: R.C.C.B. - Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal, e art. 528, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o mandado. Intime-se o Exequente para esclarecer se tem interesse na certidão de protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Intimem-se.

ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0600285-89.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE:

Marcela Silva de Souza - EXECUTADO: Elias Pinheiro Pacheco - Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal, e art. 528, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o mandado. Intime-se o Exequente para esclarecer se tem interesse na certidão de protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Intimem-se.

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0601758-13.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: T.S.S. - REQUERIDO: V.V.B. - DESPACHO Compulsando os autos, observo que a petição de fls.41/42 busca provimento jurisdicional acerca do cumprimento da decisão interlocutória de fl.11/12. Ante o exposto, caso a requerente queira discutir acerca de tal objeto deverá intentar ação em autos apartados, conforme o estabelecido no art. 531 e §1º do Código de Processo Civil. Cumpra-se Manaus, 21 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM) - Processo 0602945-90.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.E.C. - REQUERIDA: M.M.M.S.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante a juntada das pesquisas realizadas (fls.82/89) e, dando continuidade ao cumprimento da Decisão de fls. 79, último parágrafo, encaminho os autos para fila do Ministério Público. Após, tornem os autos conclusos para Sentença".

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0608682-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.D.T. - M.L.T.Q. - M.T.Q. - REQUERIDO: A.F.Q. - Instrução e Julgamento Data: 21/04/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: ROSA MARIA CHAVES DA SILVA (OAB 8436/AM), ADV: LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM), ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0609447-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ivaneide Carvalho Anaquirí - REQUERIDA: SUELI RORIZ MOREIRA - SAMARA RORIZ MOREIRA e outro - Instrução e Julgamento Data: 14/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0609782-35.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.O.M. - REQUERIDA: A.C.S.M. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0609961-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.G.O. - REQUERIDA: D.G.V. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0610089-81.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: A.S.S.S. - REQUERIDO: R.F.S. - Instrução e Julgamento Data: 14/04/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0611284-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: Edson Costa dos Santos - REQUERIDA: Elitas Mourão dos Santos - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o Requerido através de mandado, para que o mesmo cumpra o que foi solicitado na decisão interlocutória de fls. 91, dentro do prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: DINAR FARIA ALBERNAZ (OAB 5077/AM), ADV: ISABELA ESPERANÇA MACHADO (OAB 11024/AM), ADV: MARGARIDA MARIA LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 5185/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0612511-97.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.P.A. - REQUERIDO: M.A.C. - Contra Sentença, acostada a fls. 160, o Requerente, irresignado, interpôs recurso de APELAÇÃO, tempestivamente. Preenchidos os fundamentos e requisitos recursais, na forma dos incisos do art. 1.010 do NCPC, intime-se o apelado, como manda o § 1º do mesmo diploma legal para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Após, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Amazonas - TJAM, com nossas homenagens e cautelas de estilo. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JAIME DA SILVA BELEZA (OAB 10327/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: CICERO FERRUCIO PONTES JUNIOR (OAB 27760/CE), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0612820-84.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.A. - REQUERIDA: Z.A.A. - Instrução e Julgamento Data: 28/04/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM), ADV: LEONARDO MAGALHÃES DA SILVA (OAB 12544/AM) - Processo 0613061-24.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: G.F.S. - REQUERIDA: C.L.D.P. - Conciliação Data: 04/11/2019 Hora 13:30 Local: Sala padrão

ADV: BRUNO COLARES DOS REIS (OAB 6370/AM) - Processo 0613245-77.2019.8.04.0001 - Separação de Corpos - Dissolução - REQUERENTE: T.S.M. - REQUERIDO: M.C.R.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o acordo de fls. 67/68, Dê-se Vista ao Ministério Público".

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0613319-68.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.P. - M.Z.B.P. - REQUERIDA: P.F.P. - Instrução e Julgamento Data: 21/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM) - Processo 0613507-61.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.S.S. - REQUERIDO: J.A.D.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls.59 do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas

de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ADRIANA CARVALHO MOREIRA (OAB 10047/AM) - Processo 0614518-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.M.O.L. - ALIMENTAND: N.E.O.M. - REQUERIDO: G.R.M. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. OU Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0615123-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.O.C. - REQUERIDO: J.P.O.C. - DESPACHO Intime-se a parte autora por meio do patrono constituído para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder emenda à inicial, na forma da Promoção Ministerial de fls.72/73, adequando o polo ativo da demanda, colocando SOMENTE a genitora da criança, na medida que a pretensão de guarda deve ser oposta em face dela e não da filha, sob pena de indeferimento. Após, dê-se vista a representante do Ministério Público. Cumpra-se Manaus, 16 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: FELLIPE CARVALHO AMORE (OAB 9302/AM), ADV: ELIANA SANDRA CARVALHO BARROSO (OAB 2027/AM) - Processo 0616731-41.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: N.G.C.A. - R.S.A. - Instrução e Julgamento Data: 16/04/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0616769-82.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.E.R.B. - REQUERIDO: D.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: RONALDO ROSALINO JUNIOR (OAB 8685/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0617546-04.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.R.O. - REQUERIDO: R.V.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Em cumprimento ao Despacho de fls. 583, após as consultas realizadas (fls. 590/606), Dê-se nova vista ao Ministério Público".

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617934-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: LEONICE PRINTES DE CARVALHO - REQUERIDA: ARLEIDE PRINTES DE CARVALHO - ANTONIO MARCOS PRINTES DE CARVALHO e outros - Instrução e Julgamento Data: 28/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0618009-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.T. - REQUERIDO: D.G.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM) - Processo 0618979-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.S.C. - REQUERIDO: R.O.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0619294-08.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.L.C. - REQUERIDA: A.M.C. - A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos artigos 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital do requerido, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM), ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM) - Processo 0619652-70.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.A.S. - REQUERIDO: R.E.T.L. - Intimem-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 160/162. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM), ADV: EDUARDO MARACAIPE COSTA (OAB 14970/PI) - Processo 0620629-62.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: M.G.S.A. - REQUERIDO: S.A. - Assim, por todo o exposto, julgo TOTALMENTE IMPROCEDENTE o mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Expeça-se o que for necessário. Sem custas. Publique-se, registre-

se, intime-se e cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0622000-90.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.R.O. - REQUERIDO: L.C.O.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Autora, através de seu patrono constituído, para se manifestar a cerca da Contestação de fls. 69/72, dentro do prazo de (15) dias".

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: AIRTON JOSE FERREIRA ALVES (OAB 11852/AM) - Processo 0622244-24.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.L.M.A. - REQUERENTE: S.R.M. - ALIMENTANT: J.L.M.A. - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I, do CPC, e fixo o valor da pensão alimentícia em 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o salário mínimo, acompanhando parecer ministerial de folhas 275-276. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se após as formalidades legais.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0622374-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.R.C.V. - REQUERIDO: M.G.G.N. - G.L.M.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0622675-24.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.L.T.M. - REQUERIDO: E.T.S. - Á secretária para tomar as providências cabíveis. Após a realização do referido estudo, torne os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: DJALMA MARTINS DA COSTA JÚNIOR (OAB 9628/AM), ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM), ADV: ALBERTO D'ALMEIDA COELHO (OAB 6495/AM) - Processo 0624010-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: H.R.V.D. - REQUERIDA: B.L.C.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 102, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção".

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0624261-33.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.B.O. - REQUERIDO: M.M.V. - Instrução e Julgamento Data: 21/04/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0624727-22.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.A.P.N.J. - REQUERIDA: A.J.S.V. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Autora, através de seu patrono constituído, para que se manifeste a cerca da Contestação às fls. 37/42, dentro do prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: SAUL MAX P. DE VASCONCELOS (OAB 3524/AM) - Processo 0624825-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.G.A. - REQUERIDO: L.S.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM) - Processo 0625562-78.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: H.J.C.S. - EXECUTADO: R.J.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0626029-86.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: V.O.C. - REQUERIDO: A.F.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Autora, através de seu patrono, para se manifestar acerca da Contestação de fls. 34/37, dentro do prazo de 15 (quinze) dias ".

ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0626603-12.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.S.C. - REQUERIDO: J.B.C.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0626626-55.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.F.S. - REQUERIDO: L.V.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Autora, no prazo de 10 (dez) dia, para se manifestar acerca da certidão de fls. 24".

ADV: JOSÉ DE OLIVEIRA BARRONCAS (OAB 1737/AM), ADV: MONICA RODRIGUES VANZIN (OAB 12412/AM) - Processo 0626813-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.V.L. - REQUERIDA: M.P.V. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos".

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM) - Processo 0627382-35.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução -

REQUERENTE: S.C.P.R. - REQUERIDO: A.B.S. - Instrução e Julgamento Data: 16/04/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: HELEN LUCIANE SILVA DE ARAÚJO (OAB 11237/AM) - Processo 0629065-44.2016.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: N.L.F.S. - REQUERIDO: R.R.F.S. - Intime-se a parte requerida, pessoalmente por Carta AR, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do petitório de fls, 56. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES LEÃO (OAB 93577/PR) - Processo 0631819-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: M.R.B. - REQUERIDO: G.R.B. - Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisórios em favor do alimentando no patamar de 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária informada na exordial, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA EDNA ARAÚJO MATEUS (OAB 3461/AM) - Processo 0632368-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: R.B.C. - REQUERIDA: Y.B.A.R.P.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 23/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0632950-66.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.G.V.L. - E.S.L. e outro - REQUERIDA: A.C.M.V. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0634033-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.S.V. - REQUERIDA: F.A.P. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM) - Processo 0634259-54.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.P. - REQUERIDA: K.A.P. - Instrução e Julgamento Data: 23/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: ILMAR CORRÊA TEIXEIRA (OAB 6920/AM) - Processo 0635054-26.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Marilena Teixeira de Souza - REQUERIDO: Francisco Neris de Souza - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0635208-44.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.M.S. - REQUERIDA: S.E.M.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls. 32 do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0635222-28.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.S.S.C. - REQUERIDA: P.J.M.E. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0635586-34.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.C.S.S. - REQUERIDO: A.A.S. - Instrução e Julgamento Data: 16/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: ROSA MARIA CHAVES DA SILVA (OAB 8436/AM) - Processo 0635806-66.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.A. - REQUERIDA: D.A.A. - Vistos, Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos

toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM) - Processo 0636022-95.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.B.F.L. - REQUERIDO: K.R.O. e outros - Instrução e Julgamento Data: 10/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM), ADV: LUCAS AUGUSTO DOS SANTOS BRAGA (OAB 13269/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM) - Processo 0636564-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0208296-46.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: M.A.B.K. - REQUERIDO: J.N.K. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, para se manifestar sobre a certidão de fls. 76, e requerer o que entender de direito".

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0636693-79.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.B.S. - REQUERIDA: N.R.F. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 23/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0637750-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: H.Q.R. - REQUERENTE: M.Q.R. - REQUERIDO: M.R.T. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM) - Processo 0638133-47.2018.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Seção Cível - REQUERENTE: R.R.S. - REQUERIDO: F.A.S. - Instrução e Julgamento Data: 14/04/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0638403-37.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.B.R. - REQUERIDO: C.M.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CASSIA TAMIRIS GOMES MENDONCA (OAB 9306/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0638524-02.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.R.C. - REQUERIDO: A.A.S.L. - Reitero despacho de fls. 77, devendo ser cumprido integralmente e o executado ser intimado pessoalmente nos termos do art. 871, §2°, do NCPC. À secretaria para tomar as providencias cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA MENEZES DE LIMA (OAB 14516/AM) - Processo 0638760-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Luiz Carlos Candido da Silva - REQUERIDA: Maria da Conceição dos Santos da Silva - Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Paute-se audiência de mediação e conciliação. Assim, cite-se a parte requerida, por carta precatória, e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0639044-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: Regiane Ramiris Carneiro - REQUERIDO: Marcelo Augusto Barbosa Ribeiro - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 23 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: THIAGO DA SILVA ALVES (OAB 13535/AM) - Processo 0639362-08.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: Renata Raquel Santos da Silva - REQUERIDO: Renato Bruno da Silva Machado - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento

à audiência de conciliação e mediação.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: ANA CECILIA BARROS CASTELO (OAB 3485/AM) - Processo 0639503-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ligiane Vieira de Souza - REQUERIDO: Tony Werley Gomes Pinto - PAulo Emanuel Gonçalves Pinto e outros - R.H Ante a Regularização do Polo passivo da ação, conforme petição de fls. 39/40, devolva-se os autos para o Cejusc/Família.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0639695-57.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.B.M. - REQUERIDA: S.S.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM), ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: ALEX DA SILVA ALMEIDA (OAB 10706/AM) - Processo 0639988-32.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0621878-48.2017.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: Ana Beatriz Ferreira Silva - ALIMENTANT: Carlos Alexandre Ferreira da Silva - Dê-se vista à representante do Ministério Público. Após, torne os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO SILVA (OAB 14377/AM) - Processo 0640499-25.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.F.S. - REQUERIDO: E.M.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0640574-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.S.S. - REQUERIDO: S.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: RODRIGO CAMPOS DO ROSÁRIO (OAB 13727/AM) - Processo 0640739-14.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.O.S. - REQUERIDO: P.R.L.L. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM), ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0641322-67.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: A.R.L. - ALIMENTAND: G.R.L. - ALIMENTANT: A.B.C. - Oficie-se conforme pedido de folha 113-114.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0641458-93.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.M.P. - REQUERIDA: M.J.T.P. - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: CRISTIANE NAIARA ARAUJO DE SOUZA (OAB 14321/AM) - Processo 0641608-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Z.F.A.F. - REQUERIDO: J.X.F. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: DENISON DE SOUSA SANTOS (OAB 12123/AM) - Processo 0641624-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: L.R.M.N. - REQUERIDA: A.S.M. - ALIMENTANT: G.R.M.N. e outro - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0641878-98.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Guilherme Augusto Pivoto João - REQUERIDA: Iracema Correia Veloso João - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15

dias, a fim de juntar título executivo, devidamente acompanhado de decisão judicial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0641959-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.M.D.G. - REQUERIDO: A.T.D.G. - A.G.A.M. - Acolho, na integra, a promoção de folhas 51-52 e ratificando as razões ali expostas, determino a redistribuição dos autos ao juízo competente da 5ª Vara de Família, onde tramitou o processo de número 0250745-53.2016, nos termos do II do art. 516 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0642061-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.N.B. - REQUERIDO: M.A.B.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0642474-82.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Darlem de Jesus Baraúna da Costa - REQUERIDA: Kelle Queiroz Barauna - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 23/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0642512-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.M.S. - ALIMENTAND: D.J.S.L. e outro - REQUERIDO: D.L.S.F. - DECISÃO Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária informada na exordial, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: DJALMA MARTINS DA COSTA JÚNIOR (OAB 9628/AM) - Processo 0642565-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Jussara Shaene Souza dos Santos - REQUERIDO: Wagner Sarmento - Trata-se de Divórcio Litigioso. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisórios em favor do alimentando no patamar de 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária informada na exordial, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. Informação nos autos, oficie-se ao empregador da parte requerida, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0642647-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Roberto de Azevedo Viana - REQUERIDA: Marizete dos Santos Costa - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o documento que comprove a união estável devidamente autenticado, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Após, dê-se vista a representante do Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSE TRAVASSOS SALIGNAC DE CARVALHO (OAB 12402/AM) - Processo 0642683-51.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Maria Oneide Pacifico Cardoso - REQUERIDA: Odienia Pacifico Cardozo - Dê-se vista à representante do Ministério Público. Após, retornem os autos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0642822-03.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.P.C. - REQUERIDA: R.M.A.C. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar os documentos pessoais e o comprovante de residência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0643276-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: T.M. - REQUERIDO: K.S.L.M. - Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Acautelo-me, neste momento processual, de julgar o pedido de tutela antecipada, entendo que, em vista da natureza da prestação alimentar, é necessário aguardar a manifestação da parte contrária para, então, aferir se houve modificação substancial no binômio necessidade/possibilidade em relação à prestação original. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no

mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: ANTONINO MACHADO DA SILVA (OAB 7231/AM) - Processo 0643543-52.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.L.S.M. - W.M.M.S.M.M. - DESPACHO Defiro a gratuidade da justiça. Dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ELISANGELA DE SOUZA PORTELA (OAB 4655/AM) - Processo 0643788-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.J.O. - ALIMENTANT: C.C.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de o contracheque do Requerido, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0644061-42.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Oferta - REQUERENTE: Mauro Felix de Sousa - REQUERIDA: Steffanni Felix Rocha Sousa, - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar os comprovantes de residência e as declarações de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0644261-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: H.C.C. - REQUERIDA: L.S.C. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de incluir no polo passivo os filhos do casal, devendo os filhos menores serem representados por sua genitora, deve-se também juntar o documento do bem descrito em fls. 3 e a declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ETHEL MARINHO IRIGARAY (OAB 10510/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM) - Processo 0644353-61.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.A.P.J. - REQUERIDA: I.C.V.J. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, com base no artigo 356, I, do CPC, devendo o processo seguir para resolução das questões de mérito pendentes. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0644848-08.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.R.S.W. - REQUERIDA: G.T.S. - Primeiro, acompanho a promoção de folhas 290-292 e indefiro o pedido de desentranhamento da contestação, ratificando as razões ali expostas. No mais, oficie-se com urgência o setor responsável para realização do estudo psicossocial. Em paralelo, considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. No mesmo prazo, devem-se as partes informarem também se desejam produzir provas em audiência de instrução e julgamento, especificando suas espécies e a quais fatos referem-se. Por fim, também neste prazo de dez dias, deve o autor manifestar-se sobre o petitório de folhas 286-287. Após, certifique-se e retornem os autos para manifestação do Ministério Público.

ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0644952-34.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: I.S.V. - REQUERIDA: A.F.V. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se as partes para esclarecer, no prazo de dez (10) dias, se o sobrenome do requerente continuará constando na certidão de nascimento do menor".

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0645168-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: R.V.A.S. - REQUERIDO: P.L.S.P. - V.S.P. - Instrução e Julgamento Data: 23/04/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM), ADV: ANA MARIA MARQUES MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 8471/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0645410-51.2017.8.04.0001 - Interdição - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: J.T.S. - REQUERIDA: R.S.S. - Pautese audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0645536-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.V.S. - REQUERIDO: L.H.S.C. - Oficie-se, com urgência, a escola IDAAM por meio de Oficial de Justiça, conforme pedido de folha 177-178. No mais, intime-se a parte autora para, em dez dias, esclarecer o pedido de Busca e Apreensão, uma vez que o fim de semana em questão o menor estaria com seu genitor, conforme decisão prolatada nos autos. No mais, salienta-se que o eventual pedido de cumprimento de decisão interlocutória deve-se tramitar em autos apartados, apensos aos principais. Cumpra-se.

ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0650094-82.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão - REQUERENTE: J.W.A.A. - REQUERIDO: S.P.X. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: MARCUS VINICIUS DA SILVA SANTOS (OAB 7961/MA) - Processo 0651924-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: P.R.S.A. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0653839-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.P. - REQUERIDA:

J.V.S. - Considerando que até a presente data não houve retorno da carta precatória de fls. 72, determino que se localize o endereço cadastral da parte requerida através do Programa SIEL. Após, intime-se a parte autora para se manifestar em 05 (cinco) dias e requerer o que entender de direito.

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0654969-95.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.R. - REQUERIDO: R.D.S. - Vistos, Incide a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM) - Processo 0659573-02.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: W.P.O. - L.B.R. - REQUERIDO: B.V.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora para juntar aos autos certidão de nascimento legível, no prazo de 10 (dez) dias, para que esclareça o número do termo e livro e possibilite a expedição do mandado de averbação de paternidade".

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0660982-13.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0630066-64.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: J.W.E.P.S. - A.S.E.P.S. - A.C.E. - EXECUTADO: W.K.P.S. - Cumpra-se na integralidade o despacho de folha 142

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM), ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS LIMA (OAB 5323/AM), ADV: LÍLIA PIMENTEL DINELLY (OAB 204320/SP) - Processo 0717100-19.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Leda Maria Roque Coutinho - REQUERIDO: Jeusius Gomes Coutinho - Em razão da complexidade da demanda em apreço, paute-se audiência de instrução e julgamento. Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Carvalho Moreira (OAB 10047/AM)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Airton Jose Ferreira Alves (OAB 11852/AM)
Alberto D'Almeida Coelho (OAB 6495/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alex da Silva Almeida (OAB 10706/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Amilton José Manoel (OAB 8705/PB)
Ana Cecilia Barros Castelo (OAB 3485/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Maria Marques Machado de Oliveira (OAB 8471/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Antonino Machado da Silva (OAB 7231/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Menezes de Lima (OAB 14516/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno Colares dos Reis (OAB 6370/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
Carlos Alberto Muniz Pantoja (OAB 2121/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto Silva (OAB 14377/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cassia Tamiris Gomes Mendonca (OAB 9306/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cicero Ferrucio Pontes Junior (OAB 27760/CE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cristiane Naiara Araujo de Souza (OAB 14321/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (OAB 10001/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denison de Sousa Santos (OAB 12123/AM)
Dinar Faria Albernaz (OAB 5077/AM)
Djalma Martins da Costa Júnior (OAB 9628/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM)
Eduardo Maracaipe Costa (OAB 14970/PI)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Eliana Sandra Carvalho Barroso (OAB 2027/AM)
Elisangela de Souza Portela (OAB 4655/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)
Ethel Marinho Irigaray (OAB 10510/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fellipe Carvalho Amore (OAB 9302/AM)

Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Gláucia da Silva Oliveira (OAB 8470/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Helen Luciane Silva de Araújo (OAB 11237/AM)
Heloíse Travassos Salignac de Carvalho (OAB 12402/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Ilmar Corrêa Teixeira (OAB 6920/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Isabela Esperança Machado (OAB 11024/AM)
Jaime da Silva Beleza (OAB 10327/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Jane Picanço de Farias Lima (OAB 5323/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Carlos da Silva Rocha (OAB 14048/AM)
José de Oliveira Barroncas (OAB 1737/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Jussara Costa Botelho (OAB 11223/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Magalhães da Silva (OAB 12544/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Lília Pimentel Dinelly (OAB 204320/SP)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Augusto dos Santos Braga (OAB 13269/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
MARCUS VINICIUS DA SILVA SANTOS (OAB 7961/MA)
Margarida Maria Leão de Oliveira (OAB 5185/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Maria Edna Araújo Mateus (OAB 3461/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Monica Rodrigues Vanzin (OAB 12412/AM)
Monique Rodrigues Leão (OAB 93577/PR)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Rodrigo Campos do Rosário (OAB 13727/AM)
Rodrigo dos Santos Xavier (OAB 13762/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
RONALDO ROSALINO JUNIOR (OAB 8685/AM)
Rosa Maria Chaves da Silva (OAB 8436/AM)
Saul Max P. de Vasconcelos (OAB 3524/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thiago da Silva Alves (OAB 13535/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Zila Lima Araújo (OAB 10973/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0201086-07.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.S.F. - REQUERIDO: J.N.C. - Revisional de alimentos. Ministério Público favorável. Liminar deferida majorando os alimentos para 30% (trinta por cento) do salário mínimo. Citação. Contestação com pedido de reconsideração do valor. Alimentos reduzidos para 20% (vinte por cento) do salário mínimo. Audiência de instrução e julgamento. Deliberação de vista ao Ministério Público. É o relatório. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o trinômio: necessidade - possibilidade - proporcionalidade. Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. Alega o autor que o valor anteriormente acordado se mostra insuficiente para sua subsistência, por outro lado, pondera o requerido que paga pensão para seus outros dois filhos, além de possuir outras despesas do cotidiano. Os argumentos trazidos pelo autor, consubstanciam a necessidade de se revisar o valor mensal a ser pago pelo requerido, dado o valor ínfimo anteriormente acordado pelas partes. Ponderada a situação, tem-se que o percentual revisto no aporte de 20% (vinte por cento) do salário mínimo,

atenderá ao trinômio - possibilidade do alimentante, necessidade do alimentando e proporcionalidade. Ante todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela autora, fixando-se a pensão, por revisão, em 20% (vinte por cento) do salário mínimo, a ser pago pelo requerido mediante depósito do valor mensal em conta da genitora até o 5º dia útil do mês, a qual deverá ser informada, o que faço com fundamento no artigo 487, I , do CPC. Isento das custas. Deferida a gratuidade judiciária Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0202378-66.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: J.A.L.R. - Diante do comprovante de pagamento, tem-se por revogada a prisão. Expeça-se contramandado. Expeça-se alvará para levantamento dos valores em nome da requerente, representada por seu advogado Dr. Leonardo Alvarenga Viana. Dê-se vista ao patrono do exequente para, no prazo de 05 (cinco)dias, informar se há valores remanescentes. Após, voltem-me conclusos.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0223148-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: S.C.P. - Vistos, etc... Pedro Henrique Bacelar Campos, representado por sua mãe, Sabrina Bacelar dos Reis, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de Silvaldo Campos Pereira. A parte demandada foi devidamente citada para apresentar defesa, todavia, deixou o prazo correr “in albis”. Instruído o feito, foram tomados os depoimentos da representante legal do requerente. Deliberação de vista ao Ministério Público. É o relatório. De fato, houve a citação pessoal do requerido, tendo ele se quedado inerte. Portanto, há de ser reconhecida a revelia quanto à matéria de fato, nos termos do art. 344, do CPC. Passo ao mérito da pretensão autoral. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Senão vejamos: “Ementa: ALIMENTOS. Provisórios. Fixação pelo Juízo em 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante. Encargo aparentemente demasiado. Redução moderada, para melhor adequação ao binômio necessidade/ capacidade. Provisórios reduzidos para 25% dos rendimentos líquidos. Incidência sobre horas extras. Recuro provido em parte. (Relator(a): Teixeira Leite. Comarca: São Carlos. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 24/06/2010. Data de registro: 15/07/2010) Ementa: Agravo de Instrumento. Alimentos para o cônjuge. Falta de pronta demonstração do binômio necessidade-possibilidade. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Relator(a): Donegá Morandini. Comarca: Rio Claro. Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 29/06/2010 Data de registro: 13/07/2010) Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. No autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. Por outro lado, como foi revel, a este Juízo chega a conclusão direta de que os argumentos lançados da inicial são verdadeiros (presunção legal). Assim, não me restam dúvidas que a majoração no valor da pensão alimentícia, além de atender aos requisitos legais, também foi aceita pelo requerido, considerando a sua revelia. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, julgo totalmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC, revisando os alimentos para o aporte de 32% (trinta e dois por cento) do salário mínimo, a serem descontados em folha de pagamento. Oficie-se. Isento das custas. Intimem-se. Transitando em julgado arquivem-se com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0223617-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.M.S. - Ação de alimentos. Autor(es) e réu qualificados nos autos. Alimentos provisórios. Citação sem resposta. Revelia decretada. Audiência de intrução e julgamento. Deliberação de vista ao Ministério Público. Sucintamente, o relatório. A ação é de alimentos, com fundamento no Código Civil e na Lei Especial. Os documentos constantes dos autos provam que o réu é pai do(s) autor(es). Tem, portanto, o dever de lhe prestar assistência alimentar, nos termos do Código Civil. E isso, segundo as declarações da mãe da menor, não vem ocorrendo. Citado, o réu quedou-se inerte. O valor fixado a título de alimentos provisórios, apresenta, salvo melhor juízo, contornos determinados pelo princípio da razoabilidade, balizado, por sua vez, pelo critério legal de necessidade/possibilidade. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido, parcialmente, o pedido formulado, para o fim de condenar o réu ao pagamento de pensão alimentícia, no quantum dos provisórios, ao amparo das disposições relativas do Código Civil. Comunicações necessárias. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0227128-93.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: J.C.S.S. - Vistos etc... André Ricardo Correia do Nascimento, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de Arthur Souza do Nascimento, representado por Jose Carla Silva de Souza. A parte demandada foi devidamente citada para apresentar defesa, todavia, deixou o prazo correr “in albis”. Instruído o feito, foram tomados os depoimentos do autor e da representante legal do requerente. Deliberação de vista ao Ministério Público. É o relatório. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Senão vejamos: “Ementa: ALIMENTOS. Provisórios. Fixação pelo Juízo em 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante. Encargo aparentemente demasiado. Redução moderada, para melhor adequação ao binômio necessidade/ capacidade. Provisórios reduzidos para 25% dos rendimentos líquidos. Incidência sobre horas extras. Recuro provido em parte. (Relator(a): Teixeira Leite. Comarca: São Carlos. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 24/06/2010. Data de registro: 15/07/2010) Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. No autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, chegando este Juízo a conclusão de que os argumentos lançados na inicial são verdadeiros (presunção legal). Assim, não me restam dúvidas que a diminuição no valor da pensão alimentícia, além de atender aos requisitos legais, também foi aceita pelo requerido, considerando a sua revelia. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, acolho parcialmente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC, dando por revisionados os alimentos e fixando-os no aporte de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, a serem pagos pelo autor todo dia 30 de cada mês, mediante depósito em conta bancário no nome da representante legal do requerido. Isento das custas. Intimem-se. Transitando em julgado arquivem-se com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0228507-69.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: S.S. - Guarda. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ausência das partes à audiência de instrução e julgamento. Ausência de razões finais. O relatório, no essencial. A parte autora não compareceu a audiência de instrução e julgamento, que era a oportunidade na qual se consubstancia a dilação probatória necessária ao julgamento da causa. Ponderada a situação, tendo em vista a insuficiência de provas, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente demanda, nos termos do art.487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0231295-

56.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: D.L.S. - Ação de guarda c/c alimentos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ausência das partes à audiência de instrução e julgamento. Ausência de razões finais. O relatório, no essencial. A parte autora não compareceu a audiência de instrução e julgamento, que era a oportunidade na qual se consubstancia a dilação probatória necessária ao julgamento da causa. Ponderada a situação, tendo em vista a insuficiência de provas, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente demanda, nos termos do art.487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0232631-95.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: A.V.P. - Revisional de alimentos. Citação sem resposta - revelia decretada. Audiência de instrução e julgamento. Alegações finais. Deliberação de vista ao Ministério Público. É o relatório. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o trinômio: necessidade - possibilidade - proporcionalidade. Senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA.AÇÃO DE ALIMENTOS. PLEITO DE REDUÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO PELO JUÍZO A QUO. ANÁLISE DO TRINÔMIO POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE, NECESSIDADE DO ALIMENTANDO E PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A disciplina legal acerca da fixação dos alimentos tem como lastro essencial o trinômio possibilidade do alimentante, necessidade do alimentado e proporcionalidade, devendo tal medida ser procedida através do juízo de ponderação a ser desenvolvido pelo magistrado, que não está adstrito a critérios fechados, tendo em vista que utilizará como meios de formação do seu convencimento as características e peculiaridades da causa. 2. In casu, a fixação dos alimentos provisórios no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário mínimo é medida razoável diante da análise do trinômio supracitado e do arcabouço probatório colacionado nos autos. (Classe: Agravo de Instrumento, Número do Processo 0007775-61.2017.8.05.0000, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 05/09/2017) (TJ-BA - AI: 00077756120178050000, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 05/09/2017) Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, aliados a proporcionalidade, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. Alega o autor que o valor anteriormente acordado se mostra acima de sua atual possibilidade, que tal valor tem impactado na sua própria subsistência, pois não estaria conseguindo honrar com as despesas do cotidiano, considerando, ainda, que constituiu nova família, estando sua esposa grávida e que, além disso, neste ano finda seu contrato com Exército Brasileiro. Os argumentos trazidos pelo autor, consubstanciam a necessidade de se revisar o valor mensal a ser pago em favor da requerida. Por outro lado, a parte requerida, apesar de devidamente citada, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente sua necessidade. Ante todo o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE o pedido formulado pelo autor, dando por revisados os alimentos a serem pagos e fixando-os no importe de 20% (vinte por cento) da renda mensal bruta do requerente, excluídos os descontos obrigatórios, a serem pagos mediante desconto em folha de pagamento, enquanto perdurar a condição de trabalho formal do autor e, em caso de conclusão/rescisão do contrato de trabalho, fixo a quantia a ser paga em 60% (sessenta por cento) do salário mínimo, mediante depósito do valor mensal em conta da genitora até o 5º dia útil do mês, a qual deverá ser informada, o que faço com fundamento no artigo 487, I , do CPC. Isento das custas. Providencie-se. Deferida a gratuidade judiciária Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0236205-97.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: A.M.C.M. - De ordem do Juiz da 5ª Vara de Família, intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0236811-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERIDA: D.R.F. e outro - Trata-se de ação onde se busca a declaração de União Estável com pessoa já falecida, tendo como postulante a Sra. Antônia Reis da Silva. Foram anexados os documentos pessoais relativos à requerente, ao ex-companheiro e à filha. Contestação da filha do falecido, fruto de um outro relacionamento. Procedimento devidamente instruído, com oitiva das partes envolvidas -ausência da requerida. Ao final, o Ministério Público opinou de forma favorável à declaração. É o relatório. A união estável, como entidade familiar, encontra-se consagrada na legislação infraconstitucional (Código Civil), bem como na Constituição Federal, em especial no seu art. 226, §3º: Art. 226 - omissis §3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. Da instrução processual, ficou evidenciado que, de fato, a parte autora e o falecido viveram como se casados fossem, configurando assim, a união estável. Inclusive, da citada união, houve uma filha. Pelo que se tem, assim, não há como se deixar de reconhecer a existência de união estável entre a requerente e o falecido companheiro. Os elementos essenciais caracterizadores estão presentes, quais sejam, convivência familiar pública prolongada, reforçada pela existência de filha e ausência de prova de que outro fosse o estado civil do falecido que não o de convivente. Pelo exposto, e em consonância com o parecer ministerial, declaro a união estável entre Antônia Reis da Silva e Marcos Fernandes Florêncio, na forma requerida na exordial, para todos os efeitos legais. Sem custas. Deferida a gratuidade judiciária. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0608801-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.C.C. - REQUERIDO: F.G.A.C. - Ação de alimentos com guarda. Autor(es) e réu qualificados nos autos. Alimentos provisórios. Citação sem resposta. Revelia decretada. Audiência de intrução e julgamento. Deliberação de vista ao Ministério Público. Sucintamente, o relatório. A ação é de alimentos, com fundamento no Código Civil e na Lei Especial. Os documentos constantes dos autos provam que o réu é pai do(s) autor(es). Tem, portanto, o dever de lhe prestar assistência alimentar, nos termos do Código Civil. E isso, segundo as declarações da mãe da menor, não vem ocorrendo. Citado, o réu quedou-se inerte. O valor fixado a título de alimentos provisórios, apresenta, salvo melhor juízo, contornos determinados pelo princípio da razoabilidade, balizado, por sua vez, pelo critério legal de necessidade/possibilidade. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido, parcialmente, o pedido formulado, para o fim de condenar o réu ao pagamento de pensão alimentícia, no quantum dos provisórios, ao amparo das disposições relativas do Código Civil. A guarda do filho do casal permanecerá com a genitora. Comunicações necessárias. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0617542-40.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: F.R.A. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR (OAB 5704/AM) - Processo 0627021-47.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Multa de 10% - EXEQUENTE: Salmon Mourão Cavalcante - Cumprimento de sentença como processo autônomo. Inadequação, porquanto gera novo processo, sem necessidade. O cumprimento de sentença deve ser processado nos autos correspondentes, tendo em vista que o Novo Código de

Processo Civil adotou, expressamente, o procedimento sincrético especial para a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, de obrigação de fazer, de não fazer ou de entrega de coisa; não se justifica mais, assim, o processo autônomo, devendo ser requerido nos próprios autos que deram origem à obrigação. Diante disso, tem-se por indeferido o processamento, dando-se por indeferida a inicial, por "error in procedendo". Extinção sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO, ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0628526-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compromisso - EXEQUENTE: S.S.P. - EXECUTADO: A.M.G. - Execução de alimentos. Acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Transação. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, " b" do Código de Processo Civil. Ressalvada a retomada da prisão na eventualidade do descumprimento do acordo. Expeça-se ofício para desconto em folha. Oficie-se à CEF para desbloqueio dos valores encontrados. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0628933-16.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: W.S.G. - Vistos etc... Revisão de alimentos- majoração. Citação sem resposta. Revelia decretada. Instrução com depoimento da parte autora. Ausência de alegações finais. Deliberação de vista ao Ministério Público. O relatório, no essencial. Em sede de audiência, conforme declarações finais de fls.44, a autora diz afirma:" que a representante da requerente aceita continuar nos 30% já determinados anteriormente". Desta feita, deduz-se que houve renúncia à pretensão formulada na ação de revisionar os alimentos. Diante disso, nos termos do art.487, III, "c" do CPC, tem-se por HOMOLOGADA a renúncia formulada pela autora. Não obstante, de forma a não prejudicar os alimentos que já haviam sido fixados com desconto em folha, oficie-se o atual empregador do requerido. Isento das custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0634991-11.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: M.O.S.S. e outro - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0638711-10.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: S.B.C. - Execução de alimentos com pagamento da dívida. Extinção, com fundamento no art. 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM) - Processo 0643826-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: S.P.L. - Intime-se o apelado, nos termos do art.1.010, §1, do CPC, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, à superior instância com os nossos cumprimentos.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0648037-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: Maiko Medeiros de Oliveira - Dissolução de união estável com revisão de alimentos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ausência das partes à audiência de instrução e julgamento. Ausência de razões finais. O relatório, no essencial. A parte autora não compareceu a audiência de instrução e julgamento, que era a oportunidade na qual se consubstancia a dilação probatória necessária ao julgamento da causa. Ponderada a situação, tendo em vista a insuficiência de provas, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente demanda, nos termos do art.487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0652706-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: L.S.A. - Dando integral cumprimento ao(à) despacho / decisão de fls. 35 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0655885-32.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: E.K.C. - Guarda. Citação sem resposta. Revelia decretada. Ausência das partes à audiência de instrução e julgamento. Ausência de razões finais. O relatório, no essencial. A parte autora não compareceu a audiência de instrução e julgamento, que era a oportunidade na qual se consubstancia a dilação probatória necessária ao julgamento da causa. Ponderada a situação, tendo em vista a insuficiência de provas, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente demanda, nos termos do art.487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se.

Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Carlos Antônio Tavares Júnior (OAB 5704/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Mario Cesar de Carvalho (OAB 12674/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: ELIEL DE SOUZA VIEIRA (OAB 14037/AM), ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0610921-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.F.M. - REQUERIDO: A.V.C.M. - Efetue-se o estudo psicossocial do caso, ressaltando que deverão ser observados pelo profissional indicado, os quesitos mencionados no parecer ministerial de fls. 342/344. Destarte, diante da petição de fls. 352/353, na qual a requerente manifesta seu interesse pela realização do estudo através de peritos particulares, cadastrados no banco de dados de peritos do Tribunal de Justiça. Desde já, determino que os autos deverão ser remetidos à secretaria, para as providências cabíveis. Estudo Social ou Relatório Psicológico nos autos, intimem-se as partes, por seus advogados, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

Eliel de Souza Vieira (OAB 14037/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GEORGIA COSTA DE PAULA MENDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2019

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200240-53.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.A. - REQUERIDO: R.A.A. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200325-39.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.C.A.F. - REQUERIDO: R.A.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200688-26.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.F.A. - REQUERIDO: D.S.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201391-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.R.N. - REQUERIDO: D.S.T. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201646-46.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.P.S. - REQUERIDA: A.V.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201758-78.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.B.N.A. - REQUERIDO: A.P.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0201874-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM), ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0202463-86.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.M.F.M. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Assim, deveria o pedido ser formulado nos autos originários, e não em uma execução autônoma extinta em 2014. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203047-80.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.B.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0203952-85.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: D.R.B.B.L.R.B.G.R.B.J.I.R.B. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0206761-14.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.C.N.S.C. - REQUERIDO: K.L.S.C. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0207193-33.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.B.F.C. - REQUERIDO: A.P.P. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207233-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Doralice Alves Rodrigues - REQUERIDO: Juscelino Marques Dias - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0207719-97.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: O.C.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207866-26.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.J.B.V. - REQUERIDA: E.M.B.C. e outro - Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207866-26.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade -

Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.J.B.V. - REQUERIDA: E.M.B.C. e outro - Publicada a sentença de folhas 29 e 30, o requerente compareceu em cartório alegando a existência de erro material, consubstanciado na manutenção do nome anterior da criança, em contrariedade ao acordo homologado pelos pais. É o relatório. Decido. A sentença contém efetivamente erro material constatável ictu oculi, vez que dos documentos juntados aos autos, se atesta que houve realmente o erro de grafia apontado. Diante do exposto, onde se lê, no primeiro parágrafo "(...) Heitor Batista Cruz", leia-se: "(...) HEITOR JÚNIOR BATISTA BARROSO". (grifo meu). Na parte que não foi objeto de correção, permanece como lançada nos autos. P.R.I.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0208017-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.G.O. - REQUERIDO: O.A.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208432-72.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.C.S.X. e outro - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208967-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.G. - M.E.S.G. - A.S.G. - REQUERIDO: D.S.G. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público manifestou-se de forma desfavorável à pretensão. O relatório, no essencial. Inicialmente, cumpre cotejar os argumentos lançados pelo MP em seu parecer. Ao opinar pela não homologação do acordo de alimentos, o Parquet aduziu que a obrigação alimentar foi acordada em patamar irrisório, não podendo ser homologado. Apesar de objetivamente o valor parecer baixo para os parâmetros ordinários, é certo que os alimentos devem ser fixados em um patamar que atenda às possibilidades do alimentante e necessidades dos alimentandos. A mediação/conciliação foi conduzida pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos, órgão especializado neste tipo de procedimento, e baseado no princípio da decisão informada e da autonomia da vontade, o que significa dizer que as partes tem conhecimento das consequências do acordo homologada, e que tomaram a decisão livre de qualquer coação ou induzimento a erro. Além disso, foi acordado ainda o pagamento de outros valores, a título de alimentos in natura. Dessa forma, reputo válido e eficaz o acordo formulado entre as partes, não havendo motivos para que se decline de sua homologação judicial. Ante o exposto, e em discordância parcial com o órgão ministerial, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210815-28.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDA: D.O.B.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211136-58.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.E.C.S. - REQUERIDA: L.Q.S.S. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0211386-33.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: T.F.S. - ALIMENTANT: R.F.P. - Expeça-se o alvará requerido às fls. 211. Intime-se a exequente, por meio de seu advogado, para pleitear o que entender cabível, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JULIANA LINHARES DE AGUIAR LOPES (OAB 22034/CE) - Processo 0211811-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.D.B.C.M.I. - REQUERIDO: E.C.C. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0212140-33.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.G.S.P. - REQUERIDO: M.M.P. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0212996-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.S.S. - REQUERIDO: E.A.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213108-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Y.S.O. - REQUERIDO: V.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213112-03.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: B.O.P. - REQUERIDO: R.A.S. - Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS manejada por Esther Valentina de Oliveira Pereira, menor, representada por Bruna de Oliveira Pereira em face de Renan de Almeida Santana, juntando os documentos de fls. 9/17. Alega a representante da criança que teve um relacionamento com o réu, tendo como fruto o nascimento de sua filha Informa que o requerido, além de não reconhecer a paternidade, não vem contribuído para o sustento da criança. Foi realizada audiência com a finalidade de se promover a conciliação entre as partes, tendo o requerido se comprometido

a realizar o exame de DNA. Laudo de DNA negativo (fls. 42/45). Em audiência as partes acataram incontestavelmente o resultado do exame (fls. 46/47). Manifestação ministerial pela improcedência do pedido. Sucintamente, o relatório. Justiça Gratuita deferida. O pedido prende-se ao direito que teria a criança, assegurado pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, de conhecer a sua origem e desfrutar de sua identidade. No caso em tela a prova técnica do exame de DNA concluiu pela exclusão da paternidade, com probabilidade superior à 99,99%. Dessa forma, com base no princípio da persuasão racional do magistrado, verifico estar o processo devidamente instruído, não havendo necessidade de produção de outras provas. Diante do resultado negativo do laudo de DNA, tem-se, com fundamento no artigo 487, I do CPC, por rejeitado o pedido formulado na inicial. Sem custas. Deferida a gratuidade judiciária. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213729-60.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - AUTORA: S.P.S. - RÉU: G.J.R.G. - Trata-se de procedimento de liquidação de sentença ajuizado como ação autônoma, Segundo a sistemática dos artigos 509 e seguintes do Código de Processo Civil, a liquidação de sentença se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0214071-71.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Seção Cível - REQUERENTE: N.R.A. - REQUERIDA: J.L.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0214090-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.S.L.R. e outro - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I c/c art. 274, § único do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0214687-46.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.P.S. - Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216483-09.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.B.R. - REQUERIDA: F.O.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Última manifestação da parte autora em 11/2018. Intimação sem êxito às fls.43. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216615-66.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.M.S. - REQUERIDA: T.P.R.S. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0217720-44.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: P.S.C. - Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela, na proporção de 5/6 quotas, eis que alguns sucessores renunciaram em seu favor, como se observa do termo de renúncia de fls. 10, 13, 16 e 19, com reserva da quota parte remanescente, qual seja 1/6, em nome do herdeiro Sergio da Silva Carvalho, que se encontra em local incerto e não sabido, o qual poderá levantar a quantia mediante apresentação de documento de identidade perante a instituição financeira. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, na forma acima determinado. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0218550-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.D.A.F. - Intime-se o requerido, por meio de seu advogado constituído, para que também apresente suas alegações finais, no prazo de quinze dias. Findo tal prazo, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218753-69.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.V.M. - REQUERIDA: M.T.S. e outro - Tem-se por homologada o acordo firmado entre as partes, ressalvadas as prerrogativas decorrentes do poder familiar e as limitações decorrentes de legislação excepcional, especialmente previdenciária, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219702-93.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.C.C. e outro - Exoneração de alimentos. Requerimento de homologação de acordo. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. A situação é de fato de exoneração. O segundo requerente atingiu a maioridade e concorda com a exoneração. Sem necessidade de maiores considerações, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade. Expeça-se ofício para cessar o desconto da pensão em folha de pagamento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0219931-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.O.P. e outro - REQUERIDO: M.P.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220817-52.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.R.A. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988, com a emenda de fls. 20 dos autos acerca do acordo de alimentos. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a

união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220819-22.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: A.S.C. e outro - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: RAIMUNDA LEILA MENDES DA SILVA (OAB 9940/AM) - Processo 0220928-70.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: LUCIANO NASCIMENTO DE MENEZES - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0220982-02.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.C.P.S. e outro - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221022-81.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.E.M.S. - REQUERIDO: F.H.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221980-67.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - AUTOR: J.A.S. - REQUERENTE: M.C.C.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988, com emenda acerca dos alimentos às fls. 23 dos autos. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0221994-51.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.L.S. - P.H.L.S. - C.L.L.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido na forma acima determinada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0221994-51.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.L.S. - P.H.L.S. - C.L.L.S. - Publicada a sentença de folhas 48 e 49, os requerentes compareceram em cartório alegando a existência de erro material, consubstanciado na ausência de menção aos valores retidos na Caixa Econômica Federal a título de FGTS. É o relatório. Decido. A sentença contém efetivamente erro material constatável ictu oculi, vez que dos documentos juntados aos autos, se atesta que não houve menção ao FGTS. Diante do exposto, onde se lê "(...) na Agência 1457, Op. 013, conta 4460-1 e na Agência 1457, Op. 013, conta 54943-6, estas duas últimas junto à Caixa Econômica Federal", leia-se: "(...) na Agência 1457, Op. 013, conta 4460-1 e na Agência 1457, Op. 013, conta 54943-6, bem como FGTS, estes três últimos junto à Caixa Econômica Federal ". (destaquei). Na parte que não foi objeto de correção, permanece como lançada nos autos . P.R.I.

ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0222395-84.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: M.T.H.F. - REQUERIDA: C.R.S. - Defiro o pedido de desarquivamento. À Secretaria para os procedimentos pertinentes. No mais, intime-se a ora peticionária, por meio de sua patrona, para formular os pedidos que entender devidos no prazo de cinco dias úteis, sob pena de novo arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222409-68.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível -

REQUERENTE: E.F.A. - REQUERIDO: A.M.S.L. - ERISNEIDE FERNANDES ALVES, devidamente qualificada na inicial, manejou perante este Juízo, ação de modificação de guarda c/c alimentos em face de ANDERSON MIKAEL DE SOUZA LIMA, sustentando ter melhores condições de cuidar de seus filhos Kamilly Vitória Fernandes Lima e Paulo Vítor Fernandes Lima, vez que o requerido jamais exerceu de fato a guarda compartilhada inicialmente fixada, em razão do que havia sido dispensado no pagamento de alimentos, estando as crianças de fato sob a guarda permanente da requerente, necessitando do auxílio de alimentos, que ora postula no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), juntando os documentos de fls. 6/14 dos autos. Regularmente citado, o requerido deixou transcorrer o prazo sem oferta de contestação, como se vê às fls. 22/25 dos autos. Revelia decretada. Termo de audiência às fls. 29/32. Parecer ministerial pela procedência do pedido (fl. 33/34). É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. Na guarda unilateral (antigamente, denominada "partilhada"), o filho fica com um dos pais, enquanto ao outro se concede o direito de visitas (Código Civil, art. 1.589) e o dever de supervisionar os interesses do filho (art. 1.583, § 3º). Nessa espécie, o filho mora com o ascendente titular da guarda, que tem o dever de administrar-lhe a vida cotidiana, levando-o à escola, ao médico e às atividades sociais, providenciando alimentação e vestuário. Ao outro cabe conviver com o filho em períodos, de duração variada (algumas horas ou dias). Nessas oportunidades, chamadas legalmente de visitas, o ascendente que não tem a guarda pega o filho em casa, leva-o a passeios ou eventos familiares, tem-no em sua convivência, e o devolve no horário aprazado. Durante a visita, o pai ou a mãe que não titula a guarda responde pela saúde, física e mental, e bem-estar do menor. A atribuição da guarda a um dos genitores, em nada altera a extensão do poder familiar no que diz respeito aos demais direitos e deveres. Mesmo o pai ou a mãe que não titula a guarda continua a participar do poder familiar. A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas/maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. A guarda deve ser destinada aquele familiar que detem melhores condições para cuidar e educar os seus filhos. Dito isto, em outras palavras, deve o juiz deferir a guarda jurídica ao genitor com a melhor situação emocional, o qual dará maior segurança na criação de seus filhos. Ao exercício da guarda sobrepõe-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que não se pode delir, em momento algum, porquanto o instituto da guarda foi concebido, de rigor, para proteger o menor, para colocá-lo a salvo de situação de perigo. Devem as partes pensar, de forma comum, no bem-estar dos menores, sem intenções egoísticas, caprichosas, ou ainda, de vindita entre si, tudo isso para que possam - os filhos - usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, porque toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, conforme dispõe o art. 19 do ECA. Dos depoimentos prestados em audiência, verifica-se que a guarda compartilhada outrora fixada não vem sendo desempenhada na forma devida, estando os filhos na guarda fática da requerente, pelo que torna-se necessária a modificação da guarda, nos moldes postulados, bem como pela fixação de alimentos em atenção ao trinômio alimentar. Do que se observa dos autos, verifico que a requerente tem melhores condições de exercer a guarda responsável de seus filhos e de lhe prestar toda a sorte de cuidados básicos, pelo que acato o pedido de modificação, não havendo sequer manifestação de contrariedade do requerido que regularmente citado deixou transcorrer o prazo legal sem oferta de contestação. Soma-se a isto a oitiva dos filhos nesta Vara, que relatam a rotina vivenciada pelos mesmos ás fls. 31/32 dos autos, ratificando os fatos narrados pela parte autora, aptos a ensejar a referida modificação postulada. Entretanto, nos termos do art. 1.589, do Código Civil, o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. Passo à análise dos alimentos. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Nos autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. Soma-se a isto a não juntada por parte da autora acerca de documento comprobatório relativo ao salário auferido pelo requerido, sendo entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência que a pensão de alimentos nestes casos deverá recair sobre o salário mínimo. No que tange às necessidades da parte autora, é de se presumir sejam as normais de sua faixa etária, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenha uma necessidade especial ou qualificada de alimentos, tendo a requerente relatado as necessidades dos filhos às fls. 29/32 dos autos. Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados no importe de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda, a ser pago todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante recibo ou depósito em conta que vier a abrir. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento dos filhos. Ante o exposto, e seguindo posicionamento ministerial, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral e concedo a guarda de Kamilly Vitória Fernandes Lima e Paulo Vítor Fernandes Lima à autora, determinando de ofício, nos termos do art. 1589, CC, o direito de visitas livres, mediante prévio ajuste entre as partes, em atenção ao melhor interesse e a rotina dos filhos e fixação dos alimentos pelo requerido na forma acima determinada, o que faço com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0222779-13.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: F.M.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0224154-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.S.G. - REQUERIDO: A.G.B.G. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224388-31.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.G.S. - R.S.N. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar

essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224671-54.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: D.M.P. e outro - Vistos etc... Trata-se de pedido de homologação de reconhecimento voluntário de paternidade. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Diego Melgueiro Padron em face de David de Souza Dutra, que passará a se chamar David Dutra Padron, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 7 ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA (OAB 274381/SP) - Processo 0224714-88.2019.8.04.0001 (processo principal 0625160-60.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Dayane Filgueira Rocha - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual os credores requerem a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil de 2015, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal, neste caso o de número 0625160-60.2018.8.04.0001 . Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226075-77.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.A.G. - REQUERIDO: J.H.S.B. - Desistência homologada. Em razão disso e com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, tem-se por extinto o processo. Sem custas. Partes intimadas em audiência. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226328-31.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: G.M.Q. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226335-23.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: G.M.Q. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226339-60.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: E.C.C.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226584-13.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: WILLIAN FERREIRA MARQUES - REQUERIDO: Caio Vinícius Lima Marques - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227134-66.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.A.T. e outro - Exoneração de alimentos. Requerimento de homologação de acordo. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. A situação é de fato de exoneração. O segundo requerente atingiu a maioridade e concorda com a exoneração. Sem necessidade de maiores considerações, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade. Expeça-se ofício para cessar o desconto da pensão em folha de pagamento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227306-08.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: K.R.A.S. - EXECUTADO: M.P.S. - Vistos etc... Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Determino o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil, para que se dê continuidade nos autos devidos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227983-38.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: R.A.C. e outro - Homologação de acordo para dissolução de união estável. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. 11 Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228836-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.M.N.N. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228875-44.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: O.B.O.P. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229069-44.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: T.A.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229381-20.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.S.V. e outros - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229674-87.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: E.L.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229716-39.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: N.B.P. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229803-92.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: M.S.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230001-32.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: T.S.C. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230355-57.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.R.S.O.L. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos

ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230923-73.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: M.J.S.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230945-34.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: E.K.C.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230946-19.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: B.N.G. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230948-86.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: T.V.G. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230952-26.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: L.J.S.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230954-93.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: L.E.A.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230955-78.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: K.S.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231018-06.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: M.G.L. e outro - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que as partes acostaram declaração firmada de próprio punho, com declaração de duas testemunhas junto à Defensoria Pública Estadual, como se vê às fls. 20 dos autos, aliado ao fato que da união nasceu uma criança, estando patente os requisitos caracterizadores da união estável que pretendem homologar. Ademais, restaram preservados os interesses de menores com parecer favorável pela homologação de cláusulas correspondentes.. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231249-33.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.L.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231587-07.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: S.S.O. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto

com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231909-27.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: C.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0232263-52.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: L.S.M. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: DENISE CAMPOS DA COSTA (OAB 7509/AM) - Processo 0233151-55.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: B.S.R. - Cumpra-se a promoção de fls. 79, observado o prazo estatuído no art. 364, § 2º do CPC. Onde é aberto vista as partes para querendo , externem suas considerações finas.

ADV: VANESSA NUNES ZOGAHIB (OAB 10021/AM), ADV: MAYARA CARVALHO TRINDADE ZURRA (OAB 8614/AM) - Processo 0233727-58.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.C.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0234014-11.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.M.G. - C.A.S.C. e outro - A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80 e Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 , onde o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, novo CPC). Diante a legitimidade das partes e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, cujo valor deverá ser rateado da seguinte forma: 50% do saldo da conta para o genitor e 50% para a genitora. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do novo CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0237193-50.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.C. - REQUERIDA: W.B.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM), ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM) - Processo 0240668-63.2008.8.04.0001 (001.08.240668-6) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: J.J.L.S. - REQUERIDA: A.C.S.S. - Intime-se a embargada, por meio de seu advogado constituído para que se manifeste quanto aos embargos opostos, no prazo de cinco dias.

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM), ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM) - Processo 0242781-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.P. - REQUERIDO: S.H. - Considerando que o requerido possui mais de uma patrona, não incorrerá em prejuízo ao mesmo a manutenção da data previamente agendada. Pelo exposto, indefiro o pedido de redesignação de audiência.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0242867-24.2009.8.04.0001 (001.09.242867-4) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: L.G.M.S. e outro - EXECUTADO: E.C.S. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243056-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.G.M.T. - REQUERIDO: M.V.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243331-67.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.P.C. - REQUERIDA: J.B.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244135-98.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: N.C.G.S. - REQUERIDO: D.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo

0244752-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.M.S.J. - REQUERIDA: S.E.C.S. - Ernesto Melo dos Santos Junior, devidamente qualificado na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de Sophia Emanuelly da Costa dos Santos, menor, representado por Lisandra Araújo da Costa, alegando, em poucas palavras, haver modificação nas suas possibilidades por pagar outra pensão a outra filha, postulando, com isso, a redução da sua obrigação alimentícia de 31,44% (trinta e um vírgula quarenta e quatro por cento) para R$ 100,00 (cem reais). Juntou os documentos de fls. 5/13. Regularmente citado às fls. 18, deixou transcorrer o prazo legal sem oferta de contestação. (fls. 19). Revelia decretada. Termo de audiência às fls. 22/25 dos autos. Em parecer, o MP opinou pela improcedência da pretensão. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. Entende o autor que o fato de pagar outra pensão alimentícia veio a desequilibrá-lo financeiramente. Disse que essa fator modificaram suas possibilidades. Ao verificar atentamente os autos, não vejo como modificado esse equilíbrio. Não é fato de haver uma outra obrigação alimentícia que faz modificar suas possibilidades frente aos seus filhos. A existência de uma outra obrigação alimentícia não é fator justificante a modificar a possibilidade do alimentante, a fim de autorizar uma intervenção judicial para reequilibrar a equação possibilidade-necessidade. Entendo, ao contrário da parte autora. Caso venha a modificar os alimentos acordados, a decisão judicial irá, de forma preponderante, reduzir a pensão a modificar o equilíbrio já ditados pelas partes no momento do acordo. Ficados esses pontos, não vejo modificada situação consolidada no momento da fixação do acordo, a qual autorize modificar os alimentos já acordados. Portanto, em consonância com a promoção ministerial, não vejo como ser procedente pretensão deduzida neste autos. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, julgo totalmente improcedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC. Isento das custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0245102-46.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.M.H.B. - REQUERIDO: F.J.S.B. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0245931-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: F.L.B.M.I. - EXECUTADO: F.M.B. - Intimado no cumprimento da sentença de alimentos, nos termos do rito da prisão, o devedor não pagou a dívida, nem provou que já tenha pago. Em sua justificativa, alegou dificuldades financeiras, decorrentes da crise econômica. Ainda, requereu parcelamento da dívida, o que não foi aceito pela exequente, que também demonstrou não possuir interesse na conciliação. O Ministério Público, instado, opinou pela decretação da prisão. Medida coercitiva de elevada excepcionalidade, a prisão civil do devedor de alimentos tem respaldo legal e constitucional. Em algumas situações é de extrema eficácia. E esta parece ser uma dessas situações. O devedor foi intimado para pagamento da dívida e advertido da prisão, caso nada providenciasse - pagamento, prova do pagamento ou justificativa, não tomando nenhum dos três caminhos. In casu, o que se tem, efetivamente, é a existência do débito alimentar ainda pendente, no período referido pela Súmula 309/STJ. O devedor, ao que tudo indica, contumaz, faz crer que somente ameaça de constrição pessoal é capaz de fazê-lo honrar a obrigação assumida. Certo é que os beneficiários da pensão não podem ficar esperando que a satisfação de suas necessidades fique ao alvedrio único e exclusivo da boa vontade do alimentante, que apenas paga o que deve quando entende conveniente fazê-lo. Tenha-se em conta, por outro lado, que o não-pagamento da pensão pelo executado tem causado, pela recalcitrância, sérios transtornos à exequente. Friso, por fim, que não existe a possibilidade jurídica de parcelamento compulsório da dívida alimentar. Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 1 (um) mês, com fundamento nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal, e art. , do Código de Processo Civil. Expeça-se o mandado, com as ressalvas e diligências de estilo. Intimem-se.

ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM), ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM), ADV: EDMILSON VILAS BOAS CONCEIÇÃO JÚNIOR (OAB 11257/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0246623-07.2010.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.S.G. e outro - REQUERIDO: C.S.G. - A meu ver, o processo deve ser visto como efetivação da justiça e da cidadania, dando garantia ao amplo acesso à justiça e aos menos favorecidos, através de técnicas de racionalização do processo, com a efetivação de uma melhor utilidade processual, aliada à economia processual, pelo que, inobstante a sentença que o extinguiu sem resolução do mérito pela inércia da parte autora, verifico que a parte cumpriu a diligência ordenada no despacho de emenda imediatamente posterior à mesma, pelo que determino o prosseguimento do feito, levando-se em consideração ainda a ausência de trânsito em julgado da sentença. Vista ao patrono do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar planilha de cálculo atualizada, em atenção à promoção ministerial de fls. 150, diante do lapso temporal transcorrido, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0247295-15.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Família - REQUERIDO: MARCELO DA SILVA DANTAS - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, é aberto vista à parte autora para que se manifeste, por meio de seu patrono constituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 240 §2º do CPC), acerca da Certidão do Senhor Oficial de Justiça de folhas 303, ficando ciente de que na inobservância do prazo poderão incidir os efeitos do art. 485, III do CPC. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0248065-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: R.V.F.B. - Morte da exequente, comprovada mediante certidão de obtido de fls. 68. Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal. Extinção do processo fundamento no art. 485, IX, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM), ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM) - Processo 0266490-49.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - REQUERENTE: Y.F.P. - Vista ao patrono da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da petição e dos documentos juntados aos autos às fls. 68/83, em atenção ao contraditório e à ampla defesa, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM) - Processo 0329498-39.2007.8.04.0001 (001.07.329498-6) - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: D.L.C. e outro - Expeça-se o ofício requestado às fls. 11/12, com as diligências de estilo, atribuindo prazo de 10 (dez) dias para resposta com relação ao item “c” da petição.

ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB

8441/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO ALVARENGA DE BARROS (OAB 12506/AM) - Processo 0329498-39.2007.8.04.0001 (001.07.329498-6) - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: D.L.C. e outro - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM) - Processo 0600054-38.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: M.G.G.L. - Ao verificar a pretensão deduzida, constato que o autor busca a execução de todos os valores da pensão em atraso desde março de 2018. Noto que o rito processual para a execução das parcelas alimentares encontra-se equivocado. A verba que viabiliza a execução pelo rito da prisão - art. 528 do CPC, são as três últimas parcelas ao ajuizamento da ação, bem como as que se vencerem no curso do processo. Diante disto, intime-se o autor, através do seu patrono, para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial, adequando-a ao rito correto, sob pena de extinção do processo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0600908-27.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ASSISTIDO: P.S.M. - O autor alegou ainda situação de desemprego afirmando que sobrevive dos bicos que realiza. Junta inclusive sua carteira de trabalho, informando que não está empregado desde 2011. Ocorre que o acordo feito entre o requerente e a genitora de seus filhos data do ano de 2015. Ou seja, o desemprego é fato anterior à fixação da obrigação alimentar que ora busca revisar, não podendo, portanto, ser considerado um fato superveniente, como quer o autor. Frisa-se que, por força do artigo 1.699 do Código Civil, os fatos aptos a modificar o valor da obrigação alimentar devem ser posteriores ao ato que a fixou inicialmente. Desta feita, não vejo modificada situação consolidada no momento da fixação do acordo. Contudo, entendo que o título deve refletir com exatidão o atual valor pago pelo autor, já considerando que foi exonerado da obrigação alimentar de sua outra filha. Dessa forma, em consonância com o Ministério Público, entendo que os alimentos devem permanecer no valor de um salário mínimo, pagos mensalmente, na forma já acordada pelas partes em título executivo constante às fls. 12. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC. Defiro o pedido de justiça gratuita. Isento das custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0601755-29.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.S.C. - REQUERIDO: F.R.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SUYANNE SOARES LOIOLA (OAB 9050/AM) - Processo 0602964-67.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: E.S.A.O. - Vistos, Considerando o pedido formulado pela Defensoria Pública nos autos do processo de nº 0628420-53.2015.8.04.0001, que requer o arquivamento do presente feito em razão do supramencionado processo já englobar todas as parcelas vencidas, homologo a desistência do presente feito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC, determinando, por consequência, a extinção do feito. Arquivem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0608844-06.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: L.M.L. - Trata-se de Ação Revisional de alimentos formulado por Simas da Silva Pessoa em face de Y.F.M.P, menor, devidamente representado por sua genitora,, ao argumento de que houve redução na sua possibilidade econômica, postulando a redução de 78,43% (setenta e oito vírgula quarenta e três por cento) para 30% (trinta por cento) do salário mínimo. Juntou os documentos de fls. 06/14. Efetuada tentativa de conciliação, não houve acordo, tendo sido citada a parte requerida no ato, ofertando a contestação de fls. 46/47. Réplica às fls. 51. Às fls. 55, decisão liminar fixando alimentos provisórios no valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo. Às fls. 86/87, o juízo e todos os servidores (!) se declararam suspeitos por motivo de foro íntimo Audiência de instrução e julgamento às fls. 100/103. Em parecer, o Ministério Público opinou pela procedência parcial do pedido, com a fixação de alimentos em 50% do salário mínimo. É o relatório. Decido. Nos termos do art. 1699 do Código Civil, “se fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo”. Dispõe ainda o art. 15 da Lei 5478/68 que “a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados”. Diante do exposto, a fixação dos alimentos, por acordo ou por sentença, não é imutável, podendo o quantum da pensão alimentícia ser alterado em caso de superveniência de modificação das condições financeiras do alimentante ou do alimentado. Segundo o autor, em razão dos avanços tecnológicos e da crise financeira, seu negócio informal de venda de livros restou prejudicado. Além disso, demonstrou que não possui emprego formal desde 2007, motivo pelo qual postula, com isso a diminuição para 30% (trinta por cento) do salário mínimo. Da instrução processual, restou evidenciado que a pensão, em face do percentual acordado, deve ser revista, pois o autor não está conseguindo efetuar o pagamento dos alimentos sem comprometer sua subsistência. Entretanto, mesmo diminuindo seus proventos, é dever do genitor buscar dar o mínimo de condições de subsistência à sua prole. Deve ser ressaltado que, sob a rubrica alimentar, encontram-se gastos com alimentação, saúde, moradia, lazer, educação, vestuário, higiene, transporte e etc, de modo que a redução no patamar postulado pelo autor certamente prejudicará a parte incapaz, vez que se constitui em valor irrisório à contribuição de sua subsistência. Há que se ter em mente, também, que a obrigação de sustento dos filhos é do casal, não apenas do pai, e que a fixação do valor da pensão deve ser orientada pelo batido critério necessidade/possibilidade, de forma a não impor carência demasiada a quem necessita, nem criar transtorno de subsistência a quem tem o dever de pagar. Desta feita, sopesando os elementos possibilidade/necessidade/proporcionalidade, em consonância com o entendimento ministerial, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 50% (quinze por cento) do salário mínimo, mantendo a forma de pagamento prevista no acordo anteriormente formulado entre as parte, constante às fls. 11 dos autos. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita para ambas as partes. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0608844-06.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.S.P. - REQUERIDA: L.M.L. - ASSISTIDO: Y.F.M.P. - Publicada a sentença de folhas 107 e 108, constatou-se a existência de erro material, consubstanciado na incorreta descrição, por extenso, do percentual de alimentos revisionados. É o relatório. Decido. A sentença contém efetivamente erro material constatável ictu oculi, vez que seguiu na íntegra o parecer ministerial, que opinou pelo pela redução dos alimentos devidos pelo genitor ao se filho para o importe de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo . Diante do exposto, onde se lê, no décimo oitavo parágrafo “(...)julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 50% (quinze por cento) do salário mínimo”, leia-se: “(...) julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo”. (grifo meu). Na parte que não foi objeto de correção, permanece como lançada nos autos. P.R.I.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0610107-44.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.O.L. - Decisão:Saldo bloqueado de FGTS no valor de R$ 793,32 (setecentos e noventa

e três reais e trinta e dois centavos), pelo que foi devidamente intimado o executado sem manifestação. Expeça-se o alvará para levantamento do saldo em nome da representante legal da exequente.Após, determino a suspensão do processo de execução de alimentos, nos termos do art. 921, inciso III, do CPC de 2015, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo, se for o caso, durante o prazo de suspensão requerer o desarquivamento a qualquer momento, com a indicação de bem passível de penhora. Havendo novo impulso, retornem conclusos.Decorrido o prazo de um ano sem a indicação de bem passível de penhora, passa a fluir o prazo prescricional de 1 (um) ano, pelo que fiquem os autos arquivados administrativamente durante este período.Decorrido o prazo da prescrição intercorrente, intimem-se as partes para manifestação, em querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.Em quedando-se inertes, sem indicação de bem penhorável, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA (OAB 6182/AM) - Processo 0611665-46.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.P.S. - REQUERIDO: R.P.V. - Paute-se audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência. Na audiência, as partes poderão apresentar todas as provas admitidas no Direito, inclusive, à oitiva das testemunhas. Na data indicada, deverão estar acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol. Observe-se as devidas cautelas no dia de realização da audiência diante da ressalva contida na promoção ministerial de fls. 105 dos autos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0612477-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.B.S.S. - REQUERIDA: J.S.L. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: TAYGUARA YAN THANER FERNANDES DE LEMOS (OAB 13334/AM) - Processo 0614609-55.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Arthur de Oliveira Bitencourt - Para fim de melhor ordenar o cumprimento de sentença, intime-se o exequente, para que junte aos autos a negativa da instituição pagadora, por escrito, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: MÁRCIA DE SOUZA MARTINS (OAB 7714/AM) - Processo 0615206-63.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: V.M.G. - EXECUTADO: R.S.L. - Processo de execução de alimentos. Analisando o sistema SAJ, verifiquei a existência do processo de nº 0615239-53.2013, no qual já há um acordo versando sobre o valor cobrado na presente lide. Some-se a isso o fato de que a marcha processual está travada há quase cinco anos, aguardando o cumprimento de mandado de prisão que nunca ocorreu, sem que qualquer das partes tenha peticionado no processo. Em razão disso, é nítida a necessidade de extinção do feito, em razão da falta de interesse ao prosseguimento da ação, pela perda do objeto. Diante disso, tem-se por extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Fica sem efeito a ordem de prisão exarada no feito, devendo ser oficiada à Polinter para que se abstenha de cumprir eventual mandado de prisão que esteja em seu poder. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ROSIMEIRE DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 9049/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: ALICIENE ONETY DA SILVA (OAB 11884/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM) - Processo 0617627-55.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - EXEQUENTE: M.K.C.B. - REPTANTE: A.V.C. - EXECUTADO: J.M.L.B. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos, que tramita pelo rito misto da penhora e da prisão. Intimado para efetuar o pagamento do saldo remanescente ou provar a realização do mesmo, o requerido pagou apenas parte do débito, argumentando ainda que não fora intimado dos termos da sentença que fixou os alimentos ora cobrados mesmo sendo o autor de tal ação. Parecer ministerial às folhas 185 a 187. É o relatório. Decido. Juntada de planilha atual às folhas 156. Somente a comprovação de fato que gere a comprovação da impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento. In casu, vislumbro que o requerido não comprovou esta impossibilidade, limitando-se aos argumentos expostos em sua justificativa por seu nobre patrono (folhas 121 a 125). Ademais, em caso de insurgência do então autor com a sentença prolatada, cabia ao mesmo apelar do decisório e não tecer tais considerações em sede de justificativa ao inadimplemento dos alimentos devidos à filha. Cabe destacar ainda que o pagamento parcial não elide os efeitos do rito adotado. Regularmente intimado, o requerido pagou parte da dívida. Com vista dos autos, o Ministério Público se manifestou pela penhora e prisão civil do requerido. Desta feita, deixo de acatar a justificativa ofertada, por não vislumbrar a comprovação do requisito do § 2º do art. 528 do Código de Processo Civil, consoante tudo acima fundamentado, pelo que decreto a prisão do ora requerido pelo prazo de (1) um mês, a teor do art. 528 § 3º, do Código de Processo Civil de 2015. Expeça-se o mandado, com as diligências de estilo. Determino ainda o protesto do pronunciamento judicial, pelo que expeça-se certidão da dívida alimentar. Em relação às parcelas sujeitas ao rito da expropriação, consulte-se o Bacenjud, Renajud e a CEF sobre o FGTS/PIS. Resultando positivo para qualquer situação, bloqueie-se o valor ou bem para satisfação da dívida até o valor do crédito atualizado. Em seguida, penhore-se, intimando-se o devedor para manifestação em 15 (quinze) dias. Intime-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0617688-42.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.N.S.L. - REQUERIDO: R.E.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0622228-36.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.S.W. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0622407-33.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.A. - REQUERIDO: C.R.O.G. - Adriana Monteiro de Azevedo, devidamente qualificada na inicial, em favor de Agatha Keverllyn de Azevedo Gomes, propôs, perante este Juízo, Ação de Alimentos, em face de Celso Ricardo Oliveira Gomes, postulando a fixação dos alimentos em 30% (trinta por cento) sobre seus ganhos integrais, excluídos os descontos obrigatórios, (LR. e Previdência), e Horas Extras, incluindo férias, 13º salário e rescisão contratual, exceto FGTS. Juntou os documentos de fls. 3/8. Em decisão às fls. 9, foi fixado alimentos provisórios no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo. A parte demandada foi devidamente citada para apresentar defesa, todavia, deixou o prazo correr “in albis” (fls. 25/26), tendo firmado acordo provisório às fls. 22/24 no percentual de 20,96% (vinte vírgula noventa e seis por cento) do salário mínimo acrescido de despesas médicas. Revelia decretada. Termo de audiência às fls. 30/33. Parecer ministerial pela procedência parcial do pedido. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. A relação de parentesco entre as partes está devidamente evidenciada na Certidão de fls. 6, que também comprova que a filha é menor. Assim, tem-se pela sujeição de ambos ao poder familiar (CC, art. 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida , ínsita ao dever de criar imputado aos pais pela norma do art. 229, da Constituição da República de 1988, também pelo art. 1.634, I, do CCB. Com efeito, o dever de criar, é da essência do poder familiar, e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se inclui o sustento familiar, o

cuidado com a saúde e o que mais necessário for à sobrevivência. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Senão vejamos: "Ementa: ALIMENTOS. Provisórios. Fixação pelo Juízo em 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante. Encargo aparentemente demasiado. Redução moderada, para melhor adequação ao binômio necessidade/capacidade. Provisórios reduzidos para 25% dos rendimentos líquidos. Incidência sobre horas extras. Recuro provido em parte. (Relator(a): Teixeira Leite. Comarca: São Carlos. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 24/06/2010. Data de registro: 15/07/2010) Ementa: Agravo de Instrumento. Alimentos para o cônjuge. Falta de pronta demonstração do binômio necessidade-possibilidade. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Relator(a): Donegá Morandini. Comarca: Rio Claro. Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 29/06/2010 Data de registro: 13/07/2010) Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Nos autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos, não tendo ainda a requerente acostado documento que comprove eventual vínculo de trabalho e os ganhos do requerido. Já a mãe, diante do relato em audiência às fls. 32, presume-se, então, sua pouca condição financeira, inclusive, diante do fato de a filha, que está sob sua guarda, litigar sob os benefícios da assistência judiciária gratuita. No que tange às necessidades da filha, é de se presumir sejam as normais de pessoas em sua faixa etária, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenha uma necessidade especial ou qualificada de alimentos, sendo entretanto inúmeros os gastos realizados pela requerente na criação da filha. Assim, e considerando todos estes fatores, tem-se que os alimentos devem ser fixados no importe de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades dos alimentandos. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento da filha. Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia à filha requerente na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, devendo ser depositado em conta bancária de titularidade da representante legal do requerente informada nos autos, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC de 2015. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 82 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.Intimem-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0624680-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.M.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0626449-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: Raymisson Castelo de Oliveira - REQUERIDA: Maura Nanda Azevedo dos Santos - Descumprimento do art. 320 do Código de Processo Civil. Intimado o autor para regular emenda, deixou transcorrer o prazo sem a devida providência legal. Extinção do processo por indeferimento da inicial, com fundamento nos arts. 485, I, 330, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0626528-70.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Ana Lidia Tavares Pacova - REQUERIDO: Antenor de Aguiar Pacova Filho - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: RAQUEL VIDAL BEZERRA (OAB 14376/AM) - Processo 0626566-24.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: F.R.B.C. - Processo que havia sido sentenciado com pagamento do débito alimentar em 02 de Dezembro de 2015. Petição de fls. 46/50 requer o cumprimento de sentença de alimentos por nova dívida com tabela de inadimplemento alimentar a contar de fevereiro de 2016 até maio de 2019, como se vê às fls. 47/48. Compulsando os autos, verifico que a referida questão engloba parcelas superiores aos três meses anteriores ao ajuizamento da ação, em afronta ao § 7º do art. 528 do CPC (cumprimento título judicial). Assim sendo, intime-se a representante legal do exequente, por meio do patrono legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar o rito consoante o pedido adotado ou adequar o pedido, sob pena de indeferimento.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0627629-45.2019.8.04.0001 - Interdição - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Laura Suely Cardoso Marques - REQUERIDO: Ramiro Alves Marques - Vista aos patronos constituídos para, no prazo de 5 (cinco) dias promover a juntada da documento do veiculo Ford Ranger , para a produção do devido alvará. Cumpra-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0627682-26.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.S.A. - REQUERIDA: J.C.M.A. e outro - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0627684-93.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade -

Guarda - REQUERENTE: J.S.A. - REQUERIDO: D.M.M.A. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0628282-47.2019.8.04.0001 - Interdição - Liminar - REQUERENTE: C.A.M.G. - REQUERIDO: D.S.G. - Juntada de documentos às fls. 6/43 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 15 dos autos. Termo de audiência às fls. 51/52. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 46/47 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 56 dos autos. Promoção ministerial de fls. 57/58. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 15 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0628591-05.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.R.S.O.S. - REQUERIDO: E.F.S. - Posto isto, com fundamento no art. 226, § 6º, da CF, decreto, por sentença, o divórcio do casal litigante, concedendo a guarda ds filho à parte requerente e condenando a parte requerida ao pagamento de alimentos aos mesmos no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, a ser pago mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. Sem custas, face o deferimento da gratuidade de justiça Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0629360-86.2013.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.M.G.P.B. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0630571-89.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: E.E.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM), ADV: PAULO VICTOR SOLART COELHO (OAB 14212/AM), ADV: SARAH SERRUYA ASSIS (OAB 9515/AM) - Processo 0631378-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: S.I.R.B. - REQUERIDO: C.P.O. - Certifico, para os devidos fins, que a parte requerida acostou tempestivamente a contestaçã

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0635149-90.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.I.S.C. - REQUERIDO: J.S.A. - Assim, considerando todos estes fatores acima fundamentados, tem-se que os alimentos devem ser fixados no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui e poderá buscar a fim de contribuir ao sustento do seu filho, adequado também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para conceder a guarda de Maria Cecília Carvalho Aragão à genitora requerente e condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia aos requerentes na proporção de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta informada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0637603-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Ivanice Prestes Tavares Batista - REQUERIDO: Lourivaldo de Almeida Batista - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: TAINARA DA SILVA MEDEIROS (OAB 14362/AM) - Processo 0638297-17.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos -

Levantamento de Valor - EXECUTADO: M.C.M. - Vista ao patrono do requerido para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar com relação à petição de fls. 140/142 dos autos. Após decurso do prazo com ou sem manifestação, vista ao MP.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0639785-65.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - REQUERENTE: Leonardo Vinicius de Assis Souza - REQUERIDA: Tatiana Monteiro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0639833-24.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Abenaias Moraes Queiroz - REQUERIDO: Maria do Socorro da Silva Queiroz - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0660644-39.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.A.F. - REQUERIDA: J.O.R.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aliciene Onety da Silva (OAB 11884/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Carlos Augusto Alvarenga de Barros (OAB 12506/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
DENISE CAMPOS DA COSTA (OAB 7509/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Edmilson Vilas Boas Conceição Júnior (OAB 11257/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Juliana Linhares de Aguiar Lopes (OAB 22034/CE)
Júlio César Lima (OAB 6182/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Márcia de Souza Martins (OAB 7714/AM)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM)
Mayara Carvalho Trindade Zurra (OAB 8614/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Paulo Victor Solart Coelho (OAB 14212/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA (OAB 274381/SP)
Raimunda Leila Mendes da Silva (OAB 9940/AM)
Raquel Vidal Bezerra (OAB 14376/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Rosimeire de Oliveira Barbosa (OAB 9049/AM)
Sarah Serruya Assis (OAB 9515/AM)
Suyanne Soares Loiola (OAB 9050/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tainara da Silva Medeiros (OAB 14362/AM)
Tayguara Yan Thaner Fernandes de Lemos (OAB 13334/AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Vanessa Nunes Zogahib (OAB 10021/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BERNARDO JOSÉ NORONHA ANTUNES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: DELFIM DE ALBUQUERQUE CHALUB PEREIRA (OAB 8174/AM), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0000733-16.1998.8.04.0012 (012.98.000733-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Rocha Lopes Ltda - Diante do exposto, ACOLHO o pedido contido na EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por EUNICE RODRIGUES

DA ROCHA em face da presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS, para declarar a nulidade da citação e, por via lógica, a prescrição da pretensão de cobrança da dívida ativa em relação a excipiente, nos termos da fundamentação. Determino de imediato o cancelamento da indisponibilidade ocorrida às fls. 142, decorrente deste processo. Honorários advocatícios devidos pelo excepto em favor da excipiente, os quais fixo no mínimo legal previsto no artigo 85 §3º, inciso I, do Código Processo Civil, observado o percentual de cada faixa acaso ultrapassado, tendo por base o proveito econômico obtido na presente ação. À secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0006616-12.1996.8.04.0012 (012.96.006616-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: J M Ferreira Filho Representacoes - JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF c/c art. 269, IV, do CPC, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: EDUARDO LIMA PARENTE PINHEIRO (OAB 18093/CE), ADV: FELIPE LIMA PARENTE PINHEIRO (OAB 18094/CE) - Processo 0007803-89.1995.8.04.0012 (012.95.007803-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Bernardo Marques Pinheiro e Cia Ltda e outros - Em vista da impossibilidade em proceder, via BacenJud, o desbloqueio do valor constrito em conta, assim, sendo, determino a expedição de ofício ao BANCO DO BRASIL com a finalidade de devolver quantia constrita em conta bancária nº 89403-6, agência 5110-1 de titularidade Izabela Maria Parente Pinheiro, CPF nº 565.493.004.44, decorrente desta ação, conforme PROTOCOLO Nº 20190000986999. À Secretaria com as cautelas de praxe. Manaus, 02 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0011301-17.2004.8.04.0001 (001.04.011301-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: Gerson Costa Dutra - DISPOSITIVO Diante do exposto, deixo de acolher a EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por GERSON COSTA DUTRA, nos termos da fundamentação. Dê-se o prosseguimento do feito. À secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C Manaus, 21 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CARDONE (OAB 196924/SP), ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM), ADV: KALINA MADDY MACÊDO COHEN (OAB 4258/AM) - Processo 0017654-30.2010.8.04.0012 (apensado ao processo 0226721-97.2012.8.04.0001) (012.10.017654-5) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Distribuidora Cummins Amazonas Ltda - Intime-se a parte executada, via DJ-e, para manifestar-se acerca dos valores depositados em conta judicial (fls.1047/1050), bem como requerer o que lhe é de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Em ato contínuo, remetam-se os autos à contadoria para atualização de cálculos de custas. À secretaria com as cautelas de praxe. Manaus, 23 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM), ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0021437-39.2005.8.04.0001 (001.05.021437-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Tendo em vista que a Executada não apresentou embargos à execução, embora devidamente intimada à fl. 93, defiro o pedido da Exequente às fls. 100/101 e determino a expedição do devido alvará. Manaus, 19 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0031445-66.2010.8.04.0012 (012.10.031445-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Cardoso de Carvalho & Cia Ltda - Diante do exposto, chamo o feito à ordem e torno sem efeito a decisão às fls. 49. Ademais, tendo em vista o lapso temporal, determino a baixa e o arquivamento dos autos. À secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0045814-65.2010.8.04.0012 (012.10.045814-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Cerealista Ouro Preto Ltda - JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Determino à secretaria que proceda com as medidas necessárias para o cancelamento da indisponibilidade à fl. 53. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ MENDES MOREIRA (OAB 87017/MG), ADV: ANDRÉ MENDES MOREIRA (OAB 126363/RJ), ADV: ANDRÉ MENDES MOREIRA (OAB 250627/SP), ADV: KALINA MADDY MACÊDO COHEN (OAB 4258/AM), ADV: PEDRO CAMARA JUNIOR (OAB 002.834/AM), ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM), ADV: ANDRÉ MENDES MOREIRA (OAB 20107/DF) - Processo 0048499-88.2004.8.04.0001 (001.04.048499-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Defiro o pedido constantes às fls.447/448. Ordeno que as intimações e publicações sejam feitas em nome do causídico ANDRÉ MENDES MOREIRA, nos termos requeridos. À secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C Manaus, 15 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CARDONE (OAB 196924/SP), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0218368-39.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0010655-52.1996.8.04.0012) (001.10.218368-7) - Embargos à Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Companhia Distribuição de Motores Cummins - EMBARGADO: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Defiro o pedido de expedição de alvará dos valores depositados neste Juízo em favor da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas. Em virtude da ausência dos cálculos acerca do montante de R$ 3.269,62 (três mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), intime-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para acostar o demonstrativo discriminado da parcela retromencionada. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 16 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARIA FLORENCIA SILVA AIUB (OAB 3026/AM), ADV: ANGELA BEATRIZ GONÇALVES FALCÃO DE OLIVEIRA (OAB 891342/AM) - Processo 0312436-20.2006.8.04.0001 (001.06.312436-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Tendo em vista que a Executada não apresentou embargos à execução, embora devidamente intimada à fl. 76, defiro o pedido da Exequente às fls. 82/83 e determino a expedição do devido alvará. Manaus, 19 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ERIK FRANKLIN BEZERRA (OAB 15978/DF), ADV: LUCIANA PORTINARI DE MENEZES D'AVILA (OAB 24568/DF), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: PEDRO PAES DA COSTA (OAB 1347/AM) - Processo 0331151-76.2007.8.04.0001 (001.07.331151-1) - Procedimento Comum Cível - Crédito Tributário - REQUERENTE: Alfatec Indústria e Comércio Ltda - Compulsando os autos, verifica-se que a Fazenda Pública foi devidamente intimada à fl. 648 para apresentar a Impugnação

ao Cumprimento de Sentença, caso quisesse. Todavia, a mesma se manifestou à fl. 650, concordando com o valor indicado no Cumprimento de Sentença às fls. 646/647. Posteriormente, o autor se manifestou à fl. 661, requerendo a expedição de Alvará em nome de Rodrigo da Silva Costa, OAB/AM 5386. Verifica-se que o advogado supracitado possui substabelecimento em seu nome, colacionado aos autos à fl. 525. Sendo assim, defiro o pedido à fl. 661 e determino a expedição do devido alvará. Manaus, 20 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0601131-14.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Tendo em vista que a Executada não apresentou embargos à execução, embora devidamente intimada à fl. 47, defiro o pedido da Exequente às fls. 72/74 e determino a expedição do devido alvará. Manaus, 19 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0603097-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Hugo de Castro Passos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Trata-se de pedido de alvará eletrônico. Perscrutando os autos, observo a expedição de alvará judicial (vide fls.301). Diante do exposto, indefiro novo pedido de alvará. PRI

ADV: ADRIANA ROTHER (OAB 319A/AM), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: LEONARDO AUGUSTO BELLORIO BATTILANA (OAB 258954/SP), ADV: FABIO AVELINO RODRIGUES TARANDACH (OAB 297178/SP) - Processo 0603500-83.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXECUTADO: Cervejarias Kaiser Brasil S A - Fica o executado intimado, via DJ-e, para no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos procuração com poderes específico para levantamento de valor dado em garantia à presente ação. Devendo informar quem deverá levantar a referida quantia. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: LUIZ FERNANDO SACHET (OAB 18429/SC) - Processo 0606692-19.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXECUTADO: BRASIL NORTE BEBIDAS Ltda - Vistos. Defiro o pedido da Fazenda Pública Estadual (fls.67) para determinar a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal, a fim de que o valor depositado nos autos da Ação Cautelar Preparatória nº 0604340-88.201.8.04.0001, conta Judicial 01562194-6, Agência 3205, seja vinculado a este processo de execução fiscal no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para intimação da penhora. Cumpra-se.

ADV: ANDREA FRANÇA DE SOUZA (OAB 8211/AM) - Processo 0608725-16.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0043837-38.2010.8.04.0012) - Embargos à Execução Fiscal - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Wilson França Neto - julgo procedente o pedido contido nos autos dos Embargos à Execução opostos por Wilson França Neto, nos termos do art. 487, I c/c IV do Código de Processo Civil c/c art. 174, CTN. Honorários devidos indevidos em virtude do princípio da causalidade. Custas pelo embargado, o qual é isento na forma da Lei. P.R.I.C. Manaus, 13 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA FLÁVIA DE AZEVEDO IZELLI GRECO (OAB 203014/SP) - Processo 0613604-66.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0614485-43.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: PACE BRASIL - INDÚSTRIA ELETRÔNICA E COMÉRCIO LTDA. - Intime-se a Requerente para apresentar réplica, no prazo de 15 dias, informando, na oportunidade, qual meio de prova pretende produzir para a solução de controvérsia jurídica. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: JOÃO VITOR LUKE REIS (OAB 24837/DF), ADV: CRISTIANE ROMANO (OAB 1503A/DF), ADV: JANAINA SANTOS CASTRO (OAB 46175/DF), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0620744-54.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0630381-63.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Suspensão da Exigibilidade - REQUERENTE: Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A - EMBARGADO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes na presente AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL ofertada por GERA AMAZONAS - GERADORA DE ENERGIA DO AMAZONAS SA em face do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor da Embargante os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido na presente ação. Custas devidas pelo Embargado o qual é isento na forma da lei. P.I.C. Manaus, 19 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JOÃO VITOR LUKE REIS (OAB 24837/DF), ADV: CRISTIANE ROMANO (OAB 1503A/DF) - Processo 0622934-87.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0803982-13.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes na presente AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL ofertada por GERA AMAZONAS - GERADORA DE ENERGIA DO AMAZONAS SA em face do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor da Embargante os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido na presente ação. Custas devidas pelo Embargado o qual é isento na forma da lei. P.I.C. Manaus, 19 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: VALDECI LAURENTINO DA SILVA (OAB 524A/PE), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0627923-34.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, acolho a exceção de pré-executividade apresentada por FRANCISCO DE JESUS PENHA no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS. Ordeno que o Ente Federativo efetive a retirada do nome do Excipiente do CADIN, bem como do 2º, 3º e 5º Tabelionatos de Protesto de Manaus em relação aos débitos executados neste feito. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor do Excipiente os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 29 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: VALDECI LAURENTINO DA SILVA (OAB 524A/PE) - Processo 0628471-93.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXECUTADO: Itautinga Agro Industrial S.a - DISPOSITIVO Ante o exposto, acolho as exceções de pré-executividade apresentadas por FRANCISCO DE JESUS PENHA e SÉRGIO MAÇÃES no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS. Ordeno que o Ente Federativo efetive a retirada do nome dos Excipientes dos registros do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Tabelionatos de Protesto de Manaus em relação aos débitos executados neste feito. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor dos Excipientes os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 26 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ROBERTO DE OLIVEIRA WHIBBE (OAB 14149/AM) - Processo 0631365-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Mirian de Oliveira Pacheco - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0632219-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Urbana (Art. 48/51) - REQUERENTE: Sheila Suely Azevedo de Figueiredo -

DESPACHO Vistos, etc. Recebo a presente ação e ratifico todos os atos já praticados. Intime-se a Requerente, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, emende o petitório inicial para incluir o Estado do Amazonas no polo passivo deste feito. Após, voltem-me os autos conclusos. P.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa

ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM), ADV: MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS (OAB 9096/AM) - Processo 0640149-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Necy Peixoto Campos - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM) - Processo 0640498-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Fatima Almeida Bacry - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0641579-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Alba Maria Davila Leite - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Concedo os benefícios da justiça gratuita em favor da Autora. Intime-se a Requerente, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, emende o petitório inicial para incluir o Estado do Amazonas no polo passivo da presente lide. Após, voltem-me os autos conclusos. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: KAMILA SILVA DE VASCONCELOS (OAB 170401/RJ) - Processo 0641754-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: A P B de Macedo - DESPACHO Intime-se a Requerente, via DJ-e, para que no prazo de 30 (trinta) dias, comprove o status de hipossuficiência ou recolha as custas processuais sob risco de cancelamento na distribuição do presente feito. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: AMANDA LUIZA MITOZO DE VASCONCELLOS DIAS (OAB 7250/RO) - Processo 0642381-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Geraldo Carlos da Silva Prata - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0644054-50.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0644054-50.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Mario Jorge Guedes Taveira DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0644059-72.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0644059-72.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:G. E. Alves M. Correia Eireli DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0644079-63.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0644079-63.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:H-buster da Amazônia Indústria e Comércio S/A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo

aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0644083-03.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0644083-03.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:H-buster da Amazônia Indústria e Comércio S/A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: VALDECI LAURENTINO DA SILVA (OAB 524A/PE) - Processo 0645280-27.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Itautinga Agro Industrial S A - DISPOSITIVO Ante o exposto, acolho a exceção de pré-executividade apresentada por FRANCISCO DE JESUS PENHA no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS. Ordeno que o Ente Federativo efetive a retirada do nome do Excipiente do 1º Tabelionato de Protesto de Manaus em relação aos débitos executados neste feito. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor do Excipiente os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 29 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0660813-26.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: M e M da Amazonia Ltda - Epp - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 33/42) referente a CDA n° 007948/18 (pedido n° 43070-6). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se.

ADV: SUELEN SALES DA CRUZ (OAB 4289/RO), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: VENEZIA COMERCIO DE CAMINHOES LTDA, ADV: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS (OAB 8466/RO), ADV: ÍTALO JOSÉ MARINHO DE OLIVEIRA (OAB 7708/RO), ADV: BRENO DIAS DE PAULA (OAB 399B/RO) - Processo 0800665-07.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADA: Venezia Comercio de Caminhoes Ltda - Sendo assim, determino a intimação dos advogados mencionados no item “c” da petição às fls. 139/140, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, façam a juntada de procuração com cláusula específica, ou informem os dados da conta bancária da executada. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: FABIO AVELINO RODRIGUES TARANDACH (OAB 297178/SP), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM) - Processo 0875523-77.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERIDO: Cervejarias Kaiser Brasil S A - Intime-se o executado, via DJ-e, para juntar aos autos nova procuração, no prazo de 15 (quinze) dias, com poderes especifico para levantamento de valor constrito nesta ação, tendo em vista o decurso de prazo de sua validade. Devendo informar ainda quem deverá levantar a quantia. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 12 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de

Adriana Rother (OAB 319A/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amanda Luiza Mitozo de Vasconcellos Dias (OAB 7250/RO)
André Mendes Moreira (OAB 126363/RJ)
André Mendes Moreira (OAB 20107/DF)
André Mendes Moreira (OAB 250627/SP)
André Mendes Moreira (OAB 87017/MG)
Andrea França de Souza (OAB 8211/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Angela Beatriz Gonçalves Falcão de Oliveira (OAB 891342/AM)
Anna Flávia de Azevedo Izelli Greco (OAB 203014/SP)
Anna Karina L. Brasil Salama (OAB 2528/AM)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Breno Dias de Paula (OAB 399B/RO)
Cristiane Romano (OAB 1503A/DF)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Delfim de Albuquerque Chalub Pereira (OAB 8174/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
EDUARDO LIMA PARENTE PINHEIRO (OAB 18093/CE)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Florêncio Santos Rocha (OAB 2752/AM)
Erik Franklin Bezerra (OAB 15978/DF)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Fabio Avelino Rodrigues Tarandach (OAB 297178/SP)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Felipe Lima Parente Pinheiro (OAB 18094/CE)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Ítalo José Marinho de Oliveira (OAB 7708/RO)
Janaina Santos Castro (OAB 46175/DF)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Vitor Luke Reis (OAB 24837/DF)
Kalina Maddy Macêdo Cohen (OAB 4258/AM)
Kamila Silva de Vasconcelos (OAB 170401/RJ)
LEONARDO AUGUSTO BELLORIO BATTILANA (OAB 258954/SP)
Luciana Portinari de Menezes d’Avila (OAB 24568/DF)
Luiz Fernando Sachet (OAB 18429/SC)
Marcello Henrique Soares Cipriano (OAB 4011/AM)
Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB 9096/AM)
Maria Florencia Silva Aiub (OAB 3026/AM)
Pedro Camara Junior (OAB 002.834/AM)
Pedro Paes da Costa (OAB 1347/AM)
Priscila de Carvalho Farias (OAB 8466/RO)
Raquel Bentes de Souza do Nascimento (OAB 4819/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Cardone (OAB 196924/SP)
Roberto de Oliveira Whibbe (OAB 14149/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Suelen Sales da Cruz (OAB 4289/RO)
Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato (OAB 1336/AM)
Valdeci Laurentino da Silva (OAB 524A/PE)
Venezia Comercio de Caminhoes Ltda

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.

JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0202905-10.2013.8.04.0015 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Marciolan Batista de Moura - Vistos este autos, Certidão à fl. 104, relatando que os autos encontram-se em duplicidade. Promoção do MP às fls. 105-106, requerendo o arquivamento e apensamento dos autos. É o relatório decido. Considerando a ocorrência de litispendência, em consonância com a promoção ministerial, determino o ARQUIVAMENTO dos autos com o apensamento ao processo nº 0202905-10.2013. Dê-se baixa. Intimem-se. Cumpre-se.

ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM) - Processo 0206257-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Amarildo Batista Fasania - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO O RÉU Amarildo Batista Fasania das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, com fulcro nos incisos V e VII, do art. 386 do CPP. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a restituição dos bens apreendidos. As partes já saem desta audiência intimadas da sentença. P. R. C.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0206915-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Silva Muniz - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO O RÉU das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, conforme inciso V e VII, do art. 386 do CPP. Determino a restituição dos bens apreendidos. Custas na forma da Lei. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0209764-79.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mário Jorge Lima de Souza - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado das infrações penais previstas no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 com fulcro, respectivamente, no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

ADV: ALDENIRES SILVA OLIVEIRA DE SOUSA (OAB 8105/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0215036-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Natanael Santiago de Souza - Visto estes autos, O Representante do Ministério Publico Estadual ofereceu denúncia perante este Juízo contra o acusado Natanael Santiago de Souza, qualificado nos autos, imputando ao crimeprevisto na Lei nº 11.343/2006. Às fls. 169 consta certidão de óbito do acusado Natanael Santiago de Souza, lavrada no 3º Cartório de Registro Civil do Município de Manaus, que registra o falecimento no dia 14/09/2018. Instado a se manifestar, o Ministério Público ofertou parecer (fl. 175), opinando pela extinção da punibilidade. É o relatório. Decido. Vê-se, dos autos, que o réu Natanael Santiago de Souza veio a falecer antes do encerramento da instrução criminal, consoante certidão de óbito acostada aos autos. Desse modo, considerando a comprovação da morte do agente, na forma prevista pelo artigo 62 do Código de Processo Penal, é de ser reconhecida a extinção da punibilidade. ISTO POSTO, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte do agente Natanael Santiago de Souza, qualificado(a) nos autos, nos termos do art. 107, I, do Código Penal Brasileiro e art. 62 do Código Processo Penal. Após o transito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos e cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019 Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0217717-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Batista de Oliveira - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU GABRIEL BATISTA DE OLIVEIRA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de “trasportar” e “trazer consigo” substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, sendo este processo o seu primeiro registro criminal; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias, contudo, são desfavoráveis ao réu, porque relevam uma tentativa audaciosa de burlar as leis e autoridades, mediante transporte de drogas com a utilização de vôos comerciais domésticos, em atitude que desafia a segurança que licitamente se espera dos aeroportos nacionais; quanto as consequências, entendo-as gravíssimas, porquanto a distribuição de drogas em grande quantidade acarreta a viciação de inúmeras pessoas, fortalecendo o tráfico de drogas e destruindo famílias inteiras, tanto pela disseminação de substâncias capazes de provocar dependência química e afetar a saúde física e mental do indivíduo, quanto pelo aliciamento de jovens e mesmo adolescentes para a narcotraficância, aumentando a criminalidade em nosso país; não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são parcialmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 08 (oito) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado atenuante de confissão e reduzo-lhe a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando em 07 (sete) anos de reclusão e 500 dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, aumento-lhe a pena em 1/6 (um sexto), em razão da causa especial de aumento de pena prevista no inciso V do art. 40 da Lei nº 11.343/2006, ficando a pena em 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa. Reconheço ainda, a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, e considerando a grande quantidade de droga apreendida, diminuo-lhe a pena em 1/2 (metade), ficando a pena em 04 (quatro) anos e 01 (um) mês de reclusão e 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 04 (QUATRO) ANOS E 01 (UM) MÊS DE RECLUSÃO E 291 (DUZENTOS E NOVENTA E UM) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 13/05/2017 e permaneceu preso até 29/05/2017, totalizando 17 (dezessete) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, estabeleço, o REGIME SEMIABERTO para o início do cumprimento da pena imposta ao réu nesta sentença, em consonância com o disposto no artigo 33, § 2º, alínea “b”, do Código Penal. Ato contínuo, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que permaneceu assim durante a instrução, sem maiores incidentes, não havendo o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, bem como não há indícios de possa haver

reiteração delitiva. Observa-se que se encontra comparecendo em juízo para justificar suas atividades cumprindo devidamente as medidas cautelares. Da substituição por restritiva de direito: Deixo de substituir a pena privativa de liberdade em restritiva de direito devido ao disposto no inciso I e III, do art. 44 do CPB. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) expeça-se Guia de Recolhimento, remetendo-se os autos à Vara de Execuções Penais (VEP) para aplicação e controle da pena imposta ao réu e) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0224814-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: João Fhilipe Carvalho de Castro - Mauriane Gama Pena - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA PARA ABSOLVER A ACUSADA MAURIANE GAMA PENA DAS IMPUTAÇÕES QUE LHES FORAM FEITAS NA DENÚNCIA (ART. 386, VII, DO CPP) E CONDENAR O RÉU JOÃO FHILIPE CARVALHO DE CASTRO TÃO SOMENTE NAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006, PELA CONDUTA DE "TER EM DEPÓSITO/GUARDAR" SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE DE USO PROSCRITO NO BRASIL E NAS SANÇÕES PREVISTA NO ART. 12, DA LEI Nº 10.826/2003. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM) - Processo 0229374-67.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Ramon Anjos de Souza - Anderson Ferreira Gomes - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU Ramon Anjos de Souza e nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "transportar" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. ABSOLVO O RÉU Anderson Ferreira Gomes das imputações que lhes foram feitas na denúncia (art. 386, VII, do CPP) Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes. Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com grande quantidade de cocaína e maconha (3.591,67g - três mil e quinhentos e noventa e um gramas e sessenta e sete centigramas) e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 08 (oito) anos de reclusão e multa de 700 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado atenuante de confissão (art. 65, III, "d" do CPB) e da menoridade (art. 65, I, "d" do CPB), razão pela qual diminuo-lhe a pena em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, ficando a mesma em 06 (seis) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 02 (dois) anos e 03 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 02 (DOIS) ANOS E 03 (TRÊS) MESES E 10 (DEZ) DIAS DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 22/07/2015 e permanece preso até 27/07/2015, totalizando 06 (seis) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos com o réu Ramon Anjos de Souza, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Determino a restituição dos bens apreendidos com o réu Anderson Ferreira Gomes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0232983-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Carlos Ribeiro de Souza - Ante o exposto, EM CONSONÂNCIA com o Ministério Público, ABSOLVO o réu CARLOS RIBEIRO DE SOUZA nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal em relação aos delitos previstos nos artigos 33 e 35, da Lei nº 11.343/2006 e, com fulcro no artigo 107, IV, do Código Penal DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE pela prescrição em relação ao delito previsto no artigo 12, caput, da Lei nº 10.826/2003 (posse ilegal de arma de fogo) Após o trânsito em julgado, procedam às anotações e comunicações de estilo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0233594-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ailan Borges Oliveira - Samara da Cruz Gloria - SENTENÇA Ailan Borges Oliveira e Samara da Cruz Gloria foram denunciados como incurso nas penas do artigo 33, caput, e art. 35, todos da Lei nº 11.343/2006. Os réus foram notificados e apresentaram defesa escrita preliminar (fls. 146-148 e fls. 156-160). A denúncia foi recebida (fls. 163-165) e o processo teve a tramitação do seu rito. As alegações finais da

acusação consta do termo de audiência de instrução e julgamento fls. 319-322, tendo sido deferido o prazo legal para a defesa apresentar suas alegações finais, apresentadas às fls. 323-328 e fls. 331-332. O Ministério Público pugnou pela condenação de Ailan Borges Oliveira e a absolvição de Samara da Cruz Gloria pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes. É o sucinto relatório. DECIDO, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88. Da Materialidade: A materialidade do fato delituoso está devidamente comprovada no Laudo Definitivo (fls. 20-22) que atestou 1.490,97g (um mil e quatrocentos e noventa gramas e noventa e sete centigramas) da substância apreendida resultou positivo para o princípio Tetrahidrocannabiol (THC) - maconha e alcalóide - cocaína, que se encontra relacionado na lista de substâncias de uso proscrito no Brasil (Lista F1/F2 - substâncias psicotrópicas). Da Autoria: A primeira testemunha, inquirido em juízo, compromissado por lei em dizer a verdade, relatou que: "Foi através de denúncia anônima. Fomos até o local. Fizemos uma campana durante alguns dias. Resolvemos entrar. Batemos e informamos a denúncia. Eles deixara a gente entrar. Fizemos a revista e foi encontrado a substancia entorpecente. Estava no banheiro e tinha em outros cômodos. A denúncia era de que tinha muito movimento. Chegamos a observar esse movimento. Nós que encontramos. Era variado. Tinha balança e munição também. Só não encontramos a arma. Eles estavam na residência. Ela foi levado por estar no local. A denúncia dava o local. Não vi ela saindo durante a campana. " O réu Ailan Borges Oliveira, em seu interrogatório, em juízo, confessou a prática do crime que lhe fora imputado na inicial acusatória, in verbis: "Essa droga eu guardava para um cara que já morreu. Eu guardava porque eu precisava de dinheiro. Encontraram droga, maconha, pasta, balança, dinheiro, munição, acho que duas munições, era três kilos de droga. A Samara só ficava comigo. Eu só usei o celular dela. Eu também vendia, eu estava precisando. Eu entregava quando as pessoas iam lá. Esse que morreu me mandava entregar. A Sâmara não sabia disso. Ela estava no dia na casa. " A ré Samara da Cruz Gloria, em seu interrogatório, em juízo, negou a prática do crime que lhe fora imputado na inicial acusatória, in verbis: Ficamos no apartamento dele. Lá eu dormi. No dia em que pegaram o meu celular o Ailan pediu o meu celular e ele mandou essa mensagem. Eu desconfiava mas fiz vista grossa. Eu estava apaixonada. O depoimento das testemunhas foi bem detalhado e preciso, informando as circunstâncias de como ocorreu os fatos, não havendo motivos para não dar credibilidade. Os indícios colhidos na fase policial se mostram harmônicos com o conjunto probatório produzido em juízo, mediante contraditório e ampla defesa. As provas produzidas e apuradas durante a instrução são conclusivas, devendo ser reconhecido o trabalho da Polícia Militar no combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Desta forma, não resta dúvida que o acusado Ailan Borges Oliveira efetivamente praticou a conduta reprovável e punível descrita no art. 33 da Lei Antidrogas, razão pela qual deverá receber as sanções previstas na referida lei. A autoria quanto a ré Samara da Cruz Gloria é totalmente duvidosa, eis que o acusado confessou a propriedade de material encontrado. Não há elementos que liguem a denunciada ao tráfico de drogas. Para que haja um decreto condenatório é imprescindível a existência de provas acerca da autoria livre e consciente do agente, o que inexiste nesses autos. Desta forma, não tendo havido uma maior investigação policial, a fim de delimitar a autoria, devem ser aceitas as versões uníssona dos réus, por absoluta falta de prova em contrário. Com o afastamento da autoria em relação a denunciada Samara da Cruz Gloria, resta prejudicada a acusação de associação para o tráfico de drogas (art. 35) que, além disso, não restou demonstrada de modo algum nestes autos. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU AILAN BORGES OLIVEIRA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "ter em depósito" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. ABSOLVO A RÉ SAMARA DA CRUZ GLORIA das imputações descrita na denúncia, por falta de provas de autoria, com base no ART. 386, VII, DO CPP. ABSOLVO ambos os réus das imputações do crime de associação para o tráfico de drogas descrito no ART. 35 DA LEI Nº 11.343/2006, por falta de provas, com base no ART. 386, V, DO CPP. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, sendo este processo o seu primeiro registro criminal; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com grande quantidade de maconha e cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 08 (oito) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão e reduzo-lhe a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando em 07 (sete) anos de reclusão e 500 dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 02 (DOIS) ANOS E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 01/09/2015 e permaneceu preso até 26/10/2015, totalizando 01 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: FRANK SILVA DE MORAIS (OAB 6403/AM) - Processo

0233939-74.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Danrley Brito Silva - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU DANRLEY BRITO SILVA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "transportar" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, sendo este processo o seu primeiro registro criminal; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma grande quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base, em 06 (seis) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB) e a atenuante genérica da menoridade (art. 65, I, "d" do CPB), razão pela qual diminuo-lhe a pena em 01 (um) ano e em 100 (cem) dias-multa, ficando a mesma em 05 anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, e considerando as circunstâncias do delito, diminuo-lhe a pena em 1/2 (um e meio), ficando a pena em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 02 (DOIS) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO E 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 04/09/2015 e permaneceu preso até 09/09/2015, totalizando 06 (seis) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ LIMA GALVÃO (OAB E1692/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0239359-31.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Max dos Santos Lima - Por todo o exposto, desclassifico a imputação feita ao réu para aquela tipificada no art. 28 da Lei nº 11.343/06 e, ato contínuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado retromencionado, haja vista que o crime previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 prescreve em 2 (dois) anos, conforme dispõe o art. 30 da Lei de Drogas. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Após o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos e ARQUIVEM-SE, observando-se as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0241470-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Franklande Pantoja Valerio Junior - Geiderson Souza dos Passos - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO OS RÉUS das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, conforme inciso V e VII, do art. 386 do CPP. Intime-se os réus, por meio de seu advogado, para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias, quanto a propriedade dos bens apreendidos. Em caso de manifestação positiva, expeça-se o necessário, restituindo os bens ao nacional. Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, determino o perdimento dos bens. Custas na forma da Lei.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM) - Processo 0244019-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Yago da Silva Gato - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado das infrações penais previstas nos artigos 33 e 34 da Lei nº 11.343/2006 com fulcro, respectivamente, nos artigos 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0250299-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alcinei Soares de Almeida - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU ALCINEI SOARES DE ALMEIDA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "transportar" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com grande quantidade de maconha e cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 07 (sete) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário

mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado atenuante de confissão e reduzo-lhe a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando em 06 (seis) anos de reclusão e 500 dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 02 (dois) anos e de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 11/09/2014 e permaneceu preso até 14/11/2014, totalizando 02 (dois) meses e 04 (quatro) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0604516-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: David Silva Barbosa - SENTENÇA David Silva Barbosa foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. O réu foi notificado e apresentou defesa escrita preliminar (fls. 80-81). A denúncia foi recebida (fls. 92-93) e o processo teve a tramitação do seu rito. As alegações finais da acusação consta do termo de audiência de instrução e julgamento fls. 132-135. O Ministério Público pugnou pela condenação de David Silva Barbosa pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes. É o sucinto relatório. DECIDO, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88. Da Materialidade: A materialidade do fato delituoso está devidamente comprovada no Laudo Definitivo (fls. 54-59) que atestou 140,41g (cento e quarenta gramas e quarenta e um centigramas) da substância apreendida resultou positivo para o princípio alcalóide - cocaína e tetra-hidrocanabinol-maconha, que se encontra relacionado na lista de substâncias de uso proscrito no Brasil (Lista F1/F2 - substâncias psicotrópicas). Da Autoria: O réu, em seu interrogatório, em juízo, confessou a prática do crime que lhe fora imputado na inicial acusatória, in verbis: "Apareceu um jovem para mim guardar um quantia de droga. Me ofereceu duzentos reais. Não sabia o quanto era não. Fiquei guardando na Manaus moderna onde eu trabalhava. Eu desci para entregar a droga pro dono. O dono fugiu." O depoimento das testemunhas foi bem detalhado e preciso, informando as circunstâncias de como ocorreu os fatos, não havendo motivos para não dar credibilidade. Por todas as circunstâncias concretas que cercam o fato, a maneira como o material fora encontrado, a quantidade, natureza e forma como as drogas estavam acondicionadas, e por fim, toda a dinâmica dos fatos trazidos à tona pela instrução judicial demonstram a tipicidade da conduta no tipo penal previsto no art. 33 da Lei 11.343/06. Os indícios colhidos na fase policial se mostram harmônicos com o conjunto probatório produzido em juízo, mediante contraditório e ampla defesa. As provas produzidas e apuradas durante a instrução são conclusivas, devendo ser reconhecido o trabalho da Polícia Militar no combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Desta forma, não resta dúvida que o acusado efetivamente praticou a conduta reprovável e punível descrita no art. 33 da Lei Antidrogas, razão pela qual deverá receber as sanções previstas na referida lei Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU DAVID SILVA BARBOSA nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "ter em depósito" e "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma média quantidade de cocaína e maconha e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base, em 06 (seis) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB), razão pela qual diminuo-lhe a pena em 01 (um) ano e em 100 (cem) dias-multa, ficando a mesma em 05 anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 30/01/2019 e permaneceu preso até hoje, totalizando 06 (seis) meses e 04 (quatro) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Outras providências: Doutra sorte, verifico que o réu não representa ameaça à sociedade e a manutenção de sua prisão cautelar, mormente após ter sido fixado o regime aberto para o cumprimento

de sua pena, afigura-se desarrazoada. Assim, revogo a prisão preventiva do acusado David Silva Barbosa, conferindo-lhe o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. Expeça-se Alvará de Soltura. Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus, 02 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0606273-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Araújo Pereira - Ranon Cardoso do Nascimento - Autos nº:0606273-91.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Especial da Lei Antitóxicos AssuntoTráfico de Drogas e Condutas Afins SENTENÇA Vistos estes autos, Daniel Araújo Pereira e Ranon Cardoso do Nascimento foram denunciados como incursos nas penas do artigo 33 da lei nº 11.343/2006. Os réus foram notificados e apresentaram defesa escrita preliminar. A denúncia foi recebida e o processo teve a tramitação do seu rito. As alegações finais da acusação e da defesa constam às fls. 199/201; 202/2018 e 219/235. É o sucinto relatório. DECIDO, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88. A materialidade do fato delituoso está devidamente comprovada no Laudo Definitivo (fls. 72/75). Os acusados, em seus interrogatórios, em juízo, negaram a autoria dos crimes que lhe foram atribuídos na exordial acusatória. Foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela acusação. Ao final da instrução, o Representante do Ministério Público em suas alegações finais, em forma de memoriais escritos, pugnou pela absolvição dos réus, ante a ausência de provas conclusivas da participação dos réus nos crimes pelos quais foram denunciados. Com relação a autoria do crime, em consonância com o entendimento ministerial, não vislumbro, no caso em questão, os elementos de convicção imprescindíveis para se comprovar a autoria do crime de tráfico de droga, que foi imputado aos acusados na inicial acusatória. A versão apresentada pelos réus se mostra factível, ressaltando que 'factibilidade' não é sinônimo de certeza. É muito possível, inclusive, que a versão apresentada pelos acusados seja falsa, porém, a verdade inafastável é que nada existe de concreto nestes autos que possa invalidá-la de modo absoluto, pelo contrário, as provas apresentadas encontram-se fragilizadas e truncadas, de tal modo que, em caso de dúvida (hipótese destes autos) deve prevalecer o principio do in dubio pro reo. Neste sentido: APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO - POSSIBILIDADE - FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO PARA ALICERÇAR A DECISÃO CONDENATÓRIA - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO. Uma sentença condenatória exige certeza acerca da materialidade do crime e da autoria do acusado, razão pela qual a existência de dúvida a respeito, por menor que seja, leva à possibilidade de inocentá-lo, sendo imperioso que a prolação de um édito condenatório se dê com base em provas seguras, devendo a dúvida militar a favor do acusado, em obediência ao princípio in dubio pro reo. Recurso provido. (Apelação Criminal n° 1052130426101 - TJ-MG) A meu sentir, portanto, não há nestes autos nenhuma prova de autoria, não obstante a materialidade seja incontestável. Para um legítimo decreto condenatório, contudo, é imprescindível tanto a materialidade, quanto a autoria, sendo impossível a fundamentação de sentença penal condenatória em ilações e deduções, por mais sedutoras que possam parecer. Vale dizer: para absolvição é lícito a dedução, vez que a dúvida favorece o réu, mas, para a condenação é imprescindível um juízo de certeza, firmado sobre provas concretas. Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO OS RÉUS RANON CARDOSO DO NASCIMENTO E DANIEL ARAÚJO PEREIRA das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, uma vez que não restou provada a relação de posse/propriedade da droga apreendida nestes autos em relação aos denunciados. Fulcro a presente sentença no inciso VII do art. 386 do CPP. Doutra sorte, verifico que o réu RANON CARDOSO DO NASCIMENTO não representa ameaça à sociedade e a manutenção de sua prisão cautelar, mormente após ter sido absolvido perante o juízo de 1º grau, afigura-se desarrazoada. Assim, revogo a prisão preventiva de Ranon Cardoso do Nascimento. Expeça-se Alvará de Soltura. Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos e b) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Sem custas. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus, 02 de agosto de 2019 Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0606522-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Pablo Almeida Ferreira - Por todas as razões supra elencadas, DECLARO, POR SENTENÇA E EX OFFICIO, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006, de modo a afastar do retromencionado dispositivo legal os efeitos jurídico-penais dele decorrentes que poderiam (caso não houvesse a declaração de inconstitucionalidade) alcançar o denunciado PABLO ALMEIDA FERREIRA. Considerando, todavia, que o §7º do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não possui natureza penal, determino a expedição de ofício à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (avenida Getúlio Vargas, 341, Centro, Manaus/AM) para que disponibilize tratamento especializado aos nacionais supracitados, relativamente ao uso indevido ou dependência de drogas, nos termos dos artigos 20 a 26 da Lei nº 11.343/2006. O denunciado deverá receber uma cópia do ofício (retromencionado) a fim de se identificarem e se apresentarem na Policlínica para recebimento de tratamento gratuito, nos termos previstos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de observação obrigatória pelos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista a importância da participação da família (bem como a sua responsabilidade solidária - nos termos do inciso IV do art. 19 da Lei nº 11.343/2006) no tratamento dos indivíduos que fazem uso indevido ou patológico (dependência) de drogas, determino a intimação de algum familiar do acusado (o que for possível, de acordo com a documentação acostada aos autos, mas, com preferência para algum dos genitores) para que tomem ciência do teor da presente sentença e, desse modo, possam colaborar para o êxito do tratamento biopsíquico do denunciado, acompanhando-o à Policlínica, conforme determinado nesta sentença. Em razão do conteúdo da presente sentença, deixo de determinar a remessa dos autos a uma das varas do Juizado Especial Criminal (JECRIM) desta Comarca de Manaus, determinando, todavia, o ARQUIVAMENTO desses autos tão logo sobrevenha o trânsito em julgado da presente sentença. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a restituição dos bens apreendidos. Com o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos e ARQUIVEM-SE, observando-se as formalidades legais e de estilo. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0614388-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Walison dos Santos Feijó - Por todas as razões supra elencadas, DECLARO, POR SENTENÇA E EX OFFICIO, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006, de modo a afastar do retromencionado dispositivo legal os efeitos jurídico-penais dele decorrentes que poderiam (caso não houvesse a declaração de inconstitucionalidade) alcançar o denunciado WALISON DOS SANTOS FEIJÓ. Considerando, todavia, que o §7º do art. 28

da Lei nº 11.343/2006 não possui natureza penal, determino a expedição de ofício à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (avenida Getúlio Vargas, 341, Centro, Manaus/AM) para que disponibilize tratamento especializado aos nacionais supracitados, relativamente ao uso indevido ou dependência de drogas, nos termos dos artigos 20 a 26 da Lei nº 11.343/2006. Os denunciados deverão receber uma cópia do ofício (retromencionado) a fim de se identificarem e se apresentarem na Policlínica para recebimento de tratamento gratuito, nos termos previstos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de observação obrigatória pelos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista a importância da participação da família (bem como a sua responsabilidade solidária - nos termos do inciso IV do art. 19 da Lei nº 11.343/2006) no tratamento dos indivíduos que fazem uso indevido ou patológico (dependência) de drogas, determino a intimação de algum familiar do acusado (o que for possível, de acordo com a documentação acostada aos autos, mas, com preferência para algum dos genitores) para que tomem ciência do teor da presente sentença e, desse modo, possam colaborar para o êxito do tratamento biopsíquico do denunciado, acompanhando-o à Policlínica, conforme determinado nesta sentença. Em razão do conteúdo da presente sentença, deixo de determinar a remessa dos autos a uma das varas do Juizado Especial Criminal (JECRIM) desta Comarca de Manaus, determinando, todavia, o ARQUIVAMENTO desses autos tão logo sobrevenha o trânsito em julgado da presente sentença. Custas na forma da Lei. Expeça-se Alvará de Soltura. Deverá constar no Alvará as intimações para Audiência designada nos autos nº 0638424-18.2016 (a ser realizada no dia 28/08/2019) e 0630243-57.2018 (a ser realizada no dia 05/08/2020). Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a restituição dos bens apreendidos. Com o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstancia nos autos e arquivem-se, observando as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0614712-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Tony Mourão Aguiar - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU TONY MOURÃO AGUIAR nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de “trazer consigo” substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; O réu é primário e não ostenta maus antecedentes, Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o réu foi preso com uma pequena quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão e multa de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor do acusado a atenuante genérica de confissão (art. 65, III, “d” do CPB) e atenuante genérica da menoridade (art. 65, I, “d” do CPB) porém deixo de reduzir-lhe a pena porque já fixada em seu patamar mínimo, em observância à Súmula 231 do STJ. Ausentes agravantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 28/03/2019 e permanece preso até hoje, totalizando 04 (quatro) meses 05 (cinco) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea “c” do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Da substituição por restritiva de direito: Nos termos do art. 44 do CPB, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante por 02 (duas) restritivas de direitos a ser definida pela VEMEPA. Expeça-se Guia de Execução Provisória a ser remetida à VEMEPA. Doutra sorte, verifico que o réu não representa ameaça à sociedade e a manutenção de sua prisão cautelar, mormente após ter sido fixado o regime aberto para o cumprimento de sua pena, afigura-se desarrazoada. Assim, revogo a prisão preventiva do acusado, conferindo-lhe o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. Expeça-se Alvará de Soltura e Lavre-se Termo de Compromisso. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais.Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM) - Processo 0615974-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sydney Campos Litaiff Filho - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO O RÉU SIDNEY CAMPOS LITAIFF FILHO das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, uma vez que não restou provada a relação de posse/propriedade da droga apreendida nestes autos em r

ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0622098-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rayme da Silva Simões - DESPACHO: Considerando que o comprovante de residência juntado às fls retro, é da Comarca de Iranduba/AM, e que anteriormente (fl. 48), fora juntado um comprovante da Comarca de Coari/AM, gerando dúvida acerca da verdadeira residência do réu, somando-se à ausência de juntada de documento oficial com foto, determino sejam as Advogadas do réu, devidamente intimadas, para no prazo de 05 (cinco) dias, procederem a juntada dos documentos exigidos, e caso o réu resida em outra Comarca, seja formalmente comunicado à este juízo. CUMPRA-SE.

ADV: KÁTIA CLÉA BARBOSA DE VASCONCELOS (OAB 5634/AM) - Processo 0623574-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Emmanuel dos Santos Ferreira - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA E ABSOLVO O RÉU das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória, por falta de prova de autoria, uma vez que não restou provada a relação de posse/propriedade dos denunciados em relação à droga apreendida nestes autos. Fulcro a presente

sentença no inciso V do art. 386 do CPP. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Intime-se o réu para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, quanto a propriedade dos bens apreendidos às fls. 14-15. Em caso de manifestação positiva, faça-se os autos conclusos para decisão. Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, determino o perdimento dos bens, com exceção dos já entregues. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0642217-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Paulo Jorge Santos Lima - Por todas as razões supra elencadas, DECLARO, POR SENTENÇA E EX OFFICIO, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006, de modo a afastar do retromencionado dispositivo legal os efeitos jurídico-penais dele decorrentes que poderiam (caso não houvesse a declaração de inconstitucionalidade) alcançar o denunciado PAULO JORGE SANTOS LIMA. Considerando, todavia, que o §7º do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não possui natureza penal, determino a expedição de ofício à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (avenida Getúlio Vargas, 341, Centro, Manaus/AM) para que disponibilize tratamento especializado aos nacionais supracitados, relativamente ao uso indevido ou dependência de drogas, nos termos dos artigos 20 a 26 da Lei nº 11.343/2006. Os denunciados deverão receber uma cópia do ofício (retromencionado) a fim de se identificarem e se apresentarem na Policlínica para recebimento de tratamento gratuito, nos termos previstos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de observação obrigatória pelos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista a importância da participação da família (bem como a sua responsabilidade solidária - nos termos do inciso IV do art. 19 da Lei nº 11.343/2006) no tratamento dos indivíduos que fazem uso indevido ou patológico (dependência) de drogas, determino a intimação de algum familiar do acusado (o que for possível, de acordo com a documentação acostada aos autos, mas, com preferência para algum dos genitores) para que tomem ciência do teor da presente sentença e, desse modo, possam colaborar para o êxito do tratamento biopsíquico do denunciado, acompanhando-o à Policlínica, conforme determinado nesta sentença. Em razão do conteúdo da presente sentença, deixo de determinar a remessa dos autos a uma das varas do Juizado Especial Criminal (JECRIM) desta Comarca de Manaus, determinando, todavia, o ARQUIVAMENTO desses autos tão logo sobrevenha o trânsito em julgado da presente sentença. Custas na forma da Lei. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Determino a restituição dos bens apreendidos. Com o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos e ARQUIVEM-SE, observando-se as formalidades legais e de estilo. P. R. I. CUMPRA-SE.

Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Aldenires Silva Oliveira de Sousa (OAB 8105/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Frank Silva de Morais (OAB 6403/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
JOSÉ LIMA GALVÃO (OAB E1692/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Kátia Cléa Barbosa de Vasconcelos (OAB 5634/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB 8454/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0661420-39.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Carolina de Carvalho e Carvalho - Elder de Assis Pereira - DESPACHO Notifiquem-se os denunciados Carolina de Carvalho e Carvalho e Elder de Assis Pereira para oferecer(em) DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0204170-21.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REPTANTE: D.T.D.S.Z.O.

- AUTORFATO: H.L.T. e outros - DESPACHO Notifiquem-se os denunciados para oferecerem DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Acolho o requerimento ministeriais de fls. 675, item 05. À secretaria para as providências necessárias ao efetivo cumprimento das mesmas. Determino o cadastro dos denunciados no sistema SAJ. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0210175-88.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deive Aranha Virginio - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 03/09/2019 às 10:00h.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0228755-74.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: ANDRESSA DE ARRUDA PEREIRA - FRANK VILAÇA BARROS - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 03/09/2019 às 11:30h.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0250162-68.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luzieth da Silva Queiroz - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido formulado e mantenho a prisão da ré LUZIETH DA SILVA QUEIROZ. Submetam-se os autos conclusos para sentença. I

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0264019-55.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jairo da Costa Farias - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 03/09/2019 às 13:15h.

ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0628529-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Wellinghton Torres de Melo - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 03/09/2019, às 10:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0207648-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Rodrigo Gomes da Silva - Quanto ao pedido de relaxamento de fls. 319/332, entendo que não merece acolhimento, haja vista o encerramento da instrução criminal, não cabendo alegação de excesso de prazo, consoante súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Aguarde-se a apresentação das alegações finais escritas e voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0239570-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Ronildo dos Santos Sales - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Ronildo dos Santos Sales como incurso nas penas do crime do artigo 33 da Lei 11.343/06, conforme fundamentação esposada acima, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal, bem como ABSOLVER o réu da imputação do artigo 35 da Lei 11.343/06.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0251469-28.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joel Batista Alves - Certifico para os devidos fins, que em virtude de reorganização da pauta de Audiências deste Cartório, a audiência do processo em epígrafe foi redesignada para o dia 03/09/2019 às 09:30h. É o que me cumpre certificar.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Mateus Souza Cunha (OAB 10921/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0207648-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Rodrigo Gomes da Silva - Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Mateus Souza Cunha (OAB 10921/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0601314-77.2019.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0601314-77.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANTONIO DA CRUZ RIBEIRO, pai Valdeci Ribeiro, mãe Maria Lucia Mendes da Cruz, Nascido/Nascida 26/08/1997, natural de Maues - AM, com endereço à Rua 01, 19, SAO JOSE OPERARIO, CEP 69086-020, Manaus - AM, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de 15 dias, conforme artigo 361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0244268-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: R.T.D. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Robson Teixeira Dias - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 16/10/2019 às 10:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça, respectivamente, às de fls.88. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, Natalia Castro Dias - NÃO NOTIFICADA visto que as intimações para comparecer à audiência designada para 16/10/2019 às 10:00h, conforme se verifica na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 90 e 92, foram infrutíferas, esta Secretaria realizará as pesquisas nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Samara Dias Castro - NÃO NOTIFICADAS, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 89 e 93, razão pela qual procedo à remessa ao Ministério Publico para que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0500152-25.2008.8.04.0001 (001.08.500152-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.O.P. - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para os delitos em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu Rui de Oliveira Pantoja, devidamente qualificado nos autos, com fulcro nos artigos 107, inciso IV, 1ª figura, artigo 109, inciso I, e artigo 115, todos do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória, caso pendente de cumprimento.

Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)

Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)

Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM) - Processo 0250800-04.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: F.M.G.J. - Certifico, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 09/09/2019 às 10:30h.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0256398-41.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a dignidade sexual - RÉ: A.C.M. - Intime-se a Defesa constituída para, no prazo de 02 (dois) dias, juntar aos autos comprovante de residência atualizado, sob pena de decretação da revelia da Ré, nos termos do art. 367, in fine, do Código de Processo Penal. À Secretaria para as providências.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0354442-08.2007.8.04.0001 (001.07.354442-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: A.A.S. - Ante o exposto, considerando o caráter incondicionado da Ação Penal, INDEFIRO a retratação de fls. 167/174. De outro lado, verifico que o Réu compareceu espontaneamente aos autos, razão pela qual determino a intimação do advogado constituído (fls. 161/163) para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM) - Processo 0604781-64.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: P.M. - Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA. Cite(m)-se o(a)(s) DENUNCIADO(A)(S) por Oficial de Justiça, ou caso esteja(m) preso(s) seja oficiado à respectiva Unidade Prisional, para responder(em) à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de advogado, nos termos do art. 396 do CPP, devendo desde logo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art.396-A). Encaminhe-se anexo ao respectivo instrumento cópia da denúncia, bem como faça constar a advertência de que transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação, fica desde já nomeado(a) o Defensor(a) Público(a) com atuação nesta Vara Especializada para representar o acusado, devendo neste caso os autos lhe serem encaminhados. Caso o(a)(s) DENUNCIADO(A)(S) não seja(m) localizado(a)(s) no endereço constante da denúncia nem tenha havido a citação com hora certa, proceda-se às diligências de pesquisa de endereço deste(s) através dos sistemas judiciários de busca disponíveis neste Juízo, para regular citação, renovando-se o ato citatório por Oficial de Justiça e pelos correios, autorizando-se, desde já, a expedição de carta precatória caso se trate de domicílio localizado fora desta jurisdição. Frustradas todas as diligências anteriores, cite-se na forma editalícia, consoante disciplina o art.361 e seguintes do Código de Processo Penal. Não havendo resposta ao chamado da justiça, determino, de imediato, a suspensão do curso do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, com a devida ciência ao Ministério Público. Junte-se aos autos a(s) certidão(ões) de antecedentes criminais, caso ainda não tenham sido juntada(s). Evolua-se a classe processual para Ação Penal e proceda-se à atualização da qualificação das partes perante o cadastro. Intime-se o Ministério Público mediante vista dos autos.

Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)

Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)

Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)

Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)

Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: THIAGO ALLENDE SILVA DE LIMA (OAB 8668/AM) - Processo 0200794-90.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Deonero Pereira Barbosa e outros - Autos n.º:0200794-90.2016.8.04.0001 - Classe: Termo Circunstanciado DESPACHO Reitero o Despacho de fls.118. Dê-se vista ao Ministério Público para que se manifeste sobre não ter sido encontrado o indiciado. Logo após, voltem-me os autos conclusos. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0205978-37.2010.8.04.0001 (001.10.205978-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Pedro Henrique Henriques Rocha - Autos nº:0205978-37.2010.8.04.0001 SENTENÇA Vistos, Trata - se de Ação Penal - Procedimento Ordinário, oriundo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da 18ª PRODEMAPH - Ministério Público do Estado do Amazonas, pela prática dos crimes previstos no artigo 32 da Lei 9.605/98 e artigo 288 do Código Penal. Fato ocorrido no dia 07/06/2019. Denúncia oferecida em 12/07/2010 e recebida em 17/11/2010, conforme fls. 78. Sentença reconhecendo a prescrição do artigo 32 da Lei 9.605/98 à fl. 122. Embargos de Declaração às fls. 127/129 e 136/137. É o breve relatório. JULGO. Julgo PROCEDENTE os embargos de declaração apresentados pelo Ministério Público às fls. 127/129, que alegam à omissão deste Juízo em relação ao artigo 288 do Código Penal, em Sentença proferida à fl. 177 dos autos. Julgo IMPROCEDENTE os embargos de declaração apresentados pela Defensoria Pública às fls. 136/137, pelos motivos que se seguem. Extingue-se a punibilidade por não ter o Estado exercido seu direito de punir dentro dos prazos legais, atingindo os crimes de ação pública e privada. Se a pena não é imposta ou executada dentro de determinado prazo previsto em lei, o jus puniendi do Estado é eliminado, perdendo ele o interesse pela punição. Diz Magalhães Noronha, que as pessoas não podem ficar eternamente sob ameaça da ação penal, ou sujeitas indefinidamente aos seus efeitos. Essa é a principal razão da existência do instituto, que é a extinção da punibilidade baseado na fluência do tempo: "No nosso Direito positivo tudo prescreve: o crime, a ação, a pena (o ato, a pretensão punitiva e a pretensão executória). É matéria de ordem pública. O réu não pode renunciar à prescrição adquirida e pedir para ser julgado ou punido" Considerando que a denúncia foi recebida no dia 17 de novembro de 2010 e que a pena máxima abstrata cominada para o delito previsto no art. 288 do Código Penal é 3 anos, operada então a prescrição da pretensão punitiva, por força do que dispõe o art. 109, inciso IV do Código Penal, uma vez que decorridos mais de 8 (oito) anos desde a data do fato e também do recebimento da denúncia. Dessa forma, é patente a prescrição da pretensão punitiva. Merecendo, assim ser declarada a extinção da punibilidade quanto ao delito previsto no art. 288 do Código Penal, nos temos do artigo 107, IV do Código Penal. "Ex positis", JULGO EXTINTA a pretensão punitiva do Estado, por via de consequência, DECLARO a extinção de punibilidade do Pedro Henrique Henriques Rocha, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do art. 288 do CP, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CP. A Após, o trânsito em julgado ARQUIVE-SE os autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019. (assinatura digital)

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0237511-09.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: José Carlos Cunha da Silva - Recebo hoje no estado em que se encontra. Deixo de acolher neste momento, a r. Promoção Ministerial às pág. 85, em virtude da Certidão de Intimação em Secretaria às pág. 87, que intimou o réu, José Carlos Cunha da Silva, para comparecer em Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 14/10/2019, às 11h00, restando portanto, tão somente, efetivar as intimações das demais partes do processo. Observo a Certidão de Audiência Não Realizada, às pág. 73, qual registra que o Réu, José Carlos Cunha da Silva, apesar de não haver sido intimado pelo r. Meirinho, compareceu espontaneamente à audiência no dia 27/09/2018, às 11h00, na sede deste Juízo Ambiental. Determino à Secretaria para que faça as demais intimações necessárias. Notifique-se a Douta Promotora de Justiça, Titular da 50.ª PRODEMAPH/MPE-AM. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM), ADV: ROGÉRIO PEREIRA DE SALES (OAB 5625/AM) - Processo 0242455-83.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Aládio Câmara Amorim de Júnior - ORLANDINALDO COSTA SERVALHO - Da análise dos autos, verifico que o réu Orlandinaldo Costa Servalho, apesar de devidamente intimado (fl. 124), deixou de comparecer à audiência de instrução e julgamento designada (fl. 140), razão pela qual, com fulcro no art. 367 do CPP, DETERMINO o prosseguimento do processo. Assim, INTIME-SE o Ministério Público para informar se tem interesse na audiência de instrução e julgamento para oitiva de alguma testemunha. Caso não, que apresente os memoriais escritos. Noutro giro, quanto ao acusado Aládio Câmara Amorim de Júnior, em que pese já tenha sido designada audiência de instrução e julgamento, não houve quanto a este a apresentação de defesa prévia, razão pela qual deve a Defensoria Pública ser intimada para apresentação do respectivo ato, a fim de evitar qualquer nulidade posterior. Cumpra-se.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0602303-83.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Da Poluição - INDICIADA: Raimunda Nonata Moreira - Atento à Petição de pág. 87, através da qual juntou aos Autos, a cópia da Nota Fiscal às pág. 88/90, bem como, informa sobre a realização da Oficina de Reeducação Ambiental, qual foi remarcada para o período de 20 a 23/08/2019, relativo ao cumprimento das medidas despenalizadoras impostas à Indiciado, Raimunda Nonata Moreira, acordado no Termo de Audiência de Transação Penal às pág. 78/81. Determino à Secretaria para aguardar a realização da Oficina de Reeducação Ambiental no período de 20 a 23/08/2019. Determino à parte indiciada e ao seu respectivo Patrono, para juntarem aos Autos e/ou apresentarem na Secretaria deste Juízo, a cópia do certificado, retro, no prazo de cinco dias. Após, à Secretaria, para expedir a certidão de cumprimento das medidas despenalizadoras. Em Ato contínuo, abra-se Vista à 53ª PRODEMAPH - Ministério Público do Estado do Amazonas, para manifestação pertinente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus/AM, 20 de agosto de 2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0618810-27.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Autos nº:0618810-27.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Diante do fato de não haver resposta da Carta Precatória remetida ao Juízo de Direito da Comarca de São Paulo/SP, e do lapso temporal para a efetivação do seu cumprimento, a Secretaria, para que solicite a devolução da r.carta precatória. CUMPRA-SE. Manaus,

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0620814-87.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Jose Rodrigues do Nascimento e outro - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 86/2019, instaurado em 27/01/2019 pelo 6.º Distrito Integrado de Polícia Civil do Amazonas, em desfavor do ora Indiciado, Eloizio Bezerra de Queiroz, e Jose Rodrigues do Nascimento, por suposta prática do delito previsto no art. 55, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/17 nos Autos. Fato ocorrido em 27/01/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. Após manifestação pelo

Ministério Público Estadual, com urgência, paute-se Audiência Preliminar. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 20 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0626501-87.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Desconhecido - Ante o exposto, ACOLHO o parecer Ministerial às fls. 65/66, por suas próprias razões e DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. PRIC.

ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0626796-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - RÉ: Maria Elizabeth dos Santos Oliveira e outro - Da análise dos autos, verifico erro material na sentença prolatada às fls. 45/46, do qual passo a retificar: Onde lê-se: "Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus dência Produções e Eventos LTDA e Maria Elizabeth dos Santos Oliveira, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos", LEIA-SE: "Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus Tendência Produções e Eventos LTDA e Maria Elizabeth dos Santos Oliveira, quanto ao crime capitulado no art. 60 da legislação ambiental, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra, subsistindo o trâmite regular do processo quanto ao crime art. 54, caput da lei 9.605/98. Na oportunidade, tendo em vista que os réus foram devidamente citados e não apresentaram defesa prévia, DETERMINO a intimação da DPE para apresentação do respectivo ato em favor dos acusados". P.R.I.C

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0631232-39.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: JOÃO CARLOS SARTORI - À Secretaria para JUNTAR folha de antecedentes criminais e, na oportunidade, INTIMAR o Ministério Público para, se atendido os requisitos, apresentar a proposta de suspensão condicional do processo ou justificar a negativa. Cumpra-se.

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Rogério Pereira de Sales (OAB 5625/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Thiago Allende Silva de Lima (OAB 8668/AM)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0091/2019

ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM) - Processo 0204796-12.2017.8.04.0020 (apensado ao processo 0608077-08.2017.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: J.C.N.C. - Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e a insuficiência das provas produzidas, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em conseqüência, ABSOLVO com fulcro no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal.

Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM) - Processo 0601870-56.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - VÍTIMAFATO: M.A.S. - AUTORFATO: D.C.S.C. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0385/2019

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0606370-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Luiz Fernandes da Silva - Intime-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0606835-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Alves Paes Leme - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados pela parte autora, CONDENANDO

o Estado do Amazonas na obrigação de implementar, no prazo de 15 dias, a vantagem individual nominalmente identificada (art. 1º da Lei nº 2.531/99) à autora, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), limitados à 15 dias-multa. Condeno, ainda, o Ente Público, ao pagamento das parcelas retroativas, no período de 11/1998 a 08/2019, no valor total de R$ 36.477,50 (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), considerando a diferença mensal de R$ 145,91. Improcedente o pleito de indenização por danos morais. Assim, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA-e/IBGE, mensal (considerando a diferença retrocitada) e juros de mora, a contar da citação, nos termos do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, quedando-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando o pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, a parte autora deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM) - Processo 0607260-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Raimunda Barros da Mota - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos constantes na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I.

ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM) - Processo 0610552-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Selmo dos Santos de Oliveira - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes, em parte, os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 31 de dezembro de 2016, nos termos da fundamentação acima exposta. Condeno o Ente Público, ainda, ao pagamento de R$ 29.046,50 (vinte e nove mil e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa do Autor, no período de janeiro de 2016 a fevereiro de 2018. Improcedentes os demais pleitos. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (REsp 1495146/ MG) e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o Requerente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0614337-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Ruan Alves de Araújo - Ante o exposto, julgo procedente o pleito autoral, em parte, condenando o Estado do Amazonas na obrigação de reconvocar o requerente para as demais fases do certame, para que seja matriculado imediatamente no curso de formação de oficiais PMAM, devendo fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Julgo improcedente, o pedido de inclusão do requerente em folha de pagamento, vez que o pedido principal é a continuidade na participação do certame, sendo o pagamento a consequência lógica da sua aprovação. Extingo sem julgamento do mérito o pedido constante na letra “c” de fls. 14, porquanto, estando a questão judicializada, não se condiciona ao resultado do feito administrativo. Sem custas e honorários, considerando a disposição do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Antecipo por sentença os efeitos da tutela, pois presentes os requisitos legais, em especial o fumus boni iures e o periculum in mora. Em se tratando de obrigação de fazer, oficie-se a autoridade citada para o cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0615119-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Susan Marllen Ferreira Bezerra - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM) - Processo 0637112-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ariane Maria Pereira Batista, - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ariane Maria Pereira Batista, em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito,

haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM) - Processo 0637116-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Daiana Glesce Azevedo da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daiana Glesce Azevedo da Silva em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM) - Processo 0637117-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Aldenize Paz de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Aldenize Paz de Oliveira em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0639466-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Luiz Paulo da Silva de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luiz Paulo da Silva de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0647394-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Missão dos Padres Franciscanos da Terceira Ordem Regular da Amazônia - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Em relação ao Estado do Amazonas, por ter reconhecido sua ilegitimidade passiva, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Sem custas e honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM) - Processo 0649158-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: João Carlos Paula de Andrade - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Francinei Moreira de Almeida (OAB 2464/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL

JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0104/2019

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: KEILA CRISTINA DE CARVALHO RAYOL (OAB 10802/AM) - Processo 0637011-67.2016.8.04.0001 - Petição Infracional - Seção Cível - REQUERENTE: K.C.S.S. - E.E.S.V. - REQUERIDO: I.M.D.O. - RÉU: A.L.A.B. - Processo nº 0637011-67.2016.8.04.0001 Requerente: SEBASTIANA FONTE PINHEIRO S E N T E N Ç A Vistos, etc... Trata-se de pedido de autorização de viagem nacional para que a menor IZABELY CRISTINA PINHEIRO DE OLIVEIRA viaje em férias na companhia de KELLY CRISTINA SOUSA SANTIAGO, nA 1ª quinzena de setembro/2019 (conforme certidão de fls. 171) no trecho MANAUS/AM-GUARULHOS/SP-FORTALEZA/CE-GUARULHOS/SP-MANAUS/AM, sob a responsabilidade de KELLY CRISTINA SOUSA SANTIAGO. Documentos pessoas da genitora e do menor e comprovantes de bilhetes de passagem com datas de ida e volta acostados aos autos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico a regularidade dos documentos acostados aos autos, como os documentos de identidade do menor e sua genitora e os bilhetes de passagem. A autorização de viagem nacional de menor está regulado no art. 83 do ECA. Assim dispõe o estatuto: "Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.(Redação dada pela Lei nº 13.812, de 2019) § 1º A autorização não será exigida quando: a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;(Redação dada pela Lei nº 13.812, de 2019) b) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado:(Redação dada pela Lei nº 13.812, de 2019) 1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco; 2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável." Como se verifica, tratando-se de viagem nacional da menor acompanhado por maior de responsável maior de idade autorizada por um dos genitores, sendo desnecessária a autorização judicial para realização da viagem. Diante do exposto, não resta mais nada a este juízo do que determinar o ARQUIVAMENTO do presente procedimento por perda do objeto. Intime-se a requerente via DJE. Após, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eliezer Fernandes Júnior Juiz

Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)

Keila Cristina de Carvalho Rayol (OAB 10802/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000006-54.2019.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: PEDRO CORREA PICANÇO FILHO Advogado: Jose Marconi Moreira Filho (OAB: 9552/AM) Recorrido: Banco Bradesco Cartões S.a. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS ABUSIVAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0000244-15.2016.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível, Vara Única Fórum de Nhamundá

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG) Advogada: Flavia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG) Recorrida: IZABEL MARINHO DA SILVA Advogado: Ronaldo Santana Macêdo (OAB: 6536/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. SENTENÇA SILENTE QUANTO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS A MAIOR. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO DIANTE DA EXCEPCIONALIDADE DO CASO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000345-47.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Banco Bmg S/A Soc. Advogados: Urbano Vitalino Advogados (OAB: 23255/PE) Recorrida: MARIA MAGNA LEMOS Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0000400-93.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: PABLO LEÃO DE ALMEIDA Advogado: Rodrigo César da Silva e Silva (OAB: 7260/AM) Recorrido: VIVO S/A Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: TELEFONIA. Inoperância da LINHA. ausência de demonstração de ofensa aos direitos da personalidade, da consumidora, pois demonstrado que não houve interrupção plena de uso de sua linha. Ausência, sequer, dos protocolos de reclamação do serviço. art. 33, i, do cpc. RECURSO desPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei 9.099/95 e Enunciado nº 92, do FONAJE. Não foram apresentadas preliminares. Passo à análise do mérito.1. Inicialmente, defiro ao Recorrente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, CPC.2. Apesar de inúmeras demandas existirem no mesmo sentido, denotando uma notória falha de serviço da empresa recorrida, no caso tela, a inicial não trouxe elementos suficientes a demonstrar, tanto que o Autor estava impossibilitado de usar sua linha, mediante apresentação de protocolos de reclamação, como que seus direitos da personalidade tenham sido afetados com a falha, deixando de demonstrar a prestação inadequada do serviço que apontasse que a parte Recorrente não utilizou, ostensivamente, o serviço de mensagens de texto (SMS),ou de realizar chamadas recebidas/

originadas completadas, não se demonstrando, portanto, a impossibilidade de comunicação via telefone.4. Além disso, não trouxe a parte Recorrente aos autos, qualquer número de protocolo que confirmasse as reclamações feitas à concessionária, que pudessem caracterizar o descaso daquela em relação ao consumidor, diferentemente de muitas outras demandas manejadas contra a empresa, em que ficava clara falha do serviço, e as reclamações desatendidas dos consumidores. 5. Por fim, não há indícios de como a falha atribuída à empresa haja causado danos aos direitos da personalidade da parte Recorrente, não restando atendidos, portanto, os requisitos do art. 373, I, da Lei Adjetiva Civil.6. No mesmo sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SINAL E QUEDAS CONSTANTES DAS LIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. RECLAMANTE QUE NÃO TROUXE QUALQUER NÚMERO DE PROTOCOLO DE RECLAMAÇÃO OU OUTRA PROVA SUFICIENTE A DEMONSTRAR AS FALHAS CONSTANTES. NÃO CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE FALHA DA RECORRENTE E EVENTUAL DANO CAUSADO AO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. , decidem os Juízes Integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos exatos termos do vot (TJ-PR - RI: 00032377920148160018 0 PR 0003237-79.2014.8.16.0018/0 (Acórdão), Relator: DOUGLAS MARCEL PERES, Data de Julgamento: 30/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 01/07/2015) Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença, nos moldes do art. 46, da Lei 9.0099/95. Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,".

Processo: 0000426-91.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: DENILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA Advogado: Rodrigo César da Silva e Silva (OAB: 7260/AM) Recorrido: VIVO S/A Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: TELEFONIA. Inoperância da LINHA. ausência de demonstração de ofensa aos direitos da personalidade, da consumidora, pois demonstrado que não houve interrupção plena de uso de sua linha. Ausência, sequer, dos protocolos de reclamação do serviço. art. 33, i, do cpc. RECURSO desPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei 9.099/95 e Enunciado nº 92, do FONAJE. Não foram apresentadas preliminares. Passo à análise do mérito.1. Inicialmente, defiro ao Recorrente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, CPC.2. Apesar de inúmeras demandas existirem no mesmo sentido, denotando uma notória falha de serviço da empresa recorrida, no caso tela, a inicial não trouxe elementos suficientes a demonstrar, o tanto que a Autora estava impossibilitada de usar sua linha, mediante apresentação de protocolos de reclamação, como que seus direitos da personalidade tenham sido afetados com a falha. Não demonstrando a prestação inadequada do serviço, ou que a parte Recorrente deixou de utilizar, ostensivamente, o serviço de mensagens de texto (SMS), chamadas recebidas/originadas completadas, ou a impossibilidade de comunicação via telefone.4. Além disso, não trouxe a parte Recorrente aos autos, qualquer número de protocolo que confirmasse as reclamações feitas à concessionária, que pudessem caracterizar o descaso daquela em relação ao consumidor, diferentemente de muitas outras demandas manejadas contra a empresa, em que ficava clara falha do serviço, e as reclamações desatendidas dos consumidores. 5. Por fim, não há indícios de como a falha atribuída à empresa haja causado danos aos direitos da personalidade da parte Recorrente, não restando atendidos, portanto, os requisitos do art. 373, I, da Lei Adjetiva Civil.6. No mesmo sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SINAL E QUEDAS CONSTANTES DAS LIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. RECLAMANTE QUE NÃO TROUXE QUALQUER NÚMERO DE PROTOCOLO DE RECLAMAÇÃO OU OUTRA PROVA SUFICIENTE A DEMONSTRAR AS FALHAS CONSTANTES. NÃO CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE FALHA DA RECORRENTE E EVENTUAL DANO CAUSADO AO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. , decidem os Juízes Integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos exatos termos do vot (TJ-PR - RI: 00032377920148160018 0 PR 0003237-79.2014.8.16.0018/0 (Acórdão), Relator: DOUGLAS MARCEL PERES, Data de Julgamento: 30/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 01/07/2015) Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença, nos moldes do art. 46, da Lei 9.0099/95. Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,".

Processo: 0000459-83.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: BANCO AGIPLAN (BANCO GERADOR) Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE) Recorrido: DOMIGOS TAVARES MACIEL Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. PRECENDENTE OBRIGATÓRIO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. - Em sede de Pedido de Uniformização de Jurisprudência, processo n. 0000199-73.2018.8.04.9000, foram estabelecidas três teses a serem seguidas pelos magistrados atuantes no sistema estadual dos juizados especiais: EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR. DIREITO BÁSICO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS PARTES NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DEVER DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, CLARA E ADEQUADA. NÃO OBSERVAÇÃO. INVALIDADE DO CONTRATO. USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO. DANO MORAL. ANÁLISE DA INCIDÊNCIA À LUZ DO CASO CONCRETO. RESTITUIÇÃO DO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. POSSIBILIDADE NOS CASOS EM QUE FOR CONSTATADA A MÁ-FÉ. (…) DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, a Turma de Uniformização, por MAIORIA de seus membros, julgou pela PROCEDÊNCIA DO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA FIXAR TRÊS TESES JURÍDICAS RELATIVAS AOS CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADOS, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO

DR. MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA. 1a tese: São inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Irlena Leal Benchimol, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques e Dr. Roberto Hermidas de Aragão. 2a tese: O uso do cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência de dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor pelo cumprimento do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dr. Roberto Hermidas de Aragão, Dr. Moacir Pereira Batista, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dr. Irlena Leal Benchimol, Dr. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. 3a tese: Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dra. Irlena Leal Benchimol, Dr. Moacir Pereira Batista, Dra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes e Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques.. Sessão: 26 de outubro de 2018. – grifos meus.- O Recorrente não se desincumbiu de comprovar ter fornecido prévia e adequadamente ao consumidor todas as informações pertinentes ao contrato celebrado. Este, por sua vez, não apresenta informações claras, identificação do negócio jurídico realizado, periodicidade de prestações e demais encargos incidentes, e, por fim, não expressa o meio de quitação.- Contrato inválido, e cujos efeitos não convalescem no tempo – art. 169, CC.- Deve o Recorrente proceder à devolução do que a parte demandante indevidamente pagou..- O dano moral dá-se in re ipsa, não exigindo maiores delongas sobre o tema. Destaca-se, apenas, ser inegável que a realização sucessiva de descontos financeiros inexigíveis sobre verba salarial é uma realidade que abala o psiquismo do homem médio, ao ver seus recursos serem tomados de forma irregular, de modo a obrigá-lo a recorrer ao abrigo do Poder Judiciário para sustar a prática abusiva. Quantum fixado de forma prudente, por considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, e princípios da razoabilidade e a proporcionalidade ao agravo causado ao consumidor.VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0001251-24.2016.8.04.6301 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrida: CREUZA ALEXANDRINO DE SOUZA Advogada: Daniele Pinheiro de Souza (OAB: 5276/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO NÃO ACOSTADO AOS AUTOS. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MATERIAL CARACTERIZADO. DIREITO À RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO EM PARTE TÃO-SOMENTE PARA REDUZIR O VALOR INDENIZATÓRIO. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0001503-74.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) Recorrida: CELENE OLIVEIRA DA SILVA Advogado: Antonino Machado da Silva (OAB: 7231/AM) Recorrente: Celene Oliveira da Silva Advogado: Antonino Machado da Silva (OAB: 7231/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. COBRANÇAS E DESCONTOS INDEVIDOS PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS. ACOLHIMENTO. PRETENSÃO – POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0001595-18.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Agiplan Financeira S/A Advogado: Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB: 18857/PE) Recorrido: ANTONILDES QUEIROZ FERNANDES Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0001860-22.2013.8.04.7300 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Azul Linhas Aéreas S.a. Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB: 7413/MT) Recorrida: ANDREZA TALITA MEDEIROS NEO

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CANCELAMENTO DE VOO. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL COMPROVADO. DANO MORAL ARBITRADO DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0001868-24.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: CÉLIO MOREIRA DA COSTA Advogado: Henrrique Eloi Barbosa (OAB: 7528/AM) Recorrido: BANCO DO BRASIL S/A Advogado: José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 79757/MG) Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1047A/AM) Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ALEGAÇÃO DE TEMPO DE ESPERA EXCESSIVO EM FILA DE BANCO. MERO DISSABOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0001877-56.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: GRACIETE MAKLOUF DE OLIVEIRA Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0002091-11.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: Mislene Almeida de Souza Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM) Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. PRECEDENTE OBRIGATÓRIO. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA CONFORME PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO da autora PROVIDO. Recurso do réu desprovido. Relatório dispensado, conforme enunciado n.º 92 do FONAJE. não havendo questões preliminares, passo à análise do mérito.1. Pugna a Recorrente pela reforma da sentença que julgou parcialmente procedente sua ação, para reconhecer a procedência do pedido de repetição dobrada dos descontos excedentes ao mútuo ajustado, e reparação de dano moral. O Recorrido, a seu turno, pugna pela reforma da sentença para julgamento total de improcedência.2. Em sede de Pedido de Uniformização de Jurisprudência, processo n. 0000199-73.2018.8.04.9000, foram estabelecidas três teses a serem seguidas pelos magistrados atuantes no sistema estadual dos juizados especiais: EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR. DIREITO BÁSICO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS PARTES NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DEVER DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, CLARA E ADEQUADA. NÃO OBSERVAÇÃO. INVALIDADE DO CONTRATO. USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO. DANO MORAL. ANÁLISE DA INCIDÊNCIA À LUZ DO CASO CONCRETO. RESTITUIÇÃO DO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. POSSIBILIDADE NOS CASOS EM QUE FOR CONSTATADA A MÁ-FÉ. (…) DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, a Turma de Uniformização, por MAIORIA de seus membros, julgou pela PROCEDÊNCIA DO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA FIXAR TRÊS TESES JURÍDICAS RELATIVAS AOS CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADOS, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO DR. MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA. 1a tese: São inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Irlena Leal Benchimol, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques e Dr. Roberto Hermidas de Aragão. 2a tese: O uso do cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência de dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor pelo cumprimento do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dr. Roberto Hermidas de Aragão, Dr. Moacir Pereira Batista, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, Dr. Irlena Leal Benchimol, Dr. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. 3a tese: Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto. Acompanharam a divergência os seguintes magistrados: Dra. Naira Neila Batista de Oliveira, Dra. Irlena Leal Benchimol, Dr. Moacir Pereira Batista, Dra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes e Dra. Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques.. Sessão: 26 de outubro de 2018. – grifos meus2. A relação jurídica estabelecida entre as partes sujeita-se aos ditames do CDC - Súmula 297 do STJ. 3. A responsabilidade do fornecedor de serviço bancário e financeiro é objetiva (art. 14, CDC), cabendo a ele a formação e a administração de contrato de empréstimo consignado, bem como empreender os esforços necessários para garantir a eficiência e a segurança do serviço financeiro. Inteligência da Súmula 479, STJ.4. Com efeito, o Réu – Banco, por sequer juntar aos autos o contrato do negócio realizado, não se desincumbiu de comprovar ter fornecido prévia e adequadamente ao consumidor todas as informações pertinentes ao contrato celebrado.5. O contrato, portanto, é inválido, e seus efeitos não convalescem no tempo – art. 169, CC.6. Constatada a má-fé, deve ser reconhecida a inexigibilidade do saldo devedor imposto à parte Autora a partir do alcance da recomposição integral do valor originário do empréstimo, sem encargos não previstos no contrato, sendo recomposto, em dobro, aquilo que exceder, conforme determina o comando do art. 42, parágrafo único do CDC. A Autora recebeu o total de 2.441,08 (fls. 134-137), e pagou o total de R$ 6.565,71. Devido, portanto, o valor de R$ 8.249,26 (R$ 4.124,63 x 2).7. O dano moral dá-se in re ipsa, não exigindo maiores delongas sobre o tema. Destaca-se, apenas, ser inegável que a realização sucessiva de descontos financeiros inexigíveis sobre verba salarial é uma realidade que abala o psiquismo do consumidor, ao ver seus recursos serem tomados de forma irregular, de modo a obrigá-lo a recorrer ao abrigo do Poder Judiciário para sustar a prática abusiva. Na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador deve considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, observando os princípios da razoabilidade e a proporcionalidade ao agravo causado ao consumidor. VOTO: Ante ao exposto, CONHEÇO os recursos, Nego provimento ao Recurso do Réu, e DOU PROVIMENTO AO RECURSO da Autora para reformar a sentença de Primeiro Grau e: 1) DECLARAR NULO o contrato celebrado entre as partes; 2) CONDENAR o Réu à repetição dobrada das mensalidades excessivamente descontadas sobre os vencimentos da recorrente, devidamente comprovadas, no montante de R$ 8.249,26 - (R$ 4.124,63 x 2) – com incidência de juros mensais de 1% e correção monetária oficial, desde a citação; 3) CONDENAR o Réu ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), sobre a qual deverá incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, desde a fixação; 4) Por fim, DETERMINO ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos da Autora, sob pena de multa de R$ 300,00 por incidência, até o limite de 30 ocorrências. Condeno o Recorrente Banco BMG S/A ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre

o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes desta 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.".

Processo: 0002274-79.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Claro S/A. Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Recorrido: JEAN CARLOS DOS SANTOS LUCENA Advogado: Valdeir de Souza Malta (OAB: 8505/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES APÓS O CANCELAMENTO DO SERVIÇO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0002643-82.2013.8.04.5402 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: R. dos Santos Campos - ÓTICA CIENTÍFICA Advogada: Zenize R. Tamer (OAB: 5489/AM) Recorrida: Juraceli Portela de Souza Advogado: Marcio Arduíno (OAB: 3364/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES. INEXIGIBILIDADE PAGAMENTO FEITO CORRETAMENTE. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. NEGATIVAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0002809-44.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: Agiplan Financeira S/A Advogado: Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB: 18857/PE) Recorrida: MELISSA REGINA PEREIRA RODRIGUES Advogado: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0002863-10.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) Recorrida: ROSINHO MOREIRA VIANA Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REFUTADA A PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE DA CAUSA. VIOLAÇÃO AO DEVER DE TRANSPARÊNCIA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES PRÉVIAS, ADEQUADAS E CLARAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DO NEGÓCIO PACTUADO. INVALIDADE DO CONTRATO. DIREITO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS A MAIOR. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. MATÉRIAS DECIDIDAS EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO. Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Juízes que participaram da sessão e compõem esta Turma Recursal.".

Processo: 0003003-05.2014.8.04.6300 - Recurso Inominado Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Recorrente: HAILTON JOSÉ MENDES TENÓRIO Advogado: Rodrigo César da Silva e Silva (OAB: 7260/AM) Recorrido: VIVO S/A Advogado: Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB: 2518/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: TELEFONIA. Inoperância da LINHA. ausência de demonstração de ofensa aos direitos da personalidade, da consumidora, pois demonstrado que não houve interrupção plena de uso de sua linha. Ausência, sequer, dos protocolos de reclamação do serviço. art. 33, i, do cpc. RECURSO desPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei 9.099/95 e Enunciado nº 92, do FONAJE. Não foram apresentadas preliminares. Passo à análise do mérito.1. Inicialmente, defiro ao Recorrente os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, CPC.2. Apesar de inúmeras demandas existirem no mesmo sentido, denotando uma notória falha de serviço da empresa recorrida, no caso tela, a inicial não trouxe elementos suficientes a demonstrar, tanto que o Autoro estava impossibilitado de usar sua linha, mediante apresentação de protocolos de reclamação, como que seus direitos da personalidade tenham sido afetados com a falha. 3. As telas de fls. 11/14 e 30/37, não tenham o condão sequer de demonstrar que a linha telefônica é a mesma do Autor. Não há outras provas que apontem que a parte Recorrente não utilizou, ostensivamente, o serviço de mensagens de texto (SMS), não realizou chamadas recebidas/originadas completadas, não se demonstrando, portanto, a impossibilidade de comunicação via telefone.4. Além disso, não trouxe a parte Recorrente aos autos, qualquer número de protocolo que confirmasse as reclamações feitas à concessionária, que pudessem caracterizar o descaso daquela em relação ao consumidor, diferentemente de muitas outras demandas manejadas contra a empresa, em que ficava clara falha do serviço, e as reclamações desatendidas dos consumidores. 5. Por fim, não há indícios de como a falha atribuída à empresa haja causado danos aos direitos da personalidade da parte Recorrente, não restando atendidos, portanto, os requisitos do art. 373, I, da Lei Adjetiva Civil.6. No mesmo sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SINAL E QUEDAS CONSTANTES DAS LIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. RECLAMANTE QUE NÃO TROUXE QUALQUER NÚMERO DE PROTOCOLO DE RECLAMAÇÃO OU OUTRA PROVA SUFICIENTE A DEMONSTRAR AS FALHAS CONSTANTES. NÃO CONFIGURAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE FALHA DA RECORRENTE E EVENTUAL DANO CAUSADO AO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. , decidem os Juízes Integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso,

nos exatos termos do vot (TJ-PR - RI: 00032377920148160018 0 PR 0003237-79.2014.8.16.0018/0 (Acórdão), Relator: DOUGLAS MARCEL PERES, Data de Julgamento: 30/06/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 01/07/2015) Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença, nos moldes do art. 46, da Lei 9.0099/95. Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita.. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,".

Processo: 0003485-81.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado Cível, Vara Única de Boca do Acre

Recorrente: CLEUCINEIDE BATISTA DE ALENCAR Advogado: Alysom Pereira de Lima (OAB: 233080/SP) Recorrente: JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA Advogado: Alysom Pereira de Lima (OAB: 233080/SP) Recorrida: Companhia Energética do Amazonas - Ceam Advogado: Ediney Costa da Silva (OAB: 7646/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. GERA DANO MORAL SE DEVIDAMENTE COMPROVADA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0200779-74.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrido: Albertina Barbara Pinheiro Defensoria: Luiz Maurício Oliveira Bastos

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. consumidor. DANO MORAL. Falha na cobertura de serviço de telefonia. Inoperância da LINHA. DÉBITOS DEVIDAMENTE PAGOS. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO devida DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA FORNECEDORA DE SERVIÇOS. ART. 14 DO CDC. DANO MORAL CONFIGURADO. DESVIO PRODUTIVO. PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR PARA TENTATIVAS FRUSTRADAS DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROBLEMA, SEM SUCESSO. PRECEDENTE STJ – Agresp. 1.260.458-sp. DEVER DE INDENIZAR. MANUTENÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO DE FORMA Proporcional à extensão do abalo experimentado. QUANTUM INDENIZATÓRIO a ser fixado de forma razoável e PROPORCIONAL AO DANO SOFRIDO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. Preliminares: - Incompetência dos JECCs: Rejeito a preliminar, pois o art. 81 do CDC é claro que a defesa dos interesses e direitos dos consumidores pode ser exercida em juízo de forma individual ou coletivamente. - Complexidade: Não merece guarida a preliminar, pois os relatórios de fls. 120-123 apresentados pela própria Ré, são suficientes a demonstrar as condições do serviço de telefonia prestados à Autora.- Necessidade de chamamento ao processo: Afasto a preliminar, primeiramente, por que o art. 10 da Lei 9.099/95 veda a intervenção de terceiro ou chamamento ao processo. Além disso, a empresa ré responde pelos danos, independentemente de haver outros responsáveis, de forma solidária, nos termos do art. 25, §1º, do CDC.1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 08.08.2019.".

Processo: 0201363-75.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos Advogado: Alcides Ney José Gomes (OAB: 8659/MS) Recorrido: ROBERTO CARLOS MENDES NOVO

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. COBRANÇA SUPERIOR AO CONTRATADO. EMPRÉSTIMO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS NÃO OBSERVADO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Insurge-se o recorrente em face da sentença de fls. 139/144, ao argumento de que comprovou que os descontos realizados foram feitos de forma regular, na medida em que o recorrido restou inadimplente com algumas parcelas, obrigando ao pagamento de forma parcelada, com débitos na conta corrente daquele. Contudo, como bem ponderou o juízo de primeiro grau, inexiste nos autos qualquer elemento que demonstre os fatos aduzidos em defesa, eis que os contratos juntados (fls. 115 e ss.) não trazem qualquer autorização para débito automático parcelado, incidindo juros muito superiores ao efetivamente contratado, de modo que a prática do recorrente se veste de ilegalidade. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº

9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201506-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Itaú S/A Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) Recorrido: Luis Cesar Oliveira Mouzinho Advogado: Luis Cesar Oliveira Mouzinho (OAB: 14172/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MORAIS. RECUSA EM PAGAMENTO À VISTA - ORDEM DE PAGAMENTO À VISTA. SUPOSTA DIVERGÊNCIA DE ASSINATURAS EM CHEQUE NÃO PROVADA. SEM JUSTIFICATIVA DA RECUSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0201647-49.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A Advogado: Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ) Recorrido: Pedro Simon dos Anjos Silva

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO. DÉBITO DESCONHECIDO PELO AUTOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVADA A CONTRATAÇÃO REGULAR DO SERVIÇO DE TELEFONIA. ATO ILÍCITO. DÍVIDA DESCONSTITUÍDA. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA EM SEUS FUNDAMENTOS. ART. 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0201883-35.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: AMANDA DAIANNY MENDONÇA DE CASTRO Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) Recorrido: MANAOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA - ME (SUPER LEGAL) Advogada: Beatriz de Souza Souza (OAB: 12761/AM) Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VENDA DE ALIMENTO IMPRÓPRIO AO CONSUMO. NÃO COMPROVADA A INGESTÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA (ART. 333, I, DO CPC). DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. PRECEDENTES DO STJ. DEVOLUÇÃO DE QUANTIA PAGA PELO PRODUTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0202282-98.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda Soc. Advogados: Ana Paula da Silva Bezerra (OAB: 5797/AM) Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) Recorrente: Direcional Engenharia S/A Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) Recorrida: CLAUDIA SINESIO DA SILVA

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VÍCIO OCULTO. DEVER DO REQUERIDO DE DESCONSTITUIR OS ARGUMENTOS AUTORAIS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Insurgem-se o recorrente em face da sentença de fls. 396/398, ao argumento de que a sentença é nula por ausência de intimação pessoal para cumprimento, ocorrendo também a decadência e configuração de complexidade, bem como a legalidade do contrato firmado e ausência dos requisitos configuradores de responsabilidade civil. Não há o que se falar em nulidade da sentença, eis que o feito sequer iniciou sua fase de cumprimento, de modo que não se pode exigir intimação pessoal para tanto. Também não há o que se falar em complexidade, por não haver qualquer elemento que demonstre a imprescindibilidade de perícia técnica para o deslinde do caso, também não ocorrendo a decadência, eis que os autos versam sobre vício estrutural oculto, com prazo a se iniciar a partir da ciência do mesmo. No que tange ao mérito, tenho que o juiz de primeiro grau bem apreciou a questão, estando plenamente configurado o vício oculto no imóvel construído pelas recorrentes, o qual não suportou as chuvas habituais de nossa região, estando devidamente configurados os danos, nos termos da sentença proferida. Logo, porque bem apreciou os elementos fáticos constantes do bojo do processo, deve a sentença ser integralmente mantida. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0205073-28.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: WALDEIZA MARREIROS DE JESUS Advogado: Alexandre Gomes Ribeiro Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) Advogado: Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB: 4395/AM) Recorrido: Águas do Amazonas S.A. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. QUESTIONAMENTO DE VALORES COBRADOS DE FORMA INDEVIDA. ATRIBUIÇÃO ABUSIVA DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. NECESSIDADE DE REVISÃO DE FATURAS. REVISÃO CONCEDIDA PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA RECONHECER O DANO MORAL. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600154-69.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria Raulina de Souza Grangeiro Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM) Recorrido: CASEBRAS CAIXA ASSISTENCIAL DO SERVIDOR BRASILEIRO

Advogado: GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB: 98206/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA. COBRANÇA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANO MORAL. DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA. EMPRÉSTIMO REALIZADO PELA AUTORA JUNTO À INSTITUIÇÃO, NA CONDIÇÃO DE ASSOCIADA. CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA INCIDENTE POR TEMPO INDETERMINADO. FATO INCONTROVERSO. AUSÊNCIA DE ILICITUDE NOS DESCONTOS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO. ART. 188, I, CÓDIGO CIVIL. DIREITO APENAS AO CANCELAMENTO DA VINCULAÇÃO ASSOCIATIVA. DANOS MORAIS INOCORRENTES. RECURSO deSPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. Relatório dispensado na forma do Enunciado n.º 92 do FONAJE. Ante da inexistência de questões preliminares, passo a analisar-lhe o mérito.1. No caso dos autos deve ser observado que a autora reconhece a existência do empréstimo pessoal consignado firmado junto à ré, controvertendo apenas a incidência da rubrica "CASEBRAS CONTRIBUIÇÃO" que, segundo a ré, possui natureza jurídica de contribuição associativa, destinada ao fomento de suas atividades, em prol da coletividade dos associados, refutando a pretensão à recomposição dos valores e danos morais, ao fundamento de que a autora tornou-se associada, estando, portanto, previamente ciente. 2. O caderno processual está carreado de documentos que comprovam o contrato do empréstimo, ou seja, é fato incontroverso que este ocorreu (art. 374, II), já que ambas as partes admitem sua existência. O mesmo somente pôde ser utilizado pelo fato de a Autora sustentar a condição de associada à instituição. Nesse contexto, fora inserida a contribuição associativa destinada à ré, perdurando enquanto o vínculo associativo existir entre as partes. Considerando que o contrato de mútuo foi integralmente adimplido, as cobranças referentes à mensalidade associativa na folha de pagamento da autora também deverão cessar, nos termos da sentença a quo.3. À toda evidência, resta afastada a higidez da causa de pedir remota (desconhecimento da origem do débito impugnado/falta de autorização prévia do devedor) da pretensão deduzida pela autora nos autor, o que elide a possibilidade de reconhecimento de abuso, falha ou erro por parte da ré, que agiu em exercício regular de direito, de modo a afastar o dever de indenizar perseguido pela requerente, ex vi do art. 188, II do CC. Por fim, resta a manutenção do cancelamento dos descontos, com a declaração de rescisão do contrato da Autora com a Associação, já que não pode ser mantida, contra sua vontade, atrelada à instituição.VOTO: Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a sentença vergastada, por seus próprios e bem expostos fundamentos (art. 46, da Lei 9.0099/95). Sem custas e honorários, considerando os benefícios da assistência judiciária gratuita (fls. 72).. DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus,".

Processo: 0600252-25.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Eduardo Matzenbacher Zarpelon (OAB: 335279/SP) Advogado: Henrique de David (OAB: 84740/RS) Recorrido: J. L. M. Carvalho - Me (Vértice Engenharia) Advogada: Marcilinha Santana de Oliveira (OAB: 4964/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART 373,I CPC. DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO DE FORAM RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600268-71.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Maria de Souza Barata, Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0600277-33.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Recorrida: Maria Rosilene Brito da Silva Advogado: Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM) Advogado: Auton F. Furtado Maia

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FATURAS EXORBITANTES. VALORES QUE EXTRAPOLAM A MÉDIA DE CONSUMO SEM A COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE REVISÃO DEMONSTRADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600453-51.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB: 4643/RO) Recorrido: GENESIS BATISTA DE BRITO Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA "CALCULADORA DO CIDADÃO" DO BACEN. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA

REFORMADA.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, me posiciono no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central. Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a "Calculadora do Cidadão", ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros inadmissíveis deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação. É ônus de quem alega demonstrar e provar, objetivamente, a dimensão do percentual efetivamente cobrado em face do direito objetivo, o que não ocorreu no presente caso. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada para julgar improcedentes os pleitos autorais. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Sem custas e honorários. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600467-30.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Diego Emerson Mendes dos Santos Advogado: Luiz Felipe da Luz de Queiroz Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600539-88.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Juarez Silva Nascimento Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0600684-95.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Maria Lúcia Silva de Araújo Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM) Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM) Requerido: Águas do Amazonas S.A. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) Advogada: Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. QUESTIONAMENTO DE VALORES COBRADOS. ATRIBUIÇÃO ABUSIVA DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. NECESSIDADE DE REVISÃO DE FATURAS. SENTENÇA REFORMADA. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PERÍCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600756-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Symonara da Silva Viana Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM) Recorrido: Odontomed - Medic Saúde, Atividade Médica e Odontologia Ltda - Epp Advogado: Jonathan Solon Melo Nunes (OAB: 12119/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. CONVÊNIO DE PLANO DE SAÚDE ODONTOLÓGICO. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EM QUE PESE PREVISÃO LEGAL DE REAJUSTE DE MENSALIDADES A EMPRESA NÃO OBSERVOU O DEVER DE INFORMAÇÃO NO CONTRATO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0600831-07.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Recorrida: SÂMIA JURY MURAYAMA Advogado: Tarcísio Ramos do Vale (OAB: 8534/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. COBRANÇA DE DÉBITOS EM ATRASO. ALEGAÇÃO DE DÉBITOS EM RELAÇÃO A CONTRATO TRANSFERIDO PARA OUTRA OPERADORA. PORTABILIDADE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. NEGATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. ATO ILÍCITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM EXARCEBADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601021-62.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrida: Cristiane Vasconcelos Chaves Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA EMPRESA DE TELEFONIA. CONCESSÃO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE SUBMETE À DEMANDADA A COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO E LEGALIDADE DA INSCRIÇÃO. PROVAS COLIGIDAS NOS AUTOS INSUFICIENTES. TELAS DO SISTEMA INTERNO QUE NÃO SERVEM COMO DOCUMENTO HÁBIL POR SER PRODUZIDO UNILATERALMENTE. NÃO COMPROVADA A ORIGEM DA NEGATIVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0601049-04.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Joelina Fernandes dos Santos Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM) Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM) Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601066-37.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF) Recorrida: Sandra Regina Alves Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO CONTRA SENTENÇA DE EMBARGOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO - LITIGANTE DE MÁ-FÉ. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO... DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0601148-56.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S/A Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrida: OLGA DO NASCIMENTO MARQUES CAVALCANTE Advogado: José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (OAB: 10793/AM) Advogado: Moises Cavalcante G. de Oliveira (OAB: 5912/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRESA DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SEGURO ANTI-FURTO. FALTA DE COBERTURA SECURITÁRIA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601666-87.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Dvalcir Chaves Rodrigues Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM) Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB: 151204/MG) Advogada: Bruna Carvalho dos Santos (OAB: 11179/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. OPERAÇÃO DE CRÉDITO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. PLENA CIÊNCIA DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO NÃO CONCEDIDA. DANOS MORAIS INEXISTENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601673-19.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda - SAMEC Advogada: Jamile Ribeiro da Silva (OAB: 4977/AM) Advogada: Jackeline Salazar dos Santos (OAB: 10166/AM) Recorrida: Greice Miranda Matos Advogada: Jussara Costa Botelho (OAB: 11223/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO CURSO. COMPROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO FEITA PELA PARTE AUTORA. EMPRESA QUE PROCEDEU COM COBRANÇAS APÓS CANCELAMENTO DO CONTRATO. COBRANÇAS INDEVIDAS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE CONCEDIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0601690-06.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Elizeu Barbosa de Oliveira Advogado: Karla Patricia Bulaslan de Mendonça (OAB: 11742/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Soc. Advogados: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) Advogado: Urbano Vitalino Advogados (OAB: 313/PE) Advogado: Wilson Filipe de Souza Matos (OAB: 14254/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor:

Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO declaratória de inexistência de débito e DANOS Materiais e mORAIS. Contrato de empréstimO. Descontos em contracheque do valor mínimo. Alegação de ausência de contratação NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. Dano moral não comprovado. Ausência de comprovação de fato constitutivo do direito do autor. Refinanciamento. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Sem honorários nos termos do art. 55 da lei 9.099/95 e ART. 12 da Lei 1060/50. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0601697-95.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Wildemar Valente Ribero Advogado: Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB: 10736/AM) Recorrido: Banco Bradesco Cartões S/A Advogada: Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB: 10320/AM) Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM) Advogado: Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB: 10418/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CARTÃO MODALIDADE CRÉDITO. SEM CONSENTIMENTO DA MODALIDADE E SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0601978-66.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Stelo S/A Advogado: Alfredo Zucca Neto (OAB: 154694/SP) Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) Advogado: Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB: 367886/SP) Advogado: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE) Recorrido: Thiago Ferreira dos Santos Escorel Advogada: Gabriela Ferreira dos Santos Recorrido: Cielo S/A Advogada: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 13788/AL) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PRODUTO. ENVIO TARDIO. MAL FUNCIONAMENTO. VENDAS PREJUDICADAS. FRUSTRAÇÃO EVIDENTE. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602074-81.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Timaia Costa S Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602276-43.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rangel Oliveira da Silva Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602523-39.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrida: Elaine Maria Ribeiro Lopes Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602629-95.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Advogado: Rodrigo Dias de Almeida (OAB: 2518/AM) Recorrida: Sintia Meire Cunha dos Santos Advogado: Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB: 9331/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. VALORES COBRADOS EXCESSIVOs. CONTRATO E VALORES DIFERENCIADOs. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602777-12.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S/A Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrente: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrida: Lindinalva Maria Santos L. Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602980-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Alesandro de Lima Gomes Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0602980-56.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) Recorrido: Fabio Freire Barbosa da Silva Advogado: Nathacha Camara de Albuquerque (OAB: 12164/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA E DE PRESCRIÇÃO TRIENAL. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603120-05.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrido: Oscar Firmino de Mesquita Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. VALORES COBRADOS EXCESSIVOs. CONTRATO E VALORES DIFERENCIADOs. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0603195-81.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Luiza Vieira dos Santos Advogado: Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB: 9261/AM) Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO ESSENCIAL. IMPUGNAÇÃO À COBRANÇA DE FATURAS AS QUAIS ENCONTRAM-SE DEVIDAMENTE PAGAS. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE OS PEDIDOS DA INICIAL. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA E AGENDADA. ALEGAÇÃO DE NÃO OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA E DEFESA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO NÃO FORA REALIZADA. DEVOLUÇÃO PARA QUE O PROCESSO SEJA REESTABELECIDO À FASE DE INSTRUÇÃO. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0603614-98.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Direcional Engenharia S/A Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM) Recorrida: Iraneide Soutelo de Andrade

Advogado: Igor Hanan Simões (OAB: 6069/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: SÚMULA DA SENTENÇA. CONSUMIDOR. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA COMPLEXA. PERÍCIA DE ENGENHARIA. LAUDOS PERICIAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA (FLS. 30-36) E DA CONSTRUTORA (1302-1308) QUE SE CONTRAPÕEM. NECESSIDADE DE PERÍCIA DESIGNADA PELO JUÍZO, PARA VERIFICAÇÃO DE QUAL É A ACERTADA. ENTENDIMENTO IDÊNTICO EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (FLS. 37-39). COMPLEXIDADE DA LIDE QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS PARA APRECIAÇÃO DA CAUSA. COMPLEXIDADE DA LIDE QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS PARA APRECIAÇÃO DA CAUSA. RECURSO INOMINADO PROVIDO PARA RECONHECER A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS, E EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PROVIDO. Relatório dispensado na forma do Enunciado nº 92, do FONAJE. Conheço do apelo, pois satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade.1. Da análise dos autos, e sem adentrar o mérito, observa-se que o Recorrente trouxe provas, observa-se que, entre as muitas preliminares ventiladas, consta a complexidade da causa.2. Trata-se de ação indenizatória contra construtora, em razão de diversos vícios estruturais nos imóveis do Residencial Viver Melhor, detectados em laudo de inspeção solicitado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, às fls. 30-36) nos autos da Ação Civil Pública n.º 002426-27.2017.4.01.3200.3. Contudo, observa-se que o Réu também produziu seu laudo pericial (fls. 1.302-1.308), com conclusão contrária ao apresentado pela DPE, o que impõe a necessidade de realização de uma perícia designada pelo Juízo, para aferição das reais condições do imóvel, e definição de qual dos laudos apresentados teria razão. 4. A necessidade de tal perícia, que não seria simples, por envolver questionamentos por profissional com expertise em engenharia civil, por si, torna a demanda uma causa complexa, afastando a competência dos Juizados especiais, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 9.099/95.5. Além disso, embora o art. 35 da Lei dos Juizados discipline que o Juiz pode inquirir técnicos de sua confiança, e permita às partes, a apresentação de parecer técnico, é forçoso reconhecer que tal método somente se aplica a casos de menor complexidade. Questões de alta indagação, que requeiram a realização de exames periciais, que devam seguir os moldes dos arts. 464 e seguintes do CPC, pela complexidade, devem ser realizados pela Justiça Comum, no sentido de garantir às partes o exercício dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.6. Como se vê às fls. 37-39, mesmo no âmbito dos juizados federais, fora reconhecida a necessidade da perícia mencionada, ante demanda idêntica manejada contra a CEF, o que reforça o entendimento da incompetência do juízo de 1º grau, para apreciação da matéria.7. No mesmo sentido: RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO - AUTORES ALEGAM DEFEITO NO IMÓVEL ADQUIRIDO - PRELIMINAR DE DECADÊNCIA REJEITADA - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAMENTO DA CAUSA ACOLHIDA - COMPLEXIDADE - NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PARA VERIFICAÇÃO DA EXTENSÃO DOS DANOS - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - SENTENÇA REFORMADA - PRELIMINAR ACOLHIDA. Nos termos do § 1º do art. 445 do Código Civil, o prazo decadencial para obter a reparação em decorrência de vício redibitório é de 1 (um) ano, em se tratando de bem imóvel, como na hipótese, contado do momento de sua ciência. Assim, tendo o recorrido acionado as recorrentes tão logo verificado o vazamento, não há que se falar em decadência. A falha na prestação do serviço, quanto aos supostos defeitos apontados pela parte autora, só pode ser aferida com o laudo de profissional habilitado, o que denota a incompetência do juizado especial para conhecer, processar e julgar a presente demanda, em atenção ao art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95. Extinção do processo sem resolução do mérito. (Apelação nº 0003506-13.2015.8.12.0110, 3ª Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais/MS, Rel. Patrícia Kelling Karloh. j. 24.08.2017).VOTO: Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, para declarar a causa como complexa, reconhecer a incompetência dos juizados especiais para apreciação do feito e julgar extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95. Sem condenação em custas e honorários (art. 55, lei 9.099/95). . DECISÃO: "A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, nos termos do voto do Relator. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 29.08.2019".

Processo: 0603695-98.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Edinete Maria Cavalcante Lima Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. CONDICIONAMENTO PRODUTO/SERVIÇO A OUTRO. VENDA CASADA COMPROVADA. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS - IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DE FORMA RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604264-17.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Tim Celular S/A Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Advogado: Leonardo Lima Clerier (OAB: 1408A/PE) Recorrido: Fernando da Silva Lima Advogado: Fernando da Silva Lima (OAB: 9218/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. SERVIÇOS DE TELEFONIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0604361-51.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Simone de Sá Araújo Jardim (OAB: 1650/AM) Advogado: Fábio Nogueira Corrêa (OAB: 5674/AM) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) Recorrido: Nair Silva da Costa Advogado: Érico Marcus Vieira Rodrigues (OAB: 12573/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade

de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604428-76.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrido: Raimundo Tufi Viana de Almeida Advogado: Ruan Cardoso Carolino (OAB: 13281/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO NÃO RECONHECIDA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. ÔNUS QUE INCUMBIA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO AO DEVER DE TRANSPARÊNCIA. INVALIDADE DO CONTRATO. DIREITO À RESTITUIÇÃO SIMPLES DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. VALOR INDENIZATÓRIO REDUZIDO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MATÉRIAS DECIDIDAS EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0604500-85.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: CIA ENERGÉTICA DO CEARÁ- COELCE Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) Recorrido: Joao Batista de Lima Advogado: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ÔNUS DA PROVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU. DEVER DE COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0604616-43.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso S/A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) Recorrido: Alvaro Teles Matias dos Santos Advogado: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM) Advogado: Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PRELIMINAR DE NULIDADE REFUTADA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRATO INSUFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE DO NEGÓCIO. DANO MATERIAL CARACTERIZADO. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO REDUZIDO À LUZ DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0605140-69.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrido: Kleudo Braga Dias Soc. Advogados: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM) Advogado: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605214-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG) Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE) Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG) Recorrido: Jonilson Lopes da Silva Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605486-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado

Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Wiliiam Almeida da Silva Advogado: Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB: 12051/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605967-80.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Recorrido: Haiubi Cordeiro Bonethe Advogado: Glaucio Nunes da Luz (OAB: 6326/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. FATURAS COM VALORES EXORBITANTES. REVISÃO CONCEDIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0605971-20.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) Recorrido: Murilo Alves da Cunha Junior Advogado: Luan Damasceno da Cunha (OAB: 11922/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0605983-31.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) Recorrente: Banco Bradesco S.a Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) Recorrida: Maria Eliete Rodrigues Gonçalves Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SEGUROS. VENDA CASADA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. NÃO ACOLHIMENTO. NÍTIDA COBRANÇA ABUSIVA. VENDA CASADA. CDC APLICADO. DANOS MORAIS DEVIDOS. VALOR QUE MERECE MAJORAÇÃO. PRETENSÃO ASSISTIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606031-24.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF) Recorrida: Jaqueline Leite Advogado: Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB: 7790/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606153-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Álvaro da Silva Gadelha Advogado: Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606364-42.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Recorrido: Marcos Valerio Tavares Malcher Advogado: Evellin Picanço de Medeiros (OAB: 8280/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. SERVIÇO DEFICIENTE. TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA. PRINCíPIO DA INFORMAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606387-85.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Acácio da Silva Souza Advogado: Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB: 9932/AM) Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. LANÇAMENTO DE FATURA MENSAL EM VALOR DESPROPORCIONAL AO CONSUMO MÉDIO. REVISÃO REALIZADA NA VIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. SITUAÇÃO QUE SE ENQUADRA COMO MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606461-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Maria de Fatima Costa Lima de Souza Advogado: Eliel de Souza Vieira (OAB: 14037/AM) Advogada: Joelma Takeda de Moraes (OAB: 8432/AM) Advogado: Natasha Cristina Pereira de Jesus (OAB: 8437/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES SE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606624-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Luiza Leide Lima de Souza Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606625-41.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Recorrido: Gedeon de Almeida Fernandes Advogado: Karla Patricia Bulaslan de Mendonça (OAB: 11742/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606673-60.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrida: Rosilda Paes de Souza Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM) Advogada: Drielle Carvalho de Arruda (OAB: 9121/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. QUESTIONAMENTO DE VALORES COBRADOS SEM QUE HOUVESSE INSTALAÇÃO DO HIDRÔMETRO. ATRIBUIÇÃO ABUSIVA DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. NECESSIDADE DE REVISÃO DE FATURAS PARA ADEQUAR-SE AO VALOR DA TARIFA MÍNIMA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606786-17.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado

Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Recorrida: Antonia de Sá Vinhote Advogado: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇAS DE TAXA DE ESGOTO SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO E DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO CONCEDIDA PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA REFORMADA PARA AJUSTE DO VALOR A TÍTULO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0606808-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Almino Pereira Tinoco Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM) Advogado: ANA MARIA DE ANDRADE FONTES (OAB: 12644/AM) Advogado: Abrahim Jezini Júnior (OAB: 8073/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606902-54.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Aldair de Paula Edwards Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606914-71.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Claro S/A Advogada: Priscila de Oliveira Mello (OAB: 10845/AM) Advogado: Laryssa Araujo Muller (OAB: 13197/AM) Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM) Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM) Recorrido: Paixão Periman de Almeida Ferreira Advogado: Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB: 12251/AM) Advogado: Paixão Periman de Almeida Ferreira (OAB: 12138/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO INOMINADO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. NÍTIDO INTUITO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO DA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E REJEITADO. ACÓRDÃO INTEGRALMENTE MANTIDO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0606931-73.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) Recorrido: Anfremon Monteiro de Oliveira Advogado: Carlos José Sales da Silva (OAB: 11882/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606984-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Irailton Cerquinho da Silva Soc. Advogados: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM) Advogado: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM) Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) Advogado: Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 53182/DF)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0607788-19.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado

Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrido: Joao Bosco Batista de Sá Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0607895-85.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Welden Cesar Menezes da Silva Advogado: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT) Recorrido: Vivo S/A Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO EIVADO POR FRAUDE. CDC APLICADO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608149-73.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado: Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) Recorrido: Frank Farias de Sousa Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608281-33.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrida: Ester de Oliveira Almeida Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) Advogado: Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB: 12493/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608616-15.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) Recorrida: Francisca Rodrigues Augusta de Oliveira Advogado: João Ricardo Gomes da Silva (OAB: 14002/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA C/C DANOS MORAIS. SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. COBRANÇAS DE TAXA DE ESGOTO SOB ALEGAÇÃO DE DEVIDA PRESTAÇÃO E DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO. ART. 373, I, CPC SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0608772-06.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) Recorrida: Gilda Texeira Samapaio Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO

ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608946-15.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MARILUCE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0608969-77.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 16ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Aleda da Silva Dutra Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) Recorrido: Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0609505-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a. Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB: 7413/MT) Advogada: ROSANA SOARES DIAS (OAB: 283234/SP) Recorrida: Naiana Maria Soares Bezerra Parente Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONSUMIDORA ADQUIRIU ASSENTO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAR EM PARTE DO VOO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR INDENIZATÓRIO REDUZIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA MINORAR O VALOR DA CONDENAÇÃO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0609586-18.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) Recorrido: Leandro dos Santos Pereira Advogado: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0609792-32.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Recorrido: Rodrigo Rego de Oliveira Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar de incompetência do juízo rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0610180-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Almir Barros Carlos Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE/QUITAÇÃO, repetição de indébito e DANOS MORAIS. Contrato de empréstimo – cartão de crédito consignado. Cdc. Abusividade de cláusulas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. REFINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR TODO MÊS. SENTENÇA EXTINÇÃO. SEM NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. CÁLCULO SIMPLES. PROVAS NOS AUTOS SUFICIENTES PARA ANÁLISE DO MÉRITO. CDC.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO/ TRANSPARÊNCIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DESCONSTITUÍDA. MÉRITO ACOLHIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0610405-31.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogada: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) Recorrida: Joelma Ramos da Silva Advogado: Gabriel William Fachin Lima (OAB: 8518/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COBRANÇA DE FGTS PELO PERÍODO LABORADO. DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONCEDIDA PELA NÃO OBSERVÂNCIA AO ART. 4º DA LEI 2.607/2000. CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DO FGTS NOS MOLDES DO ART. 19-A DA LEI 8.036/90. CONCESSÃO PARCIAL. RECONHECIDA PRESCRIÇÃO EM PARTE DO PERÍODO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0610563-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) Recorrido: JULIO CESAR DA SILVA LIMA Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0610952-29.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrido: Janderson de Paula Velasco Advogado: Almeron Caminha (OAB: 12270/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0611847-53.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) Recorrido: Francisco Augusto Auzier Pessoa Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/ INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0612221-69.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) Recorrido: Lucia Fátima de Souza Vinhote Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L.

SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0612592-04.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Recorrida: Mariana Nascimento Castro Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0613062-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Rodrigo de Souza Advogada: Eliseth Regina Moss da Costa (OAB: 6490/AM) Recorrido: Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a. Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB: 7413/MT) Advogada: ROSANA SOARES DIAS (OAB: 283234/SP)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CANCELAMENTO ATRASO DE VOO. IMPOSIÇÃO DE TRANSPORTE ALTERNATIVO. AÇÕES QUE SUPERAM A IDEIA DE MERO DISSABOR. CDC. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MAJORAÇÃO DO VALOR QUE SE IMPERA NOS AUTOS. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. NEXO CAUSAL E DANOS PROVADOS. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0613063-49.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Marcio Gentil de Cast Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0613875-91.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) Recorrido: Abm Brasil - Associação Beneficente Mutua Assistencial do Brasil Recorrida: Crizelides da Costa Araújo Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VENDA CASADA. SERVIÇO NÃO SOLICITADO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ACOLHIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO PAUTADO NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0614355-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) Recorrida: Michele Acosta Miguel de Paula Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0614366-69.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) Recorrida: Leda Maria Mendes de Oliveira Advogada: Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do

mérito. Cláusulas abusivas. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO DE FORMA PARCIAL. LESÃO PARCIAL AO CONSUMIDOR. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE DEVIDA. DANOS MATERIAIS E MORAIS INDEVIDOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PROVIDO EM PARTE.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0614419-84.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: MARIA CLOTILDE ALMEIDA VENTURA Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0615508-40.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: PEDRO DE SOUZA Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) Recorrido: Banco Bradesco S.a. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0616695-54.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Recorrido: Sebastião de Souza Lima Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar de incompetência do juízo rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0617905-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Sandra Regina Silva de Souza Advogado: Fabio Luis Sanches de Paula (OAB: 8879/AM) Advogada: Larissa Ladislau da Silva (OAB: 8276/AM) Requerido: Net Serviços de Comunicação S/A Advogado: Laryssa Araujo Muller (OAB: 13197/AM) Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG) Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO. INSTALAÇÃO NÃO EFETIVADA. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO EXCESSIVO. REDUÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0619335-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Vivo S.a. Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM) Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) Recorrida: Rita Maquine de Souza Advogado: Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB: 140475/RJ) Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA. LINHA NÃO IDENTIFICADA PELO CONSUMIDOR. GERAÇÃO DE DÉBITOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. NÃO COMPROVADA A REGULARIDADE DA DÍVIDA. TELAS DO SISTEMA INTERNO QUE NÃO SERVEM COMO DOCUMENTO HÁBIL POR SER PRODUZIDO UNILATERALMENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. DANO MORAL

CARACTERIZADO. VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ART. 46, DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.".

Processo: 0619705-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)

Recorrente: Emerson Araujo da Silva Defensor P: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM) Recorrido: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. SOLICITAÇÃO DE COBRANÇAS DE TARIFAS MÍNIMAS PARA UM MESMO HIDRÔMETRO NÃO CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0620513-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 53182/DF) Advogado: Alan Sampaio Campos (OAB: 341543/SP) Advogado: Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) Recorrida: Daniele da Silva Dantas Advogado: Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB: 11243/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA NO QUANTUM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0621425-11.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Eduardo Weckner da Silva Advogado: Gabriel Yunes da Rocha (OAB: 9623/AM) Requerido: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF) Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO NA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO AO INVÉS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. DESCONTO DO VALOR MÍNIMO DA FATURA MENSAL. REFINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR TODO MÊS. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO REJEITADO. DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0622661-95.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE) Recorrida: Mirlanei Santana de Andrade Advogado: Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB: 12051/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo de cartão de crédito consignado. Preliminar rejeitada de plano. Sem necessidade de perícia técnica. Provas nos autos suficientes para análise do mérito. Cláusulas abusivas. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. QUITAÇÃO/INEXIGIBILIDADE, REPETIÇÃO DE INDÉBITO e DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0622740-74.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Ellen Cristina Auzier Rodrigues Advogado: José Estevaõ Xavier Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0622943-02.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 5ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Clauberson da Silva Melo Advogado: Anderson Santos da Silva (OAB: 12015/AM) Recorrido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE cartão de crédito consignado. CDC. Abusividade de cláusulas. Onerosidade excessiva.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. APLICAÇÃO DE TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS AO CASO CONCRETO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DO CONTRATO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA MAS PARCIAL E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0623571-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15º Vara do Juizado Especial Cível

Requerente: Deuza Elizandra Lima de Carvalho Advogado: Fabio Carvalho de Arruda (OAB: 8076/AM) Requerido: Banco Bmg S/A Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 911A/SE)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0624310-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Recorrida: Maria Auxiliadora Santana de Oliveira Advogado: Eduardo Santana Pinheiro (OAB: 7049/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PAGAMENTO DE FATURA APÓS O PROTESTO DA DÍVIDA. PROTESTO DEVIDO. BAIXA NO CARTÓRIO DE PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DO DEVEDOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0626722-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) Recorrido: Rubem de Miranda Sarmento Advogado: Franciane Monteiro Cavalcante (OAB: 6934/AM)

Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INSPEÇÃO EM MEDIDOR E IMPOSIÇÃO DE VALORES DE FORMA ARBITRÁRIA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA REDUZIR O QUANTUM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER do Recurso e no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora que integra esta decisão, para todos os fins de direito.".

Processo: 0626865-51.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) Recorrido: Enaque Reis de Oliveira Advogado: Assurbanipal de Freitas Braga (OAB: 8883/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. SEM CONSENTIMENTO. CONDICIONAMENTO À CONTRATAÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL L. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0628626-20.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bradesco S.a. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) Recorrido: João Ricardo Guedelha e Silva Advogado: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VENDA CASADA. SERVIÇO NÃO SOLICITADO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ACOLHIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO PAUTADO NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0629138-45.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas Advogado: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM) Advogado: Aldenor de Souza Rabelo (OAB: 8030/AM) Recorrida: Rosineide Marques Pinto Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. RELAÇÃO JURÍDICO-

ADMINISTRATIVA. NULIDADE. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. FGTS DEVIDO. PRESCRIÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRAZO CINCO ANOS ANTERIORES À PROPOSITURA DA AÇÃO. PRECEDENTES STJ E STF. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. Relatório dispensado, conforme enunciado n.º 92 do FONAJE. 1. Pugna a Recorrente pela reforma da sentença que declarou nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do FGTS, referente ao período de 08/2001 e 06/2017 (R$ 1.255,58 X 8%).2. As sucessivas renovações do contrato de prestação de serviços da recorrida, realizadas pelo recorrente, de forma ininterrupta, comprovam de maneira muito clara a desvirtuação da característica essencial da temporariedade para atender causa transitória de interesse público excepcional, esculpido na legislação e consolidada jurisprudência.3. Em recente julgado o STJ expressa ser devido o FGTS quando seja o contrato de servidor temporário nulo quando do desrespeito ao caráter da transitoriedade/excepcionalidade: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL.VIOLAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. FGTS. DEPÓSITO OBRIGATÓRIO. 1. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula 280/STF). 2. A Segunda Turma da Corte Superior de Justiça, alinhando-se ao entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, firmou compreensão de que é devido o depósito de FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da CF/1988. 3. Essa orientação incide, inclusive, sobre o caso de contratação temporária nula assim considerada em decorrência da inobservância do seu caráter transitório e excepcional. Precedentes do STJ e do STF. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.(STJ. REsp 1658522/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017). 4. O Supremo Tribunal Federal em repercussão geral sobre a matéria, por meio do julgamento do RE n. 596.478/RR, consolidou o entendimento de que o servidor público que possui contrato de trabalho, ainda que este seja considerado nulo, em razão da ausência de aprovação em concurso público (art. 37, §2°, da CF/88), tem direito aos depósitos pertinentes ao FGTS, conforme dispõe o art. 19-A da Lei n.° 8.036/90. 5. Reconhecimento da prescrição quinquenal para a cobrança dos depósitos relativos ao FGTS, em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO. DIREITO AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. RESP 1.110848/RN, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. RECONHECIMENTO DO DIREITO AO FGTS. OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. [...]V - O Decreto 20.910/32, por ser norma especial, prevalece sobre a lei geral. Desse modo, o prazo prescricional para a cobrança de débito relativo ao FGTS em face da Fazenda Pública é de cinco anos. [...] IX - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1588052/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017). In casu, o Autor trabalhou efetivamente para o Requerido 06.08.2001 a 01.06.2017, tendo proposta a demanda em 05.07.2018. Observo, diante dessa conjuntura, existir parcelas de FGTS prescritas, quais sejam as anteriores 05.07.2013, que são anteriores ao ajuizamento desta ação, com fundamento no art. 7º, XXIX da Constituição Federal e art. 1º do Decreto nº 20.910/32.VOTO: Ante o exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para reformar RECONHECER A PRESCRIÇÃO da pretensão dos valores relativos ao FGTS anteriores ao mês de julho/2013 e CONDENAR o ente público Recorrente ao pagamento do FGTS correspondente ao período não prescrito (julho/2013 a julho/2018), utilizando-se como base de cálculo o último salário (R$ 1.255,58 x 8%). Condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.".

Processo: 4000494-42.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Banco Bradesco S/A Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DO FÓRUM DES AZARIAS MENESCAL DA COMARCA DE MANAUS/AM ListPassiv: Glória Maria Paes Pontes Advogado: Fábio Leite Nobre (OAB: 11149/AM)

Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS – NÃO CABIMENTO DA ORDEM CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. MERO INCONFORMISMO. SEM PROVAS DO DIREITO LIQUIDO E CERTO. DENEGADA A ORDEM DE SEGURANÇA.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Manaus, 22 de agosto de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 3ª Turma Recursal

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0246/2019

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0205491-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Eder Vilhena de Matos - REQUERIDO: Claro S/A (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/A) - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0602730-09.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0604068-18.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Banco Santander Brasil S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição

do Alvará Judicial.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0604185-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Luiza Benayon - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0604266-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Cielo S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606162-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria de Fatima Alves Nogueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0606467-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Brenda Pereira Vieira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento adotado pela ré relativo à Unidade de Consumo nº 0535570-2; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOa ré à pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FELIX DE MELO FERREIRA E ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 3032/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0616983-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ariadne Franca Meireles - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618299-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Gabriel Felipe Ramos de Brito Cavalcante - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DETERMINO o cancelamento do contrato entre as partes; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos junto à requerida; e 3)CONDENOo réu a pagar R$4.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618445-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: José Elithon de Oliveira Pinheiro, - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que TORNO SEM EFEITO a decisão de fls. 22/24. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618545-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Salvador Clarindo Campelo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos da autora para: 1) DETERMINAR a revisão da fatura com vencimento em agosto e setembro de 2018 para o valor de R$278,72, cada uma, sem ônus de impontualidade, cujas faturas devem ser reenviadas ao demandante para pagamento; 2) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 35/37; e 3) CONDENO a ré a indenizar os danos morais experimentados pela requerente no valor de R$10.000,00, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a fixação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0619079-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diego da Costa Matos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Maxmilhas - Mm Turismo & Viagens S.a. - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes a PG PARCELA AUTOMAT, do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/02/2020 às 09:00h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0619473-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastiao Theoto Ramos Correa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que restabeleça o fornecimento de energia elétrica, no prazo de 1 dia, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623265-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Luiz Siqueira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a CESTA EXPRESSO 4 e PACOTE DE SERVIÇO PAD, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/02/2020 às 09:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERICK RENAM GOMES DE OMENA (OAB 11341/AM) - Processo 0623304-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - RECLAMANTE: Américo Farias de Omena Junior - RECLAMADO: Amazonas

Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 10/02/2020 às 10:00h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623332-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Aparecida Marinho dos Santos - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S/A - Bmg Cartão - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BMG CARTÃO 10, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/02/2020 às 10:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM) - Processo 0623376-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Francisco Madson da Cunha Veras - REQUERIDO: Bradesco Saúde - Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que restabeleça a mensalidade no valor de R$ 4.443,03 (quatro mil quatrocentos e quarenta e três centavos), até decisão ulterior, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais, até o limite de R$ R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por descumprimento desta decisão. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 10/02/2020 às 11:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623419-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Mary Vania Marinho de Castro - REQUERIDO: Banco Daycoval S.a - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a DAYCOVAL CARTÃO (34807), da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 11/02/2020 às 09:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0623476-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Tamisson de Souza Pereira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 10.000.00 (dez mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de realizar descontos, referentes a B INDUSTRIAL (6074), na conta corrente da parte autora, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 11/02/2020 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623492-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Raimundo Adelson Aguiar de Lima. - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BONSUCESSO CARTÃO (6076) e OLÉ BONSUC CARTÃO (6132), da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/02/2020 às 08:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623522-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisca das Chagas de Azevedo Miranda - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Bmg Cartão - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BMG CARTÃO, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 11/02/2020 às 10:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILA PONTES TORRES (OAB 12280/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: RAFFO LIMA RAMOS (OAB 4059/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0626561-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Cezar de Souza Pereira - Raimundo Nonato Pinto Pereira - REQUERIDO: Jaks Serviçoes Comércio e Representação Ltda - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR as Requeridas para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprirem voluntariamente a sentença e efetuarem o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0629581-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Candida Maria da Silva Fontenele - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - pedido de indenização por danos morais, pelos motivos acima descritos. Concedo à autora o benefício da AJG, presentes os requisitos da Lei n. 1.060/50. P.R.I.

Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Camila Pontes Torres (OAB 12280/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Erick Renam Gomes de Omena (OAB 11341/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Felix de Melo Ferreira e Advogados Associados (OAB 3032/AM)

Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raffo Lima Ramos (OAB 4059/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0607743-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria Rr Pedrosa - Me (Comercial Dia-a-dia Ltda) - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM) - Processo 0608320-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Samuel da Silva Araujo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608370-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rozimar do Nascimento Gomes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0608419-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ronimar Pinheiro de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado

na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0608422-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Weverton Bruno Rocha da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0608460-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Gutemberg dos Santos Chaves - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0147/2019

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603833-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Marcos Viana de Lima Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0605766-56.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: FRANCISCA PEREIRA LIMA - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: FRANCISCO CARLOS PINHEIRO (OAB 7422/AM), ADV: MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0610677-22.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: SANDRA COSTA MOREIRA - REQUERIDA: Maria Cleocir Porto Souto e outros - De ordem, fica intimada a parte ré para manifestar-se sobre o documento juntado às fls., no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0619132-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sérgio dos Santos Palheta - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0619140-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldelourdes Rodrigues Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM) - Processo 0619239-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luana Barros de Carvalho Correa - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0619256-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sara Ferreira Humaymacare - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0619302-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marly Marinho da Silva - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0619336-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Hadson Sousa Ramada Junior - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO FRANCO CARRAMANHO (OAB 13401/AM) - Processo 0619383-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Larissa dos Anjos Batista - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo

0619450-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Ana Maria Vieira de Souza Vital - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0619543-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Victor Santos de Araújo - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANA ALBUQUERQUE ARNAUD DE SOUZA LIMA (OAB 10286/AM) - Processo 0619764-26.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cássia Maisa Bezerra da Silva Fernandes e outro - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0620330-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Erleane Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Fabiana Albuquerque Arnaud de Souza Lima (OAB 10286/AM)
Francisco Carlos Pinheiro (OAB 7422/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Leonardo Franco Carramanho (OAB 13401/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: CÁSSIA CAROLINE ARAUJO DE OLIVEIRA (OAB 13991/AM), ADV: YURI HASSLE FONSECA DE ARAÚJO (OAB 13635/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0206222-74.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Glaucia Solana da Fonseca - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 23/09/2019 às 10:00h.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM) - Processo 0602103-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Estelina Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARISSOL DOS SANTOS CARVALHO (OAB 13131/AM) - Processo 0604042-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Fernando da Silva Vieira - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 13/12/2019 às 09:30h.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0604425-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0606065-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo Cezar de Campos Rissoli - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0608017-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Edilson Barros de S - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0608450-25.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio The Place Business - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0608551-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mirleide Barros da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0610961-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Cristina Abreu Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 21 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0614791-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Hiran Palmeira de Assunção - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO (OAB 237754/SP) - Processo 0615986-82.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josenilda Raimunda Maciel Rodrigues -

REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - P R DEGELO - ME - Whirlpool Eletrodimésticos AM S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar resposta aos Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 920, I, CPC

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0616035-60.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Alpha Serviços de Contabilidade Eireli Me - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 02/12/2019 às 11:00h.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0617615-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM) - Processo 0617786-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Santana Pinheiro e Silva - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 08/11/2019 às 10:00h.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0619508-83.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0620861-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Lucilene Ribeiro Sarges - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/09/2019 às 11:00h.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0627512-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Glaucioneia de Lima Begot - REQUERIDO: Bradesco Seguroas S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alessandra de Almeida Figueiredo (OAB 237754/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Cássia Caroline Araujo de Oliveira (OAB 13991/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marissol dos Santos Carvalho (OAB 13131/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yuri Hassle Fonseca de Araújo (OAB 13635/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: FABRÍCIO DE SOUZA ROCHA (OAB 6861/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0609368-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Breno Batista de Andrade Lima - REQUERIDO: Tintão (J A Comércio de Materiais de Construções Ltda) - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, REDESIGNADA a ser realizada no 22/10/2019 às 09:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0612943-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Neudson Freitas da Silva - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 03/10/2019 às 09:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0614480-08.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Hamilton Rodrigues de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação contra os embargos à execução/impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0618109-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alicia de Sá Bentes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 22/11/2019 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0618342-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eduardo Tadashi Fukumoto e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência que seja conta de energia, água ou telefone atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: MICHEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 12036/AM) - Processo 0621522-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marly das Graças Souza da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento designada para do dia 15/10/2019 às 09:00h. Ficando cientes as partes de que, caso frustrada a tentativa de conciliação, a audiência será imediatamente convolada em instrução e julgamento, sendo

produzidas todas as provas pertinentes, inclusive a testemunhal. Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM) - Processo 0621807-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Mario Nazare Alves Penedo Junior - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM) - Processo 0622569-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - Ausência de Citação do Executado - REQUERENTE: Neilane Nayara Mota Vinhote - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0623163-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Gomes Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 22/11/2019 às 08:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0623379-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gilberto Rodrigues de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/10/2019 às 09:00h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623428-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Fabrício de Souza Rocha (OAB 6861/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Michel Rodrigues dos Santos (OAB 12036/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0212/2019

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM) - Processo 0201163-05.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: JULIO CESAR CORDEIRO GALAXE - Indefiro o pedido de consulta ao sistema Bacenjud, eis que já foi realizado sem sucesso. Ademais, indefiro também as medidas alternativas propostas pelo autor, por ausência de previsão legal. Defiro parcialmente o pedido do autor quanto a negativação, determinando a expedição de certidão de dívida. Ressalto que cabe ao autor tomar as medidas necessárias para fins de negativação/protesto. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0601456-41.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Corretagem - REQUERIDO: SÃO HIPÓLITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outros - Intime-se a executada São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda para, querendo, opor embargos à execução, dentro do prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0602125-31.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vista do Sol - Intime-se a parte embargada para se manifestar, em 15 dias, acerca da impugnação a penhora apresentada às fls. 351/357. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0602712-53.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Financiamento de Produto - EXEQUENTE: CLAUDEIR SOUSA DOS SANTOS - Ante a manifestação de fls.228/229, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, requerer o que lhe for de direito. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0603713-39.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM) - Processo 0603749-81.2016.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL - EXECUTADO: API Spe15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0604469-46.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Itaú Unibanco S/A - Constata-se que o requerido havia informado que houve a utilização do cartão após a sentença, de forma que, para a comprovação do alegado deve proceder com a juntada do extrato de cartão após a sentença de mérito, em 10 dias. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR) - Processo 0605277-85.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ek Formaturas Eireli ME - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: JOÃO EDELARDO FREITAS JÚNIOR (OAB 17495/CE), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0605579-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda - Evolução e outros - DESPACHO Instado o recorrente para que juntasse documentos que comprovassem sua hipossuficiência, este quedou-se inerte, deixando transcorrer o prazo de fls. 183. Concedo o prazo de 48 horas para que providencie o pagamento do preparo e das custas judiciais, sob pena de deserção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB

4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0606621-67.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Denise Barata Machado - EXECUTADO: Banco Bmg S/A - Ante o exposto, determino que o valor bloqueado seja liberado ao autor e devolvido ao réu o valor depositado espontaneamente. Ambos por meio de alvará. Intimem-se as partes. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 124990/MG), ADV: MAGNUS BRUGNARA (OAB 298105/SP) - Processo 0607268-62.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão - EXECUTADO: Tributarie Gestão e Consultoria Tributária Ltda - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 41.189,09 (Quarenta e um mil, cento e oitenta e nove reais e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 45.307,99 (Quarenta e cinco mil, trezentos e sete reais e noventa e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607344-86.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.758,71 (Oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 9.634,58 (Nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0607502-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Lindalva Neves do Vale - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, julgo procedente os embargos a execução apresentados por Banco BMG, para tornar sem efeito todos os atos praticados apos a sentença e determinando a sua intimação as partes. Devolva-se o valor bloqueado por meio de alvará. Intimem-se as partes. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE CHADS AZEREDO (OAB 13559/AM), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP) - Processo 0608384-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Leonardo Ferreira de Souza - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA e outro - Isto posto, quais sejam, obscuridade, contradição, omissão ou correção de erro material, REJEITO OS EMBARGOS, mantendo integralmente a r. Sentença impugnada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM), ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0608611-30.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Francisco Elias Lustosa Filho - Ante a manifestação de fls. 229/233, indefiro o pedido do autor, eis que além de não comprovar o alegado, requerido demonstrou o cumprimento integral das obrigações. Intime-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610059-04.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.463,79 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.910,16 (Quatro mil, novecentos e dez reais e dezesseis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0610209-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Edson da Rocha Bastista - DESPACHO

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0613225-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando que a ré já cumpriu com a obrigação de pagar, libere-se o valor depositado em favor da parte autora, através de alvará eletrônico. Ademais, ante a manifestação da parte autora quanto as faturas reemitidos em valor diverso, intime-se a ré para se manifestar, no prazo de 10 dias. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613613-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0614060-32.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Lins Comercio Varejista de Artigos Caca e Pesca Ltda- Sao Domingos Caca e Pesca - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.108,10 (Oito mil, cento e oito reais e dez centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.918,91 (Oito mil, novecentos e dezoito reais e noventa e um centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GABRIELA CHIXARO BRAGA MONTEIRO DINIZ (OAB 10355/AM) - Processo 0614320-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luisa Chixaro Braga Monteiro e outros - DESPACHO

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0614857-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcondes Tavares dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONATHAN CAMPOS CUTRIM (OAB 9855/AM) - Processo 0614905-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jonathan Campos Cutrim - DESPACHO

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0615731-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.P.F.S. - REQUERIDO: M.S.M.L.M. - ASSLITISC: B. - Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP) - Processo 0615925-90.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.044,04 (Quatro mil, quarenta e quatro reais e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.448,44 (Quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0616524-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Roselia Lima de Azevedo - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0616573-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.725,45 (Quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.197,99 (Cinco mil, cento e noventa e sete reais e noventa e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0616837-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Indefiro o pedido de fls. 37/39, eis que o exequente não comprova o alegado. Intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de dez dias, bens à penhora pertencentes ao executado, de forma a satisfazer seu crédito, sob pena de arquivamento do feito.

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM) - Processo 0616896-75.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - LITSPASSIV: M. Moreira dos Santos Me (Leilão Manaus) - Asian Company Transportes Ltda - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.582,57 (Sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.340,82 (Oito mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618300-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: L A Revendedora de Derivados de Petroleo Ltda (Pontão Rio Negro) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, mantendo integralmente a r. Sentença impugnada por seus próprios fundamentos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SEILA MARIA PENNAFORT GARCIA (OAB 3611/AM) - Processo 0619093-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mario Jorge Marques Catunda - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Mario Jorge Marques Catunda em face de Banco Itaucard S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 514,88 (quinhentos e catorze reais e oitenta e oito centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - determinar o cancelamento em definitivo do parcelamento reclamado (com parcela de R$ 32,18 - trinta e dois reais e dezoito centavos), no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez). Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0619308-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aldemir Alves Freitas - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0619498-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto ao pedido de parcelamento realizado pela executada às fls. 44/46. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0622362-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0622620-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jucicleia dos Santos Lima - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623084-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gezino Tinôco Leocádio - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARÍLIA CARLA SOUZA LIMA (OAB 13734/AM) - Processo 0623333-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marília Carla Souza Lima - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0623377-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Lucienne Keilly da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0623446-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Wilson dos Santos de Lima - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM) - Processo 0623459-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luanna Monteiro Normando Mota - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0623515-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliane de Souza Cavalcante Marques - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar

a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0623537-79.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco José Machado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG(Legível); (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ALYSSON SILVA FALCÃO (OAB 6158/AM) - Processo 0623569-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Ricardo Balieiro Machado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG ; (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624819-89.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Intime-se o exequente para, no prazo de 10(dez) dias, informar novo endereço do executado para fins de citação, sob pena de arquivamento do feito. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0629485-36.2018.8.04.0015 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Oliveira e Fonseca Sociedade de Advogados - Intime-se a parte embargada para se manifestar quanto aos embargos de declaração opostos as fls. 255/257, em 05 dias. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: JOSEFINA GOMES DANTAS JOHNSON (OAB 13530/AM) - Processo 0641402-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rui Martinho Teixeira Johnson - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Alysson Silva Falcão (OAB 6158/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Felipe Chads Azeredo (OAB 13559/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriela Chixaro Braga Monteiro Diniz (OAB 10355/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
João Edelardo Freitas Júnior (OAB 17495/CE)
Jonathan Campos Cutrim (OAB 9855/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josefina Gomes Dantas Johnson (OAB 13530/AM)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luan Damasceno da Cunha (OAB 11922/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Magnus Brugnara (OAB 298105/SP)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Marília Carla Souza Lima (OAB 13734/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Seila Maria Pennafort Garcia (OAB 3611/AM)
Tatiana Ferreira dos Santos (OAB 124990/MG)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0612422-61.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Faculdade Metropolitanas Unidas - Fmu - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 105/106, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, CONFORME DESCRITO.: " ... Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Helena Duarte Figueiredo em face de Faculdade Metropolitanas Unidas - Fmu, para: - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0613613-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 170/171, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa,

CONFORME DESCRITO.: " ... - determinar a revisão das faturas do período de dezembro de 2018, janeiro a julho de 2019."

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0615469-43.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 130/132, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, CONFORME DESCRIÇÃO.: "... Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Michelle Lucena Cardos em face de Banco Bradesco S/A e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, para: - declarar cancelado o seguro residencial reclamado, para todos os efeitos.".

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0615687-71.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Seguros S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 140/142, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme descrito.: " ... Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Paulo Rogerio Veiga em face de Banco Bradesco S/A e Bradesco Seguros S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO DE MENEZES (OAB 826A/AM), ADV: RAFAELA CRISTINA DE SOUZA SALES (OAB 10924/AM) - Processo 0615731-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.P.F.S. - REQUERIDO: M.S.M.L.M. - ASSLITISC: B. - Intimem-se. Cumpra-se.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Marcos Antônio de Menezes (OAB 826A/AM)
Rafaela Cristina de Souza Sales (OAB 10924/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0246/2019

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603029-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria José Teixeira da Costa - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0603191-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: M Teles de Oliveira Me - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604522-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Selma Costa de Menezes - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0604624-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Paulo Cezar Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0201027-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: ORESTE OLIVEIRA DA COSTA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 23-24). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerida, para juntar contestação no prazo de 5 (cinco) dias, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0601414-09.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nilda Pimentel de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, determino que a parte executada, no prazo de 30 (trinta dias), faça prova nos autos do cancelamento das multas e cobranças anteriores ao dia 06/05/2019, sob pena de multa de R$500,00 (quinhentos reais), a ser revestida em favor do autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602965-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0603029-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria José Teixeira da Costa - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0603288-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HUGO NEVES DE M ANDRADE (OAB 23792/PE) - Processo 0603355-62.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE:

MARIA ZENEIDE COSTEIRA SILVA - De ordem, intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a cerca do pedido de execução de folhas 169-203. Após, seguirão os autos conclusos.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOELSON GLÁUCIO LUZEIRO (OAB 4392/AM) - Processo 0604416-50.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Iracildo Silva de Albuquerque - REQUERIDO: Itautinga Agro-industrial S/A - a Constituição da República, em seu artigo 114, inciso IX, faz previsão da competência da Justiça do Trabalho para processo e julgamento das controvérsias decorrentes da relação de trabalho, sendo perfeitamente aplicável esta regra ao caso vertente. Forte nessas razões, com fulcro no §4º do art. 301 combinado com seu inciso II do Código de Processo Civil, hei por bem reconhecer a incompetência absoluta da Justiça Estadual para processar e julgar a causa, extinguindo o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 51, inciso II, da Lei dos Juizados Especiais c/c art. 485, inciso IV do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários advocatícios, por força do regramento contido na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0605127-60.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: JOAO DE DEUS RONDEPIERRE GONÇALVES DE PAULA E SOUZA - REQUERIDO: PLURAL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Defiro, em parte, o pedido de execução de fls. 374-377, tendo em vista que a condenação solidária. Intime-se as partes executadas para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$9.691,21 (nove mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e um centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Noutro giro, intime-se a Unimed Manaus para, no mesmo prazo acima indicado, pagar o valor de R$3.266,44 (três mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), referente às sucumbências, conforme Acórdão de fls. 281-284. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0605435-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimundo da Silva Cardoso Filho - REQUERIDO: BradesCard S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA ÁVILA (OAB 1276A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606511-87.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Denielle Macena da Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607242-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis Almeida T. - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607242-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis Almeida T. - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM) - Processo 0607257-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Shirley Maria de Sousa Rodrigues - Alexandre de Sousa Rodrigues - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607271-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Barbosa Correa - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 22/10/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607272-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Soares de Souza - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607277-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guim. C. - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607277-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guim. C. - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607278-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães C. - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto

sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607278-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães C. - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607286-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Nazaré dos Santos Cruz - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607294-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ildo da Silva Ferreira - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607307-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Nubia de Souza Lima - Conciliação Data: 17/10/2019 Hora 08:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607312-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Flavio Sarmento da Silva - Conciliação Data: 16/10/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Rossato da Silva Ávila (OAB 1276A/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
HUGO NEVES DE M ANDRADE (OAB 23792/PE)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joelson Gláucio Luzeiro (OAB 4392/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0082/2019

ADV: EMERSON PERKINS LEMOS DE ASSIS (OAB 3715/AM) - Processo 0000534-30.2007.8.04.0092/01 (092.07.000534-8/00001) - Execução Definitiva de Sentença - EXECUTADO: Vaurene Maciel da Silva - Intime-se a parte executada para informar, no prazo de 05 dias, o endereço dos adquirentes dos automóveis de placas JXE 9217 e DEN 6640, respectivamente, Sra. Euclidea Cardozo Maciel e Sr. Walter Cavalcante Maciel, a fim de promover-se a intimação dos mesmos consoante o art. 794, § 4º, do CPC/15, sob pena de ser declarada fraude à execução. Art. 792, § 4º - Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0200349-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de São Paulo - Dispositivo A teor do exposto, Julgo procedente o pedido de restituição dos valores desembolsados pela parte desistente de contrato consortil, no entanto tal direito só lhe será conferido após o encerramento do grupo correspondente. Julgo igualmente Improcedente o pedido de danos morais, consoante fundamentação adrede alinhavada. Julgo procedente o pedido para cancelamento do contrato de consórcio firmado entre as partes, devendo o réu abster-se de promover novas cobranças, sob pena de multa de R$ 200,00, por cada cobrança indevida. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I Manaus, 06 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PAIVA FILHO (OAB 3401/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM) - Processo 0200657-29.2016.8.04.0092 (apensado ao processo 0601661-07.2015.8.04.0016) (processo principal 0601661-07.2015.8.04.0016) - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Ivanilson Savio da Silva Pontes - EXECUTADO: Elizabeth Barbosa de Andrade - Elizabeth Barbosa de Andrade (nome fantasia: AUTO ESCOLA TJ) - INTSSADO: Auto Escola TJ Eireli - : Thiago Francisco de Andrade - Lauro Francisco de Andrade Júnior - Auto Escola TJ Eireli - Infiro que de fato houve equívoco quanto ao bloqueio judicial, por ter considerado devedora, empresa estranha à lide. Acredito que, anteriormente, a empresa era familiar, porém atualmente, a proprietária não tem relação alguma com os antigos donos, pelo que falece amparo legal para manter-se bloqueado veículo pertencente a empresa diversa da qual foi condenada. Diante do exposto e a fim de ver sanadas todas as irregularidades alegadas, DEFIRO o desbloqueio do veículo de placa PHI 6614, bem como o desbloqueio das contas bancarias e o faço pelos seus próprios fundamentos. Ao setor competente, para atualização do valor da dívida exequenda, excluindo os valores bloqueados às f. 07 e 126, por pertencerem também a empresa diversa. Noutro giro, foi deferido a desconsideração da personalidade jurídica da executada, o que examino não ter sido realizado nenhuma consulta até o presente momento, em nome da real devedora, Sra. Elizabeth Barbosa de Andrade, CPF nº 077.120.732-87, o que ora determino seu imediato cumprimento. Prossiga-se com a execução, procedendo-se a consulta aos sistemas BACENJUD, RENAJUD no CPF nº 077.120.732-87 e expedição de mandado de avaliação e penhora. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0202101-63.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Claro S/A - Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista o acórdão de f. 347/349 ter transitado em julgado, defiro a expedição de alvará em favor da parte exequente. Intime-se o réu para complementar os dados bancários, após a expedição de alvará em seu favor, arquivem-se os autos. Cumprida tal diligência, e tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, decreto a extinção do processo ex vi dos art. 924, II e 925, do CPC vigente.

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM) - Processo 0202154-44.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - Núbia Terezinha Miranda de Carvalho - Inobstante nossa legislação diferencie os patrimônios das pessoas jurídicas e pessoas físicas, a teoria da desconsideração da personalidade, atualmente integrante do ordenamento jurídico

(CC, art.50), vem mitigando tal comando. Segundo essa doutrina, nascida nos Estados Unidos sob denominação disregard of legal entity , a justiça desconsidera a estrutura jurídica da sociedade para alcançar seus membros e respectivos patrimônios, visando impedir a fraude ou o abuso de direito. Sendo assim, face à manifestada confusão patrimonial entre a empresa executada e seu sócio, eis que não há bens em nome da empresa, tampouco, numerário em conta bancária desta, estendo aos bens particulares do sócio, a obrigação debitória. Isto posto, defiro o requerido às f. 94-104. Citem-se o(s) sócio(s) atingido(s) pela desconsideração da personalidade jurídica para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Citem-se.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0202384-23.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERENTE: Euler Francisco da Silva Ribeiro - REQUERIDO: Claro S/A - Com base nas razões alhures delineadas, não conheço os Embargos de Declaração, em razão da ausência de cabimento por sua não adequação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0203208-84.2013.8.04.0092 (apensado ao processo 0601033-52.2013.8.04.0092) (processo principal 0601033-52.2013.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Maria Dolores dos Santos - EXECUTADO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Trata-se de pedido de cumprimento de sentença para constrição de valores e pagamento da condenação imposta, formulado pela parte exequente. Intimada para se manifestar, o banco executado opôs exceção de pré executividade. Decido. Como é de conhecimento público, a instituição financeira em questão teve sua falência decretada em agosto de 2015 por força de decisão proferida nos autos de nº 1071548-40.2015.8.26.0100 da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo. Com efeito, resta impossibilitada a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência. Ademais, assim dispõe o art. 8º da Lei 9.099/95: Art. 8º. Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. À guisa do exposto, o processo deve ser remetido ao Juízo competente, devendo o exequente habilitar o seu crédito frente à massa. Expeça-se a certidão de dívida em favor do credor. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JORGE HENRIQUE ELIAS (OAB 21076/GO), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM) - Processo 0600150-95.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Jairo da Silva Cascaes - EXECUTADO: Bio Instinto Industria e Comercio de Cosmeticos Ltda - Me - Dito isto, e por óbvio, o pedido de reconsideração deve malograr. Ante o exposto, indefiro o pleito e mantenho a decisão que julgou o recurso deserto. Intime-se. Após, prossiga-se o feito.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0600458-39.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte requerida para tomar ciência da certidão de f. retro. Após, arquivem-se os autos.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0600502-87.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 285/309. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600522-78.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.817,09 (quatro mil, oitocentos e dezessete reais e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0601019-92.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ivonice Lima Barbosa - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De início, noto que o embargante deduziu sua pretensão sem estar procedida a segurança do juízo. Sobre o tema diz o Enunciado 117 do FONAJE: É obrigatória a segurança do juízo pela penhora para a apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado. Sendo assim, o embargante não cumpriu com os requisitos de admissibilidade dos Embargos. Vale ressaltar que os requisitos de procedibilidade dos Embargos à Execução estão previstos no art. 52, IX, da lei 9.099/95 e não no Código de Processo Civil, consoante o Enunciado 121 do FONAJE. Dispositivo Ante o exposto, não conheço dos Embargos à Execução interpostos pelo executado. Prossiga-se com a execução em seus ulteriores termos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM), ADV: JÉSSICA DE AGUIAR ALVARES (OAB 12255/AM) - Processo 0601152-37.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - EXECUTADA: Rosana Santos Alvares - Defiro o pedido de f. 62. Expeça-se certidão de crédito ao exequente, de forma a propiciar-lhe o imprescindível título para futura execução, a fim de que aja da forma como bem lhe aprouver. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0601270-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Romara de Andrade Maduro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, em razão da ausência de pagamento integral do preparo no prazo legal, consoante regramento do art. 42, § 1º da Lei 9.099/95 e ENUNCIADO n° 80 do FONAJE. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601333-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - REQUERIDO: Fernando Ferreira da Silva Neto - Ante o exposto, condeno o requerido ao pagamento de R$ 3.355,50 (Três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), referente às mensalidades em atraso. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0601423-46.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o

cumprimento voluntário da multa no valor de R$ 2.769,30 (dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 11037A/AM), ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601752-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gilberto Tadeu da Cunha Soares - REQUERIDO: Banco Agibank S/A (Banco Agiplan S/a) - Ante o exposto e por não se delinearem os pressupostos da responsabilidade civil (art. 186 e art. 927 do CCB), julgo improcedentes os pedidos contidos à exordial. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601784-63.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 5.601,31 (cinco mil, seiscentos e um reais e trinta e um centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0601809-76.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ednamar Nunes de Lima - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de f. 166/167. Expeça-se alvará eletrônico em favor da parte autora, após prossiga-se a execução do valor remanescente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0601810-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jéssica Fernandes Ribeiro - Vieram-me os autos conclusos em razão do reiterado pleito da autora, para que, em medida de tutela de urgência, seja excluído seu nome do cadastro dos órgãos de proteção ao crédito. Contudo, esta limitou-se a apresentar documento de consulta junto ao sistema da CEF emitido em 03/01/2019, insuficiente para análise da tutela de urgência antecipada. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a requerente junte aos autos o comprovante de negativação emitido pelo cartório de protesto mencionado na inicial, sob pena de indeferimento da medida pleiteada. Intime-se.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601906-76.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - EXECUTADO: Daniel Rocha Nóbrega - Karla Freitas Rocha Nobrega - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 10.174,87 (dez mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601933-59.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Defiro o pleito de f. 257. Prossiga-se com diligências via Bacenjud. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601949-76.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 15.160,31 (quinze mil, cento e sessenta reais e trinta e um centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0602312-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Izaias Fonseca Castro - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 05 dias, sobre a alegação ditas pelo réu às f. (24), sobre a liberação do crédito devido pelo sorteio no consórcio. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0602314-33.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no

valor de R$ 3.283,03 (três mil, duzentos e oitenta e três reais e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602739-60.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte executada para, em 05 dias, comprovar o cumprimento de acordo envidado nos autos, sob pena de continuar incidindo a multa neste fixada. Se neste período não houver a comprovação, prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente na conta da parte executada ou, alternativamente, penhorando-se e avaliando-se os bens que guarnecem a sua residência, desde que não essenciais à habitabilidade. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0602744-82.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte executada para, em 05 dias, comprovar o cumprimento de acordo envidado nos autos, sob pena de continuar incidindo a multa neste fixada. Se neste período não houver a comprovação, prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente na conta da parte executada ou, alternativamente, penhorando-se e avaliando-se os bens que guarnecem a sua residência, desde que não essenciais à habitabilidade. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602807-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vanessa Cristina Costa Dantas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto e diante de tudo constante aos autos, determino ao Banco réu que forneça imediatamente os dados da conta poupança de que se cuida à autora, o que deverá ser comprovado nos autos em 24h, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0602900-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Allegro Residencial Clube Condomínio - Considerando a informação trazida aos autos pela ré, intime-se a parte autora para, em 05 dias, informar o atual valor da dívida que entenda devido, bem como os períodos a que se referem. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0602906-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonia Juliana da Silva Barroso - REQUERIDO: Mercantil Nova Era LTDA - Dispositivo A teor do exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, IV , do CPC. P.R.I.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0603089-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leonardo Rodrigues Vianna - REQUERIDO: Soma Administração de Condomínios Ltda - Luiz Fernando Maues Marques - Dispositivo Pelo exposto, condenos as requeridas solidariamente ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB. Juros mensais de 1% e correção monetária a contar desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização material para condenar a requerida ao pagamento de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme fundamentação. Juros mensais de 1% e correção monetária a contar da citação. Declaro a exclusão de Luiz Fernando do polo passivo da presente lide. Sem custas e honorários, salvo recurso. Manaus, 14 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0603237-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Diego de Jesus - Rogerio Miranda Setubal - Intime-se a parte Requerida para, em 05 dias, solicitar e receber cópia da mídia que se encontra na assessoria desta Vara, bem como manifestar-se sobre a mesma, se achar necessário, nos 05 dias subsequentes. Expirado tal prazo, v. Conclusos.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0603315-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Ester da Silva - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Dispositivo Posto isto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 487, I do CPC; 5º e 6º da Lei 9.099/95, julgo IMPROCEDENTE a ação. Sem custas e honorários, nesta fase, conforme a Lei 9.099/95. P.R.I. Manaus, 13 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0603653-27.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte executada para, em 05 dias, comprovar o cumprimento de acordo envidado nos autos, sob pena de continuar incidindo a multa neste fixada. Se neste período não houver a comprovação, prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente na conta da parte executada ou, alternativamente, penhorando-se e avaliando-se os bens que guarnecem a sua residência, desde que não essenciais à habitabilidade. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM), ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0603743-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Yuri Gabriel Maquine de Lima - REQUERIDO: Jockey Club Consórcio - Dispositivo A teor do exposto, Julgo procedente o pedido de restituição dos valores desembolsados pela parte desistente de contrato consortil, no entanto tal direito só lhe será conferido após o encerramento do grupo correspondente. Julgo igualmente Improcedente o pedido de danos morais, consoante fundamentação adrede alinhavada. Julgo procedente o pedido para cancelamento do contrato de consórcio firmado entre as partes, devendo o réu abster-se de promover novas cobranças, sob pena de multa de R$ 200,00, por cada cobrança indevida. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM), ADV: ALESSANDRA TAKETOMI FEITOSA (OAB 13625/AM) - Processo 0603836-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimunda Rosa de Souza Gomes - Intime-se a parte requerente para juntar, em 05 dias, as faturas pagas , que fundamentam o pedido de devolução do indébito, requerida na inicial. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603907-68.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 316/317. Expirado tal prazo, v.

conclusos.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604276-96.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 9.437,19 (nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dezenove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604360-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jucilane de Oliveira Barbosa - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 98/99, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604368-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Aparecido de Carvalho - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 98/99, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM) - Processo 0604370-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jardel Davi Progenio da Silva - REQUERIDO: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedente o pedido de reparação moral, em consonância com os motivos retro espraiados, haja vista que não se delinearam os pressupostos da responsabilidade civil (art.927 do C.C.) e Sumula 385 do STJ Declaro inexigível a dívida ensejo da presente. Ratifico a liminar anteriormente deferida. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604377-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cival Ferreira de Souza Cruz - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 85/86, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604401-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Armando dos Reis Nascimento - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 102/103, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0604403-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Odete Franca das Chagas - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 87/88, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604404-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Jose Souza da Silva - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 93/94, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604424-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Kelly da Silva de Figueiredo - REQUERIDO: Vivo S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, uma vez que a requerida não especificou às 149/150 o que ainda pretendia produzir, bem como por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0604684-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Inhapi dos Santos - Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar a reclamada ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e artigo 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo procedente o pedido de devolução do indébito, para condenar o réu na devolução do valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), conforme fundamentação transata. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Ratifico a liminar anteriormente deferida. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I Manaus, 13 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB 45458/GO) - Processo 0604819-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Laércio Paulo Martins Barbosa - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Assim sendo, visando evitar nulidades futuras, determino a remessa destes autos à 14ª Vara do Juizado Especial Cível, por ser o Juízo prevento, o que faço com fulcro nos arts. 59 e 286, II, do CPC. À secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0604911-09.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. - A alegação de f. 99, de que a executada tomou conhecimento da ação não deve prosperar, visto que o Aviso de Recebimento recebido de f. 65, foi destinado ao executado Davi Campos Vieira, portanto não é considerada válida como citação da executada Jane Valério. Noutro giro, diante das várias tentativas infrutíferas, determino a citação da Sr. Jane Valério no mesmo endereço do AR de f. 65, a fim de que, efetivada, tenha regular prosseguimento a execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0605269-08.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Acolho o cálculo da parte exequente, intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias,

promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 195.200,00 (cento e noventa e cinco mil reais e duzentos centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0605349-35.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Claro S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 228/245. Defiro a expedição de alvará em favor da parte autora. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: MARIA AIDÊ MARTINS MONTECONRADO (OAB 6006/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605484-47.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Reigival de Sá Colares - EXECUTADO: Banco Pan S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo firmado nos autos, para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Ademais, determino a expedição de alvará do valor depositado em juízo pelo exequente (f. 37/39), em favor do executado, para conta indicada na petição de f. 68. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0605513-34.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Rito de Oliveira Cardoso - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 201/203, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM) - Processo 0605614-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ananias da Silva Custódio - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0606134-94.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Raimundo Neto de Oliveira Sousa - EXECUTADO: Claro S/A - Com base nas razões alhures delineadas, julgo improcedentes os Embargos à Execução. Entretanto, embora o dispositivo do art. 525, § 6º, do NCPC, confira-me a prerrogativa de prosseguir ou suspender a execução em trâmite, neste caso opto pelo seu prosseguimento, e o faço no sentido de garantir a razoável duração do processo. Sem custas e honorários salvo recurso. P.R.I.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0606163-81.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 8.027,98 (oito mil, vinte e sete reais e noventa e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0606295-07.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 202/205. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0606395-93.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Alpha Pre-universidade - EXECUTADA: Márcia Souza Costa - Isto posto, DEFIRO o pedido de f. 63. Expeça-se mandado judicial para os órgãos de proteção ao crédito(SPC/SERASA) a fim de que efetuem a inscrição da certidão de dívida emitida por este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de eventual responsabilização penal de seus representantes por crime de desobediência, na forma do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606400-81.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maikon Silva Dantas - Em cumprimento a determinação de f. 313, intimo a parte exequente para apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo legal de 10 dias. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEANDRO FERREIRA DA SILVA (OAB 12921/AM), ADV: LEANDRO CESAR DE JORGE (OAB 200651/SP) - Processo 0606590-78.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Antonio Cruz dos Santos - EXECUTADO: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Verifique-se diretamente no caderno virtual, certificando-se a respeito ou Oficie-se ao setor competente para obter informações sobre o Agravo de Instrumento mencionado às f. 523. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0606692-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marlene Francisca Sergio dos Reis - Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novel Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC). Arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606754-09.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 157/158. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606842-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Norma Suely Moreira Sampaio - Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novel Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC). Arquivem-se.

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM) - Processo 0607025-52.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ozeias de Oliveira Sobrinho - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre os documentos de f. 171/181 e requerer o que entender de direito. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: LUIZ CARLOS DOS SANTOS MATIAS (OAB 4937/AM) - Processo 0607090-13.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Meiry Jane de Souza Siqueira - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 203/205, intimo a parte EXEQUENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará

eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607147-65.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 9.402,03 (nove mil, quatrocentos e dois reais e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607183-44.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Centro Educacional Frances Burnett - EXECUTADA: Susy Kelly Castro de Oliveira e outro - Vistos etc. Inobstante nossa legislação mande diferenciar os patrimônios das pessoas jurídicas e das pessoas físicas, a desconsideração inversa da personalidade, desdobramento teórico da disregard of legal entity, atualmente integrante do ordenamento jurídico (CC, art.50), vem abrandando essa tese. Na forma tradicional de desconsideração da personalidade jurídica, a justiça desconsidera a estrutura jurídica da sociedade para alcançar seus membros e respectivos patrimônios, visando impedir a fraude ou o abuso de direito. Por sua vez, na desconsideração inversa a responsabilidade ocorre no sentido oposto, ou seja, os bens da pessoa jurídica respondem por atos praticados pelos sócios. Sendo assim, face à manifestada confusão patrimonial entre a empresa e sua sócia Susy Kelly Castro de Oliveira, eis que não há bens em nome da executada, tampouco, numerário em conta bancária desta, estendo aos bens da referida empresa, a obrigação debitória. Considerando o teor dos documentos de f. 67-70, determino o prosseguimento da execução com a penhora on-line diretamente nas contas da empresa indicada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0607269-78.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 36.828,40 (trinta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ELIEL DE SOUZA VIEIRA (OAB 14037/AM), ADV: ANA MARCIA FRANCO DA SILVA (OAB 13889/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: JANAI DE SOUZA ALMEIDA (OAB 13996/AM) - Processo 0607460-89.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Viviane Bentes dos Santos - EXECUTADA: Gisele Sabrina Rocha da Resureição Messias - De início, noto que o embargante deduziu sua pretensão sem estar procedida a segurança do juízo. Sobre o tema diz o Enunciado 117 do FONAJE: É obrigatória a segurança do juízo pela penhora para a apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado. Sendo assim, o embargante não cumpriu com os requisitos de admissibilidade dos Embargos. Vale ressaltar que os requisitos de procedibilidade dos Embargos à Execução estão previstos no art. 52, IX, da lei 9.099/95 e não no Código de Processo Civil, consoante o Enunciado 121 do FONAJE. Dispositivo Ante o exposto, não conheço dos Embargos à Execução interpostos pelo executado. Prossiga-se com a execução em seus ulteriores termos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0607553-52.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria do Perpétuo Socorro Barbosa Farias - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. Cuida-se de requerimento de execução de astreintes, f. 163. O executado, após ser intimado, manifestou-se pela improcedência do pedido de astreintes, visto o cumprimento da obrigação. Decido. A executada, Manaus Ambiental S/A, teria até o dia 13/05/2018 para comprovar a obrigação nos autos, porém, informou ter cumprido a obrigação com comprovação nos autos no dia 27/05/2019. Nessa esteira, considero efetivamente devida a multa por descumprimento da obrigação. Noutro giro, a exequente alega não ter sido intimada para manifestar-se acerca bda multa, o que não merece guarida, diante o teor do despacho de f. 165 e a certidão de publicação de f. 169. Diante do exposto, INDEFIRO o pleito de f. 176/178, por entender devida a multa à parte exequente. Ratifico a decisão de f. 173. Prossiga-se a execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607575-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Walsemirames Ferreira de Souza - Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novel Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC). Arquivem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0607643-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ademar Vieira Sobrinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos débitos da conta-corrente do postulante, referente a rubrica "PAGTO COBRANÇA PSERV", sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por débito indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM) - Processo 0607652-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Derby Rocha Chaves - Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novel Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC). Arquivem-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0607666-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Altemiro Alexandre Alencar - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do

contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos débitos do conta-corrente do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por débito indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 26/09/2019 às 08:00h. Ademais, determino, ainda, que em 5 (cinco) dias, o requerente apresente cópia do contrato relativo ao empréstimo sobre que versa a lide. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0607735-72.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 13.061,28 (treze mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0607783-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wendell Kjellen F. Perrone - Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novel Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC). Arquivem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0607804-07.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 9.444,17 (nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e dezessete reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GISCARD CRUZ TINOCO (OAB 12857/AM) - Processo 0607805-21.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Roosevelt da Silva Vasconcelos - Intimada para apresentar documentos de comprovação de residência, o exequente juntou apenas RG e CPF da pessoa indicado as f.5, informando que anexaria certidão de casamento, o que não fez. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte exequente apresente cópia de declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos, sob pena de indeferimento da inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0607947-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fabio Ramon Lustosa Cantisani - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0607947-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fabio Ramon Lustosa Cantisani - Nestes moldes, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a medida pleiteada e ordeno à parte requerida que restabeleça o fornecimento de água tratada da unidade de consumo de matrícula n° 06041442-1, em 24 horas, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Intime -se. Cumpra-se.

ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607979-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Erinaldo Lima dos Santos - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência legível e atualizado, emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANESSA FARIAS SANTA LUZIA (OAB 13509/AM) - Processo 0607993-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Helio Ferreira Santiago - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 25/09/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0607998-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eduardo Malaquias Brasil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0608004-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Paulo Rogerio Fernandes de Alcantara - Limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência emitido pela requerida (f.26), insuficiente para demonstrar a competência territorial deste Juízo. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608007-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare de Souza Maciel - Nesse elastério, determino a intimação do(a) requerente para, em 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento das custas atinentes à demanda anteriormente aforada, sob pena de extinção do presente processo sem resolução do mérito, consoante normatizam os artigos 51, I da Lei 9.099/99 e 486, §2°,

do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0608015-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Raphael Quintiliano Pazuello - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0608016-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Magna Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608018-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Magna Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608019-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Magna Brandão - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/09/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608020-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Magna Brandão - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0608027-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Jose da Silva - REQUERIDO: Hbm Assessoria de Crédito Ltda - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608039-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Renato Castro dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos sob a rubrica "BMG CARTÃO" do contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608052-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Santos da Silva - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0608053-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Afonso Violante dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0608054-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo José Peixoto da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0608055-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo José Peixoto da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0608056-39.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo José Peixoto da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, bem como cópia legível da carteira de identidade, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608061-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Angelina Batista Garcia - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0608063-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ineide Menezes da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito

pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608065-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: David Soares de Lima - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608068-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lúcia Carvalho Cruz - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0608071-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Luzia Araújo Oliveira - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf, comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, bem como o extrato bancário, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608075-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608079-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Deise Anne Reis Correa - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos contracheque da postulante referente a rubrica "BMG CARTÃO 10", sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608082-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nadilson Barbosa de Lima - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608098-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Carolina Conrado de Brito - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608099-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mauro Cesar dos Santos Paixão - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608101-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Madalena de Jesus Monteiro - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608107-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Gelnivan de Amorim Maciel - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos no contracheque da postulante sob a rubrica "BMG CARTÃO 10", sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0608112-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Barros e Maia Comércio de Peças Automotivas - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0608113-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Clara Almeida da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0608116-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lucinda Francisca Peixoto Basílio - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608156-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luiz Vitor da Mota - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/09/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608165-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Dores Dias da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608171-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Nascimento da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608174-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Nonata Benedita da Silva Barros - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608177-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Paula Di Tommaso Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608181-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleonice Belem de Castro - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608211-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luciane Oliveira da Costa - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608212-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Evandro Celso Viana Filgueiras - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608215-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Larissa Amazonas da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608218-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Helena Batista Pereira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUCYLEA THOME DE PAIVA (OAB 13320/AM) - Processo 0608238-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Lucylea Thome de Paiva - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608241-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Pedro Lopes Duque - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608254-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Oziene Moura da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM), ADV: DARCIVAL LUIZ DE ALMEIDA SANTANA (OAB 11207/AM) - Processo 0608279-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Francisca Regina de Sá Teles - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0608291-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608369-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alexandre Souza da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608388-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Agueda Fialhis Cordovil - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608435-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alcione Rodrigues Vasconcelos Correa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608448-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alenice Ribeiro Castro - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro

a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0608509-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Raimunda Façanha de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0608585-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cesar Augusto Batista Correa - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608600-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anelisia Figueiras dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608605-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosilene Maria de Jesus Pereira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608614-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Ana Cassia Pinheiro de Castro - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608644-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Simone Rosário dos Reis - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0608649-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leni Melo de Araujo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/10/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608693-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Katiane Nunes da Costa - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/10/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608743-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: EVALDO LÚCIO DA SILVA (OAB 1302A/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608751-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Celia Regina Oliveira Lima - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608774-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 24210O/MT) - Processo 0608861-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliseu Sousa de Araujo - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0608874-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Caio Frade Souza Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608891-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT) - Processo 0608897-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Marcos da Silva Freitas - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0608899-38.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Edinaldo de Souza Marques - EXECUTADO: Tim Celular S/A - Ao setor de cálculos para apurar valor devido. Após, prossiga-se com o Bacenjud, uma vez expirado o prazo para pagamento voluntário, conforme certidão de f. 102. Cumpra-se.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0608923-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Yasmine Castro Almeida - Por esta razão,

determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de documento de identificação pessoal, comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0609022-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elizandra Assis Gonçalves - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0615579-47.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Lucivane Cruz dos Santos - De ordem, intimo o outrora patrono da parte exequente para tomar ciência da revogação da procuração expressamente requerida às f. retro. Após, ficam os autos conclusos em razão do pedido de execução de f. 323. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Taketomi Feitosa (OAB 13625/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM)
Ana Marcia Franco da Silva (OAB 13889/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Carlos de Castro Paiva Filho (OAB 3401/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Darcival Luiz de Almeida Santana (OAB 11207/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eliel de Souza Vieira (OAB 14037/AM)
Emerson Perkins Lemos de Assis (OAB 3715/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 1325A/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evaldo Lúcio da SIlva (OAB 1302A/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Giscard Cruz Tinoco (OAB 12857/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB 45458/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Janai de Souza Almeida (OAB 13996/AM)
Janessa Farias Santa Luzia (OAB 13509/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
Jéssica de Aguiar Alvares (OAB 12255/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Elias (OAB 21076/GO)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Leandro Cesar de Jorge (OAB 200651/SP)
Leandro Ferreira da Silva (OAB 12921/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucylea Thome de Paiva (OAB 13320/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos dos Santos Matias (OAB 4937/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Aidê Martins Monteconrado (OAB 6006/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1321A/AM)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)

Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Ronan Botelho (OAB 1327A/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 24210O/MT)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
WILSON SALES BELCHIOR (OAB 11037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

Processo: 0202518-50.2016.8.04.0092 - **Executado:** Eduarda Mariano Franco - **Dispositivo:** Isto posto, DEFIRO o pedido de f. 84. Expeça-se mandado judicial para que os órgãos de proteção ao crédito(SPC/SERASA) efetuem a inscrição da certidão de dívida emitida por este juízo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de eventual responsabilização penal de seus representantes por crime de desobediência, na forma do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Intimem-se. Cumpra-se.

Processo: 0200059-70.2019.8.04.0092 - **Requeridos:** Thauan Carlos Lima de Oliveira e Thalyson Silva Carvalho - **Dispositivo:** A teor do exposto, julgo procedente o pedido contido na presente ação, para condenar a requerida, ao pagamento de R$ 1.750,00 (Hum mil, setecentos e cinquenta reais), nos termos dos artigos 186 e 927 do CCB. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar do evento danoso. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso (art.55 da Lei 9.099/95).

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM) - Processo 0614461-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio de Oliveira e outro - REQUERIDO: Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.a (Vivara Manauara) - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0201205-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Santana Silva dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, juntado às fls. 287/296 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201428-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201441-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - rejeito a preliminar, confirmo a liminar concedida na fl. 32, e no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra, termos em que DETERMINO que a requerida reenvie a fatura de fl. 98 referente ao mês de maio deste ano ao autor, a qual substituirá a de fl. 15, com vencimento para trinta dias contados da emissão da nova fatura, sob pena de multa de R$ 500,00 por dia de atraso no envio da nova fatura até o limite de 10 cobranças. Improcedente o pedido de indenização por dano moral. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 25 de julho de 2019

ADV: TÁBATTA LORENA COELHO GUIMARÃES (OAB 7789/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0203898-48.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Alexsandra Albuquerque Mello dos Santos - REQUERIDA: Carla Cynthia Vasco de Oliveira - Muito bem. Face à petição de fls. 218/221, revogo a determinação anterior pela audiência de conciliação. INDEFIRO o pedido de leilão do automóvel, diante da comprovação de que é ele ferramenta para a executada no transporte familiar e, especialmente, de seu filho portador de espectro autista, mostrando-se o leilão como medida extremamente prejudicial não apenas à executada, mas, ainda mais contundentemente, ao seu filho que exige cuidados bastante especiais (fls. 182/214). Ora, a execução, conquanto objetive satisfazer um crédito, não pode jamais ocorrer além do razoavelmente aceitável contra o devedor, devendo a execução processar-se de forma menos gravosa a ele (art. 805, CPC). Todavia, mantenho a penhora, uma vez que, a situação demonstrada pela devedora pode ser modificada e o veículo penhorado tornar-se mero acessório. Considerando a disposição da parte devedora em conciliar e que a exequente não se opos à transação, declinando somente não poder comparecer pessoalmente à audiência, intime-se a executada para que, em 10 dias, efetue proposta de pagamento do débito, sob pena de prosseguimento da execução com a negativação de seu nome no SERASAJUD. Posicionando-se, à parte exequente para falar se aceita ou ofertar contraproposta em 10 dias. Se a devedora nada falar naquele prazo, proceda-se à inscrição do seu nome no SERASAJUD, abrindo-se prazo à credora para manifestação em 10 dias. Ao final, conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0205263-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Breno Gouveia de Araujo - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado. Considerando a petição do Autor de fls. 108/112, intimo o devedor para cumprir voluntariamente o julgado

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB

4861/AM) - Processo 0601201-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Patricia Castro Monteiro - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi Empreendimentos S/A e outro - Diante da certidão de fl. 233, intime-se a executada para sua ciência e expeça-se o alvará para que ela efetue o pagamento na conta correta. A sentença expressamente estatuiu que os danos materiais poderiam ser majorados em sede executiva diante da aplicação do art. 323 do CPC, diante do dever da devedora de pagar as taxas condominiais por cinco anos, até 2.021. Assim, diante da petição e documentos anexados nas fls. 217/222, noto que os novos pagamentos já foram considerados nos cálculos de fls. 223/225. Já decotado o pago pela parte devedora, intime-se-lhe para efetuar novo pagamento no montante ali indicado como saldo devedor em 10 dias, sob pena de multa de 10%.

ADV: FELIPE PEREIRA JUCÁ (OAB 7532/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0601766-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eutalia Nascimento Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - A credora mais uma vez peticiona requerendo o ressarcimento de descontos ocorridos em sua conta corrente decorrente do suposto contrato declarado inexigível nestes autos. E mais uma vez digo que empréstimos com desconto em conta corrente são diferentes de empréstimos consignados, visto que, no segundo caso, os proventos que são depositados em conta já sofreram o desconto. Logo, presume-se que o descontos são de origem diferente, cabendo ao exequente a provar o contrário. Bastaria a simples apresentação de extrato emitido pela fonte pagadora, como já o fez à fl. 101, apresentando que o contrato nulo permanece ativo. Extrato esse que, inclusive, pode ser retirado facilmente pela internet, nem necessidade de deslocamento à agência da autarquia. Assim, indefiro novamente o pedido de fls. 141/142 e alerto à exequente que nova tentativa de tumultuar o processo, atravessando petições sem demonstração cabal de que o desconto que sofre na conta tem a mesma origem do apreciado nos autos, incorrerá em litigância de má-fé, atraindo para si as consequências previstas no art. 81 do CPC. Cumpra-se o 7º parágrafo da decisão de fl. 130. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: MICHEL SCAFF JUNIOR (OAB 27944/SC), ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM) - Processo 0602203-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Larissa Bacelar da Silva - EXECUTADO: Studio Z - Shopping Manaus Norte Spe S/a, - Ante o exposto, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Proceda-se ao desbloqueio feito via Bacenjud, de fls. 177-179, ou expeça-se alvará em favor do devedor, sendo o caso. Arquivem-se e dê-se baixa na distribuição. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.009/95.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0602345-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Albertila Gomes Brasil - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ARAÚJO & BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 524201/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0603339-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Evandro de Souza Sotelo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: LUCIANO VALÉRIO MACHADO (OAB 10096/AM) - Processo 0603537-63.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: OZINEIA NUNES DIRANE - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos, sob pena de extinção. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604080-66.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ANDRE AUGUSTO SANTOS PIMENTEL - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado. Outrossim, considerando a petição de fls. 293, intimo o Executado para, no prazo de (15) quinze dias cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: MARCELO MARTINS RODRIGUES (OAB 473/RR), ADV: ALEXANDRE FRAGA COSTA (OAB 66393/RS), ADV: LENIVALDO FERREIRA (OAB 13438/AM) - Processo 0604378-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ilvinei Pantoja Farias - REQUERIDO: Sol Comercio de Piscinas Ltda (Igui Piscinas) - ASSLITISC: Igui Worldwide Piscinas Epp - De ordem, fica intimada a parte ré/executada para se manifestar sobre a mídia juntada às fls. 118, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0606783-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonia de Sá Vinhote - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, ficam intimadas as partes para se manifestarem sobre a certidão de fl. 253, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, façam os autos conclusos.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0606889-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Jardim Paradiso Alamanda - REQUERIDO: Construtora Capital S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607228-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcimar Maciel Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, e tendo havido solicitação do interessado (credor), intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM) - Processo 0607255-97.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio Residencial Sargento Pantoja - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos, sob pena de extinção. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: FRANCISCA DIVA DE LIMA SARAIVA (OAB 333750/SP) - Processo 0607550-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco dos Santos Lima - Francisca Diva de Lima Saraiva - Ex positis, indefiro a petição inicial, ante: sua inépcia, já que da narração não decorre logicamente a conclusão; e pela ilegitimidade ativa das partes, e falta de interesse processual, além de estar a causa em valor superior ao teto permitido nos juizados especiais, e por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, ex vi dos arts. 330, I, II e IIII, §1º, III, c/c 485, inciso I, todos do CPC, e ainda, nos termos dos arts. 3.º, I, e 51, II, da

Lei 9.099/95. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0607856-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vivenda do Pontal - O réu não foi citado. E, pelas fls. 69/73, realmente possui compromissos médicos em Paris, o que, em conjunto com a certidão de fl. 80, dando conta da não-localização de pessoas onde ele moraria, dão credibilidade à esposa dele. Portanto, não há como decretar sua revelia e tampouco julgar o feito antecipadamente. Assim, e diante da informação de que ele somente retornará em final deste ano, entendo que o feito não pode se prolongar até lá, sendo incompetência superveniente do juizado estando uma das partes em território estrangeiro, já que inviável expedição de carta rogatória. Logo, ao autor para, em 10 dias, ciente desse posicionamento, manifestar-se em 10 dias. Após, conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0607924-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Vivendas do Rio Negro Praças - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 121/122, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RENNO ANDRADE VALER (OAB 8669/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0608353-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria do Socorro Melo Andrade - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0608489-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé Ltda - Epp - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, a vista do que CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R$ 1.277,08, sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1%, além de correção monetária oficial (INPC), ambos desde o vencimento da obrigação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE) - Processo 0608570-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mara Lindolfo Gomes Guedes - REQUERIDO: AIG SEGUROS BRASIL S/A - Diante da garantia do Juízo, conheço dos Embargos à Execução de fls. 315/325. 1 - Ausência de deserção - para que o inominado seja recebido, mister o pagamento de custas e de preparo. Ambos são institutos processuais distintos e possuem amparo legal na Lei 9.099/95, na Lei Estadual 4.408/2016 e no Provimento CGJ 256/215. In casu, a embargante apenas comprovou o pagamento do preparo. Todas as fls. por ela mencionadas em sua defesa referem-se ao preparo. Mas as custas não foram pagas. Por isso, a decisão de deserção foi correta e mantém-se. 2 - Excesso de execução - existe parcial razão, uma vez que o credor incluiu honorários, sendo certo que, em juizado especial, os honorários, salvo condenação em litigância de má-fé, somente cabem nos julgamentos na segunda instância, o que não é o caso. Porém, o exequente os incluiu (fl. 304), devendo ser decotado do quantum debeatur. Por sua vez, a multa pelo não-cumprimento voluntário também não incide porque a devedora, intimada para cumprir a sentença, fê-lo tempestivamente. Como se pode ver da fl. 306, ela tinha até 12/8/2019 para pagar. Na fl. 327, vê-se que o comprovante de depósito data de 09/8/2019 (data na autenticação mecânica do depósito). Por conseguinte, deve ser também diminuído do valor a ir para o credor. Dessa maneira, acolho parcialmente os Embargos à Execução somente para determinar novos cálculos pelo Juízo, decotando honorários advocatícios e a multa do art. 523, § 1º, do CPC. Após, expeça-se alvará do valor de direito ao exequente, devolvendo-se ao devedor o remanescente. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0608831-91.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - De ordem, ante a petição e documentos de fls. 123/124, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 16/08/2019 às 10:15h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0608831-91.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0609336-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João de Assunção Printes - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - De ordem,e tendo havido solicitação do interessado, intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609375-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Pereira de Oliveira - Maria Eunice da Silva Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO (OAB 931/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0609385-94.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDA: J.F.C. - De ordem, fica intimada a parte requerida para se manifestar sobre a petição juntada às fls. 204/205, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0609777-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Herbert Silveira Eleutério - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A e outros - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente, Banco Daycoval S/A, deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 182/199, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0609777-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Herbert Silveira Eleutério - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A e outros - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0609862-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Residencial Moradas do Parque - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: LUIZ RODOLFO DA COSTA CARVALHO (OAB 10543/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610050-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Luiz Rodolfo da Costa Carvalho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0610063-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Michael de Souza Colares - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Os cálculos oficiais apontaram para um saldo devedor ainda de R$ 224,75, atualizado ate 16/8/2019 (fls. 170/171). Neles, vê-se que houve obediência aos parâmetros temporais estabelecidos na sentença (fls. 94/96), bem como a inclusão dos honorários advocatícios fixados no acórdão (fls. 145/148). Ressalto que a calculadora usada e disponibilizada pelo SAJ obedece aos índices estabelecidos na Portaria 1.855/2016-PTJ (juros de mora de 1% e correção segundo o INPC-IBGE). Por conseguinte, não há o que se falar em excesso de execução, pelo que julgo improcedentes os Embargos de fls. 160/164. Expeça-se alvará do depositado. Tendo, assim, havido saldo a ser pago pelo devedor, intime-se o executado para, em 10 dias, efetuar o pagamento voluntário, sob pena de multa de 10%. Considero o comportamento do banco de boa-fé, tendo depositado quantia indicada pelo credor para garantir o juízo, o que afasta a intenção de retardar o cumprimento da sentença, pelo que não permito a incidência de multa do art. 523 do CPC sobre o saldo devedor, nesse momento. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0610432-35.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco BMG S/A - EXECUTADO: Otavio Pereira Cunha - De ordem, e tendo havido solicitação do interessado, intime-se o devedor Otavio Pereira Cunha para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO (OAB 236604/SP) - Processo 0610449-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Karina Pacheco Maia - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - O extrato apresentado às fls. 91/100 refere-se à pessoa jurídica, que não se confunde com a pessoa física, que é a parte do processo. Ao não juntar documento comprobatório de movimentação bancária atual, na finalidade de permitir ao julgador constatar sua situação atual, a recorrente não cumpriu o determinado anteriormente integralmente, tendo deixado o magistrado às cegas. Isto posto, aliado aos argumentos já tecidos na sentença, indefiro a concessão do benefício da justiça gratuita. Sendo assim, assino um prazo de 48 horas (art. 42, §1º, Lei 9.099/95) para que a autora efetue o pagamento das custas e preparo, sob pena de não recebimento do recurso por deserção. Intime-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: PETER LÍNEKER DOS SANTOS LABORDA (OAB 10266/AM) - Processo 0610477-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Cesar de Moura - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Por tal razão, como as causas de pedir são distintas, ACOLHO OS EMBARGOS para corrigir a omissão apontada, de modo que na sentença de fls. 86/88, em sua parte dispositiva, passe a constar o seguinte trecho: “CONDENO, ainda, a ré ao pagamento de R$ 249,75, a título de danos materiais, com juros e correção desde o efetivo prejuízo, que foi exatamente na data da contratação do seguro, em 27/2/2019. A presente sentença integra o julgado anterior, para todos os fins de direito. P.R.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0610727-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Itelvina Nascimento da Conceição - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, nps efeitos suspensivo e devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0611058-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Michelangelo - Diante do requerimento de fl. 62, dou por justificada a ausência da requerida e determino, diante de sua vontade em conciliar, seja pautada nova audiência de conciliação. Advirto à ré que não mais aceitarei a justificativa ora apresentada e aceita em caso de nova falta, o que acarretará o julgamento da demanda à sua revelia. Intime-se-lhe para que fique ciente desta decisão, compareça ao novo ato judicial, devendo, se o quiser, apresentar contestação até à audiência a ser remarcada. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0611366-61.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: George Oliveira Reis - REQUERIDA: Cileide Moussalem Rodrigues - LITSPASSIV: Google Brasil Internet Ltda - Observando o extrato de fl. 316, nota-se que o depósito efetuado em 15/07/2019, como apresentado pela devedora à fl. 302 realmente foi realizado. Dessa forma, considerando que a multa processual imposta às fls. 313/314 decorreu do suposto “depósito fantasma”, ao qual a executada não havia se manifestado, e, a despeito da demora do sistema em reconhecer o pagamento, este, de fato, ocorreu, reconsidero a decisão de fls. 313/314, quanto à parte que aplicou multas por litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça. À Secretaria para verificar o depósito de fl. 323 e atualizar os cálculos, considerando este e os de fls. 305, 316 e proceder ao bloqueio eletrônico. Expeça-se alvará em favor do credor.

ADV: CLICE FREIRE DA SILVA (OAB 12837/AM), ADV: CLICE FREIRE DA SILVA (OAB 12837/AM) - Processo 0612562-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Consuelo Cintra da Silva - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTES os pedido deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO o cancelamento do contrato firmado, N.º 73468853, de valor mensal

R$ 51,20, código do INSS de n. 216, entre as partes, devendo o Réu abster-se de realizar qualquer cobrança ou desconto relativo a este contrato, sob pena de multa de R$ 500,00, por desconto indevido, até o limite de 30 incidências; 2) CONDENO o requerido ao pagamento da repetição de indébito em dobro de tudo o descontado que, até o ajuizamento da ação, totalizava R$ 5.120,00 (R$ 2.560,00 X 2), sobre o qual deverão incidir juros legais a partir do primeiro desconto (31/3/2015) e correção monetária oficial desde cada desconto em folha, a começar em 3/2015 (fl. 21); e 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 8.000,00, sobre a qual deverá incidir juros legais a partir da citação e correção monetária oficial, desde a fixação. O valor do item "2)" considerou os descontos até 5/2019, podendo ser majorado em execução de sentença, desde que comprovados novos descontos operados no curso do processo e ainda não contabilizados (art. 323 do CPC). Oficie-se ao INSS, com cópia desta sentença, para que providencie o cancelamento dos descontos acima referidos dos seus sistemas, devendo enviar comunicação a este Juízo sobre o cumprimento da ordem em até 20 dias. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0612913-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Leila Mara Botelho dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0612952-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Carlos José Veiga Crespo - RECLAMADO: Latam Airlines Group S/A - De ordem, intime-se a parte devedora para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0612974-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Kleber Wuilhames Santos Pacheco - REQUERIDO: China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S/A (Antigo Bicbanco Banco Indl. Coml. S/a) - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0613047-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Marcio Gentil de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, e tendo havido solicitação do interessado, intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado . Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0613352-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 201/210, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0613352-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0613463-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Ferreira de Souza - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas nos efeitos suspensivo e devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0613469-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cleupe Figueiredo Pimenta - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM) - Processo 0613470-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Kellen Suzy Araújo da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613484-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Natalia Correa de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0613835-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Colinho da Mamãe Ltda-me - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 141, do FONAJE, e consoante fundamentação supra. Em conseqüência, CONDENO a parte Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613979-83.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 141, do FONAJE, e consoante fundamentação supra. Em conseqüência, CONDENO a parte Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0614597-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rita de Cássia Alves Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, nos efeitos devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0615021-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Motacir Alves da Silva - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI do CPC, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615056-30.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante da certidão dando conta da não-localização do devedor, ao exequente para falar nos autos em dez dias, sob pena de extinção e emissão de certidão de dívida.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615391-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paula Andreia da Silva Dezincourt - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0615602-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldecy Alexandre Mota - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Conclusão. Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Via de consequência, revogo a tutela concedida às fls. 71/73. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0615807-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kleber Bastos Loureiro - REQUERIDA: Elivandra Franco Mendes e outro - De ordem, fica designado o dia 26/09/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0615933-67.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Thiago de Mello - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 137-139, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, bem como se proceda ao desbloqueio de eventuais valores e veículos, realizados por consulta eletrônica. Revogo a determinação de fl. 128. Recolha-se o respectivo mandado, caso tenha sido já expedido. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0615999-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - A autoproclamação de pobreza detém presunção relativa de veracidade, podendo ser afastada pelo magistrado diante de circunstância relevante demonstrada no processo. No caso, o autor/recorrente é circurgião-dentista, residente em condomínio nobre da cidade de Manaus, sendo ambas as circunstâncias (qualificação e local de domicílio) signos presuntivos de riqueza. O fato de ser aposentado da Administração Pública não impede a conclusão de que trabalhe como profissional liberal no exercício de suas funções, aumentando os seus ganhos mensais percebidos como servidor público inativo - aliás, a experiência dita ser isso mesmo o que acontece, em regra, com profissionais da área da saúde. Intime-se-lhe, portanto, para que, em 3 dias, junte cópia da sua última DIRPF, dos seus três últimos contracheques e do extrato bancário dos últimos sessenta dias, bem como de outros documentos que entender pertinentes (relativos a despesas, por exemplo), a fim de permitir a análise de sua situação atual pelo magistrado que decidirá sobre o pedido de justiça gratuita.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0616082-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Valter Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Nos termos da certidão de supra, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que "o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)". Considerando que a sentença foi publicada no dia 19/07/2019, o dia final para interposição do Recurso Inominado dar-se-ia em 02/08/2019 (fl. 214), mas o recorrente apenas o

protocolou na data de 12/08/2019, extemporaneamente. Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0616088-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Daniel Silva de Lira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - CONCLUSÃO Pelo exposto, em razão da complexidade da causae pela necessidade de prova pericial para quantificar o grau de invalidez da autora, prejudicada a análise do mérito, pelo que, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINGO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: LUIZ FELIPE DA CAMARA PINTO (OAB 7101/AM) - Processo 0616190-29.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: P W Cabeleireiros Ltda Me - Vistos, etc... Trata-se de execução de título judicial espraiado em sentença proferida nestes autos, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacenjud e Renajud, bem como por Mandado de Penhora e Avaliação cumprido por Oficial de Justiça, restando todas infrutíferas. Intimada a exequente, ela nada requereu. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Revogo toda penhora operada em patrimônio dos devedores e cancelo a inscrição no SERASAJUD. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MAURÍCIO VITORINO SOLIMÕES NETO (OAB 10513/AM) - Processo 0616195-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ailton Ferreira da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DETERMINO o cancelamento dos pacotes adicionais no serviço do Autor, sem ônus ao mesmo, devendo a Ré providenciar a cessação dos serviços - pacotes adicionais, sob pena de multa de R$ 200,00, por cobrança indevida, até o limite de 10 incidências, sem prejuízo de majoração e execução forçada; 2) CONDENO a requerida ao pagamento de R$ 2.303,54, a título de repetição em dobro, sobre a qual deverão incidir juros legais e correção monetária oficial desde o desembolso (24.01.2019 - fls. 18) - Súmula 43/STJ; 3) CONDENO a ré, finalmente, ao pagamento de indenização por dano moral, da ordem de R$ 4.000,00, acrescida de juros legais, desde a citação, e e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. O valor do item "2)" - dano material - poderá ser majorado em sede de cumprimento de sentença se provados novos pagamentos indevidos e ainda não contabilizados ocorridos durante a marcha processual. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0616261-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thaís Loureiro Guerreiro - Ana Luiza Loureiro Guerreiro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito imputado às autoras referentes aos serviços do jogo JOKOO, cabendo à ré excluí-lo de seus registros, sob pena de execução forçada; 2) CONDENO a Ré à devolução dos valores indevidamente cobrados e pagos a esse título, no montante de R$ 225,18 (faturas de dezembro/18 a maio/19), consoante fundamentação supra, com juros legais e correção monetária devidos desde a citação; e 3) CONDENO a Ré ao pagamento de R$ 2.000,00, valor único para as duas requerentes, a título de indenização por dano moral, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês. Improcedentes os demais pedidos. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0616271-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Israel Ivanildo de Jesus Batista - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 19 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0616539-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Natasha da Silva Leitão - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano material, que ora arbitro em R$ 892,72 (oitocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), com juros legais e correção monetária (INPC), desde a data do evento (27/04/2019). Improcedentes os demais pedidos. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LUIS EUCLIDES BRAGA ARAUJO (OAB 13075/AM) - Processo 0616559-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Nogueira Martins - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: THAIS FERREIRA (OAB 13389/AM) - Processo 0616841-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Joseane Barbosa Barroso - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, tomar conhecimento (trazer pen drive) e manifestar-se acerca da MÍDIA juntada neste cartório, querendo.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0617029-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Helen Cristina Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0617065-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título

Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Vila do Saber - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0617279-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Carmen Amorim da Graça - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - CONCLUSÃO Ex positis, forte nesses argumentos, rejeito a preliminar e JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) CONDENO o requerido à repetição dobrada das parcelas de anuidade descontadas sobre o saldo bancário do autor, no montante de R$ 99,10 (49,55 x 2; valor referente a janeiro/2019 a maio/2019), com juros desde a citação e correção monetária desde o pagamento de cada fatura; 2) PROÍBO o Réu de continuar cobrando da autora os valores referentes à anuidade de cartão de crédito adicional, no valor de R$ 9,91, a contar do trânsito em julgado da sentença, sob pena de multa, e 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 3.000,00, com juros legais desde a citação e correção monetária pelo INPC da data do arbitramento. O valor do item 1) poderá ser majorado em execução caso comprovados novos pagamentos ocorridos durante o processo e ainda não contabilizados. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 2/8/2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0618012-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fernanda Menezes da Silva - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 152-154, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARIA STELLA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 145252/RJ), ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM) - Processo 0619313-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimara de Goes Ramos - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 79-85, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0619646-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor). Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0619944-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sigrid Regina Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 27/30 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM) - Processo 0620137-28.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Lúxor Residence - EXECUTADO: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior - Da contraproposta de fl. 265 dê-se ciência ao devedor que terá até cinco dias para posicionamento. Findos, decisão.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0620520-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francicleia da Silva Machado Matos - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0620742-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thiago Teixeira de Castro - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: AURIMAR ANTONIO BATISTA IMBIRIBA (OAB 9815/AM) - Processo 0620977-67.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Profinco Projetos Financeiros e Economicos Ltda - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica e Odontológica - À vista da necessidade de assegurar o alcance da eficácia plena da antecipação de tutela conferida ao Requerente, e, ainda, mediante autorização inserta no art. 537, §1º, I, do NCPC, DETERMINO à Ré que suspenda a cobrança do plano de saúde em nome de Leonardo THogo Ozaki, e dependentes, com cancelamento do boleto do mês de agosto/2019, e manutenção dos demais beneficiários ligados à Autora, sob pena de multa que majoro para R$ 500,00 (quinhentos reais), com efeito retroativo, se não cumprida a obrigação, em até 05 dias da intimação. Aguarde-se a audiência já pautada. Fica ciente o Autor que a execução da multa imposta depende de convalidação na sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM), ADV: HENRY MAIRO HENRIQUE RAMOS (OAB 12019/AM), ADV: JAMILLY VIANA DA SILVA (OAB 10666/AM) - Processo 0620984-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francilene Machado de Sá - Dessa maneira, DEFIRO o pedido de fls. 79 e determino a inclusão da pessoa física Alessandra de Souza Coelho para responder pelas obrigações constituídas pela pessoa jurídica executada nos autos, seguindo-se o registro de protocolo de constrição patrimonial junto aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, com as medidas daí decorrentes. À Secretaria, para as providências devidas.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) -

Processo 0621310-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Irosiane Serrão Matos - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0621361-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izabel Oliveira de Azevedo - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0621378-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jackeline Ramos Nobre - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0621417-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carmen Érica Lima de Campos Gonçalves - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MIQUEIAS DE SOUZA ALVES (OAB 14388/AM) - Processo 0621422-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ewerton Douglas Azevedo Alves - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0621721-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Guiomar Maurício de Oliveira - REQUERIDO: Eduardo Santos de Menezes - Como requer às fls. 83. Concedo-lhe mais 15 dias. Advirto à Requerente que, encerrado o prazo sem a indicação bens passíveis de constrição, a execução será extinta, possibilitando a emissão de certidão de dívida. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621844-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0621871-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Henrique da Silva - REQUERIDA: Andrea Cavalcante Magalhães - O deslinde da causa possui contornos fáticos que precisam ser dirimidos com maior cautela, por se tratar de matéria de fato, e não somente de direito, atividade cognitiva que será exercida por ocasião da instrução da causa, com oitiva de testemunhas. Paute-se audiência de instrução e julgamento, ficando cientes as partes de que podem apresentar até três testemunhas, independentemente de intimação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0622054-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Goretti Campos Bandeira - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM) - Processo 0622228-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Matheus Lima Diniz - Vistos, etc..., Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 39-40, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Em relação ao pedido da petição de fls. 43-45 de reconsideração da decisão proferida, indefiro o mesmo por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Prossigo aduzindo que as razões ora expostas pelo requerente não afastam o fundamento da decisão, qual seja - ausência da urgência. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 39-40 e indefiro o pedido de fls. 43-45. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0622541-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Condominio Porto Marina Tauá - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VANESSA DE OLIVEIRA LEMOS (OAB 13935/AM), ADV: JEANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB 7327/AM) - Processo 0622581-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Elias Cruz Lima Junior - Declaro-me suspeito para atuar no presente feito, nos moldes do art. 145, I, do CPC/2015. Notifiquem-se as partes. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0622782-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte;

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622828-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ruth Neia da Silva Hayden - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel;

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0623160-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ane Caroline Medeiros Ferreira - Forte em tais razões, reconheço de ofício a incompetência deste juízo para processar o feito e, por tal razão, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa nos registros cartorários e arquivem-se os autos, observadas as formalidades de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENAN RODRIGUES FIALHO (OAB 13904/AM) - Processo 0623190-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Farias e Batista Locaçao de Automoveis Ltda Me - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) a certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte;

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623241-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Belém Cardoso de Andrade - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM) - Processo 0623327-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Roque Eduardo Macena Ferreira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o documento de identificação com foto e com o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do autor;

ADV: KETLEN MIKAELA BARBOSA DOS SANTOS (OAB 13358/AM) - Processo 0623385-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Katia Nascimento Sousa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), em nome do (a) Autor (a), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0623397-45.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: C.F.J.E. - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) ata de assembleia de eleição do (a) atual síndico (a) e seu respectivo documento de identificação;

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623403-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Euzarina de Sousa da Costa - De ordem, intimo o (a) autor (a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do (a) Autor (a), com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração (recente) subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM) - Processo 0623473-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Priscilla Karla Marques Camurca - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0623482-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: César Augusto de Souza Santarém - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623487-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iomara Costa dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do (a) Autor (a), com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623490-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iomara Costa dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM) - Processo 0623535-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Lorena de Oliveira Cavalcanti - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0623554-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Leo Rent A Car - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) a certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte;

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: WILMAR LUIZ FONTES BELLEZA (OAB 9860/AM) - Processo 0624148-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - REQUERIDA: Laudice Gomes Alvares - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 152-153, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada, e retirem-se as constrições efetuadas eletronicamente. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Fraga Costa (OAB 66393/RS)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Araújo & Barbosa Advogados Associados (OAB 524201/AM)
Aurimar Antonio Batista Imbiriba (OAB 9815/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)

Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Clice Freire da Silva (OAB 12837/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Pereira Jucá (OAB 7532/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Diva de Lima Saraiva (OAB 333750/SP)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Henry MAiro Henrique Ramos (OAB 12019/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jamilly Viana da Silva (OAB 10666/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Jeanne Correa de Oliveira (OAB 7327/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Amarilis Castello Branco (OAB 931/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Ketlen Mikaela Barbosa dos Santos (OAB 13358/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lenivaldo Ferreira (OAB 13438/AM)
Luciano Valério Machado (OAB 10096/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Euclides Braga Araujo (OAB 13075/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Felipe da Camara Pinto (OAB 7101/AM)
Luiz Rodolfo da Costa Carvalho (OAB 10543/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcelo Martins Rodrigues (OAB 473/RR)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB 236604/SP)
Maria Stella Barbosa de Oliveira (OAB 145252/RJ)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Maurício Vitorino Solimões Neto (OAB 10513/AM)
Michel Scaff Junior (OAB 27944/SC)
Miqueias de Souza Alves (OAB 14388/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Peter Líneker dos Santos Laborda (OAB 10266/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renan Rodrigues Fialho (OAB 13904/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Renno Andrade Valer (OAB 8669/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Tábatta Lorena Coelho Guimarães (OAB 7789/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Thais Ferreira (OAB 13389/AM)
Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Vanessa de Oliveira Lemos (OAB 13935/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilmar Luiz Fontes Belleza (OAB 9860/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0201702-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Flamarion Moreira Rolim - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos, sob pena de extinção. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM) - Processo 0601391-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edmundo Alencar da Silva Filho - EMMERSON COSTA DA SILVA - Edclay Costa da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, nos efeitos devolutivos e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WAGNER SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 14555/AM) - Processo 0601927-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafaela Buarque de Farias - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Lojas Riachuelo S/A - A liminar ratificada em sentença foi no sentido da executada excluir o nome da exequente do cadastro de inadimplentes (fls. 28/29), o que foi cumprido dentro daquele prazo, pois o prazo da leitura da intimação da decisão deu-se em 12/2/2019 (fls. 54/55) e as devedoras comprovaram a exclusão em 11/2/2019 (fls. 36/53). Multa alguma dessa decisão existe. A sentença, por sua vez, declarou o débito inexigível, cabendo aos fornecedores a sua exclusão de seus sistemas para todos os fins de direito (fls. 100/103). Como certificado na fl. 175, novamente as executadas provaram ter cumprido a ordem judicial tempestivamente, pelo que também não vejo astreintes a serem executadas. O dano moral, a seu turno, igualmente foi pago (fls. 135/139). Desta forma, indefiro o pedido de prosseguimento da execução de fls. 147/149, reconheço satisfeita a obrigação estampada na sentença e julgo extinto a execução pela satisfação in totum do crédito. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DA COSTA (OAB 153638/RJ), ADV: IZABHELE LOPES MOURA (OAB 10011/AM) - Processo 0602984-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucenilde da Silva Santos - REQUERIDO: Clínica Popular de Medicina Veterinaria Eireli - Me - Forte nesses argumentos, ACOLHO A PRELIMINAR suscitada na contestação, para reconhecer a incompetência deste Juizado, face à necessidade de produção de prova que não se coaduna com a simplicidade do micro-sistema, termos em que JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, ex vi do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0605467-24.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: MARIA GRACIELE DOS ANJOS DE SOUZA - REQUERIDA: Estrela das Selvas Ltda. - Intime-se a executada, já que foi ela quem ofereceu o bem à penhora (fl. 320), para que indique a matrícula do imóvel em 10 dias. Após, envie-se o mandado para que o oficial penhore-o direto no cartório, intimando-se a executada no seu endereço. Prazo: 10 dias. Em não existindo matrícula imobiliária, a mostrar que o imóvel não está registrado e, portanto, é irregular, intime-se a exequente para que tome ciência e se posicione em 10 dias. Em permanecendo silente a executada, tente-se uma última vez a penhora, enviando-se com o mandado as fls. 463/468.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM) - Processo 0605608-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Mirella Ramos Passos Vitorio - RECLAMADO: Amil - Assistência Médica Internacional S.a. - A ordem antecipatória, em tese, violada é esta: [...] DETERMINO à ré que, em 3 dias, forneça o medicamento Clexane (enoxaparina sódica 40mg), de acordo com a prescrição médica, durante todo o período gestacional ou outro determinado pelo médico de escolha da requerente, sob pena de multa no valor de R$ 600,00/dia até o limite de 30 dias de descumprimento. O fornecimento ordenado neste momento pode-se dar, à escolha da requerente, mediante reembolso. A tutela ora deferida surtirá efeitos independentemente do trânsito em julgado da sentença e de oposição de eventuais embargos de declaração. - fl. 529 Foi dela intimada a executada em 22/5/2019 (fl. 531). Assim, teria até 27/5/2019 para providenciar o medicamento definido. Em fls. 532/536, a devedora juntou petição noticiando que o remédio estaria sendo fornecido já a partir de 23/5/2019. Nas fls. 555/556 a exequente comunica ter sido impossível o agendamento anterior pela sua intempestividade, tendo indicado que somente recebeu atendimento em 30/5/2019. Juntou prova de nova consulta para receber a aplicação do medicamento para o dia 30/5/2019 na fl. 558. Pois bem. A razão é novamente da consumidora. De fato, a executada somente disponibilizou o medicamento em 30/5/2019 (data admitida pela exequente), fora do prazo estabelecido em sentença. A notícia de cumprimento de fls. 532/536 foi completamente afobada. Lendo a conversa de e-mails, vejo que: (i) em questão de horas, no dia 22/5/2019, decidiu-se por um agendamento para o dia 23/5/2019, sem qualquer comunicação à consumidora; e (ii) a confirmação definitiva pela data de 23/5/2019 somente foi dada às 15h48 da véspera, com (iii) petição da parte nos autos, comunicando o agendamento, sendo carreada ao processo apenas em 23/5/2019, às16h20min56. Não há, por conseguinte, como admitir que houve pleno e efetivo cumprimento à ordem judicial. Sequer comunicada a exequente foi. Dessa maneira, rejeito a defesa da Amil de que cumprira a decisão judicial e anoto desobediência de 3 dias, com incidência da multa arbitrada num total de R$ 600/dia. Pelo exposto, reputo a devedora por inobservante à liminar proferida em sentença e determino seja calculada a multa desde o dia 27/5/2019 até 30/5/2019, com atualização monetária, mas sem juros de mora. Após, intime-se-lhe para, em 10 dias, fazer pagamento voluntário, sob pena de nova multa de 10% do valor das astreintes iniciais e bloqueio via Bacenjud. Havendo o pagamento tempestivamente, expeça-se o alvará e arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608184-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Mauricio de Araujo Neto - REQUERIDO: Expedia do Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda (hotéis.com) - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0608374-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Zanair Soares Vasconcelos - Diante da ausência de provas e de garantia do Juízo, não conheço da defesa feita no Termo de Audiência pelo devedor. Como não houve localização de qualquer lastro patrimonial, à exequente para, em 10 dias, requerer o que entender

cabível, sob pena de extinção e emissão de certidão de dívida.

ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608454-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Luiz Ricardo de Oliveira Batista - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial e, consequentemente, revogo a tutela concedida às fls. 19/20. Isento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0608831-91.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação do requerido, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação de 25/07/2019 às 11:20h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0608844-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcos Fernando da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, com fundamento no art. 487, I, do CPC, e, consoante fundamentação supra, termos em que: 1) CONDENO os Réus à repetição dobrada do pagamento indevido, no montante de R$ 133,06 (R$ 66,53 x 2 - pagamentos das faturas de 17/5/2018 a 17/4/2019 - fls. 20/43), sobre a qual deverão incidir juros legais desde a citação e correção monetária oficial desde o pagamento indevido); e 2) CONDENO os Réus ao pagamento de indenização por danos morais, que arbitro em R$ 2.000,00, com correção monetária a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e juros de mora desde a citação válida. DETERMINO aos Requeridos que se abstenham de continuar inserindo nas faturas a cobrança da rubrica "CARTÃO PROTEGIDO SEM SORTEIO", a partir da fatura do mês seguinte ao da intimação, após o trânsito em julgado desta. A condenação é em regime de solidaridade. O valor do item 1) pode ser majorado em execução, desde que comprovados pagamentos ainda não contabilizados e ocorridos durante o processo (art. 323 do CPC). Defiro ao Autor o pedido de AJG, nos moldes do art. 98, VIII, do CPC. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: AUGOSTINHO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 11840/AM) - Processo 0609327-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Augostinho Ferreira de Almeida Neto - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 76/77, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ROBERTA KALLINY AFONSO LIMA (OAB 14021/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0609422-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luciano dos Santos Cagi - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - BradesCard S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, rejeito a justificativa de fls. 322/324 e JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe, contudo, a gratuidade de justiça. Arquivem-se os autos. Manaus, 21 de agosto de 2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0609545-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Danielly Figueiredo da Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a requerida ao pagamento ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 8.500,00, com juros legais desde a data do evento (23/3/2019) e correção monetária (INPC) a partir da fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0609702-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kamila Fernandes de Carvalho - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - Sendo assim, assino um prazo de 48 horas (art. 42, §1º, Lei 9.099/95) para que a autora/recorrente efetue o pagamento das custas e demais despesas processuais, sob pena de não recebimento do recurso por deserção. Intime-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609736-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Maximo Gomes da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0609802-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Arquive-se os autos. Manaus, 21 de agosto de 2019

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0609842-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hiandê Turismo Eireli - Epp (Nome Fantasia: Hiandê Turismo) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0610448-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jorge Lúcio da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - A liminar limitou a aplicação de multa até o limite de 30 incidências. Assim, ao Setor de Cálculos e à Secretaria para (i) verificar se já houve sanção ao devedor além do limite estabelecido; (ii) caso contrário, calcular as astreintes e efetuar a penhora on line, intimando-se o executado para, querendo, impugná-la; e, (iii) inexistindo impugnação, liberar o valor por alvará ou, em havendo embargos, intimar o exequente para manifestação, retornando conclusos em seguida.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV:

HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0610708-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: High Precision Comércio e Representação Ltda - Me - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, nos termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos espelhados na restrição de fls. 22/24, que totalizam R$ 806,98 (oitocentos e seis reais e noventa e oito centavos), além de eventuais encargos de mora aplicados pelo réu; 2) DETERMINO ,que o requerido exclua os apontamentos restritivos de crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0610726-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Itelvina Nascimento da Conceição - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: I) DETERMINO o refaturamento dos serviços prestados nos meses de janeiro/2018 em diante, afim de que a ré aplique sobre os mesmos o valor referente à tarifa residencial mínima de apenas 15m3, como aplicava em 2017 e anteriormente, mediante expedição de fatura ao consumidor, para pagamento com vencimento para 30 dias após emissão, a ser enviada à residência da Autora. A aplicação da tarifação mínima somente poderá ser modificada após comprovada instalação do hidrômetro; II) DETERMINO à Ré que se abstenha de aplicar a cobrança por faixas de consumo, em todas as faturas a serem emitidas para a unidade consumidora em questão, inclusive as que serão corrigidas por conta da disposição anterior, independentemente de instalação de hidrômetro, por tratar-se de única economia apurada por hidrômetro, sob pena de multa de R$ 500,00 por cobrança indevida, até o limite de 15 incidências, sem prejuízo de majoração e execução forçada; III) CONDENO a Ré à restituição dos valores pagos a maior, a fim de evitar o locupletamento indevido da concessionária, nos meses de outubro a dezembro/2017, nos termos do art. 884/CC, no montante de R$ 143,58, com incidência de juros a partir da citação e correção monetária a partir do pagamento indevido (05.12.2017 - fls.41) - Súmulas 43 e 54/STJ; IV) CONDENO a ré ao pagamento de indenização por dano moral, ora arbitrada em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com aplicação de juros legais, a partir da citação e correção monetária a contar do arbitramento, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo ao autor o benefício da AJG, presentes os requisitos da Lei n. 1.060/50. P. R. I. C.

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0611051-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Castro de Oliveira Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos (fls. 15-17) , REJEITO AS PRELIMINARES e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, nos moldes do art. 487, I, do CPC, termos em que: I) DECLARO INEXIGÍVEL a fatura do mês de março/2019, no valor de R$ 8.895,74, e vencimento em 07.04.2019, além dos consectários de atualização empregados pela ré, devendo a mesma promover a baixa dos mesmos em seus sistemas, e abster-se de cobrá-la, sob pena de multa a ser fixada; II) DETERMINO o refaturamento dos serviços prestados no período impugnado - março/2019, pela média de consumo do consumo de 31m3, conforme consumo dos meses anteriores, cujo resultado deverá ser cobrado do autor em fatura autônoma, com prazo de 30 dias para pagamento; III) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sobre a qual deverão incidir juros legais a partir da citação, e correção monetária oficial a partir do arbitramento, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0611333-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Alexandra Maria Souza Valente - REQUERIDO: Tim Celular S/A - A autoproclamação de pobreza detém presunção relativa de veracidade, podendo ser afastada pelo magistrado diante de circunstância relevante. In casu, a recorrente é dentista, sendo sua qualificação uma das profissões liberais bem pagas acima da média do mercado de empregados nacional, constituindo-se em signo presuntivo de riqueza. Logo, intime-se-lhe para que, em 3 dias, junte sua última DIRPF, o extrato bancário dos últimos 60 dias e outros documentos de despesas que entender necessários, a fim deste julgador examinar seu pleito de gratuidade de justiça.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0611691-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kelma Souza Lima - ASSLITISC: Societe Air France e outro - A requerente foi intimada para comprovar sua situação de fragilidade econômica, nos termos do despacho de fl. 91; porém, optou por, desde logo, juntar comprovante de pagamento de preparo. Por isso, declaro indeferido o pedido de gratuidade, diante da comprovação, indireta (já que pagou parte das despesas recursais) de capacidade econômica. Dito isso, nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que a recorrente deixou de recolher o custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 82/89, conforme determina o art. 3.° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0611691-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kelma Souza Lima - ASSLITISC: Societe Air France e outro - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0611961-26.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Transamazonas - Vistos, etc... Trata-se de execução de título judicial espraiado em sentença proferida nestes autos, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacenjud e Renajud, bem como por Mandado de Penhora e Avaliação cumprido por Oficial de Justiça, restando todas infrutíferas. Intimada a exequente, ela nada requereu. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade

por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0612078-80.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michelle de Souza Maia - O AR foi recusado. Assim, faça-se a citação por oficial de justiça. Redesigne-se a audiência de conciliação, tendo em vista a proximidade da data da já pautada.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0612078-80.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michelle de Souza Maia - De ordem, ante a petição e documentos de fls. , retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 30/08/2019 às 10:00h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0612857-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Patricia Elaine Pinto Tomaz - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0612936-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thiago Monteiro Maquiné - REQUERIDO: M. A. A. Academia de Condicionamento Fisico Ltda (Az Fitness) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0613243-07.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: VALKLIMAR MENDONÇA SABINO - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADOS S/A - A execução do julgado depende da iniciativa do credor. Arquive-se, até que tal provocação seja efetivada pela parte interessada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613660-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andreia Pires Tavares - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0614209-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Weekend Club Ponta Negra - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0614954-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rosana de Almeida Lessa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB 101313/MG), ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 815A/PE), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0614963-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Noemia Junqueira Guminiak - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Banco Bradesco S/A - Como dito na sentença, a justificativa deveria ter sido apresentada até à abertura da audiência de conciliação. Como somente o foi posteriormente, a extinção mantém-se. Contudo, diante da fl. 475, isento-a do pagamento das custas, nos termos do art. 51, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 56543/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB 101313/MG), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615254-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Aben Athar da Graça Sales - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Forte nesses argumentos, rejeito a preliminar e, no mérito, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos do art. 14, §3°, I e II, do CDC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0615522-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Michelle Lucena - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615700-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcondes Tavares dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Via de consequência, revogo a decisão de fls. 99-101. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB

4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 119791/SP) - Processo 0615875-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Cláudio Gondim Pacheco - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Ex positis, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial para: 1) RATIFICAR a tutela antecipada concedida às fls. 32/33; 2) CONDENAR a Ré pagamento do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, incidindo-se juros legais desde a data da inscrição e correção monetária (INPC) a partir do arbitramento. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0615999-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos juizados especiais, o juízo de admissibilidade é feito tanto na Turma quanto em primeiro grau, sendo nesse último um juízo prévio (Enunciado 166 - FONAJE). Logo, mantenho o despacho de fl. 165.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0616097-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Saltec Comercio Serviços e Consultoria Em Informatica Ltda - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0616254-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tonny André de Souza Silva - REQUERIDO: Mundial Comércio de Livros Birigui Ltda - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a mídia juntada às fls. 169, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0616326-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rafael Malheiros Carneiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, em razão da complexidade da causa e pela necessidade de prova pericial grafotécnica para atestar a autenticidade da assinatura aposta no contrato firmado com o banco requerido, prejudicada a análise do mérito, pelo que, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0616435-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARCELO VITAL VIEIRA - PERTO ENG CIVIL - REQUERIDO: Claro S/A - Forte nesses argumentos, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 24/25; 2) DETERMINO o refaturamento das faturas ainda não adimplidas, sem o serviço de TV, a partir do mês de dezembro de 2018, cujo resultado deverá ser cobrado da autora em faturas autônomas, com novas datas de vencimento, respeitados as datas e demais prazos do contrato, podendo. O montante, se as partes assim quiserem, pode ser objeto de parcelamento a ser inserido nas faturas vincendas; 3) CONDENO o réu ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com incidência de juros legais desde a data do primeiro protocolo registrado junto ao requerido (19/10/2018 - fl. 21), além de correção monetária (INPC), a partir do arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉA CLÁUDIA MONASSA GOMES (OAB 2117/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0616512-15.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fabiano Monassa Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, diante da incompatibilidade entre os ritos próprios da ação em comento e dos Juizados Especiais Cíveis, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: LUIS EUCLIDES BRAGA ARAUJO (OAB 13075/AM) - Processo 0616559-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Nogueira Martins - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação do requerido, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 30/08/2019 às 09:00h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM), ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0616563-60.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Tania de Souza e Souza - EXECUTADA: Carla Kelly Ramos de Carvalho - Cliver Pontes Azevedo - Cientifique-se a credora da fl. 154. Após, intimem-se os executados na pessoa de sua advogada constituída (fls. 108/109) a fim de, em dez dias, declinar o endereço correto e atual, dias em que eles lá podem ser encontrados e indicar bens passíveis de penhora e a devida avaliação pecuniária, sob pena de configuração de ato atentatório à dignidade da jurisdição, com aplicação de multa de até 20% do valor do débito e negativação dos nomes junto ao SERASAJUD. Se indicado endereço atual diverso e não oferecido nenhum bem penhorável, expeça-se novo mandado de penhora e avaliação. Se indicado endereço atual diverso e oferecido bem penhorável, intime-se a credora para dizer se o aceita em dez dias. Se silentes os executados, conclusos para decisão.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616626-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Narcelio de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 32/34; 2) DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos referentes aos meses de abril e maio de 2019; 3) DETERMINO a revisão do faturamento impugnado, para aplicar a média de consumo faturado com base nos 3 meses posteriores ao faturamento impugnado, a partir do mês de julho/19, desde que haja leitura regular do hidrômetro, ficando as cobranças em condição suspensiva, até que as aferições de agosto e setembro sejam realizadas; 4) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescida de juros legais, desde a citação, e correção monetária (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0616679-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: André Bruce do Nascimento - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito assinalado às fls. 15-16, no importe de R$ 1.418.12, bem como além dos encargos de mora aplicados pela ré, a quem cabe adotar as providências necessárias a sua exclusão definitiva, devendo a

Ré proceder á baixa deste, em seus sistemas; 2) RATIFICO a tutela de fls. 21-23, para declarar inexigível o valor de R$ 10.190,12, devendo a Ré proceder á baixa dos sistemas de proteção ao crédito, sob pena de majoração da multa já fixada, nos termos do art. 537, do CPC; 3) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, decorrente de indevida negativação da autora, que ora arbitro em R$5.000,00 (cinco mil reais), sobre a qual deverá incidir juros (1% am) e correção monetária oficial, a partir do arbitramento, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616778-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Beatriz Dantas Gomes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - CONCLUSÃO. Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos e JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada a fl. 32, no importe de R$ 49,99 e seus respectivos acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, em até quinze dias, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, sob pena de execução forçada - arts. 536 e 537/CPC; 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0616787-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thaynara de Souza dos Santos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0616854-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Debora Patricia de Sousa Cunha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido de condenação da autora em litigância de má-fé porque não comprovada a intenção de prejudicar a parte ré. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0616892-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Laura Cristina Simões Coutinho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0616981-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dionizia da Silva Azevedo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos (fls. 276-277) e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a Ré ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quarto mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC) desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0617589-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Dalila Araújo da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ex positis, rejeito as preliminares e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, com fundamento no art. 487, I, do CPC, termos em que: I) DECLARO a quitação antecipada do contrato de empréstimo/refinanciamento de n.º 050200114044 a partir de julho/2019, devendo o Réu de abster-se de realizar novos descontos, integrais ou fracionados de R$ 510,00, sob pena de multa de R$ 500,00 por desconto indevido, já a contar de agosto/2019 em diante, até o limite da alçada, e sem prejuízo de majoração e execução forçada; II) INDEFIRO o pedido de repetição quanto aos descontos ocorridos até julho/2019, FICANDO ressalvada, contudo, a devolução, em dobro (art. 42, parágrafo único, CDC), dos valores descontados após o mês de julho/2019, a serem devidamente comprovados, em sede de execução, nos termos do art. 323 do CPC; Julgo improcedentes o pedido de indenização por dano moral, pelas razões expressas. Defiro à Autora os benefícios da AGJ, nos termos do art. 98, VIII do CPC. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 107399/MG), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 14559A/PA), ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0618180-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Geraldo Evangelista da Silva - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0619713-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Duarte Pinto Charcha - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 16-103 os descontos impugnados são realizados desde o ano de 2014, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 4 anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 04/10/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0621386-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliane Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0621404-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Matias de Lima - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o débito discutido nos autos, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$300,00 (trezentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621673-06.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 30-31, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. Promova-se o desbloqueio de eventuais valores constritos via Bacenjud. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0622061-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Inahan Maria de Almeida Leal - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/10/2019, às 9h, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0623070-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Nazaré da Silva Araújo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0623119-78.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Bellini - Expeça-se alvará, conforme fl. 105. Após, permito uma última incursão no Bacenjud. Já há resultado do Infojud nos autos, devendo, caso reste infrutífera a pesquisa bancária, o exequente ser intimado para, em dez dias, requerer o que entender cabível, sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623594-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sissi Cardoso de Oliveira - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0623486-68.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes, causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625361-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eliana de Oliveira Resende - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: LACERDA SERUDO DE OLIVEIRA (OAB 13122/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0626723-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Luiza Gomes de Araújo - Roberto Feitosa Costa - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM) - Processo 0628229-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Juliana Coutinho Borges Camargo - REQUERIDO: Instituto de Ensino Superior Brasileiro Ltda - Me - Diante da petição da credora, intime-se o devedor para confirmar, ou não, o acordo, no intuito de ser judicialmente homologado, em cinco dias. Após, com ou sem manifestação, conclusos.

Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cláudia Monassa Gomes (OAB 2117/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Augostinho Ferreira de Almeida Neto (OAB 11840/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Henrique Rodrigues Siqueira (OAB 119791/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Décio Freire (OAB 56543/PE)
DÉCIO FREIRE (OAB 815A/PE)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)

Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 107399/MG)
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 14559A/PA)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Izabhele Lopes Moura (OAB 10011/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LACERDA SERUDO DE OLIVEIRA (OAB 13122/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Euclides Braga Araujo (OAB 13075/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM)
Pedro Henrique Rodrigues da Costa (OAB 153638/RJ)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberta Kalliny Afonso Lima (OAB 14021/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarciso Santiago Junior (OAB 101313/MG)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wagner Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 14555/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0156/2019

ADV: IDALVA FERNANDES (OAB 36551/DF), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: IDALVA FERNANDES (OAB 8364/AM) - Processo 0203939-49.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: EDUARDO CARLOS MARQUES - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0203939-49.2015.8.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0600440-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Evilania Monteiro Ferreira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Vai Voando Viagens Ltda. - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 144/146, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Ante a comprovação de pagamento, arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600818-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme

determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0601053-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERIDA: Jéssica Terças Lobo e outro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0601303-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Saltec Comercio Serviços e Consultoria Em Informatica Ltda - Ante a certidão de fl. 67, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico dos valores transferidos à fl. 59 em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0601778-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: FRANCIMAR SILVA DE MELO - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais, conforme Provimento 256 da CGJ/AM, INTIMO a parte recorrida para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0601873-60.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERENTE: Osmarina Silva de Souza - REQUERIDO: Oi S/A - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0601873-60.2017.8.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se. Manaus, 14 de agosto de 2019.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0602817-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Fadias Tury Dourado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 187/189, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603076-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM) - Processo 0603966-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gilcilene Carlos Cavalcante - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante os documentos apresentados, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0604266-60.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARILIA ELIZABETH RUIZ RUIZ - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0604266-60.2014.08.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0605330-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0605330-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Vanessa Nunes Zogahib - De ordem, INTIMO a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o valor depositado pela parte executada, devendo apresentar cálculo caso entenda existir saldo remanescente a ser executado, sob pena de extinção da execução pelo pagamento, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC. Havendo concordância quanto ao valor depositado, deverá no mesmo prazo indicar os dados bancários para transferência do valor ou os dados da pessoa autorizada para levantamento do Alvará Judicial.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605347-78.2013.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S.A. - De ordem, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça (https://consultasaj.tjam.jus.br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do?cdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), bem como sua comprovação, sob pena de protesto em cartório, conforme determinado em Sentença de fls. retro.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605352-61.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o valor depositado voluntariamente pela parte ré, requerendo o que entender de direito, e em igual prazo, caso queira, indicar os dados bancários para transferência do valor ou os dados da pessoa autorizada para levantamento do Alvará Judicial, sob pena arquivamento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605476-78.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça (https://consultasaj.tjam.jus.br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do?cdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), bem como sua comprovação, sob pena de protesto em cartório, conforme determinado em Sentença de fls. retro.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB

A598/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0605483-36.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda (Capital Rossi) - LITSPASSIV: Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605814-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria da Conceicao Souza de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 263/265, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Havendo cumprimento, expeça-se o alvará judicial em favor da parte autora. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0606067-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Henrique Barcelos Buchdid - Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar e outro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606116-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Araujo de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Inicialmente, verifico que foram opostos embargos de declaração de fls. 210/214 em face da decisão de fls. 225, que julgou intempestivo o recurso inominado de fls. 176/202. Entretanto, o mesmo não preenche os requisitos do art. 48 da Lei 9.099/95, que não autoriza a impugnação de decisões interlocutórias por meio de embargos de declaração, motivo pelo qual não encontro razão para conhecimento do referido recurso. Outrossim, constatando o equívoco na contagem do prazo recursal, torno sem efeito a Decisão de fl. 205, isso porque, o recurso é tempestivo e foram recolhidas as despesas legais pertinentes, conforme determina o Provimento n. 256 da CGJ/AM. Dito isso, recebo o recurso inominado de fls. 210/214 em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0606121-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (Oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0606333-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0606341-67.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jonas da Silva Xavier - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 404/405, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. À Secretaria para que proceda o desbloqueio do valor indicado à fl. 403. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0606397-37.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças Amaral Lago - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0606397-37.2016.8.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se. Manaus, 14 de agosto de 2019.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0606527-95.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: MARIA JOSÉ LUCAS PINTO - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0606527.95-2014.8.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0606718-09.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. (VIVO S.A) - De ordem, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça (https://consultasaj.tjam.jus.br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do?cdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), bem como sua comprovação, sob pena de protesto em cartório, conforme determinado em Sentença de fls. retro.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0606856-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERIDO: Avior Airlines Brasil C.a. - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO

do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM) - Processo 0606938-70.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: ANA PATRICIA LEITE DE SOUZA - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0606938-70.2016.8.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0607264-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607649-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Guedes Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 26.655,40 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro nulo o contrato de empréstimo n. 4046087, no valor de R$15.000,00. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM) - Processo 0609166-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Izabel Costa Ferreira - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1365,12 (um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), incidindo juros e correção monetária, a partir da citação. Declaro rescindido o contrato de assinatura da revista Editora Três Comércio de Publicações Ltda., em nome da parte autora, objeto da presente demanda. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0609259-10.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruna Rafaela Ayres Moraes Andrade - Ante a certidão de fl. , JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico em espécie do valor depositado à fl. 72 em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0610248-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Pierre Roosewelt Santana de Castro - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante ao pagamento realizado às fls. 173/174, existindo manifestação da parte exequente favorável ao montante pago, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico em espécie do valor depositado à fl. 174 em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0610594-98.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Julianna Pires Prado - Posto isso, julgo extinta a execução, nos termos do art. 53, §4º, da Lei 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Expeça-se o Alvará Judicial do valor bloqueado à fl. 89, em favor da parte exequente, tendo em vista que mesmo sendo intimada a parte executada não apresentou embargos à execução, tampouco garantiu o Juízo. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada do saldo remanescente. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0610773-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Marcos Alexandre da Silva Oliveira - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0610982-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Bartolomeu R. da Silva e outro - REQUERIDO: Cielo S/A - Inicialmente, em atenção a petição de fl. 429/430, verifico que nos autos do Mandado de Segurança n. 4000196-16.2019.8.04.9000, não consta determinação para suspensão da presente demanda, razão pela qual indefiro o pedido. Desse modo, ante a certidão de fl. 455, verifico que a parte recorrente não efetuou o recolhimento das despesas legais, necessárias ao prosseguimento do recurso interposto, conforme determina o parágrafo único do art. 54 da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 - CGJ/AM. Provimento n. 256 - CGJ/AM: Art. 2º (...) §1°. As custas referidas nos incisos correspondem àquelas previstas na Tabela de Custas atualmente em vigor divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. (...) Art. 3°. O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: a) Nos Juizados Especiais Cíveis: I - Nas causas até 20 salários mínimos no valor de R$ 525,50; II - Nas causas acima de 20 salários mínimos no valor de R$ 735,28; (...) Portanto, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se. Após arquivem-se.

ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/

AM) - Processo 0612704-36.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Alexandre Dias Simões de Oliveira - Portanto, determino a extinção do processo, conforme dispõe o rito dos Juizados Especiais. Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art. 53, §4º, da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0613134-85.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariana Valente Maia - Ante a certidão de fl. 51, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor depositado à fl. 44, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: MÁRCIA REGINA NAUE (OAB 10287/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0613933-31.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Márcia Regina Naue - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Cuida-se de empresa em plano de recuperação judicial, fato que impossibilita a realização de atos expropriatórios, por afetar diretamente o patrimônio da empresa, bem como a ordem de credores, portanto tais atos são de competência do Juízo da recuperação judicial. Desse modo, em atenção a Decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0613933-31.2018.8.04.0015, expeça-se certidão de dívida atualizada e, em seguida, OFICIE-SE o mencionado Juízo para providências pertinentes a habilitação do crédito, com as homenagens de estilo. Cumpridas as diligências, arquivem-se.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0615100-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rizomar Souza dos Santos - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0616886-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A e outro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617295-12.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Jane Carvalho de Moura Ferreira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Da análise aos autos, verifico que a parte executada realizou o pagamento maior que o devido, conforme cálculo de fl. 415, devendo ser restituído do valor excedente. Isto posto, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico do valor de R$ 5.654,56, em favor da parte exequente. Intime-se a parte executada para que no prazo de 05 (cinco) dias, indique os dados bancários para transferência do valor de R$ 905,27 ou os dados da pessoa autorizada para levantamento do Alvará Eletrônico, sob pena arquivamento. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM) - Processo 0618685-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Evilasio Sales Lustosa - De ordem, INTIMO a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o valor depositado pela parte executada, devendo apresentar cálculo caso entenda existir saldo remanescente a ser executado, sob pena de extinção da execução pelo pagamento, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC. Havendo concordância quanto ao valor depositado, deverá no mesmo prazo indicar os dados bancários para transferência do valor ou os dados da pessoa autorizada para levantamento do Alvará Judicial.

ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO (OAB 200863/SP) - Processo 0618804-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Loja Electrolux Comercio Virtual de Eletrodomesticos Ltda - Transportes Bertolini Ltda. - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: FLAVIA VALE DE FARIA CARVALHO (OAB 133375/MG), ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG) - Processo 0619013-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Stelisy Silva da Rocha - REQUERIDO: Localiza Rent A Car S.a - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 94,24 (noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0619749-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Adalberto Donaire Ribeiro - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0619758-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Christianne Pimenta Cavalcante - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV:

PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0620487-79.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Erivan Colares Ferreira - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Ante a certidão de fl. 72, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico do valor transferindo à fl. 56, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0621131-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Livia Gamboa Tapajos de Jesus - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621296-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: W O S de Souza Junior Me - REQUERIDO: Banco Itauleasing S/A - Marly Marinho da Silva - Torno sem efeito o ato ordinatório e as certidões de fls. 151 e 152/154, vez que não estava seguro o Juízo, conforme os termos do ENUNCIADO n. 117 do FONAJE. Expeça-se alvará eletrônico em favor do Banco Itauleasing S/A, do valor indicado à fl. 137. Prossiga com a execução, em face da executada Marly.

ADV: FERNANDO DOS SANTOS BATISTA (OAB 805/RR) - Processo 0621540-61.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Júlio César Soares Cizino de Paiva - Isto posto, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 924, inciso I , ambos do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. P.R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0621576-74.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Levi Alves Barbosa e outro - REQUERIDO: Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três) - Verifico que a parte executada encontra-se em recuperação Judicial, razão pela qual indefiro o pedido de execução de fl. 109/112. Expeça-se certidão de dívida do valor atualizado em execução, para fins de direito nos termos do Enunciado n. 51. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0621976-54.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Saltec Comercio Serviços e Consultoria Em Informatica Ltda - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento expeça-se certidão de dívida atualizada. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0622050-74.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Ricardo de Vasconcelos Gomes - Isto posto, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 924, inciso I c/c art. 798, I, "a", ambos do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. P.R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0622248-82.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Ricardo Augusto Silva de Alcantara - EXECUTADO: Oi Móvel S/A - Cuida-se de pedido de execução, contudo é cediço que a parte ré continua em recuperação judicial, razão pela qual indefiro o pedido, nos termos do Enunciado n. 51 do FONAJE, in verbis: Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação - XXI Encontro - Vitória/ES). Expeça-se certidão de dívida do valor atualizado em execução, para fins de direito nos termos do referido Enunciado. Intimem-se. Após arquivem-se.

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0622339-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Carlos Cesar da Silva Oliveira e outros - Posto isso, JULGO EXTINTA a presente demanda sem a análise do meritum causae, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei n. 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0623526-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Andre dos Santos Annibal - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0623562-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - RECLAMANTE: Walcilene de Souza Nascimento - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM) - Processo 0623571-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Henrique Azevedo de Oliveira - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado o referido documento em atendimento a mencionada Portaria, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FÁBIO ALEXANDRE DE MEDEIROS TORRES (OAB 91377/RJ), ADV: BRUNO DE MELO MACIEL (OAB 189411/RJ) - Processo 0625352-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERIDO: Iberia Linhas Aéreas de Espana S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0626566-74.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXEQUENTE: Maria Gracilene Sousa Silva - EXECUTADO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Ante ao pagamento realizado às fls. 142, existindo manifestação da parte exequente favorável ao montante pago quando oportunizada, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o alvará eletrônico do valor depositado à fl. 142, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: WESLEY OLIVEIRA DO CARMO ALBUQUERQUE (OAB 330584/SP) - Processo 0626697-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERIDO: Royal Air Maroc - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos

termos do art. 523, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627259-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, REALIZAR O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor atualizado, conforme determinado em Sentença e/ou Acórdão, nos termos do art. 523, do CPC.

ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0628805-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Soraia Castro dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais, INTIMO a parte recorrida para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno de Melo Maciel (OAB 189411/RJ)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Alexandre de Medeiros Torres (OAB 91377/RJ)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando dos Santos Batista (OAB 805/RR)
Flavia Vale de Faria Carvalho (OAB 133375/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Idalva Fernandes (OAB 8364/AM)
Idalva Fernandes (OAB 36551/DF)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO (OAB 200863/SP)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Márcia Regina Naue (OAB 10287/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Silvana Maria lúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Wesley Oliveira do Carmo Albuquerque (OAB 330584/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0129/2019

ADV: DRYELY PICANÇO GOES (OAB 10246/AM) - Processo 0607795-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josevaldo Paixão da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo

6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: DRYELY PICANÇO GOES (OAB 10246/AM) - Processo 0607849-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valderi da Silva Pereira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607864-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciete dos Santos Barbosa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 25/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607868-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gleice Martins de Araujo - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/11/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607886-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra dos Santos Barros - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607888-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Zeneide Auzier de Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 11:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607893-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafaela da Silva Matos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 10:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607894-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joelma de Araujo Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607899-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keila Agiana Santana Soares - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/11/2019 às 09:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607901-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jacineide dos Santos Siqueira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/11/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0607904-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ineide Menezes da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/11/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607918-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE:

Taniele Teixeira da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/11/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607919-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Fabricia Bentes Lima - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/12/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607925-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Auxiliadora de Souza Moreira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/12/2019 às 09:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607927-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Graciete Pacheco Barros - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/12/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607930-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ellen Sandra de Oliveira Pinheiro - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/12/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607933-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rossi Cleide Araujo de Azevedo - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/12/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607936-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Jose da Costa - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/12/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608147-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gonzales - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 09:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608155-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE:

Gonzales - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608515-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Damião de Souza Pimentel - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Dryely Picanço Goes (OAB 10246/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0127/2019

ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO - Processo 0002544-47.2007.8.04.0092 (092.07.002544-6) - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: EDITE BONIFÁCIO PEREIRA - Intime-se as partes para contrarrazoar os embargos de terceiros no prazo de lei.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0200929-52.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: RODRIGO CÉSAR DA SILVA E SILVA (OAB 7260/AM) - Processo 0200993-62.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Walney Ribeiro Mello - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM), ADV: ROBERSON PAULO DA SILVA (OAB 5554/AM), ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0200999-74.2015.8.04.0092 (processo principal 0701401-06.2012.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Maciela dos Anjos da Silva - EXECUTADA: C.S.DOS SANTOS MENESES - ME (DROGARIA YASMIM) - Diante disso, intime-se a exequente juntamente com a depositária fiel, Sra. Cícera, para apresentarem provas de que os referidos medicamentos estavam com prazo próximo à data de vencimento à época da penhora, no prazo de 10 dias. Após volte-me concluso.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0201599-90.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Raquel de Lima Colares - Recebi hoje. Determino que seja intimado o recorrente, para juntar aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, declaração de próprio punho, afirmando a existência de necessidade de gratuidade de justiça, nos termos do artigo 4º, §1º, da Lei 1.060/50, sob pena de não recebimento do recurso inominado interposto. Após, voltem-me conclusos os autos. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: AMANDA PAULA DA FONSECA (OAB 4317/AM), ADV: ALEXANDRE ATTYLA F. DA FONSECA (OAB 1990/AM) - Processo 0201702-10.2012.8.04.0092/01 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Maria Lucineide de Carvalho Figueira - ISTO POSTO, julgo extinto o presente feito sem apreciação do mérito (CPC, art. 267, III, c/c Lei 9.099/95, art. 51, caput). Sem custa e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600027-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Professora Ana Cleide - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: HENRIQUE KLOCH (OAB 9684/SC), ADV: ANDRE RICARDO MUCHALSKI (OAB 35874/SC) - Processo 0600083-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rafael Mafra Otto - REQUERIDO: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/s Ltda Uniasselvi (Unidade Manaus) - Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento de R$ 4.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Considerando que o certificado já esta pronto, o autor deverá contactar a Ré e informar endereço atualizado para entrega, devendo a demandada fazê-lo através de Sedex dos Correios para agilizar o processo. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0600105-62.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro - Mantenho o despacho de fl. 166 na integra. Intimem-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0600449-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Terezinha Ferreira Nunes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim,

ACOLHO os embargos de declaração para sanar a omissão de fundamentação, sem conceder efeitos infringentes, atribuindo o dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0600813-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Laurieta Costa de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, e por via de consequência, o prosseguimento do feito em todos os seus termos.

ADV: THIAGO PAULO TABOSA DOS REIS JACOB (OAB 9622/AM) - Processo 0600955-19.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gabriel Tabosa dos Reis Jacob - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601108-86.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: CENTRO EDUCACIONAL FRANCES BURNETT - Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0601360-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: João Bosco Pinheiro Torres - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a ré na obrigação de fazer no sentido de modificar a fatura do mês 11/2018, que venceu no dia 19/12/2018, no valor de R$ 2.105,73, que foi retificada administrativamente para pela ré R$ 706,45, seja revisada definitivo ao valor de R$ 24,12.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0601440-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar o réu a indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM), ADV: REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB 13063/AM) - Processo 0601499-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Zeferino Felício de Queiroz Júnior - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Compulsando os autos, cumpre ressaltar que a manifestação do autor (fls. 103/106) será apreciado no julgamento do feito. Intime-se e após volte-me concluso.

ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 1223A/AM), ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0601515-24.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Simone Pena Bento da Silva - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. e outro - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0601853-66.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARIA JOSÉ SILVA DOS SANTOS - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601902-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Janaina da Silva Cruz, - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, independente do trânsito em julgado, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JUSSARA COSTA BOTELHO (OAB 11223/AM) - Processo 0602037-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Claumira Cardoso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, julgo procedente o pedido para considerar indevida a inclusão dos dados pessoais da Requerente em cadastros de inadimplentes por dívida inexistente. Declaro a inexistência do débito que originou a negativação e condeno o Requerido Banco Bradesco S/A, a pagar à Requerente o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, a partir da data da presente decisão. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Oficie-se, para fins de baixa da restrição. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM) - Processo 0602095-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral -

REQUERENTE: Welisson Moriz Correa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602109-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Raimundo Cativo Regis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602120-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aurimar José Arruda dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0602239-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiene Costa de Souza - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento de R$ 1.495,08 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento, bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, a ré interrompa as cobranças, sob pena de multa de R$ 200,00 a cada cobrança, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0602284-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Beatriz Amorim Dias - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Requerida ao pagamento de R$ 403,60 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (20/03/2019), bem como ao pagamento de R$ 1.500,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0602288-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Edilson de Souza Pinto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar inexigíveis quaisquer débitos referentes aos contratos de nº 336818390 e 343370734, bem como para condenar o réu ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, a ré interrompa os descontos dos contratos de empréstimo nº 336818390 e 343370734, com parcelas nos valores de R$ 327,44 e R$ 154,72, sob pena de multa de R$ 400,00 a cada desconto, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0602335-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra Soares de Souza - REQUERIDO: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de reparação por danos morais, com correção pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINA-SE que no prazo de 10 dias a Ré retire o nome da autora dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602471-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: Adriana Cristina de Souza e Souza - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0602589-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Costa do Carmo - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0602612-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Soraia Veras Pacheco Rocha - REQUERIDO: Medic Lab Servicos e Atividade Medica Ltda e outro - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0602635-73.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: SPECIAL AMAZON TURISMO LTDA- ME - Intime-se o exequente através de seu respectivo patrono para no prazo de 10 (dez) dias se manifestar acerca dos documentos juntada aos autos as fls. 94/103, sob pena de extinção.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0602676-69.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wagner Lourenço de Brito - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 672/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0602850-49.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gumercina da Silva Saturnino - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o presente EMBARGOS À EXECUÇÃO, vez que se encontram devidamente quitados os valores correspondente a condenção.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0602932-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Coelho da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, julgo procedente o pedido, para determinar o cancelamento da cobrança intitulada “Mora Cred Pess” na conta corrente do requerente. Condeno o requerido Banco Bradesco S/A, em danos materiais no valor de R$ 121,22 (cento e vinte e um reais e vinte e dois centavos), com correção pelo INPC da data dos descontos, bem como ao pagamento de R$ 1.000,00 (mil reais) à título de indenização por danos morais, com correção pelo INPC e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês contados da publicação desta decisão. Declaro prescrita a pretensão autoral no que se refere aos descontos anteriores a 05/04/2016, nos termos da fundamentação supra. Determino que o requerido efetue a suspensão dos descontos indevidos na conta corrente do requerente, sob pena de incorrer em multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), para cada desconto indevido na conta do autor relativo a cobrança intitulada “Mora Cred Pess”. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0603097-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Celso Francisco Borges Filho - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0603111-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vitória Raphaela Feitosa Cavalcante - Vistos etc. Considerando a ausência do(a) Requerente à presente audiência e o disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem análise de mérito e determino o arquivamento do feito”.

ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM) - Processo 0603282-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jacheline Ferreira de Albuquerque - Diante dos documentos juntados ao pedido e dos argumentos expedidos pela requerente, nota-se a presença dos fundamentos e dos pressupostos para a concessão da medida liminar, nos termos do art. 273, inciso I e II do CPC, uma vez que estão presentes o fumus boni juris e periculum in mora, na medida em que há necessidade da Antecipação da Tutela. Ante o exposto, DEFERE-SE o pedido de Antecipação da Tutela Jurisdicional, para determinar que a requerida proceda a imediata entrega do certificado de conclusão do curso realizado pela requerente, bem como, lance as notas pendentes, sob pena de multa diária de R$ 400,00, até o limite de cinco dias, pelo descumprimento desta decisão, em favor da reclamante, em conformidade com o art. 461, §4º do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 30/09/2019 às 09:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ANTONIO CARLOS MIRANDA NOGUEIRA (OAB 10105/AM) - Processo 0603342-07.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Júlio César Dib Simões Barbosa, - Intime-se o (a) requerente através de seu/sua patrono (a) para no prazo de 05(cinco) dias, se manifestar nos autos acerca da certidão de fl.61, sob pena de extinção. Cumpra-se

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603406-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Karla Andreia de Souza Sales - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/08/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0603417-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amaurildo Neris Dantas - De ordem, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, 28/08/2019 às 08:30h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0603417-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amaurildo Neris Dantas - De ordem, fica designado o dia 24/09/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0603525-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Gilmara Belchior Silva - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0603694-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Paulo Ignarra - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no

prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO, da parte Requerida Empresa Maraitt Soluções Comércio, Serviços e Locação de Equipamento, juntado aos autos. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0603884-88.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anne Paula Silveira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0603899-28.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Recebi hoje. Intime-se a parte executada, através do seu patrono, para pagamento voluntário no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0603965-71.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio River Park Residencial Clube - Diante disso, intime-se o exequente para apresentar bens à penhora da executada, no prazo de 10 dias. Caso não seja encontrado expeça-se a referida certidão de crédito e arquive-se os autos, nos termos dos Enunciados, nos termos dos Enunciados 75 e 76 do Forum Nacional dos Juizados Especiais - Fonaje.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0604163-40.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0604277-47.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Marcos de Castro Cardoso - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR), ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR) - Processo 0604946-66.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ek Formaturas Eireli Me - Considerando as informações constantes da certidão de fls. 36/37 e 43/44, intime-se o Exequente para fornecer o endereço correto e bens penhoráveis em nome do devedor, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM) - Processo 0604952-73.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0604974-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Safra S/A - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0605044-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria de Nazaré Brandão de Souza - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0605131-41.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. - Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0605137-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosana de Oliveira Pimentel - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 09:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ADILCE PEREIRA DO AMARAL (OAB 6513/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605230-74.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Osias Gonçalves Teixeira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - determino que a ré providencie URGENTE o reabastecimento de energia elétrica na unidade consumidora na residência do autor, no prazo de 48h após a publicação desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 em caso de descumprimento desta decisão, em favor do requerente, conforme o art. 537, §1º do CPC. O autor deverá também cumprir o despacho (fl. 92) no prazo de 10 dias para juntar as 1ªs vias das novas faturas depois que foi substituído o medidor, para sentenciar a demanda.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605340-73.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0605726-40.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ricardo Fonseca Farias - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - DESPACHO Processo nº 0605726-40.2017.8.04.0092 Requerente Ricardo Fonseca Farias Requerido Telefônica Brasil S/A Vistos, etc. Vislumbro, de logo, merecer acolhida a medida requerida. Neste juízo de cognição inicial, a verossimilhança do direito alegado transparece na discussão que ora é instaurada em juízo, em torno da avença pactuada entre as partes. Ademais, o provimento que aqui se antecipa é de notória reversibilidade, não acarretando, destarte, qualquer transtorno ao requerido. Ante o exposto, determino a titularidade da linha 92-9952-0413 do nome

de GABRIEL FONSECA PINTO para o nome do Autor RICARDO FONSECA FARIAS, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por descumprimento, conforme determinação da sentença prolatada nos autos de fls. 99 -101 Tendo em vista que o comando supra traduz-se em obrigação de fazer positiva e negativa, simultaneamente defiro as execuções requeridas. Intimem-se lhes. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM) - Processo 0605745-12.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimundo Gutemberg Fonseca da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante disso, decreto a pena de deserção do referido recurso . Noutro giro, o autor interpôs, também, recurso inominado (fls. 115/120), no entanto pediu desistência e a declaração do trânsito em julgado da demanda (fl. 162). Nesse contexto, acolho apenas o primeiro pedido para deferir a desistência do recurso, enquanto rejeito pedido do trânsito em julgado, tendo em vista que esta decisão deverá ser publicada para surtir seus efeitos legais.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0606036-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleilson Jorge da Silva Ribeiro - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: DÉCIO XAVIER BRANT (OAB 8965/AM) - Processo 0606287-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Sebastião Domingos do Nascimento - Diante disso, mantenha-se a audiência de conciliação designada no ato processual de fl. 17.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0606366-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Darlison Ribeiro da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606394-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0606423-27.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Iasmin Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não se acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a decisão interlocutória em todos seus termos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0606462-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Raimundo Barreto Bastos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL para a realização de audiência de conciliação. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606499-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Socorro Gonzaga - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 09:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0606502-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Socorro Gonzaga - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606505-58.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Matheus Corval de Andrade - REQUERIDO:

Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, não demonstrada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 48 da Lei nº 9.099/95, REJEITA-SE os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606618-12.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Taynara dos Santos Santana - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto, não demonstrada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 48 da Lei nº 9.099/95, REJEITA-SE os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606800-95.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0606918-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Raimundo Moreno Rolim - Francisca Crispim Rolim - Vistos etc. Diante dos documentos juntados ao pedido e dos argumentos expedidos pela requerente, verifico a presença dos fundamentos e dos pressupostos para a concessão da medida liminar, nos termos dos arts. 294 e 300 do CPC, uma vez que estão presentes o fumus boni juris e periculum in mora, impondo-se o deferimento do pedido de reconsideração de fls retro. Ante o exposto, DEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela jurisdicional para determinar que o Requerido Hospital Adventista de Manaus possibilite o atendimento dos requerentes e dependentes em suas dependências, incluindo a realização de consultas,exames, internações e cirurgias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 até o limite de R$ 5.000,00. Outrossim, considerando a prioridade processual dos autores, cancela-se a audiência anteriormente designada, redesignando-se para o dia 23/09/2019, às 10:00h, a ser realizada neste Juizado. Em caso de carta de citação por Correios, retornando o AR em razão de "endereço insuficiente", "mudou-se", intime-se o autor para fornecer novo endereço no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Caso o AR tenha sido recebido por terceiro, com sobrenome sem qualquer correspondência com o do Requerido, proceda-se a citação por oficial de justiça, pautando-se nova audiência. A regra acima não se aplica à pessoas jurídicas e requeridos que residam em condomínios, podendo o AR ser recebido pelo porteiro do prédio. Em caso de "imóvel fechado" ou "recusa", indicado no AR destinado ao réu, proceda-se à citação através de oficial de justiça, pautando-se nova audiência. Cumpra-se. Cite-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0607071-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriel Willians Dias de Sousa - Defiro pedido do autor. Redesigno audiência de conciliação do dia 24/04/2020 para ser realizada na Semana Nacional da Conciliação no dia 04/11/2019 as 13h. Intime-se, Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607284-13.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca Moraes Montanha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0607510-18.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marcos Soares dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607596-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Maria Cortez Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0607786-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Francisca Araújo da Cunha - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM) - Processo 0607798-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ernilson Souza Castro - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0607803-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Lucia Silva de Albuquerque - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0607817-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Araújo de Souza - Defere-se a gratuidade da justiça

nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607820-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Joabe Santana da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607822-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ildson Firmino de Alencar - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0607831-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiza Maria de Abreu da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0607832-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Telma Santos Ferreira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0607905-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda Lidia da Silva Pinho - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0607914-69.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Alpha Pre-universidade - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0607950-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Antonio Campos Parente - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 11:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607960-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcelo Santos da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607965-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Lúcia Silva Duarte - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo

6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607969-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônia Lúcia Borges da Conceição - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 11:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607970-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônia Lúcia Borges da Conceição - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 11:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607971-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônia Lúcia Borges da Conceição - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607977-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosilene Serrão - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 08:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607978-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosilene Serrão - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 09:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607987-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Feijo Sarmento - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 10:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608012-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Magna Brandão da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608013-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Magna Brandão da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 10:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608014-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral -

REQUERENTE: Magna Brandão da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 11:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608017-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Magna Brandão da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 11:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608040-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ivanete Fernades Costa - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608042-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Juzete Loiola Fonseca - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608048-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kátia Regina de Souza Ventura - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 11:45h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0608059-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ricardo da Silva Aires - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 11:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608062-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: David Soares de Lima - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 11:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0608071-42.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Deyvson Juan Bandeira Rabello - Recebi hoje. Determino que seja intimado o recorrente, para juntar aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, declaração de próprio punho, afirmando a existência de necessidade de gratuidade de justiça, nos termos do artigo 4º, §1º, da Lei 1.060/50, sob pena de não recebimento do recurso inominado interposto. Após, voltem-me conclusos os autos. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608097-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kattia Regina de Souza Ventura - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 08:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608104-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Anízio Vieira

da Silva - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 09:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0608118-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adenilson Ferreira Bastos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608135-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: José Elizeu dos Anjos Brito - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 09:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0608184-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Miguel Ataualpa Souza da Paixão - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 10:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0608186-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Miguel Ataualpa Souza da Paixão - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0608195-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Angela Maria Souza de Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 09:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608203-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gonzales - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 10:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608217-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Maria Dias Martins - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 10:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608316-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jamiles dos Santos Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser

decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608317-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jamiles dos Santos Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0608420-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Marina dos Santos da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 11:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0608453-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Leandro Eugenio Moraes - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 11:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608467-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Magno Costa de Oliveira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 09:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608472-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Adelson Marques Barbosa - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608476-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nune - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 10:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608477-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nune - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608510-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Adelson Marques Barbosa - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 11:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608524-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nune - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se

audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 10:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608545-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edina Maria de Oliveir - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608546-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edina Maria de Oliveir - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 11:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608547-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edina Maria de Oliveir - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0608556-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elenice Araújo da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 08:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0608571-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mauro Jorge Tavares - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 03/12/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608571-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mauro Jorge Tavares - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Diante dos argumentos expedidos pelo requerente no pedido de reconsideração nas fls. 121 verifico a necessidade da antecipação da tutela jurisdicional e os pressupostos para a concessão. Ante o exposto, Defere-se o pedido de antecipação da tutela jurisdicional, para determinar que o requerido retire o nome do requerente dos órgãos de proteção ao crédito SPC/SERASA e congêneres, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00, até o limite de 10 (dez) dias pelo descumprimento desta decisão em favor do reclamante, em conformidade com o art. 537 do CPC.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0608584-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Izaias Carmo de Souza - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 08:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0608590-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alzenir Ribeiro Craveiro - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0608617-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro -

REQUERENTE: Elenice Araújo da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 08:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ALINE MENDES DE SOUZA (OAB 14438/AM) - Processo 0608634-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Mateus Mota de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM) - Processo 0608674-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Paulo de Tarcis da Silva Pereira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0608680-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Carlos Marialva de Souza - DEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela jurisdicional, para determinar que a requerida PROCEDA a suspensão imediatamente os descontos realizados na conta corrente do autor, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária de R$ 500,00, até o limite de cinco dias, pelo descumprimento desta decisão, em favor do reclamante, em conformidade com o art. 537, §1º do CPC, não o eximindo de pagar as faturas que não fazem parte da lide. Defere-se a gratuidade da justiça nos termo da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 13/11/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral, de preferência na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608692-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Afranio Silva de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608716-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Felipe Alves Gomes - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608722-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sandra da Silva de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608728-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sandra da Silva de Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 10:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0608737-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Monteiro da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência

da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0608741-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Monteiro da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 10:45h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608748-72.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos para sentença, foi constatado que a parte autora anexou mais quatro faturas após a audiência de conciliação, o que modifica o pedido inicial. Diante disso, intime-se a requerida para se manifestar no prazo de 10 dias.

ADV: DANIELLE NUNES AMORIM (OAB 8981/AM) - Processo 0608758-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcos Antônio Ferreira da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608760-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mario Jorge Gaia da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608769-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laudelino Oliveira Dinelly - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/09/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608770-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laudelino Oliveira Dinelly - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 11:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608771-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laudelino Oliveira Dinelly - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608782-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis as faturas vencidas entre 06/2016 a 05/2017, determinando a devolução de R$ 1.066,08, à titulo de dano material, atualizados e corrigidos monetariamente desde a data do ajuizamento da demanda, 18/12/2018, bem como para condenar a requerida a indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa, R$ 4.000,00, isso reajustado e acrescido de 1% ao mês desde essa decisão. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608812-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Matheus Felipe Tavares da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 11:15h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM) - Processo 0608820-59.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Rosilene da Silva de Lima - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda - De ordem, fica designado o dia 19/09/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0608862-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ioleide Salvador dos Santos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 09:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0608867-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Franciane Oliveira dos Santos - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a reclamação para CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 10.000,00 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (22/12/2018), bem como ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 4.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: VIVIANE DE FARIAS MACHADO (OAB 134716/RJ), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: JORDANA GABRIELLE JUSTINO DE RESENDE (OAB 182580/RJ) - Processo 0608891-61.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Caroline Ventura Carvalho - REQUERIDO: Globo Comunicação e Participações S.a. - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o presente EMBARGOS À EXECUÇÃO, e por via de consequência, o prosseguimento do feito com a expedição do alvará, no valor de R$ 3.254,48, com as devidas correções. Determino o desbloqueio dos demais valores, vez que houve pagamento da condenação e conforme comprovante juntado nos autos após o bloqueio judicial.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: AGNES PELEGRIN DO NASCIMENTO AMORIM (OAB 10916/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0609941-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Sombra de Paula - REQUERIDO: Aliança Incorporadora Ltda. - Pdg Construtora Ltda - iante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611431-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Navarro Mitoso - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento de R$ 999,12 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (21/05/2018), bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adilce Pereira do Amaral (OAB 6513/AM)
Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB 10916/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Attyla F. da Fonseca (OAB 1990/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Aline Mendes de Souza (OAB 14438/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amanda Paula da Fonseca (OAB 4317/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Cleia de Lima Machado (OAB 12249/AM)
ANA CLEIDE VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 4737/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andre Ricardo Muchalski (OAB 35874/SC)
Antonio Carlos Miranda Nogueira (OAB 10105/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Danielle Nunes Amorim (OAB 8981/AM)
Décio xavier Brant (OAB 8965/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)

Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
HENRIQUE KLOCH (OAB 9684/SC)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
João Francisco Alves Rosa (OAB 1223A/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jordana Gabrielle Justino de Resende (OAB 182580/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)

Jussara Costa Botelho (OAB 11223/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Rebeca Braga Albuquerque Marinho Lopes (OAB 13063/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberson Paulo da Silva (OAB 5554/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo César da Silva e Silva (OAB 7260/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Siqueira Castro Advogados (OAB 672/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Thiago Paulo Tabosa dos Reis Jacob (OAB 9622/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Viviane de Farias Machado (OAB 134716/RJ)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIVAN DE OLIVEIRA SANTANA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0206167-26.2017.8.04.0015 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Difamação - QUERELADO: J.G.C. - Fica v. Sa. intimada comparecer na sede deste Juízo, no prazo de 10(dez) dias, para justificar o não cumprimento da Transação Penal.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0613498-23.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Calúnia - VÍTIMAFATO: A.S.V. - Fica V. Sa. intimada da audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 22/10/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo.

ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM) - Processo 0624758-34.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Difamação - VÍTIMAFATO: Lucilene Macedo dos Santos - Fica V. Sa. intimada de que sua audiência de Instrução e Julgamento, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 01/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Caso a vítima não compareça, o processo será ser arquivado.

Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: CHRISTIANNE DE LIMA WILKENS (OAB 13084/AM) - Processo 0618862-73.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza - VÍTIMAFATO: Christiane de Lima Wilkens - AUTORFATO: Raimundo Nonato Benicio da Silva - Fica redesignada audiência de Conciliação para o dia 27/08/2019 às 09:00h.

Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)

Christianne de Lima Wilkens (OAB 13084/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM) - Processo 0605097-20.2019.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Leve - AUTORFATO: Maicon Santos de Souza - Preliminar - Transação Civil Data: 25/09/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 4 Situacão: Pendente

ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM) - Processo 0605453-15.2019.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Dano - AUTORAFATO: Giselle Silva de Assis - Preliminar - Transação Civil Data: 17/09/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 4 Situacão: Pendente

Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)

Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO II 1
TRIBUNAL PLENO 1
Intimações 1
Decisões 2
SEÇÃO III 2
CÂMARAS REUNIDAS 2
Intimação 2
Pauta de Julgamento Designado 3
SEÇÃO IV 4
CÂMARAS ISOLADAS 4
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 4
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 8
Conclusão de Acórdãos 8
Intimação 33
Pauta de Julgamento Designado 33
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 35
Conclusão de Acórdãos 35
Despachos 38
Intimações 39
Decisões 39
Pauta de Julgamento Designado 41
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 44
Intimações 44
Decisões 44
Pauta de Julgamento Virtual 45
Julgamento Virtual 45
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 51
Despachos 51
Intimações 51
Decisões 51
Pauta de Julgamento Virtual 52
SEÇÃO V 52
CONSELHO DA MAGISTRATURA 52
Intimações 52
Decisões 53
SEÇÃO VI 53
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 53
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 53
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 64
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 67
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 93
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 97
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 103
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 110
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 114
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 118
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 122
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 127
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 136
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 145
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 153
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 169
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 188
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 193
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 197
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 200
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 212
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 217
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 222
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 232
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 235
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 236
2ª VARA CRIMINAL 239
4ª VARA CRIMINAL 243
5ª VARA CRIMINAL 246
6ª VARA CRIMINAL 247
8ª VARA CRIMINAL 248
9ª VARA CRIMINAL 250
10ª VARA CRIMINAL 252
11ª VARA CRIMINAL 253
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 255
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 261
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 267
AUDITORIA MILITAR 269
2ª VARA DE FAMÍLIA 269
4ª VARA DE FAMÍLIA 271
5ª VARA DE FAMÍLIA 282
7ª VARA DE FAMÍLIA 285
8ª VARA DE FAMÍLIA 286
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL 300
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 305
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 313
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 314
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 315
SEÇÃO VII 316
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 316
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 316
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 316
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 316
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 319
SEÇÃO VIII 319
TURMA RECURSAL 319
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 343
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 343
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 346
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 347
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 348
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 349
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 350
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 354
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 356
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 369
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 387
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 393
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 412
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 413
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 413